

Callipole

Revista de Cultura n.º 29 – 2023



Município de Vila Viçosa • Câmara Municipal

Callipole

Callipole

Revista de Cultura

N.º 29 – 2023



***Callipole* – Revista de Cultura n.º 29 – 2023**

Edição e Propriedade

Câmara Municipal de Vila Viçosa

Diretor

Inácio José Ludovico Esperança

Diretor Adjunto

Licínio Lampreia

Conselho Editorial

Tiago Salgueiro (Presidente), António Rosa, Carlos Filipe, Cristina Soeiro, Inês Borrões, João Gabriel Caia, João Ruas, Joaquim Barreiros, Licínio Lampreia, Luís Brito da Luz, Luís Lopes, Maria de Jesus Coelho, Maria de Jesus Monge, Margarida Borrega, Noémia Serrano

Apoio Editorial

Inês Borrões

Colaboradores deste número

Ana Isabel Buescu, Ana Luísa Vilela, António da Silva Ribeiro, António Rosa, Carlos Andrade Pernas, Carlos Aurélio, Carlos Filipe, Cristina Fernandes, Fátima Farrica, Fernanda Olival, Francisco Caeiro, Francisco Chagas, Helena Freire Cameron, Inês Moreira, João Cabrita, João Gabriel Caia, João Luís da Costa Nunes, João Pires Lopes, Joaquim Saial, Jonas Leite, Licínio Lampreia, Luís Brito da Luz, Luís Lopes, Maria de Jesus Monge, Nuno Ribeiro Lopes, Nuno Sanches de Baena Ennes, Renata Vieira, Ruben Martins, Rui Miguel Godinho, Sandro Vicente e Vítor Serrão

Capa

Terreiro do Paço de Vila Viçosa, vendo-se, em primeiro plano, a estátua equestre do Rei D. João IV, e ao fundo, o Paço Ducal. © CMVV

Administração e Redação

Câmara Municipal de Vila Viçosa

Praça da República

7160-207 Vila Viçosa

Telefone: 268 889 310 – Paços do Concelho

Endereço electrónico de *Callipole*: revista.callipole@cm-vilavicosas.pt

Estatuto Editorial

Disponível em www.cm-vilavicosas.pt

Paginação e impressão

Rainho & Neves, Lda. – Santa Maria da Feira

www.rainhoeneves.pt | geral@rainhoeneves.pt

Periodicidade anual (29.º ano)

Tiragem: 500 exemplares

ISSN: 0872-5225

Depósito Legal N.º 68004/93

Os artigos são da inteira responsabilidade dos autores.

ÍNDICE

NOTA DE ABERTURA

<i>Diretor da Revista</i>	9

ALGUMAS PÁGINAS DE EFEMÉRIDES ARTÍSTICAS, HISTÓRICAS E LITERÁRIAS DE VILA VIÇOSA (1923-1943): VÁRIOS TRAJECTOS, UM MESMO DESTINO

DOS FUNDIDORES DE ESTATUÁRIA, NÃO REZA A HISTÓRIA. OU NEM SEMPRE, COMO NO CASO DO BRONZE EQUESTRE DE D. JOÃO IV, EM VILA VIÇOSA. E UMA FELIZ NARRATIVA PRIVADA SOBRE A FEITURA DA MESMA <i>Joaquim Saial</i>	13

O MESMO AMOR DE TODA A GENTE <i>Ana Luísa Vilela</i>	25

DEPOIS DE NÓS, VÓS, “...MINHA PÁTRIA BEM AMADA...” D. MANUEL II E A FUNDAÇÃO DA CASA DE BRAGANÇA <i>Maria de Jesus Monge</i>	37

CANDIDATURA DE VILA VIÇOSA A PATRIMÓNIO MUNDIAL DA UNESCO

VILA VIÇOSA – SEDE DUCAL A CONSTRUÇÃO DE UMA CANDIDATURA <i>Nuno Ribeiro Lopes</i>	51

DOCUMENTO

“SE EM TODO O REINO SE PROCEDESSE A PESQUISAS COMO ESTA”: UM RELATÓRIO SOBRE OS OBJECTOS DE ARTE EXISTENTES EM VILA VIÇOSA “DIGNOS DE FIGURAR NO PROJECTADO MUSEU D’ARTE ORNAMENTAL” <i>Nuno Sanches de Baena Ennes</i>	61

ESTUDOS HISTÓRICOS

AS MEMÓRIAS PAROQUIAIS (1758) DO ATUAL CONCELHO DE VILA VIÇOSA <i>Fernanda Olival, Helena Freire Cameron, Fátima Farrica e Renata Vieira</i>	85

Índice

“... POSEE TODOS LOS PRIMORES DE LA MÚSICA, EN CUANTO CIENCIA, Y EN CUANTO ARTE”: AS ACTIVIDADES MUSICAIS DE D. MARIA BÁRBARA DE BRAGANÇA, INFANTA DE PORTUGAL E RAINHA DE ESPANHA <i>Cristina Fernandes</i>	129
A PRESENÇA DE ALENTEJANAS E ALENTEJANOS DIPLOMADOS NA UNIVERSIDADE DE COIMBRA ENTRE 1900 E 1951 – PARTE 2 – OS ANOS DEPOIS DE 1927/28 E CONCLUSÕES <i>João Luís da Costa Nunes</i>	157
VILA VIÇOSA NO SÉCULO XX: REPRESENTAÇÕES ATRAVÉS DA CRÓNICA NA IMPRENSA LOCAL EM <i>CALLIPOLE</i> (1934-1935) E O <i>CALIPOLENSE</i> (1973-1975) <i>João Gabriel Caia e Rui Miguel Godinho</i>	179
<i>VILA VIÇOSA</i> Revelada entre a Prosa e a Poesia <i>Francisco Caeiro</i>	197
MÃOS <i>António Rosa</i>	207
ANDRÉ DE RESENDE, DE ÉVORA PARA O MUNDO ... UMA LEITURA <i>João Cabrita</i>	211
TEMPORADA TAUROMÁQUICA DE 1886 <i>Luís Brito da Luz</i>	223
ESTUDOS DO PATRIMÓNIO	
<i>AS SENTENÇAS PARA A ENSINANÇA E DOCTRINA DO PRÍNCIPE D. SEBASTIÃO</i> (1554-1555): CONTRIBUTOS PARA O SEU ESTUDO HISTÓRICO-ARTÍSTICO <i>Vítor Serrão</i>	247
A LINHA FÉRREA QUE NÃO TEVE CARRIS PARA ANDAR: VILA VIÇOSA-ELVAS <i>Joaquim Saial</i>	279
DINHEIRO DE EMERGÊNCIA DE VILA VIÇOSA <i>Carlos Andrade Pernas</i>	289
A ARQUITETURA DOS MÁRMORES NOS CONVENTOS PAULISTAS. <i>O CONVENTO DE NOSSA SENHORA DA LUZ DE MONTES CLAROS</i> <i>Carlos Filipe e João Pires Lopes</i>	303
LUÍS, A PAIXÃO PELA ARQUITECTURA <i>Carlos Aurélio</i>	329
PROCESSOS GEOLÓGICOS OBSERVADOS AO MICRÓSCOPIO UM OLHAR AO INTERIOR DOS MÁRMORES <i>Luís Lopes, Ruben Martins e Sandro Vicente</i>	349

ESTUDOS SOBRE FLORBELA ESPANCA

O RESGATE A FLORBELA

<i>Inês Moreira</i>	369

CONGRESSO INTERNACIONAL 100 ANOS DO LIVRO DE “SÓROR SAUDADE”, DE FLORBELA ESPANCA – HOMENAGEM A CLÁUDIA PAZOS ALONSO

<i>Jonas Leite</i>	375

ENTREVISTA

“A Memória e a Itinerância Cultural da Revista de Cultura *Callipole*”

ENTREVISTA COM FRANCISCO ANTÓNIO RATO CHAGAS

<i>Licínio Lampreia</i>	379

RECENSÃO CRÍTICA

“AS FESTAS DE CASAMENTO DO INFANTE D. DUARTE E D. ISABEL DE BRAGANÇA”, DA AUTORIA DE ANDREIA FONTENETE LOURO, 14.º VOLUME DA COLECÇÃO LIVROS DE MUITAS COUSAS DA FUNDAÇÃO DA CASA DE BRAGANÇA

<i>Ana Isabel Buescu</i>	391

HOMENAGENS

DISCURSO DE S. EXA. O ALMIRANTE CEMGFA. CERIMÓNIA DE IMPOSIÇÃO DA MEDALHA DE HONRA DO MUNICÍPIO DE VILA VIÇOSA AO CHEFE DO ESTADO- -MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS – 6 DE FEVEREIRO DE 2023

<i>Almirante António da Silva Ribeiro</i>	399

NOTA DE ABERTURA

É com muita honra que escrevo estas linhas para a nota de abertura da nossa Revista de Cultura que, no presente ano, cumpre o seu trigésimo aniversário. Está por isso de parabéns e, com ela, todos os que ao longo destes trinta anos e 29 edições, colaboraram com os seus artigos e a dirigiram. Estão também de parabéns os executivos que nos antecederam pela coragem de manterem a revista ano após ano. Ter na nossa terra uma das mais antigas e prestigiadas Revistas de Cultura de Portugal é também uma responsabilidade acrescida pois é nossa obrigação trabalhar para que se mantenha e continue a ser o palco onde se reflete sobre a história e o património, não só calipolense, mas também do Alentejo e de Portugal.

A longevidade da revista mostra a importância de Vila Viçosa, da sua história e do seu património.

Neste ano não podemos deixar de referir a candidatura de Vila Viçosa a Património da Humanidade pois é neste ano que é entregue a candidatura à comissão de acompanhamento. É um novo começo que se quer definitivo e que possa levar Vila Viçosa à classificação que todos almejamos.

Mas é também um ano triste pois o nosso Cineteatro Florbela Espanca, a nossa “casa da cultura” foi vítima de um incêndio, quando esperávamos inaugurar o espaço, após as obras de reabilitação que decorriam, eis que a tragédia aconteceu. No entanto queremos dizer a todos que não baixamos os braços e que tudo faremos para, no decorrer do próximo ano, inaugurar o renovado Cineteatro.

Não quero terminar sem deixar um agradecimento especial ao Vereador Tiago Salgueiro pois, graças à sua competência técnica e ao seu empenho no projeto, foi possível renovar equipas, captar novos colaboradores e dar uma nova dinâmica ao projeto.

Por fim agradeço a todos os que nos presentearam com artigos nesta edição.
Boa Leitura.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
Inácio José Ludovico Esperança

Algumas páginas de Efemérides
Artísticas, Históricas e Literárias
de Vila Viçosa (1923-1943):
Vários trajectos, um mesmo destino

Dos fundidores de estatuária, não reza a história. Ou nem sempre, como no caso do bronze equestre de D. João IV, em Vila Viçosa. E uma feliz narrativa privada sobre a feitura da mesma*

Joaquim Saial

Da escultura em metal, nomeadamente a pública, sabe-se quase sempre o nome do autor/escultor. E também o do arquitecto que desenhou o pedestal, quando é caso disso. Já o do fundidor, fica na maior parte das ocasiões rodeado de alguma obscuridade ou desaparece mesmo do histórico da peça que ajudou a erguer (excepto, se gravado na obra, como uma vez por outra ocorre). Curiosamente, no que concerne à primeira escultura pública portuguesa de realce, a estátua de D. José I (escultor Machado de Castro, 1775, Lisboa), o brigadeiro Bartolomeu da Costa, que superintendeu os trabalhos do bronze, teve estrondoso sucesso de fama. A fundição de um só jacto das figuras do rei e do seu cavalo foi de tal modo inovadora e feliz que houve quem o julgasse verdadeiro autor do conjunto. E outros casos existem, em que o trabalho de fundição foi justamente reconhecido. Mas, repetimo-lo, a norma é o esquecimento¹. E falar o fundidor da estátua que realizou (ou alguém por ele), também é muito raro. Pois é precisamente um caso desses que aqui trazemos. Trata-se de dados fornecidos por Augusto d'Abreu, fundidor da estátua de D. João IV (esc. Francisco Franco, estátua; arq. Porfírio Pardal Monteiro, pedestal, 1943, Vila Viçosa) ao comerciante e industrial de restauração de Vila Viçosa sr. José da Trindade Martins que nos foram cedidos gentilmente por seu filho, Dr. José Manuel Pinho Martins². A tradição antiga de família de guardar

*O presente trabalho foi parcialmente publicado em 29 de Junho de 2022 no jornal portuense de cultura “As Artes Entre as Letras”, onde o autor tem uma página mensal sobre escultura e escultura pública. Em virtude de a estátua equestre de D. João IV completar 80 anos em 8 de Dezembro de 2023, pareceu que lançá-lo também na “Callipole” seria uma boa forma de comemorar a efeméride – ainda mais, quando o material base foi fornecido por um calipolense, a partir de documentação da sua família. O texto inicial foi muito ampliado e acompanham-no mais fotografias.

¹ O mesmo sucede com os canteiros, outros esquecidos habituais da arte escultórica.

² Depois de terminar as actividades profissionais diárias, o Sr. Trindade Martins ia fazer a sua “reportagem” para junto do local onde estava a ser edificada a estátua, onde conversava com os diversos intervenientes que ali laboravam, para saber o que ia sendo concretizado.

documentação e registar em cadernos os eventos mais marcantes da sua terra, deu como memórias um texto de José da Trindade Martins e duas cartas de Augusto d'Abreu para este, respostas datadas de 18 de Março de 1944 e 10 ou 20 [difícil leitura do primeiro algarismo] de Abril do mesmo ano, a pedidos de dados que aquele lhe fizera. Curioso e completo é o texto timbrado que encima o papel pautado das cartas enviadas: “AUGUSTO D’ABREU / EXECUTA TODOS OS TRABALHOS DE: / FUNDIÇÃO DE ESTÁTUAS E ORNAMENTAÇÕES / EM BRONZE PELO PROCESSO DE CERA PERDIDA / OU OUTRO QUALQUER / MODELAÇÃO E FORMAÇÃO EM GESSO / Estudos em gesso para desenho, patines, plasticinas, etc. / REDUÇÃO E AMPLIAÇÃO EM TRABALHOS DE ESCULTURA / Estrada da Luz à Ponte Velha, A A (Laranjeiras) / LISBOA”. Eis então a primeira carta, completa e na pitoresca grafia original, incluindo erros ortográficos:

“[Abreviatura de difícil leitura, iniciada por “A”, talvez significando “Amigo”]
Sr. Martins,

Bôa saúde a todos os seus.

Em resposta ao seu pedido, envio alguns promenores que julgo lhe intereçarão acerca da fundição da estatua de D. João IV. A estatua começou a ser fundida ou antes a sua moldagem, a 14 de Agosto de 1941 e terminou a 16 de Janeiro de 1943. Empregaram-se, 11562, K960 [Kg], mas ha a atender á quebra dos metaes que deviam ter diminuído de 5 a 10% mas ao certo não sei porque não tive ocasião para verificar. Foi fundida pelo processo de cera-perdida e levou 1100K [Kg] de cera. Todos os trabalhos de moldagem e fundição foram executados por mim e por meu filho, e também mandamos construir um forno de reverbéro³ da nossa autoria para fundir o bronze.

Por agora não me lembro de mais, se for preciso dizer qualquer coisa mais é só comonicar para cá.

Peço-lhe o favor de dizer ao fotógrafo Sousa⁴, que estamos á espera das fotografias e não ha meio de cá chegarem. Cumprimentos de meu filho.

Sou seu [de novo, a abreviatura começada por “A”] e Mt^o [resto, ilegível]

Augusto d’Abreu

A segunda carta é mais sucinta, mas ainda assim com algum interesse. Augusto d'Abreu fala de uma nova fábrica que tem em Odivelas, indica a altura do cavalo (6,30 m), diz que o tempo dos trabalho “foi de dois anos, é claro devido à guerra pela dificuldade [de obter] dos materiais” e que as peças que compõem o conjunto são 38.

³ Os fornos de revérbero (grafia correcta) atingem temperaturas muito elevadas. Feitos de alvenaria de tijolo, são de material refratário as partes em contato com o fogo ou com o cadinho que contém o material em fusão.

⁴ Este fotógrafo, Sousa Menezes, que foi morador na Rua Alexandre Herculano, 122, Vila Viçosa, ainda estava activo na profissão, no início de 1979. Conhecemos várias fotografias da construção (possivelmente dele), de que reproduzimos três, a preto e branco.

**Dos fundidores de estatutária, não reza a história. Ou nem sempre, como no caso
do bronze equestre de D. João IV, em Vila Viçosa.
E uma feliz narrativa privada sobre a feitura da mesma**

José da Trindade Martins refere ainda nos seus apontamentos, para além destas indicações que o fundidor lhe forneceu em carta, que *“as peças de que se compõe a estátua, foram ligadas entre si a autogénio⁵ em cima do Pedestal”* e que *“a 23 de Novembro [de 1943] foram içadas as primeiras peças de que se compõe a estátua, ficando ligadas em cima do pedestal, as patas – mãos – e barriga do cavalo em 25, dois dias mais tarde do seu início.”* Mais indica as condecorações atribuídas aos diversos participantes na obra, não esquecendo que Augusto d’Abreu, “industrial e fundidor, foi agraciado com o grau de Comendador da Ordem de Mérito Agrícola e Industrial, classe de Mérito Industrial”.

Não se olvidou também Júlio Dantas, a 8 de Dezembro de 1943, no seu discurso de inauguração do memorial a D. João IV, de mencionar de onde viera o bronze que Augusto d’Abreu trabalhou com tanto afinco e sabedoria: *“Na hora em que os povos mais poderosos do Mundo derrubam as suas estátuas para fabricar canhões, nós agradecemos à Providência ter-nos permitido destruir em paz alguns canhões – para fazer uma estátua!”*

Deixamos mais alguns apontamentos absolutamente únicos e portanto de muito proveito para o historial da estátua, que se reportam a 1942, 1943 e 1944, dactilografados pelo Sr. José da Trindade Martins⁶. Neles, ele próprio fez correção de gralhas, o que indicia que se tratava de um rascunho para documento final que já não existe ou sequer foi efectuado. Decidimos algumas alterações na ordem do texto, tornando-o de mais compreensível leitura. E entre os diversos episódios, sobrepõe-se essa nota até agora desconhecida de os trabalhos se terem arrastado até 6 de Maio do ano seguinte ao da inauguração oficial.

Estátua

A moldagem da estátua principiou a 14 de Agosto de 1941, seguindo-se a sua fundição, para o que foi necessário fazer um forno de revérbero, da autoria do fundidor Sr. Augusto de Abreu e de seu filho.

Foi fundida pelo processo da cera perdida, e levou 1100 kg de cera. As peças de que se compõe a estátua foram ligadas entre si a autogénio em cima do pedestal e acabada a soldagem e seu acabamento perfeito, a 16 de Janeiro de 1944⁷.

Empregaram-se na estátua 11.562,960 kg de bronze, mas há que atender à quebra dos metais, o que oscila entre 5 a 10 %⁸.

O cavalo e o cavaleiro medem 6,30 m, os quais se compõem de 38 peças distintas.

⁵ Diz-se que a soldadura é a autogénio, quando se unem peças do mesmo metal por fusão, com adição ou não de um metal da mesma composição.

⁶ Neste texto corrigimos uma ou outra rara gralha que sobreviveu à atenta correcção feita pelo Sr. Trindade Martins e fazemos a transcrição em português anterior ao último acordo ortográfico.

⁷ A darmos crédito a este “1944” (sempre cuidadoso na emenda de gralhas, o Sr. Trindade Martins não deixaria passar esta), ficamos a saber que ainda houve aperfeiçoamentos finais no bronze, após a inauguração da estátua, mais de um mês depois.

⁸ Dados que, como vimos antes, lhe foram transmitidos através de carta do fundidor Augusto de Abreu.

Pedestal

Em granito de Gáfete⁹.

Empregaram-se:

Cal hidráulica	1980 sacos, de 50 kg cada	
Cimento	380 sacos, de 50 kg cada	
Areia	250 m3	
Alvenaria	550 m3	
Pedra britada	152 m3	
Degraus	35 m3	360 pedras
Lajedo	18 m3	220 pedras
Elevação do pedestal	79,5 m3	314 pedras
	Total de pedras	894 pedras

A altura do pedestal e da estátua é de 14 m e 30 cm.

Estimativa da sua construção – sua inauguração

Engenheiro director da obra

João Alberto Barbosa Carmona

Arquitecto do pedestal

Porfírio Pardal Monteiro

Escultor da estátua

Mestre Francisco Franco

Fundidor da estátua

Augusto de Abreu e filho

Fiscal da obra

João Ribeiro Garcia

1942

A abertura da escavação para o alicerce foi começada em 17 de Agosto, com os seguintes operários: José Chalana, Serafim Gomes, José Martinho, Inácio Pézinho e Cristóvão Vilas-Boas, todos desta vila.

⁹ Gáfete é uma vila, freguesia do concelho do Crato. Sobre o “Granito de Gáfete”, veja-se um excerto do texto de Rui Sardinha, José Vítor Lisboa e Jorge Carvalho *Potencialidades das Rochas Graníticas no Concelho de Nisa*, in revista “A Pedra”, n.º 5, Dezembro de 2010, pp. 20-23, ed. Assimagra: “O Granito de Gáfete [é] um granitóide de granularidade média a fina com frequentes plagas moscovíticas, que se destacam da matriz quartzo-feldspática. A característica mais apreciada neste granito é a sua tonalidade amarela revelada sensivelmente nos primeiros 10-15 m superficiais. Em profundidade, passa a uma tonalidade cinzenta. Tem sido utilizado tradicionalmente em cantaria, perpiano e guias de passeio, especialmente nas povoações do concelho de Nisa e nos limitrofes.”

Dos fundidores de estatuária, não reza a história. Ou nem sempre, como no caso do bronze equestre de D. João IV, em Vila Viçosa. E uma feliz narrativa privada sobre a feitura da mesma

O número de operários foi aumentando, tendo chegado a trabalhar 20, só na escavação.

Em 31 de Agosto, a escavação atingia no lado nascente, 4,50 m de profundidade, e aí a essa profundidade se encontrou a primeira rocha de mármore de três cores: branco, rosa e azul-escuro.

A 3 de Setembro, já a 5,40 m de profundidade, encontrou-se uma nascente de água, a qual foi aumentando bastante, sendo necessário para esgotar a água, uma motobomba de 3 polegadas, vinda de Lisboa, a qual fazia uma tiragem de 80.000 litros por hora; no entanto, prosseguia-se na escavação, tendo esta atingido, no canto sul, 7,90 m de profundidade, sendo então abundantíssima a água, facto que não causou admiração, pois se juntaram três nascentes.

Para fazer desaparecer tal inconveniente, fez-se logo um betão de selagem para as suas vedações, tendo-se para tal efeito empregado 3000 kg de cimento.

No dia 27 de Setembro a bomba tirou grande quantidade de água, tendo por tal motivo secado a chamada “Fonte Pequena”, sendo então a selagem feita dois dias mais tarde, ou seja, a 29 do mesmo mês.

A rocha foi toda descabeçada, levando por cima um betão de regularização, feito de cal hidráulica.

Foram assentes as primeiras pedras para o alicerce, no dia 6 de Outubro, ficando este concluído em 7 de Novembro, seguindo-se o alicerce para a escadaria que assentaria sobre o enrocamento de brita e uma sapata de betão com 0,40 m de espessura, ficando este serviço concluído no dia 18 de Março de 1943.

1943

Em 11 de Maio de 1943 foi principiado o aparelho de granito para o pedestal. Os canteiros, Manuel Marques de Sousa (capataz), Casimiro Marques, Abel dos Santos, Augusto Correia, Júlio Gonçalves e outros que vieram (chegaram a ser 20), todos do distrito de Viana do Castelo, fora os operários que chegaram nesse dia.

A primeira pedra do pedestal foi assente em 12 de Junho, continuando sempre os operários a trabalhar, tanto aos domingos como em dias feriados, e muitas noites até às 22, 24 horas, ficando o pedestal pronto a receber a estátua em 22 de Novembro, continuando os canteiros com os degraus e lajedo, na frente do pedestal.

E 23 de Novembro, foram içadas as primeiras peças de que se compõe a estátua, ficando ligas em cima do pedestal as patas (mãos) e barriga do cavalo em 25, dois dias mais tarde, relativamente ao seu início.

A estátua foi dada como pronta para a inauguração a 6 de Dezembro, pois era forçoso ser inaugurada em 8 do mesmo mês, para cumprimento da vontade do saudoso ministro das Obras Públicas e Comunicações, Eng. Duarte Pacheco, a quem Vila Viçosa tanto ficou devendo.

[Segue-se o relato da cerimónia da inauguração, a longa enumeração de individualidades que a ela assistiram e o acto das condecorações devidas aos intervenientes na obra – que não vale a pena referirmos, por presentes na imprensa do dia.

Deixamos apenas alguns dados interessantes, relacionados com a fase posterior a este evento]¹⁰.

Os senhores Presidentes da República e do Conselho, terminada a cerimónia, visitaram o Bairro Operário, foram ao castelo e entraram na igreja da Padroeira de Portugal.

Finalmente, foram aceitar a homenagem que as senhoras de Vila Viçosa lhes prepararam: um chá e doces regionais, numa das salas do Palácio Ducal.

Às 17 horas, Suas Exas. e comitiva, retomavam o caminho da estação, tendo sido muito aclamados pela população que vibrava de entusiasmo e de patriótico júbilo. Após as despedidas, embarcaram e o comboio pôs-se em andamento. Findou assim um dia memorável para os calipolenses.

1944

Seguiram as obras normalmente (acabamento dos degraus), sendo colocada a última pedra, debaixo da qual se encontra um tubo de cristal que contém o pergaminho do auto de entrega da estátua pelo Governo à Câmara e moedas correntes no País, dentro de um outro tubo de ferro.

A última pedra foi assente às 15 horas e 53 minutos do dia 6 de Maio de 1944.

O tubo foi colocado numa cavidade debaixo da última pedra assente (pedra quadrada na frente do pedestal e perpendicular à coroa), pelo fiscal da obra, João Ribeiro Garcia, onde ficou argamassada, tendo sido as primeiras colheres de argamassa lançadas pelo Sr. Presidente da Câmara, João Falcato Ramalho Ortigão, na presença dos Srs. Engenheiros João Alberto Barbosa Carmona, Sousa Santos, Leopoldo Barreiro Portas e Gabriel Osório de Barros, almoxarife da Sereníssima Casa de Bragança e muitas pessoas de diversas categorias que assistiram ao acto.

Os canteiros Manuel Lopes Martins e Alípio da Silva foram os operários que assentaram a última pedra e Joaquim Ferreira e João Castanheiro, desta vila, Foram os serventes que prepararam a argamassa.

Estes apontamentos foram tirados junto à obra e alguns, os mais importantes, foram-me gentilmente fornecidos pelos senhores João Ribeiro Garcia, fiscal e encarregado da obra, e Augusto de Abreu, fundidor da estátua.

Vila Viçosa, Março de 1944,
José da Trindade Martins

¹⁰ Ver a este propósito, por exemplo, os desenvolvidos textos do “Diário de Lisboa”, de 7 e 8 de Dezembro de 1943.

Dos fundidores de estatúária, não reza a história. Ou nem sempre, como no caso do bronze equestre de D. João IV, em Vila Viçosa. E uma feliz narrativa privada sobre a feitura da mesma

AUGUSTO D'ABREU
EXECUTA TODOS OS TRABALHOS DE:
FUNDIÇÃO DE ESTATUAS E ORNAMENTAÇÕES
EM BRONZE PELO PROCESSO DE CÉRA-PERDIDA
OU OUTRO QUALQUER

Lisboa, 18 de Março de 1944

MODELAÇÃO E FORMAÇÃO EM GESSO
Estudos em gesso para desenho, patines, plasticinas, etc.
REDUÇÃO E AMPLIAÇÃO EM TRABALHOS DE ESCULTURA

II.^{mo} Sr. José da Trindade
Martins Vila Viçosa

Estrada da Luz à Ponte-Velha, A A (Laranjeiras)
LISBOA

Ab.^{to} Sr. Martins.

Bom saúde e a todos os seus.
Em resposta ao seu pedido envio alguns promemores que julgo lhe interessarão acerca da fundição de estatua de D. João IV. A estatua começou a ser fundida em moldes a me moldagem, a 14 de Agosto de 1941, e terminou a 16 de Janeiro de 1943. Empregaram-se 115-62 "960, mas ha a atender a queda das metáes que deviam ter diminuido de 5 a 10 %, mas ao certo não sei porque não tive occasião para verificar. Foi fundida pelo processo de cera-perdida e levou 1100 kg de cera. Todos os trabalhos da moldagem e fundição foram executados por mim e meu filho, e também mandamos construir um forno de reverbero de nogueira para fundir o bronze.

Primeira parte de carta do fundidor Augusto de Abreu para José da Trindade Martins

No Terreiro do Paço, quando Suas Exas. se encontravam na tribuna, discursou o oficial da cerimônia Sr. Dr. Julio Dantas, seguindo-se o Sr. Presidente da Câmara.

Depois, Sua Exa. o Sr. Presidente da República, seguido do Ministro interino Obras Publicas, e Presidente da Câmara do Vila Vigosa, desceu da tribuna e encaminhou-se para o Monumento; descerrou o braço e ficou em continência, enquanto a artilharia deu as salvas e as bandas militares tocavam o hino Nacional.

Procedeu-se depois à leitura do auto da cerimônia, pelo Sr. Dr. Antonio Luis Mes, Director da Fazenda Publica; dele se fizeram 3 cópias: uma para a Câmara, outra o arquivo da Torre do Tombo, e outra que ficaria no Monumento.

Terminou a cerimônia com a condecoração dos seguintes senhores:

ORDEN MILITAR DE SANTIAGO DA ESPADA

(a) João Falcão Ramalho Ortigão, Presidente da Câmara Municipal de Vila Vigosa.
Agraciado com o GRAU DE OFICIAL

(a) Francisco Franco, Escultor.
Agraciado com o GRAU DE GRANDE OFICIAL

ORDEN DE MERITO AGRICOLA E INDUSTRIAL
(classe de Mérito Industrial)

(a) Augusto de Abreu, Industrial fundidor.
Agraciado com o GRAU DE COMENDADOR

(a) João Ribeiro Garcia, Fiscal de Obras.
Agraciado com o GRAU DE CAVALEIRO

(a) Manuel Marques de Sousa, canteiro.
Agraciado com o GRAU DE CAVALEIRO

Os Srs. Presidentes da República e do Conselho, terminada a cerimônia, visitaram o Bairro Operário, foram ao Castelo, e entraram na igreja da Padroeira.

Finalmente foram aceitar a homenagem que as senhoras de Vila Vigosa, lhe prepararam, um chá e doces regionais, numa das salas do Palácio Ducal.

A's 17 horas, Suas Exas. e comitiva, retomavam o caminho da estação, tendo sido aclamados pela população que vibrava de entusiasmo e de patriótico júbilo.

Logo após o desembarque, o comboio pôs-se em andamento, e findou assim um dia memorável para os calipolenses.

Seguiram as obras normalmente (acabamento dos degraus) sendo colocada a ultima pedra, debaixo da qual se encontra um tubo de cristal que contem o pergaminho do auto da entrega da Estátua, pelo Governo da Câmara, e moedas correntes no País, dentro de um outro tubo de ferro.

O tubo foi colocado numa cavidade debaixo da ultima pedra assente, (pedra quando da na frente do pedestal e perpendicular ao eixo) pelo fiscal da obra, João Ribeiro Garcia, onde ficou argamassada, tendo sido as primeiras colheiras de argamassa lançadas pelo Sr. Presidente da Câmara, João Falcão Ramalho Ortigão, na presença dos Srs. Engenheiros, João Alberto Barbosa Carmona, Sousa Santos, Leopoldo Barreiro Portes e Gabriel Osório de Barros, almoxarife da Sereníssima Casa de Bragança, e muitas pessoas de diversas categorias que assistiram ao acto.

Os canteiros Manuel Lopes Martins e Alípio da Silva, foram os operários que assentaram a ultima pedra, e Joaquim Ferreira e João Castanheiro desta vila, foram os servos que prepararam a argamassa.

**Dos fundidores de estatuária, não reza a história. Ou nem sempre, como no caso
do bronze equestre de D. João IV, em Vila Viçosa.
E uma feliz narrativa privada sobre a feitura da mesma**



Estátua de D. João IV, trabalhos de construção



Estátua de D. João IV, trabalhos de construção



Estátua de D. João IV, colocação da última pedra

**Dos fundidores de estatuária, não reza a história. Ou nem sempre, como no caso
do bronze equestre de D. João IV, em Vila Viçosa.
E uma feliz narrativa privada sobre a feitura da mesma**



Estátua de D. João IV, inauguração



Estátua de D. João IV, inauguração



Estátua de D. João IV, inauguração

O mesmo amor de toda a gente

Ana Luísa Vilela

1. No dia 10 de junho de 2020, dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, a habitual cerimónia oficial foi solitária e sóbria. Com o país confinado, a contas com a pandemia que assolou a humanidade, as celebrações iniciaram-se de modo insólito – foi declamado o soneto “O teu olhar”, de Florbela Espanca, poema que o Presidente da República pessoalmente escolhera:

Passam no teu olhar nobres cortejos,
Frotas, pendões ao vento sobranceiros,
Lindos versos de antigos romances,
Céus do Oriente, em brasa, como beijos,

Mares onde não cabem teus desejos;
Passam no teu olhar mundos inteiros,
Todo um povo de heróis e marinheiros,
Lanças nuas em rútilos lampejos;

Passam lendas e sonhos e milagres!
Passa a Índia, a visão do Infante em Sagres,
Em centelhas de crença e de certeza!

E ao sentir-te tão grande, ao ver-te assim,
Amor, julgo trazer dentro de mim
Um pedaço da terra portuguesa!

A escolha de um poema de Florbela para a abertura das cerimónias do 10 de junho testemunha genericamente do fervor popular pela obra da poetisa calipolense. Mas, em particular, o poema escolhido representa também uma inédita associação entre erotismo e Pátria, um clamor sentimental em que se entrelaçam, indistinguíveis, o nacionalismo histórico e a paixão amorosa.

De facto, na lírica de Florbela o amor constitui um universo semântico maior. Mais do que um tema, o Eros parece atuar, na sua poesia, como uma forma de energia textual, que convoca e contagia os mais variados conteúdos. Assim, em “O teu olhar”, o desejo amoroso dinamiza a própria ideia de Pátria. Na verdade, a vibração libidinal da poesia de Florbela anima um vasto mosaico de facetas, uma cartografia complexa de modulações, temperaturas e climas emocionais. E, no entanto, como a de outras divas, a vida de Florbela foi tragicamente curta, repassada de dor e assombrada pela morte.

Nesta edição da revista *Callipole*, assinalando o centenário da publicação do segundo livro que publicou, *O Livro de Soror Saudade*, seja-me permitido consagrar este ensaio à sua memória e ao tema que abrasa a sua escrita: o amor em todas as suas formas.

2. No panorama da literatura portuguesa, a poetisa calipolense ocupa lugar pioneiro na enunciação feminina do sentimento amoroso. Florbela *feminilizou* o desejo e a própria poesia. Um dos mais famosos sonetos de Florbela, “Ser Poeta”, parece considerar a paixão como condição prévia do poema. Em Florbela, amar e fazer versos são, assim, quase sinónimos. Nos 80 poemas de amor que aqui visitarei, o campo gravitacional do Eros articula um amplo espectro de atitudes e atmosferas: a busca, o declínio, o desencontro, a espera, o êxtase, o apelo, a noite, a amargura, a dor, o júbilo, a ironia, a saudade.

Um dos aspetos mais interessantes da sua poesia é, justamente, a construção de uma espécie de *ontologia erótica*, a formulação de uma identidade através do amor – que podemos ler, por exemplo, nos sonetos “Blasfémia”, “Escrava” (de *Reliquiae*), “Realidade”, ou no poema muito significativamente intitulado “Eu” (de *Charneca em Flor*). Nesses textos, as figuras do Eu e do Tu são talvez intermutáveis. Num processo de identificação erótico-teológica, o sujeito poético proclama:

Sou no teu rosto a luz que o alumia,
Sou a expressão das tuas mãos de raça,
E os beijos que me dás já foram meus!

Em ti sou Glória, Altura e Poesia!
E vejo-me – milagre cheio de graça! –
Dentro de ti, em ti igual a Deus!... (“Blasfémia”)

Construindo essa identidade mútua, que se autodivinizava divinizando o amado, sonha-se a eternização pelo “verso imenso de ansiedade” (“Escrava”, *Reliquiae*). Tomam especial relevo as referências a certos elementos físicos, que constituem não só agentes corporais da fusão amorosa, mas também modos de marcação identitária. O olhar, forma de posse e de criação de uma espécie de “milagre” ontológico, as mãos, a boca – são outras tantas moradas do Eros e do Ser:

Minhas pálpebras são cor de verbena,
Eu tenho os olhos garços, sou morena,
E para te encontrar foi que eu nasci... (“Realidade”)

Andava a procurar-me – pobre louca! –
E achei o meu olhar no teu olhar,
E a minha boca sobre a tua boca!

E esta ânsia de viver, que nada acalma,
É a chama da tua alma a esbrasear
As apagadas cinzas da minha alma! (“Eu”)

Por vezes, como em “Languidez” (de *Livro de Mágoas*), “Crepúsculo” (de *Livro de Soror Saudade*), “As minhas mãos” (de *Charneca em Flor*) ou “Sombra” (de *Livro de Soror Saudade*), a boca, as mãos e os olhos são os pontos prediletos de fixação de uma autocontemplanção, que se compraz no bailado fugidio da ausência e da imaterialidade:

Fecho as pálpebras roxas, quase pretas,
Que poisam sobre duas violetas,
Asas leves cansadas de voar...

E a minha boca tem uns beijos mudos...
E as minhas mãos, uns pálidos veludos,
Traçam gestos de sonho pelo ar... (“Languidez”)

Neste roteiro erótico, os olhos desempenham um papel especial. Em “Teus olhos” (“Meu sumptuoso túmulo de morta!...” – *Charneca em Flor*), é explícita a associação entre amor e morte. São olhos de perdição gozosa, em que a queda e a derrocada constituem o êxtase efêmero de um “Divino instante” (*Reliquiae*), que se deseja eterno. É ainda o olhar hipnótico do amado, o transe paroxístico de uma morte orgástica que convoca alusões fúnebres, na lógica paradoxal da antífrase.

3. O amor é, assim, a única realidade, objetivo e destino do Eu – mas nunca coincidindo consigo mesmo. Tensor do real, essa nova energia confere-lhe uma dobra suplementar, aninhando-se numa fimbria de irreabilidade e de ausência, como habitando a aura das coisas. Em “A minha tragédia” (*Livro de Mágoas*), a imagem da borboleta noturna é, ao mesmo tempo, a figuração do amor, do Eu e da sua inquietação sombria e errática. Em “Para quê?!” (id.), um erotismo sacrificial tem ressaibos bíblicos: “Beijos d’amor! P’ra quê?!... Tristes vaidades!”. E, na dialética entre sonho e realidade, confundem-se a memória e o olvido: “Ah! a doce agonia de esquecer/ A lembrar doidamente o que esquecemos!” (“Esquecimento” – *Reliquiae*). Simetricamente, em “Saudades” (*Livro de Soror Saudade*), o sujeito poético reivindica, ufano: “– Eu sou Aquela de quem tens saudade/ A Princesa do conto: «Era uma vez...»”.

O regime da busca governa, no entanto, o erotismo florbeliano (“Em busca do Amor” – *Livro de Mágoas*). Ele constrói, no excesso e no devaneio, o seu próprio objeto e, por isso, jamais o pode verdadeiramente encontrar. Em “Sonho vago” (*Reliquiae*), interroga-se:

Onde está ele, o Desejado? O Infante?
O que há de vir e amar-se em doida ardência?
O das horas de mágoa e penitência?
O Príncipe Encantado? O Eleito? O Amante?

Com “Prince Charmant...” (*Livro de Soror Saudade*), a espera e a procura parecem tecer o elogio sensual da lentidão, da suspensão de movimentos ou da sua morosa evanescência: “No lânguido esmaecer das amorosas/ Tardes que morrem voluptuosamente”. No palpitante “Se tu viesses ver-me...”, a ávida, mas contida antecipação do encontro insiste contudo na tensão de dizer-se virtual: “Quando os olhos se me cerram de desejo.../ E os meus braços se estendem para ti...”

Projetado numa realidade sempre debruada de ausência, o desejo resolve-se frequentemente em desencontro: “E eu ando a procurar-te e já te vejo! / E tu já me encontraste e não me vês!” (“Sonho vago”, *Reliquiae*). Um Eu ativo perde, em “O meu condão” (*Charneca em Flor*), fruto dos gestos sombrios do amado, o rumo e o caminho de estrelas que traçara. Surge a imagem da crucificação e do martírio. “Tarde demais” (*Livro de Soror Saudade*) exprime exatamente a impossibilidade de um encontro efetivo, que em “O meu desejo” (*Reliquiae*) se revela obsessão erótica assumida e que, apesar das imagens orgânicas, se consuma numa posse paradoxal, quase mística: “E, sem viver, ando a viver contigo...”.

4. Aproximamo-nos de uma das mais recorrentes e características facetas da lírica florbeliana: a sua enigmática *poética crepuscular*, próxima da influência do Simbolismo, mas revestida de todos os valores da intimidade. Os gerúndios, os aspetos verbais iterativos e durativos (“ando a morrer”) – dão a sugestão dos rituais de passagem e da continuidade. Seres do lusco-fusco, intermediários ou viajantes, medianeiros entre o dia e a noite, entre o céu e a terra – os poentes, os outonos, as sombras, as névoas, os desmaios, as lágrimas, as pérolas, as gotas de chuva, os arabescos de fumo, as pétalas caindo, cinzas, memórias, espumas – são os motivos materiais da languidez eufórica. A sua configuração filamentosa confere-lhes a função do *fio*, metáfora consagrada do fluir temporal. Talvez involuntariamente, Florbela parece procurar representar a substância imaterial do tempo. Reencontramos essa mesma atmosfera evanescente em “Fumo”. E, em “Cinzento” (também de *Livro de Soror Saudade*), as rendas, os dedos, são habitantes dessas zonas espumosas e franjadas, aéreas, rarefeitas, de transição e metamorfose:

Poeiras de crepúsculos cinzentos,
Lindas rendas velhinhas, em pedaços,
Prendem-se aos meus cabelos, aos meus braços,
Como brancos fantasmas, sonolentos...

Monges soturnos deslizando lentos,
Devagarinho, em misteriosos passos...
Prende-se a luz em lânguidos cansaços...
Ergue-se a minha cruz de desalentos!

Poeiras de crepúsculos tristonhos,
Lembram-me o fumo leve dos meus sonhos,
A névoa das saudades que deixaste!

Horas em que o teu olhar me deslumbrou...
Horas em que a tua boca me beijou...
Horas em que fumo e névoa te tornaste...

Logo no *Livro de Mágoas* se desenha a valorização poética da atmosfera híbrida, materializada nessa simbologia crepuscular, semeada de imagens diáfanas. A poética das horas vaporosas inaugura uma estética do langor e da reticência suspensiva, do anelo indefinido. É o entardecer, a *véspera*, “hora sagrada”, momento estratégico da iminência epifânica. Advento da noite (“A noite desce...”, *Livro de Soror Saudade*), o crepúsculo constitui a materialização atmosférica do vago e do intervalar. A sua matéria rendilhada e ténue aparenta-o a esse “Fumo leve que foge entre os meus dedos!...”: o sonho do amor perdido. E, no entanto, nessa decadência esplêndida do outono, nessas “magníficas noites voluptuosas”, o sujeito poético confessa soluçar, a delirar de amor (“Outonal”, *Charneca em Flor*).

5. Outro aspeto típico da poesia de Florbela, que já aqui intuímos, é o seu peculiar movimento de *espacialização erótica*. Mais do que um animismo paisagístico, identifica-se aqui a ligação entre o Eros e a terra. O Eros pode representar o princípio da energia, vertical, desencarnado, fecundante e masculino (muitas vezes identificado com o sol). A terra, a charneca, ou por vezes o mar, corresponderá, parece-me, ao princípio da matéria (*mater*), horizontal, substancial e feminino, apelando à fecundação, explodindo na dádiva de si ou fechando-se na sua infinita reserva ressentida. Assim se diz distintamente, em “Esfinge” (*Livro de Soror Saudade*):

E ansiosa desejo – ó vã miragem –
Que tu e eu, em beijos e carinhos,
Eu a Charneca, e tu o Sol, sozinhos,
Fôssemos um pedaço da paisagem!

Trata-se de uma projeção já claramente *hierogâmica*, da ordem do erotismo sacral, cósmico, entre a terra e o sol. Em “Alentejano” (id.), a calidez do sol e a “bênção dulcíssima dos céus” protegem, na terra sensual, os amores humanos. E, sobretudo, deve acentuar-se de novo a importância do momento do crepúsculo, em que o sol parece tocar a terra ou o mar. É o momento da mágica transição, da *re-liquação* erótica. No soneto “Da minha janela”, a queda e o poente envolvem a belíssima imagem do sol como ave ferida, resolvida depois numa síntese totalizadora:

“Num beijo eterno, assim, nunca desfeito!...”. Ao sol poente é expressamente comparado o amado, no soneto homónimo: “Morrem verbenas silenciosamente... / E o rubro sol da tua boca ardente / Vai-me a pálida boca desfolhando...” (“Sol poente”, pertencente a *Livro de Soror Saudade*, tal como os outros três poemas anteriores).

Em “Tarde no mar”, a sexualização dos elementos da paisagem (a vaga feminina, o sol masculino) cria progressivamente um erotismo explícito de alta voltagem, agónico e orgástico: “E sobre mim, em gestos palpitantes, / As tuas mãos morenas, milagrosas, / São as asas do sol, agonizantes...” (“Tarde no mar”, *Charneca em Flor*). E, em “Toledo” (id.), reencontramos esse erotismo manifesto, tributário de um falicismo masculino e ativo, produtor do prazer:

As tuas mãos tateiam-me a tremer...
Meu corpo de âmbar, harmonioso e moço
É como um jasmineiro em alvoroço
Ébrio de sol, de aroma, de prazer!
(...)

Flameja ao longe o esmalte azul do Tejo...
Uma torre ergue ao céu um grito agudo...
Tua boca desfolha-me num beijo...

6. Abundam em *Livro de Soror Saudade* e *Charneca em Flor* as imagens florais da dádiva total, erótica e física, como a rosa entreaberta ou o coração trespassado – oferecido numa apoteose de floração, escancarado em rubro fulgor. É assim em “Os versos que te fiz” e “Horas rubras”; é também assim em “Nervos de oiro” (*Charneca em Flor*), em que a metáfora floral pode mascarar uma menção genital; é sobretudo assim em “Volúpia” (id.), que parece exprimir uma energia erótico-fálica em estado puro, e em que se pode vislumbrar uma alusão muito subtil ao mito finissecular de Salomé. Em “Ambiciosa” (id.), faz-se a apologia do excesso e da ferocidade amorosa a que, em “O nosso mundo” (*Livro de Soror Saudade*), se junta a avidez do Eros jubiloso, num hino à vida, bebida como vinho a longos tragos. É aqui, aliás, significativa a insistência nas imagens da oralidade – beber, beijar: “O mundo, Amor!... As nossas bocas juntas!...”. No soneto “IV” (*Charneca em Flor*), a Terra e os espaços resumem-se ao ardor vital do Eros:

Prende-me toda, Amor, prende-me bem!
Que vês tu em redor? Não há ninguém!
A Terra? – Um astro morto que flutua...

Tudo o que é chama a arder, tudo o que sente,
Tudo o que é vida e vibra eternamente
É tu seres meu, Amor, e eu ser tua!

Finalmente, no famoso soneto “Amar”, o *carpe diem* associado ao Eros resolve-se, como no vibrante poema “Mocidade” (ambos de *Charneca em Flor*), num vigor febril, coexistindo com a consciência da finitude e da efemeridade de tudo.

Efetivamente, um vigoroso tropismo ascensional acompanha muitas vezes, na lírica de Florbela, uma espécie de *voo* erótico, que alarga, agiganta, supera e expande as referências amorosas até aos confins da paisagem, ao espaço, aos astros e a Deus. É o caso do soneto “Fanatismo” (*Livro de Soror Saudade*), cujo fecho proclama: “Ah! podem voar mundos, morrer astros, / Que tu és como Deus: Princípio e Fim!...”. É o caso, igualmente, dos poemas “VI” de *Charneca em Flor*, de “Exaltação” (*Livro de Soror Saudade*) e do famosíssimo “Ser poeta” (*Charneca em Flor*), associando o excesso passional e a criação poética. A mesma subida redentora impregna o poema “V” (id.). A divinização do *Outro*, o orgulho incomensurável, o desejo explícito do Impossível e do Infinito atingem talvez o seu máximo grau em “Eu não sou de ninguém...”. Já em “Vão orgulho” (*Reliquiae*), as alusões às amadas míticas de Dante e Camões servem a denúncia da vacuidade, das ilusões e das mentiras do Eros; mas o “alto orgulho de o ter sido em vão” manifesta a superação consciente do amor-próprio, imolado à causa maior do Amor Absoluto.

Se, no poema “I” (*Charneca em Flor*), o homem atinge, por intermédio do amor, as alturas da poderosa e nobre águia real, em “Tarde de música” (*Reliquiae*) uma doce ironia erótica troça suavemente da música erudita, para se absorver na beleza física do pianista. Uma enigmática “grande sombra loira” assola o Eu poético em “Chopin” (id.). Será a dor? O amado?... Uma “Frieza” (*Livro de Soror Saudade*) cruel é, finalmente, tudo quanto exprime um estranho “irmão” – uma indiferença gélida:

Os teus olhos são frios como as espadas,
E claros como os trágicos punhais;
Têm brilhos cortantes de metais
E fulgores de lâminas geladas.

O sacrifício amoroso é frequentemente metaforizado pela crucificação do Eu, tal como a lemos em “Noturno” (id.), que alia a abnegação espiritual ao pranto e ao imaginário aquático; ou em “Crucificada” (*Charneca em Flor*), em que o sacrifício é promessa do milagroso renascimento do amado. Em “Amiga” (*Livro de Mágoas*), como nos anteriores, recupera-se a valorização dos beijos, boca e mãos, enquanto se canta a reserva e um sublimado *agape*. Em “Que importa?...” (*Livro de Soror Saudade*), aceita-se mesmo, humildemente, o amor não retribuído nem exclusivo – amor que, em “Pobrezinha” (*Reliquiae*), se traduz por desencontro e desequilíbrio, sendo sempre mais rico quem mais dá e quem mais sonha. E, em “O maior bem” (id.), soneto de nítido sabor camoniano, impera a lógica antifrástica – o maior mal é o maior bem:

Mas que me importa a mim que me não queiras,
Se esta pena, esta dor, estas canseiras,
Este mísero pungir, árduo e profundo,

Do teu frio desamor, dos teus desdêns,
É, na vida, o mais alto dos meus bens?
É tudo quanto eu tenho neste mundo?

7. Assim nos aproximamos de um filão temático caracterizado pelo refluxo amoroso. “Amor que morre” (*Reliquiae*) aparenta exprimir a inevitabilidade da sucessividade erótica; e uma doçura irônica parece conter um sabor de *Eclesiastes*, com o seu reconhecimento de que há um tempo para viver e um tempo para morrer. “Inconstância” (*Livro de Soror Saudade*) é justamente uma espécie de síntese erótico-existencial, resolvida em decepção:

Procurei o amor, que me mentiu.
Pedi à Vida mais do que ela dava;
(...)

E este amor que assim me vai fugindo
É igual a outro amor que vai surgindo,
Que há de partir também... nem eu sei quando...

A aceitação apaziguada da sucessividade amorosa patenteia-se em “A Vida” (id.): “Amar-te a vida inteira eu não podia. / A gente esquece sempre o bem dum dia / Que queres, meu Amor, se é isto a Vida!...”. Desse modo, o amor perdido não provoca sequer um pensamento de ódio: “Ódio seria em mim saudade infinda, / Mágoa de o ter perdido, amor ainda. / Ódio por ele? Não... não vale a pena.” (“Ódio?”, id.). Benfazeja, em “De joelhos” (*Livro de Mágoas*) a mulher desprezada abençoa a outra que lhe terá sucedido nos favores do amado. Porém, a poderosa maldição contida em “Supremo enleio” (*Charneca em Flor*) contradiz tal bênção: abandonada, a voz lírica afirma que, em todas as mulheres futuras, o homem encontrará apenas a si mesma, e a ninguém mais, até ao fim da sua vida.

É marcante, contudo, em Florbela, o tropismo abnegado da expressão amorosa. “Filtro” (id.) exprime essa mesma consolação fraterna ou maternal. “Suavidade” (*Livro de Soror Saudade*) prolonga justamente a atitude meigamente protetora. Os valores aconchegantes do imaginário da intimidade e da clausura nunca andam longe da morada erótica, como se lê em “A nossa casa”: “(...) eu moro – tão bom! Dentro de ti / E tu, ó meu Amor, dentro de mim...”.

Já “Silêncio!...” (*Reliquiae*) põe em cena uma voz do Eu que se confunde com a da Morte, identificando-se também com a do vento e com a da Mãe; e acaba descrevendo uma perseguição erótico-fantasmagórica, que pode aproximá-la da voz de Cathy, de *Wuthering Heights*:

Estou junto de ti e não me vês...
Quantas vezes no livro que tu lês
Meu olhar se pousou e se perdeu!

Trago-te como um filho nos meus braços!
E na tua casa... Escuta!... Uns leves passos...
Silêncio, meu Amor!... Abre! Sou eu!...

O apelo da morte tem sido muitas vezes assinalado na lírica de Florbela. Em “Os meus versos” (id.), o desejo de aniquilação atinge a sua obra – inspirados pelo amor e pela dor, os seus versos são, afinal, comuns a toda a humanidade e a todos os poetas: “Rasga os meus versos... Pobre endoidecida! / Como se um grande amor cá nesta vida / Não fosse o mesmo amor de toda a gente!...”

Entretanto, “Noite de chuva” (id.) anuncia um interessante imaginário *ofeliano* em Florbela: uma diluição ou afogamento do corpo feminino, liquefeito por ação das lágrimas e do “teu amor que mal existe”; são sugestivas as referências à queda e à água, a Melusina e Viviana, figuras femininas míticas ligadas ao meio aquático. É uma tendência que observamos retomada no soneto “III” (*Charneca em Flor*), com uma curiosa inversão dos papéis feminino e masculino: a alma do amado é identificada com “uma lagoa calma”, enquanto o coração do Eu, febril e palpitante, flutua à deriva, abandonado:

E o meu coração que tu não sentes,
Vai boiando ao acaso das correntes,
Esquife negro sobre um mar de chamas...

Em “A noite desce...” (*Livro de Soror Saudade*), já fizemos notar a lânguida poética do entardecer, na intemporalidade sugerida pelo emprego do gerúndio e do presente, na sua cadência de motivos e movimentos descendentes. A noite, no embriagamento dos seus perfumes e carinhos, não traz apenas o beijo – mas também o adormecimento eterno e piedoso, o amortalhamento sob braçadas de flores:

Assim mãos de bondade me embalassem!
Assim me adormecessem, caridosas,
E em braças de lírios e mimosas,
No crepúsculo que desce me enterrassem!

É recorrente a atribuição de uma espécie de condição *natural* ao corpo feminino, como acontece no poema “II” (*Charneca em Flor*), em que os olhos do Eu são comparados a “pedra rara”, as mãos a “fontes de água clara” e, sumariamente, todo o corpo triste é “como a folha ao abandono/ Num parque solitário, pelo outono, /Sobre um lago onde vogam nenúfares...”.

A curiosa e feminina condição “floral” e “vegetal” (que Florbela traz inscrita no seu próprio nome) acentua-se na sua pessoal obsessão com a *metempsicose* (noção aliás bem oitocentista). O soneto “Sobre a neve” (*Reliquiae*) formula uma despedida amorosa, ao mesmo tempo que, em oposição à frieza sentimental (a “neve”) do Tu, procede à identificação eufórica do corpo feminino com a natureza, as estações do ano e as flores:

Mas ‘inda um dia, em mim, ébrio de cor,
Há de nascer um roseiral em flor
Ao sol de primavera doutra boca!

Um imaginário predominantemente *noturno*, interior, ctónico, faz explodir, num êxtase de amor, um princípio feminino que parece provir das entranhas da terra – visceral, cíclico, feito por vezes de antífrases, e que canta a Morte como preâmbulo da Vida. É o caso do maravilhoso soneto “Charneca em flor”, com as suas imagens de rosas a nascer por cima das urzes queimadas (como as da mítica Ispaã de outro soneto), com os seus aromas e sabores “a sol, a fruto, a mel”.

8. Está assim acionado o relançamento da energia vital. Obra da integração na natureza e nos seus ritmos, a sugestão erótica é explícita em “Passeio ao campo” (*Charneca em Flor*): “Colhe a hora que passa, hora divina, / Bebe-a dentro de mim, bebe-a comigo! / Sinto-me alegre e forte! Sou menina!”. É “Primavera” (*Reliquiae*), o regresso da energia depois da morte simbólica do inverno, por meio da identificação física com a natureza juvenil e feminina:

Também despi meu triste burel pardo,
E agora cheiro a rosmaninho e a nardo
E ando agora tonta, à tua espera...

Pus rosas cor-de-rosa em meus cabelos...
Parecem um rosa! Vem desprendê-los!
Meu Amor, meu Amor, é Primavera!...

A desforra da Vida sobre a Morte está patente no enigmático poema “VII” (*Charneca em Flor*), em que um misterioso e morto “corpo heroico, posto em cruz” tanto pode pertencer ao amado como constituir o corpo extinto do Eu, que a sua alma, feita “sombra calma dum entardecer”, vem visitar docemente, depois da vida. Esta apologia das emoções, aliada a um neoplatonismo difuso e panteísta, reencontramo-la em “Roseira brava” (id.). O secreto sentido deste desafiante soneto parece derivar de um *amor pelo próprio Amor* que, certamente, todos os leitores reconhecerão na lírica de Florbela. Irmã, amiga, amante, filha, o espectro das figuras afetivas de que se reveste o rosto de Eros não explica, porém, a quem podemos atribuir a identidade da “roseira brava”. Será ele? Será ela?... O leitor decidirá.

Na verdade, todos os leitores desta antologia encontrarão, nalgum verso de Florbela, o perfil do seu rosto pessoal e o eco da sua própria voz:

Como se um grande amor cá nesta vida
Não fosse o mesmo amor de toda a gente!...

Bibliografia

- Dal Farra, Maria Lúcia. “A condição feminina na obra de Florbela Espanca”. *A Cidade de Évora* n.º 69-70. Évora: Câmara Municipal de Évora, 1987, pp. 51-61.
- “Florbela erótica”. *Cadernos Pagu* 19, 2002. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644581>
- Espanca, Florbela. *Obras Completas de Florbela Espanca. Livro de Soror Saudade*. Org., fixação crítica dos textos e notas de Cláudia Pazos Alonso e Fabio Mario da Silva. Lisboa: Estampa, 2012.
- Obras Completas de Florbela Espanca. Livro de Mágoas*. Org., fixação crítica dos textos e notas de Cláudia Pazos Alonso e Fabio Mario da Silva. Lisboa: Estampa, 2012.
- Obras Completas de Florbela Espanca. Charneca em Flor*. Org., fixação crítica dos textos e notas de Cláudia Pazos Alonso e Fabio Mario da Silva. Lisboa: Estampa, 2013.
- Gordon, Maria da Conceição Lopes da Silva. *The Sexual Being in the Poetry of Florbela Espanca*. Tese de doutoramento. Universidade de Cambridge, 2008.
- Klobucka, Anna. *O Formato Mulher: A Emergência da Autoria Feminina na Poesia Portuguesa*. Coimbra: Angelus Novus, 2009.
- Pazos Alonso, Cláudia. *Imagens do Eu na poesia de Florbela Espanca*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997.
- Pereira, José Carlos Seabra. “A face bela do impulso estranho”. *Obras Completas de Florbela Espanca. Obra poética*. Lisboa: Presença, 2009, p. 11-49.
- Sena, Jorge de. *Florbela Espanca ou a Expressão do Feminino na Poesia Portuguesa*. Porto: Biblioteca Fenianos, 1947.
- Silva, Fabio Mario da. *Da metacrítica à psicanálise: a angústia do “eu” lírico na poesia de Florbela Espanca*. João Pessoa: Ideia, 2009.
- “Florbela Espanca”. João Esteves e Zília Castro Osório (dirs.), Ilda Soares de Abreu e Maria Emília Stone (coords.). *Feminae. Dicionário Contemporâneo*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género/ Presidência do Conselho de Ministros, 2013, pp. 305-308.
- Vilela, Ana Luísa. “«Minh’alma, de sonhar-te, anda perdida»: erotismo e mística de Soror Florbela”. Lopes, Óscar et alii. *A Planície e o Abismo. Actas do Congresso sobre Florbela Espanca realizado na Universidade de Évora, de 7 a 9 de dezembro de 1994*. Lisboa: Vega, 1997, pp. 119-126.
- “Ser Poeta é Ser Flor”. *Navegações. Revista de Literatura e Culturas de Língua Portuguesa*, vol. 8, n.º 1. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/ Universidade de Lisboa, 2015, pp. 35-41. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/navegacoes/article/view/17187>

Depois de Nós, Vós, “...minha pátria bem amada...” D. Manuel II e a Fundação da Casa de Bragança

Maria de Jesus Monge*

A 21 de Novembro de 1933, o decreto-lei 23 240 cria a Fundação da Casa de Bragança. Este acto legislativo (Fernandes, 1991) consagra a vontade expressa em testamento por D. Manuel II, a 20 de Setembro de 1915 (ANTT, 9.º Cartório notarial de Lisboa, Cx 529, Loc.6/40/5/4, docs.47 a 50). Desta decisão resulta também a criação do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança, instituição museológica que tem como missão a conservação, estudo e divulgação da memória material e imaterial da Casa de Bragança. O testamento de D. Manuel II é minucioso nas disposições relativas ao seu património, contemplando vários cenários, como seria expectável num documento desta natureza concebido por um homem de 25 anos, que havia casado apenas dois anos antes.

A 2 de Julho de 1932, D. Manuel falece, inesperadamente apesar da saúde frágil, vítima de um edema da glote (Proença, 2006). Em Agosto do mesmo ano os seus restos mortais são solenemente trasladados para o Panteão de S. Vicente de Fora, em Lisboa, onde repousam.

A Casa de Bragança remonta a 1401, resultado do casamento de D. Afonso (c.1377-1461), filho natural do rei D. João I, e Dona Brites Alvim, única filha e herdeira do Condestável do Reino, D. Nuno Álvares Pereira. A Casa nasce dotada do vasto património pertencente a Dona Brites, e será acrescido do que o Santo Condestável atribui aos dois netos varões - D. Afonso, o mais velho, recebe o condado e título de Ourém, mas morre sem herdeiros legítimos, passando os seus bens a seu irmão D. Fernando, conde de Arraiolos e segundo duque de Bragança (*Diversas lembranças relativas ao Serviço da Serenissima Casa e Estado de Bragança*, AHCB NNG 2627/Ms 2594).

Seiscentos anos de história assistiram a uma fortuna oscilante entre o engrandecimento, a dissolução, a reconstrução, a subida ao trono, o fim da monarquia...

* Directora do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança.



1. Retrato de D. Manuel II, c.1908, MBCB AF UI322© FCB

Desde o início e fruto das próprias circunstâncias da sua constituição, a Casa de Bragança assume-se como uma das primeiras do reino, pela proximidade familiar (frequente e judiciosamente alimentada com novos matrimónios), pela relevância do património fundiário, direitos e benefícios vários, bem como pelos altos cargos desempenhados. A morte do 3.º duque, D. Fernando (1430-1483), por ordem do rei D. João II, seguida de extinção da Casa de Bragança e confisco de bens e direitos, é ultrapassada com o regresso de D. Jaime (1478-1532) do exílio castelhano e a devolução, e acrescento, do património e privilégios. O casamento de 1537, entre D. Isabel de Bragança e o filho mais novo do rei D. Manuel I, o infante D. Duarte, apesar de protelado pelo pai da noiva (Páscoa, 2015), será o evento que colocará a Casa de Bragança no trono, como longamente anunciado pela divisa adoptada – *Depois de vós, nós*.

A 1 de Dezembro de 1640, o 8.º duque de Bragança, D. João, é aclamado rei de Portugal, dando início à mais longa dinastia real portuguesa. A implantação da República, a 5 de Outubro de 1910, determina o fim da monarquia e condena a última família real ao exílio. Imbuído de patriotismo e desejo de perpetuar a memória da Casa de Bragança, em tempo de regime republicano, o jovem rei exilado concebe o projecto de criar uma instituição que preserve o património material e imaterial da linhagem que corporiza. Nas disposições testamentárias, registadas

**Depois de Nós, Vós, “...minha pátria bem amada...”
D. Manuel II e a Fundação da Casa de Bragança**

em 1915, determina a criação do Museu da Casa de Bragança¹. Esta instituição museológica acolheria as colecções de sua propriedade² que, embora no Testamento não esteja expresso, ficaria instalada no complexo edificado considerado como sede territorial dos Bragança, o Paço de Vila Viçosa, conforme documentação complementar e instruções das herdeiras, as rainhas Dona Amélia e Dona Augusta Vitória, respectivamente mãe e mulher de D. Manuel II.

A memória brigantina não se esgota contudo no património sito em Vila Viçosa, os vários castelos, residências e propriedades que pertenceram aos Bragança ao longo dos séculos, constituíam uma rede que tinha como âncoras administrativas as sedes dos almoxarifados³. De Barcelos a Portel, a Casa de Bragança superintendia uma ampla parte do território continental português, espalhando também além-mar interesses e privilégios. Trabalhar e dar a conhecer essa gesta, longa de meio milénio, não pode assim circunscrever-se à vila alentejana de Vila Viçosa.

Os castelos/paços de Ourém, Vila Viçosa e Portel permanecem na Casa de Bragança até ao século XX e constituem os principais nós desta rede, espaços físicos cuja memória intangível define o devir de uma Casa cuja existência mais que paralela, é a corporização mesma da História de Portugal. Os paços de Barcelos e Guimarães completavam este núcleo fundacional, mas vicissitudes e opções ao longo dos séculos, desagregaram-nos do todo brigantino⁴.

O culto mariano, particularmente a Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, confere uma dimensão mística, que tem como momento marcante a coroação da Virgem como rainha de Portugal, a 25 de Março de 1646. Assento territorial da Casa de Bragança, Vila Viçosa assume assim também uma dimensão cultural, que acompanhará o reforço da presença portuguesa no mundo, reafirmada após a restauração da independência face ao império espanhol.

A nova dinastia cumpre ainda o velho projecto de construção de um panteão para os duques seus antecessores, agora que, enquanto casa reinante, passa a ter espaço cativo no panteão real de S. Vicente de Fora, inaugurado para acolher os restos mortais do rei restaurador, D. João IV. O Panteão dos Duques de Bragança, instalado na igreja do convento dos Agostinhos, associado ao Panteão das Duquesas, no coro baixo da igreja do Convento das Chagas, encapsulam a memória ducal brigantina, que ficava concentrada e preservada para a posteridade (Soromenho, 2017).

¹ Testamento..., artigo 14, ANTT, 9.º Cartório notarial de Lisboa, Cx 529, Loc.6/40/5/4, docs. 47 a 50.

² Testamento..., artigo 14, idem.

³ Almoxarifados da Casa de Bragança ao longo dos séculos: Alter do Chão, Arraiolos, Barcelos, Bragança, Chaves, Dízimas do Pescado de Cascais, Lisboa, Setúbal e Porto, Eixo, Estremoz, Évora Monte, Lisboa, Monsaraz, Ourém, Pailepa, Portel, Porto de Mós, Reguengo de Sacavém, Reguengo do Alviela, Vila Viçosa, Comenda de Mértola, Elvas. Informação compilada por Marta Páscoa, arquivista do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança.

⁴ O Paço de Guimarães mandado construir pelo 1.º duque para a segunda mulher, Dona Constança de Noronha, integrou o dote de Dona Isabel de Bragança quando do seu casamento com o Infante D. Duarte (1537) e não regressou à Casa de Bragança.



2. Igreja de N.ª S.ª da Graça, Convento dos Agostinhos de Vila Viçosa © FCB

Todo este denso emaranhar de factos e memórias, carregados de valor simbólico, terão sido bebidos pelo jovem infante D. Manuel. Os relatos de professores e do próprio acentuam o gosto pela História, e os estudos que veio a desenvolver em torno do livro antigo, são o prolongamento e concretização desta paixão (ANTT, Fundo Júlio de Castilho). O contexto em que nasceu e cresceu terão contribuído para o desenvolvimento do interesse pela história da pátria, os feitos dos grandes vultos históricos, aqueles cujas realizações são exemplos capazes de animar os contemporâneos, provocar e alimentar o renascimento da crença num futuro melhor. A leitura de *Livros Antigos Portuguezes* (Manuel II, 1929) bem como de outros escritos, esclarecem sobre o patriotismo enraizado e a vontade de que esse património se mantivesse indiviso e dedicado ao Povo Português.

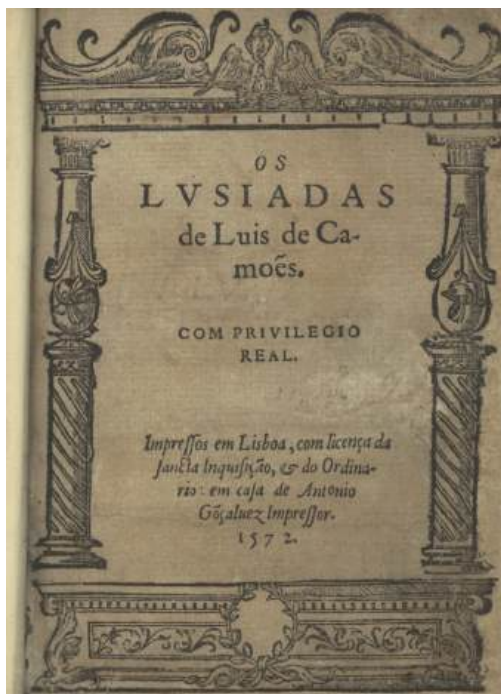
Embora a morte inesperada não tenha permitido que os estudos que D. Manuel desenvolvia sobre a imprensa portuguesa quinhentista atingissem a data de 1572, quando sai do prelo a primeira edição do poema épico de Luís Vaz de Camões, *Os Lusíadas*, a Camoniana do rei era o núcleo mais consistente e acarinhado.

Em carta datada de 7 de Novembro de 1929, dirigida ao antigo mestre, o Professor José Maria Rodrigues (1857-1942), grande especialista em Camões, afirma:

‘A minha Bibliotheca, reunida pouco a pouco e com amor, é realmente extraordinária: a minha collecção de Camões, admirável e certamente das mais completas que existe: compreende as edições dos *Lusiadas* de 1572 (as duas), 1589, 91 e 97, as *Rythmas* de 1595 e 98; o que é mais interessante, possui um exemplar – talvez o único que exista, *absolutamente perfeito* – dos Autos de Antonio Prestes e Luis de Camões de 1587. Tenho todas as primeiras edições estrangeiras dos *Lusiadas*: edições Portuguezas dos seculos XVII e XVIII dos *Lusiadas* e *Rythmas*, possuo-as

**Depois de Nós, Vós, “...minha pátria bem amada...”
D. Manuel II e a Fundação da Casa de Bragança**

todas. Agora que infelizmente (talvez o ignore) a Bibliotheca Palha foi vendida para a América, onde já se encontra enriquecendo a Bibliotheca da Universidade de Harvard – onde já se encontrava a collecção camoniana Carvalho Monteiro, restam poucas boas collecções de Camões em Portugal. (...) (CRUZ, 1980, pp. 209 a 230).⁵



3. *Os Lusíadas*, Luís Vaz de Camões. MBCB, BDM II 377 © FCB

D. Manuel é o último de uma longa linhagem que aposta na promoção do conhecimento, da arte e da cultura em geral, como instrumento de prestígio, mas também como meio para promover a melhoria de vida dos seus compatriotas. Este será o móbil da criação de uma entidade que, herdeira do património material da Casa de Bragança, o gerisse e preservasse, e cumprisse igualmente o dever de manter viva a memória de um longo percurso de vidas dedicadas a garantir a singularidade, unidade e independência de Portugal.

A fórmula escolhida não foi original, o tio materno Henri d’Orléans, duc d’Aumale (1822-1897) deixa ao Estado francês (1884) o Domínio de Chantilly/Museu Condé, onde havia instalado a colecção de pintura e o Gabinete de Livros, que só têm paralelo nas colecções do Museu do Louvre e nos fundos da Biblioteca Nacional de França. Estas colecções foram constituídas essencialmente durante o exílio em Inglaterra, em Twickenham, facto que não será coincidência tendo em conta os laços familiares e foi seguramente inspirador para o jovem rei exilado.

⁵ Itálico do Autor. O volume de *Autos*, de Luís de Camões, aqui referido foi adquirido através do Dr. Ettinghausen aos herdeiros de Carvalho Monteiro, em 1926.

Para um bibliófilo, a fruição individual só atinge a sua plenitude quando enquadrada pelo conhecimento erudito, pela produção de saber e sua partilha pela comunidade em geral e científica, em particular.

Na Grã-Bretanha, onde viveu mais de metade da sua curta vida (entre 1910 e a morte, em 1932) era prática habitual a criação de ‘trust’⁶ com a finalidade de gerir património, forma de assegurar que os recursos financeiros proviam à conservação dos bens sob sua administração.

A Fundação da Casa de Bragança é assim o instrumento concebido para garantir que o património cultural, centrado na casa de família, o Paço de Vila Viçosa, mas historicamente presente em todos os cantos de Portugal onde a Casa de Bragança exerceu direitos, é mantido, estudado e fruído, em benefício da ‘Pátria bem amada’.

Após a morte de D. Manuel começa um complexo processo administrativo para dar cumprimento ao testamento. O rei vivia exilado em Inglaterra desde 1910 e o testamento é, naturalmente, registado de acordo com a lei britânica. Caberá aos representantes diplomáticos portugueses fazer traduzir e autenticar o testamento, antes da sua execução em Portugal (ANTT, 9.º Cartório notarial de Lisboa, Cx 529, Loc.6/40/5/4, docs.47 a 50).

A lei britânica prevê a possibilidade de testar a totalidade dos bens, já a lei portuguesa salvaguarda a terça parte para herdeiros directos e D. Manuel não teve descendência, mas tinha mãe e mulher. O Governo português teve assim que negociar com os representantes legais das rainhas Dona Augusta Victoria de Hohenzollern-Sigmaringen (1890-1966) e Dona Amélia de Orleães (1865-1951) a forma de dar cumprimento à vontade de D. Manuel.

No Diário do Governo, I Série, 266, de 21 de Novembro de 1933, publica-se o Decreto-Lei n.º 23240, originário do Ministério das Finanças, que institui a Fundação. O processo de legalização de propriedade do património imóvel, urbano e rústico, herdado de seu pai, o rei D. Carlos, ficara concluído poucos anos antes (Ministério das Finanças, Serviço de Finanças – Estremoz). Nos primeiros anos após a constituição da Fundação foi particularmente difícil garantir a execução das disposições, dado que a Europa vivia em situação de guerra (a Segunda Guerra mundial desenrola-se entre 1939 e 1945), os anos que precedem e sucedem a esse grande conflito à escala mundial não foram também fáceis para a concretização do complicado processo jurídico: D. Manuel vivia e morre em Inglaterra, D. Augusta-Victoria era alemã e regressa ao país de origem quando enviúva, e Dona Amélia é francesa e havia instalado residência em Versailles. Em linha com as disposições testamentárias e as decisões das herdeiras, o património que não integra a Fundação será o que não tem valor histórico, nomeadamente os prédios urbanos sítos em Lisboa, incluindo os edifícios onde funcionava a administração da Casa de Bragança, na Rua António Maria Cardoso. Esta fórmula originou também o leilão que decorreu em Vila Viçosa, em 1944 (Monge, 2017; AHCB 5392), onde foram vendidos os bens considerados propriedade das rainhas herdeiras, por não terem valor

⁶ <https://www.investopedia.com/terms/t/trust.asp>, acedido a 13 de Julho de 2023.

artístico que justificasse (à luz da interpretação da época) a sua inclusão nas colecções museológicas do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança. As várias fases do processo legal de declaração dos bens propriedade privada da Família Real podem ser acompanhadas através da documentação (ANTT, AHMF cx 7805).

Uma vez constituída, a Fundação carecia de outro instrumento legal para poder “adquirir o usufruto” a ambas as rainhas, e funcionar em pleno. O Ministério das Finanças produz novo decreto, que publicou no Diário do Governo, I Série, n.º 116, de 21 de Junho de 1944, o Decreto-Lei n.º 33726, que autorizava essa aquisição, suportada por um empréstimo à Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência. O referido empréstimo foi feito por 20 anos e ficou integralmente pago em 1964 (Fernandes, 1991). O mesmo decreto esclarece o modelo de gestão da Fundação. O Conselho Administrativo que então assume funções é presidido por António Luiz Gomes⁷, que acumula com o cargo de director-geral da Fazenda Pública.

A tarefa assumida era de monta, recuperar património edificado, reorganizar e modernizar a exploração agrícola e silvícola e, naturalmente, executar as decisões relativas ao património cultural. O terceiro vector de actuação definido para a Fundação, é a actividade de apoio social, designadamente nos municípios onde está implantada de forma mais expressiva⁸, através de um fundo cujos rendimentos serão aplicados em favor de instituições de beneficência e utilidade pública, designadamente da Misericórdia de Vila Viçosa.

A 4 de agosto de 1952, através do decreto-lei 38 848, a Fundação é confrontada com uma decisão governamental, cumprir a sua ‘função histórica’. Esta fórmula irá implicar a aquisição, obras e apetrechamento da Quinta de S. Marcos, em Coimbra, onde se instala D. Duarte Nuno de Bragança e a família, bem como o pagamento de uma pensão anual (AFCB P702). Este substancial encargo sobrecarrega o orçamento anual da Fundação dificultando, designadamente, o cumprimento de outra disposição testamentária de D. Manuel II, a criação de uma escola agrícola, em memória de seu pai, o rei D. Carlos. A Escola Agrícola de D. Carlos I será instalada em Vendas Novas, em 1987, vocacionada para a formação profissional, social e cultural no meio rural, e ministra cursos desde essa data.

A Fundação da Casa de Bragança desenvolvia então a sua actuação com base nos recursos resultantes da actividade agrícola e silvícola, pelo que as ocupações de propriedades do período pós revolução de Abril de 1974 a privaram dos meios indispensáveis à prossecução da sua missão.

Os últimos anos da gestão de António Luiz Gomes (morre em funções, a 2 de Janeiro de 1981) são especialmente difíceis, procurando garantir a sobrevivência da instituição que erguera. A partir de Julho de 1981 a presidência do Conselho

⁷ António Luiz Gomes nasceu no Porto em 1898, formou-se em Direito na Universidade de Coimbra, lecionou na Faculdade de Letras do Porto. Em 1923 dedica-se à magistratura, até 1933 quando é chamado a Lisboa, para exercer funções no Ministério das Finanças. https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=docentes%20e%20estudantes%20da%20primeira%20flup%20-%20ant%c3%b3nio%20lu%c3%ads%20gomes

⁸ <https://www.fcbraganca.pt/a-fundacao/apresentacao/>

Administrativo é da responsabilidade de João Gonçalo do Amaral Cabral⁹, que tem como principal tarefa a reconstrução financeira da Fundação e a requalificação dos espaços de património cultural, particularmente afectados por falta de manutenção e modernização.

A 12 de Julho de 1982, a Fundação foi considerada como *pessoa colectiva de utilidade pública* por despacho do Primeiro-Ministro, publicado no Diário da República, II Série, de 23 de Julho de 1982¹⁰.

Após a morte de João Gonçalo do Amaral Cabral, em 2012, sucedeu-lhe no cargo de Presidente do Conselho Administrativo, Marcelo Rebelo de Sousa¹¹. Em 2016, com a eleição presidencial do anterior presidente, assume o cargo Alberto José dos Santos Ramalheira¹².

Ao longo das últimas décadas foi realizada a requalificação de espaços (naturais e edificados), colecções e fundos.

Dando seguimento à visão de D. Manuel, as aquisições de obras procuraram completar a missão assumida pelo Museu-Biblioteca da Casa de Bragança, preservar e dar a conhecer a memória da Casa de Bragança. O fundo que mantém a designação de Biblioteca D. Manuel II, onde se conserva a importante acervo que reuniu (BERNARDES, 2015), foi substancialmente enriquecido, nomeadamente completando com os derradeiros exemplares de Livro Antigo em falta (até 1800, um exemplar de todas as edições publicadas em todo o mundo), a Camoniana de D. Manuel II. Numerosas outras obras foram adquiridas para os vários fundos e colecções, que contaram também com significativas doações (designadamente,

⁹ João Gonçalo do Amaral Cabral nasceu em Lagos da Beira (Oliveira do Hospital) a 23 de Agosto de 1930 e morreu no Estoril (Lisboa) a 28 de Fevereiro de 2012. Frequentou o ensino liceal em Coimbra, tendo chegado a inscrever-se no curso de Medicina, opta depois pelo curso de Geologia na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, que conclui com aproveitamento brilhante, ganhando uma bolsa de estudos do Instituto de Alta Cultura, em França. Durante um curto período leciona no Liceu Camões em Lisboa. Conservador Adjunto do MNAA entre 1950/70, integra o Grupo de Amigos do MNAA, tornando-se Presidente entre 1975 e 1980. Coleccionador exigente, participa das numerosas tertúlias que reúnem em antiquários e outros espaços lisboetas. Esta rede intensa de conhecimentos explicará o papel fundamental que desempenhou na criação da Galeria S. Mamede, no apoio a numerosas doações significativas a museus do Estado – foi testamenteiro do Dr. António Anastácio Gonçalves, intermediou as doações Barros e Sá, Visconde da Trindade, a aquisição do Palácio Angeja-Palmela e Parque do Monteiro-Mor, para instalação do Museu Nacional do Traje.

¹⁰ O estatuto de utilidade pública foi confirmado pelo despacho n.º 1734/2013.

¹¹ Marcelo Duarte Nuno Rebelo de Sousa nasceu em Lisboa, a 12 de Dezembro de 1948. Licenciou-se em Direito e doutorou-se em Ciências Jurídico-Políticas na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, onde lecionou. Como académico, jornalista, político, desempenhou os mais altos cargos, sendo desde 2016 Presidente da República Portuguesa. Integra a Junta da Casa de Bragança desde 1995.

¹² Alberto José dos Santos Ramalheira nasceu em Junho de 1936. Licenciado em Economia pela Universidade do Porto, exerceu numerosos cargos na banca, lecionou em várias instituições de ensino superior, e desempenhou funções governativas. Nomeado para a Junta da Casa de Bragança em Abril de 1990.

**Depois de Nós, Vós, “...minha pátria bem amada...”
D. Manuel II e a Fundação da Casa de Bragança**

entre muitas, a colecção de espécies naturais de Manuel Lopo de Carvalho e a colecção Isabel de Campos) e depósitos: a colecção de Armaria do Museu Nacional de Arte Antiga e um número significativo de carruagens do Palácio Nacional da Ajuda e Museu Nacional dos Coches, bem como várias colecções particulares.

Os espaços monumentais sofreram obras de conservação, tanto em Vila Viçosa (Castelo, Convento das Chagas, Igreja dos Agostinhos, diversas construções inseridas na Tapada Ducal e, naturalmente, o Paço Ducal), como nos castelos de Alter do Chão¹³, Alvito¹⁴, Ourém e Portel que, fruto de diversas parcerias, foram abertos ao público.



4. Paço Ducal de Vila Viçosa © FCB

O Museu-Biblioteca da Casa de Bragança vê reformulado o discurso expositivo e abertas ao público as colecções de Arqueologia, Armaria, Caça, Carruagens, Lagar, Porcelana Azul e Branco e Tesouro. A envolvente (jardins, reguengo e Tapada) é requalificada e começa a ser franqueada ao público.

As colecções e fundos são objecto de conservação, revisão e actualização de inventários (designadamente com recurso a novas tecnologias, como o tratamento digital) enriquecidos com novas obras, novos estudos e publicações.

A relação com a comunidade local, nomeadamente escolar, é desenvolvida e objecto de actividades especialmente direccionadas a diferentes necessidades e públicos.

Tal como a Música, e também neste domínio D. Manuel II foi grande amante, conhecedor e executante apaixonado, que só quando é executada adquire vida e inunda todos com a sua beleza, também a Fundação da Casa de Bragança procura cumprir o desígnio fundador de garantir voz ao vasto património cultural da Casa de Bragança.

¹³ O Castelo de Alter do Chão foi adquirido pela Fundação em 1955. <https://www.fcbraganca.pt/patrimonio/patrimonio-historico/>

¹⁴ O Castelo de Alvito foi adquirido pelo rei D. Carlos ao último Marquês de Alvito em 1897 (AHCB).

Bibliografia

Arquivo da Fundação da Casa de Bragança [AFCB]

Arquivo Histórico da Casa de Bragança [AHCB]

Arquivo Nacional da Torre do Tombo [ANTT]

BERNARDES, José Augusto (coord), *Manuel II e os livros de Camões*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação da Casa de Bragança, 2015;

CRUZ, Lúcia, “Cartas de D. Manuel II para o Doutor José Maria Rodrigues” in *Separata do Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, vol. IV, Coimbra: Universidade de Coimbra, 1980;

FERNANDES, José Pedro, “Fundação da Casa de Bragança” in *Separata do II Suplemento do Dicionário Jurídico da Administração Pública*, 1991;

MANUEL II Rei de Portugal, *Livros Antigos Portuguezes 1489-1600 da Bibliotheca de Sua Majestade Fidelissima em três volumes*, impresso na Imprensa da Universidade de Cambridge e publicado por Maggs Bros, Londres, 1929-1935;

MONGE, Maria de Jesus, *Museu-Biblioteca da Casa de Bragança: de Paço a Museu*, Livros de Muitas Cousas n.º 5, Fundação da Casa de Bragança, 2017;

PÁSCOA, Marta, “O Arquivo Histórico da Casa de Bragança. Construções e reconstruções de um arquivo relevante” in *Da produção à preservação informacional: desafios e oportunidades*, Nelson Vaquinhas, Marisa Caixas e Helena Vinagre (dir), Biblioteca Estudos & Colóquios 7, Évora: Cidehus, Universidade de Évora, 2017;

PÁSCOA, Marta, *D. Jaime de Bragança Contributos para uma biografia*, Livros de Muitas Cousas n.º 2, Fundação da Casa de Bragança, 2017;

PROENÇA, Maria Cândida, *D. Manuel II*, Círculo de Leitores, Mem Martins, 2006;

SOROMENHO, Miguel, *O Convento dos Agostinhos de Vila Viçosa, panteão dos duques de Bragança*, Livro de Muitas Cousas n.º 3, Fundação da Casa de Bragança, 2017.

**Depois de Nós, Vós, “...minha pátria bem amada...”
D. Manuel II e a Fundação da Casa de Bragança**

**Anexo 1
Fundação da Casa de Bragança 1933/2023**

Conselho Administrativo

Presidente: António Luiz Gomes (1933 – 1981)
João Gonçalo do Amaral Cabral (1981-2012)
Marcelo Nuno Duarte Rebelo de Sousa (2012 – 2016)
Alberto José dos Santos Ramalheira (2016)

Junta da Casa de Bragança

Presidente:

Vicente Rodrigues Monteiro	Fevereiro a Julho de 1934
António de Lencastre	Julho de 1934 a Junho de 1940
Fernando Martins de Carvalho	Junho de 1940 a Janeiro de 1947
Ruy de Andrade	Outubro de 1952 a Dezembro de 1967
Manuel Ribeiro da Silva de Bragança	1968 a 1973
António Júdice Bustorff Silva	Fevereiro de 1974 a Dezembro de 1975
José Pedro Fernandes	Abril de 1980 a Junho de 2002
Maria Natália Correia Guedes	Dezembro de 2002

Candidatura de Vila Viçosa a Património Mundial da UNESCO

Vila Viçosa – Sede Ducal. **A construção de uma candidatura**

Nuno Ribeiro Lopes*

Longe vai o tempo em que os bens inscritos na Lista do Património Mundial correspondiam àqueles que, além de globalmente conhecidos, eram reconhecidos como indiscutíveis. O sucesso da iniciativa da UNESCO possibilitou o alargamento do âmbito da aplicação do conceito de valor universal excecional – o que permitiu um maior leque de seleção dos candidatos –, evoluindo do global signifiicante e esteticamente valorado, para cada vez mais, nichos regionais cujos processos civilizacionais, criadores de identidades e motores da transformação política, económica e social, aparentemente localizados, nos permitem compreender a História como um processo associativo de muitas realidades encadeadas.

A introdução sucessiva de novos conceitos e valores, bem como o aprimoramento nas suas definições, abriu perspectivas de classificação a novos bens que, muitas vezes, por não serem imediatamente perceptíveis no seu valor universal, implicam a construção de uma candidatura bem elaborada e credível que demonstre, com clareza, através dos seus atributos adaptados à categoria escolhida, a explicitação da sua excecionalidade.

O ultrapassar do milhar de bens inscritos, muito para além do inicialmente expectável, tem permitido afirmar este património como fator de atratividade crescente e, ao mesmo tempo, como suporte de desenvolvimento sustentável – a que não é imune o valor económico do turismo que arrasta e que muitos mais almejam.

Esta nova realidade, em grande medida consequência da vontade política de democratizar e equilibrar a atual lista de bens classificados, tem levantado inúmeros receios sobre a eventual banalização da inscrição pelo que, a introdução de mais regras e exigências na apresentação das candidaturas, ao mesmo tempo que procura responsabilizar e clarificar o papel do Estado Parte e das organizações não-

* Arquitecto. Coordenador da Candidatura de Vila Viçosa a Património Mundial da UNESCO.

-governamentais que assessoram o Centro do Património Mundial, é a resposta natural, e aparentemente proporcional, à pressão atual.

Efetivamente, se por um lado a nova redação das *Orientações Técnicas*, na sua versão de 2021, torna as candidaturas mais exigentes tecnicamente, de formulação mais complexa e, cada vez mais, suportadas na participação e empenhamento da comunidade nas estratégias adotadas e nas opções subjacentes, por outro, estabelece longos períodos de pré-avaliação nacional e internacional, numa postura intencionalmente pedagógica e seletiva.

Todas estas considerações vêm a propósito do processo de candidatura a património mundial, lançado pelo município há algum tempo atrás, e da sua revisão atual.

Como é sabido, o primeiro projeto – intitulado *Vila Viçosa, Vila Ducal Renascentista* – foi abandonado depois de algumas vicissitudes e pareceres negativos do grupo de peritos selecionado pela Comissão Nacional da UNESCO. Alguns erros capitais foram então apontados, caso do tema objeto da candidatura – foco no centro histórico e sua adjetivação – e na estruturação da mesma, ao mesmo tempo que se forneciam algumas pistas alternativas, num incentivo à promoção da sua revisão pela atual gestão municipal.

Iniciada no final de 2022, esta segunda fase foi-se transformando, progressivamente, numa nova candidatura, na medida em que a metodologia de trabalho, o objeto e a sua estruturação são distintas da anterior proposta. Não se tratava somente de corrigir o foco, ou de reescrever o *dossier*; afigurava-se como necessária uma nova abordagem – também pela recente imposição de número limite de palavras em alguns conteúdos –, uma nova visão, crítica da História e da realidade, e uma clara proposta de futuro. Não basta, pois, enaltecer o Bem por ser *belo, único e/ou possuir estatuto*; de entre tantas coisas belas que a humanidade e o mundo nos proporcionam, é preciso sentir e demonstrar a singularidade daquele, entre pares, e facultar uma vivenciação acessível, sedutora, desafiante e estimulante. Sem a autoestima dos cidadãos e a crença destes nas suas raízes e expressão cultural, suportes para uma estratégia clara de salvaguarda, valorização e desenvolvimento, a perda dos seus valores materiais estará, certamente, mais cedo ou mais tarde, concretizada.

A construção de uma candidatura será sempre um processo de aproximação; de aproximação ao lugar de hoje, à história do espaço e da comunidade e da sua evolução e, bem assim, de aproximação ao futuro desconhecido que se pretende perspetivar e aos agentes intervenientes. Essa aproximação permitirá definir o mote e o nicho em que se enquadra, bem como avaliar a razão da sua execução. A decisão de nos candidarmos implica a consciência plena do que valemos, do que necessitamos e daquilo que nos identifica e que nos valoriza, pessoalmente e enquanto comunidade; implica, também, a consciência do que significa um Contrato de Futuro com a Humanidade.

Do Alentejo para o mundo, é lícito questionar o que pode, então, esta paisagem do *vale viçoso* acrescentar à compreensão das coisas e de nós próprios, enquanto agentes de um processo global?

Ora, é exatamente no patamar da compreensão da História como um processo evolutivo e participado, que poderemos encaixar este Bem e o seu percurso para a universalização. A evolução desta paisagem a partir do projeto da Casa de Bragança, ainda muito presente na estrutura urbana e na Tapada Ducal, são, pois, o mote desta nova candidatura a que chamamos *Vila Viçosa – Sede Ducal*.

Estruturada a partir de onze atributos, a seguir enumerados, cada um deles faz eco de uma circunstância histórica e/ou atual desta paisagem:

- 01. Vila Viçosa, sede da Casa de Bragança;
- 02. Corte alternativa e predestinação real – “*Um Sereníssimo Estado dentro do Estado*”;
- 03. Paisagem de recreio, proteção e produção;
- 04. Desenho de uma capital;
- 05. Representação do poder;
- 06. Centro de artes e cultura;
- 07. Expressão da arquitetura militar de transição;
- 08. Contributo das Casas religiosas;
- 09. Dimensão política do culto da Imaculada Conceição;
- 10. Presença e importância do mármore;
- 11. Afirmção da identidade nacional.

Dos seis critérios definidos para a classificação dos bens culturais procura cumprir os três que se consideram aplicáveis*. São eles:¹

• Critério II

“O bem proposto deve testemunhar uma considerável troca de influências durante um dado período ou numa área cultural determinada, no domínio do desenvolvimento da arquitetura ou da tecnologia, das artes monumentais, da planificação das cidades ou da criação de paisagens”.

Vila Viçosa – Sede Ducal reflete a sábia adequação do conhecimento erudito renascentista, no domínio da planificação das cidades, ao respeito e prévio conhecimento do espaço físico e da memória do lugar. Testemunha o intenso intercâmbio de influências na construção planeada da urbe e da paisagem, onde os fatores simbólicos, de produção e recreio estão ininterruptamente presentes. A sua matriz edificada e material, reflete o predomínio formal do espaço público sobre o elemento isolado. Pensado como um todo, este conjunto (estrutura palaciana e estrutura urbana) define-se a partir de uma retícula que procura inscrever no território a estratégia ducal da Casa de Bragança, a qual define também a paisagem ducal que se expande para além daquele conjunto, mas que simultaneamente o fortalece e é dele consequência.

* Redação à data da elaboração deste texto.

No interior daquela matriz encontra-se um conjunto de estruturas arquitetónicas e paisagísticas, tanto religiosas como profanas, que ainda hoje se podem vivenciar. Não é possível dissociar esta realidade paisagística de uma postura cultural mais abrangente que entendia a afirmação do poder, não só através do desenho da paisagem e do desenho urbano, mas associada a um conjunto de outras ações como sejam: a Escola de Música, que se desenvolve a partir de Quinhentos; os riquíssimos programas azulejares e de frescos; uma política de desenvolvimento da agricultura e do sector secundário que se implementou no termo da *vila viçosa* a partir da Casa ducal.

Concomitantemente, o uso do mármore realça essa afirmação, não só no Palácio, mas na generalidade da estrutura edificada e do espaço público da vila, como expressão de saudação à Virtude e ao Poder, tirando proveito da riqueza geológica local, conhecida e explorada desde épocas ancestrais, materializado pela paulatina construção de uma paisagem de características singulares.

(Atributos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10).

• Critério IV

“O bem a classificar deve constituir um exemplo eminente de um tipo de construção ou de conjunto arquitetónico, ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre um ou vários períodos significativos da história humana”.

Esta paisagem evolutiva construída ao longo de séculos é exemplo determinante de uma construção erudita, onde são inteligíveis os modelos de referência, mas onde prevalece a adaptação criativa e ambientalmente sustentada, já que intimamente ligada ao lugar, onde a atitude é diferente de outras aproximações ao espírito renascentista, pois é resultante do saber de experiência feito e da adaptação prática.

Possuidora dos necessários símbolos de poder, cuja expressão máxima são o Terreiro e o seu Paço, a Tapada e o Castelo Artilheiro, a paisagem em referência é ilustrativa de um poder senhorial que desempenhou, a partir de *Vila Viçosa – Sede Ducal* um papel importante na conformação do estado e do império português. A sua história está intimamente ligada aos períodos pré, durante e pós união das coroas ibéricas, tempos do predomínio mundial destes impérios, nos quais se afirmou como figura central numa estratégia desenhada de lenta aproximação ao poder e que, como tal, está na génese do atual desenho geopolítico mundial. Somatório de uma intervenção contínua, também nos campos ideológico, defensivo, religioso e cultural, a história urbana de Vila Viçosa, assim como a história da sua paisagem, espelham os valores urbanísticos e paisagísticos que ainda hoje se podem vivenciar.

(Atributos 1, 2, 5, 7, 10, 11).

• Critério VI

“O bem a classificar deve estar direta ou materialmente associado a acontecimentos ou a tradições vivas, a ideias, a crenças, ou a obras artísticas e literárias com um significado universal excecional”.

Vila Viçosa – Sede Ducal, desempenhou um papel determinante na consolidação do Estado e do antigo império português. Desde sempre veiculada a Vila Viçosa e à primitiva Igreja do Castelo, a devoção à Virgem, patrocinada pela Casa ducal nos seus territórios, através das Casas religiosas lá instaladas a convite, ou, que a partir de lá se espalharam nos territórios ultramarinos, conhece um impulso definitivo para a sua divulgação universal com a consagração do Reino a Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa e a deposição da Coroa portuguesa a seus pés. Este ato político, simbólico na afirmação de um novo poder sob proteção divina, que combatia o ainda maior império mundial e os novos poderes emergentes, foi decisivo para evitar a desfragmentação do antigo império português e numa segunda instância, para o confirmar até ao seu término no terceiro quartel do século XX.

Pese embora o apoio dos franciscanos e dos jesuítas, num programa dirigido e concertado entre o profano e o religioso, que lança e instala o culto da Imaculada nos vários continentes, e que faz advogar a causa portuguesa perante o Papa – caso da dupla missão do ilustre jesuíta português Padre António Vieira junto do Vaticano –, a confirmação tardia, em 1671, pelo Papa Clemente X na Bula *Eximia dilectissimi*, e só depois das tréguas firmadas entre os reinos de Portugal e Espanha, é explicada pelo poderio e influência da Casa de Áustria e pela perceção do impacto político e religioso de tal decisão. Essa mesma perceção é demonstrada pela institucionalização do dogma de fé da Imaculada Conceição só no século XIX, reforçando o significado universal excepcional daquela proclamação.

Sede desta Casa senhorial, que assim chegou ao trono e ao poder, *Vila Viçosa – Sede Ducal*, é reflexo, ainda hoje, da importância material e imaterial, neste processo, da figura trazida no século XIV de Inglaterra por D. Nuno Alvares Pereira, e desde então instalada no Santuário de Nossa Senhora da Conceição em Vila Viçosa, constatada pela persistente, contínua e ainda presente manifestação de devoção.

(Atributos 1, 8, 9, 11).

Mas será esta, uma candidatura vencedora? Seguramente que, neste momento, ninguém o poderá afirmar, pois um processo desta dimensão cultural e estratégica para a definição do futuro desta terra e destas gentes, depende, também, da nova narrativa, da demonstração da singularidade do valor material e imaterial, e do envolvimento de cada um e da comunidade, valorizando especificidades próprias, enquadradas no desafio de futuro.

O que hoje observamos, não nos permite facilmente alcançar tudo o que foi construído em tempo longo e com o objetivo de almejar o poder e a imortalização. A obtenção destes desideratos e a luz trazida por uma nova organização mundial acarretaram, para o território hospedeiro, a inversão da trajetória ascendente e um lento apagar do seu brilho, momentaneamente contrariado no terreno pela interpretação e expressão simbólica de valores histórico-culturais, ao serviço de estratégias políticas nacionalistas.

Mas, se esta última intervenção trouxe algum reconhecimento a Vila Viçosa, em contrapartida, quiçá nos tenha feito esquecer o fantástico processo continuado de afirmação desta pequena vila – periférica face aos grandes centros – no xadrez

político internacional. Fundamentada na ideia de um *mundo português, orgulhosamente só*, descurou o contributo diferenciador desta paisagem na construção do mundo moderno, ao encerrá-la em parcelas, da sua própria história, que remeteu para ilustrar o nosso imaginário conformado.

Nesta cultura de ícones e símbolos, perdemos a noção do todo, retirando-o da sua universalização, para nos focarmos na dimensão estereotipada e parcelar, então criada. Esquecidos do valor deste património assente no somatório de todas as partes, mais ou menos brilhantes, abraçamos as novidades da democracia e da globalização e pusemos em causa, cada um de nós, a continuidade dos modelos estéticos e dos sistemas construtivos em presença.

A aparente liberdade daí resultante tem-nos levado à negação do nosso mais profundo sentir e tem-nos encaminhado para o gratuito e fugaz. A vontade de esquecer um passado próximo, de dificuldades e coação cultural, motiva-nos para o novo, desprezando o antigo. Todos, individualmente e enquanto comunidade, fomos perdendo o fio condutor da nossa história e contribuído para o seu esquecimento.

Contudo, o resultado de quaisquer uma destas ações, ainda hoje bem presente, não tem que ser definitivo. Somos invariavelmente confrontados, todos nós, habitantes e visitantes com a serenidade e organização de uma paisagem agradável e provinciana, onde o vagar tem o seu espaço no quotidiano e onde as perspetivas e ambições se esbatem. Esse é o sentido das coisas que se observam através do património edificado e do seu conjunto que, sob uma capa de quási anonimato, esconde espaços, estruturas, elementos funcionais e decorativos de elevada qualidade, que urge relevar. Ninguém fica incólume deste processo ou pode reclamar inocência. A *bela adormecida* vai perdendo progressivamente o brilho, vítima do desligamento comunitário e da perspetiva exacerbada dos direitos, competências e deveres, individuais e dos diferentes agentes.

Este novo projeto deu-nos a possibilidade de mergulhar nos problemas, elencá-los e de os constituir como fonte de reflexão participada. Não é possível fazer o elogio de um percurso histórico singular e parcela-chave no desenho geopolítico mundial, assistindo à perda progressiva de um legado físico e de um património intangível com raízes no passado que, perante a inação, se esgotará sem *agarrar* os desafios de futuro. É tempo de deixarmos de lado o conforto do nosso quotidiano e desafiarmo-nos a nós próprios, utentes diários deste património. É tempo de nos concentrarmos, enquanto comunidade, no que cada um pode fazer para despertar desta letargia e recolocar este território no roteiro da História.

Urge inverter o ciclo negativo através da recuperação da identidade histórica, forjada ao longo dos tempos, e dos bens monumentais e intangíveis que a traduzem e concretizam; urge reverter a imagem cenarizada do *Estada Novo*. Na linha da frente desse desafio devem estar as duas entidades, através das quais tudo pode fluir – o Município de Vila Viçosa e a Fundação Casa de Bragança. É esse o sentido desta nova candidatura onde ambas as instituições estão fortemente empenhadas na salvaguarda e valorização do Bem, numa perspetiva de responsabilidade e rigor, sendo exemplo disso, desde logo, a sua co-promoção.

Independentemente do que se seguirá nas fases seguintes à elaboração deste *dossier* de candidatura, o sucesso, a longo prazo, assenta numa estratégia clara de reinvenção do futuro, assumindo o património como um fator de coesão e desenvolvimento, baseado na promoção da relação aberta das pessoas com o lugar, na humanização do território e na refundação das práticas sociais, culturais e económicas.

O impulso para a cooperação institucional e para a construção de uma estrutura mediadora e facilitadora das relações entre as administrações e a comunidade, deve presidir à aplicação prática desta estratégia, mudando o paradigma atual de isolamento e apatia e evitando os naturais conflitos que resultarão da sua aplicação.

Qualquer elemento desta paisagem, centro histórico ou monumento, **não pode ser visto de forma isolada**. A autonomia na sua gestão não impede a abertura à comunidade; integram-se num território, seguramente com outros atrativos, embora, talvez, de diferente qualidade e espécie, que importa, também, trabalhar e valorizar. Mesmo sem pressão, devem estar capacitados para diversificar a carga, gerando e identificando a atratividade da envolvente, alargando horizontes e reduzindo a tensão interna; distribuindo e recebendo a solidariedade dos vizinhos, nos bons e maus momentos, se estes se sentirem incluídos e parceiros.

A construção desta candidatura e a organização do respetivo *dossier* devem ser, assim, o reflexo desse mesmo impulso, espelhando não só o passado brilhante, mas também, a confiança para desenhar o futuro com base naquele mesmo passado. E a execução do desenho previsto no Plano de Gestão, anexo ao Formulário, deve começar já, numa demonstração de confiança e de comprometimento com o tal Contrato de Futuro – esse contrato de longo prazo, esse contrato de fidelidade –, pelo qual, pondo-nos na mão do mundo, aceitamos a responsabilidade de preservar, com vida, o legado que a História nos entregou.

Documento

“Se em todo o Reino se procedesse a pesquisas como esta”: Um relatório sobre os objectos de arte existentes em Vila Viçosa “dignos de figurar no projectado Museu d’Arte Ornamental”

Nuno Sanches de Baena Ennes¹

I

Introdução. Entre a documentação histórica da Academia Real de Belas Artes de Lisboa (ARBAL), hoje Academia Nacional de Belas Artes (ANBA), mais exactamente entre a *Correspondência recebida – Volume I 1826-10-17/1869-02-25*, encontra-se o ofício, em papel timbrado do *Ministério dos Negocios Ecclesiasticos e de Justiça*², datado de 4-Dez.-1866, assinado pelo Director-geral, Luís de Freitas Branco, e dirigido ao Presidente da ARBAL³, cujo teor é o seguinte⁴:

Em resposta ao ofício de V. Ex.^a de 5 de Novembro último, tenho a honra de comunicar-lhe que S. Ex.^a o Ministro, por despacho de hoje, concedeu a autorização necessária para que V. Ex.^a mande examinar se entre os objectos do suprimido convento de Nossa Senhora da Esperança, de Vila Viçosa, existem alguns que por sua antiguidade, ou mérito artístico, devam ser conservados no museu ou nas galerias da Academia Real das Belas Artes de Lisboa, devendo a pessoa para esse fim comissionada por V. Ex.^a dirigir-se ao Reverendo Arcebispo de Évora, a quem V. Ex.^a se servirá de prevenir oportunamente.

¹ Licenciado em Direito (Universidade Clássica); mestrando em Ciência Política e Relações Internacionais: Segurança e Defesa (Instituto de Estudos Políticos – Universidade Católica Portuguesa).

² *Ministério dos Negocios Ecclesiasticos e de Justiça – Direcção Geral dos Negocios Ecclesiasticos 2.^a Repartição.*

³ Note-se que os Estatutos da ARBAL não previam um *Presidente*, sim um *Inspector*, um *Vice-Inspector* e um *Director-geral*, para além de outros membros do Corpo Académico, incluindo empregados subalternos (*cfr.* notas de rodapé 17 e 18).

⁴ Código de referência: PT/ANBA/ANBA/B/001/00003, m1830-m1831 (fls. 915-915v.) – Cota actual: 1-B-SEC.48, disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4611775> (data da última consulta, bem como de todas as referidas adiante: 12-Jun.-2023).

Cumpra também declarar a V. Ex.^a que nenhum dos referidos objectos poderá ser removido do mencionado convento para essa Academia sem licença especialmente solicitada do Governo de Sua Majestade.

Para o que se seguirá aqui, são especialmente importantes duas referências em tal officio: ao *suprimido* convento de Nossa Senhora da Esperança, de Vila Viçosa; e ao *exame* dos objectos deste.

Conventos suprimidos. No início do século XIX, Portugal vivia um período de relativa prosperidade. Na sequência de uma política secular, o País vivia distanciado dos problemas europeus, voltado para o mar e centrando a sua actividade económica no Atlântico, onde o Brasil desempenhava um papel fundamental.

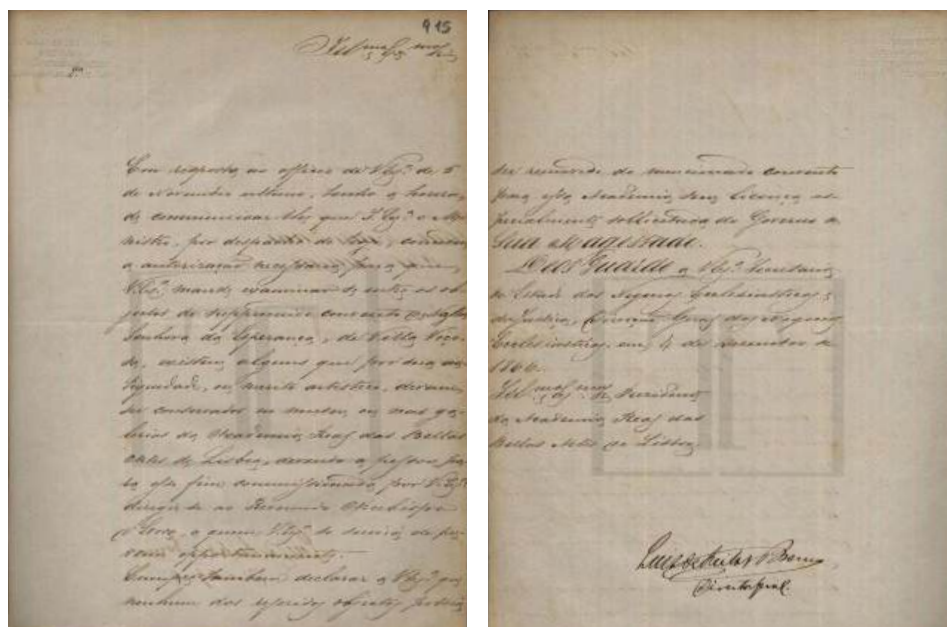


Figura 1 – Officio de Luís de Freitas Branco para a Academia Real de Bellas Artes de Lisboa.

As invasões francesas (1807-1810) vieram alterar profundamente esse enquadramento, forçando a transferência da Corte para o Brasil – onde permaneceria cerca de 13 anos – e a sujeição do País à ocupação estrangeira; primeiro francesa e depois inglesa, esta sob o pretexto da ajuda militar.

A situação foi agravada pela ocorrência da Revolução Liberal (1820), a que se seguiu o Grito do Ipiranga (1822), de tão graves consequências para Portugal, de um momento para o outro privado da sua principal fonte de receitas e obrigado a reconfigurar a sua economia.

Finalmente, as lutas fratricidas da primeira metade do século XIX, em Portugal, primeiro (1820-1834) entre liberais e absolutistas, depois (1834-1851) entre liberais, impediram que fossem criadas as condições de estabilidade política necessárias e lançadas as bases da modernização económica.

**“Se em todo o Reino se procedesse a pesquisas como esta”:
Um relatório sobre os objectos de arte existentes em Vila Viçosa
“dignos de figurar no projectado Museu d’Arte Ornamental”**

O Setembrismo (1836-1842) e o Cabralismo (1842-1846) tentaram, ainda, a reconstrução económica do País, mas as divergências políticas, mais uma vez, impediram-no; a reacção ao Cabralismo foi, aliás, brutal e lançou o País numa nova guerra civil, a Patuleia (1846-1847), que agravou a situação económica-financeira.

A acalmia haveria de chegar apenas em 1851, com a Regeneração, que permitiu um esforço muito significativo de desenvolvimento económico e de modernização. Mas sem conseguir resolver as questões estruturais: de um ponto de vista político-social, as que resultaram da imposição pelos vencedores de uma nova ordem *por decreto*, em substituição de uma ordem multissecular; de um ponto de vista económico-financeiro, as decorrentes de umas finanças públicas depauperadas, incluindo um défice comercial sem precedentes na história do País ou uma dívida pública que tinha acumulado empréstimos onerosíssimos.

A extinção – ou *supressão*, para se seguir a expressão usada no *Relatório* de que se tratará adiante – das casas religiosas foi, pois, um resultado de tudo isso, cuja motivação é simultaneamente: *ideológica; política; financeira*.

De um ponto de vista *ideológico*, a *afirmação do indivíduo, da natureza e da razão foi destoando com a da Igreja, da graça e da fé*⁵; de um ponto de vista *político*, o novo sistema [...] *foi implantado contra a resistência passiva ou activa de muitos clérigos e religiosos (ainda que não todos), para não falar de boa parte do “povo”, que continuava a não compreender o novo regime e a levantar-lhe objecções também religiosas*⁶, pelo que a extinção das casas religiosas e apropriação do respectivo património ao mesmo tempo castigava uns, abrindo a porta para a circulação de tal património, permitia quanto a outros aumentar a base social de apoio do novo regime; finalmente o ponto de vista *financeiro*, o riquíssimo património material (imóvel e móvel) das casas religiosas, que passava, à luz da *nova ordem* a ser um recurso disponível para fazer face a necessidades financeiras de um Estado arruinado.

Desde 1832 – portanto, desde ainda antes do fim da guerra civil – e até ao momento em que o *Relatório* foi redigido – já depois da vitória liberal, da qual, pelos elevados custos que teve para o País e pelos prejuízos irreparáveis que causou, se pode dizer que foi uma *vitória de Pirro* – sucederam-se, pois, os actos normativos do Estado contra as casas religiosas, visando a extinção destas e a apropriação dos seus bens por aquele. Destacam-se os seguintes:

- Decreto de 17-Mai.-1832, de Mouzinho da Silveira, acaba com determinados conventos de religiosas e religiosos no arquipélago dos Açores e manda considerar bens nacionais os dos conventos suprimidos;
- Decretos de 30-Abr. e 15-Mai.-1833, de Silva Carvalho, suprimem conventos, hospícios e mosteiros abandonados e declaram bens nacionais os seus bens;

⁵ CLEMENTE, M. (1994), «Igreja e sociedade portuguesa do Liberalismo à República», *Didaskalia*, 24(1), pp. 119-129.

⁶ *Cfr.* nota precedente.

- Decretos de 5-Ago.-1833, de Silva Carvalho, punem os eclesiásticos (seculares e regulares) que seguissem o partido de D. Miguel, ordenam a extinção de todo o convento ou mosteiro que recebesse quaisquer desses eclesiásticos e proibem a admissão a ordens sacras e a noviciados monásticos de quaisquer indivíduos e em quaisquer institutos;
- Decreto de 9-Ago.-1833, de Silva Carvalho, sujeita as ordens regulares aos prelados diocesanos;
- Decreto de 28-Mai.-1834, elaborado em acordo secreto por D. Pedro IV e Joaquim António de Aguiar⁷, completado pelo de Julho do mesmo ano, põe termo de vez à vida monástica em Portugal, extinguindo todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios e quaisquer casas de religiosos de todas as ordens regulares, qualquer que fosse a sua denominação, instituto ou regra⁸;
- Lei de 4-Abr.-1861: manda cumprir e guardar o Decreto das Cortes Gerais de 26-Mar.-1861, que estabelece os termos em que deve proceder-se à desamortização dos bens eclesiásticos.⁹

Porém, extintas as casas religiosas e nacionalizados os seus bens, novos problemas se levantaram. Antes de mais, saber com precisão quais os bens que estavam em causa; depois, onde guardar tais bens; finalmente, que destino lhes dar a título definitivo.

De entre as diligências então tomadas, destaque-se aqui a criação, no extinto Convento de S. Francisco, de Lisboa, de um depósito onde foram sendo guardadas, até terem um destino definitivo, designadamente as pinturas dos demais extintos conventos.¹⁰

Também no referido extinto convento de S. Francisco foi instalada, em 1836, a Academia das Belas Artes de Lisboa (depois ARBAL), cuja participação activa no esforço que então foi feito para inventariar e arrecadar contextualiza a carta de Freitas Branco, bem como a autorização transmitida por este para o *exame* dos objectos do suprimido convento de Nossa Senhora da Esperança, de Vila Viçosa.

⁷ Este decreto é precedido por um relatório que procura justificar o radicalismo das medidas que determina.

⁸ Para uma estatística das comunidades religiosas existentes em Portugal em 1834, *cfr.*: MATTA, José Caeiro da (1905), *Condição Legal das Ordens e Congregações Religiosas em Portugal desde 1834*, Coimbra, Imprensa da Universidade, pp. 74-75, e ULRICH, Ruy Ennes (1905), *Estudo sobre a condição legal das Ordens e congregações religiosas em Portugal – de 1834 a 1901*, Coimbra, Imprensa da Universidade, pp. 5-8. Na obra de Ruy Ennes Ulrich com indicação do número de Conventos, de Colégios e de Hospícios e dos respectivos rendimentos.

⁹ *Cartas de Lei de 4 de Abril de 1861, de 22 de Junho de 1866 e de 28 de Agosto de 1869 sobre remissão e venda de fôros, censos, pensões ou quinhões e venda de predios rusticos e urbanos pertencentes aos estabelecimentos e corporações a que as mesmas leis se referem e instrucções de 25 de Novembro de 1869*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1878.

¹⁰ A este propósito, *cfr.* a Introdução do Marquês de Sousa Holstein ao *Catalogo Provisorio da Galeria Nacional de Pintura existente na Academia Real das Bellas Artes de Lisboa*, publicado por ordem da mesma Academia, em 1868 (p. 5-8).

**“Se em todo o Reino se procedesse a pesquisas como esta”:
Um relatório sobre os objectos de arte existentes em Vila Viçosa
“dignos de figurar no projectado Museu d’Arte Ornamental”**

Um exame a Vila Viçosa. Recebida a autorização do Ministro, efectivamente veio o *exame* a Vila Viçosa a acontecer, tendo para esse efeito sido comissionado Domingos Maria Gonçalves, que deixou um registo da deslocação que então fez, sob a forma de *Relatório* dirigido ao Vice-Inspector da ARBAL, Marquês de Sousa Holstein. Pertencente hoje ao espólio do Museu Nacional de Arte Antiga/Arquivo José de Figueiredo (MNAA/AJF)¹¹, é este o documento de que aqui se trata (adiante transcrito e anotado) e que por vários motivos merece ser conhecido.

Antes de mais, o *Relatório* é um testemunho dos esforços da ARBAL e especialmente dos seus responsáveis, neste caso o Marquês de Sousa Holstein e o seu colaborador Domingos Maria Gonçalves, para, num quadro de grandes limitações, nomeadamente financeiras, salvaguardar *tantas coisas de valor, que aí se perdem por ignorância ou por incúria*¹², designadamente *removendo*¹³ para a ARBAL aqueles objectos que *parecessem dignos de figurar no projectado museu de arte ornamental*¹⁴. É, pois, testemunho do respectivo envolvimento activo no esforço de inventariação e arrecadação daquele património. Por conseguinte, três apontamentos: relativamente à ARBAL, ao Marquês e ao comissário.

Quanto à ARBAL. Em 25-Out.-1836, Passos Manuel apresentou à Rainha três Decretos para assinatura, que eram *fructo dos trabalhos, e das informações colligidas por diversas Comissões de Artistas e Litteratos*¹⁵. Pelo primeiro deles criava-se, em Lisboa, sob a protecção da Rainha e de Seu marido o Rei D. Fernando, a *Academia das Bellas Artes de Lisboa*, tendo como objecto imediato unir numa só Escola todas as Belas Artes¹⁶ e como funções a formação de novos artistas, a identificação, a classificação, a inventariação, a conservação e o restauro das obras artísticas com o intuito de promover o desenvolvimento das Belas Artes e dos estudos arquitectónicos. Ainda de acordo com o primeiro daqueles Decretos, o corpo académico incluía um Inspector-geral¹⁷ e um Vice-Inspector¹⁸. Para pronto cumprimento daquele primeiro Decreto, um segundo, da mesma data, determinou que a Academia ficasse instalada numa parte do edifício do extinto Convento de S. Francisco da cidade de Lisboa¹⁹, ficando o Secretário de Estado dos Negócios do Reino autorizado a mandar fazer as obras e despesas indispensáveis. O terceiro Decreto nomeava as pessoas para os diversos empregos da Academia. No reinado

¹¹ Código de referência: PT/MNAA/AJF/DC-OI-ARBA/001/000001 – Cota actual: AJF/Cx1/P11/Doc. 9, disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4725320>

¹² Cfr. *Relatório*.

¹³ Segue-se aqui a expressão usada por Freitas Branco na carta transcrita acima.

¹⁴ Cfr. *Relatório*.

¹⁵ Cfr. o relatório que antecede o primeiro destes decretos, publicados os três no *Diário do Governo* n.º 257, de 29-Out.-1836 (pp. 1207-1211).

¹⁶ Incluindo os Estudos de: Desenho; Pintura; Arquitectura; Escultura; Gravura.

¹⁷ Era, por inerência de funções, o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, incumbindo-lhe, entre outras, proceder à primeira nomeação dos membros que julgasse indispensáveis para constituir a Academia e exercitar o governo da Academia e fazer executar os seus Estatutos.

¹⁸ Nomeado pelo Governo, cabia-lhe substituir o Inspector-geral na ausência deste.

¹⁹ Onde ainda hoje existe.

de D. Luiz, em 18-Set.-1862, a Academia passou a denominar-se *Academia Real de Belas Artes de Lisboa*²⁰.



Figura 2 – Sinal distintivo da Academia Real das Bellas Artes de Lisboa.

O Marquês. Trata-se de D. Francisco de Borja Pedro Maria António de Sousa Holstein, 1.º Marquês de Sousa Holstein. Doutor pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, seguiu depois a carreira diplomática, tendo desempenhado as funções de adido e secretário em Roma e Florença, durante o exercício das quais interessou-se pelos estudos artísticos e pela história da arte. Após o seu regresso a Lisboa foi nomeado Vice-Inspector da Academia das Belas Artes de Lisboa²¹, já tendo sido considerado o *mais prestigiado dos vice-inspetores da Academia*²². Antigo deputado da Nação, foi depois Par do Reino. Gentil-homem da Real Câmara, foi também Comendador da Ordem de N. Sr.ª da Conceição de Vila Viçosa. Nasceu, em Paris, a 20-Abr.-1838, e morreu, em Lisboa (Carnide), a 30-Set.-1878, 12.º filho dos 1.ºs Duques de Palmela²³.

²⁰ *Diário de Lisboa*, n.º 218, de 26-Set.-1862, p. 2389.

²¹ Por Decreto de 26-Jun.-1862 (*Diário de Lisboa*, n.º 145, de 2-Jul.-1862, p. 1789).

²² XAVIER, Hugo André de Almeida Vale Pereira (2014), *O Marquês de Sousa Holstein e a Formação da Galeria Nacional de Pintura da Academia de Belas Artes de Lisboa*, Tese de Doutoramento em História da Arte, Especialização em Museologia e Património Artístico, orient. Raquel Henriques da Silva, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, disponível em: <file:///C:/Users/sanch/Downloads/Tese%20Hugo%20Xavier.pdf>, p. 4.

Em *O Occidente*, n.º 20, 15-Out.-1878, elogio do Marquês de Sousa Holstein, por ocasião da sua morte.

²³ O Marquês de Sousa Holstein casou, em Lisboa (Mercês), em 20-Ago.-1862, com D. Maria Eugénia Braamcamp Sobral de Mello Breyner, que nasceu a 22-Out.-1837, foi baptizada, em Lisboa (Mercês), a 23-Out.-1837, e morreu a 7-Out.-1879, foi dama honorária da Rainha D. Maria

**“Se em todo o Reino se procedesse a pesquisas como esta”:
Um relatório sobre os objectos de arte existentes em Vila Viçosa
“dignos de figurar no projectado Museu d’Arte Ornamental”**

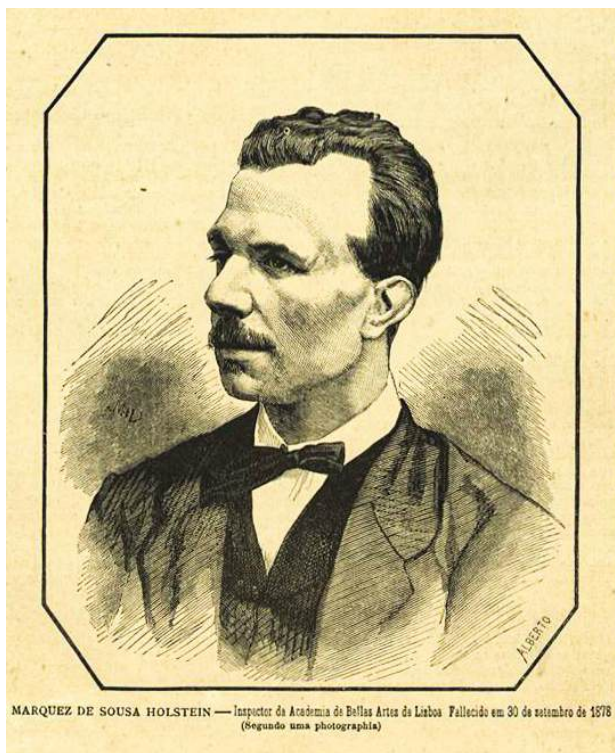


Figura 3 – O Marquês de Sousa Holstein, Vice-Inspector da Academia Real de Bellas Artes de Lisboa, numa imagem de «O Occidente», n.º 20, de 15-Out.-1878, por ocasião da sua morte.

O comissário. Nascido em Lisboa, em 1843²⁴, Domingos Maria Gonçalves desempenhou em 1860, 1863 e 1865, respectivamente as funções de redactor dos periódicos literários *Despertador*, *A Voz da Mocidade* e *União Académica*, os três publicados em Lisboa. Mas foi já como condutor de engenharia civil²⁵ que desempenhou várias comissões, incluindo aquela a que se refere o *Relatório*.

Pia e era filha dos 2.^{os} Condes de Sobral. Deste casamento houve descendência (que não deixou descendência).

²⁴ A Biblioteca Nacional de Portugal refere 1848 (v.g., <https://catalogo.bnportugal.gov.pt/ipac20/ipac.jsp?session=1686PJ49985X1.112101&profile=bn&source=~!bnp&view=subscriptionsummary&uri=full=3100024~!466025~!31&ri=1&aspect=subtab11&menu=search&ipp=20&spp=20&staffonly=&term=domingos+maria+gon%C3%A7alves&index=GW&uindex=&aspect=subtab11&menu=search&ri=1>). Porém, segue-se aqui a data indicada no *Diccionario Bibliographico* (tomo nono, p. 146), por estar de acordo com o que escreveu Domingos Maria Gonçalves em *A instrução agricola e o trabalho livre* (p. 10): que aquando da publicação da brochura *Collegio de Agricultura e artes industriaes para os Indios de Urubá*, no Recife, em 1874, tinha 30 anos. E na mesma passagem remete para a notícia publicada no *Diccionario Bibliográfico* quanto a si, de que, por consequente, tinha conhecimento.

²⁵ Em *A instrução agricola e o trabalho livre* (p. 11), diz que foi nomeado *Conductor de Engenharia Civil* em Dezembro de 1864. O *Diário de Lisboa* n.º 282, de 14-Dez.-1864 (p. 3352),

Por um officio, de 15-Dez.-1865, da Direcção Geral do Comércio e Indústria, sabe-se que ficou dispensado até ao fim desse ano económico do trabalho de que estava encarregado na Comissão dos Melhoramentos da Capital, para ser empregado no serviço de coligir documentos para a história económica do País nos arquivos do Estado²⁶. Porém, em 12-Jul.-1866, como indica o requerimento por si apresentado, estava novamente na comissão encarregada do plano dos melhoramentos da capital²⁷.

Colaborou também na comissão para a escolha de objectos de arte antiga para serem enviados à Exposição Universal de Paris, em 1867, nos distritos do Porto e Braga²⁸.

Quanto ao serviço por si prestado na ARBAL, sabe-se, por uma carta do Marquês de Sousa Holstein, datada de 18-Fev.-1867, dirigida ao Ministro e Secretário de Estado das Obras Públicas, Comércio e Indústria, que existia *tão sómente ao*

publica uma relação dos condutores auxiliares de engenharia civil entre os quais consta Domingos Maria Gonçalves. O mesmo periódico, no n.º 227, de 6-Out.-1866 (p. 2815), indica-o na mesma qualidade. E no n.º 234, de 15-Out.-1868 (p. 2492), em anúncio da Repartição de Contabilidade do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, com a relação nominal dos indivíduos do corpo auxiliar de condutores civis em exercício no mês de Julho daquele ano, com designação dos serviços que desempenhavam e vencimentos que lhes competiam, na conformidade da Portaria de 28-Ago.-1866, Domingos Maria Gonçalves é ainda indicado como condutor auxiliar, em comissão na Academia das Belas Artes de Lisboa, com um vencimento fixo de 240\$000.

²⁶ Em 25-Mai.-1866, como resulta do requerimento que então apresentou, tinha sido encarregado pelo Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria de coligir os documentos para a história da indústria nacional, tendo sido para isso dispensado do serviço que prestava na comissão de melhoramentos a que pertencia, seguindo-se que *para o cumprimento do serviço que o supplicante foi agora incumbido tem de percorrer os archivos da Camaras Municipaes onde existem a maior parte dos documentos de que carece*, e, assim, *devendo preceber 2\$500 mensaes pelo seu emprego, por ser este o vencimento, que lhe é marcado por lei, não tendo contudo recebido mais do que 480 réis diarios, ao passo que os seus collegas na Comissão dos Milhoramentos da Capital vencem alem dos seus ordenados mais 18\$000 rs mensaes a título de gratificação, sem que tenham de sair de Lisboa para o desempenho do serviço de que foram encarregados*, requer que lhe seja abonada uma gratificação correspondente à comissão que está incumbido de desempenhar (Arquivo Histórico do Ministério da Economia, Código de referência: PT/AHMOP/PI/077/041 – Cota descritiva: PI-Cx. 77).

²⁷ Neste requerimento Domingos Maria Gonçalves reclama por não auferir a mesma gratificação mensal de dezoito mil réis que era auferida pelos seus colegas para o mesmo género de trabalho, acrescentando que o requerente nunca tinha recebido o ordenado que a lei lhe conferia, motivo pelo qual solicitava a correcção da situação, passando a auferir a mesma gratificação auferida pelos seus colegas (Arquivo Histórico do Ministério da Economia, Código de referência: PT/AHMOP/PI/077/041 –Cota descritiva: PI-Cx. 77).

²⁸ *Diccionario Bibliographico* (Tomo nono, p. 146) e MNAA/AJF, onde existe o recibo, assinado por Domingos Maria Gonçalves, datado de 20-Dez.-1867, cujo teor é o seguinte: *Recebi do Ill.mo Snr. Christovão Leandro de Mello Fiel Pagador da Academia das Bellas Artes de Lisboa a quantia de trinta e seis mil reis, que o Ex.mo Snr. Marquês de Sousa mandou dar para as despesas que tem de se fazer na entrega dos objectos de Braga e Guimarães, que forão à Exposição de Paris em 1867* (Código de referência: PT/MNAA/AJF/DC-OI-ARBA/002-0002/000007 – Cota actual: AJF/Cx1/Pt2/Doc.86, disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4727035>)

**“Se em todo o Reino se procedesse a pesquisas como esta”:
Um relatório sobre os objectos de arte existentes em Vila Viçosa
“dignos de figurar no projectado Museu d’Arte Ornamental”**

*serviço d’esta Academia o conductor de trabalhos do Ministerio das Obras Públicas Domingos Maria Gonçalves, por mim requisitado para coadjuvar os trabalhos da classificação e cathologação dos livros da bibliotheca da mesma Academia, e authorisado por officio de V. Ex.^a de 7 de Fevereiro ultimo. Sendo o seu desempenho avaliado nos termos seguintes: apenas posso dizer a V. Ex.^a que elle tem correspondido cabalmente ao serviço especial de que se acha encarregado, mostrando-se pontual e inteligente*²⁹.

Mais tarde, em 1870, Domingos Maria Gonçalves seria, ainda, nomeado Cônsul de Portugal em Nantes³⁰, onde terá permanecido apenas cerca de um ano. Passou, então, ao Brasil, explicando em *A instrução agricola e o trabalho livre* (1880) que *troquei o bem estar da sociedade franceza pelo Brasil, movido pelo desejo meio poetico e meio humanitario de conhecer os povos indigenas da America*³¹. Consequentemente, no dia 9-Jun.-1871 chegou ao Recife para tomar conta interinamente do consulado de primeira classe de Portugal em Pernambuco, no seguimento de um convite para este efeito que, diz, tinha partido do Ministro dos Negócios Estrangeiros português, o Duque de Ávila e Bolama³².

É ainda o próprio quem conta que poucos *mezes depois, a lei de 28 de Setembro*³³ *chamou a minha atenção para a questão economica do trabalho livre, questão que eu ambicionei desde logo tratar praticamente, e que ainda me deu mais animo e desejo de conhecer os habitantes primitivos do Brazil; pelo que, logo que poudeser entrega da chancellaria consular ao consul effectivo, pedi para passar á disponibilidade afim de ir para o interior da provincia de Pernambuco*³⁴.

Grande entusiasta da instrução popular, da agricultura e das escolas agrícolas como forma de promover o progresso no mundo rural, diz que *viagei bastante no Império*³⁵. Fala do *plano de civilização para os indios mansos* que organizava no alto sertão; e também dos episódios *já burlescos, já terríveis que alli tive e em alguns dos quaes a minha vida, por mais d’uma vez, correu risco, não por parte dos pobres índios, mas pelos seus exploradores, umas especies de majores e tenentes-coroneis da Guarda Nacional do sertão, que são os verdadeiros selvagens d’aqueles terrenos*³⁶.

²⁹ Arquivo Histórico do Ministério da Economia, Código de referência: PT/AHMOP/PI/077/041 – Cota descritiva: PI-Cx. 77.

³⁰ Decreto de 6-Abr.-1870 (ANTT, *Registo Geral de Mercês*, D. Luís I, livro 23, fls. 62-62v.).

³¹ *A instrução agricola e o trabalho livre*, p. 9.

³² *A instrução agricola e o trabalho livre*, p. 9.

³³ Lei n.º 2040, de 28-Set.-1871, conhecida como *Lei do Ventre Livre*, estabelecia, sob determinadas condições, a concessão da alforria, a partir da data da sua promulgação, às crianças nascidas de mulheres escravas no Império do Brasil. Foi promovida pelo gabinete liderado por José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco, daí ser conhecida também como *Lei Rio Branco*.

³⁴ *A instrução agricola e o trabalho livre*, pp. 9-10.

³⁵ *A instrução agricola e o trabalho livre*, p. VIII.

³⁶ *A instrução agricola e o trabalho livre*, p. 10.

Moço inteligente, digno, activo e emprehendedor – diria dele o Barão de Buique, Director Geral dos Indios da Província de Pernambuco³⁷ – não foi apenas a vida que teve em risco nos seus projectos, chegando a sacrificar, segundo assinala, tudo o que tinha: *posição official, dinheiro, actividade e trabalho*³⁸; tais projectos tinham, inclusivamente, *absorvido a minha legitima paterna, e o que pertencia a minha mãe, que ainda felizmente vive em minha companhia*³⁹.

Em *A instrução agricola e o trabalho livre* (1880), é indicado com os seguintes predicados: Cônsul de Portugal, a seu pedido em disponibilidade; ex-membro do corpo de engenharia civil; antigo aluno do Curso Superior de Letras⁴⁰, Instituto Industrial, Escola do Comércio e Liceu de Lisboa; sócio correspondente da Sociedade Brasileira de Aclimação, da Academia Espanhola de Arqueologia e Geografia, da Associação dos Architectos Civis Portugueses, do Retiro Literário Português; fundador do Grémio Académico Português; redactor-chefe e co-proprietário do *Jornal da Província*⁴¹.

No mesmo ano de *A instrução agricola e o trabalho livre*, publicou, também no Rio de Janeiro, o *Esboço Biographico do Commendador Raphael Ascoly*, onde se refere aos *nove anos que tenho vivido no Imperio*⁴².

Deveria, nessa altura, ter regressado a Portugal, pois escreve que *agora volto para a Patria mais pobre do que vim*⁴³. O facto é, porém, que na *Exposição ao Poder Legislativo*, publicada ainda no Brasil, em 1882, é indicado como concessionário da Companhia Zootécnica e Agrícola do Brasil, Director da Escola Agrícola Provincial em Campos e redactor de *O Agricultor Progressista*⁴⁴. E, como se verá adiante, ainda em 1889 funda no Rio de Janeiro o *Grito dos Pobres*.

³⁷ Em officio à Presidência da Província de Pernambuco, transcrito em *A instrução agricola e o trabalho livre*, p. 20.

³⁸ *A instrução agricola e o trabalho livre*, p. 9.

³⁹ *A instrução agricola e o trabalho livre*, p. 24.

⁴⁰ Quanto a este aspecto, cfr. COUVANEIRO, João Luís Serrenho Frazão (2012), *O Curso Superior de Letras (1861-1911) – Nos primórdios das Ciências Humanas em Portugal*, Tese de Doutoramento em História, orient. Sérgio Campos Matos, Departamento de História, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, de acordo com o qual: *Para promover o desenvolvimento da instrução pública, alguns estudantes criaram em 1864 o Grémio Académico de Lisboa. Esta instituição terá procurado representar os interesses das classes estudiosas; subsidiar alunos mais carenciados; criar um gabinete de estudos e instituir uma publicação que permitisse divulgar os trabalhos literários e científicos dos estudantes. A primeira Comissão foi integrada por Domingos Maria Gonçalves, aluno do Curso Superior de Letras, que teve o mérito de idealizar e de ter sido principal dinamizador desta associação, sendo que depois de um arrastado e sinuoso processo, Domingos Maria Gonçalves ter-se-à afastado do Grémio. Surgindo em Abril de 1865 como o redactor principal da efêmera folha hebdomária com o título União Académica.* Disponível em: file:///C:/Users/sanch/OneDrive/Documents/ulsd063312_td_Joao_Couvaneiro.pdf, p. 240.

⁴¹ Segundo *A instrução agricola e o trabalho livre* (p. IV), era um periódico abolicionista, fundado na cidade de Campos, no Brasil.

⁴² *Esboço Biographico*, p. 5.

⁴³ *Esboço Biographico*, p. 5.

⁴⁴ É ainda indicado aí como *bacharel* Domingos Maria Gonçalves (p. 10).

**“Se em todo o Reino se procedesse a pesquisas como esta”:
Um relatório sobre os objectos de arte existentes em Vila Viçosa
“dignos de figurar no projectado Museu d’Arte Ornamental”**

Voltando, porém, aqui às funções de Domingos Maria Gonçalves em Vila Viçosa, enviado para *examinar* o extinto Convento da Esperança, visitou mais do que isso, como se verá. E começou por estender a sua visita inspectiva ao extinto convento de S. Paulo, de Vila Viçosa, passando depois a Estremoz – onde visitou o mosteiro das freiras de Malta, a igreja do Anjo da Guarda e o antigo convento dos Agostinhos –; a Rio de Moinhos – onde visitou o antigo convento da Luz –; e a Borba – onde visitou a igreja matriz; apenas então se retirando para Lisboa, e mesmo assim devido ao *estado precário da minha bolsa vazia quase do meu dinheiro, e do pouco que recebera da Academia*⁴⁵.

O *Relatório*, documento bem estruturado e escrito, revela, pois, da parte de um agente da administração central a consciência e o cumprimento do dever de realização das suas tarefas com zelo e diligência, bem como de promover e executar os actos tendentes à melhoria da sua produtividade. Em suma, vontade e disponibilidade para fazer o que lhe era pedido e ainda ir mais longe, características que, como se sabe, não são comuns e que possivelmente contribuíram para que o seu nome fosse apontado para conservador do futuro Museu de Arte Ornamental⁴⁶.

Um apontamento ainda para as obras saídas da pena de Domingos Maria Gonçalves.

O *Dicionário Bibliográfico* referencia as seguintes, que não constam no catálogo da Biblioteca Nacional de Portugal⁴⁷:

⁴⁵ Cfr: *Relatório*.

⁴⁶ XAVIER, *O Marquês de Sousa Holstein*, pp. 311, 315 e 341, e carta existente na ANBA, Código de referência: PT/ANBA/ANBA/B/001/00003, m1490-m1492 (fls. 746-747) – Cota actual: 1-B-SEC.48, disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4611775>, onde indica a seguir à assinatura a qualidade de *conductor de engenharia civil servindo de conservador do museu de arqueologia e arte ornamental*.

O que relata nesta carta, datada de 1-Jul.-1869, dirigida ao Vice-Inspector da Academia, Marquês de Sousa Holstein, pode ajudar a explicar a mudança na vida de Domingos Maria Gonçalves, com a nomeação para Nantes e depois para o Brasil. Assim, diz ele que, tendo regressado da Província da Beira onde tinha ido desempenhar a comissão de serviço da Academia Real de Belas Artes, dirigiu-se à pagadoria do Ministério das Obras Públicas para receber os seus vencimentos relativos aos meses de Maio e de Junho, tendo-lhe declarado o pagador que não somente não lhe pagava esses vencimentos como, pelo contrário, era ele que devia restituir à Fazenda Nacional a quantia de 19\$000 rs., importância do seu ordenado do mês de Abril que lhe tinha sido pago em tempo competente e com todas as formalidades legais, visto que por ordem datada de 1-Abr. tinha sido demitido. Por conseguinte, expõe Domingos Maria Gonçalves que nomeado pelo Vice-Inspector em 30-Abr. para desempenhar uma comissão artística no distrito da Guarda, não tendo até então recebido qualquer documento oficial a respeito da sua demissão e não tendo aparecido no *Diário do Governo* coisa alguma, requer ao mesmo Vice-Inspector que tome a *resolução que melhor julgar*, porque *mal posso compreender como podia eu ser demittido a 1 d'Abril, se no dia 30 do mesmo mez era encarregado d'uma comissão de serviço publico*.

⁴⁷ SILVA, Inocêncio Francisco da (1870), *Diccionario Bibliographico Portuguez*, estudos de..., aplicáveis a Portugal e ao Brasil, tomo nono (segundo do suplemento), C-G, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 146.

- 1) *Projecto de estatutos do Grémio promotor das classes estudiosas, aprovado pelos sócios fundadores* (1863) – instituição de cuja ideia terá sido o principal iniciador;
- 2) *Relatório dirigido ao Ex.mo Ministro das Obras Públicas João de Andrade Corvo em 28 de Junho de 1866* (1866);
- 3) *Tolerância política em 1869. História da perseguição feita pelos srs. Sebastião Lopes de Calheiros e Menezes, Bispo de Vizeu, e Marquez de Sá da Bandeira a Domingos Maria Gonçalves* (1869) – sobre a demissão do lugar de condutor de engenharia civil.

O catálogo da Biblioteca Nacional de Portugal referencia, porém, as seguintes obras, todas publicadas no Rio de Janeiro:

- 1) *Projecto de uma Empreza Agricola: Apresentado à Colónia Portuguesa no Rio de Janeiro* (1880)⁴⁸;
- 2) *Esboço Biográfico do Comendador Rafel Ascoly, Natural de Lisboa* (1880);
- 3) *Exposição ao Poder Legislativo* (1882).

E no Brasil Domingos Maria Gonçalves publicou ainda as obras seguintes, referenciadas no catálogo da Biblioteca Nacional daquele país⁴⁹:

- 1) *A maçonaria e o prelado pernambucano, a proposito do actual conflicto religioso* (1873) – Recife;
- 2) *Collegio dos índios de Urubá de agricultura e artes industriaes* (1874) – Recife;
- 3) *Por uma palavra ou uma demissão ex informata consciencia. Carta dirigida ao Ill.mo e Ex.mo Snr. Conselheiro José da Silva Mendes Leal* (1874) – Recife;
- 4) *A instrucção agricola e o trabalho livre* (1880) – Rio de Janeiro;
- 5) *O Agricultor progressista: folha semanal* – periódico fundado em 21-Jul.-1881, no Rio de Janeiro, por Domingos Maria Gonçalves, que exercia também as funções de director;
- 6) *Grito dos Pobres* – periódico fundado em 1889, no Rio de Janeiro, sendo redator-chefe: Domingos Maria Goncalves.

Também na perspectiva da teoria política merece o relatório de Domingos Maria Gonçalves ser conhecido. Já quase a terminar o *Relatório*, deplora ele a maneira porque está sendo executada a lei de 4 de Abril de 1861 sobre as corporações religiosas. E ao fazê-lo chama a atenção para um dos grandes problemas da

⁴⁸ Indica apenas a *Tipografia Central* e a morada desta: *Rua Nova do Ouvidor, n.º 22*. No entanto, no *Esboço Biográfico*, juntamente com aquelas, é indicada a cidade do *Rio de Janeiro* (bem como que tal tipografia é de *Evaristo Rodrigues da Costa*).

⁴⁹ Dados acessíveis em: https://acervo.bn.gov.br/sophia_web

**“Se em todo o Reino se procedesse a pesquisas como esta”:
Um relatório sobre os objectos de arte existentes em Vila Viçosa
“dignos de figurar no projectado Museu d’Arte Ornamental”**

engenharia social abrangente (ou *utópica*) e do *racionalismo dogmático*⁵⁰: não considerar que o comportamento humano não é inteiramente previsível.

E é a este propósito interessante a referência de Domingos Maria Gonçalves à *tradição*, da qual diz que *é sempre uma luz para quem estuda estas coisas do passado, e um guia que, à falta doutro, nos pode dirigir em importantes descobertas*.

Ora, deploração dos efeitos da engenharia social abrangente (e do racionalismo dogmático) e defesa da tradição não significam *imobilismo*; antes de se chegar a este (e em vez de se chegar a este) existe a *engenharia social parcelar* e o *racionalismo crítico*, que deixam todo o espaço para que possam ser ensaiadas soluções para problemas sociais concretos; sem o radicalismo de qualquer dos extremos. Para aí parece apontar o espírito de Domingos Maria Gonçalves.

De certa forma, nas suas palavras é possível ver uma *disposição conservadora* e um sentido da *liberdade* como ficou sendo praticada nos países de tradição anglo-saxónica, por oposição aos países que seguiram a matriz francesa (pós-1789), infelizmente tão enraizada em Portugal; esta mais preocupada com os direitos de cada um, conduzindo necessariamente aos conflitos de direitos; aquela mais preocupada com os deveres de cada um, uma liberdade ordeira, abrindo a porta para aquilo a que no mundo anglo-saxónico se chama *gentlemanship*⁵¹. Terá Domingos Maria Gonçalves lido Edmund Burke?

Finalmente, mas muito especialmente, e por isso *last, but by no means least*, merece o relatório de Domingos Maria Gonçalves ser conhecido numa perspectiva da história local portuguesa e ainda mais especificamente numa perspectiva da história local calipolense. Nesse sentido pode falar-se de um subsídio para a história local portuguesa e de Vila Viçosa.

Comece-se, a este propósito, por se afirmar o que facilmente se deduz: se, apesar das circunstâncias históricas, que foram descritas acima, muito foi preservado, também muito se perdeu; aspecto contraditório entre o cuidado estatal com a inventariação e arrecadação do património das casas religiosas e as condições defi-



Figura 4 – Capa de brochura de Domingos Maria Gonçalves, «A instrução agricola e o trabalho livre», publicada no Rio de Janeiro, em 1880.

⁵⁰ Recorde-se que 1820 foi uma *Revolução*, que, como é próprio destas, implicou um corte com o que então existia; com o passado, substituído por um projecto social global, uma *nova ordem*.

⁵¹ Cavalheirismo.

cientes em que aquele foi arrecadado, responsáveis pela perda de uma parte importante desse espólio⁵².

Ora, como refere o relator, no *seio de muitas povoações pequenas, às vezes tão orgulhosas dos grandes homens que produziram, guardam-se muitas tradições que podem servir de guia num assunto em que tudo está por fazer, e em que se não deve desprezar dado algum*⁵³. Pelo que, teve como intenção *orientar-me sobre a existência de monumentos artísticos e fazer deles por assim dizer uma resenha que pudesse servir de base às pesquisas da Academia*⁵⁴.

São, assim, interessantes e importantes as informações que recolheu e que dá relativamente ao património conventual local visitado e respectivo destino após a extinção; mesmo apesar do sentido do juízo crítico que faz relativamente aos objectos encontrados e considerados mais significativos, que, de um modo geral, considera pouco valiosos. Tome-se, a este propósito, como exemplo o antigo convento de N. Sr.^a da Esperança, quanto ao qual indica o destino que então teve a respectiva igreja, o restante edifício, o dormitório e os quadros, alfaia e outros objectos de culto.

A terminar, refira-se que cerca de 15 anos depois da visita de Domingos Maria Gonçalves a Vila Viçosa também por lá passou Teixeira de Aragão, como mostra uma carta existente no MNAA/AJF, datada de 24-Abr.-1881⁵⁵. Aí, depois de indicar que no dia anterior tinha visitado os mosteiros de Jesus, de Santa Clara, de Santa Catarina e do Calvário e que nesse dia iria aos conventos do Salvador e de S. Bento, refere que *em quanto se ficam fazendo as relações vou a Villa Viçosa, para onde parto amanhã ao meio dia*.

Este é já, porém, assunto para um novo capítulo, porque o presente capítulo encerra-se agora. E com a invocação de Domingos Maria Gonçalves, numa afirmação sua quanto ao seu trabalho, que é válida hoje como o era então: ***se em todo o Reino se procedesse sistemática e minuciosamente a pesquisas como esta...***

Lisboa, dia de Santo António de 2023.

⁵² Nesse sentido, o Marquês de Sousa Holstein, na já referida Introdução ao *Catalogo Provisorio* (cfr. nota de rodapé 10) e XAVIER, *O Marquês de Sousa Holstein*, p. 34.

Também Pinho Leal, em *Portugal Antigo e Moderno* (vol. VIII, p. 90): *Todos sabem que a nossa academia das bellas artes, está no velho e acanhado edificio que foi mosteiro de São Francisco da Cidade. Quadros e desenhos de grande merecimento, estão ali amontoados, em tão má disposição, por falta de salas, que alguns já estão podres, ou muito damnificados*.

⁵³ Cfr. Relatório.

⁵⁴ Cfr. Relatório.

⁵⁵ Código de referência: PT/MNAA/AJF/DC-OI-ARBA/008-0002/00001/000028 – Cota actual: AJF/Cx2/P2/Doc.10/28, disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4724124>

**“Se em todo o Reino se procedesse a pesquisas como esta”:
Um relatório sobre os objectos de arte existentes em Vila Viçosa
“dignos de figurar no projectado Museu d’Arte Ornamental”**

II

Relatório

Dirigido ao Vice-Inspector da Academia Real de Belas-Artes de Lisboa

O Il.mo e Ex.mo Snr. Marquês de Sousa Holstein

Por Domingos Maria Gonçalves

em 6 de Maio de 1867

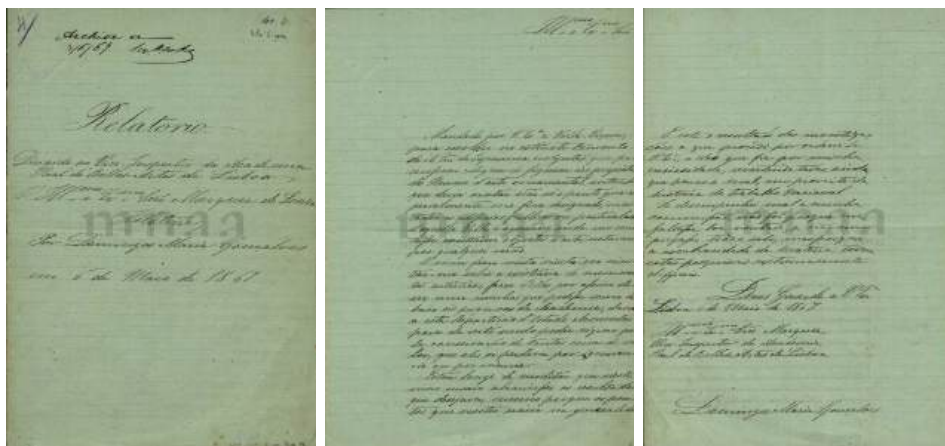


Figura 5: Folha de rosto do Relatório; Primeira página do Relatório; Última página do Relatório.

Il.mo e Ex.mo Snr.

Mandado por V. Ex.^a a Vila Viçosa, para escolher no extinto Convento de N. Sr.^a da Esperança⁵⁶ os objectos que parecessem dignos de figurar no projectado

⁵⁶ Convento feminino de clarissas, de fundação quinhentista, principiado na Rua da Cadeia – rua que já não existe –, junto ao castelo, donde passados apenas dois anos depois da sua inauguração se transferiu, em 1553, para onde se encontrava aquando da sua extinção. Foi obra de D. Isabel de Lancastre, 1.^a mulher do 5.^o Duque de Bragança, D. Teodósio I, cujo corpo foi sepultado no coro baixo, junto da campa de sua sogra a Duquesa D. Leonor, mulher do 4.^o Duque de Bragança, D. Jaime. A capela-mor foi jazigo da família Lucena, por doação de D. Teodósio II, 7.^o Duque de Bragança. Foi extinto por Decreto de 27-Out.-1864, tendo as religiosas Angélica Perpétua Peregrina do Céu Nogueira, Ana Peregrina (Rijo), e Mariana Peregrina da Conceição Xavier sido obrigadas a sair do Convento por não constituírem canónica e civilmente o número legal para satisfazer os fins da instituição (cfr: *Relatório*). No dia 1-Out.-1866 o convento foi fechado, após a saída da última religiosa professa, Madre Mariana Peregrina da Conceição Xavier, que foi para o Convento das Chagas. A Ordem Terceira de S. Francisco, de Vila Viçosa, toma então posse da igreja, mas não lhe deram os paramentos e alfaías subsistentes, que foram distribuídos (cfr: *Relatório*). O convento foi posto em hasta pública e comprado por 800 mil réis por um *especulador* que procedeu de imediato à sua demolição e venda a retalho dos seus materiais, pelo que *apenas hoje restam os destroços e a cerca* (Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno*, vol. XI, p. 1153).

No ANTT existe o *Inventário de Extinção do Convento de Nossa Senhora da Esperança de Vila Viçosa*: Código de referência: PT/TT/MF-DGFP/E/002/00036 – Cota actual: Ministério das Finan-

*museu de arte ornamental*⁵⁷, entendi que devia visitar não só o ponto que especialmente me fora designado, mas todos os edifícios públicos ou particulares daquela vila e arredores onde me constasse existirem objectos de arte, notáveis por qualquer razão.

O meu fim nesta visita era orientar-me sobre a existência de monumentos artísticos, fazer deles por assim dizer uma resenha que pudesse servir de base às pesquisas da Academia, dando a esta Repartição de Estado elementos para de certo modo poder vigiar pela conservação de tantas coisas de valor; que aí se perdem por ignorância ou por incúria.

Estou longe de acreditar que neste meu ensaio alcançasse os resultados que desejava, mesmo porque os pontos que visitei eram na generalidade pouco ricos de trabalhos de arte, mas se em todo o Reino se procedesse sistemática e minuciosamente a pesquisas como esta, acredito que se haviam de descobrir grandes preciosidades, e sobretudo que se salvaria do vandalismo da broxa ou, quem sabe, se de coisa pior; mais de um monumento artístico condenado no presente estado de coisas a desaparecer.

Indagações destas devem dar profícuos resultados, sobretudo para a história das Belas-Artes em Portugal.

No seio de muitas povoações pequenas, às vezes tão orgulhosas dos grandes homens que produziram, guardam-se muitas tradições que podem servir de guia num assunto em que tudo está por fazer; e em que se não deve desprezar dado algum.

Nessa imensidade de igrejas e conventos espalhados neste País com mão pródiga pela piedade de nossos avós é que principalmente devemos ir pedir a revelação dos artistas sepultados no esquecimento. Muita coisa que nos não for denunciada pelos seus monumentos ser-nos-á relatada pelos seus papéis. Mais de metade da nossa história artística anda aí dispersa, em grande parte guardada

ças, Convento de Nossa Senhora da Esperança de Vila Viçosa de Évora, cx. 1914 e 1915, disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4224381>; inclui autos de posse provisória da Igreja do Convento pela Ordem Terceira de São Francisco, de Vila Viçosa, e compreende a cópia do Decreto de 27-Out.-1864 da extinção do Convento e a sustentação das três religiosas.

No arquivo da ANBA: Código de referencia: PT/ANBA/ANBA/B/001/00003, m1804 (fl. 901) – Cota actual: 1-B-SEC.48, disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4611775>, existe ordem para serem incorporados nas colleções nacionaes os objectos de valor artistico ou historico pertencente ao supprimido convento de Nossa Senhora da Esperança em Villa Viçosa constantes da relação remetida por V. Ex.^a em officio de 20 de maio de 1867; carta em papel timbrado do Ministério da Fazenda, assinada por José Luciano de Castro e dirigida ao *Vice Inspector da Academia das Bellas Artes*.

⁵⁷ Projecto museológico acalentado pelo Marquês de Sousa Holstein, com base na ideia de um museu central cientificamente dividido em secções especializadas, especialmente de pintura, escultura, desenho, arte ornamental, gravura, arquitectura e arqueologia, e organizado de acordo com modelos estrangeiros. A este propósito, *cfr. Observações sobre o actual estado do ensino das artes em Portugal, a organização dos museus e o serviço dos monumentos historicos e da arqueologia, offerecidas á comissão nomeada por Decreto de 10 de Novembro de 1875, por um vogal da mesma comissão*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1875 (pp. 27-40) e XAVIER, Hugo, «O Museu de Arte Ornamental da Academia de Belas Artes de Lisboa». *Revista MVSEV*, n.º 19 (2011/2012), 67-94.

**“Se em todo o Reino se procedesse a pesquisas como esta”:
Um relatório sobre os objectos de arte existentes em Vila Viçosa
“dignos de figurar no projectado Museu d’Arte Ornamental”**

nos cartórios onde os acontecimentos do nosso século lançaram os papéis das extintas ordens religiosas; mas nem por isso são para desprezar as tradições que andam cá fora espalhadas. A tradição é sempre uma luz para quem estuda estas coisas do passado, e um guia que, à falta doutro, nos pode dirigir em importantes descobertas. Foi por isto que depois de visitar o edifício que me fora indicado, fui examinar diferentes objectos guardados em pontos diversos, que me foram designados como dignos de atenção ou pelo seu merecimento artístico ou pelo seu valor arqueológico, recolhendo neste exame os poucos dados, que sobre eles me podiam ser fornecidos.

O Convento de N. Sr.^a da Esperança, que nada contém de valor, é de aspecto mais do que medíocre. A Igreja foi entregue a uma ordem terceira⁵⁸, que a conserva com certa decência; o resto do edifício não encontrou aplicação à excepção do dormitório que actualmente serve de sala de representações dramáticas a uma companhia espanhola. Os quadros, alfaias e outros objectos do culto tendo sido depositados em casa do Prior de N. Sr.^a de Conceição José Vaz Touro⁵⁹ foram depois dados a diversas confrarias e pessoas particulares⁶⁰ à excepção de dezanove quadros em tela, dos quais escolhi dez para a Academia, todos de assunto religioso que eu classifiquei da seguinte forma: = Encontro da Virgem com S.ta Isabel = S.ta Gertrudes = Uma monja e dois bispos = Lava pés = Senhor morto = N. Sr.^a com o Menino ao colo = S. Jerónimo = Senhor à coluna = Cristo no deserto = Anjo Custódio.

Encontrei no Convento uma imagem de pedra em relevo representando N. Sr.^a da Conceição, e uma cadeira antiga de couro e madeira com espaldar, que aparte por me parecerem objectos, não direi de valor artístico, mas de certo merecimento pela época em que devem ter sido feitos. Mande também guardar uma velha arca de couro com ferragens, que me atraiu a atenção pela originalidade das formas, e que no meu entender pode bem marcar um período em que o trabalho em ferro estava em grande atraso.

Depois de cumprida a missão de que fora encarregado, comecei a minha inspecção visitando o ex-Convento de S. Paulo de Vila Viçosa⁶¹, ainda propriedade da

⁵⁸ Ordem Terceira de S. Francisco, de Vila Viçosa (cfr, nota 56, *Inventário de Extinção...*).

⁵⁹ No Arquivo Distrital de Évora existe um documento datado de 1858, produzido pelo Padre José Vaz Touro, Prior da Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, igreja matriz de Vila Viçosa, dividido em seis partes, contendo informação sobre: 1) a vila, a paróquia, suas capelas, ermidas e conventos; 2) que tipo de agricultura era desenvolvida; 3) as minas, mármore e pedras de construção e seus exploradores; 4) estabelecimentos fabris e seus proprietários; 5) o castelo; 6) as pessoas notáveis da vila, disponível em: <https://adevr.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/4/2020/12/Inqu%C3%A9rito.pdf> (Cota: Arquivo Distrital de Évora. Câmara Eclesiástica de Évora. Correspondência).

⁶⁰ Ver Portaria de 20-Jun.-1834, disponível em: <https://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/15/107/p240>, uma parte significativa de mobiliário, alfaias e paramentaria acabaram por ficar na posse da autoridade religiosa secular que os redistribuía, conforme os casos.

⁶¹ Convento de S. Paulo, aliás Convento de Nossa Senhora do Amparo, da congregação da Serra d’Ossa, de fundação quinhentista, era o 2.º convento de Vila Viçosa em grandeza, mas foi *este convento um dos mais infelizes*. Em 1867 foi doado à Câmara Municipal de Vila Viçosa para fazer na cerca o cemitério e para instalar na igreja dos frades a municipal de S. Sebastião, que desabou em 1858, mas, refere Pinho Leal, *nada disto fez*, acrescentando este autor que *espera-se porém que*

Fazenda Nacional, onde encontrei os seguintes objectos, dos quais alguns reputo de muito valor: dois quadros representando cenas da Vida de S.ta Isabel Rainha de Portugal, um de S. Paulo, um de S. Pedro, um da Ascensão de Cristo, dois retábulos de excelente mármore, dois altares correspondentes e uma coluna de talha.

Esperava eu ordem do Snr. Arcebispo⁶² para poder entrar nos conventos onde ainda existem religiosas, ordem que me não foi dada porque aquele Prelado exigia que fosse requisitada pelo Ministério do Reino⁶³. Determinei por isso aproveitar o tempo visitando o que em Estremoz houvesse de notável. Foi ali no mosteiro das freiras de Malta⁶⁴, que vi uma bela custódia de rico lavor, cuidadosamente conservada que muito me prendeu a atenção, bem como alguns quadros e um apostolado em estátuas de madeira prateada, seis tocheiros de pau santo, ect; tudo no melhor estado de conservação; além d'estes objectos consta-me que na parte interior do convento existem muitos outros, que as religiosas têm muito cautelosamente.

Encontrei na Administração do Concelho desta vila três quadros, que me pareceram ser de bastante merecimento, e cuja aquisição não será decerto difícil para a Academia, porque estão ali abandonados num corredor. Na Repartição da Fazenda há uma mesa de madeira ordinária pintada de forma excêntrica que julgo ser da primeira metade do século passado.

Na igreja do Anjo da Guarda achei duas figuras de pedra representando monstros, que serviram, acho eu, de apoiar algum sarcófago, e que actualmente estão sem aplicação. Pedi estas duas figuras para a Academia em troca de algum

a camara mande ao menos concertar a egreja, visto receber, até ha pouco, da cerca 50\$000 réis de renda e ser ha muito o pobre edificio do convento a mina d'onde extrahe cantarias e materiaes para as obras publicas, etc., reduzindo-o a um montão de ruínas!... (Portugal Antigo e Moderno, vol. XI, p. 1151). Em 1885, com licença do Governo, a Câmara vendeu a cerca do convento por 1.010\$000 réis a António Lobo Vidigal Salgado, para a angariação de verbas para a construção do novo cemitério próximo da Igreja Matriz. Em 1921, o convento arruinado e a igreja foram vendidos à Sociedade Fabril Alentejana (SOFAL), que procedeu a obras estruturais para adaptar o espaço a fábrica de refinação de azeites e moagem de farinha.

No ANTT existe o *Inventário de Extinção do Convento de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*: Código de referência: PT/TT/MF-DGFP/E/001/00436 – Cota actual: Ministério das Finanças, Convento de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa, cx. 2264, disponível em <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=7159065>

⁶² Era, então, Arcebispo de Évora, desde 1860, D. José António da Mata e Silva (1800-1869).

⁶³ Criado por Alvará de 28-Jul.-1736, como *Secretaria de Estado dos Negócios Interiores do Reino*, no século XIX passou a ser conhecido como *Ministério do Reino*. Competia-lhe a condução das políticas de administração do território, de instrução pública e de segurança interna. Após a implantação da República, em 1910, a sua designação foi alterada para *Ministério do Interior*, que manteve até 1974, momento em que foi substituído pelo actual *Ministério da Administração Interna* (MAI). Entre 9-Mai.-1866 e 4-Jan.-1868 foi Ministro do Reino Martens Ferrão, que sucedeu a Joaquim António de Aguiar.

⁶⁴ Referindo-se-lhe como sendo masculino: *De freires de Malta (S. João Baptista)*, Pinho Leal indica-o como sendo um dos seis conventos de Estremoz (*Portugal Antigo e Moderno*, vol. III, p. 81).

A propósito das freiras maltezas, *cfr.*: MARQUES, José Epifânio, *Breve Memória Acerca da Instituição das Religiosas Maltezas em Portugal*, Coimbra, Typographia França Amado, 1899.

**“Se em todo o Reino se procedesse a pesquisas como esta”:
Um relatório sobre os objectos de arte existentes em Vila Viçosa
“dignos de figurar no projectado Museu d’Arte Ornamental”**

quadro; V. Ex.^a tomará a este respeito a resolução que entender, mas espero que me a participe para eu a levar ao conhecimento do indivíduo com quem tratei este assunto.

É notável o abandono com que a Irmandade do Espírito Santo erecta no antigo Convento dos Agostinhos de Estremoz conserva doze ou treze quadros em tela, seis mesas douradas dos séculos XVII a XVIII de muito trabalho, seis apóstolos iguais aos das freiras maltesas, excelentes trabalhos de talha e outros objectos de igual ou menor merecimento.

Disseram-me que na Capela de S. Brás existe uma capa de rico bordado, cuja confecção monta a grande antiguidade, mas não me foi possível vê-la.

Visitei o ex-Convento da Luz em Rio de Moinhos (4 a 5 quilómetros de Borba)⁶⁵ hoje propriedade de José da Silva Bento e aí encontrei apenas uma magnífica teia de mármore, mas à qual o proprietário tenciona dar aplicação quando restaurar a igreja.

Em Borba vi na capela do Sacramento da Matriz, um quadro representando a Santíssima Trindade obra de pintor natural daquela vila, cujos dados biográficos, que tive a honra de entregar a V. Ex.^a, me foram ali fornecidos por um neto dele.

O esboceto do dito quadro, de que também fiz entrega, foi oferecido à Academia, a pedido meu, pelo Prior da Matriz o sr. José António Dentes⁶⁶.

Tencionava ir ao ex-Convento da Serra d’Ossa onde me dizem existirem objectos de muito merecimento, mas o estado precário da minha bolsa vazia quase do meu dinheiro, e do pouco que recebera da Academia, gasto este quase todo na jornada a Vila Viçosa, obrigou-me a retirar para Lisboa⁶⁷.

Ao terminar esta breve resenha, não posso deixar de deplorar a maneira porque está sendo executada a lei de 4 de Abril de 1861 sobre as corporações religiosas. Os inventários em 1858 foram mal feitos, deixando quase sempre de serem mencionados os objectos de valor; e esses mesmos inventariados são debaixo de termos vagos e genéricos, sendo porta aberta a quantos abusos se quiserem praticar, tor-

⁶⁵ *A pouca distância da villa [de Borba], está o convento de frades paullistas de Nossa Senhora da Luz, em cujo sitio se deu a gloriosa batalha denominada de Monte Claros (em 17 de junho de 1665) assim chamada, por ser este o nome dos campos onde foi a acção (Portugal Antigo e Moderno, vol. I, p. 418).*

⁶⁶ Em: SIMÕES, João Miguel Ferreira Antunes, *Índice do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Borba*, encontram-se duas referências ao Prior José António Dentes: p. 28, relativamente a uma escritura de compra feita por aquele a D. Maria Luciana de Brito da Mata e Matos de uma propriedade denominada “Horta Grande” por 2.000.000 de réis, de 23-Jun.-1891; e a p. 85, relativamente a uma escritura pela qual Francisco Rosado Matatão, e sua mulher, Maria Carolina Rosado, vendem o domínio útil de uma propriedade ao mesmo Padre, de 13-Nov.-1887. Informação disponível em: file:///C:/Users/sanch/Downloads/Indice_do_Arquivo_Historico_da_Santa_Cas.pdf

⁶⁷ De acordo com o *recibo de pagamento referente a transporte*, existente no MNAA/AJF (Código de referência: PT/MNAA/AJF/DC-OI-ARBA/002-0002/00003/000012 – Cota actual: AJF/Cx1/Pt2/Doc.72, disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4727021>), datado de 15-Abr.-1867, e assinado por Domingos Maria Gonçalves, recebeu este a quantia de 18\$000 (dezoito mil réis), *para despesas de transporte da jornada a Villa Viçosa em serviço da Academia Real de Bellas Artes de Lisboa, afim de escolher e relacionar quadros e outros objectos d’arte para a mesma Academia, cuja quantia me mandou abonar o Ex.mo Snr. Vice-Inspector.*

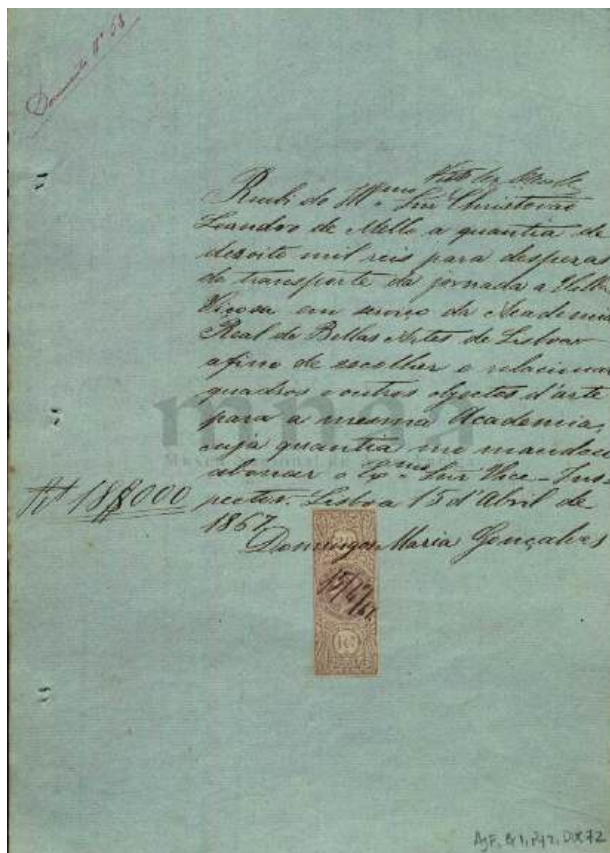


Figura 6 – Recibo passado por Domingos Maria Gonçalves relativamente à deslocação a Vila Viçosa.

nando perfeitamente fácil a substituição de qualquer dos artigos inventariados por outros. Para provar isto, narrarei a V. Ex.^a um caso curioso ocorrido no Convento de N. Snr.^a da Esperança de Vila Viçosa, que dá uma boa ideia da maneira porque é aplicada a lei.

Viviam ali três religiosas ultimamente⁶⁸; a Abadessa D. Angélica Perpétua Peregrina do Céu Nogueira⁶⁹, hoje residente em Estremoz, Soror Mariana Peregrina da

⁶⁸ Cfr. nota de rodapé 56.

⁶⁹ No Arquivo Distrital de Évora, existe uma *Petição das Religiosas do Convento, para que se mantenha no governo a Madre Reverenda, Soror Angélica Perpétua Peregrina Do Céu* (Código de referência: PT/ADEV/FE/DIO-CEEVR/K-R/002-002/00004 – Cota actual: dc. 00004; cx. 25, disponível em: <http://digitarq.adevr.arquivos.pt/viewer?id=1075955>), datada de 20-Jun.-1860, assinada pelas Sorores Ana Peregrina do Carmo, Catarina Gertrudes e Mariana Peregrina, pela qual manifestam ser sua vontade que a M.e R.da Soror Angelica Perpetua Peregrina do Ceo – Vigaria in Capite d'este nosso Convento, como tal continue no Governo e Regencia de nossa Comunidade, pelo bom zelo, rectidão, imparcialidade, e bom senso com q sempre, ha mais de vinte e cinco annos, tem desempenhado as funções de seu cargo, e promovido o nosso bem estar [...].

**“Se em todo o Reino se procedesse a pesquisas como esta”:
Um relatório sobre os objectos de arte existentes em Vila Viçosa
“dignos de figurar no projectado Museu d’Arte Ornamental”**

*Conceição Xavier*⁷⁰, ao presente no Mosteiro das Chagas da mesma vila e outra freira, que faleceu pouco tempo depois de sair do Convento. Sobre a primeira e última destas senhoras pesam graves suspeitas de roubo, isto no dizer de diversos funcionários e de diferentes pessoas que conheciam perfeitamente o mosteiro.

Notara eu a falta de um crucifixo de marfim, a que alude Fr. Jerónimo de Belém na sua *Crónica Seráfica*, e que me tinham dito dever existir naquela casa religiosa⁷¹.

Como não o encontrasse entrei em indagações e soube estar de posse dele Soror Mariana. Fui ao Convento das Chagas, e aí interroguei a Religiosa que declarou possuir efectivamente o objecto em questão, que me foi por ela mostrado, e que não se achava inventariado.

O que esta Senhora me contou sobre o viver dos últimos tempos naquela casa monacal é coisa curiosíssima, e que agravou bastante o mau conceito em que já era tida por mim a ex-abadessa.

O crucifixo em questão não tem merecimento algum a não ser o da sua antiguidade. A data da sua confecção é anterior a 1594. Chamo para isto a atenção de V. Ex.^a a fim de intervir para que se não perca esta imagem.

Espero receber em breve alguns dados biográficos dos escultores borbenses António Franco Painho, Sebastião Painho e Vicente Painho para os oferecer à Academia.

É este o resultado das investigações a que procedi por ordem de V. Ex.^a, e das que fiz por minha curiosidade, revertendo todas, ainda que pouco e mal, em proveito da história do trabalho nacional.

Se desempenhei mal a minha comissão não foi porque me faltasse boa vontade, e não empregasse todo o zelo, mas porque a escabrosidade da matéria torna estas pesquisas extremamente difíceis.

Deus Guarde a V. Ex.^a

Lisboa, 6 de Maio de 1867

Il.mo e Ex.mo Snr. Marquês
Vice-Inspector da Academia
Real de Belas-Artes de Lisboa

Domingos Maria Gonçalves

⁷⁰ Para uma notícia biográfica desta religiosa, cfr.: ESPANCA, Padre Joaquim José da Rocha, *Memórias de Vila Viçosa*, n.º 35, p. 17.

⁷¹ BELÉM, Padre Frei Jerónimo de Belém (1758), *Chronica Serafica da Santa Provincia dos Algarves da Regular Observancia de Nosso Serafico Padre S. Francisco, em que se trata das fundações de cinco Conventos de Frades, e sete Mosteiros de Freiras. Com as vidas de alguns Religiosos, e Religiosas, que nelles acabarão com opinião de Santidade. Comprehende juntamente particulares noticias do Reyno: fundações de terras, e de algumas pessoas illustres delle*. Parte Quarta, Lisboa; cujo Livro XIX (pp. 125-337) trata da Fundação do Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança de Villa-Viçosa.



Figura 7 – O Convento de N. Sr.ª da Esperança, de Vila Viçosa.
Fonte: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1170



Figura 8 – O Convento de N. Sr.ª da Esperança, de Vila Viçosa.
Fonte: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1170

Estudos Históricos

***As Memórias Paroquiais (1758)* do atual concelho de Vila Viçosa¹**

**Fernanda Olival² | Helena Freire Cameron³ | Fátima Farrica⁴ |
Renata Vieira⁵**

Introdução

As Memórias Paroquiais correspondem às respostas dadas pelos párocos a um inquérito, cujo enunciado foi impresso e enviado aos bispos e arcebispos de todo o país, através da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, nos inícios de 1758. Foram os prelados que o fizeram chegar às mãos dos seus destinatários, frequentemente com o auxílio dos vigários da vara. Os responsáveis pelas paróquias deviam responder em três meses às 60 perguntas do folheto, que se apresentavam organizadas em três grandes tópicos: terra, serra e rio.

O interrogatório tinha vários fins. Citem-se os que se intuem como mais relevantes: melhorar o conhecimento sobre o território metropolitano; dar continuidade a um dicionário geográfico, que o oratoriano Luís Cardoso começara a preparar havia alguns anos; avaliar os impactos do sismo de 1755.

Os clérigos de Vila Viçosa foram rápidos a cumprir a sua obrigação. Fizeram-no entre Abril e 6 de Junho desse mesmo ano. Apenas o responsável pela freguesia de S. Romão não registou a data precisa do trabalho que efectuou, mas tudo indica que o fez em 1758. Noutras zonas, houve padres a responder mais tarde, alguns apenas em 1759, 1760 e até em 1761.

¹ Investigação desenvolvida, no âmbito do projeto UIDB/00057/2020 – CIDEHUS.UÉ; Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). Principais abreviaturas: ADE – Arquivo Distrital de Évora; ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo; AUC – Arquivo da Universidade de Coimbra.

² Universidade de Évora, Portugal – CIDEHUS – Universidade de Évora | mfo@uevora.pt | Orcid: 0000-0003-4762-3451.

³ Instituto Politécnico de Portalegre, Portugal – CIDEHUS – Universidade de Évora | helenac@ipportalegre.pt | Orcid: 0000-0001-7719-6994.

⁴ CIDEHUS – Universidade de Évora | ffarrica@uevora.pt | Orcid: 0000-0003-3553-9172.

⁵ CIDEHUS – Universidade de Évora | renatav@uevora.pt | Orcid: 0000-0003-2449-5477.

O prior da Conceição assumiu a centralidade da sua freguesia por ser a matriz, oferecendo aqui e ali uma panorâmica mais abrangente, sem entrar em pormenores. Quando necessário, remetia para o relato do território de outra paróquia, como fez a propósito da casa professa dos Jesuítas: “e o mais que aqui pertence dirá o reverendo prior da igreja de São Bartolomeu por estar esta régia casa no distrito da sua paróquia”⁶. Tal facto não significava que conhecesse os textos dos demais; sabia apenas que receberam o mesmo inquérito: “me consta, se lhes intimou a mesma ordem”⁷.

Subscrito por uma equipa interdisciplinar que tem estudado as *Memórias Paroquiais*, este artigo tem três objetivos: por um lado, indagar o perfil dos que em Vila Viçosa redigiram as respostas ao inquérito em apreço; por outro, identificar algumas das especificidades da apresentação feita pelos párocos deste espaço, tendo em linha de conta o conjunto destes registos para o Alentejo. Por fim, dar a conhecer os textos das *Memórias Paroquiais* em si mesmas, publicando-as em anexo, sem intervenções na pontuação mas com a ortografia modernizada.

À época, Vila Viçosa tinha apenas cinco freguesias a que, no final do séc. XVIII, se juntou Bencatel. No entanto, incluiu-se esta localidade, do concelho de Estremoz em 1758, não só porque hoje faz parte do município calipolense, mas porque em 1758 tinha uma parte da aldeia no termo de Vila Viçosa, como assinalou o prior da Igreja de Nossa Senhora da Conceição: “Tem no seu termo a freguesia de Nossa Senhora das Ciladas, São Romão, Santa Catarina de Pardais, e parte da aldeia de Bencatel, cuja freguesia que é de Santa Ana pertence à vila de Estremoz”⁸.

A mancha concelhia nesta época nem sempre constituía um polígono contínuo. A própria freguesia de Ciladas era composta por parcelas dos termos dos concelhos circundantes: além do de Vila Viçosa, também do de Vila Boim, da cidade de Elvas e da Vila de Juromenha. Apenas o primeiro pertencia à arquidiocese eborense; os restantes eram da esfera jurisdicional do bispado de Elvas, desde que este fora criado⁹.

Os textos das *Memórias*, depois de transcritos por dois investigadores do CIDEHUS, foram revistos por esta equipa. De seguida, sofreram diversos tratamentos, designadamente de anotação semântica, com ferramentas de Inteligência Artificial, e posterior análise dos dados, o que potenciou este estudo introdutório.

1. Os redatores das *Memórias*

Embora um texto não seja o reflexo do seu autor, ainda que seja de algum modo condicionado por ele e, neste caso, também pelo guião do inquérito, começa-se por

⁶ ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 40, n.º 271, p. 1659.

⁷ ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 40, n.º 271, p. 1657.

⁸ ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 40, n.º 271, p. 1657. Ver também a descrição do termo de Vila Viçosa neste texto que será pouco posterior a 1796: Teresa Fonseca, ed., *António Henriques da Silveira e as Memórias analíticas da vila de Estremoz*, Évora, Publicações do Cidehus – OpenEdition Books, 2003, pp. 225-226, 250-251.

⁹ ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 11, n.º 326, p. 2229.

analisar quem foram os seis eclesiásticos que redigiram as *Memórias Paroquiais* de Vila Viçosa¹⁰. Importa sondar se o seu perfil e nível de conhecimentos, académicos e de outra natureza, vieram a marcar os registos que emitiram.

Apenas dois deles eram naturais de Vila Viçosa: o pároco de S. Bartolomeu (Padre Fr. António Xavier do Vale), apesar de ter vivido desde pequeno em Évora¹¹, e o de S. Romão (Padre Alberto Mendes Catela). Todos os outros provieram de outras terras do Alentejo e o padre da matriz, André Lopes de Andrada¹², nasceu mais longe, em Penha Garcia, no bispado da Guarda¹³. No entanto, toda a sua carreira como freire clérigo da Ordem de Avis, entre 1717 (quando ainda era mino-rista) e 1763 (data da morte), ocorreu em terras a sul do Tejo. Era também um dos poucos sem matrículas universitárias conhecidas, embora fosse filho de um homónimo jurista, formado em Coimbra e que exerceu os cargos de juiz de fora de Mangualde e de S. Vicente da Beira¹⁴ e que terá vivido da sua fazenda. Quando escreveu a resposta ao inquérito de 1758, André Lopes de Andrada tinha 11 anos de experiência da paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, onde chegara em 1747, por permuta com o priorado de Serpa, lugar no qual também já fora provido por outro escambo com o priorado de Seda (Figura 1, na página seguinte). Este último, sim, fora obtido por concurso.

Para um simples freire clérigo do hábito de Avis não era fácil disputar os priorados na primeira metade do século XVIII. Os conventuais tinham prioridade. Aliás, os concursos para estes lugares primeiro abriam para eles e, só não havendo interessados ou tendo eles ficado reprovados, era aberta uma segunda chamada tendo como alvo os freires clérigos, salvo exceções¹⁵. Assim, as permutas eram uma excelente oportunidade de promoção e André Lopes de Andrada aproveitou-as por três vezes ao longo da sua carreira. Beneficiou também dos serviços do pai e do facto do seu agregado familiar de origem ter registado prejuízos patrimoniais com a Guerra de Sucessão de Espanha, no início do século XVIII, pois morava junto à fronteira¹⁶.

¹⁰ Segundo José V. Capela – «Autores e obras de referência nas Memórias Paroquiais de 1758 do Distrito de Braga», in SILVA, F.R. da; CRUZ, M.A.; RIBEIRO, J.M.; OSSWALD, H. (eds.), *Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, Vol. I, Porto, Faculdade de Letras da Univ. do Porto, 2004, p. 343 –, o guião «não foi ao ponto de subsumir completamente nem o estilo das diferentes personalidades nem os horizontes culturais dos escritores».

¹¹ Segundo afirmou em 1754 a testemunha Manuel José Galvão, estudante da Universidade de Évora, morador nesta cidade (R. de Fr. Brás): «disse que conhece desde que tem uso de razão ao justificante (...), por este vir para esta cidade de pequeno, e nela haver residido muitos anos, em os quais até o presente o tem ele testemunha tratado» – ADE, *Câmara Eclesiástica de Évora; Secção: N – Cargos e Benefícios*; Série:01-Colações; Cx.23; Doc. 1048, f. 4v.

¹² Por vezes, o mesmo indivíduo aparece referido como Andrade. Neste texto grafou-se Andrada porque é deste modo que ele assina as Memórias Paroquiais.

¹³ ANTT, *Mesa da Consciência*, L.º 9, f. 66.

¹⁴ Luís de S. Bento; António Soares, N Camarinhas. (ed.), *Memorial de ministros: catálogo alfabético dos Ministros de Letras*, Lisboa, BNP, 2017, p. 80.

¹⁵ ANTT, *Mesa da Consciência*, L.º 9, f.348v-349.

¹⁶ ANTT, *Mesa da Consciência*, L.º 9, f. 141v-142v, 349v-351.

Data	Evento	Estatuto	Características do lugar	Resultado	Fontes
1717=07=30	Carta de hábito da ordem de Avis	Clerigo in minoribus			ANTT, <i>Chanc.Av.</i> , Lº24, f. 147v-148
1717=07=30	Benefício curado Santa Mª de Beja	Beneficiado curado	matriz	Provido	ANTT, <i>Chanc.Av.</i> , Lº24, f. 147v-148; ANTT, MC, Lº9, f. 66
1719=07=03	<i>Oposição à vigararia de Vero Cruz em Aveiro</i>			1º lugar p/ maioria da MC	ANTT, MC, Lº9, f. 122v-125v
1719=10=05	Capela curada de S. Brás da Barrosa	Capelão curado	anexa à matriz	Provido	ANTT, <i>Chanc.Av.</i> , Lº24, f. 1244; ADE, CEE; Sg. N -Cargos e Benefícios, Sr 001-Colações, Cx.18, doc.783
1721=06=20	Hábito de ouro				ANTT, <i>Chanc.Av.</i> , Lº24, f. 300
1723=06=21	<i>Oposição ao priorado do Alentejo</i>			Não consultado	ANTT, MC, Lº187, f. não numerado
1724=03=06	<i>Oposição ao priorado matriz Rio Maior</i>			2º lugar	ANTT, MC, Lº9, f. 141v-142v
1725=03=05	<i>Oposição ao priorado de Figueira?</i>			Não consultado	ANTT, MC, Lº9, f. 171v-172v
1725=07=07	<i>Oposição ao priorado Jeronima</i>			4º (MC) e 2º lugar (1 voto)	ANTT, MC, Lº9, f. 184v-187
1728=12=16	Benefício curado matriz de Benavente	Beneficiado curado	matriz - por permuta	Permuta efetiva	ANTT, <i>Chanc.Av.</i> , Lº27, f. 423v-424; ADE, CEE; Sg. N -Cargos e Benefícios, Sr 003-Colações, Cx.19, doc.843
1731=01=15	Priorado de N. Sra. Espinheiro de Seda	Prior	matriz	Provido	ANTT, MC, Lº9, f. 349v-350; ANTT, <i>Chanc.Av.</i> , Lº28, f. 102-102v
1731=08=27	Priorado de Sta Mª de Serpa	Prior	matriz - por permuta	Permuta efetiva	ANTT, <i>Chanc.Av.</i> , Lº28, f. 154v-5; ANTT, MC, Lº11, f.6-7
1747=05=15	Priorado de Vila Viçosa - Conceição	Prior	matriz - por permuta	Permuta efetiva	ANTT, <i>Chanc.Av.</i> , Lº33, f.234; ANTT, MC, Lº11, f.419v-20
1763=06=28	Faleceu nas Caldas da Rainha	Prior de Vila Viçosa		Sepultado na Ermida do Rosário das Caldas. Tinha feito testamento	ADLeiria, Óbitos das Caldas da Rainha, IV/31/C/8, f. 89; ADE, Óbitos Vila Viçosa, Lº19, Cx. 7, f. 165v; ANTT, MC, Lº12, f. 281v-282v

Figura 1 – Carreira de André Lopes de Andrada

Legenda: a negrito concursos efetuados com provimento; a itálico – concursos efectuados sem sucesso;
Chanc. Av. – Chancelaria da Ordem de Avis; MC – Mesa da Consciência.

Os restantes eclesiásticos do concelho de Vila Viçosa tinham todos passado pela Universidade de Évora, onde estudaram Casos de Consciência, Filosofia ou Teologia. De Alberto Mendes Catela, que só conseguiu a *prima tonsura* e ordens menores com dispensa, porque tinha “sangue mulato” pela avó paterna¹⁷, conhece-se boa parte do seu percurso formativo. Depois de ter estudado em Vila Viçosa, foi estudante em Monsaraz¹⁸ e, em seguida, na Universidade de Évora, onde terá chegado por volta dos seus 18 anos. Nesta última instituição, começou por fazer 4 cursos, que terão sido na área da Teologia ou eventualmente da Filosofia (entre 1719-1722)¹⁹, e depois matriculou-se em Teologia para obter um grau, em Outubro de 1723, quando estava prestes a ser presbítero. Recebeu autorização para ordens sacras em 30 de Março de 1724²⁰.

Seguramente, pelo menos quatro destes padres obtiveram graus académicos em Teologia: o de S. Bartolomeu (António Xavier do Vale), o de Ciladas (Manuel Rodrigues da Silva), o de Bencatel (João Toscano da Palma) e o de Pardais (Manuel Martins Filipe), que recebeu o grau em 1753²¹. João Toscano da Palma chegou mesmo a ser colegial do Colégio da Purificação em Évora, no estatuto de Passante, em 1734-35, o que significava que se tinha oposto com sucesso a esta beca depois

¹⁷ ADE, *Habilitações de genere*, Mç. 81, doc. 1344, f. 18v-78.

¹⁸ ADE, *Habilitações de genere*, Mç. 81, doc. 1344, f. 100v.

¹⁹ AUC, *Universidade de Évora*, L.º 9, f. 70v – ano de 1719; L.º 10, ano 1720 – n.º 143; ano de 1721 – n.º 30; ano de 1722 – n.º 194.

²⁰ ADE, *Habilitações de genere*, Mç. 81, doc. 1344, f. 227v.

²¹ AUC, *Universidade de Évora*, L.º 19, f. 31-32.

As Memórias Paroquiais (1758) do atual concelho de Vila Viçosa

de mestre em Artes e bacharel em Teologia²². Por conseguinte, apenas do cura de S. Romão não foram localizadas evidências documentais sobre a graduação atingida.

Não parece ter existido uma relação direta entre o grau académico e o tipo de benefício alcançado, pelo menos o que usufruíam em 1758 (Figura 2).

Freguesia	Nome do clérigo	Título	Fogos / Vizinhos	Mantimento			Obs.
				Dinheiro	Trigo	Cevada	
Conceição	Frei André Lopes de Andrade	Prior	565	20.000 rs	3m	2m	Sobre o mantimento: ANTT, <i>Chancelaria da Ordem de Avis</i> , L.º 33, f. 234
S. Bartolomeu	Frei António Xavier do Vale	Prior	563	20.000 rs	3m	2m	
Bencatel	João Toscano da Palma	Cura	172		4,5m	28alq.	
Ciladas	Manuel Rodrigues da Silva	Cura	65		4m	2m	Curato de renovação anual (S. João)
Pardais	Manuel Martins Filipe	Cura	84		200 alq.		
S. Romão	Alberto Mendes Catela	Cura	79		3,5m	0,5m	

Figura 2 – Títulos dos clérigos e respetivo mantimento

Legenda: alq – alqueires; m – moios; rs – réis

No entanto, não bastava olhar para as habilitações do seu titular ou para as congruas do párocos para ter uma ideia da hierarquia de paróquias. O pé de altar, dependente do número de habitantes e dos serviços religiosos efetuados, teria um impacto significativo no rendimento auferido, para já não referir o nível de riqueza da localidade ou o passal da igreja, caso existisse. No campo dos réditos, apenas sabemos que a igreja de Bencatel, segundo aponta o titular na sua resposta de 1758, para além dos montantes em cereais, “uns anos por outros, rende cinco, ou seis moedas de ouro”²³, no que ele classificava “o mais” do curato. Ou seja, teria um rendimento da sua paróquia de cerca de mais 24.000-28.800 réis, fora a parcela fixa em trigo e cevada. Bencatel era, todavia, a terceira freguesia mais populosa a seguir às urbanas.

Sem dúvida, as freguesias mais relevantes e com mais gente seriam as da vila. Aliás, eram as únicas que tinham beneficiados (dois cada uma delas), para auxiliarem o prior. Todos eles eram também do padroado da Ordem de Avis. Quer para André Lopes de Andrada, quer para António Xavier do Vale (1718-1763), doutor em Teologia²⁴, os respectivos priorados representaram lugares de remate de carreira, apesar do segundo ter falecido aos 47 anos²⁵. Estava na sua terra de origem, onde a sua parentela tinha os seus interesses, e estas posições seriam das mais valorizadas por estes clérigos²⁶. No entanto, enquanto André Lopes fez uma grande

²² AUC, *Universidade de Évora*, L.º 18, f. 29v. Ver sobre estas becas, Teresa Maria Rodrigues da Fonseca Rosa, *História da Universidade Teológica de Évora (séculos XVI a XVIII)*, vol. 1, Lisboa, Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2013, pp. 97-99 e Vol. II, p. 342.

²³ ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 7, n.º 3, p. 730.

²⁴ Tomou o grau na Igreja do Espírito Santo, em Évora, a 21 de Fevereiro de 1745 – AUC, *Universidade de Évora*, L.º 21, f. 69.

²⁵ ADE, *Óbitos de S. Bartolomeu de Vila Viçosa*, Cx.2, L.º 18, f. 224v.

²⁶ Fernanda Olival, «O clero da Ordem de Avis na região alentejana (1680-1689): concursos e provimentos», in *Ordens Militares: guerra, religião, poder e cultura – actas do III Encontro sobre Ordens Militares*, vol.II, Palmela/Lisboa, Colibri; Câmara Municipal de Palmela, 1999, p. 199.

peregrinação para chegar a este lugar (passou por 6 outras colocações e fez outros 5 concursos sem obter qualquer provimento), onde em 1758 parecia estar muito enraizado, a carreira de António Xavier do Vale foi mais rápida. Usufruiu de pelo menos duas vantagens: ter sido durante 4 anos (1749²⁷-1753) conventual de Avis, onde exercia o cargo de mestre de moral do cenóbio²⁸, ter um irmão religioso de S. Francisco e, sobretudo, outro mano beneficiado na Sé de Évora (Francisco Xavier do Vale)²⁹, habilitado para ordens em 1727-28³⁰, Mestre em Artes desde 1726³¹ e Doutor em Teologia³². Não só em Évora o jovem António viveria em casa do irmão Francisco, como este o apoiou no percurso formativo universitário³³, como foi ele que o dotou com uma horta com casas, no Paúl (Coutos de Vila Viçosa), em 1744, para receber ordens sacras, o que veio a acontecer no ano seguinte³⁴. Esta horta, aliás, já constituía em 1727 o património de Francisco, feito pela mãe, viúva de Domingos do Vale, tenente de cavalos. Obviamente, entretanto houve sub-rogação do património³⁵ e de um passou para o outro, rentabilizando os recursos da parentela.

Era recorrente um parente mais velho no clero auxiliar o mais jovem. Assim acontecia com frequência na relação tio/sobrinho, como no caso de João Toscano da Palma, batizado em S. Bartolomeu de Borba pelo tio, o Padre José Toscano Saro³⁶, em Janeiro de 1707³⁷, ou de André Lopes de Andrada, que amparava o sobrinho Sebastião de Faro de Andrade, que há alguns anos tinha em sua casa, e em

²⁷ Data da sua entrada como conventual – ANTT, *Ordem de Avis – Convento de S. Bento de Avis*, L.º 16, f. 21.

²⁸ ANTT, *Mesa da Consciência*, L.º 188, f. 140-141.

²⁹ ADE, *Habilitações de genere*, Mç. 177, doc. 2415, f. 16v.

³⁰ ADE, *Habilitações de genere*, Cx. 45, n.º 390.

³¹ AUC, *Universidade de Évora*, L.º 20, f. 12.

³² AUC, *Universidade de Évora*, L.º 15, aparece assim referido em Outubro de 1749.

³³ AUC, *Universidade de Évora*, L.º 21, f. 8v, 69.

³⁴ ADE, *Habilitações de genere*, Mç. 177, doc. 2415, f. 41v-ss, 113.

³⁵ ADE, *Habilitações de genere*, Mç. 177, doc. 2415, f. 48. Sobre o património do irmão Francisco, feito pela mãe, Maria Soares de Oliveira, e que consistia nessa mesma horta no sítio do Paúl, termo de Vila Viçosa, que valia 300.000 réis e que rendia 14.000 réis/ano – ADE, *Habilitações de genere*, Cx. 45, n.º 390, f. 108-108v. Em 1744, valia o mesmo, mas rendia 15.000 réis – ADE, *Habilitações de genere*, Mç. 177, doc. 2415, f. 58v, 67. A sub-rogação da horta pelo benefício curado na Sé de Évora foi feita também em 1744 – ADE, *Sub-rogação de Patrimónios*, Cx. 9, n.º 15.

³⁶ José Toscano Saro, nascido em 1676, era filho de João Toscano Saro (homem que vivia de sua fazenda à lei da nobreza) e de Francisca da Palma. A avó materna tinha também um irmão padre e um sobrinho da Ordem de S. Paulo, qualificador do Santo Ofício. José iniciou as suas habilitações em 1699 e nessa altura já era licenciado em Filosofia pela Universidade de Évora e terá recebido as ordens de missa em 1702, quando era colegial da Purificação e mestre; dotou-se a si próprio, pois por morte da mãe recebeu a administração de uma capela com vastos recursos em Borba e no seu termo que um tio da sua mãe instituíra. – ADE, *Habilitações de genere*, mç. 35, doc. 942, f. 1, 14, 17, 125-128v, 208, 214, 228-9. O sobrinho seguiria em parte as pisadas do tio, inclusivamente dotou-se a si mesmo.

³⁷ ADE, *Habilitações de genere*, mç. 36, doc. 307, f. 211.

1757-1758 se habilitava para *prima tonsura* e ordens menores³⁸. Mas essa proteção também se exercia muito entre irmãos. Sobre esta relação de fraternidade, cite-se Manuel Rodrigues da Silva, que viria a paroquiar Ciladas a partir de 1741, aos 33 anos de idade. Vários anos antes, em 1725, era estudante de Filosofia na Universidade de Évora. Nesta altura, habilitou-se a *prima tonsura* e ordens menores³⁹, usufruindo do caminho aberto pelo irmão José da Silva, que fora menino de coro em Évora, cidade onde ambos nasceram. José da Silva recebeu ordens menores e iniciou a sua habilitação em 1719⁴⁰ e, como tinham avós geograficamente dispersos, Manuel Rodrigues da Silva já não necessitou das diligências para justificar a pureza de sangue desses ascendentes (aliás, o mesmo aconteceu com António Xavier do Vale e com João Toscano da Palma). Limitou-se a pedir prova de fraternidade, pois era irmão inteiro de José da Silva. Tudo isto tornava a provança mais barata, mais rápida e menos incerta.

Quer André Lopes de Andrada, quer António Xavier do Vale ou João Toscano da Palma eram filhos de elementos dos grupos intermédios. O progenitor de Manuel Martins Filipe seria talvez lavrador, tal como a mãe (lavradora numa herdade em Monsaraz em 1749) e os avós maternos; o avô paterno era sapateiro⁴¹. Os restantes eram oriundos das camadas populares: o pai do Padre Catela era oficial de ferrador e o de Manuel Rodrigues da Silva era hortelão.

Feita ressalva aos priores da vila, todos eles tinham o título de curas, embora fossem párocos. Talvez por isso e pelas suas origens sociais, Manuel Rodrigues da Silva, em 1745, se tenha limitado a pedir o cargo de notário do Santo Ofício e não o de comissário. Quando solicitou o lugar, nem se atreveu sequer a apontar um dos dois postos, na expectativa de conseguir o mais elevado: “ele deseja muito servir a Vossa Eminência [o Inquisidor geral] e ao Santo Ofício no cargo de notário do comissário da dita vila [Vila Viçosa] por ser das mais populosas do distrito da Inquisição de Évora e não haver nela notário algum, e pelos mais requisitos que lhe parece concorrem na sua pessoa”⁴². Normalmente o cargo de comissário em Vila Viçosa ou ia parar ao capelão da capela da Casa de Bragança ou a um dos priores da Vila. O grau académico seria importante, mas não suficiente. Nessa altura, calculava-se que ele, Manuel Rodrigues da Silva, tivesse de renda 120.000 réis/ano⁴³.

³⁸ Este sobrinho, natural de Benavente (Junho 1735), era filho da sua irmã, D. Mariana Teresa de Andrade, que casara ali, em 18 de Maio de 1724, com um lavrador viúvo da principalidade da terra, quando André Lopes de Andrada se encontrava na zona (tinha a capela curada de S. Brás da Barrosa). Mais tarde, este sobrinho viveria com ele em Serpa e em Vila Viçosa, onde se encontrava quando se habilitou. Por isso, o tio prior foi um dos informantes da secreta de Sebastião de Faro de Andrade e o subscritor do rol das testemunhas para o interrogatório sobre *vita et moribus* do sobrinho – ADE, *Habilitação de genere*, Mç. 76, doc. 582, f. 46v-47v, 57-68.

³⁹ ADE, *Habilitações de genere*, mç. 31, doc. 265.

⁴⁰ ADE, *Habilitações de genere*, mç. 120, doc. 1729.

⁴¹ ADE, *Habilitações de genere*, mç. 44, doc. 376, f. 30v, 33v, 35, 51v.

⁴² ANTT, *Habilitação do Santo Ofício, Manuel*, mç. 133, doc. 2323, f. 2.

⁴³ ANTT, *Habilitação do Santo Ofício, Manuel*, mç. 133, doc. 2323, f. 1v.

Em 1746, obteve o lugar⁴⁴, mas teve de efectuar habilitações completas aos seus dispersos ascendentes, pois a Inquisição não aceitava os processos das câmaras eclesiásticas, a não ser para obter informações básicas. Aliás, no arranque deste processo, a Inquisição de Évora mandou trazer ao Santo Ofício as habilitações *de genere* do irmão José da Silva, apenas para deslindar as naturalidades do avô paterno e dos avós maternos⁴⁵.

É de assinalar que, não obstante o elevado nível cultural de quase todos estes 6 párocos, nenhum deles, ao redigir as suas respostas às *Memórias Paroquiais*, cita autores a alicerçar o seu discurso, como aconteceu por vezes em outras localidades⁴⁶. A maior autoridade que invocam é o seu rol de confessados, uma fonte de poder em matéria demográfica e de pessoas em geral, nestas localidades, como em muitas outras.

Dos autores, passe-se de imediato às respostas que emitiram.

2. Os textos

Importa dar atenção aos textos em si, ao léxico e aos implícitos da economia discursiva, bem como aos procedimentos sobre os originais que constituem o anexo.

2.1. O processo de normalização

Os textos das *Memórias Paroquiais* do Sul de Portugal (desde o limiar do Tejo) têm sido transcritos e estão disponíveis *online* no CIDEHUSDigital⁴⁷, livremente consultáveis por qualquer utilizador. Muitas das transcrições mantêm a ortografia pré-contemporânea, com numerosas variantes gráficas, registo lexical diferente do atual e pontuação fora de padrão.

A equipa de investigação criou uma nova etapa de pesquisa, normalizando todos os textos para a ortografia hoje vigente. O processo revelou-se moroso, com frequentes cotejos dos originais transcritos, consulta de dicionários portugueses e latinos, literatura da época e portais especializados nos domínios geográfico, botânico e outros, para validação da nomenclatura.

A normalização efetuada foi conservadora e incidiu unicamente sobre o registo gráfico, preservando-se toda a variação linguística. No que diz respeito à pontuação, porque esta não parece ser impeditiva da leitura, não houve qualquer intervenção, mesmo quando não estava de acordo com o cânone atual.

Relativamente aos elementos paratextuais, apagaram-se os reclamos. As palavras e as letras reconstruídas pelo transcritor e assinaladas com [sic] foram incor-

⁴⁴ ANTT, *Inquisição de Évora*, L.º 149, f. 243.

⁴⁵ ANTT, *Habilitação do Santo Ofício*, Manuel, mç. 133, doc. 2323, f. 1.

⁴⁶ José V. Capela, *Op. cit.*, p. 351.

⁴⁷ www.cidehusdigital.uevora.pt/portugal1958

poradas, desaparecendo a marca da intervenção [sic]. No caso de erros factuais, estes não foram corrigidos e manteve-se a anotação do transcritor.

Quanto à acentuação gráfica, esta foi atualizada para a ortografia pós-acordo de 1990, atualmente vigente.

A modernização das maiúsculas foi uma tarefa desafiante. Como se sabe, os textos do século XVIII contêm inúmeras palavras grafadas com maiúscula inicial que hoje em dia não o são. Mantivêmo-las nos nomes próprios ou quando os nomes se reportavam a um referente único, como por exemplo “Rei”, “Vossa Majestade”. No caso de palavras com um uso incorreto no original, e.g., nomes próprios com minúscula, essas particularidades foram alteradas para o cânone de hoje.

As palavras latinas inseridas nos textos foram mantidas. No caso de palavras aglutinadas ou com letras em falta, estas foram corrigidas.

Os títulos de obras foram preservados na ortografia original, sem qualquer intervenção de normalização. Toda a ortografia desusada foi modernizada para a padrão em vigor, como por exemplo: “dês” → “dez” (N. Sra Ciladas), “forsa” → “força” (N. Sra Ciladas), “justissas de Villa Vicoza” → “justiças de Vila Viçosa” (Pardais), “perjuízo → prejuízo (S. Bartolomeu), “abacho” → “abaixo” (S. Romão), “projuízo do bem comum” → “prejuízo do bem comum” (S. Romão), entre outros exemplos igualmente elucidativos.

Note-se, contudo, que a normalização, para além de ser uma tarefa linguística, não pode estar desligada do contexto na sua espessura histórica. No seguinte exemplo, um leitor menos atento poderia ser levado a uma correspondência errônea ao ler a grafia original, na expressão “obrigação de coro”: “[...] que deyxarão aos muzicos da sua cappella, ordenando, que estes no dia da Glorioza Sancta assistissem e solemnizassem a festa da mesma, havendo os por presentes na obrigação do choro, da mesma Duqual cappella desta Villa.”⁴⁸

No que respeita ao léxico, mantiveram-se palavras pré-contemporâneas que ainda estão em uso, como “cousa”, “mui”, “El-Rei”.

A tarefa mais exigente de normalização prendeu-se com os nomes geográficos e nomes de plantas. As denominações foram atualizadas para o uso atual, sempre que foi possível confirmar a designação em literatura da especialidade. Nos poucos casos em que tal não foi possível, manteve-se o registo inicial, com uma nota de rodapé explicativa.

2.2. O *corpus* lexical

Constitui-se um *corpus* de estudo com os seis textos das freguesias de Vila Viçosa. Este foi processado com a ferramenta computacional *AntConc*⁴⁹. As seis *Memórias* reunidas contêm 10.483 palavras totais, que correspondem a 2.060 palavras únicas. O documento com maior número de palavras é a *Memória de Nossa*

⁴⁸ ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 40, n.º 271, p. 1660

⁴⁹ Anthony, L. (2022). *AntConc* (Version 4.0.3) [Computer Software]. Tokyo, Japan: Waseda University. Available from <https://www.laurenceanthony.net/software>

Senhora das Ciladas, com 2.824 palavras totais, e a *Memória de S. Bartolomeu* é o texto de menor dimensão, com 762, o que é surpreendente porque se trata de uma das freguesias urbanas e o prior era natural da terra, pelo que era expectável uma maior abundância de informação.

Vejam-se as palavras mais frequentes:

vila (109)	léguas (23)	Évora (17)	pároco (14)
freguesia (79)	Bragança (21)	cidade (17)	Juromenha (14)
senhora (65)	santo (20)	água (17)	Elvas (14)
igreja (47)	dista (20)	herdade (16)	acha (14)
Viçosa (43)	casa (20)	capela (16)	provincia (13)
senhor (42)	águas (20)	arcebisado (16)	prior (13)
rio (35)	serra (19)	junto (15)	mesmo (13)
termo (27)	reino (18)	dom (15)	dela (13)
tempo (26)	altar (18)	trigo (14)	chamada (13)
ordem (25)	légua (17)	ribeira (14)	matriz (12)
santa (23)	João (17)	rei (14)	imagem (12)

Figura 3 – Lista não lematizada das palavras mais frequentes, com a indicação do número de ocorrências no *corpus*.

Este rol lexical traduz a grande preponderância de quatro elementos respeitantes a:

- 1) Organização territorial – citem-se vocábulos como “vila”, “freguesia”, “termo”, “reino”, “cidade”, “provincia”. Relativamente à vertente geográfica e política, [Vila] “Viçosa”, “Évora”, “Juromenha” e “Elvas” são as localidades mais invocadas.
- 2) Indicadores de deferência social ou posse – “senhora”; “senhor”; “dom”.
- 3) Território natural – visível na elevada frequência de palavras como “rio”, “águas”, “serra”, “água”, “ribeira”.
- 4) Marcadores religiosos – “igreja”, “ordem [religiosa]”, “santa”, “santo”, “altar”, “capela”, “arcebisado”, “pároco”, “prior” e “matriz”.

O *corpus* lexical destes documentos é português, ainda que perpassado por abundantes expressões latinas no meio do discurso. São, sobretudo, de índole eclesiástica ou jurídica. Na *Memória de Ciladas*, a formação universitária do pároco Manuel Rodrigues da Silva em Teologia terá contribuído, certamente, para uma maior disponibilidade destas expressões: “Nestes dois altares há duas Irmandades; [...] ambas eclesiásticas, *erectas auctoritate ordinarii*”⁵⁰; “[...] é da apresentação de Vossa Excelência Reverendíssima, [...] *et sede vacante* é da apresentação do Reverendíssimo Cabido da mesma Sé”⁵¹; “[...] se por algum acontecimento for necessário, que se ponha pronta no tempo da paz, ou em tempo da guerra, *quod absit*”⁵².

Este clérigo utiliza também expressões latinas não eclesiásticas perfeitamente integradas, evidenciando um aprofundado domínio da língua latina: “Esta igreja por três vezes tem sido acrescentada, [...], quando no mês de Julho de 1748 lhe

⁵⁰ ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 11, n.º 326, p. 2231.

⁵¹ ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 11, n.º 326, p. 2231.

⁵² ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 11, n.º 326, p. 2234.

desmanchei as paredes, e alicerces para efeito de a fabricar de abóboda, a qual obra principiei, e consumei de esmolos, que *ostiatim* pedi, e ajuntei nesta freguesia, e suas vizinhanças pelo amor de Deus, e da mesma Senhora”⁵³. O mesmo fazia o pároco de Pardais, Padre Manuel Martins Filipe, numa detalhada expressão descritiva: “[...] procede ser povoado de quintas, jardins, e hortas, cujos frondosos arvoredos inculcam aos olhos uma *pulchra* e deliciosa vista”⁵⁴. O freire da matriz de Nossa Senhora da Conceição, mesmo sem formação universitária, utiliza este tipo de expressões latinas “[...] sendo Grão Mestre da Ordem D. Frei Lourenço Afonso, a quem, e a toda ordem fez mercê remuneratória *in perpetuum* [...]”⁵⁵.

As *Memórias Paroquiais* revelam um riquíssimo acervo lexical de termos ligados a domínios específicos, como atividades agrícolas ou económicas, termos de arquitetura, entre outros. Algumas contêm parágrafos com uma minuciosa listagem de plantas e animais, que podem ser de grande utilidade para estudos contemporâneos, sobretudo numa época de grandes preocupações ambientais. No texto da freguesia de Ciladas, a seguinte sequência de espécies botânicas é exemplificativa: “A serra toda se cultiva, e produz trigo, cevada, e tem algum arvoredado de azinho, cria piorno, arruda, salva, aljabão, marcela, tomilho, rosmaninho, peónia, abrótea, cebolas albarrãs, erva sem nó, erva caroba, escabriola, galocrista, ambreta, manjeirona, e nêveda; e pelas fontes avenca, erva saboeira; e também erva coroa de rei, taliga, cardo arzol, cardo rasteiro, cardo corredor, cardo abrolho, cardo alvarinho, língua-de-vaca, erva-leiteira, agrimónia, norça, mercuriais, e erva azeiteira, erva-turca, escórdio, erva barbasco, douradinha, centáurea-menor, erva-crina.”⁵⁶

Os párocos listaram, igualmente, espécies vegetais cultivadas ou recolhidas para alimentação humana ou dos animais criados: “Os moradores desta freguesia recolhem muito trigo, cevada, centeio, grãos, favas, feijões, tremoços, e mel; e nas hortas laranjas da China, doces, e azedas, passas de figo e de abóbora, e todas as mais hortaliças, tudo com abundância, como também nozes, e amêndoas.”⁵⁷.

No que respeita à Fauna, são destacadas algumas espécies piscícolas: “[...] os peixes que cria em maior abundância são pardelhas e bordalos; as pescarias são livres e isentas em todo o rio”⁵⁸. Os clérigos inventariaram, por vezes quase exaustivamente, animais para consumo humano ou selvagens: “Cultivam-se suas margens, aonde também se criam todo género de gados, como bois, carneiros, ovelhas, cabras, e porcos; e em partes tem seus matos de azinho, que com seus frutos engordam os porcos.// Também nela se cria caça de lebres, coelhos, e perdizes, e nela se tem visto também criar alguns bichos, lobos, raposas, ginetos, que danificam os mesmos gados, e lavradores destes campos”⁵⁹.

⁵³ ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 11, n.º 326, p. 2230.

⁵⁴ ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 27, n.º 82, p. 524.

⁵⁵ ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 40, n.º 271, p. 1659.

⁵⁶ ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 11, n.º 326, p. 2235.

⁵⁷ ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 11, n.º 326, p. 2232.

⁵⁸ ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 27, n.º 82, p. 525.

⁵⁹ ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 32, n.º 147, p. 890-891.

Algumas palavras mereceram-nos algum destaque. Veja-se o vocábulo “consumar”, em contexto: “a qual obra principiei, e consumei de esmolos [...]”⁶⁰. A aceção em que é utilizado o verbo “consumar”⁶¹, aproxima-se do sentido que é registado por Raphael Bluteau, no seu *Vocabulario Portuguez e Latino* (1712-1728)⁶²: “consummar. Acabar. Absolvere. Com acusativo. Vid. Acabar. § O que consumma. Perfector, oris, Masc. Cic. [...]”.

A palavra “país” tem um uso particular neste *corpus*. Neste contexto, significa não o território hoje dito nacional, delimitado por fronteiras e com um povo e uma organização política, mas a região próxima ou a terra. Nas *Memórias* de Vila Viçosa pode ver-se este sentido dado pelo pároco de Pardais: “Os frutos que os moradores deste país recolhem em maior abundância são trigos, [...]”⁶³; “É este país dotado pela natureza, de muitas águas, pela abundância de várias fontes [...]”⁶⁴; “[...] havendo contágio maligno em Vila Viçosa se retirara a gente daquela povoação para as vizinhanças deste rio, onde gozando do ameno, e fértil deste país conseguiam o benefício da isenção do contágio pestilente”⁶⁵. Este uso não é exclusivamente local e pode ser encontrado noutras *Memórias*. Neste conjunto documental, esta aceção mantém-se na forma plural: “A caça que há nestes países são coelhos, lebres, e perdizes, e as criações dos gados que há são vacas, cabras, e ovelhas [...]” (Montemor o Novo – São Brissos)⁶⁶.

2.3. Entidades Nomeadas

Este estudo teve ainda uma componente de anotação semântica de termos que constituem entidades com valor histórico, conhecidas na literatura como Entidades Nomeadas porque referidas através de uma designação específica. Estes termos foram agrupados em grandes categorias, pretendendo responder às grandes questões: quem, onde, quando, que organização? São entidades que permitem identificar pessoas, organizações, locais e tempo de modo preciso. Foi ainda inserida uma categoria autónoma referente a obras autorais, uma vez que esta não se insere em nenhuma das categorias matriciais mas é relevante para estudos históricos e literários.

A categoria Pessoa (PER) foi dividida em seis apartados distintos: nomes de santos, nomes de divindades, categorias sociais, ocupações, grupos de pessoas

⁶⁰ ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 11, n.º 326, p. 2230.

⁶¹ Consumar – “completar, acabar, terminar, ultimar [...]”, in Morais Silva, António, 1949-1959, *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, Lisboa: Editorial Confluência, vol. III, p. 449.

⁶² Bluteau, R. (1712-1728). *Vocabulario Portuguez e Latino*, disponível no *Corpus Lexicográfico do Português*, em <http://clp.dlc.ua.pt/Inicio.aspx>

⁶³ ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 27, n.º 82, p. 524.

⁶⁴ ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 27, n.º 82, p. 524.

⁶⁵ ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 27, n.º 82, p. 524.

⁶⁶ ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 7, n.º 68, p. 1225.

(congregações religiosas, nomes de família, herdeiros de alguém, etc.) e nomes de autores.

As organizações foram anotadas com a etiqueta semântica (ORG). Nesta inserem-se todas as organizações religiosas como Santo Ofício, Mesa da Consciência, irmandades, conventos, etc.

A categoria referente a Local foi espalhada em cinco subcategorias referentes a entidades geopolíticas (e.g. comarca de Évora), locais (e.g. termo de Vila Viçosa, herdade de ..., quinta de ..., etc.). Foram ainda anotados aquíferos (nomes de rios e ribeiras, fontanários, etc.), nomes de montanhas e serras, e também nomes de construções (nomes de moinhos, ermidas, etc.).

No respeitante ao Tempo, nesta fase do estudo, anotou-se apenas o cronológico, expresso quer numericamente quer por extenso.

Os textos foram anotados com o auxílio da ferramenta INCEpTION⁶⁷ e, a partir desta, foram extraídos dados referentes quer da totalidade do *corpus* de Vila Viçosa quer de cada uma das categorias anotadas.

Foram anotadas 472 expressões referentes a Entidades Nomeadas, não lematizadas. A categoria Local foi a que reuniu maior número de expressões (237) e as entidades geopolíticas são as que congregaram maior número de ocorrências. Os locais marcados com a etiqueta (LOC) referem-se, em grande número, a herdades e quintas diversas, algumas destas ainda em atividade nos dias de hoje, revelando toda uma estruturação deste território.

Os aquíferos têm diversas menções, destacando-se com grande número de anotações o rio Guadiana. No que diz respeito ao relevo, a Serra de Ossa foi a expressão mais referida.

A categoria Pessoa tem o segundo maior número de expressões anotadas neste conjunto de *Memórias*. No que respeita a Nomes de Pessoas, são referidas diversas personalidades “filhos da terra”, como Gomes Freire de Andrade, Tomé José de Sousa e Brito, e os Duques de Bragança, que são frequentemente mencionados. Relativamente às referências aos reis, D. João IV tem um grande número de menções. Referem-se ainda D. João V e D. Dinis.

As referências aos nomes de santos ocupam uma boa parte dos textos. Encontrámos 56 anotações, das quais 29 são nomes femininos e 27 nomes masculinos, o que revela equilíbrio. Nossa Senhora da Conceição é a invocação mais referida, com 4 ocorrências e várias denominações: Imaculada Conceição, Santíssima Virgem Senhora da Conceição e Senhora da Conceição. Relativamente aos santos, os mais invocados são Santo António, referido quatro vezes (três referências explicitam Santo António de Lisboa) e S. João Batista com outras quatro.

As ocupações reportam, principalmente, a incumbências de índole religiosa ou militar, em desabono de ocupações ligadas à agricultura ou à pecuária, como seria expectável nesta zona. De facto, o que interessava era registar as personalidades

⁶⁷ Plataforma de anotação semântica INCEpTION, desenvolvida pela Universidade de Darmstadt, Alemanha, disponível em: <https://inception-project.github.io/>

ilustres, o que justifica que a maioria das ocupações se reportem a religiosos e a militares.

As Organizações constituem o terceiro grupo de anotações recolhidas. A Casa de Bragança tem diversas menções que espelham a sua grande influência na região, como adiante será apresentado. No que respeita à estruturação política, a Mesa da Consciência, instância relevante na seleção de benefícios eclesiásticos, e, naturalmente, a Ordem de Avis (também anotada como Ordem militar de São Bento de Avis), assumem papel de relevo. São citadas diversas confrarias, irmandades e conventos, e também a Casa professa da Companhia de Jesus. É ainda mencionada a Secretaria de Estado dos Negócios do Reino.

A categoria Tempo tem como referências extremas o “ano do nascimento de Cristo 1297”, a propósito da referência a D. Frei Lourenço Afonso, e junho de 1758, data da resposta do pároco de Pardais.

3. Vila Viçosa descrita pelos seus párocos

Do ponto de vista qualitativo, comparando com outras *Memórias* do Sul de Portugal, que aspectos marcavam Vila Viçosa neste registo de 1758, para além do que era taxativamente inquirido no folheto impresso, enviado aos párocos?

Desde logo, um dos tópicos mais evidentes era a presença da Casa de Bragança, outro a transição dos benefícios eclesiásticos da Ordem de Avis para a alçada do Ordinário e, por fim, o impacto do sismo de 1755 e a rápida transformação das herdades, a que se assistia nesta zona do Alentejo.

3.1. A Casa de Bragança

Feita exceção à *Memória* de S. Romão, todas as outras freguesias evidenciam uma forte influência da Casa de Bragança na região. O destaque é mais notório nas freguesias urbanas (15 referências em Nossa Senhora da Conceição e quatro em S. Bartolomeu). Vila Viçosa era o centro da área jurisdicional que os Bragança detinham no Alentejo e nela moraram até 1640. Foi com essa observação que o pároco de São Bartolomeu abriu a descrição da sua freguesia: “digo que esta Vila Viçosa é uma das mais ilustres povoações do Alentejo: nela residiam os Sereníssimos Duques de Bragança até que com a aclamação do Senhor Dom João 4 transferiram o seu assento para a Corte de Lisboa”⁶⁸. Era como se isso bastasse para singularizar a terra.

Também o prior da Conceição, à pergunta sobre a jurisdição da vila (2.^a), retorquiu que era da Casa de Bragança, administrada pela princesa do Brasil, ou seja, a herdeira do trono⁶⁹. Não seria acidentalmente que, dos monarcas do passado portu-

⁶⁸ ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 40, n.º 271a, p. 1665

⁶⁹ ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 40, n.º 271, p. 1657.

guês, D. João IV era o mais invocado e sempre com atributos muito positivos, como o “de gloriosa memória” (3 vezes em N. Sra. da Conceição), eleitor da padroeira do Reino ou “redentor da liberdade portuguesa”⁷⁰.

A Casa de Bragança era predominantemente descrita como entidade cuja atuação promovia a localidade, fosse pelo elo direto à dinastia, fosse porque fundou conventos e ermidas e criou um hospital. Os duques serviam de provedores da Misericórdia, eram juizes e protetores de confrarias, atribuíam comendas e geraram arcebispos de Évora, sendo esta a entidade arquidiocesana mais rica de Portugal. Apenas na paróquia de Pardais a Casa Ducal foi invocada como a instância à qual a população pagava um foro quando instalava engenhos, como azenhas e moinhos, nas águas da lagoa e do rio da localidade; nas restantes freguesias, essa obrigação a incidir sobre este tipo de recursos e ou sobre outros foi omitida⁷¹.

Como cabeça de comarca, a vila tinha um ouvidor e, na câmara, um juiz de fora, ambos nomeados pelos duques. A localidade conservava também os extensos privilégios que tinham sido concedidos à Sereníssima Casa mas, obviamente, a população suportava encargos que não foram mencionados. Mesmo assim, o controlo de cargos de diferentes patamares por parte dos Bragança é apresentado como distintivo. Passava-se a ideia de que não era um donatário qualquer.

3.2. Da Ordem de Avis à alçada do Ordinário

A Ordem de Avis dispunha de muitos benefícios eclesiásticos no Alentejo, especialmente na faixa interior.

Em quatro das Memórias em análise, todas freguesias rurais de Vila Viçosa (incluindo Bencatel), há informações de razoável clareza sobre o modo como a referida Ordem perdeu o controlo da apresentação dos párocos respetivos. Com a investigação disponível, este tipo de informação não está identificada em outras fontes. É, por isso, muito relevante. No caso de Pardais, o pároco indicava um referente temporal para a mudança e conjecturava sobre as razões: “o motivo certo porque a sobredita ordem omitiu a posse ignora-se só se diz procederia a deixação, ou da falta de clérigos, ou por ser limitado, o rendimento, de que resultou haverá mais de cento cinquenta anos tomar posse dela o ordinário deste arcebispado”⁷². Segundo ele, era por isso que os párocos tinham provisões de curas (alguns com obrigação de renovação anual), um dado que afetava o estatuto destes eclesiásticos. Não seria por acaso que o padre de Ciladas assinava sempre com o pré-nome «O Pároco» (Figura 4a) e algo semelhante fazia o de Santa Ana de Bencatel. Desse modo, reforçavam que não eram simples auxiliares do prior. O presbítero de Ciladas ia ao ponto de chamar intruso ao arcebispo de Évora: “há tradição, que sendo esta igreja curada pelos freires de São Bento de Avis, em tempo de guerras por falta

⁷⁰ ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 40, n.º 271, p. 1661.

⁷¹ ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 27, n.º 82, p. 525.

⁷² ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 27, n.º 82, p. 523.

de ministros, que havia na dita ordem, ou talvez por medo do inimigo se pôs vaga, e sendo provida pelo Prelado Ordinário, ficou o mesmo intruso na posse de a apresentar: e nestes termos é da apresentação de Vossa Excelência Reverendíssima, e Senhores Arcebispos Metropolitanos de Évora, *et sede vacante* é da apresentação do Reverendíssimo Cabido”⁷³.

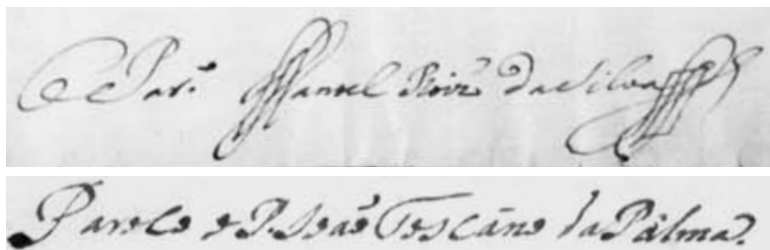


Figura 4a) e 4b) – Assinatura no remate da *Memória Paroquial*: em cima, a): “O Pároco Manuel Rodrigues da Silva [guarda da assinatura]”, Ciladas – 2 de maio de 1758 (ANTT, *Memórias Paroquiais*, mc. 11, 11, n.º 326, p. 2237); em baixo, b): “Pároco o Padre João Toscano da Palma”, Bencatel – 11 de abril de 1758 (ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 7, n.º 3, p. 732).

Se, em Pardais, eram os baixos réditos a justificar o abandono, em Ciladas apontava-se a guerra e, em S. Romão, de novo a falta de freires interessados, sem referir os motivos: “dizem os antigos era esta data em outros tempos da Mesa da Consciência, e da Ordem de Avis, porém, como por falta de freires, ficasse esta tal igreja por tempos sem curas, ou priores, a ficaram provendo os senhores arcebispos”⁷⁴. De notar a disjuntiva no título dos párocos, admitindo-se a hipótese de se tratar de um priorato no passado.

Segundo registou Manuel Martins Filipe, a frontaria da Igreja de Santa Catarina de Pardais, em 1758, ainda conservava símbolos do anterior padroado, pois estas tutelas traduziam-se amiúde em marcas identitárias nos imóveis e em outro património.

Cruzando os dados, deduz-se que Bencatel teria características afins, pois João Toscano da Palma escreveu: “a sua apresentação pertence ao Excelentíssimo Senhor Arcebispo; mas paga o pároco dela, cada ano, quatrocentos réis ao Reverendo Doutor Juiz da ordem de Estremoz; a que se chama a Reconhecença”⁷⁵. Era o tributo devido ao juiz da Ordem de Avis, possivelmente não enquanto eclesiástico e sim naquelas funções.

Em Ciladas fez-se um minucioso esclarecimento sobre este imposto: “A sobre-dita tradição [de mudança de padroado] se confirma; porque até ao ano de 1749 se conservou o estilo de serem apresentados os sacristães desta igreja pelo Reverendo Juiz da Ordem da vila de Estremoz, e a última apresentação foi em João Sutil feita pelo Reverendo Doutor Manuel da Costa, Juiz da Ordem de Avis, e Prior da Matriz

⁷³ ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 11, n.º 326, p. 2231.

⁷⁴ ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 32, n.º 147, p. 889.

⁷⁵ ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 7, n.º 3, p. 729.

da vila de Estremoz, e dentro de seis meses eram obrigados os tais sacristães tirar a sua provisão da Mesa da Consciência⁷⁶. Ser esta instituição a emitir o documento só reforçava a ligação à Ordem de Avis, uma vez que, entre outras tarefas, esta entidade superintendia aos três mestrados, em matéria de provimento de benefícios eclesiásticos. O Padre de Ciladas continuava aduzindo mais uma razão: “porque os párocos de campo das freguesias extramuros destas terras vizinhas pagavam ao sobredito Juiz da Ordem dois alqueires de trigo cada um todos os anos, e os sacristães lhe pagavam em cada um ano duas galinhas, e lhe chamavam Reconhecença; porém eu nunca lhe paguei nada em dezassete anos, que vou contando de pároco, e os sacristães, que tem havido há nove anos a esta parte são providos pelo Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Arcebispo. Assim o pároco, como o sacristão são obrigados a tirar, e reformar a sua provisão por dia de São João de cada um ano⁷⁷. O tributo tinha um nome muito explícito, que traduzia o vínculo à Ordem, embora existisse em outros locais, como na freguesia da Senhora das Relíquias da Vila do Canal para reportar outro padroeiro⁷⁸.

O referente de 150 anos apresentado pelo pároco de Pardais permite recuar até ao início do séc. XVII. Importa, por isso, em investigações futuras, confirmar o padroado destas igrejas no período anterior. Um dado é inequívoco: quando em 1631 foram impressos os estatutos da Ordem de Avis, saídos do capítulo geral de 1619, foram inventariados os muitos benefícios eclesiásticos do seu padroado⁷⁹. Nenhuma destas quatro igrejas figurava já nas mãos do clero da Ordem de Avis naquela data.

3.3. Os efeitos do terramoto de 1755

Embora o sismo de 1755 seja um tópico recorrente nas *Memórias Paroquiais*, em Vila Viçosa o que é de realçar é o impacto fortemente desigual do abalo.

Os danos foram substanciais na freguesia de Nossa Senhora da Conceição e foram descritos pormenorizadamente pelo clérigo: “no terramoto do primeiro de novembro do ano de 1755 só padeceu, nesta o estrago da sua violência a Casa de Deus; como foi a igreja de Nossa Senhora da Conceição Padroeira, e matriz com a ruína da maior parte da abóbada da nave do meio, que caiu ferindo quarenta pessoas das quais escaparam da morte nove, e as 31, quatro sem o socorro dos sacramentos por ficarem debaixo de entulho, dois meninos de pouco mais de um ano cada um, e às mães se lhes administrou o sacramento e absolvição, e sacramento da extrema unção. A referida ruína se acha ainda no mesmo estado com geral descon-solação, não só de todo este povo, mas também dos mais devotos da Senhora, que

⁷⁶ ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 11, n.º 326, p. 2231.

⁷⁷ ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 11, n.º 326, p. 2231-2232.

⁷⁸ ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 8, n.º 84, p. 597.

⁷⁹ *Regra da cavallaria e Ordem Militar de S. Bento de Avis*, Lisboa, por Yorge Roijz, 1631, tít. I, cap. 12.

é inteiramente toda a Província, e fora dela como se disse”⁸⁰. Houve assim, um significativo número de mortos em Vila Viçosa, resultantes da queda da abóbada da igreja matriz. Note-se que em relação a estes o pároco preocupa-se sobretudo em referir se receberam ou não os derradeiros sacramentos. Dá-se aqui ênfase também ao culto da Senhora da Conceição como não sendo totalmente local, nem regional.

De acordo com o mesmo freire clérigo André Lopes de Andrada, o sismo também afetou outros edifícios: “Padeceu a igreja das Religiosas de Santa Mónica e sendo essas pobres, com muita brevidade, e louvável zelo a repararam inteiramente. Padeceu também a igreja dos religiosos e S. Francisco da Província da Piedade que também com a sua louvável pobreza lhe acudiram logo e repararam. Padeceu a igreja e convento dos Religiosos de São Paulo 1.º eremita, e se acha no mesmo estado; como também o zimbório dos Religiosos de Santo Agostinho, com algum dano no convento especialmente a sacristia e casa que medeia entre esta, e a igreja que uma, e outra se acha especada para evitar qualquer dano, que com prudência se receia.”⁸¹. Como se comprova pelas citações, o pároco limitou-se a referir a destruição nas edificações religiosas e não menciona a construção comum, que certamente também foi atingida⁸².

As restantes freguesias ou terão sido poupadas ou sofreram danos ligeiros, como relata o pároco de Ciladas: “Esta igreja paroquial no primeiro terramoto do ano de 1755 não experimentou ruína alguma, mas passados alguns dias, um terramoto, que houve de madrugada lhe causou algum sentimento nos cantos em aquele lugar, em que principiam os arranques da abóbada, e lhe fez umas rachinhas, porém de tão pouco perigo, que não necessitam de conserto, ou reparo algum”. É, todavia, indispensável consultar outras fontes para ter uma noção mais precisa dos prejuízos, pois os párocos quase sempre tenderam a relatar apenas as lesões no património de teor religioso, o que mais valorizavam.

3.4. O alerta sobre a transformação das herdades

Ciladas é uma das *Memórias* mais ricas em informações sobre o mundo rural do termo de Vila Viçosa.

O pároco conta-nos que existiam na freguesia 50 herdades e 15 hortas de diversos senhorios, além de, pelo menos, um pomar. As herdades seriam de montado, com muita bolota, que teria um grande peso na economia, pelo alimento que proporcionavam aos suínos: “E em todo o circuito, que tem no termo de Vila Viçosa recolhem, e desfrutam muita bolota, por serem todas as herdades de montado com bolotas mui particulares por sua doçura, por cuja razão nela costumam engordar os porcos muito, em menos tempo, do que nos outros montados”⁸³.

⁸⁰ ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 40, n.º 271, pp. 1662-1663.

⁸¹ ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 40, n.º 271, p. 1663.

⁸² Carlos Correia de Carvalho; Francisco Segurado, «O terramoto de 1755 nas terras alentejanas de jurisdição da Casa de Bragança», *Callipole: Revista de Cultura*, nº 18 (2010), pp. 148-150.

⁸³ ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 11, n.º 326, p. 2234.

O Padre Manuel Rodrigues da Silva fez, todavia, um alerta sobre o despovoamento de 64% destas unidades de exploração agrária: “Constando esta freguesia de cinquenta herdades, somente tem dezoito lavradores; e as outras trinta e duas herdades andam de cavalaria⁸⁴, e destas se acham treze herdades com as casas, ou moradias derribadas, a fim de que algum lavrador não pretenda morar nelas; algumas foram destruídas no tempo da guerra, e outras têm sido derribadas pelos mesmos, que as cultivam de cavalaria, em grave dano, e prejuízo da República, e do bem comum». No seu entender, o fenómeno derivava do seguinte: “porquanto os lavradores, que trazem as herdades de cavalaria, não as cultivam, nem lavram, como eram cultivadas, e lavradas naquele tempo, em que em cada uma herdade morava seu lavrador, e lavrava as suas folhas inteiras; o que agora não fazem, nem cultivam, ou lavram, a fim de terem pastagens largas para criar ovelhas, e venderem muitas lãs aos estrangeiros, que as levam para o Norte”. Ou seja, em meados do séc. XVIII, no limiar do que ficaria classificado como revolução industrial em Inglaterra, haveria mercado para a lã e era essa procura a transformar a paisagem, impondo mais pastagens, menos cultivo e menos lavradores estabelecidos no interior alentejano. Para o clérigo, as consequências eram sobretudo menos homens disponíveis para o serviço à Coroa: “E pela referida razão está esta freguesia pouco aparelhada para o real serviço, pois não havendo nela lavradores, por consequência também não haverá soldados para a Companhia das Éguas, se por algum acontecimento for necessário”. Note-se que o campear das ditas de “herdades de cavalaria” não era um fenómeno exclusivo do termo de Vila Viçosa. Registava-se, outrossim, em Elvas – Ajuda⁸⁵; Monforte – Nossa Senhora da Graça⁸⁶ e noutros locais, no final desta centúria e no limiar da seguinte⁸⁷. Mas este testemunho e alerta de Ciladas feito em 1758 é dos mais claros e talvez dos mais precoces sobre o despovoamento e o abandono da agricultura, em nome da criação de gado. De referir também a alusão a mercadores estrangeiros interessados na compra da lã, em pleno interior alentejano. Segundo Albert Silbert, seriam sobretudo comissários desses negociantes estrangeiros, a par dos portugueses. Também a feira de Vila Viçosa, bem como a do S. João, em Évora, seriam elos importantes do negócio das lãs, num período posterior⁸⁸. Fosse como fosse, quer pela procura de carne para os mercados de consumo portugueses, quer de lã, tanto para o mercado interno, quer para o externo,

⁸⁴ Em 1814, Bernardino M. da Costa Lima definia deste modo estas herdades: “eis aqui a razão porque muitos as tem de cavallaria, isto he, não habitão nellas, querem só os pastos para sustentar, e criar gados, e daõ algumas terras para serem sementeas pelos cazeiros, e outros, pagando o quarto do que colhem”. Teresa Fonseca, *Bernardino Manuel da Costa Lima e a Memória acerca da vila do Redondo*, Évora, Publicações do Cidehus – OpenEdition Books, 2005, p. 136, § 36.

⁸⁵ ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 1, n.º 62, pp. 433-434.

⁸⁶ ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 24, n.º 179, p. 1182.

⁸⁷ Ver sobre o assunto, Albert Silbert, *Le Portugal méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime: XVIIIe. – début du XIXe. siècle contribution à l'histoire agraire comparée*, 2a ed., II, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1978, pp. 623, 651-662.

⁸⁸ Albert Silbert, Op. cit., pp. 671-676.

este processo transformaria a economia rural do Alentejo. Em finais do séc. XVIII, a criação de gado já seria a atividade económica dominante desta região⁸⁹.

Apreciação final

O *corpus* lexical das *Memórias Paroquiais*, por ser plural, escrito por clérigos de várias origens, idades e formação, constitui um privilegiado e inegável *corpus* de estudo representativo da língua portuguesa de meados do século XVIII. Este conjunto documental é, igualmente, um notável relato do território, da sua organização e ocupação e das suas gentes, descrito pela mão dos párocos. Contém importantes referências, de âmbito não só local, mas também do que seria o Alentejo setecentista.

Neste texto foram destacados apenas os tópicos que se nos afiguraram como individualizadores desta localidade.

Os párocos de Vila Viçosa, apesar de muitos serem curas em 1758, teriam quase todos um elevado nível de formação, que frequentemente passou pela Universidade de Évora.

Praticamente todos enfatizaram o papel distintivo da Casa de Bragança no concelho, a ponto de escamotear que se tratava também de uma entidade extractora de impostos de diferente natureza.

Muitos deles foram igualmente expressivos sobre transformações em curso na época. Uma delas não era propriamente recente. Cite-se a mudança do padroado das igrejas do termo para a apresentação do Arcebispo eborense, embora o fenómeno não fosse exclusivo das freguesias daquela zona⁹⁰. É, aliás, muito surpreendente esta alusão, dado o enraizado conflito entre a Ordem de Avis e o Arcebispo, que vinha desde o séc. XII e a que as diretivas tridentinas deram um novo impulso. Outra mudança que registaram foi a transformação de muitas herdades em terras de pasto, graças ao interesse no comércio da carne, mas sobretudo da lã, procurada no mercado regional e de exportação. Como se tem vindo a demonstrar, as *Memórias Paroquiais* são textos indispensáveis para o conhecimento de Vila Viçosa e da realidade do Sul de Portugal, no século XVIII.

Anexos

As seis *Memórias* apresentam-se pela seguinte ordem: em primeiro lugar, as freguesias urbanas, Conceição e S. Bartolomeu. Seguem-se as quatro restantes, ordenadas alfabeticamente.

⁸⁹ Teresa Fonseca, ed. *António Henriques da Silveira e as Memórias analíticas, cit.*, pp. 57-74; Albert Silbert, *Op. cit.*

⁹⁰ Teresa Fonseca, ed., *Op. cit.*, pp. 234-235.

Memória Paroquial de Nossa Senhora da Conceição

Nossa Senhora da Conceição, 1758, 6 de Maio
Memória Paroquial de Nossa Senhora da Conceição, Comarca de Vila Viçosa
[ANTT, Memórias Paroquiais, vol. 40, n.º 271, p. 1657 a 1664]

“p. 1657/

Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor
Vila Viçosa Conceição Matriz

Recebi a ordem circular de Vossa Excelência Reverendíssima com uma minuta impressa para na forma da ordem de Majestade expedida pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino informar vários quesitos conteúdos na mesma minuta, e em observância da ordem do mesmo Senhor e da de Vossa Excelência Reverendíssima que ambas cordialmente desejo inteiramente executar nas seguintes respostas direi quanto pude descobrir na diligência que me foi possível fazer no pouco tempo que me deixou vago este meu assaz laborioso emprego.

Ao 1.º É esta Vila Viçosa da província do Alentejo do Arcebispado de Évora, e cabeça de comarca. Ao 2.º É da Sereníssima Casa de Bragança que hoje administra a nossa amabilíssima Princesa a Senhora Dona Maria, Francisca, Isabel, Josefa, Antónia, Gertrudes, Rita, Joana também digníssima Princesa do Brasil, e Duquesa de Bragança Senhora Nossa, a quem Deus Nosso Senhor prospere muitos anos de vida para consolação dos seus portugueses. Ao 3.º Reservando para o Reverendo Prior da freguesia de São Bartolomeu a parte que lhe pertence desta vila; tem esta minha paróquia, segundo consta do meu rol da confissão quinhentos, e sessenta, e cinco fogos: a saber quatrocentos e quatro dentro da vila, e cento e doze no campo, e quarenta e nove que contém a cidadela do castelo; e em todos se contam mil setecentas, cinquenta, e uma pessoas de sacramento. Ao 4.º Está esta vila situada em um vale que compreende a maior parte da povoação, e em dois montes, um que lhe fica da parte do poente, e outro ao nascente, e deste se descobre Vila Boim, que dista três léguas, a vila de Juromenha a mesma distância, e de Olivença cinco léguas. Ao 5.º Tem no seu termo a freguesia de Nossa Senhora das Ciladas, São Romão, Santa Catarina de Pardais, e parte da aldeia de Bencatel, cuja freguesia que é de Santa Ana pertence à vila de Estremoz, e o número dos fregueses, e fogos darão conta os seus párocos, aos quais, me consta, se lhes intimou a mesma ordem. Ao 6.º Está a igreja desta matriz edificada na cidadela de castelo desta vila. Ao 7.º É o seu orago a Santíssima Virgem a Senhora /p. 1658/ da Conceição padroeira deste Reino por ser jurada em Cortes e eleita como tal, pelo Senhor Rei D. João 4.º da gloriosa memória no sexto ano do seu reinado com certo fundo anual que lhe tributou e acrescentou o grande zelo, e devoção do Senhor Rei D. João o 5.º que Deus tem em glória. Altares. Tem o altar-mor, que é da mesma Senhora e pela parte do Evangelho se segue a capela do Santíssimo Sacramento, que é muito primorosa fechada com uma muito bem-feita grade de ferro, a esta se segue a capela de Santíssima Trindade que tem Terceiraria e logo a capela do glorioso São José esposo da Senhora. Da parte da Epístola a capela do Santo Nome de Jesus e a esta se segue a do Príncipe dos Apóstolos, São Pedro e todas têm confrades. É de três naves que dividem quatro majestosas colunas por cada lado. Confrarias. Tem as já ditas, e de mais a Confraria Real

de Nossa Senhora da Conceição que consta tão somente de juiz, escrivão, e tesoureiro eclesiástico, que são vitalícios, e eleitos por El-Rei Nosso Senhor como protetor daquela confraria. Tem a mesma Senhora outra mais confraria chamada a dos Escravos, cuja mesa se compõe de doze da primeira qualidade e também vitalícios. Tem a confraria do Santíssimo Sacramento, e dos livros antigos da mesma consta que todos os Sereníssimos Duques de Bragança sempre serviram ao Santíssimo no emprego de juiz daquela confraria não permitindo que outra alguma pessoa ocupasse aquele cargo de que tanto se prezavam; e na Casa do Despacho da mesma confraria se acha ainda de presente um letreiro com letras douradas em uma bem-feita tarja que diz «O Duque de Bragança protetor da Casa de Nossa Senhora». Ao 8.º é o seu orago digo é o seu pároco prior, é da apresentação de Sua Majestade como governador, e perpétuo administrador que é do Mestrado, e Ordem de São Bento de Avis, é cabeça de comenda, e entrou na Ordem na era de 1335 /p. 1659/ ano do nascimento de Cristo 1297, sendo Grão Mestre da Ordem D. Frei Lourenço Afonso, a quem, e a toda ordem fez mercê remuneratória *in perpetuum* El-Rei Dom Dinis com sua esposa a Senhora Santa Isabel e Infantes seus filhos D. Afonso, e Dona Constança em cortes celebradas na vila de Santarém em dois do mês de maio do referido ano, em cuja remuneratória doação deu à ordem todos os direitos, padroado da igreja desta matriz com todas as mais fundadas no termo desta vila como dentro da mesma, e que se fundassem pelos tempos, e anos vindouros, como tudo consta do instrumento autêntico, que se conserva no cartório desta igreja, extraído do livro 2.º das doações de El-Rei Dom Dinis, que está no primeiro armário da Casa da Coroa a fl. 133 na Torre do Tombo da Corte, e cidade de Lisboa. Ao 9.º Tem dois beneficiados curados coadjutores, que ambos são também freires da mesma ordem, e da mesma apresentação que o prior. Ao 10.º Tem esta vila seis conventos, três de religiosos, e três de religiosas. Tem mais casa professa dos padres da Companhia de Jesus fundada pelo ardentíssimo e católico zelo do Sereníssimo Senhor D. Teodósio Duque de Bragança, e o mais que aqui pertence dirá o reverendo prior da igreja de São Bartolomeu por estar esta régia casa no distrito da sua paróquia, e os que nesta minha se acham ao presente é o Convento dos Eremitas Calçados de Santo Agostinho, cuja capela-mor, e cruzeiro daquela magnífica igreja, é do Padroado dos Sereníssimos Duques de Bragança que se diz fundaram, uma e outra cousa; na capela-mor se acham seis lustrosos mausoléus de finíssima pedra, três por cada um dos lados; e dois no mesmo cruzeiro com a mesma forma, e pedra, e todos jazigos dos referidos Sereníssimos Senhores. É mais o Convento dos Religiosos de S. Francisco da Província da Piedade, que também foi fundado pelos mesmos Sereníssimos Senhores Duques padroeiros. Tem mais o Convento de Nossa Senhora da Esperança das Religiosas de S. Francisco, Província de Xabregas que foi fundação do Sereníssimo Senhor Duque D. Teodósio e Sereníssima Senhora Duquesa Dona Isabel seus padroeiros, e dos outros conventos que restam dará conta o mesmo Reverendo Prior de São Bartolomeu por estarem situados no distrito da sua paróquia. Do undécimo, /p. 1660/ e 12.º dará conta o mesmo Reverendo Prior pela mesma razão dita. Ao 13.º. Tem esta matriz anexas as ermidas seguintes: dentro da vila a de Nossa Senhora dos Remédios, Santo António, com a Terceiraria de Nossa Senhora do Carmo muito numerosa, e crescido zelo nos que administram e grande devoção dos fiéis desta Senhora que inclui a maior parte dos fiéis deste povo; foi esta ermida fundada e dedicada ao Glorioso Português pelo Sereníssimo Senhor

D. João Duque de Bragança. A ermida do Glorioso Mártir S. Sebastião com a confraria e altar de Nossa Senhora com o título da Saúde e outro altar mais de Santo Amaro. A ermida da Santa Luzia, que dá nome àquela rua, em que se acha, com o altar colateral de Nossa Senhora da Estrela da parte do Evangelho, e do da Epístola, o altar de São Caetano, e ambas estas imagens com particular, e notória devoção dos fiéis desta vila. Desta ermida é padroeiro Tomé José de Sousa e Brito moço fidalgo da Casa de Sua Majestade professo na Ordem de Cristo, e comendador das Comendas de Santa Maria do Rio Frio da Carregosa⁹¹, Santa Maria de Antime, e Santa Eulália de Palmeira de Faro e Alcaide-mor da vila de Borba, tudo da Sereníssima Casa de Bragança de cujos Sereníssimos Senhores Duques foram criados particulares os ascendentes deste ilustre cavaleiro, como bem se mostra não só na conservação⁹² das referidas comendas, que sempre possuíram, mas também na graça que lhe concederam *in perpetuum* no estatuto, que deixaram aos músicos da sua capela, ordenando, que estes no dia da Gloriosa Santa assistissem e solenizassem a festa da mesma, havendo-os por presentes na obrigação do coro, da mesma ducal capela desta vila. Fora da vila a ermida da Nossa Senhora do Paraíso; a de Nossa Senhora das Mercês, a do Senhor S. José esposo da Santíssima Virgem. A de S. João Baptista, a do Patriarca S. Bento com seis altares colaterais. A do Apóstolo Santiago com três. A do Apóstolo Santo André. A de S. Marcos, S. Domingos, S. Jerónimo, Santo Eustáquio, S. Luís Rei de França, e Santo Ildefonso, e desta é padroeiro D. Joaquim Eugénio de Lucena Almeida Noronha, e Faro, descendente dos Lucenas, que foram secretários de Estado dos Sereníssimos Senhores Duques de Bragança, ultimamente do Senhor Rei D. João /p. 1661/ o 4.º da gloriosa memória, e redentor da liberdade portuguesa. Ao 14.º Bem notório é que Deus Nosso Senhor para glorificar sua santíssima mãe no preclaríssimo título da sua Imaculada Conceição em sua imagem orago desta matriz, tem obrado pela mesma Senhora tantos milagres, que excede ao número de todo o algarismo, e de tempo que também excede a memória dos homens. E que em gratificação das mercês recebidas, são em todo o tempo do ano os romeiros em tanta confluência, que em muitos dias, e em especial nos do Sábado é tal o concurso, e ajuntamento dos fiéis devotos, que não cabem naquele majestoso, magnífico templo da mesma Senhora, como eu testifico ver, e presenciar como prior da igreja, vindo a ela, não só romeiros de toda esta Província, mas também fora da mesma e ainda, do Reino de Espanha. Ao 15.º Azeite, vinho, e frutas são os frutos de maior colheita nesta vila, e dos mais não colhe o suficiente, mas de todos é bem socorrida das mais terras, que os produzem por acharem nela bom consumo, e por bom preço para os interesses dos vendedores. Ao 16.º É cabeça de comarca com ouvidor, e juiz de fora nomeados pela junta da Sereníssima Casa de Bragança. Ao

⁹¹ No original “Santa Marinha de Rio Farregozo”. Não se encontrou nenhuma referência a esta suposta comenda. Pressupondo-se algum lapso por parte do pároco escrevente, e sendo frequente a troca de Marinha/Maria no nome das comendas, pesquisaram-se denominações parcialmente coincidentes com a expressão usada no texto. Encontrou-se referência à comenda de Santa Maria do Rio Frio da Carregosa, bispado de Miranda, num arrolamento de bens de 1718, disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2421 A existência e denominação foi confirmada em Soares da Cunha, Mafalda (2000) *A Casa de Bragança, 1560-1640: práticas senhoriais e redes clientelares*, Lisboa: Estampa, p. 317.

⁹² No original “conservam”.

18.º Dos heróis que floresceram nas letras, há notícia do Excelentíssimo Senhor D. Teotónio de Bragança, e D. Alexandre ambos Meritíssimos e Arcebispos deste Arcebispado de Évora e ambos também filhos dos Sereníssimos Senhores Duques de Bragança. Também se diz que foi natural desta vila o infeliz Doutor António Homem que deu nome a uma das ruas desta mesma vila, que ainda hoje o conserva e melhor, e mais digno de se lhe abolir. Nas armas. O Sereníssimo Senhor Infante Dom Duarte, em cujas ações me não demoro, por se acharem escritas por melhores penas que as trataram; como também de outros muitos que se verão nos autores que fazem larga menção e referem as gloriosas ações daqueles famosos heróis. O Excelentíssimo Conde das Galveias André de Melo, do nosso tempo que depois de ter ocupado a dignidade de Deão da capela ducal desta vila por vários anos serviu em muitos à Majestade de El-Rei Dom João 5.º de seu embaixador ao Papa na Corte de Roma e depois desta expedição que exerceu com aquela glória, que se podia esperar do seu grande /p. 1662/ talento e esplendor português foi servir à mesma Majestade por muitos anos no laborioso governo dos Brasis. Entre as muitas virtudes em que floresceu este herói foi uma grande e especial devoção à devota imagem que se venera nesta matriz como título de Nossa Senhora da Conceição padroeira deste reino, e em demonstração do seu grande afeto, lhe ofertou duas coroas de ouro fino, que da corte de Roma enviou uma para a Senhora, e outra para o menino Deus, que a Senhora tem nos braços. Depois que dos Estados da América se recolheu a este reino fez também oferta à mesma Senhora de uma joia de ouro cravada de várias pedras preciosas, que se avalia no melhor de cinco mil cruzados, e no testamento com que faleceu instituiu uma capela de missa quotidiana no altar da mesma Senhora. É bem sabido o grande zelo português com que tem servido, e serve no Estado do Brasil e Minas o famoso Gomes Freire, e na mesma forma Manuel Freire de Andrade atual governador das armas da província da Beira. Ao 19.º Tem esta vila três feiras no ano, e todas francas três dias, que são 29, 30 e 31 de janeiro, e os mesmos de maio, e agosto. Ao 20.º Tem correio todas as semanas, que entra na quinta-feira de tarde, e sai no sábado de manhã. Ao 21.º Dista esta vila da cidade de Évora capital deste Arcebispado oito léguas, e vinte cinco da Corte, e cidade de Lisboa capital deste reino. Ao 22.º Conserva os grandes privilégios concedidos à Sereníssima Casa de Bragança. Ao 25.º É esta vila toda murada com muralha que só poderá impedir cavalaria; tem porém um fortíssimo, e inexpugnável castelo, por ser feito com tal arte de fossos, rebelins⁹³, estacadas, e entradas encobertas que poderá resistir por muito tempo ao mais forçoso sítio e combate, reforçando-se mais com a cidadela que já disse no 1.º e 3.º que é toda murada de um bom e forte muro com suas torres antigas, e baluartes modernos. Ao 26.º No terramoto do primeiro de novembro do ano de 1755 só /p. 1663/ padeceu, nesta o estrago da sua violência a Casa de Deus; como foi a igreja de Nossa Senhora da Conceição Padroeira, e matriz com a ruína da maior parte da abóbada da nave do meio, que caiu ferindo quarenta pessoas das quais escaparam da morte nove, e as 31, quatro sem o socorro dos sacramentos por ficarem debaixo de entulho, dois meninos de pouco mais de um ano cada um, e às

⁹³ Rebelim ou revelim – [Fortificação] Obra de fortificação externa, geralmente triangular, que cobre ou defende uma cortina entre dois baluartes de uma fortificação, uma ponte, etc. = REBELIM . “revelim”, in *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/revelim> [consultado em 21-04-2023].

As Memórias Paroquiais (1758) do atual concelho de Vila Viçosa

mães se lhes administrou o sacramento e absolvição, e sacramento da extrema unção. A referida ruína se acha ainda no mesmo estado com geral desconsolação, não só de todo este povo, mas também dos mais devotos da Senhora, que é inteiramente toda a Província, e fora dela como se disse. Padeceu a igreja das Religiosas de Santa Mónica e sendo essas pobres, com muita brevidade, e louvável zelo a repararam inteiramente. Padeceu também a igreja dos religiosos de S. Francisco da Província da Piedade que também com a sua louvável pobreza lhe acudiram logo e repararam. Padeceu a igreja e convento dos Religiosos de São Paulo 1.º eremita, e se acha no mesmo estado; como também o zimbório⁹⁴ dos Religiosos de Santo Agostinho, com algum dano no convento especialmente a sacristia e casa que medeia entre esta, e a igreja que uma, e outra se acha especada para evitar qualquer dano, que com prudência se receia. Aos mais interrogatórios não tenho que dizer por se não compreenderem no distrito desta minha paróquia. Vila Viçosa de Maio 6 de 1758

O Prior Frei André Lopes de Andrada [assinatura autógrafa]//”

Transcrição: Ofélia Sequeira

⁹⁴ Zimbório – [Arquitetura] Parte externa e superior da cúpula de um edifício – “**zimbório**”, in *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/zimb%C3%B3rio> [consultado em 21-04-2023].

Memória Paroquial de S. Bartolomeu

[ANTT, Memórias Paroquiais, vol. 40, n.º 271a, p. 1665 a 1668]

São Bartolomeu, 1758, 20 de Abril

Memória Paroquial de São Bartolomeu, Comarca de Vila Viçosa

“/p. 1665/

Vila Viçosa São Bartolomeu

Obedecendo à ordem de Vossa Excelência em que me manda responder a uns interrogatórios que com a mesma me foram entregues, digo que esta Vila Viçosa é uma das mais ilustres povoações do Alentejo: nela residiam os Sereníssimos Duques de Bragança até que com a aclamação do Senhor Dom João 4 transferiram o seu assento para a Corte de Lisboa. Abunda de cousas muito notáveis; mas como estas são do território da igreja matriz, ao reverendo prior dela pertence referi-las, e descrevê-las; pois eu cingindo-me precisamente à minha freguesia, digo que:

Tem esta freguesia de São Bartolomeu 563 fogos, e 2073 fregueses, os quais são curados por um prior, que tem de cômgrua três moios de trigo, dois de cevada, e vinte mil réis em dinheiro, e dois beneficiados tem cada um de renda dois moios de trigo, moio, e meio de cevada, e dez mil réis. Tanto prior como beneficiados são da apresentação de Sua Majestade como governador e perpétuo administrador da Ordem Militar de São Bento de Avis, a cuja ordem pertencem as igrejas paroquiais, e comenda desta vila.

Não tem a freguesia igreja própria e se está servindo há muitos anos da igreja da Misericórdia sem que Sua Majestade por mais contas, que desta falta lhe têm dado os priores da mesma tenha sido servido mandar continuar a igreja própria, que há muitos anos se conserva só com os alicerces. Estão sitas nesta igreja paroquial três irmandades: primeira do Santíssimo Sacramento que além das obrigações gerais a semelhantes irmandades cuida do ornato do altar, e culto de uma imagem do Senhor Morto vulgarmente chamada o Senhor do Descendimento; com a qual tem /p. 1666/ este povo uma extraordinária fé, e devoção: segunda das Almas, que floresce muito pela grande piedade, e aplicação dos irmãos, que administram os seus bens conservando oito capelães com missa quotidiana e tendo a sua sacristia muito bem provida de pratas e ornamentos: 3.^a da Senhora do Rosário; que não tem cousa, que mereça particular memória.

A Casa da Misericórdia é das mais antigas deste Reino, e se entende a erigiram os Sereníssimos Duques de Bragança, que serviam de provedores, enquanto residiram nesta vila e ainda hoje os provedores, e escrivães não são feitos por votos da irmandade, mas esta propõe três para cada um dos dois cargos, e Sua Majestade escolhe qual lhe parece, particularidade que não consta tenha outra alguma misericórdia. Tem de renda 444\$667 réis; e assim é a mais pobre de todas as circunvizinhas. Nesta casa erigiu a piedade dos Sereníssimos Duques de Bragança um hospital para curar o mal venéreo nas duas estações de Primavera e Outono, dotando-o para este efeito com liberalidade própria de tão grandes príncipes; pois lhe consignando em cada um ano 406\$070 réis sete moios e meio de trigo, e vinte quatro alqueires de azeite, tudo pago no almoxarifado desta vila vindo todas estas adições nas folhas, e sendo cobradas por conhecimento do escrivão da mesa. Porém, depois do terramoto

As Memórias Paroquiais (1758) do atual concelho de Vila Viçosa

de 55 nunca mais vieram lançadas nas folhas do almoxarifado as ditas adições com motivo de se terem queimado no incêndio daquele fatal dia os títulos por onde se lançavam, suprimindo-se por esta falta as curas do dito mal, com grande prejuízo dos pobres, que morrem faltos de /p. 1667/ remédio, não havendo em toda esta província outro algum hospital, em que se façam semelhantes curas.

Há nesta freguesia dois conventos de religiosos, e dois de freiras, daqueles é um a casa professa da Companhia de Jesus, cuja comunidade se compõe de oito sacerdotes, e dois leigos; e o outro é de São Paulo, que costuma ter 22 até 24 religiosos. De freiras é o primeiro o das Chagas do instituto do Patriarca S. Francisco que tem número certo de 60, e o de Santa Cruz, que professa a regra de Santo Agostinho, que não tem número certo de religiosas; e ao presente se compõem de oitenta, e tantas. Os três primeiros conventos têm por padroeiros os Sereníssimos Duques de Bragança e só o de Santa Cruz é, que não tem padroeiro algum. É o que se me oferece dizer a Vossa Excelência. Vila Viçosa em 20 de Abril de 1758.

[Prior] da freguesia de São Bartolomeo de Vila Viçosa Frei António Xavier do Vale [assinatura autógrafa]//

/p. 1668/

[Em branco]//”

Transcrição: Francisco Segurado

Revisão: Fernanda Olival

Memória Paroquial de Bencatel

Santa Ana de Bencatel, 1758, 11 de Abril

Memória Paroquial de Santa Ana de Bencatel, comarca de Vila Viçosa
[ANTT, Memórias Paroquiais, vol. 7, n.º 3, p. 729 a 732]

“/p. 729/

N.3.

Freguesia de Santa Ana de Bencatel termo de Estremoz, Arcebispado de Évora.

Esta freguesia não só é do Arcebispado de Évora; mas também da mesma comarca e a sua apresentação pertence ao Excelentíssimo Senhor Arcebispo; mas paga o pároco dela, cada ano, quatrocentos réis ao Reverendo Doutor Juiz da ordem de Estremoz; a que se chama a Reconhecença.

Está situada a igreja paroquial em um monte não muito alto, e dele não se descobre mais, que uma pequena parte da vila do Redondo: confina com o termo da vila do Alandroal, e no mesmo termo tem muitos fregueses: dista da mesma vila, meia légua: dista da vila do Redondo légua, e meia: dista de Vila Viçosa uma légua, e no seu termo tem a maior parte dos fregueses: dista da vila de Estremoz mais de duas léguas: dista da vila de Borba légua, e meia.

No termo de Vila Viçosa tem uma aldeia chamada de Bencatel, a qual com seus circunvizinhos, tem setenta, e cinco fogos, em distância de meia légua da mesma vila.

E ao presente, toda a freguesia, tem cento, e setenta, e dois fogos, entrando os da aldeia supradita: tem pessoas de confissão, entrando maiores, e menores, trezentas, e trinta; a deste número são, digo, quinhentas, e trinta. São setenta, e sete menores; que são os que ainda não recebem o sacramento da Sagrada Eucaristia.

O orago desta freguesia é a Senhora Santa Ana; tem a igreja paroquial quatro altares: no altar maior tem a imagem da Senhora Santa Ana; de S. João Baptista, e de Santo António: nos dois colaterais, tem no lado esquerdo a imagem do senhor Jesus, e no do lado direito a imagem da Senhora do Rosário: tem mais o altar das Almas, sem correspondência de outro, e este altar fica da parte do lado direito: não tem naves; por ser muito pequena. /p. 730/

Esta freguesia está situada parte dela em campos, e parte em montes; mas pouco asperosos todos frutíferos; especialmente de centeio, pois a maior parte dela é terra de estevais, que só produzem centeio, e algum trigo galego.

O pároco desta freguesia, é cura. É apresentado pelo Excelentíssimo Senhor Arcebispo de Évora. Tem de renda, quatro moios, e meio de trigo, e vinte, e oito alqueires de cevada, e o mais, uns anos por outros, rende cinco, ou seis moedas de ouro. Não tem beneficiados, nem convento algum, nem hospital, nem Casa de Misericórdia.

Tem no termo de Vila Viçosa a ermida de São Pedro, e contígua a ela; a capela da Senhora das Mercês: a de São Pedro é da jurisdição do pároco; e a da Senhora das Mercês, é da jurisdição do Prior da Senhora da Conceição de Vila Viçosa; por uma antiga posse em que se introduziu; por negligência do pároco que era nesse tempo: todos os Domingos de Setembro tem festa, romagens à Senhora das Mercês; e passado esse tempo não tem mais festas; mas sim algumas romagens dos seus devotos.

Esta ermida, e capelas estão sitas na herdade de El-Rei, que é do Ducado de Bragança, meia légua distante de Vila Viçosa.

Nesta freguesia as terras dão trigo, e centeio; mas mais trigo: são pouco férteis de cevada: dão de todo o género de legumes, e sendo anos de abundância de águas, também se colhem nela bastantes feijões brancos, e fradinhos.

Nesta freguesia somente há dois juizes da vintena: um no distrito de Estremoz, e outro no distrito de Vila Viçosa. Não é couto, nem cabeça de concelho, honra, ou beetria⁹⁵.

Desta freguesia floresceu o capitão engenheiro Manuel Lopes da Silva, que ainda que filho de pais humildes, foi muito grande nas armas, engenho, e prendas, na guerra próxima passada; e por tal muito bem conhecido, e estimado dos maiores oficiais da mesma milícia; o qual há poucos anos faleceu nesta freguesia; estando reformado, com soldo inteiro de capitão /p. 731/

Nesta freguesia não há feira nem tem correio, e do correio de Vila Viçosa que chega na quinta-feira, é do que se serve.

Da cidade de Évora capital deste Arcebispado, dista sete léguas; e da capital do Reino, dista vinte, e duas, ou vinte, e três léguas. Não tem privilégios, nem antiguidades dignas de memória.

Tem esta freguesia no termo de Vila Viçosa, próxima à estrada que vai de Estremoz para o Alandroal; uma lagoa, ou nascente de abundante água, com a qual moem dezanove azenhas de engenhos reais. Também tem suas fontes muito boas de excelente água de beber; mas não dignas de exageração. Não é esta freguesia porto do mar, nem terra murada; mas sim uma freguesia de campo.

Na ocasião do terramoto do ano de 1755 alguma ruína padeceu: porém foi cousa de pouca consideração, o que tudo está remediado ao presente.

Não contém esta freguesia em si mais serra, que uns montes das abas da Serra de Ossa, e um monte bastantemente alto e áspero, chamado – Serra da Vigária, aonde dizem esteve o Caracena, general de Castela, na ocasião da batalha de Montes Claros, que foi no plano, e raiz do dito monte.

Próximo ao dito monte há admiráveis minas de mármore brancos, e azuis, matizados de branco, sitos na herdade da Vigária, e do Barrinho, que são da casa do Morgado de Peixinhos, ou por outro nome dos Lucenas: o dito monte é inculto. Nele não há mais, que pedras, e carrascos, e de sua qualidade é muito frio; e se cria alguns coelhos, e perdizes. Deste monte – Serra da Vigária –, não nasce rio algum; mas na raiz dele, para a parte do Nascente, tem um poço de boa água, e bastante. /p. 732/

Por esta freguesia, perto das abas dos montes da Serra de Ossa, cá para a parte do Nascente do Sol; passa a ribeira de Luceférit, que tem seu princípio na freguesia de S. Tiago de Rio de Moinhos, e vai meter-se na Guadiana, na herdade do Aguilhão, aonde este reino confina com Castela; mas esta ribeira costuma secar-se, e deixar de correr, em vindo o tempo do Verão; por conta de lhe tirarem as águas, para

⁹⁵ Beetria – “Cidade, vila ou povoação, que tinha o direito de eleger e tomar por seus regedores e senhores, livremente, a quem a melhor a defendesse e mais bem lhe fizesse e os amparasse de inimigos externos ou internos e das prepotências dos poderosos por ofício, jurisdição, estado e podiam dar-se ao patrocínio de qualquer pessoa, ainda que estrangeira e de qualquer linhagem [...], in Morais Silva, António, (1949-1959), *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, Lisboa: Ed. Confluência, vol. II, p. 431.

regarem feijoadas na dita freguesia de S. Tiago de Rio de Moinhos: esta ribeira se compõe das águas que saem dos montes da Serra de Ossa, das águas dos nascentes da freguesia de São Tiago, e dos nascentes desta freguesia: corre de Norte a Sul: cria boas pardelhas, e singulares bordalos, e também algumas bogas: as suas margens se cultivam, e dão muito trigo, e cevada: em toda a parte conserva o mesmo nome.

Nesta ribeira há muitos moinhos de fazer farinha no tempo do Inverno, e também tem um lagar de azeite, e uma ponte de cantaria junto à vila de Terena: nunca ouvi dizer, que de suas áreas se tirasse ouro, ou prata. Nunca ouvi dizer que deixassem de ser livres as suas águas, e pescarias.

Esta é a notícia que posso dar desta freguesia de Santa Ana, a respeito dos interrogatórios que me foram entregues, por via do muito Reverendo Vigário da Vara da vila de Estremoz; e em fé de verdade me assinei. Santa Ana de Bencatel. 11 de Abril de 1758.

Pároco o Padre João Toscano da Palma [assinatura autógrafa].//”

Transcrição: Francisco Segurado

Revisão: Fátima Farrica

Memória Paroquial de Nossa Senhora das Ciladas

Nossa Senhora das Ciladas, 1758, 2 de Maio

Memória Paroquial de Nossa Senhora das Ciladas, Comarca de Vila Viçosa
[ANTT, Memórias Paroquiais, vol. 11, n.º 326, p. 2229 a 2238]

“/p. 2229/

N. 326 Ciladas termo Vila Viçosa

Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor

Em cumprimento do mandado de Vossa Excelência Reverendíssima, e insinuação do real serviço de El-Rei meu Senhor, que Deus guarde, respondo aos interrogatórios com a notícia seguinte.

1.º Esta freguesia de Nossa Senhora das Ciladas está situada na província do Alentejo, no Arcebispado de Évora, na comarca, e termo de Vila Viçosa da Sereníssima Casa de Bragança.

2.º Esta freguesia compreende cinquenta herdades, e quinze hortas, que são de senhorios particulares.

3.º Tem sessenta e cinco vizinhos, ou fogos; e neles quatrocentas e dez pessoas.

4.º Está situada esta igreja em um vale entre dois montes: dela se descobrem tão somente as vilas de Juromenha, Olivença, e Vila Viçosa: pela parte do Poente dista de Vila Viçosa duas léguas; pela parte do Nascente dista da cidade de Elvas duas léguas; e pela parte do Sul dista da Vila de Juromenha uma légua; e pela parte do Norte dista da vila, chamada Vila Boim, uma légua.

5.º Compreende esta freguesia quatro termos, ou parte de quatro termos; a saber, de Vila Viçosa, Vila Boim, da cidade de Elvas, e da Vila de Juromenha: o primeiro é do Arcebispado de Évora, e os últimos três são do bispado de Elvas; porque sendo esta freguesia mais antiga, que o bispado de Elvas, quando este se desanexou do Arcebispado de Évora, ficou esta freguesia no mesmo estado, em que se achava: tem no termo de Vila Viçosa vinte e sete fogos tão somente: e no termo de Juromenha tem nove fogos: no termo da cidade de Elvas tem vinte e oito fogos, e no de Vila Boim um. /p. 2230/

6.º A paróquia está situada em um deserto, sem mais vizinhança, que a do pároco, sacristão e outro vizinho; e nestes três fogos se contam somente dez pessoas, entrando nesta soma homens, mulheres, e meninos.

7.º O seu orago é Nossa Senhora das Ciladas, de cujo nome a etimologia é, porque (segundo a tradição)⁹⁶ no tempo dos Sarracenos na Serra de Coroados⁹⁷, ou Montes de Carvão os cristãos armaram umas ciladas, e fizeram emboscadas para cativar um grande comboio de vitualhas⁹⁸, apetrechos de guerra, e mantimentos, que

⁹⁶ As barras de pontuação utilizadas no original transcrito foram normalizadas para parênteses

⁹⁷ Não se encontrou referência a serra de Coroados. Existe a referência à Herdade de Coroados, nesta freguesia.

⁹⁸ Vitualhas – “[nome feminino plural] Conjunto de provisões de alimentos. = MANTIMENTOS, VÍVERES, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2023, <https://dicionario.priberam.org/vitualhas>.

se encaminhava para aqueles; e no tal conflito invocaram estes o patrocínio de Nossa Senhora, fazendo voto de lhe fazer uma ermida, se saíssem com vitória nas suas ciladas: e sucedeu, que (favorecendo-os Nossa Senhora) cativaram a presa, como intentaram. E fizeram uma ermida pequena a Nossa Senhora com o singular título das Ciladas. Esta igreja por três vezes tem sido acrescentada, o que bem se conhecia dos alicerces da mesma, quando no mês de Julho de 1748 lhe desmanchei as paredes, e alicerces para efeito de a fabricar de abóboda, a qual obra principiei, e consumiei⁹⁹ de esmolos, que *ostiatim*¹⁰⁰ pedi, e ajuntei nesta freguesia, e suas vizinhanças pelo amor de Deus, e da mesma Senhora. Tem a igreja uma só nave, e abóbada de berço: antigamente tinha seis altares; porém quando a reedifiquei, lhe ficaram somente três altares, porque, sendo igreja pobre, não podia bem paramentar tantos, como tinha. E por este modo tem três a saber o altar maior, em cujo trono está a imagem de Nossa Senhora das Ciladas, e nas banquetas dos lados estão as imagens de São Pedro Apóstolo, e de São João Batista: um dos altares colaterais da parte direita é de Nossa Senhora do Rosário, em cujo trono se venera a imagem da mesma Senhora, e nas banquetas dos lados estão as imagens de Nossa Senhora dos Milagres, e de Santo António de Lisboa: o outro altar colateral é das Almas, em cujo respaldo se venera /p. 2231/ uma imagem de Jesus crucificado, e junto ao calvário da cruz estão pintadas duas almas do Purgatório pedindo à soberana Majestade o alívio daquelas penas; e aos fiéis os sufrágios para o referido fim. Nestes dois altares há duas Irmandades; uma do Rosário, e outra das Almas, e ambas eclesiásticas, *erectas auctoritate Ordinarii*.

8.º O pároco é cura, e em algum tempo foi da apresentação da Mesa da Consciência, assim como ainda é a igreja matriz de Vila Viçosa, e a igreja de São Bartolomeu freguesia da mesma vila. E há tradição, que sendo esta igreja curada pelos freires de São Bento de Avis, em tempo de guerras por falta de ministros, que havia na dita ordem, ou talvez por medo do inimigo se pôs vaga, e sendo provida pelo Prelado Ordinário, ficou o mesmo intruso na posse de a apresentar: e nestes termos é da apresentação de Vossa Excelência Reverendíssima, e Senhores Arcebispos Metropolitanos de Évora, *et sede vacante* é da apresentação do Reverendíssimo Cabido da mesma Sé. A sobredita tradição se confirma; porque até ao ano de 1749 se conservou o estilo de serem apresentados os sacristães desta igreja pelo Reverendo Juiz da Ordem da vila de Estremoz, e a última apresentação foi em João Sutil feita pelo Reverendo Doutor Manuel da Costa, Juiz da Ordem de Avis, e Prior da Matriz da vila de Estremoz, e dentro de seis meses eram obrigados os tais sacristães tirar a sua provisão da Mesa da Consciência. *Item* porque os párocos de campo das freguesias extramuros destas terras vizinhas pagavam ao sobredito Juiz da Ordem dois alqueires de trigo cada um todos os anos, e os sacristães lhe pagavam em cada um ano duas galinhas, e lhe chamavam Reconhecença¹⁰¹; porém eu nunca lhe paguei nada em dezassete anos, que vou contando de pároco, e os sacristães, que tem havido há nove anos a esta parte são providos pelo Excelentíssimo e Reverendíssimo

⁹⁹ Consumar – “completar, acabar, terminar, ultimar [...], in Moraes Silva, António, 1949-1959, *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, Lisboa: Editorial Confluência, vol. III, p. 449.

¹⁰⁰ Ostiatim, adv. De porta em porta, de casa em casa. In Torrinha, Francisco, 1945, *Dicionário Latino-Português*, Porto: Maranus, 3.ª edição, p. 595.

¹⁰¹ Sublinhado no original.

Senhor Arcebispo. Assim o pároco, como o sacristão são obrigados a tirar, e reformar a sua provisão por /p. 2232/ dia de São João de cada um ano. Os fregueses desta freguesia pagam por sua distribuição, ou repartição de bolo, ou sustentação do pároco quatro moios de trigo, e dois moios de cevada em cada um ano vencidos, por dia de São João ao cura.

Aos interrogatórios 9.º, 10.º, 11.º, 12.º nada.

13.º Dentro desta freguesia havia em algum tempo duas ermidas; a saber uma na herdade do Pomar d'El-Rei, cujo orago era São Plácido, e vulgarmente se chamava = São Paio de Cabedal = por estar situada no termo da cidade de Elvas junto de uma herdade chamada = Torre de Cabedal =, da qual todo aquele sítio em circuito herdou o apelido de = Covas de Cabedal =, o qual apelido segundo a tradição nasceu, de que antigamente assistia na dita Torre, ou herdade seu dono, o qual possuía grandes cabedais. A outra ermida estava situada na Herdade das Pegas do termo de Juromenha, que é dos Freires e Andrades, cujo orago, dizem uns, que era São Sebastião, e que era São Gomes, afirmam outros. Ambas as ermidas se acham hoje profanadas servindo de sótãos, e celeiros aos lavradores das mesmas herdades.

14.º Nada.

15.º Os moradores desta freguesia recolhem muito trigo, cevada, centeio, grãos, favas, feijões, tremoços, e mel; e nas hortas laranjas da China, doces, e azedas, passas de figo, e de abóbora, e todas as mais hortaliças, tudo com abundância, como também nozes, e amêndoas. E em todo o circuito, que tem no termo de Vila Viçosa recolhem, e desfrutam muita bolota, por serem todas as herdades de montado com bolotas mui particulares por sua doçura, por cuja razão nela costumam engordar os porcos muito, em menos tempo, do que nos outros montados.

Aos interrogatórios 16, 17, 18, 19, 20 nada.

21.º Esta freguesia dista da cidade de Évora capital do Arcebispado dez léguas; e da Corte capital do Reino dista vinte e seis léguas. /p. 2233/

22.º. Nada.

23.º. Na herdade da Camuge¹⁰² do termo da cidade de Elvas, a qual herdade em algum tempo pertenceu a esta freguesia, e hoje é da freguesia matriz de Vila Boim nasce uma fonte de qualidade rara; porque em todo o tempo do Inverno se acha quase seca, e não lança água para fora, e no mês de maio rebenta, e em todo o tempo do Verão, e estio corre, e lança água em tanta abundância, que com ela se regam não só duas hortas, que há dentro da mesma herdade, mas também muitos feijoadais, com que se ocupam muitos homens regando de dia, e de noite, sem poderem gastar tanta água, que da tal fonte nasce, e corre para fora; e se não se gastasse a água na referida cultura, sem dúvida seria bastante para fazer moer azenhas, ou pisões; porém no fim do mês de Agosto começa a diminuir de sorte, que quando chega o tempo do Inverno, já não corre, e está quase seca.

As hortas desta freguesia todas se regam com as correntes de suas particulares fontes, que se diz nascerem todas da serra, e são águas muito cristalinas, muito frescas de Verão, sem cor, sabor, ou cheiro algum. Junto a esta igreja está uma fonte chamada as Fontainhas¹⁰³, a qual deita um anel de água, nasce de uma rocha de

¹⁰² Camuje, no original. Denominação confirmada em <https://digitarq.adptg.arquivos.pt/details?id=1069534>

¹⁰³ Sublinhado no original.

pedra, na fundura de uma vara, com tanta força, e violência, que lançando-se-lhe uma pedra de mediana grandeza, a faz fugir, e não consente, que fique no fundo naquele lugar, por onde sai a água. No Pomar de El-Rei do termo de Elvas desta freguesia está um nascente de água, em tanta quantidade, que no Verão, e canícula se ocupam três, ou quatro homens regando de dia, e de noite não só o grande pomar de frutas excelentes, e com especialidade laranjas da China, mas também feijoads de feijão branco, que se cultivam naquela herdade: havendo outros muitos nascentes, que pretendem quase invejosos igualar-se com o sobredito na abundância de suas águas. Quase todas estas águas são diuréticas, e provocam a urinar a miúdo; são delgadas, e por muito, que se beba delas, não se conhece no estômago, nem costumam gerar opilações¹⁰⁴. /p. 2234/

Aos interrogatórios 24, e 25, nada.

26.º Esta igreja paroquial no primeiro terramoto do ano de 1755 não experimentou ruína alguma, mas passados alguns dias, um terramoto, que houve de madrugada lhe causou algum sentimento nos cantos em aquele lugar, em que principiam os arranques da abóbada, e lhe fez umas rachinhas, porém de tão pouco perigo, que não necessitam de conserto, ou reparo algum.

27.º Constando esta freguesia de cinquenta herdades, somente tem dezoito lavradores; e as outras trinta e duas herdades andam de cavalaria, e destas se acham treze herdades com as casas, ou moradias derribadas¹⁰⁵, a fim de que algum lavrador não pretenda morar nelas; algumas foram destruídas no tempo da guerra, e outras têm sido derribadas pelos mesmos, que as cultivam de cavalaria, em grave dano, e prejuízo da República, e do bem comum; porquanto os lavradores, que trazem as herdades de cavalaria, não as cultivam, nem lavram, como eram cultivadas, e lavradas naquele tempo, em que em cada uma herdade morava seu lavrador, e lavrava as suas folhas inteiras; o que agora não fazem, nem cultivam, ou lavram, a fim de terem pastagens largas para criar ovelhas, e venderem muitas lãs aos estrangeiros, que as levam para o Norte.

E pela referida razão está esta freguesia pouco aparelhada para o real serviço, pois não havendo nela lavradores, por consequência também não haverá soldados para a Companhia das Éguas, se por algum acontecimento for necessário, que se ponha pronta no tempo de paz, ou em tempo de guerra, *quod absit*.

Serra

1.º Chama-se Serra das Alcarapinhas, e de Vila Boim. Dela dizem alguns experimentados que é a serra mais alta, que há entre as duas Cortes de Lisboa, /p. 2235/ e Madrid.

2.º Tem três léguas de comprimento, e é de pouca largura, pois não chega a meia légua, e em algumas partes tem um quarto de légua de largura; principia junto da vila de Vila Fernando, e acaba junto das margens do grande rio Guadiana.

¹⁰⁴ Opilação – “[...] Obstrução de um ducto natural; obstrução, oclusão [...] in Morais Silva, António, 1949-1959, *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, Lisboa: Confluência, vol. VII, p. 514.

¹⁰⁵ Derribar – “fazer cair, deitar abaixo [...] in Morais Silva, António, 1949-1959, *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, Lisboa: Confluência, vol. III, p. 905.

As Memórias Paroquiais (1758) do atual concelho de Vila Viçosa

3.º Nesta freguesia se chama Serra de Coroados, e de Carvão, por passar pelas herdades destes nomes.

4.º De seu sítio nasce o rio Mures, que corre para Guadiana.

5.º. No princípio desta serra está a vila de Vila Fernando, e no meio dela a vila de Vila Boim, ambas da Sereníssima, e Preclaríssima Casa de Bragança.

Nesta serra no termo da cidade de Elvas, e freguesia matriz de Vila Fernando está a célebre atalaia chamada dos Sapateiros¹⁰⁶ junto da estrada real da Corte para a cidade de Elvas.

6.º Fica respondido supra ao interrogatório 23.

7.º Nada.

8.º A serra toda se cultiva, e produz trigo, cevada, e tem algum arvoredado de azinho, cria piorno, arruda, salva, aljabão, marcela, tomilho, rosmaninho, peónia, abrótea, cebolas albarrãs, erva sem nó, erva caroba, escabriuola¹⁰⁷, galocrista, ambreta, manjerona, e nêveda; e pelas fontes avenca, erva saboeira; e também erva coroa de rei, taliga¹⁰⁸, cardo arzol¹⁰⁹, cardo rasteiro, cardo corredor, cardo abrolho, cardo alvarinho, língua-de-vaca, erva-leiteira, agrimónia, norça, mercuriais, e erva azeiteira¹¹⁰, erva-turca, escórdio, erva barbasco¹¹¹, douradinha¹¹², centáurea-menor, erva-crina.

9.º Nada.

10.º O temperamento da serra é demasiadamente¹¹³ frio, e algum tanto húmido.

11.º. Nela se criam ovelhas, cabras, bois, e porcos; a sua caça são lebres, coelhos, e perdizes.

12.º, e 13.º nada. /p. 2236/

Rio

1.º O rio, que corre por esta freguesia se chama Mures¹¹⁴ que parece ser vocábulo corrupto, porque o seu nome antigamente era rio de Muros¹¹⁵, não só porque entra, e morre no rio Guadiana junto dos muros da vila de Juromenha, mas também porque nos confins desta freguesia com a freguesia de Santo António da Terrugem passa o tal rio por certo lugar, que mostra ter sido povoação antiga, em que se descobrem alicerces de alguns edificios, e ainda em um cabeço do dito lugar se conserva um

¹⁰⁶ Sublinhado no original.

¹⁰⁷ Esta denominação não conseguiu ser confirmada. Manteve-se a transcrição original.

¹⁰⁸ Esta denominação não conseguiu ser confirmada. Manteve-se a transcrição original.

¹⁰⁹ Esta denominação não conseguiu ser confirmada. Manteve-se a transcrição original.

¹¹⁰ O nome vulgar em uso é erva-das-azeitonas, confirmado em *Flora-On: Flora de Portugal Interactiva*. (2023). Sociedade Portuguesa de Botânica. www.flora-on.pt [Consulta efetuada em 25-6-2023].

¹¹¹ Barbasco ou verbasco, denominação confirmada em Font Quer, Pío, (1995) *Plantas Medicinales*, Barcelona: Editorial Labor, 15.ª ed., p. 605.

¹¹² Denominação confirmada em *Flora-On: Flora de Portugal Interactiva*. (2023). Sociedade Portuguesa de Botânica. www.flora-on.pt [Consulta efetuada em 25-6-2023].

¹¹³ “damiazamente”, no original.

¹¹⁴ Sublinhado no original.

¹¹⁵ Sublinhado no original.

monte, ou herdade com o nome de Castelo Velho; e como quer que o rio passe junto do tal castelo, e alicerces, ou muros desta antiga povoação, e morra junto dos muros da dita vila de Juromenha, se faz verosímil, que o seu nome é o rio de Muros, e não de Mures, como vulgarmente lhe chamam: nasce este rio da fonte dos Sapateiros, e estrada real de Elvas para Estremoz, e para a Corte, pois é a tal estrada tão levantada, que ali se dividem todas as águas; correndo as águas da parte do sul para Guadiana, e as águas da parte do norte para o Tejo: fazendo-se esta divisão em um pequeno espaço, que como espinhaço da terra corta desta serra desde a Atalaia dos Sapateiros até a Serra de Ossa passando entre Vila Viçosa e Borba.

2.º Nasce de várias fontes, e regatos, e não corre todo o ano.

3.º Nada.

4.º Nada.

5.º É de curso quieto em toda a parte.

6.º Corre do Norte para o Sul.

7.º Cria peixes, pardelhas, bordalos, e bogas, e das duas primeiras espécies é a maior quantidade.

8.º Há nele pescarias em todo o tempo do ano; especialmente para doentes.

9.º As pescarias são livres.

10.º Suas margens são cultivadas e em toda esta freguesia tem muito arvoredor de azinho. /p. 2237/

11.º Nada.

12.º Vai respondido no 1.º artigo.

13.º Morre em o rio Guadiana, em que entra pela parte de cima junto dos muros da vila de Juromenha.

14.º Nada.

15.º Tem uma ponte de cantaria na estrada que vai da vila de Juromenha para a cidade de Elvas: E nesta freguesia lhe costumam os lavradores fazer pontes de pau, ou minhoteiras¹¹⁶ para passarem os gados a comer as pastagens de suas herdades.

16.º Tem seis engenhos, ou moinhos com exercício; e um, que é de El-Rei meu Senhor, chamado moinho do Pintado (nome de seu inventor) se acha totalmente caído, e era um dos engenhos mais fortes, e mais valentes, que havia em todo o rio; porque está no alto de uma rocha, em a qual com muita facilidade abriu seu inventor uma fenda, e fabricou o moinho em tal altura, que com a água, que dele cai, podia fazer moer uma azenha antes de chegar ao centro, ou estado das águas do mesmo rio, como já em outro tempo teve, e estão levantadas parte das paredes dela.

17.º Nada.

18.º As águas são livres, porém não se pode usar delas por serem altas as barrancas do rio.

19.º Tem duas léguas e meia de comprimento; e passa uma légua distante de Vila Boim; e morre passando pelos muros de Juromenha, como fica dito.

20.º Nada.

¹¹⁶ Minhoteira – “Ant. Ponte pequena de madeira [...]”, in Moraes Silva, António, 1949-1959, *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, Lisboa: Confluência, vol. VI, p. 813.

As Memórias Paroquiais (1758) do atual concelho de Vila Viçosa

É a notícia que pude alcançar, e assim o certifico a Vossa Excelência Reverendíssima que Deus Nosso Senhor guarde. Freguesia de Nossa Senhora das Ciladas do termo de Vila Viçosa 2 de Maio de 1758.

O pároco Manuel Rodrigues da Silva [assinatura autógrafa] /p. 2238/

Freguesia de Nossa Senhora das Ciladas termo de Vila Viçosa//”

Transcrição: Francisco Segurado

Revisão: Fátima Farrica

Memória Paroquial de Pardais

Pardais, 1758, 6 de Junho

Memória Paroquial de Pardais, Comarca de Elvas

[ANTT, Memórias paroquiais, vol. 27, n.º 82, p. 523 a 526]

“/p. 523/

Relação

Da freguesia de Santa Catarina de Pardais

termo de Vila Viçosa

Fica esta freguesia em o termo de Vila Viçosa distante desta povoação uma légua em a província de Alentejo, Arcebispado de Évora e distante da vila do Alandroal um quarto de légua.

É esta freguesia atualmente da apresentação do Ordinário deste Arcebispado, consta por algumas tradições antigas que se acham em os livros desta igreja, que fora em outro tempo da ordem militar de São Bento de Avis, o motivo certo porque a sobredita ordem omitiu a posse ignora-se só se diz procederia a deicação, ou da falta de clérigos, ou por ser limitado, o rendimento, de que resultou haverá mais de cento cinquenta anos tomar posse dela o Ordinário deste Arcebispado em apresentar os párocos e de quem os mesmos alcançam a provisão de curas, a frontaria porém ainda hoje se conserva, sujeita a sobredita ordem militar.

Tem esta freguesia oitenta, e quatro vizinhos, duzentas, oitenta pessoas. A igreja está situada em campina, consta, que em os tempos, antigos fora situada em um monte contíguo a esta campina em cujo lugar se descobrem ainda alguns vestígios da sua antiga fábrica: a razão de se mudar, dizem procedera de não gastar a terra os cadáveres em o sobredito monte, deste sítio não se descobre povoação alguma, porém do lugar, donde antigamente estava, se descobrem várias povoações, e são as seguintes, a vila de Olivença, que dista deste sítio quatro léguas, a vila de Juromenha duas léguas, a cidade de Elvas quatro léguas, a vila de Alconchel Reino de Espanha, cinco léguas, a vila de Cheles do mesmo Reino três léguas, e finalmente, se descobre a cidade de Badajoz do sobredito Reino de Espanha em distância de sete léguas.

Compreende esta freguesia em seus limites duas aldeias, uma chamada de Pardais, que contém sete vizinhos, outra chamada da Fonte do Soeiro, que tem catorze vizinhos; fica porém a paróquia fora destes lugares, acompanhada somente com assistência do ermitão.

O orago desta freguesia é a Senhora Santa Catarina virgem, e mártir, tem quatro altares, um do orago, de que há uma mordomia, que todos os anos celebram festa em o dia vinte cinco do mês de novembro, com grande concurso de gente, que neste dia concorre a esta igreja de várias partes, com intento de ganhar uma indulgência plenária, que se concede a quem neste dia, confessado, e comungado visitar esta igreja, esta graça porém não é perpétua, o segundo altar é da Senhora do Rosário, de que há uma mordomia, o terceiro altar é do senhor Jesus Crucificado, de que há também outra mordomia, que todos os anos celebram festa em dia da Circuncisão; e Santíssimo, e inefável nome de Jesus. Há finalmente uma capela das Almas toda de pedra lustrada, com todo o primor da arte; de que há também uma Irmandade, que todos os anos celebram aniversário pelos irmãos defuntos, há mais duas mordomias uma de São João Batista, outra de Santo António, cujas imagens estão colocadas em o altar

maior em correspondência do orago. O pároco desta freguesia é cura apresentado pelo excelentíssimo prelado desta diocese; tem de renda duzentos alqueires de trigo.

Há dentro dos limites desta freguesia uma ermida, em o Sítio da Horta Grande, à qual pela inclemência dos tempos, e descuido do dono, se acha arruinada: cuja invocação era /p. 524/ de Santa Helena, esta imagem porém ao presente se acha em esta freguesia pertence a conservação desta ermida a Luís de Oliveira, Osório Capitão-mor da cidade da Guarda.

Os frutos que os moradores deste país recolhem em maior abundância são trigos, e cevadas, em os anos porém abundantes de água recolhem também uma boa cópia¹¹⁷ de feijão branco.

Esta freguesia tem seu juiz da vintena sujeito ao governo das justiças de Vila Viçosa; não consta, que até ao presente saíssem, nem florescessem homens alguns em virtudes, letras ou armas oriundos desta freguesia. Só sim aqui assistiu muitos anos e nela faleceu o Doutor Desembargador Bento Dias Panasco natural da vila de Borba, desta província, varão muito douto, não só na jurisprudência, mas também em outra qualquer arte.

Dista esta freguesia da cidade de Évora metrópole, e capital do Arcebispado oito léguas, e da capital do Reino vinte, e sete.

Há também dentro dos limites desta freguesia uma lagoa célebre em o sítio da Herdade da Lagoa; não só célebre pelo cristalino das suas águas, mas também pela abundância com que mana; esta em os anos de esterilidade totalmente se extingue, como agora de próximo aconteceu pelo espaço de seis, ou sete anos; porém em o ano presente se acha com uma tal abundância de águas que promete duração por muitos tempos;

Padeceu esta igreja uma leve ruína em o terremoto do ano de mil, e setecentos e cinquenta e cinco, mas se acha reparada.

É este país dotado pela natureza, de muitas águas, pela abundância de várias fontes, que o fertilizam, donde procede ser povoado de quintas, jardins, e hortas; cujos frondosos arvoredos inculcam aos olhos uma *pulchra*¹¹⁸ e deliciosa vista, não só pelo adereço da sua galhardia, mas também pelos excelentes, e sazonados frutos, que em todas as espécies frutificam, especialmente uma sumptuosa quinta do Panasco, cuja grandeza composição e formosura serve de admiração aos viventes; esta sem dúvida a causa, porque de partes ainda remotas, vem gente só por gozar da sua recreação;

Há também dentro do circuito desta freguesia em o sítio da Herdade da Alma-greira um monte, em cujo pináculo, se acha uma concavidade, donde se tiram várias castas de terra, equivalentes e semelhantes em as cores a todos os tabacos deste nosso Reino; tão proporcionadas, que não há distinção entre elas e os tabacos, se não em o cheiro, é constante, que antes que se mandasse tapar, desta concavidade, se tirava muita desta sobredita terra, que se difundia por vários estancos¹¹⁹ deste Reino.

¹¹⁷ Cópia – Grande número, grande quantidade [...] in Moraes Silva, António, (1949-1959), *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, Lisboa: Ed. Confluência, vol. III, p. 524.

¹¹⁸ Pulchra – forma feminina do adjetivo latino “Pulcher, -chra, -chrum – belo, formoso; forte, poderoso [...] in Torrinha, Francisco (1945) *Dicionário latino-português*, Porto: Edições Maraus, 3.^a ed, p. 709.

¹¹⁹ Estanco – Loja em que se vendem tabacos e miudezas [...] in Moraes Silva, António, (1949-1959), *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, Lisboa: Ed. Confluência, vol. IV, p. 838.

A maior parte dos campos desta freguesia é ocupada de matos silvestres, de que procede ser abundante de caça, como são perdizes, lebres, e coelhos.

Da sobredita lagoa chamada de Pardais se forma um pequeno rio nomeado vulgarmente Ribeira de Pardais, dizem os naturais, que sempre conservara este nome derivado da sua origem: consta por algumas notícias, que permanecem, em as memórias dos homens, que fora antigamente este rio chamado Ribeira da Saúde por antonomásia; a razão de se nomear assim é; porque em os tempos antigos havendo contágio maligno em Vila Viçosa se retirara a gente daquela povoação para as vizinhanças deste rio, onde gozando do ameno, e fértil deste país conseguiam o benefício da isenção do contágio pestilente /p. 525/.

É este rio muito pequeno na intenção, pelo limitado cabedal¹²⁰ das suas águas; porque a maior parte delas recebe da mencionada lagoa; esta em os anos de esterilidade totalmente se seca, de que procede não correr todo o ano este rio.

É de violento, e rápido curso em toda a sua distância; corre de Poente para o Nascente, os peixes que cria em maior abundância são pardelhas e bordalos; as pescarias são livres e isentas em todo o rio.

As margens deste rio costumam os moradores cultivar semeando feijões, trigos, e meloais, tem muito arvoredado de fruto incluso em os jardins, quintas, e hortas, de que acima falei; a outra parte do rio, que será pela distância de uma légua, é povoada de arvoredos silvestres.

Morre este rio em o Guadiana no Sítio das Naturas. Há neste rio vinte, e um engenhos de azenhas, e três moinhos, que por todos fazem o número de vinte e quatro engenhos; movendo-se todos com as águas da sobredita lagoa.

Das águas da mencionada lagoa, não usam livremente os moradores, porquanto todos os engenhos, que estão em este rio pagam foro desta água à sereníssima Casa de Bragança.

Compreende este rio duas léguas da sua origem, até onde finaliza; não passa junto a povoação alguma; menos em seu princípio que tem a aldeia de Pardais vizinha das suas margens.

Há também junto a este rio três pedreiras, donde se tiram pedras de moinho em abundância, que, se difundem por toda esta província.

Todo o referido, é o que achei digno de se escrever, segundo assim se continha em os interrogatórios que da parte da Majestade Fidelíssima que Deus guarde me foram apresentados, intervindo a ordem do meu excelentíssimo prelado. Não achei mais notícias nem clarezas, que descrever de que fiz a sobredita relação: Pardais em os 6 de Junho de 1758.

Manuel Martins Filipe /p. 526/

Freguesia de Santa Catarina de Pardais termo de Vila Viçosa

Transcrição: Ofélia Sequeira

Revisão: Fátima Farrica; Fernanda Olival

¹²⁰ Cabedal – [...] o que é caudal [...]. in Morais Silva, António, (1949-1959), *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, Lisboa: Ed. Confluência, vol. II, p. 678.

Memória Paroquial de S. Romão

São Romão, s.d. [1758]

Memória Paroquial de São Romão, Comarca de Évora

[ANTT, Memórias paroquiais, vol. 32, n.º 147, p. 889 a 892]

“/p. 889/

Termo Vila Viçosa S. Romão

Está esta minha freguesia de São Romão no termo de Vila Viçosa Arcebisado, e comarca de Évora o senhor arcebispo é que apresenta, e dá a quem quer. E dizem os antigos era esta data em outros tempos da Mesa da Consciência, e da Ordem de Avis, porém, como por falta de freires, ficasse esta tal igreja por tempos sem curas, ou priores, a ficaram provendo os senhores arcebispos.

Tem esta tal freguesia setenta e nove fogos, ou vizinhos: e consta de duzentas e noventa e cinco pessoas, que estão obrigadas ao rol da confissão.

O seu templo é só de uma nave, e está situado em um monte, de onde se descobre toda Vila Viçosa, e de partes da freguesia, se descobrem Olivença, Juromenha, Vila Boim, e dista de Vila Viçosa légua e meia para as partes do Nascente.

Contém em si esta freguesia duas aldeias uma de São Romão, que está contígua à mesma igreja, e a outra chamada a do Forte, dista da paróquia um quarto de légua.

O orago desta paroquial igreja é São Romão abade da Ordem de São Bento, tem três altares na capela maior está o Santo, e do lado do Evangelho Nossa Senhora de Guadalupe, e do lado da Epístola estão Santo António de Lisboa e S. Caetano. Tem no altar colateral do lado do Evangelho a imagem da Senhora do Rosário, e no altar do lado da Epístola o Senhor Jesus Crucificado, e São Miguel em vulto, e um retábulo das Almas pintadas. Tem também duas irmandades uma das benditas Almas e outra da Senhora do Rosário.

É o pároco cura e é apresentado pelo Senhor Arcebispo; como já disse: tem de renda o dito cura três moios de trigo, e moio e meio de cevada.

Tem a outra aldeia do Forte outra igreja com o título da Senhora dos Remédios imagem milagrosa; não que eu veja concurso de romagens. E com breve de Sua Santidade tem esta igreja ou capela sacrário, e nele o Santíssimo Sacramento, de onde se sacramentam os enfermos da dita aldeia. Está na capela maior a Senhora dos Remédios em um nicho alto, e mais abaixo está o sacrário, e de lado do Evangelho Santo André, e no lado da Epístola Santo Ambrósio, tem mais S. João Nepomuceno, Santa Quitéria, e São Sebastião.

Esta dita igreja tem mais dois altares correspondentes nos lados da igreja, o do lado do Evangelho é de S. João Batista aonde este mesmo Santo está, e Santo Antão Abade, e um sacrário de relíquias de vários santos. E no altar da parte da Epístola é da Senhora da Conceição aonde esta Senhora está, com São Francisco, e Santo António de Lisboa, tem mais esta igreja duas irmandades uma do Santíssimo, e outra da Senhora dos Remédios.

É de uma nave, tem seu coro, e uma grande torre com seu relógio de horas, e seu mostrador: tem mais um campanário com seu sino; é esta igreja do Senhor Manuel Freire de Andrade Sargento Maior de Batalha, que ali a fizeram seus avós, e tem

autoridade de ter ali um capelão aprovado pelo Ordinário assim para dizer as missas de uma capela anexa à mesma igreja como para renovar o sacrário, a quem pagam cada um ano setenta mil réis de ordenado.

Aqui na tal igreja se fazem algumas festas com o Senhor Exposto, como são a festa do Santíssimo Sacramento, na festa da Senhora dos Remédios, S. João Batista e Endoenças, aonde se ajunta muita gente de todos estes campos, e muitos clérigos a quem este senhor paga nas sobreditas funções pela sua assistência, e cantoria.

Junto a esta igreja está situada uma nobre e magnífica morada de casas, com seu jardim, e varanda com muitas curiosidades, e com vistosas, ornada de várias figuras, que deitam água por várias partes, tem sua nora de mão na dita varanda, donde tiram água em abundância para todo o recreio.

Este é o berço do Senhor Manuel Freire de Andrade Sargento Maior de Batalha governador atualmente da Praça de Almeida, e Governador das Armas da Província da Beira.

É também berço do Senhor Henrique Luís Pereira Freire, que seguiu todos os postos até Sargento Maior da Cavalaria, Ajudante da Sala do General da Corte, e Capitão General de Pernambuco, e Tenente da Torre de Belém.

Do Senhor Gomes Freire de Andrade, que seguiu todos os postos até Capitão de Cavalos na guerra, Sargento Maior da Cavalaria na Corte, Capitão General no Rio, e Minas Gerais, de São Paulo, Goiás, Tijuco¹²¹, Sargento Maior de Batalha, e atualmente Mestre de Campo General, Presidente da Relação do Rio de Janeiro, primeiro comissário das divisões da América, donde atualmente se acha com exército em campo.

Do Senhor Ambrósio Freire de Andrade que seguiu os postos até Sargento Maior da Cavalaria da Praça de Olivença, homem de grandes forças e valor.

Do Senhor José António Freire, que seguiu os postos até Tenente de Cavalos, e atualmente se acha Governador Interino do Rio e Minas Gerais. Todos filhos do Senhor Bernardim Freire de Andrade, que também seguiu todos os postos até Capitão General de São Tomé. /p. 890/

Deste tronco, e do Senhor Ambrósio Pereira Reboredo e Castro Capitão de Cavalos, na Guerra da Aclamação, e na paz Capitão e General da Ilha de São Tomé aonde faleceu, procederam estes famosos heróis nos governos e armas como bem se tem visto em todas as empresas assim no Reino, como fora dele.

Teve este Senhor Bernardim Freire de Andrade de um único matrimónio vinte filhos dezasseis machos, e quatro fêmeas.

Os frutos que com mais abundância fertilizam estas terras são trigos, centeios, e cevadas.

Tem juiz da vintena com seu escrivão subordinados às justiças de Vila Viçosa.

Não tem correio, e se servem do Correio de Vila Viçosa, que dista da paróquia légua, e meia e de Évora capital do Arcebispado nove léguas e meia; e de Lisboa capital do Reino vinte e seis léguas e meia.

Nada padeceu ruína no terramoto de setecentos e cinquenta e cinco, posto que tudo tremeu com violência, e tão estranha novidade.

Ao segundo interrogatório digo

¹²¹ Atualmente com a denominação de Diamantina, no estado de Minas Gerais, no Brasil.

Não é serra o sítio desta minha freguesia sim é o seu território montuoso¹²², áspero e agreste, porém quase toda se cultiva, os matos que tem de esteva de roça, o mais fazem os seus moradores de alqueive, que semeiam, terá de largura uma légua, e outra de comprimento.

Pelo meio dela passa uma ribeira chamada Asseca = como não tem seu princípio de fontes, e só de águas que chovem todos os anos se seca pelo que, dizem, se chama Asseca. As águas que mais na dita ribeira se conservam são de outra ribeira, que nela se mete a que chamam ribeira de Borba, por nascer esta da dita vila de Borba de várias fontes, e nascimentos, e ambas correm do Norte ao Sul, e se precipitam fora da minha freguesia no rio Guadiana.

Nesta minha freguesia, dizem, que na herdade chamada = Casarão dos Frades Agostinhos = estão uns minerais de prata, enxofre, e cobre, e me asseguram, que no tal sítio junto à freguesia de São Brás dos Matos estão umas grandes covas já há muitos anos feitas, e delas, dizem, se tirara prata de que se fez uma coroa à Senhora dos Remédios do Forte: e como logo veio neste tempo a notícia das guerras com Espanha se levantou a gente que trabalhava, dizendo, não achavam, mais que tirar.

E a cousa mais notável, e digna de se escrever por mais célebre é haver na minha paróquia minerais tão ricos, e ver a minha igreja tão pobre, que apenas tem um pequeno cálice de prata, e duas coroas das duas Senhoras, e uma patena, e é a prata, que tem toda a igreja, por se tirar de esmolas dos pobres.

Dizem mais, que nesta concavidade dos minerais está uma fonte, ou nascimento de água singular da qual bebia a Senhora Dona Catarina Rainha da Grã Bretanha, quando cá veio a Vila Viçosa, e de Lisboa a mandava ir de cá, por achar a mais leve, e salutífera.

Nesta ribeira da Asseca, e ribeira de Borba se criam alguns peixinhos, como pardelhas, bordalos, bogas para as pescarias dos curiosos, cujas são livres.

Tem esta tal ribeira da Asseca um moinho de fazer farinhas, que é do Senhor Gomes Freire; havia outro que já está demolido.

Tem duas pontes de pedra, e cal, uma destas, é a mais principal por onde passa a maior parte das gentes, pelas contínuas, enchentes que há muitos anos tem havido está parte dela demolida, e em termos de cair de todo, com grande prejuízo do bem comum, e do comércio humano, porque quando vai cheia nem da vila de Juromenha, Olivença, e toda essa Castela, e campos, se não podem comunicar com Vila Viçosa, Borba, Estremoz e Corte, pelo curso desta ribeira ser arrebatado: e fazendo eu vários requerimentos aos camaristas de Vila Viçosa, em cujo termo está, para atenderem ao seu amanhã, e ao detrimento, que causa aos passageiros, não tem surtido efeito. E com pouco mais de nada se podia agora remediar a maior ruína que está ameaçando.

Cultivam-se suas margens, aonde também se criam todo género de gados, como bois, carneiros, ovelhas, cabras, e porcos; e em partes tem seus matos de azinho, que com seus frutos engordam os porcos.

Também nela se cria caça de lebres, coelhos, e perdizes, e nela se tem visto também criar alguns bichos, lobos, raposas, ginetos, que danificam aos /p. 891/ mesmos gados, e lavradores destes campos.

¹²² Montuoso – “Que tem muitos montes; montanhoso [...] in Morais Silva, A. (1049-1959) *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, Lisboa: Ed. Confluência, vol. VI, p. 944.

E não acho mais de que dar a conta a Vossa Excelência muito Reverendíssima desta freguesia, nem pelos interrogatórios, acho mais, que dizer que Deus guarde a Vossa Excelência muito Reverendíssima muitos anos.

Súbdito o mais orador, e humilde

O Cura

Padre Alberto Mendes Catela [assinatura autógrafa]//

/p. 892/ [Em branco]

Transcrição: Ofélia Sequeira

Revisão: Fátima Farrica

“... Posee todos los primores de la música, en cuanto ciencia, y en cuanto arte”: As actividades musicais de D. Maria Bárbara de Bragança, infanta de Portugal e rainha de Espanha

Cristina Fernandes*

Ao longo dos séculos foram vários os membros da Casa de Bragança que se destacaram pela sua paixão pela música. Tal como as outras artes, a música fazia parte da educação da aristocracia e da realeza e assumia grande importância simbólica na representação de poder, motivando avultados investimentos de modo a garantir uma prática musical de alto nível, tanto no âmbito do cerimonial de corte e da liturgia, como nos momentos de lazer. Mas o envolvimento com a arte dos sons ultrapassou em vários casos os aspectos meramente protocolares e expectáveis em relação ao estatuto e às funções desempenhadas, adquirindo um papel decisivo na própria trajectória de vida, com repercussões na qualidade dos departamentos musicais da corte, no suporte concedido aos músicos do ponto de vista profissional ou na aquisição e circulação de repertórios. Um exemplo bem conhecido foi o de D. João IV, “rei músico”, compositor, teórico, mecenas e bibliófilo, que viria a constituir uma das maiores bibliotecas musicais do seu tempo.¹ Responsável pelo período áureo da actividade musical no Paço Ducal de Vila Viçosa, enquanto Duque de Bragança, contribuiu igualmente para o renovado brilho da Capela Real do Paço da Ribeira, em Lisboa, como “Rei Restaurador”.

Até ao final da dinastia de Bragança, várias outras personalidades estabeleceram uma relação privilegiada com a música, com destaque para as figuras femininas,² entre as quais sobressai D. Maria Bárbara de Bragança (Lisboa, 4 de Dezembro de 1711 – Aranjuez, 27 de Agosto de 1758). Filha primogénita de D. João V e

* INET-md, Universidade Nova de Lisboa.

¹ Sobre D. João IV e a sua biblioteca musical ver Rui Vieira NERY, *The Music Manuscripts in the Library of King D. Joao IV of Portugal (1604-1656): A Study of Iberian Music Repertoire in the Sixteenth and Seventeenth Centuries*, Tese de Doutoramento, University of Texas, Austin, 1990.

² Ver Manuela Morileau de OLIVEIRA, *As mulheres da família real portuguesa e a música: estudo preliminar de 1640 a 1754*, Tese de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, 2011.

de D. Maria Ana de Áustria, foi infanta de Portugal, princesa das Astúrias pelo seu casamento em 1728 com o futuro rei Fernando VI de Espanha (filho de Filipe V e da sua primeira mulher, Maria Luísa de Saboia) e rainha consorte a partir de 1746.

No romance heroico intitulado “En alabanzas de la Salve Regina que compuso en música su Alteza Real, la Serenissima Princesa de Astúrias”, publicado no folheto intitulado *Armonico Lazo con que se une una métrica correspondência de Portugal a Castilla sobre assunto de la más sublime estimación* (Madrid, 1731),³ o compositor e mestre de capela da Sé de Évora Pedro Vaz Rego (1670-1736) elogia o talento musical de D. Maria Bárbara a partir da influência dos seus familiares, inserindo-o na genealogia musical das casas reais dos seu progenitores: “Para este previnieron su influxo/ Las Leonoras, los Juanes, los Leopoldos/ Y la sabia Mariana, Augusta Madre/ Que ilustran los números sonoros” (p. 4). Além de D. João V e D. Maria Ana de Áustria, responsáveis por significativas transformações na cultura musical da Casa Real, são invocados os avós maternos: o imperador Leopoldo I, que foi um prolífico compositor, e a sua mulher Leonor Madalena de Neuburgo, conhecida pela sua destreza nas línguas, na poesia e na música. Numa outra quadra, Pedro Vaz Rego acrescenta: “Assi nuestra doctissima princesa/ siguiendo el preclaríssimo notório/ exemplo en Padres, Tios, y en Abuelos,/ gloriosamente imita, excede a todos” (p. 5). Apesar do tom encomiástico ser parte intrínseca deste género poético e deste tipo de publicações – neste caso com o intuito de elogiar uma *Salve Regina* posta em música por D. Maria Bárbara (cuja partitura infelizmente se perdeu) – o carácter de excepção atribuído à então princesa das Astúrias confirma-se nos anos seguintes e prevalece na posteridade.

O facto de ter protagonizado quase toda a vida uma das mais famosas relações mestre-discípula da História da Música, como aluna de Domenico Scarlatti (1685-1757), foi durante muito tempo o aspecto mais conhecido da estreita relação de D. Maria Bárbara com a música, pelo menos no âmbito da historiografia e da musicologia portuguesas.⁴ A proficiência que adquiriu como cravista terá inspirado a criação de grande parte das Sonatas de Scarlatti, mas a sua acção no domínio musical foi bem mais ampla. Igualmente crucial foi o forte vínculo que estabeleceu com o famoso *castrato* Carlo Broschi (1705-1782), conhecido como Farinelli, no plano artístico, institucional, pessoal e mesmo político. Contratado pela corte espanhola em 1737, por iniciativa da rainha Isabel de Farnésio, adquiriu um protagonismo

³ O folheto não inclui o nome do impressor. Existe um exemplar na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Misc. 447, n.º 7475.

⁴ No âmbito da Musicologia portuguesa, as referências a D. Maria Bárbara surgem quase sempre inseridas em estudos dedicados a Domenico Scarlatti ou a outros assuntos da vida musical, sendo escassos os contributos que a colocam no centro da pesquisa. Entre as excepções contam-se duas publicações da presente autora: Cristina FERNANDES, “Maria Bárbara de Bragança’s music library and the circulation of musical repertories in 18th century Europe”, in Maria Ida BIGGI, Francesco COTICELLI, Paologiovanni MAIONE e Iskrena YORDANOVA (eds.), *Le stagioni di Jommelli*, Napoli, Edizioni Turchini, 2018, pp. 901-929; e Cristina FERNANDES, “María Bárbara de Braganza y la cultura musical europea del siglo XVIII”, in Judith ORTEGA (coord.), dossier *Música de corte en femenino*, *Scherzo*, n.º 338 (Marzo 2018), pp. 77-81.

“... Posee todos los primores de la música, en cuanto ciencia, y en cuanto arte”:

**As actividades musicais de D. Maria Bárbara de Bragança,
infanta de Portugal e Rainha de Espanha**

ainda maior com a subida ao trono de D. Maria Bárbara e Fernando VI ao assumir a direcção da vida musical da corte e do teatro real. O célebre cantor italiano contribuiu também para o alargamento de uma rede internacional de contactos que envolvia profissionais da música e das artes do espectáculo, essencial à contratação de músicos e à aquisição de libretos e partituras. Pelos inestimáveis serviços prestados, D. Maria Bárbara deixou-lhe em testamento a sua valiosa biblioteca musical e os seus melhores instrumentos de tecla.

Durante o reinado de Fernando VI e Maria Bárbara de Bragança, a corte espanhola viveu uma das suas etapas musicais mais florescentes. Procedeu-se à reforma da Capela Real, através de novos regulamentos e da ampliação dos repertórios, e estabeleceu-se uma temporada musical, que contou com a representação de centenas de óperas, serenatas e *intermezzi* no Real Teatro del Buen Retiro e no Palácio de Aranjuez. A música fazia parte do quotidiano também no plano privado, preenchendo numerosos “serões musicais” no espaço restrito da Câmara Real. Várias fontes fazem ainda referência aos dotes de D. Maria Bárbara como compositora e cantora (faceta pouco conhecida até há pouco tempo),⁵ à sua desenvoltura na arte da dança e à sua vasta cultura. Ao longo da vida foi também procurando estar a par das últimas inovações ao nível dos instrumentos de tecla (cravos e pianofortes) e adquirindo livros, partituras e libretos, provenientes de diversos países.

Este artigo pretende dar a conhecer as múltiplas vertentes da vivência da música no quotidiano de D. Maria Bárbara de Bragança, tanto em Portugal como em Espanha, contextualizando-as no âmbito da etiqueta e das práticas culturais das cortes europeias setecentistas, assim como reflectir sobre a sua acção e o seu legado à luz de estudos recentes no domínio da musicologia e da história cultural. Abordam-se aspectos como a sua formação, as actividades musicais ligadas à monarquia, as suas facetas de intérprete, compositora e colecionadora de livros, partituras e obras de arte, bem como alguns dos principais elos da ampla rede de contactos que estabeleceu e contribuíram para projectar a sua imagem no plano internacional como protectora da música e dos músicos. O estudo do seu percurso coloca em evidência a importância das mulheres nas práticas musicais e culturais das monarquias europeias.

Os anos de formação e a vida musical na corte de Lisboa

A infância de D. Maria Bárbara de Bragança em Lisboa coincide com um novo ciclo de abertura de Portugal à Europa e com profundas transformações na vida cultural e artística da monarquia, cujo esplendor contou com o suporte dos excepcionais meios financeiros decorrentes da exploração das minas de ouro do Brasil. No plano musical, o reinado de D. João V e de D. Maria Ana de Áustria ficou mar-

⁵ Posta em evidência por estudos recentes como a tese de doutoramento de Sara ERRO SAAVEDRA, *La Música en la Real Cámara durante el reinado de Fernando VI y Maria Bárbara de Braganza (1746-1759)*, Tesis doctoral, Universidad Complutense de Madrid, 2023.

cado pela renovação das estruturas musicais da corte e pela assimilação das tendências do Barroco musical italiano, principalmente romano, em detrimento das tradições ibéricas, constituindo um ponto de viragem na História da Música em Portugal.

Depois de ter chegado a Lisboa, em Outubro de 1708, D. Maria Ana de Áustria foi responsável pela introdução de novas sociabilidades na corte, nas quais as mulheres ganharam protagonismo, e de costumes musicais análogos aos da corte de Viena, como a celebração de aniversários e dias onomásticos com serenatas, cantatas e outras peças dramático-musicais. Fomentou também a prática mais assídua da dança e organizava frequentemente serões musicais com as suas damas e a irmã do rei (infanta D. Francisca), nos quais chegaram a ser interpretadas obras de considerável complexidade do ponto de vista musical e cénico.⁶

Em 1716, na sequência de uma bem orquestrada campanha diplomática junto da Santa Sé, D. João V conseguiu que a Capela Real de Lisboa fosse elevada ao estatuto de Basílica Metropolitana Patriarcal, o que conduziu à adopção de modelos estéticos e cerimoniais das capelas e basílicas pontifícias e a um avultado investimento artístico.⁷ Foram contratados vários cantores italianos, na sua maioria oriundos da Capela Giulia da Basílica de São Pedro, assim como o compositor Domenico Scarlatti, que chegou a Lisboa em 1719 e viria a assumir um papel decisivo na formação e no percurso musical de D. Maria Bárbara até ao final da vida.

Preparadas para casarem fora do reino, as princesas eram desde cedo integradas nas cerimónias da monarquia e deviam adquirir as noções de etiqueta e civilidade que vigoravam nas cortes europeias do Antigo Regime.⁸ Como primogénita dos soberanos de Portugal, D. Maria Bárbara beneficiou de uma esmerada educação. Como era habitual no caso dos membros da família real do sexo feminino, foi educada na Casa das Rainhas, tendo a sua mãe, D. Maria Ana de Áustria, desempenhado um papel central nesse processo.⁹ A educação feminina no âmbito da realeza incluía para além da leitura, da escrita e da formação religiosa, o estudo de matérias como a filosofia, a geografia, a história, as línguas, a música, a dança e a pintura. D. Maria Bárbara dominava o francês, o castelhano, o italiano e o latim e conhecia o alemão por via materna. A sua iniciação à leitura e à escrita foi realizada por D. Isabel de Castro, Condessa de Assumar, mas desconhecem-se os nomes dos mes-

⁶ Ver OLIVEIRA, *As mulheres da família real portuguesa e a música...*, pp. 85-90; e Giuseppina RAGGI, “Trasformare la cultura di corte: la regina Maria Anna d’Asburgo e l’introduzione dell’opera italiana in Portogallo”, *Revista Portuguesa de Musicologia*, v. 5, n. 1 (2018), pp. 18-38, entre outros estudos desta última autora.

⁷ Cristina FERNANDES, “Changing ceremonial and musical paradigms: From the 17th century Iberian traditions to the ‘Romanization’ of the Lisbon Royal Chapel under King John V”, *Mélanges de l’École française de Rome. Italie et Méditerranée* 133-2 (2021), online. <http://dx.doi.org/10.4000/mefrim.10920>.

⁸ Sobre a educação dos príncipes e princesas nas cortes europeias veja-se Ana Cristina Duarte PEREIRA, *Princesas e Infantas de Portugal*, Lisboa, Edições Colibri, 2008, pp. 47-59.

⁹ Susana Münch MIRANDA e Tiago MIRANDA, *A rainha arquiduquesa Maria Ana de Áustria*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2014, p. 171.

“... Posee todos los primores de la música, en cuanto ciencia, y en cuanto arte”:

**As actividades musicais de D. Maria Bárbara de Bragança,
infanta de Portugal e Rainha de Espanha**

tres da maior parte das matérias. Na dança terá sido orientada inicialmente pelo catalão Joseph Borques e depois por Pedro Duya, de origem francesa, nomeado “Mestre de Dançar da Casa Real” em 1724.¹⁰

Desde muito jovem, D. Maria Bárbara participava nas Galas da Corte e cerimónia do beija-mão e acompanhava a mãe e outros membros da família real às visitas a igrejas e conventos, por ocasião das principais festividades. Numa das primeiras vezes em que é mencionada na correspondência do núncio apostólico em Lisboa tinha apenas 5 anos, tendo visitado com a rainha e a tia (D. Francisca) as igrejas dos padres dominicanos e dos teatinos nas festas dos seus patronos e assistido a “una bella Rappresentazione” no Colégio jesuíta de Santo Antão, “allusiva al Beato Stanislao” e “recitata da quei scolari a perfettione”.¹¹ Tal permitiu-lhe tomar contacto desde cedo com a música religiosa que se praticava nas igrejas de Lisboa, para além da que podia ouvir na Capela Real.

A chegada em 1719 dos primeiros cantores italianos contratados por D. João V, incluindo alguns *castrati*, e de Domenico Scarlatti, causou sensação e teve profundo impacto na vida musical. Na qualidade de Compositor e Mestre de Música de família real, Scarlatti tinha a seu cargo várias tarefas: desde as suas funções como “Capo e direttore di tutta la musica della Patriarcale”, nas palavras do núncio apostólico,¹² à composição de serenatas e outras peças dramático-musicais para festejar dias onomásticos e aniversários de membros da família real na sequência do costume instituído pela rainha.¹³ Participava também como cravista na interpretação de obras de outros compositores. Como professor de música dos infantes, ficou inicialmente ao serviço de D. António (irmão do rei), não sendo claro se começou de imediato a dar lições a D. Maria Bárbara, que tinha apenas oito anos. No entanto, tudo indica que tenha rapidamente assumido essa incumbência.

Na época, a formação dos músicos, profissionais e amadores, era bastante polivalente. Habitualmente enfatiza-se o contributo de Domenico Scarlatti no ensino

¹⁰ Daniel TÊRCIO, *História da Dança em Portugal. Dos Pátios as Comédias à Fundação do Teatro de São Carlos*, Tese de Doutoramento, Universidade Técnica de Lisboa, 1996, pp. 413-14; p. 422.

¹¹ Carta do núncio apostólico, 11.08.1716. Transcrição de Gerhard DODERER e Cremilde Rosado FERNANDES em “A Música na Sociedade Joanina nos relatórios da Nunciatura Apostólica em Lisboa 1706-1750”, *Revista Portuguesa de Musicologia*, n.º 3 (1993), p. 88. As cartas dos núncios apostólicos em Lisboa referidas no texto e nas notas que se seguem foram publicadas por G. Doderer e C. R. Fernandes neste artigo. A partir daqui indica-se apenas a data da carta, remetendo para a referência bibliográfica nesta nota.

¹² Carta do núncio apostólico, 21.11.1719 (*opus cit.*, nota 10, p. 93).

¹³ O cargo de Compositor da corte (ou Compositor da Real Câmara) e Mestre de Suas Altezas Reais, coincidente com as funções de Scarlatti, era o mais prestigiado da Casa Real portuguesa, tradição que se manteve na 2.ª metade do séc. XVIII. O Mestre de Capela da Patriarcal podia ser um cantor e não tinha de ser um compositor de vulto, tal como sucedia na Capela Sistina. Ao contrário do que se lê nalguma bibliografia, Scarlatti não foi oficialmente Mestre de Capela em Lisboa. Ver Cristina FERNANDES, “Domenico Scarlatti”, in *Dizionario Biografico degli Italiani*, Istituto della Enciclopedia Italiana fondata da Giovanni Treccani, 2018, p. 347-348.

dos instrumentos de tecla, mas a prática do canto era essencial e a base da instrução musical. É, aliás, significativo que na sua apresentação aos soberanos portugueses, o próprio Scarlatti tenha cantado acompanhado ao cravo pela rainha.¹⁴ Anos mais tarde, vários relatos referem que princesa das Astúrias, e depois rainha de Espanha, cantava árias com os seus músicos na Câmara Real e nos passeios no Tejo junto ao Palácio de Aranjuez.

Segundo a correspondência do enviado imperial Giuseppe Zignoni, estudada por Giuseppina Raggi, poucos dias depois de ter chegado a Lisboa, Domenico Scarlatti participou na serenata comemorativa do oitavo aniversário de D. Maria Bárbara, a 4 de Dezembro. Em traje de gala, a corte reuniu-se na Sala de Audiências da rainha para ouvir “una bella serenata di tre voci con una copiosa orchestra, che riuscì di soddisfazione di tutti” e que contou com a participação de Scarlatti “sonando il cembalo á meraviglia”.¹⁵



Figura 1 – Retrato de Domenico Scarlatti. Domingo António de Velasco (at.).
Casa do Patudos, Museu de Alpiarça

¹⁴ Carta do núncio apostólico, 05.12.1719 (*opus cit.*, nota 10, p. 93).

¹⁵ Carta de 05.12.1719, transcrição de Giuseppina RAGGI, “Filippo Juvarra e Domenico Scarlatti: una traiettoria iberica nel segno del femminile”, in Giuseppina RAGGI e Luís Soares CARNEIRO (eds.), *Filippo Juvarra, Domenico Scarlatti e il ruolo delle donne nella promozione dell’opera in Portogallo*, Roma, Artemide, 2021, p. 64.

“... Posee todos los primores de la música, en cuanto ciencia, y en cuanto arte”:

**As actividades musicais de D. Maria Bárbara de Bragança,
infanta de Portugal e Rainha de Espanha**

Ainda em Dezembro de 2019 Scarlatti já tinha composto “una straordinaria serenata in musica” para o dia onomástico do rei (27 de Dezembro, dia de São João Evangelista),¹⁶ seguindo-se várias outras obras. Uma lista elaborada por João Pedro d’Alvarenga¹⁷ refere 11 serenatas, das quais sobrevive apenas a partitura da 1.^a parte de *La Contesa delle stagioni*, interpretada a 7 de Setembro de 1720 no aniversário da rainha, e várias peças de música sacra para a Patriarcal.¹⁸ Quanto à música instrumental, são escassas as Sonatas em fontes portuguesas, mas tal como sucede com o restante repertório, muitas partituras se terão perdido com o Terramoto de 1755.

D. Maria Bárbara assistia às cantatas e serenatas nos apartamentos reais e às cerimónias religiosas na Patriarcal e noutras igrejas de Lisboa, com destaque para a Igreja de São Roque nas festas de São Francisco Xavier e no dia de São Silvestre (31 de Dezembro), assinalado com imponentes *Te Deum* policorais “alla romana” em acção de graças pelo ano transacto.¹⁹ Em 1721, Scarlatti contribuiu também com uma obra a quatro coros para esta ocasião, cuja partitura se perdeu. A infanta ia assim ampliando a sua cultura musical, para além das lições com Domenico Scarlatti e da participação nas sessões musicais e passeios de bergantim no Tejo, com música, organizados pela rainha.

Os relatos da época não fazem habitualmente referência a actuações dos infantes como instrumentistas, mas tal pode explicar-se por ser uma prática privada. Em contrapartida, mencionam exibições na arte da dança, como sucedeu em Dezembro de 1721 na celebração do dia onomástico de D. João V:

“...volendo far vedere al Re il progresso, che le Alt.ze Loro hanno fatto nell’arte di ballare, ballarono insieme un minuetto, poi ne ballò un altro l’Infante sudetta [Maria Bárbara] con l’Inf.te d. Antonio, e successivamente questo con la Sig.ra Infante dona Francesca, e poi ritornò il Principe á ballare un minuetto con la Regina sua madre, la quale ne ballò un altro con il Re, e ultimamente tutti insieme diedero fine á questo divertimento con una contradanza che riuscì di sommo piacere del Re. Indi passarono alla sala d’Udienza a sentir cantare la serenata in italiano composta dal Barone di Astorga, e accompagnata al cembalo dal Scarlatti, intitolata Aci e Galatea, la quale fu trovata generalmente di buon gusto e perciò sufficientemente applaudita.”²⁰

¹⁶ Carta de 27.12.1719, transcrita por RAGGI, “Filippo Juvarra e Domenico Scarlatti...”, p. 64.

¹⁷ João Pedro d’ ALVARENGA, “Domenico Scarlatti in the 1720s: Portugal, Travelling, and the Italianisation of the Portuguese Musical Scene”, in Massimiliano SALA and Dean SUTCLIFFE (eds.), *Domenico Scarlatti Adventures: Essays to Commemorate the 250th Anniversary of his Death*, Bologna, Ut Orpheus Edizioni, 2008, pp. 56-58.

¹⁸ Entre as obras sacras subsistentes em Portugal, encontram-se o salmo *Laetatus sum*, o motete *Te Gloriosus* e o *Te Deum* a 8. Porém, a produção sacra de D. Scarlatti executada na Patriarcal de Lisboa era mais numerosa, incluindo séries de Responsórios para a festa da Conceição e para o Natal e vários Motetes.

¹⁹ DODERER e FERNANDES, “A Música na Sociedade Joanina...”, *passim*.

²⁰ Carta de G. Zignoni, 30.12.1721, transcrita por RAGGI, “Filippo Juvarra e Domenico Scarlatti...”, p. 65.

Nos anos seguintes, até à partida de D. Maria Bárbara para Espanha, vários relatos continuam a aludir à dança de corte, geralmente durante a tarde, seguindo-se uma serenata à noite.

Preâmbulos festivos do duplo enlace entre as monarquias ibéricas

A vontade dos soberanos de Espanha e Portugal no sentido de solidificar uma aliança que proporcionasse a paz definitiva entre os dois reinos ibéricos após o Tratado de Utrecht e a recente recusa de Mariana Vitória de Bourbon (filha de Filipe V de Espanha e de Isabel de Farnésio) como noiva de Luís XV de França, conduziram a partir de 1725 às negociações relativas ao duplo matrimónio real de 1728-1729. D. Maria Bárbara uniu-se assim a D. Fernando de Bourbon (príncipe das Astúrias) e o seu irmão D. José (herdeiro do trono português) a D. Mariana Vitória. Este acontecimento, amplamente abordado pela historiografia,²¹ deu origem a esplendorosos festejos, incluindo luminárias, fogos de artifício, salvas de artilharia, música, dança e teatro.

Após o início das negociações oficiais (com a assinatura pública dos *Artigos Preliminares* em Madrid, em 1725), o aniversário de D. Maria Bárbara, futura princesa das Astúrias, passou a ser celebrado com maior solenidade e os diplomatas intensificaram as acções de representação. Assim, em 1725, o embaixador de Espanha em Lisboa, Marquês de Capeceletro, promoveu “una ben intesa Commedia composta in lingua spagnola”, convidando a nobreza de corte, os ministros estrangeiros e outras pessoas de distinção.²² Passaram também a celebrar-se os aniversários e dias onomásticos de Fernando de Bourbon.²³

Em 1727 os embaixadores extraordinários de ambos os reinos prosseguiram as negociações que conduziram à assinatura dos tratados matrimoniais: o Marquês de Los Balbases, D. Ambrosio Gaetano Spinola de la Cerda, da parte de Espanha, e o Marquês de Abrantes, Rodrigo Anes de Sá Menezes, da parte de Portugal. Em Lisboa, o Marquês de Los Balbases promoveu uma série de festas teatrais no seu palácio arrendado (Palácio dos Condes de Redondo), entre as quais a serenata intitulada *Festejo Harmónico*, a 1 de Maio de 1727 (dia onomástico do rei Filipe V); e a “Comedia” *Endimione, e Diana* a 30 de Maio (dia onomástico do príncipe Fernando), alvo de admiração “per la uaghezza, del Teatro, e mutazioni delle scene fatte per mano d’ eccellente Pittore”.²⁴

²¹ Ver, por exemplo, Andreia da Silva ALMEIDA, “A anatomia de um aliança ibérica (1725-1729)”, in Ana Maria S. A. RODRIGUES, Manuela Santos SILVA e Ana Leal de FARIA (eds.), *Casamentos da Família Real Portuguesa. Diplomacia e cerimonial*, vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 2017, pp. 79-117; e Sónia BORGES, *Duas Cortes, um Modelo: o Cerimonial Diplomático nas Relações Luso-Espanholas (1715-1750)*, Tese de Mestrado, Universidade de Lisboa, 2016.

²² Carta do núncio apostólico, 11.12.1725 (*opus cit.*, nota 10, p. 104).

²³ Ver, por exemplo, a carta de 24.09.1726 (*opus cit.*, nota 10, p. 106).

²⁴ Carta do núncio apostólico, 03.06.1727 (*opus cit.*, nota 10, p. 108).

“... Posee todos los primores de la música, en cuanto ciencia, y en cuanto arte”:

**As actividades musicais de D. Maria Bárbara de Bragança,
infanta de Portugal e Rainha de Espanha**

No ano seguinte, por ocasião da sua entrada pública (a 6 de Janeiro de 1728), o mesmo embaixador fez representar “hum Melodrama, ou Comedia harmonica, pelo estylo Italiano intitulada *Las Amazonas de Hespanha*” e após a celebração do casamento por procuração, na Basílica Patriarcal (a 11 de Janeiro), o “drama armónico” *Amor aumenta el valor*, com música de José de Nebra, Felipe Falconi e Jaime Facó. Ambas as obras incluíam “saynetes, e bayles” entre os actos. No Paço da Ribeira, o enlace dos príncipes foi assinalado com a serenata *Festeggio Armonico*, de Domenico Scarlatti.²⁵

Foi contudo a cerimónia da “troca das princesas”, que só viria a ocorrer em 1729, no efémero Palácio-Ponte construído sobre o rio Caia, na fronteira luso-espanhola, que mais marcou o imaginário colectivo.²⁶ Entre os músicos que acompanharam a comitiva real no percurso entre Lisboa e Elvas – passando por Aldeia Galega, Vendas Novas (com dormida no novo palácio), Évora e Vila Viçosa – não se encontra menção a Domenico Scarlatti. Ausente em Roma, só se juntaria a D. Maria Bárbara posteriormente. Mas da lista relativa à Patriarcal e respectivos transportes constam “Oito [seges] para Músicos de vozes, e Francisco António”,²⁷ certamente o organista e compositor Francisco António de Almeida (1703-1754), cuja música veio mais tarde a ocupar um lugar de destaque na biblioteca de D. Maria Bárbara. Almeida tinha estudado em Roma a expensas de D. João V e foi um dos mais talentosos compositores portugueses do séc. XVIII. Anos mais tarde, em 1752, viria a compor a serenata *L’Ippolito*, com libreto de Antonio Tedeschi, destinada a comemorar o aniversário de D. Maria Bárbara em Lisboa.

Quando deixou Portugal, Maria Bárbara tinha 17 anos. Há 8 ou 9 que estudava com Domenico Scarlatti, o que leva a crer que tivesse já alcançado considerável destreza técnica no domínio do cravo e de outros instrumentos de tecla. Recorde-se que o “*gravicembalo col piano e forte*”, depois conhecido como pianoforte, inventado por Bartolomeo Cristofori, era já conhecido em Lisboa, tendo D. João V encomendado alguns exemplares ao construtor, activo em Florença.²⁸ É também significativo o facto de as Sonatas de Ludovico Giustini da Pistoia, primeiras obras impressas destinadas ao pianoforte, terem sido dedicadas ao infante D. António.

No entanto, o período lisboeta de Domenico Scarlatti foi entrecortado por várias ausências pelo que cabe perguntar se durante esse tempo teria sido substituído por algum outro músico como mestre dos infantes. Nessa época, Carlos Seixas era organista da Patriarcal e em 1725 foram contratados Giovanni Giorgi – antigo

²⁵ *Gazeta de Lisboa*, notícias de 15.01.1728 e 29.01.1728.

²⁶ Esta cerimónia tem sido abordada em vários estudos no âmbito da História e da História de Arte. Ver, entre outros, António Filipe PIMENTEL, “El ‘Intercambio de las Princesas’: Arte y política en las fiestas de la boda entre Fernando de Borbón y Bárbara de Braganza”, *Quintana* n.º 9 (2010), pp. 49-73.

²⁷ José da NATIVIDADE, *Fasto de Hymeneo ou História panegyrica dos desposórios dos Fidelissimos Reis de Portugal [...]*, Lisboa, Off. de Manoel Soares, 1752, p. 157.

²⁸ Michael LATCHAM, “Pianos and Harpsichords for Their Majesties”, *Early Music*, vol. XXXVI, n.º 3 (2008), pp. 372-373.

mestre de capela da basílica romana de São João de Latrão, que ocupou o cargo de Compositor da Patriarcal e mestre do Real Seminário de Música –, e D. Luca Giovine, tenor napolitano que viria a tornar-se mestre de música da rainha D. Mariana Vitória e inspetor dos músicos da Casa Real. Em qualquer dos casos são personalidades que terão certamente marcado a formação de D. Maria Bárbara e cujas obras fizeram parte da sua biblioteca musical.²⁹

De princesa das Astúrias a rainha de Espanha

Aproveitando a viagem da “troca das princesas”, a comitiva da corte espanhola, em vez de regressar a Madrid, dirigiu-se a Sevilha, onde permaneceu por cinco anos, que ficaram conhecidos como “Lustro Real”. Tal decisão deve-se à rainha consorte Isabel de Farnésio, que procurava afastar Filipe V, há vários anos em profunda depressão, da capital do reino e evitar que abdicasse. Assim, os primeiros anos da princesa portuguesa em Espanha foram passados na Andaluzia. Primeiro em Sevilha (1729-1733) e depois em Madrid, D. Maria Bárbara não teve a vida facilitada, principalmente pelas relações complicadas com a ambiciosa Isabel de Farnésio, que relegou os príncipes das Astúrias para segundo plano na vida da corte – Fernando de Bourbon era seu enteado e a rainha ambicionava ver um dia no trono um dos seus próprios filhos.³⁰

A inteligência e nobreza de carácter de D. Maria Bárbara compensaram até certo ponto as críticas feitas ao seu aspecto físico quando chegou a Espanha.³¹ A sua forte personalidade e influência sobre as decisões de Fernando VI (contando com os conselhos do pai, D. João V, em matérias políticas) têm sido reconhecidas pela historiografia, mas a boa imagem que D. Maria Bárbara foi criando ao longo da vida foi trocada após a sua morte, por uma visão negativa que reforçou a sua fama de “avarenta” devido às disposições testamentárias que deixaram os seus bens fora de Espanha.³²

Ainda em Sevilha, graças à influência de D. Maria Bárbara, os aposentos dos príncipes das Astúrias converteram-se no principal centro festivo da corte.³³

²⁹ Aparentemente, Luca Giovine não se dedicou à composição musical, mas foi libretista.

³⁰ Ver Gloria FRANCO RUBIO, “Bárbara de Braganza y la corte de Isabel de Farnésio”, in Gigliola FRAGNITO (ed.), *Elisabetta Farnese, Principessa di Parma e Regina di Spagna*, Roma, Viella, 2009, pp. 163-186.

³¹ O aspecto físico da princesa, cujo rosto tinha ficado afectado pela varíola, tem sido discutido em vários estudos, em especial a propósito dos seus retratos. Remetemos para um dos mais recentes: Sérgio GORJÃO, *O Retrato de D. Maria Bárbara de Bragança no Palácio de Mafra*, Mafra, Câmara Municipal, 2022.

³² Além dos três músicos que lhe eram mais próximos (Farinelli, D. Scarlatti e o violoncelista Domenico Porretti), o seu principal herdeiro foi o seu irmão D. Pedro, futuro rei consorte de Portugal pelo casamento com D. Maria I.

³³ Ver Diana CAMPÓO SCHELOTTO, *Danza y cultura cortesana en el reinado de Felipe V (1700-1746)*, Tese de Doutoramento, Universidad Autónoma de Madrid, 2022, p. 451.

“... Posee todos los primores de la música, en cuanto ciencia, y en cuanto arte”:

As actividades musicais de D. Maria Bárbara de Bragança,
infanta de Portugal e Rainha de Espanha

Segundo a *Gazeta de Madrid*, os bailes e serenatas tinham lugar no “cuarto alto” dos príncipes ou nos salões inferiores, assinalando dias de aniversário e dias onomásticos do rei, da rainha, do príncipe e da princesa das Astúrias. Pelo menos três das Serenatas interpretadas em Sevilha já tinham sido apresentadas em Lisboa.³⁴ É o caso de *Amor nasce da un'sguardo*, com música de Domenico Scarlatti, cantada a 27 de Dezembro de 1725 no Paço da Ribeira (no dia onomástico de D. João V) e reutilizada em Sevilha a 1 de Maio de 1731 (no dia onomástico do rei Filipe V); *La Costanza Gradita*, interpretada em Lisboa a 22 de Outubro de 1725 (no aniversário de D. João V) e em Sevilha a 19 de Dezembro de 1731 (no aniversário de Filipe V); e de *Gli sogni amorosi* (Lisboa, 22 de Outubro de 1728 e Sevilha, 1 de Maio de 1732).³⁵

A *Gazeta de Madrid* noticiava também os serões musicais, sendo frequentes as menções à “música requintada de vozes e instrumentos” e à dança nos aposentos dos príncipes,³⁶ o que reflecte o papel central de Maria Bárbara de Bragança e Fernando de Bourbon na criação de um espaço de sociabilidade de corte em torno da música italiana e da dança francesa, conforme demonstrou Diana Campóo.³⁷

A família real instalou-se de novo em Madrid em 1733. Pouco tempo depois, os reis notificaram os então príncipes das Astúrias de que não poderiam receber ninguém nos seus aposentos para além dos servidores mais próximos e dos embaixadores de Portugal e da França.³⁸ Também não podiam assistir a eventos públicos, nem visitar conventos e igrejas. Assim, quando Farinelli chegou à corte em 1737, na sequência das diligências de Isabel de Farnésio, que esperava que o cantor pudesse ajudar a aliviar a depressão de Filipe V, D. Maria Bárbara e o marido estavam excluídos das “veladas musicales” da família real. No entanto, os príncipes das Astúrias poderiam chamar o cantor aos seus aposentos se o desejassem. Assim sucedeu e nos anos seguintes foram criando uma estreita relação com Farinelli.³⁹

Com a morte de Filipe V, a 9 de Julho de 1746, e a subida ao trono de Fernando VI e D. Maria Bárbara inverte-se a situação. Isabel de Farnésio foi afastada dos círculos de poder dos novos soberanos, passando a habitar no Palácio de La Granja de San Ildefonso. Sobre a nova rainha o embaixador francês, Louis-Guy Vauréal,

³⁴ Identificadas por Piedad Bolaños DONOSO, “Estas Son las Finezas que Sevilla Ofrecio al Rey Felipe V (1729-1733)”, *Actes Du Congres International: Theatre, Musique Et Arts Dans Les Cours Europeennes de la Renaissance Et Du Baroque*, Varsovie, Editions de l'Université, 1997, pp. 246-255.

³⁵ Comparando os libretos, verifica-se a mudança do nome do rei e das datas na folha de rosto assim como a modificação da *Licenza* nos dois primeiros. Por exemplo na Serenata *Amor nasce da un'sguardo*, passa-se de “Del Lusitano Eroe GIOVANNI invito” para “Del Monarca d'Iberia il GRAN FILIPPO”.

³⁶ Ver por exemplo a *Gazeta de Madrid*, n.º 21, 24.05.1729, p. 118.

³⁷ CAMPÓO SCHELOTTO, *Danza y cultura cortesana...*, p. 456.

³⁸ Cf. Alfonso DÁNvila, *Fernando VI y doña Bárbara de Braganza (1713-1748)*, Madrid, Imprenta de Jaime Ratés Martín, 1905, p. 147.

³⁹ ERRO SAAVEDRA, *La Música en la Real Cámara...*, pp. 39-42.

escreveu que tinha muita inteligência, vivacidade e perspicácia, que pensava com inteligência e falava com graça, era altiva e orgulhosa, mas boa e caridosa, acrescentando que “*c’est plutôt Marie [Bárbara] qui succede a Elisabeth que Ferdinand a Philippe*”.⁴⁰

O “reinado dos melómanos”, como chegou a ser conhecido, ficou marcado pela paz, mas também pelo investimento nas artes, destacando-se a fundação da Real Academia de Belas Artes de São Fernando.⁴¹ A Capela Real e a Real Câmara ganharam um novo impulso do ponto de vista musical e novos regulamentos. Para além de outros domínios, que adiante se descrevem, é possível que D. Maria Bárbara tivesse exercido a sua influência na renovação dos repertórios da Capela Real, de cujas cerimónias o vilancico ibérico foi suprimido cerca de 1750, tal como acontecia em Lisboa desde a criação do Patriarcado em 1716. O desagrado da rainha perante essas “misturadas de castellanadas com o ofício divino”, como escreveu numa carta a D. João V em 1747,⁴² assim levam a crer. No âmbito da música sacra, o seu gosto tinha sido moldado pela solenidade do repertório de influência romana que ouvia na Patriarcal de Lisboa.

Para além dos assuntos políticos e da frequência de funções religiosas, Fernando VI e D. Maria Bárbara desenvolviam diversas actividades nos tempos livres. Enquanto o rei ia caçar, a rainha visitava conventos ou passeava. Passava também bastante tempo na “conversación”, na companhia das suas damas ou com os embaixadores. Benjamin Keene, embaixador inglês, era presença assídua nas reuniões do meio-dia, assim como alguns cortesãos, o Marquês de Ensenada, figura chave do Despotismo Iluminado e um dos ministros mais influentes do reinado, e Farinelli.⁴³ No quotidiano dos soberanos não faltava música e dança, teatro e ópera. Ao entardecer era comum passarem algum tempo à mesa de jogos, no Teatro Real ou com os músicos da Câmara Real. D. Maria D. Bárbara dedicava muito tempo a tocar cravo, a cantar algumas das suas árias preferidas e por vezes a compor algumas peças.

Farinelli tornou-se director dos espectáculos de corte, passando a organizar produções magníficas com fantásticas cenografias de Francesco Bataglioli e Jacopo Amigoni e ilustres cantores. Contava com uma ampla rede de contactos europeus, entre os quais se salienta a relação próxima com o libretista Pietro Metastasio. Além de Domenico Scarlatti, cuja natureza privada das funções o tornou menos visível, compositores italianos como Francesco Corselli (mestre de capela, mestre

⁴⁰ Carta de Louis-Guy de Vauréal a Luís XV, 11-07.1746. Citada por DÁNVILA, *Fernando VI y doña Bárbara de Braganza...*, pp. 223-224.

⁴¹ Ver Antonio BONET CORREA y Beatriz BLASCO ESQUIVIAS, *Fernando VI y Bárbara de Braganza; un reinado bajo el signo de la paz (1746-1759)*, Madrid, Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, 2002.

⁴² J. A. Pinto FERREIRA (ed.), *Correspondência de D. João V e D. Bárbara de Bragança, rainha de Espanha (1746-1747)*, Coimbra, Livraria Gonçalves, 1945, p. 453.

⁴³ Ver José Luis GÓMEZ URDAÑEZ, *Fernando VI y la España discreta*, Madrid, Punto de Vista Editores, 2019, p. 105.

“... Posee todos los primores de la música, en cuanto ciencia, y en cuanto arte”:

**As actividades musicais de D. Maria Bárbara de Bragança,
infanta de Portugal e Rainha de Espanha**

dos infantes e compositor), Francesco Corradini, Giacomo Facco, Filippo Falconi, Giovanni Battista Mele e Nicola Conforto e espanhóis como José de Nebra contribuíram para o brilho da vida musical, assim como os repertórios que iam chegando de várias partes da Europa. Conforto foi o único a ser contratado durante o novo reinado, já que os restantes já estavam ao serviço da corte.

Os mestres de dança Michel Gaudrau e Sebastian Cristiani di Scio também continuaram em funções, vinculados à Casa da Rainha. Sebastian Cristiani assumia desde 1737 muitas das tarefas de Gaudrau, que tinha problemas de saúde, mas só viria a obter o cargo oficial depois da morte do seu antecessor. Dava lições de dança a toda a família real, acompanhadas pelo violinista Joseph Camato. À Casa da Rainha estava também ligado Domenico Scarlatti, que também foi professor de Fernando VI. Várias fontes referem que o rei tocava cravo e duas Sonatas (K. 480 e K. 487), incluídas num manuscrito de 1756, contêm a indicação explícita: “Del Rey D.n Fernando el VI”.⁴⁴



Figura 2 – Retrato de Fernando VI e D. Maria Bárbara de Bragança, incluindo Domenico Scarlatti e Farinelli na galeria dos músicos. Atribuído a Jacopo Amigoni (1682-1752). Coleção Particular.

⁴⁴ ERRO SAAVEDRA, *La Música en la Real Cámara...*, p. 82.

Entre Madrid e Aranjuez: o Teatro Real, a Real Câmara e os passeios musicais no Tejo

O reinado de Fernando VI e D. Maria Bárbara de Bragança e a gestão de Farinelli coincidem com “a década de ouro da ópera de corte em Espanha”.⁴⁵ No conjunto das práticas festivas da monarquia e das distintas actividades que envolviam a música, a ópera destacava-se pelas profundas implicações políticas e como prática social e simbólica. Constituía uma experiência performativa fundamental dos cortesãos e no caso da “ópera séria” reflectia a estrutura social vigente, apoiando-se em metáforas ligadas à soberania absolutista. Podia inclusive envolver mensagens políticas mais ou menos subliminares relativas à situação do momento.⁴⁶

Ter um grande cantor, detentor de uma carreira impressionante nos mais prestigiados palcos internacionais, como director do teatro real era uma singularidade na Europa da época, pois normalmente essa função era ocupada por uma a personalidade da nobreza. Por outro lado, o lugar de confiança que Farinelli tinha obtido junto dos monarcas ia muito para além do plano musical e artístico – estava, por exemplo, encarregado de gerir a compra das jóias e de outras peças de arte e chegou a ser intermediário de D. Maria Bárbara em assuntos políticos.⁴⁷ Encontrava-se portanto numa posição privilegiada para levar a cabo produções operáticas de alto nível, ao mesmo tempo que promovia a imagem e interesses dos soberanos. De resto, já desde o tempo de Filipe V que Farinelli era o único músico a ostentar o cargo de “Criado Familiar”, o que lhe garantia proximidade directa com os monarcas, e contava com o salário mais alto entre os músicos da corte. Em 1750 foi-lhe atribuída a Ordem de Calatrava, que ostenta no famoso “retrato de aparato” realizado por Corrado Giaquinto, uma pintura fora do comum na retratística dos cantores do século XVIII, onde se vêem também os bustos dos seus protectores: D. Maria Bárbara e Fernando VI.⁴⁸

⁴⁵ Juan José CARRERAS, “Farinelli’s Dream: Theatrical Space, Audience and Political Function of Italian Court Opera in 18th-Century Madrid”, in Margaret SCHARER, Heiko LAB und Matthias MÜLLER (eds.), *Musiktheater im höfischen Raum des frühneuzeitlichen Europa: Hof – Oper – Architektur*, Heidelberg, Heidelberg University Publishing, 2020, p. 363.

⁴⁶ Como no caso da produção da ópera *La Nitteti*, de Nicola Conforto: José Luis GÓMEZ URDÁÑEZ e José María DOMÍNGUEZ, “Tan mudada la Fortuna. Farinelli y el discurso visual en la ópera *La Nitteti* tras la caída de Ensenada”, *Revista de Historia Moderna*, 40 (2022), pp. 85-119. Ver também CARRERAS, “Farinelli’s Dream...”, pp. 357-393, e José María DOMÍNGUEZ, “Todos los extranjeros admiraron la fiesta: Farinelli, la música y la red política del marqués de la Ensenada”, *Berceo* 169 (2015),

⁴⁷ ERRO SAAVEDRA, *La Música en la Real Cámara...*, p. 42.

⁴⁸ Ver Lorenzo BIANCONI e Maria Cristina CASALI PREDIELLI, “Corrado Giaquinto: Carlo Broschi detto il Farinelli”, in *I ritratti del Museo della musica di Bologna da padre Martini al Liceo musicale*, Firenze, Leo S. Olschki, 2018, pp. 103-124.

“... Posee todos los primores de la música, en cuanto ciencia, y en cuanto arte”:

As actividades musicais de D. Maria Bárbara de Bragança,
infanta de Portugal e Rainha de Espanha



Figura 3 – Retrato de Carlo Broschi, Farinelli. Corrado Giaquinto (1703-1766).
Bolonha, Civico Museo Bibliografico Musicale

A principal fonte para as actividades músico-teatrais deste período é o manuscrito de 1758 intitulado *Descripción del estado actual del Real Theatro del Buen Retiro*,⁴⁹ que o próprio Farinelli mandou elaborar. A primeira parte documenta detalhadamente as óperas representadas no Buen Retiro, incluindo referências à situação profissional dos músicos, aos cantores, orquestra, banda de sopros, coro,

⁴⁹ Título completo: *Descripción del estado actual del Real Theatro del Buen Retiro: de las funciones hechas en él desde el año de 1747 hasta el presente, de sus individuos, sueldos y encargos, según se expresa en este primer libro. En el segundo se manifiestan las diversiones, que annualmente tienen los Reyes Nrs. Sers. en el Real sitio de Aranjuez / dispuesto por Don Carlos Broschi Farinelo, criado familiar de Ss. Ms. Año de 1758*. Madrid, Palácio Real – Real Biblioteca, manuscrito II/1412. Uma outra cópia encontra-se na biblioteca do Collegio di Spagna, em Bolonha.

figurantes, libretistas, alfaiates, ajudantes de palco, cenografias, iluminação, entre outras componentes da produção dos espectáculos. A segunda é dedicada aos magníficos passeios no rio Tejo, acompanhados por música, quando a corte se encontrava no Palácio de Aranjuez.

Se no reinado de Filipe V as óperas eram produzidas excepcionalmente, com Fernando VI e D. Maria Bárbara passaram a ser apresentadas regularmente como parte do ritual da corte, ou seja, correspondendo a uma temporada.⁵⁰ Esta diferia porém das temporadas dos teatros públicos, pois tinha de contemplar também as datas das efemérides da família real, apesar de ter traços comuns como a concentração de espectáculos na época do Carnaval.

Além do relato de Farinelli e de outras fontes, como os libretos e menções na imprensa da época, a correspondência da infanta Maria Antónia de Bourbon, que escrevia frequentemente à mãe, Isabel de Farnésio, dá conta da frequência dos eventos musicais, incluindo não apenas as óperas, *intermezzi* e serenatas, mas também o teatro espanhol e bailes. As recentes investigações de Sara Erro demonstram que a programação operática era ainda mais intensa do que se pensava, tendo identificado mais de 150 datas de reposições desconhecidas até agora.⁵¹ O calendário das actividades musicais da corte, elaborado por esta investigadora, testemunha relevância da música no quotidiano dos monarcas, em especial de D. Maria Bárbara, tanto no plano público como privado.⁵² Este contempla quer o Real Teatro, quer a Câmara Real, e outros locais e ocasiões, como as embarcações no rio Tejo durante as estadias em Aranjuez,

A actividade musical da Real Câmara e do Teatro Real estavam intimamente relacionadas. Nas noites em que havia ópera ou outras representações no teatro, não havia música na Real Câmara e vice-versa. Quanto às sessões de música nos aposentos reais, além de Farinelli, de Domenico Scarlatti e do violoncelista napolitano Domenico Porretti era habitual a participação dos violinistas Gabriel Terri, Paolo Facco e Antonio Marchesini. Grande parte do repertório estava relacionado com as obras apresentadas no teatro real, sendo principalmente constituído por árias de óperas e serenatas, mas também por cantatas de câmara e música instrumental, cujas partituras foram enriquecendo a extensa biblioteca musical da rainha. Apesar dos relatos mencionarem sobretudo o repertório vocal, a ampla produção de Sonatas da parte de Domenico Scarlatti testemunha o lugar proeminente da música de tecla e o elevado grau de virtuosismo atingido D. Maria Bárbara ao teclado. A preocupação em preservar esse repertório reflecte-se no mais importante projecto do final da carreira de Scarlatti: a organização e cópia, por vontade da rainha, dos volumes manuscritos que contêm quase todas as Sonatas e se guardam actualmente na Biblioteca Marciana de Veneza e na Biblioteca Palatina de Parma.

⁵⁰ CARRERAS, “Farinelli’s Dream...”, p. 374.

⁵¹ ERRO SAAVEDRA, *La Música en la Real Cámara...*, p. 318.

⁵² Sobre os detalhes do calendário ver o Cap. IV, vol. I, p. 261, e o Apêndice 12, vol. II, p. 183, da tese de Sara ERRO SAAVEDRA, *La Música en la Real Cámara...*

“... Posee todos los primores de la música, en cuanto ciencia, y en cuanto arte”:

**As actividades musicais de D. Maria Bárbara de Bragança,
infanta de Portugal e Rainha de Espanha**

Quanto aos passeios com música no Tejo, quando a família real se encontrava em Aranjuez, Farinelli fornece descrições detalhadas na segunda parte da já referida *Descripción del estado actual del Theatro del Buen Retiro*, em especial a partir de 1754, quando a frota das sumptuosas embarcações reais já se encontrava completa. Segundo o relato do cantor, na “falúa Real, viajavam 8 músicos, Farinelli y Sus Majestades”; na fragata San Fernando y Santa Barbara, “las damas y señoras de honor y 15 instrumentistas que, alternativamente con los de la Real” faziam “un harmónico gusto embeleso al oído”. Durante esses passeios, Farinelli costumava cantar algumas árias, acompanhado ao cravo pela rainha ou pelo rei, a não ser que o tempo estivesse muito húmido. Por exemplo a 23 de Junho de 1754 “al anochecer cantó Dn. Carlos Farinelo dos árias, acompanhando el rey con el clave a la primera, y a la segunda a reina”. A própria rainha cantava também a solo ou em dueto com Farinelli, como no dia 11 de Junho de 1757 em que “la reina cantó sin música un dúo con Dn. Carlos”.



Figuras 4a e 4b – *Descripción del estado actual del Real Theatro del Buen Retiro: de las funciones hechas en él desde el año de 1747 hasta el presente [1758] [...] dispuesto por Don Carlos Broschi*

Farinelo: fol. 4r [o autor entrega o manuscrito a Fernando VI e Bárbara de Bragança; fol. 9r [cena da representação de uma ópera]. Madrid, Biblioteca do Palácio Real

A biblioteca musical herdada por Farinelli

A biblioteca musical de D. Maria Bárbara de Bragança constitui um espelho das práticas musicais da corte no domínio da música profana, incluindo entre as centenas de títulos as obras que se interpretaram no Teatro Real e na Real Câmara, assim como muitas outras partituras adquiridas ao longo do tempo e repertórios provenientes da corte de Lisboa. Este precioso legado foi deixado em testamento a Farinelli, juntamente com “la sortija de un diamante grande redondo amarillo” e “três clavicórdios uno de registros, otro de Martillos, y otro de plumas los mejores”.⁵³ O inventário anexo ao testamento de Farinelli, *Descrizione della Musica procedente dal Legato di S.M.C. la Regina di Spagna*, publicado por Sandro Cappelletto⁵⁴ permite conhecer o seu conteúdo e demonstra que a infanta de Portugal e rainha de Espanha se encontrava no cerne de algumas das principais redes de circulação de repertórios da Europa setecentista.

A rainha pretendia que a colecção permanecesse una e essa vontade foi respeitada por Farinelli, que chegou a incluir uma cláusula nesse sentido no seu testamento. Mas após a morte do cantor, em 1782, o seu sobrinho herdeiro (Matteo Pisani) ignorou essa determinação e dispersou os bens recebidos. Os volumes das Sonatas de Scarlatti, identificados com as armas de Espanha e Portugal, acabariam por ser facilmente localizados, mas o mesmo não sucedeu com grande parte das restantes partituras.

A biblioteca estava dividida em várias secções e organizava-se por repertório. O género mais abundante era a ópera com 205 títulos. As serenatas constituíam outra secção e os *intermezzi* compartiam o espaço com os *Libri Differenti*, que compreendiam vários géneros: cantatas, árias de ópera, música religiosa, obras instrumentais, música para teclado. Além dos volumes, contava com numerosos maços de partituras e uma estante (“papelera”) dedicada ao Real Teatro, com as partituras e libretos das óperas, serenatas e *intermezzi* apresentadas em Madrid e Aranjuez ente 1747 e 1758.⁵⁵

No campo da ópera os compositores mais representados eram Galuppi, Leonardo Leo, David Perez, Hasse, Gioachino Cocchi, Porpora, Jommelli e Giacomeli. Havia também óperas de Bononcini, Cafaro, Caldara, Feo, Vinci, Lattila, Di Majo, Manna, Porpora, Terradellas, Traetta, Conforto, Corselli e Mele, entre outros. Predominavam as óperas estreadas em Nápoles (58 entradas), Roma (26), Veneza

⁵³ Farinelli foi um dos três músicos contemplados pelo testamento da rainha. A Domenico Scarlatti, que haveria de falecer um ano antes de D. Maria Bárbara, deixou “dos mil doblones en dinero y una sortija” e ao violoncelista Domenico Porretti “mil doblones en dinero”.

⁵⁴ Sandro CAPPELLETTO, *La voce perduta. Vita di Farinelli, evirato cantore*, Torino, EDT, 1995. O índice transcrito por Cappelletto tem sido a principal fonte de consulta para muitos investigadores. No entanto, este não inclui todos os dados do documento original. Uma nova transcrição exaustiva foi realizada por Sara ERRO SAAVEDRA, *La Música en la Real Cámara...* (Vol. II, Apêndice 2), pp. 5-36. Além dos novos contributos desta investigadora, para uma abordagem mais aprofundada da biblioteca musical da rainha ver FERNANDES, “Maria Bárbara de Bragança’s music library...”.

⁵⁵ ERRO SAAVEDRA, *La Música en la Real Cámara...*, p. 117.

“... Posee todos los primores de la música, en cuanto ciencia, y en cuanto arte”:

As actividades musicais de D. Maria Bárbara de Bragança,
infanta de Portugal e Rainha de Espanha

(27 entradas), Turim (22), Lisboa (10), Parma (6), Viena (5), Piacenza (4), Londres (4) e Madrid (3).⁵⁶

Na categoria dos *intermezzi* havia 42 títulos da autoria de 17 compositores, entre os quais o português Francisco António de Almeida e outros músicos que trabalharam em Portugal (D. Scarlatti, Giovanni Giorgi, Giuseppe di Porcaris,) ou que passaram algum tempo em Lisboa (Barão de Astorga), ao lado de figuras como A. Scarlatti, Jommelli, Lattila, Mancini, Orlandini, Pergolesi e Hasse.

A partir de 1747 sucedem-se as encomendas de óperas compostas para Madrid. O contacto directo com a actualidade operática internacional por via de Farinelli traduz-se também na re-estreia de óperas representadas pouco tempo antes em Itália como *Demetrio*, de Jommelli, e *Didone abbandonata*, de Galuppi, em 1751 e 1752. As escolhas de Farinelli eram mediadas pela vontade dos soberanos, sendo determinante a opinião de D. Maria Bárbara. Assim, numa carta dirigida ao conde Sicinio Pepoli, Farinelli refere que as obras de Jommelli, compositor que ele muito admira, “non hanno avuto tropo incontro sopra a Cembalo Reale, dove si giudica da Sublime Persone”.⁵⁷

No que diz respeito às Serenatas, a biblioteca musical continha 55 obras de pelo menos 15 compositores, sendo marcante a presença de autores portugueses e italianos com vínculos a Portugal. São mencionadas 15 Serenatas de Scarlatti, 11 de Almeida, 5 do Barão de Astorga, 5 de Carlos Seixas (identificado como José António Carlos), 4 de Giovanni Giorgi e uma de João Rodrigues Esteves, assim como partituras de Corselli, Facco, Mele, Alessandro Scarlatti e Leonardo Leo, entre outros. D. Maria Bárbara procurava manter-se a par do que se passava na corte portuguesa, mas em geral este repertório parece não ter tido apresentações públicas em Espanha.

A biblioteca musical de D. Maria Bárbara guardava ainda numerosas cantatas de câmara com instrumentos ou apenas para voz solista e baixo contínuo, duetos e outras peças de câmara de compositores como D. Scarlatti, Porpora, Costanzi, Giorgi, Almeida, Astorga, Bencini, A. Scarlatti, Bononcini e Hasse, entre outros. No plano da música instrumental, além das Sonatas de Domenico Scarlatti e de “Sonate stampate” (como os *Essercizi per Gravicembalo*, publicados em Londres em 1739 e dedicados a D. João V), salientam-se as Sonatas de Sebastiano Albero, minuetos, concertos e peças de câmara para cordas, entre as quais as Sonatas para violino e baixo contínuo de Porpora e de Ferrari Cremonesi; e as Sonatas de Jean-Marie Leclair *l’aîné*, uma rara presença francesa na colecção. Outras obras são mencionadas entre a *Musica personale del Signore Testatore* como é o caso das Sonatas de José Herrando.

Quando à música religiosa, tem escassa presença, com a excepção dos *Stabat Mater* de Girolamo Bezzi, Scarlatti, Pergolesi e do Marquês de Ligneville, da *Salve*

⁵⁶ ERRO SAAVEDRA, *La Música en la Real Cámara...*, p. 129.

⁵⁷ Carta 67, 26.08.1749. Publicada por Carlo VITALE, *Carlo Broschi Farinelli. La solitudine amica. Lettere al conte Sicinio Pepoli*, Palermo, Sellerio Editore, 2000, p. 188.

Regina de D. Scarlatti e de outras peças de identificação imprecisa. Tal explica-se pelo facto desta fazer parte do arquivo da Capela Real.

O destino de algumas das partituras herdadas por Farinelli pode seguir-se através das investigações de Lucio Tufano, que publicou um excerto revelador de uma carta (10-2-1798) do compositor e teórico Vincenzo Manfredini (1737-1799) dirigida a Giambattista Dall'Olio (1739-1823), organista, teórico e intérprete de saltério.⁵⁸ Manfredini anuncia que pretende vender uma série de bens, referindo várias óperas que constam da lista de Farinelli e os volumes das Sonatas de Scarlatti. Em 1835, estes foram vendidos por uma família aristocrática de Veneza, os Contarini di San Benedetto, à Biblioteca Marciana. No mesmo lote encontravam-se, entre outras obras que pertenceram a D. Maria Bárbara, nove óperas de David Perez apresentadas em Lisboa entre 1752 e 1755 e *La Contessa delle Stagioni* (1720), a única Serenata de Scarlatti composta para a capital portuguesa cuja partitura sobreviveu (ainda que só a 1.^a parte). Outras obras foram localizadas na Biblioteca Nacional da Áustria, em Viena, nomeadamente três óperas e um volume com 8 cantatas de câmara de Domenico Scarlatti; na Fondazione Levi de Veneza (intermezzo *La Dirindina*, de Domenico Scarlatti); e na Biblioteca del Museo Musicale de Bolonha (*Stabat Mater* a 10 vozes, de Domenico Scarlatti).⁵⁹

Além da biblioteca musical, D. Maria Bárbara possuía uma biblioteca geral que demonstra a amplitude dos seus interesses culturais. Através do índice elaborado em 1749 pelo livreiro real D. Juan Gómez (do qual constam 572 títulos que abrangiam 1192 volumes)⁶⁰ e do inventário dos bens da rainha (que inclui mais 323 livros do que a lista anterior), calcula-se que tivesse aproximadamente 1600 volumes.⁶¹ Predominavam os livros em português e castelhano, mas havia também edições em italiano, francês, alemão e latim. Dominavam as matérias religiosas, mas a livraria continha também obras sobre história, geografia, artes, literatura, teatro, dicionários, gramáticas, clássicos greco-romanos e algumas obras sobre medicina, matemática e direito.

Instrumentos de tecla e colecções de arte

O inventário *post mortem* de D. Maria Bárbara, incluía doze instrumentos de tecla: sete cravos, três pianofortes e dois “clavicórdios que antes fueron de piano

⁵⁸ LUCIO TUFANO, “Vincenzo Manfredini, Giambattista Dall'Olio e l'eredità Farinelli. Nota sui manoscritti delle sonate di Domenico Scarlatti nel 1798”, in DINKO FABRIS e PAOLOGIOVANNI MAIONE (eds.), *Domenico Scarlatti, Musica e Storia*, Napoli, Turchini Edizioni, 2010, pp. 307-318.

⁵⁹ ERRO SAAVEDRA, *La Música en la Real Cámara...*, pp. 164-169.

⁶⁰ Ver INMACULADA ARIAS SAAVEDRA ALÍAS e GLORIA A. FRANCO RUBIO, “Lecturas de mujeres, lecturas de reinas: la biblioteca de Bárbara de Braganza”, in INMACULADA SAAVEDRA ALÍAS (coord.), *Vida cotidiana en la España de la ilustración*, Granada, Universidad, 2012, pp. 505-550.

⁶¹ ERRO SAAVEDRA, *La Música en la Real Cámara...*, pp. 113-114.

y que ahora son de plumas”.⁶² Estes estavam distribuídos pelos palácios da família real: Buen Retiro em Madrid, San Lorenzo del Escorial e Aranjuez. Quatro deles tinham sido construídos em Florença, um dos cravos provinha da Flandres e os restantes eram de factura espanhola.⁶³ Entre estes últimos destacam-se os instrumentos saídos da oficina de Diego Fernández que já anteriormente trabalhava para a Casa Real espanhola mas só depois de D. Maria Bárbara ter subido ao trono conseguiu um posto oficial.⁶⁴ Entre as suas criações sobressai o “clavicórdio [cravo] de registro”, com “56 teclas y pedales”, construído de acordo com “un diseño de Farinelli”. Destinado a satisfazer um pedido de D. Maria Bárbara, mostra como a rainha contribuiu para a experimentação de novos recursos tímbricos e ambicionava possuir instrumentos com maior variedade de registros. Foi um dos três instrumentos herdados por Farinelli, juntamente com um outro cravo de Diego Fernandez e um pianoforte do construtor florentino Giovanni Ferrini, aluno e assistente de Bartolomeo Cristofori, que também fez vários trabalhos para D. João V.

É também digna de nota a existência de um pianoforte em cada palácio, numa época em que estes instrumentos ainda não estavam completamente disseminados, mas com os quais D. Maria Bárbara já teria tomado contacto em Lisboa. A menção no inventário a dois pianofortes que teriam sido convertidos em cravos (“que antes fueron de piano y que ahora son de plumas”), pode levar a crer que a rainha ou os seus músicos não estavam satisfeitos com estes instrumentos. No entanto, segundo Latcham⁶⁵ é possível que se tratasse de exemplares de “cembalo a penne e martelletti” da oficina de Ferrini, que incluíam os dois mecanismos (cordas pinçadas por plectro e cordas percutidas por martelos). As alterações poderiam eventualmente dever-se à necessidade de disponibilizar mais cravos para as óperas e respectivos ensaios.

Outra faceta, menos conhecida, de D. Maria Bárbara é a de colecionadora de arte, continuando assim a tendência estabelecida no reinado anterior por Isabel de Farnésio. O interesse pelo colecionismo de arte pode ser estudado a partir das pinturas e peças de ourivesaria que doou ao Mosteiro das Salésias Reales, como demonstrou José Luis García Martínez.⁶⁶ Parte de um complexo arquitectónico construído sob o patrocínio D. Maria Bárbara, incluía uma residência palaciana, que a rainha tencionava habitar nos últimos anos de vida em caso de viuvez. Educada numa corte enriquecida com ouro e diamantes do Brasil, terá querido emular

⁶² A palavra “clavicórdio” é aqui usada como sinónimo de instrumento de tecla. Não se refere ao instrumento com cordas percutidas por tangentes designado como clavicórdio em português.

⁶³ Ver John Henry VAN DER MEER, “Os instrumentos de tecla na propriedade de D. Maria Bárbara Rainha de Espanha”, *Revista Portuguesa de Musicología*, 2 (1992), pp. 161-169; e LATCHAM, “Pianos and Harpsichords for Their Majesties”..., pp. 372-379.

⁶⁴ ERRO SAAVEDRA, *La Música en la Real Cámara...*, pp. 89-90.

⁶⁵ LATCHAM, “Pianos and Harpsichords for Their Majesties”..., pp. 372-379.

⁶⁶ José Luis GARCÍA MARTÍNEZ, “Bárbara de Braganza, una aproximación a su faceta como coleccionista”, *Ars Bilduma*, 8 (2018), p. 128.

nesse palácio-mosteiro a magnificência de outras cortes europeias, como as da França e da Áustria, e terá tido em mente o modelo de Mafra, ainda que em menor escala. Mas a fundação do Mosteiro das Salésias Reais tinha um alcance maior que ia ao encontro do interesse de D. Maria Bárbara pela educação. O Mosteiro das Salésias Reais viria a converter-se na principal instituição docente para a formação feminina, graças ao seu patrocínio, constituindo uma contrapartida ao Real Seminário dos Nobres para jovens da nobreza.

O gosto artístico de D. Maria Bárbara foi fortemente influenciado por D. João V, atraído pelos objetos de luxo de Paris e pelo gosto pela arquitetura, escultura e pintura da Roma papal. A coleção de pintura doada às Salésias Reales ascendia a um total de 107 obras, entre as quais havia telas de Corrado Giaquinto, Luca Giordano, Jacopo Bassano, Paul Bril, Carlo Maratta, Paninini, Murillo, Zurbarán e El Greco, entre outras, assim como exemplares das escolas de Rubens, Velázquez e Solimenna e cópias de Tintoretto.⁶⁷

“...en la composición era una maravilla”: testemunhos sobre a actividade de compositora

Segundo vários relatos da época, D. Maria Bárbara dedicou-se também à composição musical. Infelizmente desconhece-se o paradeiro das suas obras, mas subsistem vários testemunhos que aludem a essa actividade. Nas suas *Memorias de las Reinas Católicas* (1761), o padre Enrique Flórez escreve que “fue muy inteligente y se divertia en componer, tañer y cantar con bello estilo y destreza plausible” e em orações fúnebres como a de Agustín Puchol (Valencia, 1758) diz-se que “Habiendo llegado a la música a tan alto punto de inteligencia, en la composición era una maravilla” (p. 13). Da secção do inventário de Farinelli designada como *Música personale del Signore Testatore* consta “Un Paccheto d’Arie: Musica dela Serma. Prsa. di Asturia”. Uma vez que nos restantes casos a música é atribuída a compositores conhecidos, esta identificação leva a crer que contivesse árias compostas por D. Maria Bárbara ou que lhe pertenceram.

De particular interesse é o já mencionado folheto intitulado *Armonico Lazo* (1731), que integra uma série de versos laudatórios da autoria de Pedro Vaz Rego, “Maestro Principal de la Santa Iglesia de Évora”, e José de Torres, “Maestro Principal de la Real Capilla de su Majestad Católica”. Conforme já foi referido, o primeiro texto é um elogio à composição de uma *Salve Regina* que D. Maria Bárbara enviou para Portugal e que o próprio Vaz Rego copiou. Esta peça terá sido interpretada com sucesso nas Capelas Reais de Lisboa e Madrid e é mencionada nas Gazetas Manuscritas da Biblioteca de Évora (em 15.01.1731).

É também relevante que o padre Benito Feijóo tenha dedicado o 4.º volume das suas *Cartas erudytas y curiosas* a D. Maria Bárbara e tenha usado o exemplo da

⁶⁷ *Idem*, pp. 130-131.

“... Posee todos los primores de la música, en cuanto ciencia, y en cuanto arte”:

As actividades musicais de D. Maria Bárbara de Bragança,
infanta de Portugal e Rainha de Espanha

sua personalidade, incluindo as competências como intérprete e compositora, como protótipo do talento das mulheres e da importância da sua formação cultural. Aludindo a uma polémica originada pelo seu discurso intitulado *Defensa de las Mujeres* escreveu: “Discurso que ya callarán los muchos que siendo casi inhábiles para toda Ciencia o Arte, sin otro título que el de su sexo, pretenden la misma ventaja, al ver una Reina, que sobre otras habilidades, que le comunicó una excelente educación, comprehensivamente posee todos los primores de la Música, en cuanto Ciencia, y en cuanto Arte; esto es, la teoria, y la práctica” (Discurso XVI, *Teatro Crítico y Universal*, Tomo I).

Epílogo – A dedicatória da *História da Música* do Padre Martini

As capacidades intelectuais e artísticas de D. Maria Bárbara foram também admiradas por figuras da estatura de Giovanni Battista Martini (1706-1784), padre franciscano de Bolonha que se tornou conhecido em toda a Europa como compositor, teórico, erudito e reputado professor, e lhe dedicou o 1.º volume da sua *Storia della Musica* (Bolonha, 1757).⁶⁸ Para publicar esta obra, o Pe. Martini contou com vários intermediários influentes, em especial cantores que tinham por ele grande estima e deram vários passos por iniciativa própria de modo a garantir a aprovação dos dedicatários.⁶⁹

Em relação a D. Maria Bárbara tiveram um papel crucial os cantores Antonio Bernacchi, Farinelli e Anton Raaff. A partir da correspondência estudada por Elisabetta Pasquini, percebe-se que Farinelli se antecipou ao próprio autor em relação à solicitação da dedicatória e à gravura do frontispício. Da autoria de Nicolaus Valleta, esta foi inspirada num retrato de D. Maria Bárbara da autoria de Jacopo Amiconi, que o próprio Farinelli possuía (consta do seu inventário dos bens). Sentada num trono, Maria Bárbara é assistida pela Música, que lhe oferece o livro de presente, e por Apolo. De cada lado estão as “quatro partes do mundo”, indicando as posses das coroas ibéricas: Europa, Ásia, África, América. Ao fundo, a Virtude e a Liberalidade representam qualidades da soberana. Em voo, Minerva, símbolo da sabedoria, segura um estandarte, com um texto em latim, que Martini traduziria do seguinte modo: “La Musica, o Regina, ti offre un presente, scielto da ogni parte del Mondo, e vuole che quanto Ella hà, tutto sia tuo”.

⁶⁸ Giambattista MARTINI, *Storia della musica*, vol. 1, Bologna, Lelio dalla Volpe, 1757 (1760).

⁶⁹ Elisabetta PASQUINI, “Epistolary Triangles Between Bologna and Madrid: Bernacchi, Farinelli, Raaff, and Martini’s *Storia Della Musica*”, in Iskrena YORDANOVA and Cristina FERNANDES (eds.), “*Padron mio colendissimo...*”: *Letters about Music and the Stage in the 18th Century*, Cadernos de Queluz IV, Wien, Hollitzer Verlag, 2021, pp. 347-370.



Figura 5 – Giambattista Martini, *Storia della Musica*, tomo primo, Bologna, per Lelio dalla Volpe, 1757. Gravura de Nicolaus Valleta. Madrid, Biblioteca Nacional de Espanha

Em Junho de 1759, Farinelli enviou ao Pe. Martini uma nota promissória no valor de de 24.000 reais espanhóis como recompensa concedida por D. Maria Bárbara pela homenagem.⁷⁰ A impressão da obra foi concluída no Verão de 1758, mas não pôde ser divulgada devido ao grave estado de saúde da rainha, que viria a falecer de cancro, a 27 de Agosto desse ano. Sempre atento, Farinelli conseguiu garantir que a data na folha de rosto da *Storia della Musica* (1757) fosse anterior à morte de D. Maria Bárbara.⁷¹ No entanto, nem todos os exemplares sobreviventes incluem a data de 1757, possivelmente porque o impressor havia preparado mais do que uma versão dessa página. No ocaso da vida de D. Maria Bárbara, Farinelli zelava pela sua imagem e projecção internacional, associando-a a um dos mais eruditos e prestigiados professores de música do século XVIII, procurado por discípulos de toda a Europa, entre os quais o jovem Mozart.

A última morada de D. Maria Bárbara foi o Mosteiro das Salésias Reales, onde foi sepultada depois de ter contado nas suas honras fúnebres com a música expressamente composta por José de Nebra, cujo *Ofício e Missa de Defunctos* passaria a fazer parte dos funerais da monarquia espanhola até ao século XIX. Aproximada-

⁷⁰ Carta de Farinelli a G. Martini (Villaviciosa de Odón, 04.06.1759), transcrita por E. PASQUINI, *op. cit.*

⁷¹ Carta de Anton Raaff a G. Martini (Madrid, 13.12.1758), transcrita por E. PASQUINI, *op. cit.*

“... Posee todos los primores de la música, en cuanto ciencia, y en cuanto arte”:

**As actividades musicais de D. Maria Bárbara de Bragança,
infanta de Portugal e Rainha de Espanha**

mente um ano antes tinha falecido o seu estimado mestre de música, Domenico Scarlatti, e um ano depois morria Fernando VI, que entrou em profunda depressão e sucumbiu com o desgosto. Depois de Carlos III ter subido ao trono, Farinelli regressou a Bolonha, levando com ele, além dos instrumentos musicais e de preciosas obras de arte, a magnífica biblioteca musical da infanta de Portugal e rainha de Espanha.

Bibliografia

- ALMEIDA, Andreia da Silva, “A anatomia de um aliança ibérica (1725-1729)”, in Ana Maria RODRIGUES, Manuela Santos SILVA e Ana Leal de FARIA (eds.), *Casamentos da Família Real Portuguesa. Diplomacia e cerimonial*, vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 2017, pp. 79-117.
- ALVARENGA, João Pedro d’, “Domenico Scarlatti in the 1720s: Portugal, Travelling, and the Italianisation of the Portuguese Musical Scene”, in Massimiliano SALA and Dean SUTCLIFFE (eds.), *Domenico Scarlatti Adventures: Essays to Commemorate the 250th Anniversary of his Death*, Bologna, Ut Orpheus Edizioni, 2008, pp. 17-68.
- BIANCONI, Lorenzo e Maria Cristina CASALI PREDIELLI, “Corrado Giaquinto: Carlo Broschi detto il Farinelli”, in *I ritratti del Museo della musica di Bologna da padre Martini al Liceo musicale*, Firenze, Leo S. Olschki, 2018, pp. 103-124.
- BONET CORREA, Antonio y Beatriz BLASCO ESQUIVIAS, *Fernando VI y Bárbara de Braganza; un reinado bajo el signo de la paz (1746-1759)*, Madrid, Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, 2002.
- BORGES, Sónia, *Duas Cortes, um Modelo: o Cerimonial Diplomático nas Relações Luso-Espanholas (1715-1750)*, Tese de Mestrado em História das Relações Internacionais, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2016.
- CAMPÓO SCHELOTTO, Diana, *Danza y cultura cortesana en el reinado de Felipe V (1700-1746)*, Tese de Doutoramento, Universidad Autónoma de Madrid, 2022.
- CAPPELLETTO, Sandro, *La voce perduta. Vita di Farinelli, evirato cantore*, Torino, EDT, 1995.
- CARRERAS, Juan José, “Farinelli’s Dream: Theatrical Space, Audience and Political Function of Italian Court Opera in 18th-Century Madrid”, in Margaret SCHARRER, Heiko LAB und Matthias MÜLLER (eds.), *Musiktheater im höfischen Raum des frühneuzeitlichen Europa: Hof – Oper – Architektur*, Heidelberg, Heidelberg University Publishing, 2020, pp. 357-393.
- DANVILA, Alfonso, *Fernando VI y doña Bárbara de Braganza (1713-1748)*, Madrid, Imprenta de Jaime Ratés Martín, 1905.
- DODERER, Gerhard e Cremilde Rosado FERNANDES, “A Música na Sociedade Joanina nos relatórios da Nunciatura Apostólica em Lisboa 1706-1750”, *Revista Portuguesa de Musicologia*, 3 (1993), pp. 69-146.
- DOMÍNGUEZ, José María, “Todos los extranjeros admiraron la fiesta: Farinelli, la música y la red política del marqués de la Ensenada”, *Berceo* 169 (2015), pp. 11-53.

- ERRO SAAVEDRA, Sara, *La Música en la Real Cámara durante el reinado de Fernando VI y María Bárbara de Braganza (1746-1759)*, Tesis Doctoral, Universidad Complutense de Madrid, 2023.
- FERNANDES, Cristina, “Maria Bárbara de Bragança’s music library and the circulation of musical repertoires in 18th century Europe”, in Maria Ida BIGGI, Francesco COTICELLI, Paologiovanni MAIONE e Iskrena YORDANOVA (eds.), *Le stagioni di Jommelli*, Napoli, Edizioni Turchini, 2018, pp. 901-929.
- FERNANDES, Cristina, “María Bárbara de Braganza y la cultura musical europea del siglo XVIII”, in Judith Ortega (coord.), dossier *Música de corte en femenino*, *Scherzo*, n.º 338 (Marzo 2018), pp. 77-81.
- FERNANDES, Cristina, “Domenico Scarlatti”, in *Dizionario Biografico degli Italiani*, Istituto della Enciclopedia Italiana fondata da Giovanni Treccani, 2018, pp. 345-352.
- FERNANDES, Cristina, “Tra cappelle, palazzi e teatri: i percorsi professionali dei cantanti italiani al servizio di Giovanni V e di Maria Anna d’Asburgo”, in Giuseppina RAGGI e Luís Soares CARNEIRO (eds.), *Filippo Juvarra, Domenico Scarlatti e il ruolo delle donne nella promozione dell’opera in Portogallo*, Roma, Artemide, 2021, pp. 157-180.
- FERNANDES, Cristina, “Changing ceremonial and musical paradigms: From the 17th century Iberian traditions to the ‘Romanization’ of the Lisbon Royal Chapel under King John V”, *Mélanges de l’École française de Rome. Italie et Méditerranée* 133-2 (2021), online. <http://dx.doi.org/10.4000/mefrim.10920>.
- FERREIRA, J. A. Pinto (ed.), *Correspondencia de D. João V e D. Bárbara de Bragança, rainha de Espanha (1746-1747)*, Coimbra, Livraria Gonçalves, 1945.
- FRANCO RUBIO, Gloria A., “Bárbara de Braganza y la corte de Isabel de Farnésio”, in Gigliola FRAGNITO (ed.), *Elisabetta Farnese, Principessa di Parma e Regina di Spagna*, Roma, Viella, 2009, pp. 163-186.
- GARCÍA MARTÍNEZ, José Luís, “Bárbara de Braganza, una aproximación a su faceta como coleccionista”, *Ars Bilduma*, 8 (2018), pp. 121-138. <https://addi.ehu.es/handle/10810/44950>.
- GORJÃO, Sérgio. *O Retrato de D. Maria Bárbara de Bragança no Palácio de Mafra*, Mafra, Câmara Municipal de Mafra, 2022.
- GÓMEZ URDÁÑEZ, José Luis, *Fernando VI y la España discreta*, Madrid, Punto de Vista Editores, 2019.
- GÓMEZ URDÁÑEZ, José Luís e José María DOMÍNGUEZ, “Tan mudada la Fortuna. Farinelli y el discurso visual en la ópera *La Nitteti* tras la caída de Ensenada”, *Revista de Historia Moderna*, 40 (2022), pp. 85–119. <https://doi.org/10.14198/RHM2022.40.03>
- LATCHAM, Michael, “Pianos and Harpsichords for Their Majesties”, *Early Music*, vol. XXXVI, n.º 3 (2008), pp. 359-396.
- MIRANDA, Susana Münch e Tiago MIRANDA, *A rainha arquiduquesa Maria Ana de Áustria*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2014.
- NERY, Rui Vieira, *The Music Manuscripts in the Library of King D. Joao IV of Portugal (1604-1656): A Study of Iberian Music Repertoire in the Sixteenth and Seventeenth Centuries*, Tese de Doutoramento, University of Texas, Austin, 1990.

“... Posee todos los primores de la música, en cuanto ciencia, y en cuanto arte”:

**As actividades musicais de D. Maria Bárbara de Bragança,
infanta de Portugal e Rainha de Espanha**

- OLIVEIRA, Manuela Morileau de, *As mulheres da família real portuguesa e a música: estudo preliminar de 1640 a 1754*, Tese de Mestrado em Ciências Musicais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2011.
- PASQUINI, Elisabetta, “Epistolary Triangles Between Bologna and Madrid: Bernacchi, Farinelli, Raaff, and Martini’s Storia Della Musica”, in Iskrena YORDANOVA and Cristina FERNANDES (eds.), *Padron mio colendissimo...”: Letters about Music and the Stage in the 18th Century*, Cadernos de Queluz IV, Wien, Hollitzer Verlag, 2021, pp. 347-370.
- PEREIRA, Ana Cristina Duarte, *Princesas e Infantas de Portugal*, Lisboa, Edições Colibri, 2008.
- PIMENTEL, António Filipe, “El ‘Intercambio de las Princesas’: Arte y política en las fiestas de la boda entre Fernando de Borbón y Bárbara de Braganza”, *Quintana* n.º 9 (2010), pp. 49-73.
- RAGGI, Giuseppina, “Trasformare la cultura di corte: la regina Maria Anna d’Asburgo e l’introduzione dell’opera italiana in Portogallo”, *Revista Portuguesa de Musicologia*, v. 5, n.1 (2018), pp. 18-38.
- RAGGI, Giuseppina, “Filippo Juvarra e Domenico Scarlatti: una traiettoria iberica nel segno del femminile”, in Giuseppina RAGGI e Luís Soares CARNEIRO (eds.), *Filippo Juvarra, Domenico Scarlatti e il ruolo delle donne nella promozione dell’opera in Portogallo*, Roma, Artemide, 2021, pp. 23-76.
- SAAVEDRA ALIAS, Inmaculada Arias, e Gloria A. FRANCO RUBIO, “Lecturas de mujeres, lecturas de reinas: la biblioteca de Bárbara de Braganza”, in Inmaculada Saavedra Alías (coord.), *Vida cotidiana en la España de la ilustración*, Granada, Universidad, 2012, pp. 505-550.
- TÉRCIO, Daniel, *História da Dança em Portugal. Dos Pátios as Comédias à Fundação do Teatro de São Carlos*, Tese de Doutoramento, Universidade Técnica de Lisboa, 1996.
- TUFANO, Lucio, “Vincenzo Manfredini, Giambattista Dall’Olio e l’eredità Farinelli. Nota sui manoscritti delle sonate di Domenico Scarlatti nel 1798”, in Dinko FABRIS e Paolo-giovanni MAIONE (eds.), *Domenico Scarlatti, Musica e Storia*, Napoli, Turchini Edizioni, 2010, pp. 307-318.
- VAN DER MEER, John Henry, “Os instrumentos de tecla na propriedade de D. Maria Bárbara Rainha de Espanha”, *Revista Portuguesa de Musicologia*, 2 (1992), pp. 161-169.
- VITALE, Carlo (ed.), *Carlo Broschi Farinelli. La solitudine amica. Lettere al conte Sicinio Pepoli*, Palermo, Sellerio Editore, 2000.

A presença de alentejanas e alentejanos diplomados na Universidade de Coimbra entre 1900 e 1951.

Parte 2 – Os anos depois de 1927/28 e conclusões

João Luís da Costa Nunes*

“A aquisição da cultura significa uma elevação constante, servida por um florescimento do que há de melhor no homem e por um desenvolvimento sempre crescente de todas as suas qualidades potenciais, consideradas do quádruplo ponto de vista físico, intelectual, moral e artístico; significa, numa palavra, a conquista da liberdade.

E para atingir esse cume elevado, acessível a todo o homem, como homem, e não apenas a uma classe ou grupo, não há sacrifício que não mereça fazer-se, não há canseira que deva evitar-se.

A pureza que se respira no alto compensa bem a fadiga da ladeira.”

Bento de Jesus Caraça (1901-1948), A Cultura Integral do Indivíduo, Gradiva, 2008

RESUMO: Pretendemos, neste texto, dar continuidade à Parte 1 que nos deu um panorama sobre a presença de naturais do Alentejo diplomados pela Universidade de Coimbra (UC) até ao ano letivo 1926/27. Aqui, retomamos a mesma visão a partir do ano letivo 1927/28, tendo usado as mesmas fontes e fazendo análogos destaques até ao ano letivo 1950/51, completando assim a visão a que nos propusemos. Relembremos que, no período agora retratado, os Anuários da UC não foram publicados de 1927/28 a 1937/38 e de 1942/43 a 1947/48. Sendo assim, daremos informação sobre os restantes anos e usaremos alguns dados conhecidos através de outras fontes para ilustrar o que não nos foi possível recolher através dos Anuários. São também apresentadas conclusões na forma de resumo da informação recolhida: prevalência dos diplomados por distrito e por curso, por exemplo.

Nos 10 anos letivos seguintes ao período retratado na Parte 1 deste trabalho e publicado no número anterior, isto é, de **1927/28 a 1937/38**, a UC não publicou os

* Professor de Matemática da Escola Secundária Lima-de-Faria. Cantanhede, Distrito de Coimbra.

seus Anuários. Por esta razão, não divulgaremos os dados relativos a este período, exceto para o último, pois encontramos-los expostos no Anuário do ano letivo seguinte.

Anotemos que, por esta altura, mais precisamente em 1930, a taxa de analfabetismo referente aos portugueses com mais de 7 anos era: 69,9% para as mulheres e 52,8% para os homens (Pimentel, 2001, p. 81). Sendo assim, fica claro a pertinência de conhecer todos aqueles, mulheres (em especial) e homens que ousaram e puderam frequentar o Ensino Superior na UC.

Não podemos, por isso, deixar de divulgar alguns dados que possuímos, de trabalho feito há uns anos atrás, a propósito das primeiras mulheres estudantes de Matemática na UC até ao ano letivo 1961/62, ano em que, a Secção das Ciências Matemáticas aceitou no seu quadro as primeiras mulheres assistentes. Os nomes que, neste âmbito apontamos, dizem respeito certamente a pessoas que neste domínio foram pioneiras nas regiões de onde eram naturais. Para este assunto, pudemos consultar Atas, Cartas de Curso e livros de registo existentes no Arquivo e Serviços Académicos da UC. Sendo assim, temos conhecimento de que, na área da Matemática, em **1933/34**, se licenciaram 8 alunos, sendo 4 mulheres, duas delas do Alentejo: Antónia da Luz Correia, com 13 valores, natural de Aldeia da Mata, Crato, Portalegre, filha de António José da Rosa e Maria Luísa Hauet Leal, com 14 valores, natural de Évora, filha de Joaquim *Apolinario* Palermo Leal. Sobre esta última, conseguimos apurar em livro de registos biográficos dos arquivos da Escola Secundária Infanta D. Maria, Coimbra (RH/05/004, 1918-1969, p. 163), que nasceu no dia 4 de janeiro de 1908 e que sua mãe era Ana Hauet Leal. Lecionou como professora efetiva nesta escola de 1948 a 1978, ano da sua aposentação por ter atingido o limite de idade. Passou pelos liceus de Faro, pelo Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho em Lisboa, pelo Rainha Santa Isabel e pelo Carolina Michaëlis no Porto, entre outros. Em 1967 ocupou o cargo de Secretária do Liceu Infanta D. Maria.

No Anuário da UC de 1938/39, no *Quadro geral de professores*, encontrámos 54 catedráticos, sendo 2 deles alentejanos e cujos nomes já foram aqui referenciados: João Maria Porto (Medicina), no 38.º lugar na antiguidade e na categoria, tendo tomado posse de Lente no dia 30 de junho de 1928 e *Luiz Beda Neto*, na categoria de catedrático contratado, com posse, segundo esta fonte, no dia 13 de janeiro de 1938. Ocupava nesta categoria, o lugar de 7.º mais antigo. Para este, encontrámos aqui a referência à freguesia do seu nascimento em Évora: Santo Antão.

Os licenciados alentejanos em **1937/38** foram os seguintes (Anuário 1938/39, pp. 50, 285-326) (Ver Tabela na página seguinte).

No ano letivo **1938/39**, houve 1 licenciado em Direito oriundo do Alentejo (entre 44): Augusto Castelhão Oliveira de Almeida, com Suficiente, 10 valores, natural de Beja e filho de Augusto Oliveira de Almeida. Saiba-se que, nesta época, a Faculdade de Direito também lecionava os Cursos de Ciências Jurídicas e de Ciências Político-Económicas. O primeiro contou, neste ano, com 35 licenciados e o segundo apenas com 1 aluno oriundo de S. Tomé e Príncipe, com 15 valores (Bom).

**A presença de alentejanos e alentejanos diplomados
na universidade de Coimbra entre 1900 e 1951**

Faculdade ou Curso/ n.º total de licenciados/ bacharéis	Nome	Classificação final (valores)	Naturalidade	Filiação
Letras C. Geográficas 4 licenciados	Mário Nunes Vacas	Bom – 16	Montemor-o- -Novo, Évora	João Manuel Vacas
Medicina 53 licenciados Curso de Climatologia e Hidrologia 17 finalistas	Bernardino António de Carvalho Pargana	Bom – 14	S. Martinho das Amoreiras, Odemira, Beja	Eurico Martins Pargana
	Carlos José Maçãs Nogueiro	Bom – 14	Ribeira de Niza, Portalegre	José Maria Nogueiro
	João Marques de Matos (também concluiu o Curso de Climatologia e Hidrologia, Bom – 14)	Bom – 14	Belver, Gavião Portalegre	Lourenço Marques
	José Rosado Espanhol	Suf – 13	<i>Repreza</i> , Montemor-o- -Novo, Évora	José Lourenço Espanhol
Ciências Matemáticas 14 licenciados Engenheiro Geógrafo 8 licenciados	António Pedro de Matos	Suf – 13	Gavião, Portalegre	Francisco Pedro de Matos
	José de Campos Coroa	Suf – 12	Beja	José João Coroa
	Amaro José Ceia	Bom – 14	Portalegre	José da Graça Martins Ceia
	José de Campos Coroa	Bom – 14	Beja	José João Coroa
Escola de Farmácia 8 bacharéis	Almerinda Maria Pedro	Suf – 13	Mértola, Beja	Manuel João Pedro
	Francisco Duarte Baião	Bom – 14	Alpalhão, Niza, Portalegre	Francisco Duarte Baião

Na Faculdade de Medicina, com 58 licenciados, contabilizámos 5 alentejanos, 4 do distrito de Portalegre (os 4 primeiros a seguir elencados) e 1 do de Évora (em último lugar): Francisco Gouveia Telo Gonçalves, filho de Francisco Telo Gonçalves, da capital do distrito, com 13 valores (Suficiente); Francisco Ribeiro Vinte-e-

-Um Mendes, filho de Manuel Mendes Ribeiro, natural de Vaiamonte, Monforte-do-Alentejo, com 17 valores (Bom); José do Nascimento Rasquilho, filho de Álvaro Trindade Rasquilho, natural de Amieiro, *Niza*, com 13 valores (Suficiente); Manuel Lopes Louro, filho de Domingos Louro Júnior, natural de Montalvão, *Niza*, com 13 valores (Suficiente); Palmiro Nunes Baptista, filho de Palmiro da Silva Baptista, natural de *Móra*, com 12 valores (Suficiente).

Na Escola de Farmácia, com 9 diplomados, encontrámos Amadeu Albano Mouta, filho de Júlio Albano Mouta, natural de Elvas, Portalegre, com 12 valores (Suficiente). Em 1926/27 havíamos encontrado seu irmão, Manuel, diplomado em Medicina. Ao lado de Amadeu Mouta encontrava-se Maria Serpa dos Santos, com 17 valores e que veio a ser a primeira mulher doutorada em Farmácia a lecionar na UC, contudo o grau mais elevado, atingiu-o na Universidade do Porto (1947). Foi a segunda mulher a fazê-lo naquela Universidade. A primeira, foi Leopoldina Ferreira Paulo (1908-1996), fê-lo em 1944 em Ciências Biológicas. Maria Serpa dos Santos depois do bacharelato em Coimbra, licenciou-se em Farmácia na Universidade do Porto (1941), também com 17 valores. Era a única que concedia este grau já que as Escolas de Farmácia, ao Curso que durava 3 anos, apenas concediam o grau de bacharel. Esta mulher, que nasceu no dia 6 de junho de 1916 em Mirante, Conceição, Horta, Açores, filha do sargento de infantaria, Domingos José dos Santos e de Maria Serpa, tomou posse do lugar de catedrática na UC em 1972. Faleceu em Carcavelos em 27 de maio de 2011 (Anuário 1939/40, pp. 296-341) (Bell, Pita, 2016).

No Anuário de 1940/41, encontrámos dados referentes a este ano letivo e ao anterior. Vejamos em primeiro lugar os que dizem respeito a **1939/40**: na Faculdade de Letras, José Júlio Ferreira Faustino, natural de Portalegre e filho de José Faustino, licenciou-se em Ciências Geográficas com 14 valores a par de outro. Houve 51 bacharéis em Direito estando nesta lista Sérgio Costa Lobo de Madureira, com 12 valores (Suficiente), natural de Évora e filho de Augusto Cândido de Madureira. Na Faculdade de Medicina, que contou com 78 licenciados, encontrámos: Carlos Gargaté Afonso Albarrão, filho de António Afonso Albarrão, natural de Portalegre, com 14 valores (Bom); Henrique Guisado, filho de José Guisado Júnior, natural de Messejana, Aljustrel, Beja, com 18 valores (Muito Bom); Joaquim Lopes Godinho, filho de Joaquim José Godinho, natural de Igreja, Arraiolos, Évora, com 16 valores (Bom); José Fernandes Tavares, filho de José Maria Tavares, natural de *Porto da Espada (Aramenha)*, Marvão, Portalegre, com 12 valores (Suficiente) e José Luiz Saramago, filho de António Joaquim Saramago, natural de Albernoa, Beja, com 11 valores (Suficiente).

Relativamente a **1940/41**, na Faculdade de Direito, o bacharel de Évora, no ano letivo anterior, Sérgio Madureira, licenciou-se em Ciências Jurídicas com 13 valores (Suficiente), num grupo de 22 alunos. Marcelino António das Neves, filho de António das Neves Loureço, natural de *Aviz*, Portalegre, foi um dos bacharéis na mesma Faculdade com 12 valores (Suficiente), tendo sido condiscípulo de Maria de Nazaré Lobato de Guimarães (e de mais 34), bacharel com 18 valores (Muito Bom) e que se viria a tornar uma das duas primeiras assistentes da sua

A presença de alentejanas e alentejanos diplomados na universidade de Coimbra entre 1900 e 1951

Faculdade no ano letivo 1957/58. Licenciou-se no ano seguinte com a mesma classificação.

Na Faculdade de Medicina, encontrámos 59 licenciados, incluindo os seguintes alentejanos:

- Adon de Moura Pimentel, natural de Montalvão, *Niza*, Portalegre, filho de Olivier de Faria Morujo, com 15 valores (Bom);
- Domingos Janeirinho, natural de Serpa, Beja, filho de Joaquim José Janeirinho, com 15 valores (Bom);
- Francisco dos Santos Pereira, natural de Évora, filho de Victor Pereira Júnior, com 12 valores (Suficiente);
- João Francisco Ramiro da Fonseca, natural de Moura, Beja, filho de José Faustino Ramiro da Fonseca, com 16 valores (Bom);
- João Manuel Pestana Rosa de Oliveira Casquilho, natural de Monte da Pedra, Crato, Portalegre, filho de Gregório de Oliveira Casquilho, com 13 valores (Suficiente);
- João Martinho Moreno Pinheiro, natural de Alagoa, Portalegre, filho de Martinho César Feio Pinheiro, com 13 valores (Suficiente);
- Manuel Magro Machado, natural de Marvão, Portalegre, filho de Francisco Machado, com 13 valores (Suficiente).

Nesta mesma Faculdade, concluíram o Curso de Climatologia e Hidrologia, 13 indivíduos, 2 dos quais alentejanos: António dos Santos Andrade, filho de José dos Santos Andrade, natural de Fronteira, Portalegre, com 16 valores (Bom) e o licenciado em Medicina no ano letivo 1938/39 e acima referido, Palmiro Baptista, com 12 valores (Suficiente).

Na Escola de Farmácia, 22 alunos concluíram o seu Curso, entre eles, Natércia de Figueiredo Ferreira, filha de Amadeu Ferreira da Fonseca, natural de Vendas Novas, Montemor-o-Novo, Évora, com 12 valores (Suficiente) (Anuário 1940/41, pp. 351-440).

No início da década de 40, o país viu decrescer a taxa de analfabetismo acima apontada para 1930: para as mulheres diminui para 56,1% e para os homens, para 41,2%. Dez anos depois (1950), vimos estas taxas descerem ainda mais, contudo, ainda que muito acima do desejável: 47,7% nas mulheres e 32,4% nos homens. Em 1960, estes números situavam-se nos 36,7% e 24,9%, respetivamente.

Olhando só para o Ensino Universitário e para a presença feminina, em 1940, apenas 16,5% da população estudantil eram mulheres. Em 1950, esta presença era de 24,9% e existiam em Portugal 1662000 mulheres domésticas, quando a população do país era de 6 826 000 indivíduos, equivalendo assim a dizer que as mulheres domésticas representavam cerca de um quarto da população portuguesa. Dez anos depois, a taxa de feminização no Ensino Superior subia para os 31% (Pimentel, 2001, pp. 81, 83) (Valério, 2001, p. 502).

No Anuário de 1940/1941 encontrámos a Oração *De Sapientia* proferida pelo alentejano de Nisa, onde nasceu em 1891 e Lente da Faculdade de Medicina desde

1928, João Maria Pôrto. Esta Oração, proferida no dia 16 de outubro de 1940, foi orientada pelo grande tema *Alguns problemas da Universidade de hoje*. A Academia foi confrontada com uma reflexão profunda de 25 páginas (Anuário 1940/1941, pp. 1-25) que abarcou os seguintes assuntos:

- I – *Programa mínimo das Universidades*
- II – *Ciência pura e ciência aplicada*
- III – *Aumento progressivo de inscrições e dos diplomas de cursos adquiridos nos Estabelecimentos de Ensino Superior*
- IV – *Universidade: centro de cultura e de educação*
- V – *Universidade, factor na vida nacional e internacional*

Por conter pontos que ainda hoje se revelam atuais e pertinentes, julgamos merecer uma análise mesmo que sucinta, particularmente os pontos II e III, carregados de evidências e preocupações da altura. A Oração permite-nos conhecer melhor a realidade universitária da época no que toca ao ensino universitário clássico, por um lado e técnico, por outro. Isto é, os domínios da ciência pura e da aplicada. Ficaremos também a conhecer a realidade vista pelos olhos de um alentejano maduro (cerca de 50 anos) a respeito de um assunto caro ao país e que merecia especial atenção e dedicação.

No ponto II, apresentou a evidência do desenvolvimento dos conhecimentos que obrigava a mais disciplinas, a mais conteúdos dentro de cada uma delas e ainda a interdisciplinaridade inevitável. Referiu a necessidade da «*frutuosa colaboração*» entre professores, Faculdades e Institutos de áreas diferentes com o fim único de estudar um mesmo assunto sob alçadas diferentes e refere de forma algo inovadora: “*Poderá isto explicar que, (...), professores da Faculdade de Medicina ensinam estudantes de Letras e de Direito; professores da Faculdade de Ciências ensinam os preparatórios para Medicina*” (p. 8).

Abordou um ponto sensível do Ensino Superior da altura e de hoje: a legitimidade de distinguir entre o ensino clássico (universidades clássicas) e o técnico (escolas superiores de ensino técnico, como o eram as de Medicina Veterinária ou Agronomia, por exemplo). João Pôrto defendeu que “*(...) o papel da universidade actual deve ser compreensivo quanto às duas feições da investigação (a pura e a técnica, que trata da aplicação da primeira). Se uma contribui para as fundações do edifício, a outra conclui-o na sua superestrutura, ambas, partes de um todo, (...)*” (p. 10). A sua intervenção incluiu ainda a defesa de que os progressos da ciência virão a justificar a fusão dos dois tipos, valorizando de facto o ensino e rentabilizando recursos. Invocou os exemplos de países ricos como a Holanda, Inglaterra e EUA: “*(...) onde as Universidades são em grande parte criadas, sustentadas ou subvencionadas pelas iniciativas privadas (...)*” e rematou com a questão “*como não admitir (esta) eficiência em países de modestos recursos materiais e onde há o hábito de só o Estado suportar o peso de tôdas as despesas que lhe estão inerentes, como acontece entre nós?*”.

A presença de alentejanas e alentejanos diplomados na universidade de Coimbra entre 1900 e 1951

Analiseemos de seguida os dados que João Pôrto apresentou no ponto III, em que demonstrou a sua preocupação perante o *«problema angustioso»* do progressivo e crescente aumento de alunos nos Estabelecimentos de Ensino Superior. Os números por si apresentados (nacionais) eram referentes ao número de inscrições ao longo dos anos em *“todas as Faculdades e Escolas das três Universidades clássicas, da Escola de Medicina Veterinária, Instituto Superior Técnico e Instituto de Ciências Económicas e Financeiras”*.

No Anuário de 1940/1941 (pp. 13-14) constam os seguintes números que destacámos:

Faculdade	Ano N.º de alunos	Ano N.º de alunos	Ano N.º de alunos
Medicina (3 Faculdades)	1911/1912 579	1931/1932 1770	1938/1939 1400
Direito (2 Faculdades)	1913/1914 596	1916/1917 981	1934/1935 1400
Letras	1911/1912 58	1932/1933 969	1939/1940 1237
Ciências	1911/1912 630	1917/1918 485	1934/1935 2059

Embora tenha sido nas Faculdades de Letras que se verificou o aumento mais impressionante (com um número de estudantes 20 vezes maior), nas restantes e em cerca de 30 anos, o número mais do que duplicou.

João Pôrto questionou *“a relação entre o número de diplomados e a população e riqueza do país”* e considerou *“frágil (...) a afirmação de que já hoje os temos (diplomados) em demasia ou de que ainda não são em número suficiente”* (p. 14).

Questionou ainda para que servia ser licenciado, recordando a dimensão e condições económicas do país (incluindo as colónias), acrescentando que *“muitos diplomados vêem-se na necessidade, para viver, de concorrer a carreiras de categoria inferior, para cujas funções se não exigiriam habilitações universitárias sequer(...) (perde-se) a justa articulação entre a função e o funcionário, pois que aquela sobe enquanto que este desce de categoria”*. Foi mais longe ao afirmar: *“Não ganhou a Nação em valores, e a Universidade perdeu em prestígio”* (p. 15).

Por outro lado, entendeu que, este nível de ensino estava algo desacreditado, ameaçado e avançou com razões: *“empirismo desordenado, (...) impaciência da juventude que visa a resultados imediatos, (...) debilidade do método crítico, (...)”*,

entre outras. O orador defendeu mesmo que o diploma perdeu o prestígio de outrora que era “*equivalente ao duma carta de nobreza*”.

A terminar, João Pôrto deu particular ênfase ao facto de o Curso de Medicina ter encurtado, passando de oito para seis anos ou até mesmo para cinco, “*para os interessados que desejem e consigam (...) cursar neste menor prazo todas as disciplinas obrigatórias*”. Acrescentou que, depois desta possibilidade ter entrado em vigor, “*todos os estudantes de Medicina se confessaram excepcionais e o Curso continua a ser, em rigor de 5 e não de 6 anos*” (p. 17). Este desabafo do orador estava certamente relacionado com a afirmação atrás citada que fazia alusão à juventude ávida de resultados mais rápidos.

Não foram apresentadas soluções, contudo foi citado M.K. Winkler e o seu relatório *La lutte contre le chômage des jeunes diplômés des Universités. Problèmes d'Université*, apresentado em julho de 1937 na Conferência Internacional do Ensino Superior, realizada em Paris. Nele, segundo o orador, Winkler dava sugestões que podiam travar a inscrição massiva de alunos nas Universidades, tais como a multiplicação das escolas profissionais, a existência de orientação profissional e de *numerus clausus*, criação de *Appointments Boards* (hoje seriam gabinetes de gestão de Cursos e de colocação de recém-licenciados), entre outras.

Sai desta Oração *De Sapientia* que o panorama do Ensino Superior estava a mudar, ou melhor, já tinha mudado nas Universidades portuguesas. O número de candidatas e candidatos estava a aumentar consideravelmente...



Porta Férrea (esquerda) e Rua Larga vista da Porta Férrea (direita)
clubepatrimonio.blogs.sapo.pt (23/3/21)

Nesta década, também ocorreram na UC planos de transformação urbanísticos notáveis. Foi projetada, para a *Alta de Coimbra*, a construção da *Cidade Universitária* pelos arquitetos Cottinelli Telmo (1897-1948) e Cristino da Silva (1896-1976). Os planos visavam a transformação de duas dezenas de quarteirões “*feios e insalubres*”, mas que tinham residentes e vida, num *espaço monofuncional*, monumental, com arruamentos largos, mas que seria deserto fora dos horários escolares...

A presença de alentejanas e alentejanos diplomados na universidade de Coimbra entre 1900 e 1951

Este espaço (*Alta de Coimbra*), antes das intervenções que obrigaram à deslocação de mais de 2 mil habitantes, continha: 202 prédios, 4 colégios, vestígios de 2 torres de menagem, muralha do castelo, 11 pensões, 3 cafés e bilhares, 5 alfaiatarias, 2 modistas, 6 barbearias, 3 farmácias, 3 papelarias, 2 livrarias, 3 carvoarias, 10 mercearias, 7 tabernas, 7 vendas de hortalça e fruta, 3 padarias, 2 leitarias, ...

Os estudos preparatórios deste plano de construção tiveram início em 1934. As obras decorreram ao longo das décadas de 40, 50, 60 e ainda 70: o Arquivo, de 1943 a 1948; a Faculdade de Letras, de 1945 a 1951; a de Medicina, de 1951 a 1956; o Departamento de Matemática, inaugurado em 1969 e os de Física e Química, em 1975 (Rosmaninho, 2018).

No ano letivo **1941/42**, a UC contava com 49 professores catedráticos, ocupando o já referido João *Pôrto*, natural de *Niza*, o 31.º lugar no quadro de antiguidade deste grupo de docentes. Quanto a professores extraordinários (18 no total) alentejanos, figurava o já citado Beda Neto (posse em março de 1942), docente na Secção das Ciências Matemáticas. Ocupava o 4.º lugar na antiguidade desta categoria, onde também figurava Manuel Joaquim Bruno da Costa, na Faculdade de Medicina, nascido no dia 17 de outubro de 1900, natural de S. Miguel de *Alagôa*, Portalegre, tendo tomado posse como professor extraordinário em 1936 ocupando a 6.ª posição na antiguidade. Entrou na carreira docente em 1927.

Na Faculdade de Letras, encontrámos no Curso de Filologia Germânica, 10 licenciados, sendo 3 mulheres, 1 delas alentejana: Josefa Violante Soares da Rocha, filha de Pulquéria Augusta Soares, natural de Mora, Évora, com 15 valores (Bom). No Curso de Ciências Histórico-Filosóficas, com 20 licenciados, encontrámos 7 mulheres, incluindo duas do distrito de Portalegre: Alice Jurinda Queimado, natural da capital do distrito, filha de Joaquim Luís Queimado, com 12 valores (Suficiente) e Maria José Vitorino Namorado, natural de Alter do Chão, filha de Mário Marques Namorado, com 14 valores (Bom). Ainda na mesma Faculdade, no Curso de Bibliotecário-Arquivista, entre 7 finalistas, figurava Maria Francisca Oliveira, natural de Santa Clara-a-Velha, Odemira, Beja, filha de João José da Silva de Oliveira, com 16 valores (Bom).

Na Faculdade de Ciências, a Secção das Matemáticas contou com 6 licenciados. Renato Pereira Coelho, natural de Beja, filho de Francisco Manuel Pereira Coelho era um deles com a classificação de 17 valores (Bom). Esta classificação justificará o ter vindo a fazer carreira académica, doutorando-se em 1968 com a dissertação “*Sobre a Axiomática da Convexidade*”, no dia 26 de julho.

Apresentamos de seguida a lista dos diplomados nas Faculdades de Direito e Medicina (Anuário de 1941/1942, pp. 62-73, 329-392):

Faculdade ou Curso/n.º total de licenciados	Nome	Classificação final (valores)	Naturalidade	Filiação
Direito	Marcelino António das Neves	Suf. – 11	Avis, Portalegre	António das Neves Lourenço
Ciências Jurídicas	Alexandre Mendes Gordo Proença	Suf. – 11	Alter do Chão, Portalegre	Joaquim Manuel Proença
27 licenciados	João de Matos Antunes Varela (doutorou-se em 1950 com 18 valores, veio a ser Ministro da Justiça entre 1954 e 1967)	Bom – 17	Ervedal, Avis, Portalegre	Augusto de Matos Teles
Bacharelato Direito 41				
Medicina	António da Costa Contreiras	Suf. – 13	Conceição, Ourique, Beja	José Contreiras Revez
63 licenciados (este n.º inclui alguns dos já referidos no ano letivo anterior, incluindo Adon Pimentel e Domingos Janeirinho)	Francisco Pinheiro Feio	Suf. – 12	Cabeço de Vide, Fronteira Portalegre	Manuel Martinho Pinheiro Feio
	Manuel de Brito Ramos Camacho	Suf. – 13	Castro Verde, Beja	Manuel de Brito Camacho
	Silvano dos Santos Marques	Bom – 17	Assunção, Elvas, Portalegre	José da Silva Marques
	Trajano Sebastião José da Costa Pinheiro	Bom – 17	Elvas, Portalegre	Francisco da Costa Pinheiro

Durante os anos letivos **1942/43 a 1947/48**, a UC não publicou os seus Anuários. Não apresentamos, por isso, dados relativos a este período, saltando para a análise dos dados disponíveis para os três anos letivos que nos propusemos tratar: 1948/49, 1949/50 e 1950/51.

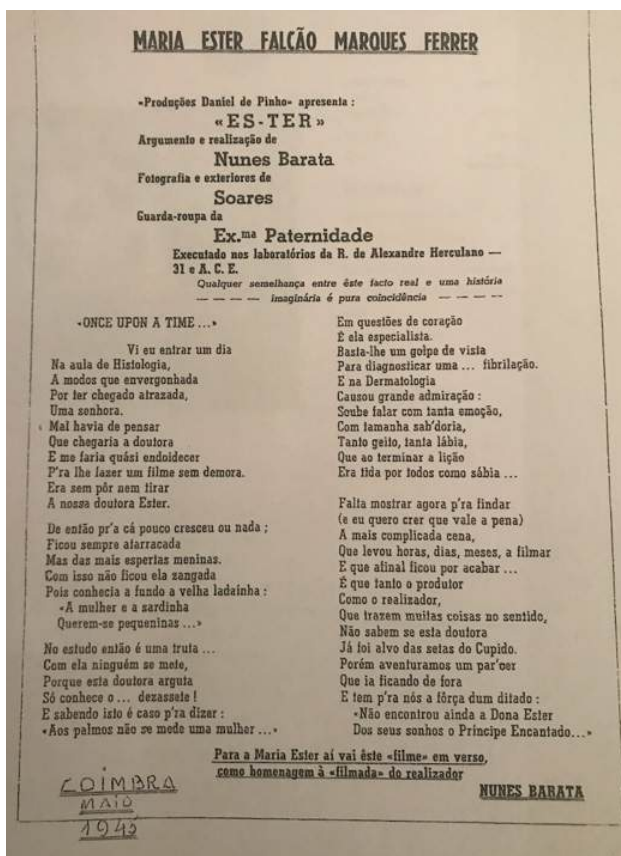
Contudo, sabemos por exemplo da licenciatura em Medicina, neste período, de José Gabriel de Sousa Vieira de Sande Nunes Barata, nascido a 29/10/1921 em Cabeção, *Móra*, Évora, filho de Amândio de Sande Pinheiro Nunes Barata. Também se licenciou a que veio a ser esposa de José Nunes Barata e que exerceu a sua atividade médica na região e por longo tempo, Julieta da Conceição Louro, formada com 18 valores em 1945/46. Nasceu em S. *Braz* de Alportel, Faro, no dia 10 de outubro de 1921.

A presença de alentejanos e alentejanos diplomados na universidade de Coimbra entre 1900 e 1951



José Nunes Barata
e Julieta Louro

Fonte: geneall.net, 7/3/2021



1945 – O estudante José Gabriel Nunes Barata de Cabeção, dedica a uma colega Curso.

Coleção particular da família Nunes Barata

Outros alentejanos ter-se-ão licenciado na UC nesta época, mas os documentos disponíveis, e que até ao momento pudemos consultar, não nos permitiram identificá-los.

De notar que, para estes anos letivos, deixa de haver referência à filiação e naturalidade dos finalistas, quando indicados como tal. Sendo assim, tivemos necessidade de, em primeiro lugar, identificar todos os alunos oriundos do Alentejo, consultando o índice geral de alunos, algumas vezes com mais de 200 páginas por ano letivo. De seguida, para cada um, verificámos se se tratava (ou não) de aluno finalista. As listas de licenciados e bacharéis apresentadas a partir de agora, tiveram por base esta metodologia de trabalho.

Para o ano **1948/49** (Anuário de 1948/1949, pp. 269-271, 277-280, 283-284, 305-306, 315-316, 376-533):

Faculdade ou Curso/ n.º total de licenciados	Nome	Classificação final (valores)	Naturalidade	Filiação
Letras C. Histórico-Filosóficas 31 licenciados	Jaime Vicente Oliveira Dias	Suf. – 11	Borba, Évora	Manuel Dias Júnior
Direito C. Jurídicas 70 licenciados Bacharelato Direito 38 bacharéis	José Gonçalves Silva	Bom – 14	Elvas, Portalegre	Manuel Joaquim da Conceição e Silva
	Maria Mourato Fonseca 	Suf. – 11	Benavila, Avis Portalegre	Mário Bonito Fonseca
	Augusto Marcolino Alves de Mira	Suf. – 10	Casa Branca, Souzel, Portalegre	Marcolino Augusto Varela
	Carlos Dinis de Figueiredo Júnior	Suf. – 11	Niza, Portalegre	Carlos Dinis de Figueiredo
	Eduardo Dias Lopes Mourato	Suf. – 11	Niza, Portalegre	Francisco Mourato Pelequito
	Jaime Malheiro Estrela	Suf. – 11	Cabeço de Vide, Fronteira Portalegre	Manuel Estrela Leitão
Medicina 32 licenciados	António Joaquim Paulino	Bom – 15	Estremoz, Évora	Anacleto José Paulino
Ciências Físico-Químicas 9 licenciados	Francisco Alves Tavares de Matos	Suf. – 11	Cabeço de Vide, Fronteira Portalegre	José Alves de Matos
Escola de Farmácia 37 bacharéis	Leopoldina Mourato Fonseca (sua irmã, Maria, licenciou-se no mesmo ano em C. Jurídicas)	Suf. – 13	Benavila, Avis Portalegre	Mário Bonito Fonseca

Em 1949/50, ano no qual encontrámos, por exemplo, 35 diplomados pela Escola de Farmácia, nenhum alentejano e 26 eram mulheres, encontrámos os seguintes dados relativos à conclusão de Curso de alunos alentejanos (Anuário de 1949/1950, pp. 345-478):

**A presença de alentejanas e alentejanos diplomados
na universidade de Coimbra entre 1900 e 1951**

Faculdade ou Curso/ n.º total de licenciados	Nome	Classificação final (valores)	Naturalidade	Filiação
Letras Bibliotecário- -Arquivista 3 diplomados	Mário Alberto Nunes da Costa	Não indicada	<i>Estremós, Évora</i>	Francisco Martinho da Costa
Direito C. Jurídicas 40 licenciados Bacharelato Direito 22 bacharéis	Alberto de Oliveira Luís (marido da escritora Agustina Bessa-Luís, 1945)	Suf. – 11	Portalegre	António Luís
	Augusto Marcolino Alves de Mira (bacharel em Direito no ano anterior; nome de pai com diferenças)	Suf. – 10	Sousel, Portalegre	Marcolino Augusto <i>Varelo</i> de Mira
	Carlos Dinis de Figueiredo Júnior (bacharel em Direito no ano anterior)	Suf. – 12	<i>Niza,</i> Portalegre	Carlos Dinis de Figueiredo
	Eduardo Dias Lopes Mourato	Suf. – 10	<i>Niza,</i> Portalegre	Francisco Mourato Pelequito
	Teófilo Coelho da Costa	Suf. – 10	Redondo, Évora	António Augusto da Costa
Medicina 50 licenciados	Ângelo Flecha Ançã	Suf. – 12	Beja	Ângelo Ançã
	José Lopes Cavalheiro (bacharel em 1915/16)	Bom – 15	Alcáçova, Elvas, Portalegre	Januário Machado Cavalheiro

No ano letivo **1950/51**, a UC teve os seguintes licenciados oriundos do Alentejo: na Faculdade de Letras, em Ciências Histórico-Filosóficas, um total de 20, entre eles, Maria Ivone do Nascimento Rosa, com 11 valores (Suficiente), natural de Serpa, Beja, filha de Manuel Domingues Rosa; na de Direito, em 53 licenciados, contou com os alentejanos Fernando Lopes Correia Semedo, com 12 valores (Suficiente), natural de Gavião, Portalegre, filho de Mário Semedo; José Joaquim dos Santos Andrade Porto, com 14 valores (Bom), natural de Fronteira, Portalegre, filho de José da Graça Porto, acima referido por ter sido bacharel em 1922/23;

Teófilo Costa, com 10 valores (Suficiente) e também já indicado como bacharel no ano letivo transato. Restam os licenciados em Medicina que foram, entre 78: António Patrício Rodrigues Neves, com 14 valores (Bom), natural de Portalegre e filho de Armando Guilherme da Silva Neves; Emílio José de Campos Coroa, com 14 valores, natural de Beja e filho de José João Coroa; Francisco Barbosa Poupinha das Neves, com 14 valores (Bom), natural de Brinches, Serpa, Beja, filho de Manuel Luís das Neves. De lembrar que um irmão de Emílio Coroa, de primeiro nome José, se licenciou também na UC em 1937/38 em Ciências Matemáticas e em Engenheiro Geógrafo (Anuário de 1950/1951, pp. 250, 257-262, 349-493).

Acrescentemos que, numa altura (1950) em que o país contava com 8 512 000 habitantes, sendo 219 638 do distrito de Évora (2,6%) , 286 803 do de Beja (3,4%) e 196 993 (2,3%) do de Portalegre, o número de alfabetizados (sabiam ler e escrever) era 4 299 000 (50,5%), os que haviam completado o Ensino Primário, 1 494 000 (17,6%); os com o Ensino Médio, 39 000 (0,5%) e aqueles que possuíam formação superior, 34 000 (0,4%), em que a média de escolaridade era de 1 ano e a percentagem de mulheres domésticas no país era cerca de 30%, a UC contava (em 1948/49) com 5 mulheres assistentes no seu corpo docente: quatro eram licenciadas, lecionavam na Faculdade de Ciências e eram segundas assistentes e uma, Maria Serpa dos Santos, na Escola de Farmácia, com a categoria de primeira assistente. As restantes eram Maria Alice Furtado Alves e Maria Amália de Freitas Tavares, na Secção das Físicas; Maria Carlota Aranda Correia, na de Zoologia/Antropologia e Magda Mercedes Moscoso Botelho, na de Botânica.

Tanto na Assembleia Geral (AG) como no Senado da UC, não encontrámos mulheres. Como representantes dos estudantes na AG não poderia estar quem quer que fosse, uma vez que em 1936, o Ministro da Educação Nacional suspendeu a presença de alunos. (Valério, 2001, pp. 57, 502, 747) (Anuário de 1948/1949, pp. 120, 123, 132, 169, 172, 369, 370 e 132).

1. Depois de 1951: mulheres alentejanas licenciadas em Ciências Matemáticas e em Medicina

Invocando as mesmas razões acima apresentadas, aquando da não publicação de Anuários por parte da UC, abaixo divulgamos alguns dos nomes que encontrámos de mulheres licenciadas em Matemática e em Medicina (estas últimas alvo de um outro estudo por nós encetado há menos tempo), logo após o final do período que estabelecemos para este texto. Elas serão seguramente pioneiras na UC nas áreas em causa, como já foi referido.

**A presença de alentejanas e alentejanos diplomados
na universidade de Coimbra entre 1900 e 1951**

Em Ciências Matemáticas:

Ano letivo N.º total de licenciados	Nome	Naturalidade	Classificação final (valores)	Filiação
1953/54 30 (12 mulheres)	Maria Tula Amaral Vitorino Mendes	Elvas, Portalegre	12	José Vitorino Mendes
1955/56 33 (11 mulheres)	Ofélia Grumicho Pereira Marques	Terena, Alandroal, Évora	13	António Pereira Marques
1958/59 26 (15 mulheres)	Etelvina Augusta Mourato Grilo	S. Lourenço, Portalegre	16	João Grilo
1959/60 41 (20 mulheres)	Isabel Cabezas Pereira	Alcáçovas, Elvas, Portalegre	12	Francisco Filipe Pereira
	Maria do Céu Cordeiro Lourinho	S. Lourenço, Portalegre	12	Manuel Hermenegildo Lourinho (Bach. em Filosofia em 1913/14 e em Medicina em 1915/16)

No que às mulheres licenciadas em **Medicina** diz respeito, o estudo por nós efetuado contemplou o período de 1903/04 a 1957/58. Refira-se que a contratação das primeiras mulheres assistentes nesta Faculdade ocorreu exatamente em 1956/57 e em 1957/58, incluindo uma alentejana.

Ano letivo N.º de licenciados	Nome (Data de nascimento)	Naturalidade	Classificação final (valores)	Filiação
1951/52 97 (10 mulheres)	Silvina da Conceição Graça (26/8/1926)	S. André, <i>Estremós</i> , Évora	14	Adelino da Silva Graça
1952/53 94 (11 mulheres)	Maria Inácia Matos da Silva Urzal (29/9/1927)	Odemira, Beja	13	Domingos João Urzal
	Mariana Fouto Pólvora (2/6/1925) 	Figueira e Barros, Avis, Portalegre	13	Maurício José Pólvora
1954/55 72 (8 mulheres)	Maria Bárbara dos Reis Pereira Magalhães (29/1/1927)	N. Sr.ª da Vida, Montemor-o- -Novo, Évora	12	Francisco Pereira Magalhães

[continua]

1955/56 84 (11 mulheres)	Maria de Lurdes Esteves Dias (14/12/1930)	Portalegre	15	António Joaquim Dias
1956/57 70 (17 mulheres)	Maria Irene Valente Baptista (23/7/1933) (veio a ser em 1957/58, a 2. ^a mulher assistente na Faculdade de Medicina – 3.º Grupo – Patologia, posse: 14/2/1958)	Beja	17	Domingos Crespo Júnior

2. Conclusões

Conforme anunciámos no início deste texto, procurámos a presença de naturais do Alentejo na primeira metade do século XX diplomados na UC. De acordo com as fontes consultadas e disponíveis, conseguimos apurar para mais de 30 anos letivos, os nomes, a naturalidade, o Curso concluído e respetiva classificação final e a filiação (nome do pai, na grande maioria das vezes). Pudemos ainda contabilizar o número de alunas e alunos por Curso em cada um dos anos letivos observados.

No período e nos anos letivos estudados, contabilizámos cerca de 5400 diplomados, sendo cerca de 250 os nascidos no Alentejo, correspondente a cerca de 4,6%. Em média, a UC contou anualmente com cerca de 150 diplomados e destes, em média, 7 eram alentejanos.

Relativamente ao distrito de origem dos diplomados alentejanos, pudemos constatar que:

- cerca de 48% eram do distrito de Portalegre;
- cerca de 27% eram do distrito de Beja;
- cerca de 25% eram do distrito de Évora.

Quanto ao concelho de origem, concluímos que a grande maioria se fez representar, sendo que:

- foram os de Beja, Nisa e Portalegre, com cerca de 9%, os mais presentes, seguindo-se os de Elvas (8%) e Évora (7%): entre 19 a 23 do total de diplomados alentejanos;
- com 7 a 11 diplomados (cerca de 3% a 4%), tivemos Avis, Crato, Gavião, Montemor-o-Novo, Mora, Moura, Odemira, Ourique e Serpa;
- Alter do Chão, Campo Maior, Estremoz, Fronteira, Mértola, Monforte, Redondo, Reguengos e Vila Viçosa, contaram com de 4 a 6 diplomados, o que corresponde a cerca de 2% do total de finalistas alentejanos;
- com 1, 2 ou 3 diplomados (percentagem inferior a 2%) estiveram: Aljustrel, Alandroal, Alvito, Arraiolos, Borba, Castelo de Vide, Castro Verde, Cuba, Ferreira do Alentejo, Marvão, Mourão, Ponte de Sor, Portel, Sousel e Vidigueira.

**A presença de alentejanos e alentejanos diplomados
na universidade de Coimbra entre 1900 e 1951**

No quadro abaixo apresentamos a distribuição, por Faculdade e Curso, do número de alentejanos que concluíram os seus Cursos nas diferentes Faculdades e na Escola de Farmácia nos anos letivos acima retratados:

Faculdade Cursos	Número de diplomados alentejanos	Número total de diplomados	Percentagem (aprox.) de diplomados alentejanos
Direito Bacharelato e licenciaturas em Direito e em Ciências Jurídicas	140	2844	4,9%
Medicina	68	1227	5,5%
<i>Mathematica</i> (até 1913/14)	2	29	6,8%
<i>Philosophia</i> (Bacharelato e Licenciatura, até 1913/14)	14	222	6,3%
<i>Theologia</i> (até 1911/12)	2	112	1,8%
Letras (ano 1914/15 e seguintes)			
Filologia Clássica	1	45	2,2%
Filologia Românica	2	80	2,5%
Filologia Germânica	1	83	1,2%
Histórico-Filosóficas ou Filosóficas	2	116	1,7%
Histórico-Geográficas ou Geográficas	3	56	5,4%
Ciências (ano 1914/15 e seguintes)			
Matemáticas	5	165	3,0%
Físico-Químicas	1	72	1,4%
Histórico-Naturais, Biológicas ou Geológicas	0	61	0%
Engenheiro Geógrafo	2	23	8,7%
Geofísicas	0	14	0%
Farmácia (Escola e Faculdade)	7	235	3%

Relativamente aos números acima apresentados importa referir que houve 7 alentejanos que, até 1915/16, completaram dois Cursos: o de *Philosophia* e o de Medicina. Refira-se que, nesta época, a Faculdade de *Philosophia* apresentava um plano de estudo da chamada “*filosofia natural*”, isto é, no âmbito das Ciências Naturais que incluía a Química, a Botânica e a Zoologia, por exemplo. Frequentavam este plano e outro na então Faculdade de *Mathematica*, todos aqueles que pretendiam vir a matricular-se em Medicina ou em Engenharia (Curso este não existente na UC). Estes planos constituíam os denominados *Preparatórios* e tinham a duração de 3 anos. Sendo assim, o Curso de Medicina tinha a duração de 8 anos (3+5), tornando-se o mais longo da UC.

Contudo, alguns dos futuros bacharéis em Medicina, acabavam por completar o Curso (completo) da Faculdade de *Philosophia*, sendo assim também bacharéis nesta área (Sousa, 2017, pp. 27-28). Notemos ainda que, em 1914/15, as Faculdades de *Mathematica* e de *Philosophia* se juntam dando origem à Faculdade de *Sciencias*. No período estudado, desta junção e até serem criadas as diferentes Secções (Ciências Matemáticas, Físico-Químicas, Naturais,...), encontrámos 22 bacharéis, contudo, nenhum era alentejano.

Pretendemos com este estudo e com este texto, contribuir para a concretização do desejo de alguns que lastimam o facto evidente de: “(...) infelizmente, são poucas as instituições que cuidam da sua memória, deixando as pessoas desaparecer sem deixar rasto, espero que, em Coimbra, seja diferente”, como connosco foi, *há uns anos*, partilhado por Ana Maria Carneiro, professora aposentada da Universidade Nova de Lisboa ligada à História das Ciências.

Não sabemos se em Coimbra foi, é ou será diferente: não somos nenhuma instituição nem dela representante... Contudo, quisemos olhar para a UC e para o Alentejo, dedicar-lhe algum tempo, olhando para todas (muito poucas) e todos aqueles que puderam (e quiseram) sair e ousar, estudando em Coimbra, a mais de 2 ou 3 centenas de quilómetros, numa altura em que certamente as viagens demoravam muito e as despesas inerentes à saída da terra natal eram incomportáveis para quase todos. Arriscamos dizer que: seria um dia para chegar ao destino, as visitas à casa materna seriam muito raras (para alguns só nas férias grandes e no Natal) e as condições de vida em Coimbra não seriam, para alguns, muito famosas, pois havia que poupar, ou melhor, não havia para gastar com conforto.

Quisemos assim dar visibilidade, mais uma vez, ao que é raro, às minorias, às pioneiras e pioneiros, neste caso aos diplomados oriundos da região portuguesa com maior área, mas algo distante de Coimbra e onde, sabemos, especialmente na época retratada, os estratos socioprofissionais mais qualificados eram diminutos e os problemas de desenvolvimento eram realidade. Sabemos também que muitos destes fatores a fazem menos representada em muitos domínios. Com este olhar, repetimos, que quisemos atento, quisemos ousar contribuir para a qualidade da democracia que passa também pela qualidade do olhar.

Quem sabe estamos a abrir uma porta para outros estudos mais completos que: visem os anos letivos aqui não incluídos; façam idêntico levantamento a partir de 1911, nas Universidades de Lisboa (mais próxima) e do Porto; conheçam e divul-

guem mais a respeito dos diplomados aqui elencados (percurso profissional e pessoal) e das suas famílias (profissão dos pais, por exemplo); reúnam eventuais causas da escolha da UC, depois da existência da de Lisboa, por exemplo; enfim... Esta pesquisa pode ser continuada, aprofundada, dando assim a conhecer mais o que, para nós, realmente, vale a pena: as pessoas! Cada uma encerra, como todos nós sabemos, uma história que merece ser contada.

As fontes, essas, felizmente, estão por consultar, pois estão disponíveis. Os estudos, muitos e quantos se queira, estão por fazer e pena é que, para tantos dos indivíduos nada disto exista, pois, a vida de uma pastora, por exemplo, não é menos interessante do que a de uma rainha, contudo, para a primeira, *não há* quem tenha tido o cuidado de construir/ compilar aquilo que virão a constituir fontes a que possamos ter ou vir a ter acesso... Esta ideia é da historiadora e professora da UC, Maria Antónia Lopes que se dedicou e publicou, por exemplo, em 2013, as biografias das Rainhas Estefânia (1837-1859) e Maria Pia (1847-1911).

Sendo assim, contemos pelo menos a história destes de que há registo(s): contribuiremos assim para que as memórias (deles, de quem os fez ou criou, das terras que os viram nascer) não se extingam.

A nós, tal como a Terêncio (185 a.C.-159 a.C.), cujo primeiro nome, ironicamente era Públio..., como somos humanos, nada do que é humano nos é alheio/ estranho! Isto é, as pessoas interessam-nos. De donde vêm... também! No caso, a imensidão, a grandeza, a pureza, a natureza hostil, a terra sofrida e queimada, o abandono, a solidão, a dignidade, a identidade cultural (ainda) muito vincada terão feito (e ainda farão) a diferença pelos sítios por onde passaram (e passam) (Santos, 2011)? Terão sido notados ou foram tal como a calipolense Florbela Espanca (1894-1930), que terá sido uma das primeiras mulheres a frequentar o liceu em Portugal e que, rondando o ano de 1920 se matriculou na Faculdade de Direito de Lisboa ao lado de outras 13 mulheres, num total de 347 alunos, que em “Eu”, de si dizia: “*Sou aquela que passa e ninguém vê (...)*”?

Fica a pergunta para quem sabe mais acerca das pessoas e famílias aqui envolvidas... Fica, porém, uma visão que foi, possivelmente, comum a todas e a todos estas e estes pioneiros e seus impulsionadores:

(...) *Porque o meu Reino fica para além...*
Porque trago no olhar os vastos céus (...)
Florbela Espanca, *Versos de Orgulho*



coimbraantiga.blogspot.pt (23/3/21)

Bibliografia

Fontes impressas

- Anuários da Universidade de Coimbra (1870/1871; 1880/1881; 1890/1891; 1900/1901-1926/1927; 1938/1939-1941/1942; 1948/1949-1950/1951), Coimbra, Universidade de Coimbra [disponíveis em <https://digitalis-dsp.uc.pt/republica/UCBG-8-118-1-3/rosto.html>].
- BANDEIRA, Ana Maria Leitão; PITA, João Rui Rocha (1990), *As primeiras mulheres farmacêuticas na Universidade de Coimbra*, *Kalliope, De Medicina*, n.º 3, pp. 21-28.
- BELL, Victoria; PITA, João Rui Rocha (2016), *Lembrando Maria Serpa dos Santos no seu centenário (1916-2016)*, *Farmacêutico News*, Ano 4, n.º 22, pp. 19-22.
- GOMES, Joaquim Ferreira, *A mulher na Universidade de Coimbra*, Livraria Almedina, 1987.
- PIMENTEL, Irene Flunser Pimentel, *História das Organizações Femininas do Estado Novo*, Temas e Debates, 2001.
- ROSMANINHO, Nuno, *Uma nova Alta de Coimbra*, *Visão História* n.º 46, pp. 44-47, abril 2018.
- SANTOS, Cândido dos, *A mulher e a Universidade do Porto, A propósito do centenário da formatura das primeiras médicas portuguesas*, U. Porto Press, 1991.
- SANTOS, Marcos Olímpio Gomes dos, *O Alentejo na Poesia*, documento adaptado a partir da tese de doutoramento do autor, 2011 [disponível em <https://docplayer.com.br/11419767-O-alentejo-na-poesia-1.html>], consultado em 13/3/2021].

A presença de alentejanas e alentejanos diplomados na universidade de Coimbra entre 1900 e 1951

SOUSA, Jorge Pais de, *Bissaya Barreto, Ordem e Progresso*, Almedina, 2017

VALÉRIO, Nuno (coordenação), *Estatísticas Históricas Portuguesas*, Vol. I (2001), INE [disponível em www.ine.pt, consultado em 1/3/2021].

VAQUINHAS, Irene, *Mulheres na Universidade de Coimbra: o caso das primeiras estudantes cabo-verdianas*, História. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, IV Série, Vol. 8, n.º 1, 219-244 (2018) [disponível em <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/80188>, consultado em 13/3/2021].

Fontes não impressas

Pedido de bilhete de identidade – Arquivo Distrital de Portalegre – DigitArq [consultado em 8/12/2020, 4/3/21] (Fotografias de Maria Mourato, Mariana Pólvora)

<http://www.publico.pt/doutoramentos>. *web site do Jornal Público*. [Online] 8 de março de 2013. *Projeto de investigação em jornalismo computacional – Reaction* [consultado em 3/4/2013]

<http://www.uc.pt/academicos/provas/doutoramentos/> [consultado em 12/2/2014]

<https://www.uc.pt/fectuc/dmat/departamento/bibliomat/servicos/maticos/MiraFernandes-A> [consultado em 6/3/2021]

Fotografias de Coimbra [consultados em 23/3/2021]

<https://clubepatrimonio.blogs.sapo.pt>

coimbraantiga.blogspot.pt

<http://ml.ci.uc.pt/mhonarchive/jbuc/msg00212.html>

Vila Viçosa no século XX: Representações através da crónica na imprensa local em *Callipole* (1934-1935) e *O Calipolense* (1973-1975)¹

João Gabriel Caia² | Rui Miguel Godinho³

Resumo: Os *media* locais e regionais servem como espaço perfeito à proliferação de temas de debate e discussão na sociedade, de maior ou menor dimensão. No entanto, as representações e os problemas da região e das suas gentes nem sempre foram bem tratados nos *media* de maior dimensão. Pretendemos, por isso, analisar a forma como a crónica foi usada para retratar as gentes de Vila Viçosa, bem como as suas preocupações e debates no espaço público de então, em raros jornais locais publicados há 90 e 50 anos atrás, contribuindo para o conhecimento da história cultural e da imprensa da localidade durante o século XX.

Palavras-chave: crónica; Vila Viçosa; representações culturais; imprensa local.

Abstract: Local and regional media have acted as the perfect spot for the appearance of themes in need of debate and discussion within society, in a more or less significant dimension. However, the region's struggles and its people representations haven't always been well reported within the bigger audience media. Therefore, we intend to analyze how the chronicle was used to portray the people of Vila Viçosa, as well as their concerns and debates in the public space of that time, in rare local newspapers published 90 and 50 years ago, contributing to the knowledge of the cultural and press history of the locality during the 20th century.

Keywords: newspaper columns; Vila Viçosa; cultural representations; local press.

¹ Artigo de investigação produzido a partir da comunicação apresentada, após *peer-review*, no IV Congresso Internacional de Cultural Lusófona Contemporânea, em julho de 2021 no Instituto Politécnico de Portalegre, com o título: “Alentejo no século XX: representações mediáticas através da crónica”

² Historiador (Ciência Vitae 701F-8124-0668) joagabrielcaia@outlook.pt

³ Jornalista. Mestre em Jornalismo pela Universidade Nova de Lisboa. rmiguelgodinho@gmail.com

1. Uma breve arqueologia do espaço público

No século V a.C, em plena Grécia Antiga, foi criada a Democracia, o regime político mais comum nas sociedades ocidentais atuais. Nascido como um sistema de governação marcado, sobretudo, pela igualdade dos cidadãos no processo legislativo (direta ou indiretamente, através de representantes eleitos), a Democracia também trouxe, naturalmente, espaço para a discussão e troca de ideias entre todos: o espaço social.

Na sua génese, o espaço social compreendia duas dimensões, uma privada (*oikos*) e outra pública (*polis*). No fundo, na esfera privada concentravam-se discussões sobre as posses, os bens ou a família, por exemplo; a esfera pública, por outro lado, compreendia as discussões, entre os homens livres, sobre os assuntos da vida da *polis*, onde se estabeleceram os primeiros consensos sobre a pátria (Silva, 2006). Para isso, os homens reuniam-se nas feiras, mercados, ou na Ágora, o símbolo maior da democracia ateniense. No entanto, importa frisar que, na Grécia Antiga, as mulheres não estavam incluídas neste processo de discussão e deliberação sobre os assuntos da *polis*, sendo essa função dos homens.

Assim surge o espaço público, também ele com dimensões e configurações diferentes ao longo dos tempos. Segundo Arendt (2016), o espaço público é um mundo comum, um lugar de ação política, que possibilita a ligação entre os cidadãos e, consequentemente, o debate de opiniões necessárias ao convívio social entre todos. Esta é também a base de toda atividade política, para a autora. Por sua vez, Habermas (2003) considera o espaço público como o lugar privilegiado para comunicar, debatendo e usando livre e publicamente a razão, em encontros sociais.

Com esta (breve) definição daquilo que é entendido como espaço público e duas das suas dimensões de estudo, consideramos necessário explicitar como tem evoluído ao longo do tempo. Tendo começado na Ágora, o lugar dedicado à livre discussão de ideias entre os atenienses, o espaço público sofreu reconfigurações. Segundo Habermas (2003), na sua génese, o espaço público encontrava-se dividido em duas esferas principais: a esfera literária, de onde resultava a esfera política, e cujo objetivo era intermediar o diálogo, através da opinião pública, entre o Estado e a sociedade civil. Ambas as esferas seriam um garante de direitos fundamentais, tais como a base da autonomia privada (da família e da propriedade); da liberdade de opinião e expressão; da liberdade de imprensa; da função política dos cidadãos no espaço público; entre outros (*ibidem*).

Com estes direitos, e com o avançar do tempo, o espaço público acaba por se reconfigurar, passando a ser materializado em locais comunitários como os cafés ou os salões. A imprensa acaba, por isso, por ter um papel fundamental nesta reconfiguração, uma vez que muitos dos assuntos discutidos nos cafés ou nos salões acabavam por ser publicitados nos jornais (ou vice-versa, com notícias a gerar discussões nestes espaços).

Por isso, e de modo a evidenciar esta relevância dos jornais junto da população, é necessário explicitar a forma como os assuntos das comunidades eram abordados

nos *media* de então, sobretudo através de um género que sempre cruzou barreiras entre o domínio mais literário e o domínio do jornalismo: a crónica.

2. A evolução histórica da crónica

Com o seu nome a derivar do grego *chronos* (tempo), a crónica foi um dos primeiros dispositivos pré-jornalísticos a existir em Portugal (Sousa, 2008) como as crónicas (de que é exemplo a celebrada Crónica de D. João I, de Fernão Lopes. Ao longo da história, a crónica foi-se alterando e, fruto da expansão jornalística e da profissionalização do jornalismo, no século XIX, ela própria foi reconfigurada. Como pode, no entanto, ser caracterizada a crónica? Segundo Lopes (2010), no sentido mais tradicional, a crónica “traduz o relato ou narrativa de factos dispostos por ordem cronológica, por ordem da sua sucessão” (p. 1).

Nos seus primórdios, relata Massaud Moisés (2003), a crónica destinava-se a listar acontecimentos ordenados cronologicamente, dando a conhecê-los, mas não a explorá-los com alguma profundidade. Em Portugal, os primeiros passos dados em direção a esta aceção do conceito surgem no século XII, através dos “crônicas” (Cidade & Selvagem, 1967), que nada mais eram do que “breves registos sem ligação ou continuidade, escritos por iniciativa particular” (p. 164). Assim, a crónica abrangia vários temas indiretamente ligados, com uma narração objetiva, recorrendo ao diálogo, numa estrutura parecida ao conto (*ibid.*).

Quando surge, a crónica era publicada de forma independente, ou seja, não estava incluída em qualquer outro tipo de publicação. Ainda assim, no século XIX, a crónica mais literária passa a chamar-se “folhetim” (o mais conhecido folhetim em Portugal é, talvez, “O Mistério da Estrada de Sintra”, de Eça de Queirós e Ramalho Ortigão, publicado no *Diário de Notícias*, em 1870), e inclui-se nos jornais. Este passa a ser um formato popular na época, não só em Portugal como por toda a Europa. Lopes (2010) refere, inclusive, que, a partir de 1800, o francês *Journal des Débats* inicia a publicação diária de um folhetim, que, em 1836, passa a ser um género recorrente no jornal *La Presse*. Por cá, em 1827 dá-se a publicação d’*O Cronista*, um “semanário de política, literatura, ciências e artes” e d’*O Português*, onde Almeida Garrett chega mesmo a escrever uma coluna semanal. No entanto, constata Lopes (2010), é a partir de 1864 que se “publica a melhor ficção e crónica nacionais” (p. 5), cujo vulto de maior relevo é, talvez, o já referido *Mistério da Estrada de Sintra*.

Já no século XX, surge a crónica política, que acaba por ter “dois momentos de fulgor: os vinte e cinco anos que precederam a ditadura e dos vinte e cinco que se lhe seguiram” (Venâncio, 2004, p. 6). É neste contexto que acabam por surgir nomes como Vasco Graça Moura ou Vasco Pulido Valente, também associados à chamada crónica social.

Além da crónica política, refere Lopes (2010), o século XX é, também ele, palco do aparecimento da crónica mais direcionada aos costumes. Ao definir este tipo de crónica, Venâncio (2004) refere que, no fundo, vários cronistas analisavam

de perto “as normas de conduta e os comportamentos íntimos ou públicos, mais o estilo de vida de variados tipos humanos” (p. 7), de entre os quais se destaca, por exemplo, o escritor José Gomes Ferreira (Lopes, 2010).

Já na reta final do século, surge o jornal *O Independente*, que acabou por se afigurar como um espaço propício à crónica, sobretudo da autoria de escritores e jornalistas (Lopes, 2010), como Miguel Esteves Cardoso, Agustina Bessa-Luís ou Luísa Costa Gomes. Muitos dos cronistas deste jornal colaboram, na atualidade, com os jornais *Público* e *Expresso* (*idem*).

Assim, não será de estranhar, como aponta Lopes (2010) que o cronista assuma livremente a sua subjetividade, desenvolvendo e expondo as suas opiniões e convicções pessoais. Isto faz com que, frequentemente, a crónica seja vista como um género híbrido, situado algures entre o jornalismo e a literatura, com características de ambas as áreas.

3. A crónica: um género híbrido

As histórias e os acontecimentos são, como se sabe, o principal sustento do jornalismo e do trabalho dos *media*. Tratados com o maior rigor e imparcialidade possível, os jornalistas acabam por tratar cada acontecimento como uma narrativa que se interliga – ou não – com referências passadas ou acontecimentos paralelos mas relevantes (Traquina, 2005). Isto faz com que o jornalista seja visto – e muitas vezes a própria profissão assume-o como tal – como sendo um contador de histórias que acontecem.

Na visão do jornalista, estes acontecimentos devem ser relatados com rigor, ética profissional e deve procurar dar a conhecer a verdade dos factos. Para isso, deve procurar ouvir, além das partes envolvidas, diferentes fontes sobre o mesmo acontecimento, de modo a garantir que é o mais objetivo possível (Kovach & Rosenstiel, 2004). No entanto, isto não implica que o trabalho jornalístico seja livre de vieses ideológicos por parte de quem o faz, como referem os autores.

O mesmo não se passa na crónica. Como já expusemos ao longo deste estudo, quem escreve crónicas – sejam elas políticas, sociais ou de outra génese – acaba por ter espaço e liberdades que um jornalista não tem quando trata os temas. No fundo, argumenta Tuzino (2004), a crónica permite dizer aquilo que o seu autor pensa sobre determinados temas, não estando limitado por um código deontológico, por exemplo – até porque, não raras vezes, os columnistas convidados de jornais ou de outras publicações acabam por nem ser jornalistas⁴, mas sim figuras que se consideram relevantes para se versarem sobre os temas.

Devido a esta proximidade entre o jornalismo e a crónica, Tuzino (2004) chega mesmo a considerar que a crónica é, concomitantemente, literatura e jornalismo.

⁴ Em Portugal, é considerado jornalista quem tem uma Carteira Profissional concedida pela Comissão da Carteira Profissional de Jornalista (CCPJ), existindo critérios e regulamentos que devem ser cumpridos por forma a ter acesso à profissão.

Segundo a autora, é “jornalística quando busca no cotidiano os fatos da vida real que são noticiosos e é literária quando se permite usar elementos literários (...) para construí-la” (p. 15), como a criação de personagens, hipérboles, entre outros elementos característicos da literatura. No fundo, o jornalista relata os assuntos, enquanto o colunista acaba por mostrar o seu olhar sobre determinado acontecimento.

Assim, podemos afirmar que, desde sempre, a crónica tem sido um género que se move entre dois campos aparentemente díspares e afastados, mas que se unem frequentemente. Seja para relatar ou debater assuntos presentes no espaço público, seja para comentar a atualidade ou algum acontecimento, a crónica está presente nos *media* desde há muito, tendo o seu espaço bem definido e um raio de ação concreto.

4. O *corpus* da análise

O Alentejo tem sido, desde há algumas décadas a esta parte, uma região marcada por reivindicações de direitos e lutas sociais. Por isso, consideramos pertinente analisar qual o espaço dado nos *media* de então a estes temas; quais os intervenientes no espaço público; e, por fim, como certos tópicos eram abordados no contexto dos *media*.

Perante isto, teve de ser criado um *corpus* de análise, priorizando desde logo a necessidade de este ser correspondente a um contexto social e político concreto. Assim, optou-se por analisar dois jornais de Vila Viçosa, uma vila alentejana no distrito de Évora. Desde sempre um local de importância histórica no contexto monárquico português, Vila Viçosa é, também, a terra natal de vultos da cultura e da ciência portuguesa, como Florbela Espanca ou Bento de Jesus Caraça.

Atualmente, Vila Viçosa tem dois órgãos de comunicação social registados junto da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC). Ao que a nossa investigação conseguiu apurar, existem registos da existência de pelo menos três jornais de Vila Viçosa, um deles referido por Guimarães (2017), datado de 1820, chamado *O Calipolense*. Além deste título, existem mais dois jornais cuja prova material chegou aos dias de hoje: *Callipole, por Vila Viçosa e a Bem da Nação* (que publicou entre 1934 e 1935)⁵ e *O Calipolense, semanário regionalista* (em funções entre 1973 e 1975)⁶.

Uma vez que pretendemos traçar uma análise sociopolítica de duas épocas distintas, optámos por escolher os dois últimos títulos, pois foram publicados, respetivamente, no início e no final do período do Estado Novo em Portugal. À luz dos dias de hoje, ambos se enquadram na definição de *media* comunitários, que procuram fortalecer e criar uma sociedade participativa e com sentido de cooperação cívica (Fuchs, 2010), sendo um jornalismo feito mais perto das pessoas e com maior interação entre as partes, com uma informação mais descentralizada (Teixeira, 2020). O primeiro jornal em análise, caracteriza-se por ser um jornal salaza-

⁵ Consultado na Biblioteca Nacional de Portugal.

⁶ Consultado no arquivo próprio do autor.

rista, ainda que de carácter regionalista, de periodicidade quinzenal, e publicado por uma associação local entretanto extinta, chamada Grémio de Ação Calipolense. Já o segundo jornal referido era propriedade de uma sociedade radicada em Vila Viçosa, sendo dirigido por Gabriel Jacinto Primo Jaleco (1934-2006), saindo para as bancas semanalmente à sexta-feira.

Estando explicada a escolha do *corpus* de análise deste artigo, é necessário esclarecer e dissecar qual a metodologia utilizada para a recolha das informações pretendidas em ambos os jornais.

5. Metodologia

No seu início, a análise de conteúdo foi utilizada sobretudo no contexto das campanhas políticas e dos diferentes discursos da comunicação social. Porém, esta abordagem é uma das “técnicas mais comuns na investigação empírica realizada pelas diferentes ciências sociais e humanas” (Vala, 1986, p. 101). Assim, além de o discurso poder ser analisado, também o conteúdo pode passar por um processo de análise, de modo a compreender como determinados temas são tratados e abordados. Como é, no entanto, definida a análise de conteúdo? Para Bardin (1997), esta técnica pode ser vista como um “conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais subtils em constante aperfeiçoamento” (p. 9).

Segundo o autor, a análise de conteúdo tem duas funções principais, que coexistem de forma complementar. A primeira é uma função mais heurística, que vê a análise de conteúdo como uma forma de enriquecer a exploração do conteúdo. No fundo, é usada para “ver no que dá” (*ibid.*, p. 30). Por sua vez, a segunda função é uma função de administração da prova onde se colocam questões sob a forma de hipóteses, que acabam por apelar ao método de análise para serem confirmadas (*ibid.*). Ou seja, esta é a técnica que permite arranjar provas para fundamentar as questões de partida.

De modo a organizar o processo de análise, Bardin (1997) acabou mesmo por enquadrá-lo em quatro fases: a pré-análise; a codificação; a categorização e, por último, a análise. Ainda que não seja nossa intenção dissecar passo a passo cada uma das fases, consideramos importante explicar de forma breve em que consistem de modo a enquadrá-las na nossa análise.

A primeira destas quatro fases serve, essencialmente, para procurar documentos a analisar, formular hipóteses e criar indicadores que possam fundamentar a interpretação final do conteúdo. A fase de codificação, por sua vez, representa uma transformação dos dados brutos da recolha, que permitem descrever o que está escrito, no fundo, “tratar o material é codificá-lo” (*ibid.*, p. 103). A fase de categorização é, acima de tudo, uma etapa de classificação de elementos que constituem o texto. Este critério de categorização pode ser semântico (por temáticas, por exemplo), léxico (onde se classificam palavras segundo o sentido em que são usadas) e expressivo (por exemplo, em categorias que classifiquem expressões próprias da linguagem, se há ou não presença de regionalismos), refere o autor. A

Vila Viçosa no século XX: Representações através da crónica na imprensa local em *Callipole* (1934-1935) e *O Calipolense* (1973-1975)



Figura 1 – Primeira página do n.º 1 do “Callipole”, 1934-10-20.

[Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal]

quarta e última etapa consiste, resumidamente, em analisar o conteúdo recolhido, através das hipóteses, ou sem qualquer tipo de metodologia em mente. No fundo, serve para sistematizar aquilo que foi recolhido. No caso concreto do nosso artigo, optámos por se analisar apenas o conteúdo (deixando um pouco o discurso de lado) das crónicas presentes nos dois jornais escolhidos. Para isso, criou-se uma tabela com quatro categorias de análise: título da crónica; autor da crónica; tipo de crónica; observações ao conteúdo.

Pretendia-se, ao criar estas quatro categorias de análise, que se pudessem perceber melhor os temas retratados em cada uma das crónicas presente nos jornais, quais as personalidades que escreviam então e quais as reivindicações levadas a cabo pela população com espaço e acesso a estes dois *media*.

6. A crónica na imprensa local de Vila Viçosa: um estudo de caso comparado

A análise ao *corpus* escolhido pautou-se pela identificação de vários padrões e eixos de abordagem. Desde logo, pela própria natureza institucional de ambos os jornais, verificamos tratar-se de esforços editoriais voluntários e muito dependentes das redes de solidariedade local, traduzidos em donativos que são regularmente divulgados nos números publicados. Acrescem ainda as posições editoriais que se manifestam de apoio aos órgãos do poder político e estas não são um pormenor para a nossa problemática já que as ideias políticas seguidas acabam por influenciar o teor das crónicas publicadas. Assim sendo, começaremos por analisar a influência política, para depois abordar a tendência temática das crónicas e, por fim, as representações sociais e locais do Alentejo que são desenvolvidas nas crónicas.

6.1. O contexto político da crónica

No que concerne ao jornal *Callipole, por Vila Viçosa a Bem da Nação* (doravante designado apenas por *Callipole*), como referimos fundado no início do Estado Novo e da implementação política e social do salazarismo na sociedade portuguesa, é claro e aberto quanto às suas linhas editoriais. Escreve-se, no seu primeiro número, que “tem como programa fundamental as seguintes aspirações”: “1 – integrar-se, com dedicação patriótica, no movimento de reabilitação do País, que ha anos se vem realizando sob a direcção do Governo; 2 – ser útil ao Município, à Província e à Nação, amando e servindo o concelho de Vila Viçosa”⁷. Também se verifica muito próximo ao poder político local pelas recorrentes considerações elogiosas que são tecidas à figura e acção do Presidente da Câmara Municipal, José Falcão Ramalho Ortigão.

Já no caso do *O Calipolense: semanário regionalista* (doravante apenas designado por *O Calipolense*), a situação é semelhante, por também ser assumida uma proximidade com o Presidente da Câmara:

⁷ *Callipole, por Vila Viçosa a Bem da Nação*, n.º 1.



[Fonte: Arquivo de autor]

“O Ex.m.^o Senhor Filipe Nery Cunhal de Almeida, ilustre Presidente da Câmara Municipal de Vila Viçosa, e nosso muito estimado amigo, acaba de nos dirigir um simpático ofício (...) expressamos ao Senhor Presidente da Câmara a nossa muita gratidão pelo interesse que imediatamente dedicou ao assunto, a confirmar uma vez mais o extremo cuidado com que trata todos os problemas do concelho, a dever-lhe já tanto favores que o tornam justamente credor da maior admiração e respeito”⁸.

Contudo, a nível nacional a questão torna-se mais interessante e complexa. Se num primeiro momento, o jornal se manifesta muito favorável ao regime do Estado Novo (além de recorrentes artigos de apoio à Guerra Colonial, escreve no n.º 44 “nós continuamos a servir o Ideal «Deus, Pátria e Família»”), após a Revolução de Abril a linha editorial não só assume a sua defesa pelos princípios do novo regime, como ainda afirma que sempre se guiou pelos mesmos:

“que, com efeito, principiou para nós uma época que já se identifica com o espírito de independência que nos caracteriza, possibilitando-nos a abertura e autonomia de que em situação anterior não dispúnhamos. Que essa época se mantenha! Somos – sempre fomos – por uma democracia sã, para que para sempre viva Portugal”⁹.

Como veremos mais adiante, esta adaptação ao contexto político revolucionário de transição de regime influenciará o conteúdo das crónicas, alterando os temas tratados e as perspectivas assumidas.

6.2. O domínio da temática histórica na escrita da crónica

“A história é um relato, uma escrita do passado segundo as modalidades e as regras de um ofício – de uma arte ou, com muitas aspas, de uma «ciência» – que tenta responder a questões suscitadas pela memória. (...) Em suma, a história nasce da memória, de que é uma das dimensões, e posteriormente, adoptando uma postura auto-reflexiva transforma a memória num dos seus objectos”. (Traverso, 2012)

Esta conceção de história avançada por Enzo Traverso já pressupõe a existência de um distanciamento crítico entre a memória e a escrita da história. No caso das crónicas analisadas, quando esse distanciamento não é nulo continua a ser muito ténue. A relevância desta questão teórica justifica-se pelo predomínio da temática histórica nas crónicas identificadas. Decidimos distinguir as seguintes classificações temáticas para melhor compreender os conteúdos das crónicas: histórica, quando o tema abordado é um fenómeno do passado histórico colectivo e/ou local; biografia, nos casos de crónicas dedicadas a personalidades singulares; política, quando reproduziam manifestações e reclamações sobre problemas contemporâneos; e finalmente viagem, quando a crónica pretende divulgar aspetos da paisa-

⁸ *O Calipolense, semanário regionalista*, n.º 9.

⁹ *O Calipolense*, n.º 55.

Vila Viçosa no século XX: Representações através da crónica na imprensa local em *Callipole* (1934-1935) e *O Calipolense* (1973-1975)

gem natural e humana da localidade, tornando a sua visita atrativa para o leitor. Neste sentido apresentamos o seguinte gráfico ilustrativos da distribuição temática da totalidade – 39 – das crónicas existentes no *corpus*:

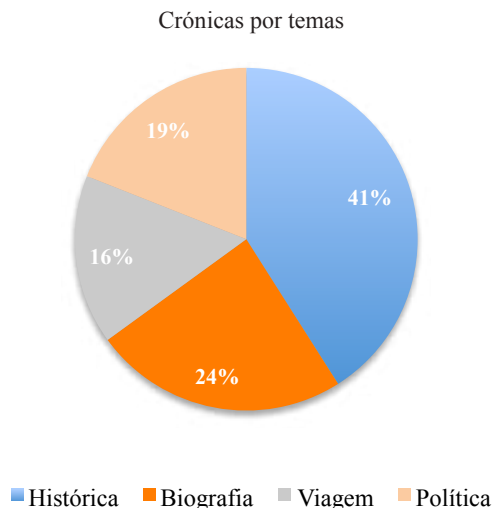


Figura 3 – Relação temática das crónicas em análise n’*O Callipole* e n’*O Calipolense*

Como podemos constatar pelo gráfico (Figura 3), os órgãos de imprensa local preferem construir narrativas históricas para obter uma representação mais regionalista e enaltecadora dos aspetos locais de Vila Viçosa. E mesmo a biografia, que é o estilo de crónica que mais vezes nos surge, está também, de certo modo, relacionado com tipo histórico, já que as biografias narradas e exaltadas são sempre de personalidades históricas cujo valor se pretende associar à localidade: os casos de Florbela Espanca e de Bento de Jesus Caraça são os mais flagrantes e os mais recorrentes.

6.3. A «Vila Viçosa de Outras Eras»: a crónica entre a valorização histórica e o uso político

A representação social na crónica está dependente de quem decide o que representar, ou seja, do cronista. No caso do *Callipole*, não nos é possível elaborar qualquer análise aos cronistas, uma vez que boa parte dos artigos não se encontra assinado, ou quando se encontra é apenas com iniciais. Pelo contrário, no caso d’*O Calipolense*, apesar de a variedade de cronistas ser escassa, destaca-se a presença de M. I. Pestana, abreviatura de Manuel Inácio Pestana (1924-2004), professor e intelectual, figura cultural proeminente em Vila Viçosa durante a segunda metade do século XX, que mantém uma coluna regular de crónicas dedicadas à história local de Vila Viçosa, com o nome *Vila Viçosa de Outras Eras*.

Há efectivamente, por parte de Pestana, um esforço de investigação histórica, mas no sentido de conseguir construir narrativas dedicadas a Vila Viçosa. A partir desse esforço escreve crónicas históricas próprias para divulgação junto da comunidade local, estreitando o papel comunitário desta imprensa. Por exemplo, no n.º 3 propõe-se a desmentir um boato veiculado no século XIX de que teriam sido águas de Vila Viçosa a matar por envenenamento o rei D. Pedro V, afirmando que “a nobre Calipole não podia suportar tão grave e desabonadora acusação, terra fidalga, como era, onde reis e príncipes sempre se deleitaram com a maravilha das suas frescas paisagens e com a hospitalidade dos seus naturais”¹⁰. No n.º 13 tece uma breve referência à estadia da Embaixada Japonesa de Tensho, em 1584, enaltecendo o acolhimento do Duque de Bragança. Manuel Inácio Pestana trabalhou no Arquivo da Casa de Bragança, no Paço Ducal de Vila Viçosa, e dessa condição se pode justificar a razão pela qual escreve muito sobre vários temas históricos relacionados com o Ducado de Bragança, e em alguns casos mesmo de forma inédita, como neste em que é o primeiro a retirar do arquivo informações sobre a vinda da Embaixada de Tensho a Vila Viçosa.

A forma como Pestana tenta situar Vila Viçosa em momentos históricos de relevância nacional, recuperando um certo protagonismo até aí ignorado, é o melhor exemplo da forma como é usada a memória histórica para alimentar identidades colectivas. Isto verifica-se quando procura identificar os danos também causados em Vila Viçosa pelo Terramoto de 1755¹¹, ou quando enaltece a ação da Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa no tratamento de soldados enfermos¹², reivindicando, portanto, um papel local de destaque num processo político nacional.

Ainda assim, seja Pestana o cronista ou outro, identificamos outra narrativa muito consensual: a do enaltecimento da localidade em função da história da corte que ali se sediou, a Casa de Bragança. Noutro lugar, onde trabalhámos a problemática desta memória coletiva, conseguimos concluir que está no

“comemoracionismo e na intervenção urbanística do Estado Novo a razão pela qual a memória de Vila Viçosa enquanto uma Vila Ducal Renascentista se afirmou enquanto imagem pública consensual, e que por isso resistiu, sem qualquer dificuldade, à queda do Regime. A retórica da comemoração da Restauração da Independência, conjugada com a intervenção urbana protagonizada por Duarte Pacheco, consegue tornar Vila Viçosa indissociável da Casa de Bragança e, desse modo, insistir na imagem de uma Vila que teve a sua “Idade de Ouro” quando tinha Corte”. (Caia, 2019, p. 213)

Ora, o facto de termos analisado jornais do início e do fim desse regime político faz com que não se anteveja outra tendência nas crónicas que não a exaltação da Vila enquanto palco cultural superior por aí ter tido a Corte. Aliás, verificamos logo

¹⁰ *O Calipolense*, n.º 3.

¹¹ *O Calipolense*, n.º 29.

¹² *O Calipolense*, n.º 41.

Vila Viçosa no século XX: Representações através da crónica na imprensa local em *Callipole* (1934-1935) e *O Calipolense* (1973-1975)

em 01 de dezembro de 1934, a propósito das comemorações da Restauração da Independência, que a leitura histórica do evento é feita a partir da perspectiva local. A crónica «Vila Viçosa e a Restauração» começa por sublinhar que a Vila, enquanto sede da corte, vivia “uma época de esplendor, engrandecida pelo prestígio e riqueza da Casa de Bragança”¹³, para depois enaltecer um esforço colectivo de sacrifício em prol da independência nacional: “duplamente sacrificada, sobrepondo os superiores interesses da Pátria às suas vantagens materiais, Vila Viçosa assumiu na campanha da Restauração um papel de destaque, que a tornou credora do respeito de todos os portugueses”.¹⁴ Já em 1974 são salientados os importantes investimentos culturais feitos em Vila Viçosa pela família real, recuperando passagens do testamento de D. João IV¹⁵, mas é um ano antes, em 1973, que José Emídio Amaro (1901-1985) escreve uma crónica interessante por procurar estabelecer uma relação causal entre o desenvolvimento cultural promovido pela Casa de Bragança e o surgimento contemporâneo de personalidades artísticas de relevância. Na crónica intitulada «Vila Viçosa, terra inspiradora e criadora de artistas», Amaro afirma que:

“não admira, assim, que esta nobre vila, sede da Casa de Bragança e Solar da Padroeira de Portugal, se convertesse numa terra inspiradora e criadora de artistas e, simultaneamente, em centro notável de irradiação cultural, cuja tradição e prestígio felizmente se mantém”¹⁶

O enaltecimento histórico da região pela crónica não acontece, porém, apenas quando se referencia o papel da Casa de Bragança. Na imprensa analisada está também muito presente a construção de narrativas de exceccionalidade locais mediante a recuperação de biografias para o património histórico da região. Contudo, estas narrativas têm nuances que vamos de seguida apresentar, mas sem antes ter em conta a seguinte afirmação de Fernando Catroga que entendemos ser relevante para uma melhor análise destas narrativas:

“Se a memória é instância construtora e solidificadora de identidades, a sua expressão colectiva também actua como instrumento e objecto de poder(es), quer mediante a selecção do que se recorda, quer do que, consciente ou inconscientemente, se silencia. E, quanto maior é a sua expressão social, mais se corre o risco de o esquecido ser a consequência lógica da “invenção” ou “fabricação” de memória(s). Ao sublinhar-se esta vertente, não se pretende negar a função involuntária dos “ardis da memória” – que a leitura psicanalítica pode ajudar a descobrir no campo da consciência –, mas deseja-se acentuar que, nas suas dimensões colectivas, sobretudo quando funciona como metamemória, a margem de manipulação e de uso político-ideológico aumenta” (Catroga, 2001, p. 55)

¹³ *Callipole*, n.º 4.

¹⁴ *Callipole*, n.º 4.

¹⁵ *O Calipolense*, n.º 51.

¹⁶ *O Calipolense*, n.º 11.

Ora, este uso político-ideológico da memória pode ser evidente em algumas das crónicas dedicadas à exaltação de biografias locais, ou que se querem mais locais. Vejamos os casos da poetisa Florbela Espanca ou do pintor Henrique Pousão logo no início dos anos 30. Para a primeira, o cronista, 4 anos após a morte da mesma, reivindica a origem de Florbela Espanca para Vila Viçosa. Com o expressivo título «Florbela é de Vila Viçosa», desmente os obituários publicados que a situam em Évora¹⁷.

Também sobre Henrique Pousão a questão da origem se coloca. Perante reivindicações de ser portuense (justificável pela sua obra completa se encontrar guardada no Museu Nacional Soares dos Reis, no Porto), afirma-se que foi em Vila Viçosa que nasceu e morreu, adiantando que *deve a nossa terra orgulhar-se por ter um filho tão ilustre e cumprir aos calipolenses prestar-lhe a homenagem digna do seu génio*, pelo que se anuncia a intenção de instalar uma placa de homenagem¹⁸.

Florbela Espanca é a principal personalidade referenciada nas crónicas publicadas antes da revolução de abril. Ainda em 1934, José Emídio Amaro narra uma estória de testemunho direto com a poetisa, de forma a suportar a opinião de ser Vila Viçosa a inspiração para o seu poema “Minha Terra”. Além disso, avança que nessa conversa a mesma *mostrou-se, mais do que nunca, entusiasmada com a nossa terra*¹⁹. Podemos assumir que o uso da notabilidade literária de Florbela para identificar Vila Viçosa foi um processo que teve lugar a partir daí. É que, já em 1973, José Emídio Amaro escreve uma crónica de viagem por Vila Viçosa, identificando Florbela como o principal motivo da visita: *amável convite (...), levou-me a Vila Viçosa no dia 5, em vulgar passeio de fim de semana. Vinha de longe a ideia, por admiração a Florbela: desejo de contatarem com o túmulo, o monumento e o mini-museu da grande poetisa*²⁰. Noutras crónicas dedicadas a contar a biografia ou elogiar a obra de Florbela, é manifesta a tentativa de relacionar a personalidade com a localidade. Ou melhor, representar a localidade através do elogio da personalidade.

Conforme referimos anteriormente, o contexto político influencia as representações presentes nas crónicas da imprensa local. É esse o caso do uso da memória de Bento de Jesus Caraça. Natural de Vila Viçosa, notável matemático e cientista, o seu percurso político de oposição ao Estado Novo tem como consequência a sua invisibilidade nas crónicas escritas durante esse período. Logo um mês após o 25 de Abril de 1974 já se escreviam manifestações da população local presente na crónica e a recuperação da memória de Bento de Jesus Caraça é uma delas, assim como a de outros mártires antifascistas. As crónicas politizam-se, fazem-se elogios biográficos, integrando Vila Viçosa num passado de reivindicação antifascista, e é exigida para estas personalidades a sua presença na toponímia do concelho. Quando, um ano depois, esta exigência continua por ser satisfeita, a crónica dá

¹⁷ *Callipole*, n.º 1.

¹⁸ *Callipole*, n.º 5.

¹⁹ *Callipole*, n.º 3.

²⁰ *O Calipolense*, n.º 6.

lugar a uma crítica política à Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Vila Viçosa pela falta de ação na toponímia que recupere os nomes de Bento de Jesus Caraça e de Patuleia (trabalhador rural assassinado pela PIDE), mantendo nomes de figuras associadas ao Estado Novo²¹.

Já a propósito de crónicas de elogio à paisagem natural e humana do concelho, de entre alguns pseudónimos que surgem ao analisar as crónicas publicadas nos jornais calipolenses, há um (conhecido apenas como “Quero”) que assina uma das colunas que mais enaltecem o concelho de Vila Viçosa. Numa crónica com o título “Pardais”, publicada a 23 de fevereiro de 1974, o pseudónimo faz um relato da viagem pela zona do Alentejo, elogiando a Vila Viçosa (chegando mesmo a afirmar que foi aqui que D. Dinis passou o dia mais feliz da sua vida) e a aldeia de Pardais, uma pequena localidade do concelho que dá o título à coluna. No fundo, para o autor, Pardais era uma espécie de beleza escondida na zona circundante a Vila Viçosa e que, por algum motivo, nem os próprios calipolenses sabiam aproveitá-la muito bem, convidando, assim, à descoberta dos espaços da localidade. Este enaltecer da beleza escondida e aparentemente desconhecida da aldeia, bem como a referência à felicidade de D. Dinis, acabam por servir de mote para uma tentativa de atração de gentes forasteiras ao concelho, para descobrirem e explorarem Vila Viçosa como um todo, servindo de incentivo ao turismo de então.

No entanto, esta prática foi, também ela, utilizada em 1935, pelo Conde de Sabugosa, quando, numa crónica no jornal *Callipole: por Vila Viçosa a Bem da Nação*, descreve as paisagens e as características naturais da vila alentejana. Meses antes, no mesmo jornal, é também publicada uma crónica não assinada que enaltece e elogia as mesmas características.

Considerações finais

Após a nossa análise, é-nos fácil concluir que a crónica se configurou num exercício de espaço público da comunidade local. A forma como os jornais interagiam com os leitores e vice-versa, comunicando a vida local e os anseios da população – e isto fica muito mais claro nos números publicados em *Democracia* – revela-se importante para cimentar as ideias da região que se manifestam. Por outro lado, a proximidade com o poder político e a impermeabilidade ao regime vigente verificada transfigura e condiciona esse espaço público criado num espaço controlado, enviesado e criador de invisibilidades.

A crónica, nestas circunstâncias, tem como principal objetivo a construção de narrativas locais e o elogio regional exacerbado, seja qual for o tema em questão. Naturalmente, a melhor forma encontrada para conseguir relacionar uma comunidade com o seu espaço é o da identificação de um passado histórico colectivo. Assim sendo, a Vila Viçosa que é representada nas crónicas analisadas é aquela que recupera valores do passado e traz para o presente uma ideia de glória e excelência

²¹ *O Calipolense*, n.º 79.

semelhante à de outras épocas, que se espelha nas personalidades que se apropria e se traduz nas características locais enaltecidas. Conforme refere Le Goff (2000), esta “crença numa primitiva idade de ouro também se consagra em uma procura de regeneração” (p. 226).

Como já tínhamos verificado noutro lugar, esta trata-se de uma perspetiva que se foi generalizando na comunidade local de Vila Viçosa entre os séculos XIX e XX. As crónicas nos media locais acabam por dar palco às perspetivas dominantes (mesmo seja pela via condicionante autoritária de uma censura), sublinhar e tornar audível as ideias e concepções que a própria comunidade cria para o seu espaço colectivo, ao qual procura entregar sentido e orgulho. Vila Viçosa, representada nestes dois jornais – apesar das nuances naturais pela distância temporal entre a década de 30 e a década de 70 do século XX – está refém dessas criações comunitárias.

Fontes

Callipole, por Vila Viçosa a Bem da Nação (1934-1935).

O Calipolense, semanário regionalista (1973-1975).

Referências bibliográficas

ARENDT, H. (2016). *A condição humana* (13.^a). Forense Universitária.

BARDIN, L. (1997). *A análise de conteúdo*. Edições 70.

CAIA, J.G. (2019) História e Usos Políticos da Memória de Vila Viçosa enquanto “Vila Ducal Renascentista” entre os séculos XIX e XXI: a propósito da candidatura a Património Mundial. *História – Revista da FLUP* 9(2), 200-216. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_2a10

CATROGA, F. (2001) *Memória, História e Historiografia*. Quarteto Editora.

CIDADE, H., & Selvagem, C. (1967). *Cultura Portuguesa (I Volume)*. Editorial Notícias.

FUCHS, C. (2010). Alternative Media as Critical Media. *European Journal of Social Theory*, 13(2), 173-192. <https://doi.org/10.1177/1368431010362294>

GOFF, J. L. (2000) *História e Memória*. Edições 70.

GUIMARÃES, A. M. (2017). Notas sobre a constituição, afirmação e singularidades da imprensa alentejana no século XIX. *Revista Aprender*, 20-34.

HABERMAS, J. (2003). *Mudança estrutural da esfera pública: Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa* (2.^a). Tempo Brasileiro.

KOVACH, B., & Rosenstiel, T. (2004). *Os Elementos do Jornalismo: O que os profissionais do jornalismo devem saber e o público deve exigir* (1.^a, 1.^a) [Computer software]. Porto Editora.

LOPES, P. C. (2010). *A crónica (nos jornais): O que foi? O que é?* <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-cronica-lopes.pdf>

MOISÉS, M. (2003). *A criação literária* (15.^a). Cultrix.

**Vila Viçosa no século XX: Representações através da crónica na imprensa local em
Callipole (1934-1935) e *O Calipolense (1973-1975)***

- SILVA, L. M. da. (2006). Jornalismo, espaço público e esfera pública, hoje. *Comunicação e Espaço Público*, 1(2), 36-47.
- SOUSA, J. P. (2008). *História do Jornalismo em Portugal até 1974*. 48.
- TEIXEIRA, L. (2020). *Informação Descentralizada: Podcast como recurso do Jornal Mapa*. <https://doi.org/10.25768/20.04.05.02.04>
- TRAQUINA, N. (2005). *Teorias do Jornalismo – Porque as notícias são como são* (2.^a, 2.^a). Insular.
- TRAVERSO, E. (2012) *O Passado, Modos de Usar: História, Memória e Política*. Unipop
- TUZINO, Y. M. M. (2004). *Crónica: Uma Intersecção entre o Jornalismo e Literatura*. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/tuzino-yolanda-uma-interseccao.pdf>.
- VALA, J. (1986). A análise de conteúdo. Em A. Santos Silva & J. Madureira Pinto, *Metodologia das Ciências Sociais* (pp. 101-126). Edições Afrontamento.
- VENÂNCIO, F. (2004). *Crónica Jornalística: Século XX*. Círculo de Leitores.

VILA VIÇOSA

Revelada entre a Prosa e a Poesia

Francisco Caeiro

Colhendo virtudes desse viço que, com toda a justiça, casou com a toponímia, será este Vale, agora Vila, Viçosa coordenada para tantas, e tão grandes histórias, da História de Portugal, país de heróis, que aqui marcou encontro consigo mesmo, reinventando-se, pátria livre e soberana, por sobre todas as ciladas que o tempo lhe foi tecendo.

Não estranhará pois, o leitor, que percorrendo os capítulos de muitas obras, se cruze com o nome de Vila Viçosa, com a sua gente, com o seu chão, a sua força, a portugalidade e a sua fé, que transpiraram do subsolo, e buscando o céu, se aliaram à eternidade entre ameias e altares.

Convido-vos, pois, a viajarem até algumas dessas obras, desfrutando de Vila Viçosa pela alma de prosadores e poetas, cientes de que serão muitos mais, os escritos que falarão de nós, e que aqui não são citados.

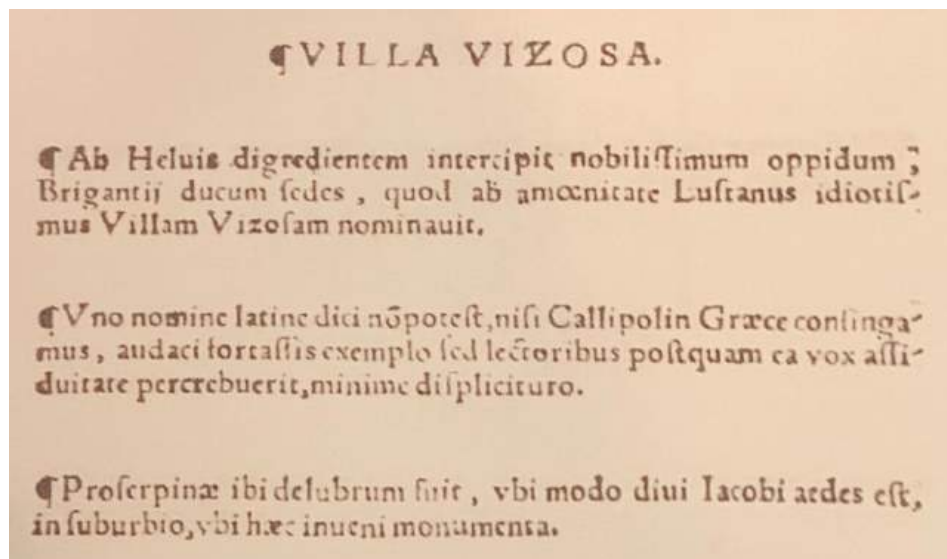
Mais bela do que o mais belo que a Língua Portuguesa consegue dizer

E em primeiro lugar, é inevitável revisitar André de Resende (Évora, 1498 – Évora, 1573), e a sua obra “Antiguidades da Lusitânia”, para em pleno período do Renascimento, nela encontrarmos a razão, para alguns ainda enigmática, de sermos Calipolenses.

A justificação é, afinal, bastante simples.

“VILA VIÇOSA – Apresenta-se, a quem vem de Elvas, uma nobilíssima cidade, residência dos Duques de Bragança, que um idiotismo português denominou, devido à sua beleza, de Vila Viçosa. Não é possível dizer-se com um só nome latino a não ser que imaginemos em Grego, Calípole, exemplo ousado mas que de modo algum desagradará aos leitores depois de terem ouvido com assiduidade esta palavra”.

Tal qual como em “*A República*” idealizada por Platão (428-347 a.c.), quando o filósofo se refere à cidade ideal, *Kallipolis* (em grego, “cidade bela”), que teria como critério máximo o conhecimento.



As Antiguidades da Lusitânia (facsimile da edição de 1593)

Mais bela do que o mais belo que a Língua Portuguesa consegue dizer.

Consegue dizer... numa só palavra, porque interpondo-se no desiderato, a alma dos poetas, de modo justo, belo e certo se alinhará o poema.

Florbela Espanca (Vila Viçosa, 1894 – Matosinhos, 1930), alma maior que Vila Viçosa ofereceu à poesia Portuguesa, e Universal, canta a sua, e nossa terra, no soneto “Pobre de Cristo”, dedicado a José Emídio Amaro, editor, jornalista, seu amigo e conterrâneo, que lhe terá lançado esse repto de “dizer” Vila Viçosa.

Foi publicado em janeiro de 1931, muito pouco tempo após a sua morte, no livro “Charneca em Flor”.

Pobre de Cristo

(a José Emídio Amaro)

Ó minha terra na planície rasa,
Branca de sol e cal e de luar,
Minha terra que nunca viste o mar,
Onde tenho o meu pão e a minha casa.

Minha terra de tardes sem uma asa,
Sem um bater de folhas...a dormirar...
Meu anel de rubis a flamejar,
Minha terra moirisca a arder em brasa!

Minha terra onde meu irmão nasceu
Aonde a mãe que eu tive e que morreu
Foi moça e loira, amou e foi amada!

Truz... Truz... Truz... — Eu não tenho onde me acoite,
Sou um pobre de longe, é quase noite,
Terra, quero dormir, dá-me pousada!

São múltiplas as obras, e os autores, Calipolenses ou não, que, em prosa, expõem essa grandiosidade de Vila Viçosa, em roteiros afectivo-monumentais.

Permitam-me que destaque, em primeiro lugar, António de Oliveira de Cadornega (Vila Viçosa, 1623 – Luanda, 1690), militar e historiador Calipolense, filho de um fidalgo da Casa Real, e educado no Paço dos Duques de Bragança, que partiu para Angola em 1639, com apenas 16 anos, acompanhando o recém nomeado governador, Pedro César de Meneses, tendo aí alcançado o posto de capitão.

Deixou uma obra vasta sobre a ocupação Portuguesa daquele território nos séculos XVI e XVII, onde se destaca a “História Geral das Guerras Angolanas”, e não resistiu a cantar as glórias da sua terra natal, na “Descrição de Vila Viçosa”.

Trata-se de uma obra essencial para entender a história de Vila Viçosa, nomeadamente nesses tempos que antecederam a Restauração da Independência, em 1640, associando o rigor histórico a uma assumidíssima paixão pela sua terra berço.

Escrita em Angola, por volta de 1683, sete anos antes da sua morte, o rigor expresso na obra, denuncia o quanto a memória consegue colmatar a saudade, pois António de Oliveira de Cadornega jamais regressara à sua terra.

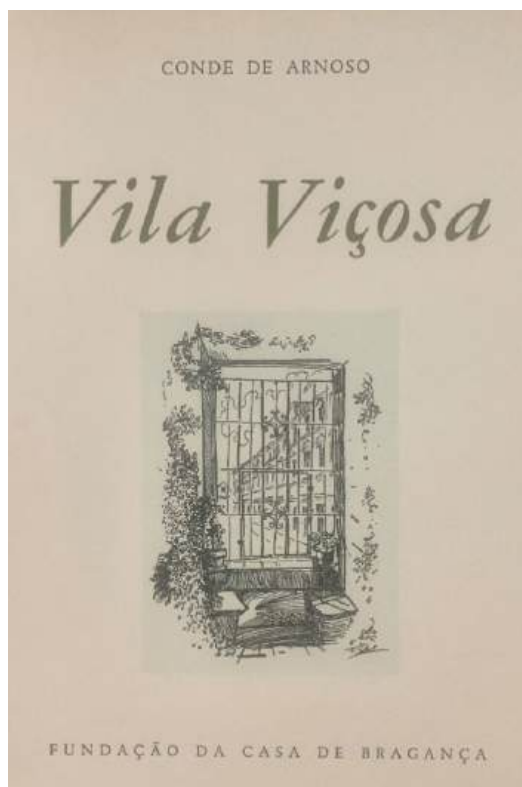
Destaca-se, dessa tão imensa memória, a reprodução, na quase totalidade, do poema de Lope de Vega (Madrid, 1562 – Madrid, 1635) dedicado à Tapada de Vila Viçosa.

A “Descrição de Vila Viçosa” foi publicada em 1982 com base no manuscrito existente na Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, e sob os auspícios do Comissariado para a XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura: “Os descobrimentos Portugueses e a Europa do Renascimento”.

Mas de entre as muitas outras descrições de Vila Viçosa, permitam-me que apresente também aquela da qual foi autor o Conde de Arnoso (Guimarães, 1855 – Vila Nova de Famalicão, 1911), e que foi publicada em 1958 pela Fundação da Casa de Bragança.

Bernardo Pinheiro Correia de Melo, o Conde de Arnoso, ilustre diplomata e escritor, exerceu, entre outras funções, a de Secretário Pessoal do Rei D. Carlos.

“Sob o incomparável azul do céu alentejano estende-se, numa vasta planície, a alegre casaria branca de Vila Viçosa dominada pelas tristes muralhas negras do velho castelo, assente sobre um elevado morro. De quintais e jardins emergem tufos de verdura, e, dominando-os aqui e além, as torres esguias das numerosas igrejas dos seus conventos e Paço. É linda a vila cortada de ruas, semeada de praças e largos, e toda ela cingida, apertada, no verde sombrio de olivais e montados”.



Vila Viçosa. Conde de Arnoso. Capa da edição de 1958

“Depois de vós, nós”

Juntamente com a Restauração da Independência de Portugal, a 1 de dezembro de 1640, com a subida ao trono de D. João II de Bragança, D. João IV de Portugal (Vila Viçosa, 1604 – Lisboa, 1656), um outro duque emerge como protagonista na História de Vila Viçosa, influenciando, por boas, e menos boas razões, a inspiração dos escritores: D. Jaime (Vila Viçosa, 1478 – Vila Viçosa, 1532), o quarto Duque de Bragança.

Nasceu em 1478, sendo filho de D. Fernando e D. Isabel, os terceiros duques, e sobrinho do Rei D. Manuel I (Alcochete, 1469 – Lisboa, 1521).

Após a condenação e morte de seu pai, em Évora, por decisão de D. João II (Lisboa, 1455 – Alvor, 1495), D. Jaime acompanha a família no exílio de treze anos, em Espanha, até que em 1496, e após a restauração da Casa de Bragança, por D. Manuel I, regressa a Portugal, beneficiando, inclusivé, do estatuto de herdeiro presuntivo da coroa.

Crê-se que D. Jaime não estaria muito interessado em liderar a Casa de Bragança, tendo, inclusivé, decidido partir para Roma, acompanhado por um criado, com o fim de anular o seu casamento e de se tornar monge capucho. D. Manuel terá enviado mensageiros que o intercetaram em Calatayud e o obrigaram a voltar para Portugal.

D. Jaime ainda escreveu ao rei, explicando que não se achava capaz de cumprir as obrigações do matrimónio e da Casa de Bragança, pedindo que os seus encargos passassem para o irmão, D. Dinis. Mas o rei não se moveu, e obrigou-o a consumir o casamento com D. Leonor de Gusmão, filha do duque de Medina Sidónia, com a qual se casou em 1502. Em 1512, por ciúmes, assassinou a mulher, assim como o seu suposto amante, o pajem António Alcoforado.

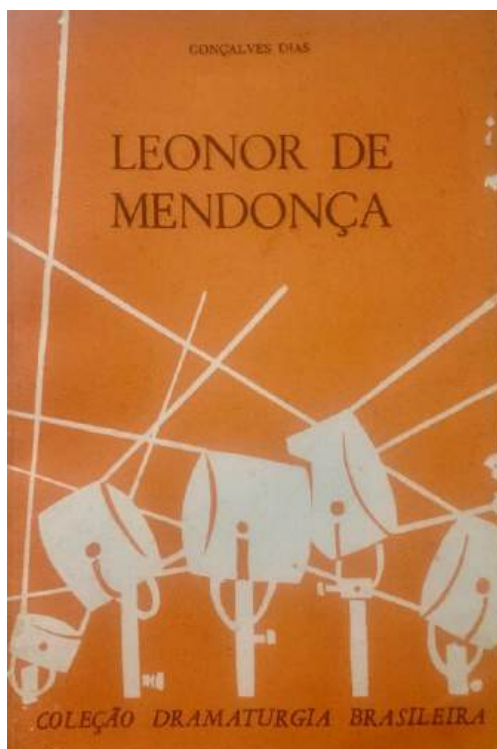
Para se redimir de tal acto, propôs o Duque, a D. Manuel, a conquista de Azamor, em Marrocos, tendo, em setembro de 1513, tomado esta praça, à frente de uma armada de 25 000 cavaleiros e 18 000 infantes transportados em 400 velas.

Voltou a casar em 1520, com D. Joana de Mendonça, e em 1501 iniciou a construção do Paço Ducal de Vila Viçosa, mas o assassinato da primeira mulher, será sempre o mote maior para as histórias que dele encontramos na literatura em Português, e Vila Viçosa, sempre, como cenário.

Destaco duas obras: O Pajem da Duquesa, de António de Campos Júnior (Angra do Heroísmo, 1850 – Marinha Grande, 1917), e Leonor de Mendonça, do poeta Brasileiro, Gonçalves Dias (Caxias, Maranhão, 1823 – Guimarães, Maranhão, 1864).

A primeira obra oferece um relato romanceado àcerca do sucedido, e das muitas intrigas palacianas que terão conduzido ao terrível desfecho.

A segunda obra consiste num drama original em três actos e cinco quadros, sendo considerada uma obra essencial do Romantismo Brasileiro.



Leonor de Mendonça, de Gonçalves Dias. Capa da edição de 1972

“Leonor de Mendonça não tem nem um só crime, nem um só vício; tem só defeitos. D. Jaime não tem nem crimes nem vícios; tem também, e somente, defeitos. Os defeitos da duquesa são filhos da virtude; os do duque são filhos da desgraça: a virtude que é santa, a desgraça que é veneranda. Ora, como o que liga os homens entre si não é, em geral, nem o exercício nem o sentimento da virtude, mas sim a correlação dos defeitos, a duquesa e o duque não se poderiam amar porque eram os seus defeitos de diferente natureza. Quando algum dia a luta se travasse entre ambos, o mais forte espedaçaria o mais fraco; e assim foi”.

“A DUQUESA. – Duque, poderia eu estar melhor algures que na vossa companhia?

O DUQUE. – Sempre boa, afável e condescendente! Mas certo que deveis amar esta vida que aqui passamos em Vila Viçosa. Tendes a alma um pouco propensa à tristeza e à melancolia: é um contágio em todos os que me cercam e que vivem da minha vida”.

“Vale mais ser Rainha uma hora do que Duquesa toda a vida”

Inevitavelmente, este momento sublime e maior da História de Portugal, permanecerá, para sempre, associado a Vila Viçosa.

Portugal restaurado, D. João IV a subir ao trono, e a oferecer a Portugal uma nova vida, uma nova dinastia, e também uma nova Padroeira, porque não tardará até que Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa seja proclamada e coroada, em cortes, a 25 de março de 1646.



Vila Viçosa, de Vasco de Mendonça Alves. *Peça em três jornadas.*

A literatura preserva a memória, e com ela, a glória desses dias Calipolenses.

“*Vila Viçosa – Peça em três jornadas*” é uma obra de teatro da autoria do escritor e dramaturgo Português, Vasco de Mendonça Alves (Lisboa, 1883 – Lisboa, 1962), que narra de uma forma muito clara, o que terá, por esses dias, sido a vida no Paço de Vila Viçosa.

Esta obra foi editada pela Didática Editora no ano de 1957.

“*É sempre bom o caminho, quando são boas as novas*” responde a Duquesa D. Luisa de Gusmão, a uma dama que se lamenta do longo e mau caminho até Lisboa.

“O(s) nosso(s) tempo(s)”

Ainda que sempre, ou quase sempre, puxando até nós, o passado por via das memórias, são inúmeras as obras que continuam a colocar Vila Viçosa nas coordenadas do seu enredo.

O escritor Celestino David (Covilhã, 1880 – Évora, 1952), com obra relevante, e onde se destacam, inclusivé, alguns ilustres Calipolenses (*Henrique Pousão – O pintor Alentejano, O Romance de Florbela Espanca*), editou em meados do Século XX, “A Bruxa do Castelo de Vila Viçosa”. Foi na Colecção Infantil “O nosso Alentejo”, da livraria “A Célitica”, de Redondo.

Com algumas ligações familiares a Vila Viçosa, terá o autor cruzado a sua própria história com a de Maria Gertrudes, alcunhada de “bruxa” por circular de noite, de candeia acesa, pelas muralhas do castelo, quando afinal apenas pretendia informar o seu filho, contrabandista, de que a noite lhe oferecia bom caminho, uma vez que o vizinho de ambos, guarda-fiscal, já recolhera à sua residência.

No início dos anos oitenta, e para celebrar os 25 anos da Livraria Escolar, a sua proprietária, D. Joana Ruivo, procedeu a uma reedição da obra, ilustrada com desenhos do pintor Estremocense, Armando Alves, seu sobrinho.

O escritor Nobel José Saramago (Azinhaga, 1922 – Lanzarote, 2010) também não esqueceu Vila Viçosa na sua viagem a Portugal.

Depois de um destaque ao Palácio Ducal, surge o Castelo, e o Santuário de Nossa Senhora da Conceição:

“E para destes males aliviar o coração, vai o viajante à vila velha, que tem a particular beleza dos casarios alentejanos antigos. Antes de subir ao castelo, que muitos viajantes erradamente descuidam, entra na Igreja de Nossa Senhora da Conceição, forrada de cima a baixo de azulejos policromos, um exemplo mais a proclamar como viemos perdendo o gosto deste esplêndido material ou como o adulterámos nas modernas utilizações.”

O enredo do romance “Equador”, de Miguel Sousa Tavares (Porto, 1952), publicado em primeira edição em 2003, e com muito sucesso em Portugal, e além fronteiras, tem o seu início em Vila Viçosa, no encontro do protagonista com o Rei D. Carlos:

“Quando naquela manhã chuvosa de Dezembro de 1905, Luís Bernardo é chamado por El-rei D. Carlos a Vila Viçosa, não imaginava o que o futuro lhe reservava. Não sabia que teria de trocar a sua vida despreocupada na sociedade cosmopolita de Lisboa por uma missão tão patriótica quanto arriscada na distante ilha de S. Tomé”.

E na narrativa, a primeira imagem da Vila Ducal, por certo, arquitectonicamente mais alinhada com o presente do que com a primeira década do Século XX:

“Era a primeira vez que Luís Bernardo vinha a Vila Viçosa e ficou imediatamente deslumbrado com a beleza da vila, as suas casas caiadas de branco, com não mais de um ou dois pisos, as frontarias das janelas e portas feitas de pedra de mármore das pedreiras à saída da vila, as varandas de ferro forjado, as fontes também em mármore, a largura dos passeios com fiadas de laranjeiras carregadas de laranjas naquela altura do ano, a dimensão da praça central, em frente ao castelo e ao jardim público que o cercava. Respirava-se espaço, largueza, uma harmonia óbvia entre a arquitectura e o ar pacífico com que os habitantes da vila, conversando em pequenos grupos à porta dos comércios ou circulando a pé pelos passeios pareciam deixar escorrer o tempo, sem pressas inúteis. Manifestamente, Vila Viçosa fora construída tanto para ser vivida dentro como fora de portas, para ser amada, ao sol ou à lareira, pelos seus habitantes.”

Nos tempos mais recentes, a escritora e jornalista Isabel Stilwell (Lisboa, 1960) tem publicado romances históricos, destacando a vida de alguns dos vultos mais importantes da nossa História.

Duas dessas obras trazem Vila Viçosa na essência e no seu enredo: “Catarina de Bragança – Princesa de Portugal e Rainha de Inglaterra”, “Dona Amélia – A Rainha exilada que deixou o seu coração em Portugal”.

Oportunidade para imaginarmos, ainda criança, a rainha mãe do “chá das cinco” a medir a fachada do Paço Ducal com os seus pequenos passos, ou então, a Rainha Dona Amélia a suspirar de amores, e ciúmes, desde a janela do seu quarto no velho Paço de Dom Jaime.

Vila Viçosa, definitivamente, com dimensão nobre e atmosfera de reais suspiros.

E nem as escritoras Ana Maria Magalhães (Lisboa, 1946) e Isabel Alçada (Lisboa, 1950), autoras da coleção “Uma Aventura”, de grande êxito junto do público juvenil, esqueceram Vila Viçosa, incluindo-a na sua obra “Uma Aventura no Castelo dos Três Tesouros”.

E, mais uma vez, lá está D. Jaime, o quarto Duque de Bragança.

Uma visita noturna ao castelo de S. Jorge, a descoberta de um rolo de cabedal, ali deixado pelo célebre Duque, e os enigmas que conduzem aos tesouros de mais dois castelos: o de Portel e o de Vila Viçosa.

Aqui, na Vila Ducal, os jovens heróis são convidados a participar na rodagem de um filme sobre D. Jaime, contracenando, sem o saberem, com alguns meliantes com vontade de também descobrirem os três tesouros que o quarto Duque de Bragança escondera há 500 anos.

Bibliografia

- ALVES, Vasco de Mendonça – Vila Viçosa. Peça em três jornadas. Lisboa. Livraria Didáctica Editora. 1965
- CADORNEGA, António de Oliveira de – Descrição de Vila Viçosa. Lisboa. Imprensa Nacional Casa da Moeda. 1982. ISBN
- CONDE DE ARNOSO – Vila Viçosa. Lisboa. Fundação da Casa de Bragança. 1958.
- DIAS, Gonçalves – Leonor de Mendonça. Rio de Janeiro. Sedegra – Sociedade Editorial e Gráfica, Lda. 1972
- ESPANCA, Florbela – Sonetos. Lisboa. Publicações Europa-América. 1996. ISBN 978-972-10-4210-0;
- JÚNIOR, António de Campos – O Pajem da Duquesa. Romano Torres. 1949
- MAGALHÃES, Ana Maria. ALÇADA, Isabel – Uma aventura no castelo dos três tesouros. Editorial Caminho. 2013. ISBN 978-972-21-2608-3
- RESENDE, André de – As Antiguidades da Lusitânia. 2ª Edição (Contém facsimile da edição de 1593). Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian. 2009. ISBN 978-972-31-0714-2;
- SARAMAGO, José – Viagem a Portugal. Porto Editora. 2016. ISBN 978-972-00-4857-8
- SOUSA TAVARES, Miguel – Equador. Porto Editora. 2021. ISBN 978-972-00-3368-0
- STILWELL, Isabel – Catarina de Bragança. A coragem de uma Infanta Portuguesa que se tornou Rainha de Inglaterra. Livros Horizonte. 2016. ISBN 978-972-24-1812-6
- STILWELL, Isabel – D. Amélia, A rainha exilada que deixou o coração em Portugal. Livros Horizonte. 2016. ISBN 978-972-24-1813-3

Mãos

António Rosa

A mão não é uma pata. É uma mão.

A minha mão não é uma pata. É a minha mão.

Há as rudes, as finas, as delicadas e as grosseiras. Todas servem. Cada qual com a sua função, com as atribuições que o organismo lhe destinou ao longo da sua vida de trabalho.

Envelhecem com o tempo e perdem a sua destreza, as suas habilidades. Tornam-se secas, rugosas, deformadas, mal jeitosas. Saudosas do tempo em que eram hábeis.

Anatomicamente perfeitas, com vários graus de liberdade, movem-se como mais nenhum órgão do corpo humano se consegue mover. Esganam e acariciam. Torturam e afagam. Representam e concretizam. Apontam, acusam, apertam. Ajudam a comunicar. Têm uma versatilidade incrível. Contorcem-se, esticam-se. Abrem-se e fecham-se. Enfim, são elas as verdadeiras protagonistas do “fazer”.

Têm dedos. Muitos. Cinco em cada uma, se não houver malformação. Todos fazem falta, na sua função preênsil. Um polegar forte, oponível aos outros não os antagoniza, mas bastante os ajuda a agarrar. Que o diga o papagaio quando sobe pelos ramos, pois também os tem.

Têm dedos para agarrar. Com garras, unhas, que se podem cravar para maior firmeza ou para golpear no ataque. Na sua face mais suave, a inferior, os dedos são sensíveis, especialmente na polpa da sua extremidade, permitindo dar um arremesso de visão aos cegos, com a percepção das formas e da temperatura ou então uma suave carícia que reconforta quem a recebe.

Temos duas mãos, se não tivermos a infelicidade de sermos amputados. Elas são extremamente amigas e perfeitas colaboradoras no seu trabalho conjunto. Diz o povo e com razão que “uma mão lava a outra e ambas lavam o rosto”. No entanto, há sempre uma mais aperfeiçoada e hábil, que se encarrega dos trabalhos mais meticulosos e minuciosos, enquanto a outra a ajuda sem qualquer ressentimento por ter sido preterida nessas tarefas cuidadas. Esta também sabe que a sua acção é

preciosa e que a sua irmã hábil nada conseguiria sozinha, sem o seu auxílio. São irmãs gémeas e fazem parte do todo individual, portanto, mesmo que não quisessem, não tinham outra alternativa senão colaborar.

Há a mão que dá e a mão que tira. Por vezes é a mesma, como no caso do Robin dos Bosques, que tirava aos ricos para dar aos pobres, ou como no caso inverso de alguns governantes políticos. A mão que dá vai fechada, virada para baixo, enconchada sobre a sua palma, segurando a dádiva aí escondida. A que recebe fica aberta, com a palma para cima, aguardando resignada a chegada da dádiva, como uma bênção. São posições diferentes, estas da partilha.

A mão, agora morta, que segurava com firmeza a rabiça do arado, tinha a mesma determinação que ainda tem aquela que, por entre os calos dos dedos, puxa as redes de nylon para dentro do barco, vendo brilhar o pescado. As mãos servem o trabalho e este serve a sobrevivência humana. Sempre assim foi e há-de ser.

Não compete às mãos avaliarem a dignidade do trabalho que executam. Todos os trabalhos são dignos se forem executados para o bem da sociedade. Não tem menos valia a mão do algoz que segura o machado com que irá degolar o condenado do que a mão do cirurgião que segura o bisturi com que irá extirpar o tumor ao paciente. A mão da antiga lavadeira no rio era perfumada pela frescura do sabão azul, enquanto a mão do cantoneiro de limpeza urbana, embora protegida por luva, ficará impregnada do odor nauseabundo do lixo putrefacto que tinha aquele contentor. No entanto esta não é menos digna que a outra. São mãos que executam trabalhos distintos, mas igualmente dignos, porque a sociedade necessita deles.

As mãos finas, delicadas, não têm calos daqueles que entumecem a pele dos dedos e os tornam rígidos e grossos. Quem toda a vida activa seguiu numa enxada, dificilmente conseguirá reparar o interior de um relógio de pulso, por mais habilidade que tenha. Mas, pelo contrário, também será muito difícil ao relojoeiro passar uma tarde de sol abrasador cavando uma leira de batatas. O que é certo é que a sociedade necessita igualmente de batatas e de relógios, e principalmente de mãos que os saibam preparar. Portanto, todas as actividades lícitas se incluem em trabalho digno. Abençoadas as mãos que o executam.

Abençoadas as mãos do pintor, da cozinheira, do músico, do mecânico, do pastor, de todos.

Voltando a falar na liberdade dos movimentos das mãos, podemos considerar que elas são responsáveis pelo grau de desenvolvimento que a nossa espécie atingiu, quando comparada com os outros antropóides nossos primos. Vejamos alguns dados técnicos que não têm a pretensão de ser rigorosos.

Se apoiarmos a mão e o antebraço num plano horizontal (xOy) e imaginarmos um plano perpendicular a este (yOz) que passe pelo antebraço, podemos reparar que a mão pode **flexir** em torno do pulso, imóvel, de z : 0° a -80° e **abduzir** de z : 0° até z : $+15^\circ$, o que dá a amplitude vertical considerável de 95° .

Também mantendo o pulso imóvel, os movimentos laterais (movimento de fazer adeus), em torno do eixo y são consideráveis, **desvio radial** de x : 0° a -10° e **desvio ulnar** de x : 0° a $+20^\circ$, o que dá uma amplitude de 30° .

Quanto aos movimentos de rotação da mão em torno do antebraço, que já não são movimentos da mão mas sim do antebraço, a amplitude é de quase 180° , com um momento torsor considerável. **Pronação** cerca de -5° e **supinação** cerca de $+170^\circ$. Além de tudo isto há uma enorme panóplia de **preensões pluridigitais** das mais variadas espécies e de **aduições** e **abduções** do polegar, esse gordo maravilhoso que tanto nos facilita a vida.

É por esta razão que é tão difícil construir uma prótese mecânica que substitua a mão com toda a perfeição que ela tem. Apesar dos grandes avanços que a biónica tem feito nos últimos anos, o Homem nunca superará Deus, nem deverá ter essa arrogante pretensão.

Abençoadas mãos. Abençoadas as que nos puxaram para a vida e abençoadas as que, um dia, nos vierem a fechar os olhos e nos taparem o caixão.

2022/07/16

(já publicado em “contosdatintapermanente.blogspot.pt”)

André de Resende, de Évora para o mundo...

Uma leitura

João Cabrita

Quem se debruçar no estudo da história de Portugal, verificará que são muitos os acontecimentos que polvilham um país que um dia abandonou as suas fronteiras e foi mar fora e chegou a locais ainda hoje inconcebíveis.

Foram séculos e séculos de arrebatamento, de conquistas e de querer, muitas vezes, inspirado em Deus, em quem confiavam. Se o século XV foi o início da campanha descobridora, de que não nos devemos envergonhar, o século XVI foi marcado por um país de fronteiras terrestres consolidadas, que não virou as costas à cultura, alimento necessário à sua afirmação como país civilizado.

Se é verdade que a Inquisição e os seus métodos não abonam a favor dos homens que tal tribunal produziu, outros factores houve que dignificaram este país que encostado ao Atlântico, não se esqueceu da existência de uma Europa culta e sábia, paredes meias com as suas fronteiras. Aderentes a um cristianismo de cuja militância não abdicavam, são abertas as portas aos jesuítas que fazem do ensino uma prática universal, com a abertura de colégios em quase todo o território nacional, inicialmente abertos a uma população necessitada economicamente, até à abertura da Universidade em Évora, em 1559.

Sentiam os portugueses que o país não oferecia as condições necessárias ao seu desenvolvimento, por isso são muitos aqueles que procuram no estrangeiro alimento para as suas necessidades intelectuais. D. João III (1521-1559) será o principal mecenas dos bolseiros que se deslocam para Paris, Salamanca, Lovaina, Oxford, Cambridge e Alcalá de Henares, entre outras universidades disseminadas pelas repúblicas italianas. Num país de cerca de milhão e meio de habitantes, eram enviados a Paris, em média cinquenta bolseiros por ano.

E é neste ambiente de alguma contestação e de preocupação por uma valorização do homem na sua condição de ser terrestre, com uma vontade que não se deve contentar com as coisas mediócras, orientados pela razão corporizada por Giovanni Pico della Mirandola, em *Discurso sobre a Dignidade Humana*, saído em

1496, que se revêem personalidades como Damião de Góis, Sá de Miranda, António Ferreira, Pedro Sanches, João de Barros, André de Gouveia, Garcia de Resende, Aires Barbosa e tantos outros. Por seu turno, André de Resende refere-se, com desgosto, à superioridade intelectual dos outros povos.

Na oração de sapiência, na abertura do ano lectivo, em 1534, na Universidade de Lisboa, a que deu o nome de *Oratio pro rostris*, André de Resende exalta a virtude dignificadora das Belas Letras que, até aos plebeus da mais humilde ascendência, podem conferir dignidade, ao contrário do exercício guerreiro que não dá a doçura de viver. Os estudos literários têm dulcíssimos labores e frutos ainda mais doces, recreiam o ânimo e, pela indagação e claro conhecimento da verdade, dão a posse do bem semelhante à divindade.

Suscitando nos jovens o anseio da excelência, Resende fala na necessidade e nobreza dos estudos. Acerca da Medicina não se esquece de censurar o desprezo dos nossos médicos pelos trabalhos operatórios e pelo conhecimento das plantas, ocupações deixadas aos cirurgiões ignorantes de toda a Filosofia. Os meios de expressão, ponto importante do seu discurso, aponta a Gramática como um meio de desenvolvimento da razão, pouco utilizada pelos nobres, considerando-os ignorantes, mesmo apelidando-se de gramáticos. As línguas clássicas são a chave da poesia, da eloquência e da dialéctica. Os verdadeiros dialectas apenas diferem dos retóricos, na exclusão dos ornatos da dicção, que não no nervo, na lucidez, na invenção de argumentos, que evitem a exposição sair seca, rasteira, inepta, insubistente, descosida. Resende não vê incompatibilidades entre a religião e as nobres galas clássicas com que ela se defende e exalta, preferindo a Patrística à Teologia medieval, o que põe Resende em comunhão de ideias, lá fora, cada vez mais em triunfo na luta contra a Escolástica.

Nascido na cidade de Évora, provavelmente, em 1500, filho de André Vaz de Resende, cavaleiro da Ordem de Cristo e Leonor Vaz de Goes, que também se chama Ângela, em artigo publicado na *Revista A Cidade de Évora*, Ano 1.º – n.º 4 – Setembro de 1943, Joaquim Augusto Câmara Manuel, dá-o nascido em 1506, na Rua d'Oliveira.

Quanto à condição social dos pais, há quem afirme que não eram de geração muito subida, que somente cuidavam em tratar as suas vinhas, e que pessoas com semelhante ocupação, em Évora, são vulgarmente chamados vinhateiros. Resende afirmava ser filho de cavaleiro português que não só uma, mas muitas vezes, na guerra de Espanha, derramou o seu sangue pela pátria. Numa carta escrita em 9 de Maio de 1542, afirmava ter nascido em estrela muito ditosa, porque a limitada fartura de seus pais, e a sua mediana geração, ainda que não igualassem os mais favorecidos, o separam da vileza dos mais baixos, sem nota de pobre, nem presunção de rico.

Órfão de pai na mais tenra idade, cedo foi acolhido pela Ordem de São Domingos, onde o tratavam por Frei Andrezinho. Depois dos primeiros estudos em Évora foi para Alcalá de Henares, a expensas da mãe, em cuja universidade estudou entre 1513 e 1517, passando no ano seguinte ao estudo em Salamanca, onde se formou em Filosofia e Teologia, aí se detendo mais ou menos quatro anos, tendo como mestre de Grego, Latim e Retórica o seu compatriota Aires Barbosa, sendo disci-

pulo de Nebrija e do flamengo Leonardo Clenardo. Há notícias do seu doutoramento, o que não é confirmado pela dita Universidade.

A partir de 1518 e até 1526 mudou-se para o sul de França, repartindo-se entre Marselha e Aix, tendo recebido nesta última cidade as ordens de diácono.

Nascido num século de verdadeira cultura europeia, não é de admirar que tenha percorrido a Europa entre os anos de 1528 e 1533, residindo em Lovaina em 1529, aí dando início a uma fase de intensa criação literária. No ano seguinte, provavelmente, André de Resende, terá frequentado a Universidade de Paris, cursando grego ministrado por Nicolau Clenardo, seu conhecido de Lovaina, a quem iria convidar, em Novembro de 1533, encarregado por D. João III, para o cargo de preceptor do Infante D. Henrique, o futuro Cardeal Rei.

Em 1531, instalou-se em casa do embaixador português D. Pedro de Mascarenhas, junto da corte de Carlos V, em Bruxelas, ensinando latim ao diplomata, passando a fazer parte da elite diplomática, participando nas benesses da corte. Aí tomou contacto directo com as grandes figuras do corpo docente do Colégio Trilingue de Lovaina, de que resultou a sua amizade com Nicolau Clenardo e também com Erasmo, entre outros. Ao conhecer Erasmo tornou-se seu admirador, dedicando-lhe o poema *Erasmi Encomium* (Elogio de Erasmo), onde é citada pela primeira vez a palavra *Lusiadas* (*Lusiadae*), no verso 207. O poema consta de 413 versos. Terminado em Lovaina, a 31 de Março de 1531, apareceu editado pelos prelos de Froben, em Basileia, ainda no mesmo ano, precedido de uma carta endereçada ao humanista Conrado Goclénio, introdutor de Resende junto de Erasmo.

Seguindo de perto informações colhidas do Professor Pina Martins, em *Humanismo e Erasmismo na cultura portuguesa do século XVI*, citamos:

Entre Erasmo e André de Resende existe uma singular analogia. Ambos eclesiásticos, ambos teólogos e gramáticos, latinistas e helenistas, poetas e pedagogos, ambos críticos do que um e outro tinham como digno de censura ou de sátira.

Quando em 1531, aparece este poema de exaltação a Erasmo, “o príncipe dos humanistas”, de há muito havia firmado os seus créditos de mestre incontestado das letras; nem algumas polémicas mais duras, por exemplo, a que nos anos de 1524-1527, conduziria com Lutero, haviam contribuído para deslustrar o prestígio incomparável do seu nome. Os ataques frequentes a Erasmo e à sua obra só atestavam o seu valor, a forma crescente do seu magistério singular, a importância que ao seu pensamento era dado nos meios cultos europeus mais evoluídos. Servindo-nos, ainda, de Pina Martins, o erasmismo é a *filosofia Christi*, a religião interior, a fidelidade à autenticidade evangélica, o desprezo da letra pelo culto do espírito, o pacifismo, a aversão à violência, mas também sátira contra a corrupção das autoridades civis e eclesiásticas, contra a corrupção das próprias instituições, na medida em que elas se deixam plasmar ou deformar pela preocupação histórica do temporal corrompendo-se, portanto, sátira religiosa, social e mesmo política. Tratava-se de um ideal que, partindo do regresso ao cristianismo primitivo, acabou por encontrar em Erasmo o seu maior propugnador e defensor, de 1510 a 1536.

André de Resende, tal como Erasmo, preconiza uma reforma da igreja levada a cabo por si próprio sem rupturas. O homem é um reflexo da grandeza divina, um ser miserável cuja salvação depende de Cristo, já que de outro modo se perderia. Embora considerasse a Teologia como o conhecimento crítico das escrituras, Resende, à semelhança de Erasmo, insistia num cristocentrismo teológico, como refúgio interior, sobre as virtudes cristãs, que se impõem aos cristãos, se quiserem ser fiéis àquela espiritualidade que se preconiza. Para uma maior divulgação do erasmismo teológico, Resende utilizou, sobretudo, tratados de parenética, de história religiosa da Península, onde não deixou de fazer a defesa do milagre de Ourique, bem como nos vários poemas que nos deixou, de que fomos herdeiros, em cerca de cento e cinquenta obras.

A igreja vive um período de grande contestação. Lutero (1483-1546) pregava as indulgências em Wintenberg em 1517. O Concílio de Trento (1545-1563) tentaria resolver o dissídio. Erasmo (1466-1536) considera Lutero um perturbador da concórdia social cristã e formula o voto para que o Senhor inove em Lutero o espírito do bem, de maneira a restituir a paz. Os concílios, segundo Resende, destinam-se, sobretudo, a “ocorrer às calúnias que os heréticos maliciosamente inventam” e a sua máxima e principal causa é reprimir a soltura e demasia dos heréticos que se atrevem a quebrantar o que a católica igreja durante tanto tempo sempre guardou. Vejamos, então, as críticas que Resende tece a Lutero:

- Lutero rompeu a unidade da Igreja, de que é símbolo a túnica inconsútil que envolvia o corpo uno de Cristo vivo.
- Interpretou as escrituras a “seu danado apetite” contra a exegese dos “santos doutores e que a Igreja aprova.
- Fez isto sem “dignidade episcopal”, portanto, sem “autoridade pontifical”.
- Não podia fazê-lo, até porque sendo simples frade, isso era-lhe vedado, exactamente como, segundo o Antigo Testamento, ao povo era proibido, o acesso ao monte onde Moisés recebeu as tábuas da Lei.
- Os reformadores recusaram-se a assistir ao Concílio, que eles antes com tanta instância pediam.

Falecida a mãe em 1527, não pôde André de Resende vir a Portugal por se encontrar em Paris, afirmando que não teve notícias do falecimento da mãe, senão em 1530. Foi sepultada no claustro de São Domingos, fazendo-se enterrar na igreja, dizendo que lá a teriam à mão para lhe puderem lançar água benta sobre a campa. Seis anos depois, quando veio para o reino e vendo que a mãe estava enterrada, pediu para a trasladarem para dentro, ficando à entrada do capítulo, da parte de dentro. Em 1728 não havia vestígios, não acharam qualquer sinal de tal sepultura, nem letreiro.

Em 1533, André de Resende já se encontrava em Évora, conforme se vê na sua carta, “Ao Cardeal D. Afonso, filho do rei D. Manuel envia as maiores saudações Lúcio André de Resende”, com data de Évora do primeiro de Outubro de 1533, publicada no princípio dos quatro livros que constituem *As Antiguidades da Lusitânia*, obra póstuma, cuja primeira edição saiu em Évora em 1593.

No regresso a Portugal e à corte, o ambiente não lhe era muito aprazível. Descreve os que eram a seu favor e os que medravam nele, desabafando o bilioso estar. Jorge Coelho era seu grande competidor. Na sua poesia dá conta da sua pouca fortuna na corte e a menos estima que tinha no Paço, que tinha principiado depois de falecidos os dois infantes, o Cardeal Dom Afonso e Dom Duarte, aos quais chama Reis, por razões de rima. Queixou-se que já lhe fechavam a entrada do Paço por todos os caminhos e diz que lhe eram bem conhecidos, os que lhe maquinavam e punham o impedimento, não os nomeando, por modéstia, contentando-se em chamar-lhes Abutres do Palácio. Ao contrário, afirmava que o imperador Carlos V perguntava muitas vezes por ele, acrescentando que nenhum português foi mais conhecido por Itália, Alemanha e França pelos seus escritos do que ele, que dentro dos limites de Portugal, nenhum entendeu mais a sua opinião.

Quando se preparava para regressar ao estrangeiro, seu habitat natural, teve ordens de D. João III que, naquele tempo, tinha a corte em Évora, que André de Resende fosse mestre dos infantes Dom Afonso, Dom Henrique e Dom Duarte. Em 1533 foi mandado pelo rei a Salamanca buscar Nicolau Clenardo, que naquela Universidade era catedrático de Grego, há pouco tempo, para o trazer para Évora e ser, também, mestre do infante D. Henrique, já então bispo bracarense, como se lê numa carta de 1534, onde Clenardo afirma que André de Resende teve grande culpa de ele vir de Lovaina para Espanha.

Acedendo à ordem do rei, Resende abriu uma escola pública de letras humanas e porque a habitação ficava muito perto do Palácio do Infante Dom Afonso e da Igreja Catedral, vinha este príncipe acompanhado de alguns nobres, por uma passagem interior, a ouvir ocultamente as lições que ali ditava André de Resende, que diz que vivia nas suas casas paternas da rua chamada de Oliveira, rua de mestre Resende. A rua chamava-se de oliveira, por uma tal árvore ter nascido nas mesmas casas em que ele vivia.

Passada a corte de Évora para a cidade de Lisboa, passou Resende com ela juntamente. Consta que naquela Universidade fora mestre e professor de humanas letras, talvez por isso tenha pronunciado a Oração de Sapiência em 1534, embora não haja nenhuma referência à passagem de Resende pela Universidade de Lisboa, nem tão pouco há informação do ilustríssimo reitor.

Em Évora teve conhecimento da morte de Erasmo, em Basileia, a 12 de Julho de 1536, com setenta anos, embora sendo célebre pelas suas letras, a igreja não deixou de lhe riscar o nome do Catálogo dos Varões ilustres por razões de heresia.

Em 1535 escreve *De Vita áulica* a Damião de Góis, que nesse tempo vivia em Pádua. Todo o argumento é mostrar a pouca fortuna e nenhuma estima que os poetas têm nas Cortes em servir o Príncipe. Escreve os costumes dos que frequentam a Corte. Faz invectiva contra os jurisconsultos por serem nesse tempo, ali opostos aos poetas, oradores e filósofos, referindo que o rei D. João III desejoso de ser instruído na Filosofia de Aristóteles e Platão para se aplicar com acerto ao regime público.

Resende dá a entender o desgosto com que vivia na corte, não obstante o favor e a honra que nela recebia, havendo gente que se lhe opunha e o inquietava, sendo

um dos principais opositores Jorge Coelho, certamente homem grande na Poesia e Oratória. Face a este ambiente, André de Resende preferiria a sua quinta de Valbom que distava de Évora duas milhas à corte, para onde se acolhera para compor os seus versos. Se não sáisse daquela situação, a sua voz de ouro tornar-se-ia em voz de chumbo, de outro modo não estaria Damião de Góis em Pádua, perdendo as delícias do país. Da morte de Erasmo dá conhecimento a Damião de Góis e escreve uma Ode a André Quatrinio, médico, que tinha assistido à doença de Erasmo, que tem no fim a data de Évora, no mês de Outubro de 1536, sem indicar o dia.

O facto de passar a leccionar os príncipes, com licença do Sumo Pontífice, mudou o hábito de religioso dominicano, em trajo de sacerdote secular, passando já quase meia idade da sua vida, e havendo trinta anos, pouco mais ou menos, que andava vestido nele, mas que esta mudança a fez contra a sua vontade e constrangimento, porquanto os prelados daquela Ordem santíssima, o apertaram com força de que deixasse o hábito ou se recolhesse para a religião, donde se vê que a dita mudança foi nele involuntária. Não obstante ter despedido o hábito, não despiu o afecto que sempre teve a tão sagrada Ordem. É muito provável que Resende não tenha mudado de hábito, logo no ano de 1533, quando chegou a Portugal, e D. João III o obrigou a ficar na Corte para ser mestre dos infantes.

No ano de 1553 recitou em Coimbra a Oração do dia do aniversário dedicado pela Universidade em louvor do rei D. João III, propondo discorrer acerca da religião, prudência, justiça, grandeza de ânimo e moderação egrégia do monarca. Louva a generosa liberalidade do rei em socorrer os príncipes cristãos contra os inimigos da religião católica, testemunhando as aclamações que o exército de Carlos V recebeu, na expedição à Hungria, quando foi socorrer Viena de Áustria, pelo subsídio que naquela ocasião El-Rei mandou ao embaixador seu primo. Agradece, também, a fundação da Universidade e a dedicação de muitos anos.

Em 1557 compôs o poema que intitulou *Conquestio*, quando faleceu o rei D. João III, a 11 de Junho, queixando-se de ver o Real Palácio despovoado em tão poucos anos com a morte de tantos.

Por razões de metodologia, temos vindo a utilizar a diacronia para melhor retratar o que foi o percurso de vida de André de Resende, que a partir de 1539 não utilizou mais o prenome de Frei que utilizava antes, entendendo-se que nesses mesmos tempos despiu o hábito da religião de São Domingos, ficando na de sacerdote secular. Frei Jerónimo Padilha fez-lho tirar, por ser isento, e estar ao serviço do rei e dos infantes.

Na investigação que temos vindo a realizar, de molde a conhecer o que foi a vida deste egrégio português, sabemos que em 1565, já era nascido e tinha cinco para seis anos de idade, o filho de André de Resende, de mulher não casada, legitimado em Lisboa por escritura de 9 de Outubro de 1567, confirmado por carta régia do dia seguinte, na qual se declara ser a criança a quem o pai pusera o nome de Bernabé, de sete para oito anos.

É prolífica a produção de André de Resende. Textos por acabar e outros que não quis que sáissem a público compõem o seu acervo. De entre a sua produção, a principal e de maior estudo, de cerca de cinquenta anos, foi a de *As Antiguidades*

da *Lusitânia*, escrita em latim, língua que permitia maior difusão, dedicada ao cardeal Dom Afonso, que por morte do autor, ficou inédita e imperfeita, devido a outros trabalhos que o divertiam, pondo-lhe a mão, quatro anos antes do seu falecimento, sendo publicado em 1593.

As Antiguidades da Lusitânia, inicialmente, imaginadas para dez livros, só chegam até nós quatro livros. No primeiro livro estabelece e discute a etimologia do nome Lusitânia e qual terá sido o seu autor e qual a sua origem. No segundo, enumera os antigos e novos nomes dos rios, bem como o nome dos mais comuns. O terceiro livro tem o seguinte título, “Que povos outrora dominaram na Lusitânia”. O quarto, “Agora começarei a tratar das cidades, parte não desprezível do meu intento”. No quinto livro começa a escrever numa folha, na qual restam vinte e cinco folhas:

Comecei este livro por Évora, de que sou natural, mas de forma a que possa falar mais sucintamente, visto que em tempos publiquei em língua portuguesa uma pequena história acerca da sua antiguidade e reuni muitos materiais acerca do mesmo assunto no Apologético dedicado ao Francisco Nunes de Beja e bastantes coisas no livro dedicado a Quevedo Toledano.

De salientar, ainda, a publicação da *História da antiguidade da cidade de Évora*, escrita em português, com edições em Évora em 1553 e 1576 e outra em Lisboa em 1783. No livro quarto, dedicado às cidades, depois de falar de Elvas, e sobretudo das cidades (localidades), é a sua vez de falar de Vila Viçosa. Pela sua importância e pertinência, transcrevemos:

*Apresenta-se, a quem vem de Elvas, uma nobilíssima cidade, residência dos duques de Bragança, que um idiotismo português denominou, devido à sua beleza de Vila Viçosa. Não é possível dizer-se com um só nome latino. A não ser que imaginem em grego, **Calípole**, exemplo ousado mas que de modo algum desagradará aos leitores depois de terem ouvido com assiduidade esta palavra. Existiu aí, nos arredores, onde actualmente se encontra a igreja de Santiago, um santuário de Proserpina. Encontrei lá estes monumentos...*

Parece estar explicada a razão de ser de calipolense, para os habitantes de Vila Viçosa.

Numa carta dirigida, por Lúcio André de Resende, ao “douto jurista Bartolomeu Frias Albornoz” escreve:

*...Com efeito, se nada mais houver por estes lados que te agradasse ver e algumas coisas há, a verdade é que, seis dias depois da tua partida, uma jovem de dezassete anos, **Púbia Hortênsia de Castro**, versada invulgarmente nos estudos aristotélicos, ao discutir em público, diante de muitos homens doutos desejosos de destruir as teses que propusera, com grande habilidade e não menor graça conseguiu esquivar-se às subtilezas das argumentações e teria enchido o teu espírito de tal prazer que serias forçado a confessar, se tivesses estado presente, que nunca tinhas visto espectáculo mais belo e não negarias que a cidade que tem tal menina (deixo de lado a sua excepcional beleza) merecia que a ela viesses só por esse facto.*

Operando com grande mestria a palavra poética, conta-se por entre os destinatários das suas epístolas, ou da sua poesia, uma Ode a D. Julião d'Alva (1500-1570), que depois foi bispo de Miranda, e a Pero Sanches, ambos seus íntimos amigos, convidando-os para uma ceia. Fazendo-se pagar por trabalho que produziu, terá escrito ao cardeal infante Dom Henrique, queixando-se de que fora mal remunerado pelo trabalho, *no Breviário Eborense*, que tinha composto.

Muito admirado e estimado pela corte, o cardeal Dom Henrique havia escrito a Simão Estaco, que lhe mandava e encomendava muito, que logo que Mestre André de Resende falecesse, lhe tirasse da sua livraria certos livros, que dela desejava haver, como era Leão Baptista, *De Architectura*, que ele traduzira para Português e outros mais e que com eles tirara também os cadernos de *As Antiguidades da Lusitânia*.

Possuidor de alguns bens, André de Resende fez testamento, tornado público a 9 de Dezembro de 1573, dia do seu falecimento, nas pousadas do licenciado Domingos Vaz, juiz de fora, estando presente Diogo Martins, tosador, e Brás Rodrigues Ribeiro. Do jornal O Transtagano, de Elvas, n.^{os} 61, 63 e 64, de 29 de Novembro, 6 e 9 de Dezembro de 1860, de onde extraímos estes elementos, e cuja escrita actualizámos, consta: “Este é o testamento que eu Mestre André de Resende ordeno, andando por meus pés, são e bem disposto em idade de setenta e sete anos, em todo o meu entendimento, qual me Deus deu; não sabendo porém o que Deus Nosso Senhor de mim ordenará...” No testamento declara:

Ordeno quando Deus aprouver chamar-lhe, meu corpo seja enterrado no mosteiro de São Domingos na sepultura que para isso partilhei com os padres, levando-me os padres no hábito da Ordem com que me criei, o qual eu nunca enjeitei, mas fizeram-no deixar. Irão as freguesias com o meu corpo e farão lá os seus ofícios e os padres do seu mosteiro, pelo qual haverá mil réis de esmola e aos padres clérigos se pagarão segundo o costume de ofertas se darão dez alqueires de trigo e quatro almudes de vinho e irão doze tochas. Deixo a minha livraria ao mosteiro de São Domingos, convém a saber, a que pertence a Teologia, Sagrada Escritura, Filosofia, História Eclesiástica, Exposição de Autores e outros livros, que eles julgarem que lhe são necessários, e lhes peço por caridade que alguns livros escritos de mão que entre os outros se acharem os não alienem, mas guardem porque por eles se podem emendar muitos lugares corruptos, que andam impressos.

Faz, também, testamento ao seu filho natural, Bernabé de Resende, indicando para tutor, Brás Rodrigues Ribeiro, de Évora, marido de sua sobrinha Cristina de Resende. Deixa forro e livre seu escravo preto, que retém em sua casa, ao qual deixa duas casas térreas, que estão pegadas com as da sua morada, que estão livres e isentas, e mais quatro mil réis em dinheiro e o seu vestido de saragoça, e as suas botas novas. Na sua condição de liberto, que tenha obediência e acompanhe o dito seu filho todas as vezes que for possível, como por direito os libertos são obrigados a fazer aos filhos dos patrões. Manda que Máximo, seu escravo mulato, se venda, porque nunca o pôde fazer amigo e sempre foi outra a sua fazenda e por esse motivo não lhe dá liberdade, não por vingança, mas que fique para exemplo. Pede

ao juiz dos Órfãos que o venda para fora da terra, porque será prejudicial ao órfão e à fazenda. Manda que Álvaro Fernandes e Roque Francisco, seus caseiros, vivam graciosamente nas casas em que vivem até ao São João vindouro, havendo respeito a algum serviço que têm feito, e o que lhe ficaram a dever até ao São João ficou pago. Pede uma missa cantada por ano no mosteiro de São Domingos.

Os ossos de André de Resende que se achavam muito bem conservados foram trasladados do convento de São Domingos, então em demolição, para a Sé de Évora. Foi Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, quem promoveu o acto, para a realização do qual concorreu o Administrador Geral do Distrito, a Câmara Municipal, o Cabido e muitos cidadãos que ofereceram donativos para a cerimónia que se realizou no dia 30 de Julho de 1839. A 17 de Abril de 1575, na igreja de Santo Antão, de Évora, Bernabé de Resende, contando quinze para dezasseis anos, casou com Eugénia Mancata. Não foi um brilhante casamento. Pouco tempo durou. A 18 de Outubro de 1596, com trinta e seis anos apenas, faleceu em Évora Bernabé Resende, não tendo deixado sucessão, embora tivesse tido um filho, falecido em Setembro de 1577.

As casas onde André de Resende residia em Évora não eram grandes, com jardim, onde estavam colocadas as pedras com inscrições romanas. Todas as vezes que fazia escavações, ainda que fosse muito longe, levava consigo uma enxada e outros instrumentos com que mandasse cavar os lugares, onde se lhe ofereciam vestígios de alguma antiguidade.

Acerca da pessoa – André de Resende – escreve Diogo Mendes de Vasconcelos, editor de alguns dos seus livros e seu contemporâneo, em texto inserto em *As Antiguidades da Lusitânia* que André de Resende era de estatura alta, olhos muito grandes, cabelo crespo, a tez de rosto um pouco morena, mas de fronte prazenteira e não franzida, severo no respeitante a seus criados e alunos. O Padre Francisco Fonseca, em *Évora gloriosa* louva-o, de vida exemplaríssima. Nas letras humanas foi oráculo, nas Divinas peritíssimo como bem deu a conhecer no ofício de evangélico orador, que exerceu com igual eloquência.

Se a vida de André de Resende se pautou por encómios que só o dignificam e que reflectem a figura doutíssima que, efectivamente, foi, vejamos o que, ao invés, escreveu Camilo Castelo Branco em *Narcóticos*, página 17, citando a vida do Infante D. Duarte, referindo-se a André de Resende:

Era um refinado hipócrita este frade que atirou o hábito às ortigas. Possui uma carta dele impressa ao seu íntimo amigo o heresiarca Desidério Erasmo que, se a Inquisição o visse, ele teria passado pelos apertos de Damião de Góis. Acerca da controvérsia em torno do seu nome, afirma que de facto André de Resende usou de prenome, porém não era Lucius era Angelus, como se lê no opúsculo latino acima referido.

Com a sua autoridade de grande investigadora, D. Carolina Michaelis de Vasconcelos, receptora de consensos sobre a matéria, foi considerado como decifrado o *L* que se antepõe ao nome de André de Resende, *L* significa Lúcio, aquele que

nasce em dia de Santa Luzia, 13 de Dezembro, embora tenha declarado em testamento que sobre a sua sepultura se pusesse uma campa de mármore, que tinha em sua casa e que fosse renovada, que se lhe ponha um letreiro que diga *Licenciatus Andrea Resendius hic situs est* = pondo um **L** e um **A** grandes e um **H.S.E.** com dois pontos em cada letra e o mais bem feitas e bem trabalhadas e iguais, e esta se porá à entrada do capítulo no meio, tendo sido cumprida a ordem de Resende.

Em 1936 foi tributada homenagem em Évora, como reconhecimento daquele que foi uma das figuras mais importantes deste país. A cidade não o esqueceu apesar de tantos anos volvidos. Não sendo do conhecimento geral a sua actividade como grande homem da cultura, um busto de autoria de João Cutileiro é instalado, em 1986, na cidade que o viu nascer, atestando a sua existência e a importância que poucos conhecem, onde sobressai uma escola a recordar aos que estudam que ele também foi grande para ser estudado.

Fazendo parte do *Grande livro dos portugueses esquecidos*, de autoria de Joaquim Fernandes, publicado pelo Círculo dos Leitores em 2008, retiremo-lo do esquecimento e vejamos como, há quinhentos anos, dispo de escassos meios, um dos nossos se lançava nos meandros da geografia, num pioneirismo que outros continuaram e a Europa admirou. O seu desejo de saber, numa manifestação de grandeza do homem, de quem se impõe pelo conhecimento, postergando o herdado ou o conquistado através de manifestações bélicas. De Camões, lembremo-nos, “E aqueles que por obras valerosas se vão da lei da morte libertando”. Uma libertação e uma fuga ao esquecimento, em páginas para recordar. Foi grande no seu tempo. Irradiou conhecimento por onde passou. Afirmou-se português. Levou o nome da sua terra e da sua pátria para espaços longínquos. Não morreu. Transferiu-se para um outro espaço onde se imortalizam os que foram grandes e intemporais. Contestou comportamentos. Escreveu e disse para que se soubesse o que era evoluir no seu tempo. Teve em Erasmo o mestre do seu pensar. Em Giovanni Pico della Mirandola que, provavelmente, leu, aprendeu como emerge do anonimato o ser humano e se impõe no universo. Sem renunciar ao catolicismo, bebido na mais tenra idade, foi crítico de práticas com as quais não concordava. Contestou Lutero e não saiu da igreja que lhe foi berço.

Foi primeiro na geografia. Desbravou caminhos e soube onde estavam nascentes e desaguavam rios. Transpôs a orografia e trouxe-a para os compêndios. Foi arqueólogo. Viu para lá do seu olhar. Primeiro na arqueologia numa época em que a palavra ainda não se balbuciava. E os vindouros leram-no e seguiram-lhe os passos. Gritaram-lhe hossanas e a inveja tornou-se inevitável. No Paço maldisseram-no. Era assim naquele tempo e o vitupério não cessou, medrando, arrastado pela liberdade sem limites.

Preocupado com o meio onde viveu e sempre em busca da perfeição, que não desarma, como se uma nova ciência germinasse, habitat, clima e produções são um abrir de portas a uma antropologia que floresce. Dominador do latim, grego e hebraico não se esqueceu da língua materna e da sua envolvimento linguística. A origem da palavra e a sua identificação com os ramos da linguística, numa época em que as gramáticas de Fernão de Oliveira e João de Barros ditam as primeiras

André de Resende, de Évora para o mundo... Uma leitura

regras na língua pátria, valorização maior para um discurso cada vez mais assertivo. Cícero, Platão e Aristóteles nas suas origens são marcas de uma Filosofia que dignificará a governação do rei que tanto apreciou – João, o terceiro de seu nome.

André de Resende para recordar em páginas lidas com o desejo de saber mais de um Portugal, que parece desluzir-se no discurso de gente que às letras dedica muito pouco do seu tempo.

Temporada Tauromáquica de 1886

Luís Brito da Luz*

“As touradas são a festa mais culta que existe no mundo”

Frederico García Lorca

Resumo: Este estudo reúne, agrupa e trata todas as notícias sobre tauromaquia divulgadas pelo periódico *Diário Ilustrado*, publicação diária que ocorreu entre 30 de Junho de 1872 e 8 de Janeiro de 1911, durante o ano de 1886.

Palavras-chave: Tauromaquia; Touros; Tourada; Cavaleiro; Bandarilheiro.

A primeira notícia a abrir a época, em pleno inverno, dizia respeito à tourada ocorrida no dia 7 de Fevereiro em Lisboa, pelas duas horas da tarde, na praça do Campo de Sant’Anna promovida por um grupo de bizarros rapazes da nossa primeira sociedade em benefício de uma simpática instituição, a Associação Protetora das Crianças, e de Eugenio Mazoni. Os touros em número de doze eram de um dos mais afamados e abastados lavradores, Emílio Infante da Câmara. Os quatro cavaleiros amadores dos mais arrojados e destros foram António Caldeira, D. António de Portugal, Fiuza Guião e Alfredo Tinoco. Bons bandarilheiros, à cabeça os irmãos Robertos, Peixinhos, Calabaça, Sancho, José da Costa, João Roberto e o insigne toureiro espanhol Filipe Aragon, El Minuto, coroando a festa um valente grupo de moços de forcado e três bandas de música. Esta corrida vinha sendo anunciada como a grande festa do *high-life* e do *sport* há seguramente quinze dias,

* Economista e Mestre em Economia – Especialidade em Estudos Europeus pela Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior Técnico.

Este artigo foi escrito ao abrigo do antigo acordo ortográfico.

com exuberantes reclames, majestáticos cartazes, para estimular o público em todas as esquinas das ruas. Tal era necessário pois nessa altura os Lisboaetas já não sentiam tanto fervor e entusiasmo pelas corridas como os vizinhos espanhóis, ainda para mais naquela altura do ano em que realmente fazia frio. Houve um tempo não muito longínquo em que as touradas de morte faziam as delícias dos portugueses. A atestar isto afirmava o periódico que um século atrás havia em Lisboa quatro praças de touros, a da Estrela nas terras do Infantado, a da Parada, junto ao Rossio, a do Salitre e esta do Campo de Sant'Anna, não falando no Terreiro do Paço, onde se realizavam as touradas de maior pompa. Em tom jocoso vinha o diário no dia seguinte dizer que os portugueses tinham medonha predileção e mau gosto pelas lides toureiras, com sangue, boléus, os animaizinhos com aquelas estacas espetadas no cachaço e os cavalos todos acicatados e ofegantes e muitas coisas mais com que os inimigos dessa lide predilecta dos peninsulares procuravam demonstrar a barbaridade do divertimento que classificavam de anti-civilizador. Continuando a zombaria referia que entre os espectadores estavam gente de bom coração e da Protectora dos Animais, assistindo nos camarotes e trincheiras a elite lisbonense ilustrada e filantrópica. Finalizava a sátira dizendo que todos os espectáculos podiam ter escassez de espectadores excepto as corridas de touros que quase sempre se enchiam, afluindo a esta corrida cerca de cinco mil pessoas, número que daria para encher todos os teatros de Lisboa ainda sobrando gente. No que diz respeito à corrida propriamente dita os touros revelaram-se formidáveis, de pequeno corpo como era próprio naquela época do ano, alguns muito finos, mas todos bravos e prontos na investida. D. António de Portugal e Tinoco estiveram mais luzidios brilhando em sortes à meia volta, à tira, à garupa com farpas e bandarilhas. O público também vitoriou Caldeira e Guião encontrando no primeiro uma serenidade fria e um habitual conhecimento da arte e no segundo a boa vontade de aproveitar o touro que lhe calhou em sorte. Quanto aos bandarilheiros, no geral andaram bem, merecendo menção especial os Robertos, Peixinho e Calabaça. El Minuto esteve soberbo sessenta vezes mais ligeiro que no ano passado em que já era rápido como uma ventoinha, pelos modos passou a chamar-se sr. Segundo, prometendo vir a ser um sr. Instante. Quanto aos moços de forcados quase sempre foram sacudidos dando os touros muitos derrotes, não obstante baterem-lhes valentemente as palmas. Houve, contudo, duas soberbas pegas de caras e uma de cernelha sendo o touro rabejado. Delírio da parte do público e, uma vez recolhido o touro, uma chuva de flores, charutos e rebuçados ao som de palmas e música das bandas dos Cegos, da Guarda Municipal e da dos Marinheiros. A direcção a cargo do Marquês de Bellas foi óptima sendo o fidalgo, em conjunto com o lavrador, chamados no intervalo a fim de entregar aos lidadores algumas coroas debaixo de um frio glacial.

Domingo dia 2 de Maio tiveram lugar duas corridas, a primeira de inauguração da época no Campo de Sant'Anna em Lisboa, a segunda em Montemor-o-Novo por ocasião da feira anual promovida pelos amadores tauromáquicos da vila, pertencendo os touros a Simão Augusto Laboreiro e o grupo de lidadores dos mais afamados. Em relação à primeira, com uma entusiasmante enchente, numa tarde

primaveril com o vento a soprar forte já para o final da tarde, coube o primeiro touro, um valente bicho bom de investida, a Alfredo Tinoco da Silva, único cavaleiro em praça, que a galopar no seu russo claro arrebatou a plateia com a sua coragem e perícia enfeitando o touro com uns ferros curtos em sortes não só artísticas e corajosas, mas também elegantes. Ainda lhe couberam os quinto, oitavo e décimo primeiro touros, todos lidados com a mesma mestria, especialmente este último. Os 13 touros de Emílio Infante da Câmara, de fina raça e escolhidos a capricho para esta corrida, descansados nas pastagens, estiveram ótimos em bravura. Os bandarilheiros Roberto da Fonseca, Peixinho, Calabaça e Minuto estiveram bem embora mais pesados que o habitual. O Rafael Peixinho que já tinha estado bem o ano passado teve uma prestação ótima assim como a do João Roberto, digna de ombrear com as dos tios, e a de José Petiz. Todos muito bem, sobressaindo o Roberto com a sua muleta e o Peixinho com o seu capote. Muito melhor seria se os bandarilheiros moderassem o seu bom desejo de trabalhar, aparecendo na arena quando lhes pertencesse e não todos ao mesmo tempo. E ouro sobre azul seria as capas dos capinhas deixarem de fazer rodilhões na praça o que era fácil se o artista quando saltasse a trincheira puxasse para si o trapinho. Esteve de parabéns o empresário António da Costa Guerra.

A corrida na vila de Montemor-o-Novo não satisfaz os aficionados, o gado era bravo, mas muito pouco corpulento e não se prestava à lide de toureio. O cavaleiro amador Joaquim Fiuza assim como Saturnino Ayres que também toureou fizeram a diligência por agradar nos touros que lhes pertenceu picar. Os bandarilheiros geralmente pouco fizeram, havendo pouca concorrência prova que a empresa tinha de mudar de artistas e não apresentar sempre os mesmos bandarilheiros e cavaleiro.

A segunda corrida da época na praça de touros do Campo de Sant'Anna teve lugar no domingo dia 9 de Maio com a assistência de Suas Altezas, o Príncipe D. Carlos e o Infante D. Afonso. Os treze touros do laureado lavrador José Pereira Palha Blanco pertencentes à sua opulenta ganadaria dotada de todos os preceitos usados pelos criadores espanhóis, no geral estiveram bem, tendo alguns deixado a desejar. O Cavaleiro Alfredo Tinoco da Silva esteve muito bem arrebatando a assistência com o seu arrojo e incontestável conhecimento do toureiro. Os bandarilheiros Vicente Roberto, J. J. Peixinho, Calabaça e o festejado toureiro espanhol El Minuto obtiveram muitos aplausos. Este último quando do terceiro touro da segunda parte saltava à trincheira, foi colhido pelo animal, ficando ferido no nariz. Com uns pontos de adesivo se remediou o assunto, voltando à praça com Peixinho e lidando de forma exemplar o touro que se seguiu. Dos restantes bandarilheiros Roberto da Fonseca, Sancho, Rafael Peixinho e José Maria da Costa, anunciados no cartaz dos espectáculos, não temos informação quanto à sua prestação. Concorrência regular com público satisfeito reconhecendo-se a boa vontade do empresário em levantar o popular divertimento.

Domingo dia 16 teve lugar a terceira corrida da época na praça de touros do Campo de Sant'Anna com treze touros escolhidos a capricho pertencentes ao opulento lavrador Comendador Paulino da Cunha e Silva, os quais diziam que descendiam das raças do antigo lavrador Rafael José da Cunha. Bons exemplares para

toureiro muito valentes, de vez em quando um ou outro passava do primeiro ao terceiro estado, mas ainda assim formidáveis na saída e ajeitando-se ao trabalho. O público chamou e aplaudiu o lavrador. José Bento de Araújo, o único cavaleiro do espectáculo, portou-se com o arrojo que lhe era característico, justificando durante a tarde a fama de figura de primeira linha, só suplantado pelo mestre Mourisca. Aproveitou bastante bem os touros enfeitando-os com farpas e bandarilhas, nomeadamente no oitavo, o primeiro da segunda parte onde foi admirável de arrojo e correcção. Em relação aos bandarilheiros Robertos (Vicente Roberto e Roberto da Fonseca) brilharam no segundo e nono touros, Peixinho (não sabemos se o José Joaquim se o Rafael, pois ambos estavam no cartaz) e João Calabaça trabalharam muito bem. Quanto aos espanhóis Philippe Aragon, El Minuto e José Cortez, o qual se apresentou já restabelecido depois de ter trabalhado em várias praças de Espanha, estiveram a contendo do público que os vitoriou. Cortez teve aqui o seu ensaio geral, ressentindo-se, pois há muito tempo que não trabalhava, embora no geral estivesse bem, principalmente no décimo touro em que executou um excelente *quiebro*. Também assistiram à corrida Suas Altezas, o Príncipe D. Carlos e o Infante D. Augusto. Bela corrida com bastante concorrência na qual o empresário esteve à altura.

Também para este dia 16 estava anunciada uma corrida de touros na praça de Torres Novas inaugurando a época tauromáquica. Dizia o cartaz que seriam lidados doze touros pertencentes ao distinto lavrador Emilio Infante da Câmara. Por especial obséquio à empresa tomou parte nesta corrida o cavaleiro amador Alfredo Saldanha Marreca. Os bandarilheiros escolhidos foram João do Rio Sancho, João Roberto da Fonseca, José da Costa, J. Laureano e A. Gonçalves. Dois deslumbrantes intervalos!! pelos arrojados pretos Pae Paulino & C.^a e um valente grupo de forçados.

A primeira corrida nocturna da época no Campo de Sant'Anna anunciada para quinta-feira dia 20 só se realizou a 21, pelas nove e meia da noite, em virtude do tempo. Treze touros pertencentes ao opulento lavrador Carlos Marques lidados pelos cavaleiros José Bento de Araújo e António Monteiro, este último apesar da boa exibição foi colhido pelo oitavo touro e derrubado juntamente com o cavalo dizendo o periódico que tinha quebrado uma perna. Abrilantaram a corrida os bandarilheiros Irmãos Robertos, Peixinhos, Calabaça, Sancho, J. M. da Costa e os toureiros espanhóis El Minuto e José Cortez.

Domingo dia 23 teve lugar a segunda corrida nocturna no Campo de Sant'Anna, pelas nove e meia da noite, onde treze touros irregulares dos srs. Roberto & Irmão foram lidados. Ao cavaleiro Alfredo Tinoco couberam-lhe o primeiro da noite lido admiravelmente, o quinto muito rápido pelo qual foi tocado três vezes e que enfeitou com arrojo e o oitavo, matreiro, muito difícil e que o cavaleiro fez muito bem em não aproveitar melhor. Com respeito à gente de pé, Roberto, Peixinho, Calabaça e Minuto estiveram muito bem, João Roberto meteu com perfeição dois pares de ferros; os restantes como puderam. Quanto a Arjona não sendo dos primeiros em Espanha era um bom artista, calhou-lhe um touro mau que soube mostrar que sabia, passou-o de capote como deve fazer-se esse serviço e apontou-lhe

com arte os seus ferros. Pena o público, à parte da diminuta parte inteligente, em vez de aplaudir, assobiou. No décimo primeiro touro que pertencia a Tinoco, que lho cedeu, mostrou-se hábil bandarilheiro, terminando por se revelar um bom espada com quatro passes de muleta que não era normal se verem.

Segunda-feira dia vinte e quatro teve lugar a última das três nocturnas, pela mesma hora, com treze touros, magníficos, de Emilio Infante da Câmara. A corrida foi soberba o trabalho dos três cavaleiros foi bom e dos doze capinhas magnífico sobressaindo os Robertos, Peixinho e Minuto. Arjona meteu bons pares de bandarilhas e executou com correcção alguns passes de muleta. Por falta de espaço, não foi possível dizer mais sobre esta corrida.

Quinta-feira dia 27 às três horas da tarde teve lugar a tão desejada corrida promovida pelo Turf-Club. A ornamentação da praça do Campo de Sant' Anna estava excelente onde os camarotes estavam adornados de colchas com monogramas e cores das casas nobres portuguesas pertencentes a laureados amadores e lidadores tauromáquicos como Marquês de Marialva (campo verde e listas brancas, um M amarelo e coroa), Marquês de Bellas (amarelo e azul, um B e coroa), Carlos Relvas (preto e vermelho, elmo e um R), Visconde da Graça (azul e branco, coroa e um G), Conde de São Martinho (azul e vermelho, M. S. enlaçados e coroa) e outros mais assim como diversos monogramas Alfredo Tinoco, Alfredo Marreca, Fiuza, etc. Entre os camarotes havia flores e verduras pendentes de cornucópias douradas sustentadas por laços de fitas de cores diversas. Em volta da praça corriam vários troféus composto de forcados, varas, bandarilhas, farpas, bastões, cabeças de touro, cavalos arreados à antiga e doze galhardetes brancos com maçanetas douradas pendendo bandeiras portuguesas, francesas e italianas. Cobertores multicolores adornavam a galeria do sol, não havendo ali toldo nenhum, ornamentando os intervalos dos arcos os escudos das nações. O camarote real estava esplendido, no interior, o fundo e lados eram formados por quatro grandes chapas com espelhos guarnecidas de fazenda rosa pálida e camélias e as cortinas eram de cetim da mesma cor. Já no exterior a alcatifa era azul e branca, as cortinas de damasco azul claro com franjas e borlas de seda cor de ouro e os peitoris de peluche azul cruzando com as armas reais portuguesas. Os três primeiros camarotes à esquerda da tribuna haviam sido reservados para os ministros e respectivas famílias. Pouco depois da hora marcada chegou a Família Real e os seus ilustres hóspedes. Sua Majestade a Rainha sentou-se, tendo à sua direita a sra. condessa de Paris e à sua esquerda a Princesa Amélia, a cujo lado se sentara a Princesa Helena. No compartimento do lado direito da tribuna real sentou-se Sua Majestade El Rei, que vestia o uniforme de generalíssimo, seguidamente o conde de Paris, Príncipe Jorge e duques de Orleans e Chartres, todos à paisana. No compartimento do lado esquerdo tomaram assento o duque de Aosta e o Infante D. Augusto, que vestiam também à paisana. Sua Alteza o Príncipe D. Carlos vestia à paisana enquanto o sr. Infante D. Afonso vestia o uniforme de alferes de artilharia 2. A comitiva de Suas Majestades e Altezas ocupava o fundo da tribuna. Um pouco depois das três horas entrava na praça o neto, o sr. D. Fernando de Noronha trajado a rigor e ladeado pelos interessantes andarilhos D. Vicente Zarco da Camara e Jorge O'Neill, duas formosas crianças elegantemente

vestidas. Feitas as cortesias pelo neto, voltou este à praça a receber as ordens do director da corrida, o sr. Marquês de Bellas, que mandou sair o cortejo. Faltando Carlos Relvas, por motivo que se ignorou, a linha de cavaleiros para esta corrida era composta por José d'Avilez, D. António Portugal, Luiz do Rego, Alfredo Marreca e Alfredo Tinoco, todos trajados com rigor, à marialva, montando soberbos corcéis ricamente ajaezados. Seguiu-se-lhes a linha de bandarilheiros composta por Vicente Roberto, Roberto da Fonseca, Peixinho, Rafael, João Roberto, Sancho e José da Costa. Após estes, o grupo de moços de forcado constituído por José de Barros Lima, António Martins, Francisco Amado, Leonardo Costa, Victorino Froes, José de Paiva, José de Sequeira e Nuno Infante da Camara. Seguidamente os moços do curro, José Duarte da Costa, Joaquim Duarte Costa, A.C., António Lapa, A. Graciano, F.G. Francisco Pessanha e H.M. Finalmente os moços de gaiola, Ignacio Paiva Raposo e Alfredo Ferreira Pinto. Feitas as cortesias, executadas com mestria, deu-se início ao combate tendo o primeiro touro, um animal muito brando sem condições para o toureio, calhado a José d'Avilez que sem cavalo próprio, recolhendo para mudar de cavalo ganhou alguma coisa com essa troca realizando algumas sortes onde evidenciou o seu arrojo. Recebeu o animal bandarilhas de Calabaça e de Rafael, passado de capote pelo capinha Roberto da Fonseca e pegado com valentia por Barros Lima. Lidou bem o segundo touro, muito valente embora inocente e com vontade ao cavalo, Alfredo Tinoco. O touro foi pegado de cara com valentia por António Martins. O terceiro da tarde pertenceu a Alfredo Marreca que o aproveitou muito bem em brilhantes sortes à meia volta, tendo sido passado de capote por Peixinho e pegado de cara. Luiz do Rego montando o soberbo Leotard, conjunto afamado que lidou brilhantemente o animal que se prestou à lide e foi pegado de cernelha. Para o quinto da tarde apresentou-se D. António Portugal que foi o primeiro dos cavaleiros que aproveitou a sorte de gaiola, de um modo brilhante, realizando-a à garupa. Depois dessa sorte, em todas as outras não desmentiu os seus créditos. Passado de capa por Sancho e pegado valentemente por Barros Lima. O sexto touro, último da primeira parte, coube a D. Luiz e Tinoco, ambos arrojados satisfazendo o público. O primeiro enfeitou o animal com seis pares de ferros e Tinoco com três, Sancho passou de capote o animal que foi pegado de cernelha pelos moços de curro. Seguiu-se o intervalo altura em que se retiraram Suas Majestades El-Rei e a Rainha e os srs. Condes de Paris. O sétimo touro destinado a José d'Avilez acabou por ser recolhido sem ser lidado por ser manso. José d'Avilez lidou o oitavo enfeitando-o com algumas farpas à meia volta mostrando serenidade e conhecimento da arte não obstante a falta de cavalo. Roberto passou de muleta o touro que foi rabejado caindo-lhe à cernelha Barros Lima. Tinoco farpou bem o nono como de costume, sendo o trabalho de capote de Peixinho e a pega realizada de costas por Victorino Froes. O décimo touro saiu muito bem e foi habilmente aproveitado por Alfredo Marreca que terminou por o enfeitar com um belo ferro curto. Sancho passou o animal de capote, o qual foi pegado de caras pelo moço de curro sr. António Lapa, sendo talvez a melhor pega da tarde. O valentíssimo décimo primeiro saiu para Luiz do Rego que o lidou brilhantemente. Peixinho passou o animal de capote não tendo o mesmo sido pegado. D. António de

Portugal aproveitou quanto possível o décimo segundo, último touro da corrida, que também não foi pegado em consequência das suas más condições. Todos os distintos amadores foram aplaudidos e presenteados com ricas *moñas*. Aplausos, rebuçados, charutos e flores foram em profusão. Saltaram alguns touros à trincheira falsa, cheia de espectadores, havendo diversos boléus, mas nenhum de gravidade. Terminaram a corrida as últimas cortesias feitas com o garbo das do começo. Os programas para a tourada dada em honra da Princesa Maria Amélia eram um primor de elegância e bom gosto. Os feitos sobre cetim branco, a três cores, eram uma novidade. Os dos camarotes impressos em cartão Bristol, também a cores eram lindos. O trabalho tipográfico foi realizado nas oficinas da Casa Portuguesa, estabelecida na rua Larga de S. Roque.

A corrida de touros no Campo de Sant'Anna que estava anunciada para dia 30 pelas nove e meia da noite foi adiada para dia 6 de Junho às quatro e meia da tarde em virtude do mau tempo que se fez na capital. Quinze touros anunciados para dia trinta que passaram a ser treze para o dia seis pertencentes ao Comendador Jacinto Freire para o cavaleiro Alfredo Tinoco e para os bandarilheiros Robertos, Peixinho, Minuto, Calabaça, etc. Anunciado também estava o espanhol Vicente Mendes, El Pescadero. A praça estava com a mesma ornamentação e decoração que serviu na corrida de dia vinte e sete promovida pelo Turf-Club.

Para o dia de Santo António estava anunciada uma corrida na Barquinha às cinco da tarde de inauguração da época com o destro cavaleiro J. M. Casimiro Monteiro, os bandarilheiros José e Rafael Peixinho, Augusto Monteiro, José Santos, entre outros e o valente grupo de oito homens de forcados de Riachos e Golegã fizeram as pegadas que lhe determinou o director de corrida. Como complemento da corrida actuava ao intervalo da pipa, Pae Paulino e sua trupe. O curro de doze touros, dez puros e dois para lide a cavalo, conhecidos pela sua bravura sendo um deles conhecido pelo touro assassino, pertencente ao afamado lavrador, Comendador Jacinto Freire, não se ficava atrás daquele enviado para a última tarde da praça do Campo de Sant'Anna (dia seis de Junho) que tanto entusiasmo causou aos amadores e costumeiros daquele recinto. A distinta filarmónica Riachense abrihantou a tarde.

Também neste dia 13 se realizou em Vila Franca de Xira a corrida inaugural da época naquela vila com o destemido cavaleiro José Bento de Araújo. No geral, a corrida agradou, os touros do Comendador J. Freire saíram belos e bonitos, merecendo por isso ser chamado o lavrador à praça assim como o empresário. Dos artistas, tirando José Bento e Calabaça, todos os outros estiveram mal muito a descontento do público. A companhia de caminhos-de-ferro portugueses como de costume estabeleceu comboios especiais com bilhetes de ida e volta a preços muito reduzidos.

Dia 20 pelas cinco da tarde teve lugar a festa tauromáquica de Alfredo Tinoco na praça do Campo de Sant'Anna. Corrida de treze touros pertencentes a Emílio Infante, dos quais dois foram bem picados a ferros curtos por Tinoco. Tomaram parte os notáveis espadas espanhóis Joseilo (sic), El Pescadero e o bandarilheiro

Minuto. Casa quase cheia com a tarde a desejar pela irregularidade dos touros e infelicidade dos capinhas.

No dia de S. João inaugurou-se a época na praça de touros do Campo de São Paulo, em Almada, com uma corrida com doze touros do Comendador Jacinto da Costa Freire em que trabalharam António M. Monteiro, José Joaquim Peixinho, João dos Santos, Calabaça, Filipe Aragon, El Minuto, Sancho, entre outros. Os vapores do sr. Burnay asseguraram o transporte para a margem sul.

Primeira tourada da época em Santarém, também no dia de São João, com a praça literalmente cheia, uma das melhores do ano. Curro de touros esplendido, muito igual e bravíssimo do ganadeiro Conde de Sobral. O cavaleiro J. M. Casimiro Monteiro, montado no seu cavalo russo, no terceiro touro que lhe coube para cavalo, um terrível animal que recarregava, mostrou o artista de merecimento que era, enfeitando-o com oito ferros compridos e alguns curtos, em diferentes sortes. Vicente e João Roberto depois de terem brilhado bastante foram colhidos, não podendo voltar à arena.

Os quatro touros que o criador Palha Blanco mandou à inauguração da praça de D. Benito, província de Badajoz saíram bravíssimos com as melhores condições para a lide, matando quinze cavalos e proporcionando ao criador uma enorme ovação daquele público tão exigente que não eram pródigo em aplausos.

A corrida de 27 de Junho pelas cinco da tarde no Campo de Sant'Anna foi a corrida do benefício de Rafael Peixinho e de João do Rio Sancho. O gado em número de treze, todos valentes e na maioria puros, era do afamado lavrador José Rodrigues Vaz Monteiro. O cavaleiro Alfredo Tinoco esteve em uma das suas melhores tardes. Lidou bem todos os três touros, com arrojo e sangue *torero*, no último que lidou, um animal de respeito, valente de corpo com muita vontade ao cavalo apenas com a má condição de ser mestre no ofício, enfeitou o animal com ferros bem colocados. O distinto amador D. António de Portugal picou outro não tendo tido uma má actuação. Rafael Peixinho e Sancho estiveram muito bem distinguindo-se o primeiro no salto da garrocha (à vara) e o segundo nas suas belas navarras. José Peixinho e Minuto, os dois lidando o segundo touro, estiveram admiráveis colocando o primeiro, bons ferros de palmo. Calabaça também meteu bons pares de ferros. Os capinhas José Costa e João Roberto andaram discretamente. Boa casa.

No dia de São Pedro, em Torres Novas, os cavaleiros Alfredo Marreca, Fiuza Guião e N. Infante da Camara lidaram touros pertencentes à firma agrícola Viúva Sirgado & Filhos. Actuaram os bandarilheiros irmãos Robertos, J. Roberto, A. Gonçalves e El Minuto. Compareceram também um grupo de moços de forcado. Os moços de curro Augusto e Alfredo Dias Sirgado, Luiz Vellez, J. Mogo de Mello e Miguel Saldanha faziam parte do cartaz. Estiveram presentes ainda os moços de gaiola J. D. Azevedo e A. F. e F. Gameiro do portão do cavaleiro.

No mesmo dia 29 em Vila Franca de Xira teve lugar uma corrida de doze touros pertencentes ao ganadeiro Comendador Paulino da Cunha e Silva. Anunciava o cartaz do espectáculo que o cavaleiro era José Bento de Araújo, os bandarilheiros

J. da Cruz Calabaça, J. do Rio Sancho, J. Laureano, A. Salau, José dos Santos, Vicente Mendes, El Pescadero.

Ainda neste dia, em Alcácer do Sal, realizou-se uma esplêndida tourada assistindo as primeiras famílias da localidade e muitas das povoações próximas a um valentíssimo curro de touros do sr. José Maria dos Santos.

Dia 2 de Julho, pelas cinco da tarde, por ocasião das festas do Espírito Santo, na praça de touros de Tomar correu-se um curro de doze touros do Comendador Jacinto da Costa Freire. Tomou parte na corrida o cavaleiro José Casimiro Monteiro. Alfredo de Saldanha Marrecá também estava anunciado não podendo tourear devido a uma entorse no dedo polegar da mão direita. Os Bandarilheiros que estiveram presentes foram José Joaquim Peixinho, João da Cruz Calabaça, João do Rio Sancho, Rafael Peixinho e José dos Santos. Também um valente grupo de homens de forcado à escolha do amador Joaquim Vaz marcou presença no evento. A emboiação teve lugar às nove horas e era grátis para quem tivesse bilhete para a corrida. O espectáculo agradou bastante aos amadores sendo a primeira parte magnífica com dois touros de grande bravura cabendo um deles a Peixinho que o lidou muito bem. Nesta ocasião foi chamado o lavrador à praça tendo sido muito vitorioso. Houve duas valentes pegas de cernelha. Peixinho foi colhido por um touro ao fazer a sorte de gaiola não ficando maltratado, enquanto José dos Santos também foi levado por um touro de encontro à segunda trincheira, quando saltava da primeira para aquela, tendo ficado bastante magoado. Entre as quatro e as cinco da tarde abateu uma grande trovoadá sobre a cidade alagando a praça, obrigando a começar a corrida pelas seis da tarde. Abrilhamaram alternadamente a corrida, onde o público saiu satisfeito, as bandas filarmónicas Nabantina e Tomarense.

Dia 4 também pelas cinco da tarde teve lugar na praça de touros do Campo de Sant'Anna o benefício do estimado bandarilheiro, rapaz de agradável trato muito simpático, José Joaquim Peixinho. A praça estava cheia que grande número de espectadores teve que se acomodar na trincheira falsa. O gado foi muito irregular prejudicando a actuação do afamado bandarilheiro. Coube-lhe o quarto touro, juntamente com El Minuto, o sétimo e o décimo primeiro, este a sós. No primeiro, ambos diligenciaram bom trabalho, embora de pequenas proporções uma vez que o touro foi de má qualidade. No primeiro a sós, o sétimo da corrida não conseguiu evidenciar o seu arrojo e recursos artísticos conseguindo compensar os espectadores no segundo que lhe coube, o décimo primeiro da corrida, onde esteve esplêndido realizando primeiro o salto da garrocha na perfeição, depois, três *quiebras* na cadeira que lhe proporcionaram grande ovação, seguindo-se o trabalho das bandarilhas onde esteve perfeito finalizando a lide do touro com o trabalho da muleta onde esteve notavelmente a progredir. José Bento lidou três touros, apenas o primeiro da corrida de modo superior, um animal valente e franco na investida que o cavaleiro soube aproveitar. O nono e o décimo segundo touro foram de má qualidade. Roberto da Fonseca distinguiu-se com alguns pares de bandarilhas no segundo touro, também no trabalho de muleta em que foi correcto. Pena não ter recebido a sua educação artística nas praças de Espanha e se conservado por lá, tal

como Peixinho fez com as bandarilhas, poderia ter sido considerado um dos grandes espadas. Dos restantes artistas todos tentaram agradar.

Duas recomendações importantes e engraçadas advieram desta corrida. A primeira para não serem económicos com os ferros, para não suceder aos bandarilheiros apontarem com força os mesmos e estes entortarem. Muitos, nesta altura da época já foram aproveitados das primeiras tardes os quais já fizeram a sua entrada quatro, cinco e mais vezes nos cachaços dos touros, tendo alguns deles vindo da época anterior. A segunda prendia-se com o facto de recomendar somente três capas ao invés de quatro ou cinco ao mesmo tempo.

No dia 8, corrida nocturna no Campo de Sant'Anna organizada pelo sr. Guerra com treze touros do Comendador Paulino da Cunha e Silva. Foi cavaleiro Alfredo Tinoco da Silva a que se juntou os melhores bandarilheiros portugueses e os espanhóis Pescadero e Minuto. Uma brilhante iluminação, foi experimentada no dia quatro, com um magnífico resultado. Os touros, no geral, saíram bravos e de boa estampa, um ou outro saiu mais fraco. Alfredo Tinoco distinguiu-se no primeiro e décimo primeiro touro, sendo o primeiro magnífico. Minuto no sétimo touro bandarilhou muito bem. Pescadero, Peixinho e Roberto da Fonseca estiveram bem estando os restantes como puderam.

A 11, pelas cinco da tarde, também no Campo de Sant'Anna, intercalada na serie de benefícios, decorreu a corrida extraordinária também organizada pelo sr. Guerra, com treze touros, todos raiados, do lavrador Carlos Augusto Marques, alguns deles muito valentes e bons para a lide, outros em más condições. Reaparição do insigne cavaleiro Manuel Mourisca, que tinha acabado de comprar dois excelentes cavalos, sendo um comprado ao sr. Emílio Infante e o outro, o célebre Arabi, vencedor do prémio, dois anos antes, na Exposição da Tapada e considerado por muitos como o melhor cavalo português à altura, comprado em Estremoz ao sr. Reinold (Reynolds). Ao entrar na arena manifestou o público satisfação por ver o primeiro cavaleiro português, que trabalhou durante a tarde como um primor como não se via há muito tempo. No primeiro touro um animal fraco aproveitado por ele habilmente fazendo o público uma chamada ao cavaleiro dispensando-lhe uma prolongada salva de palmas. O segundo que lhe coube, o quinto da tarde, renovou a demonstração dos seus belos recursos artísticos tendo recebido nova salva de palmas por parte do público. No oitavo touro, o primeiro da segunda parte, animal de recarga, de muito pé e valentíssimo pode então brilhar de um modo extraordinário, aliando à sua arte de saber como se deve entrar numa sorte, o arrojo. No décimo primeiro manteve a mesma perícia confirmando o belíssimo trabalho anteriormente feito. Os espadas Joaquim Sanz Punteret e Valladolid, dois *diestros* muito festejados nas praças de Espanha e América, que pela primeira vez vinham a Lisboa, estiveram bem, muitíssimo melhor o primeiro. Punteret revelou-se um belo artista a bandarilhar. Belos *quiebros* na cadeira e fora de ela. Na muleta há muito que não se via nada assim em correção e elegância. No quarto toiro a sorte de morte foi magnificamente simulada. Valladolid igualmente simpático entusiasmou o público, querendo realizar um *quiebro en la silla* acabou por fazer uma esplêndida pega de caras como recurso fazendo delirar o público. Seguidamente, fez dois câmbios

bem-feitos e andou regularmente no trabalho da muleta. Para além destes, também Pescador e Minuto, assim como os portugueses Peixinho, Calabaça, Sancho, J. Roberto, Rafael, entre outros, marcaram presença na arena. Pescadero, Peixinho e Calabaça estiveram bem e Minuto foi muito aplaudido principalmente quando trabalhou com Punteret. Uma das touradas mais interessantes da época, com uma direcção regular, que apesar das avultadas despesas manteve o preço dos bilhetes.

No mesmo dia estava anunciada uma corrida de touros em Santarém, em benefício do hospital de Jesus Cristo.

Dia 18 também pelas cinco da tarde teve lugar na praça de touros do Campo de Sant'Anna o benefício do novel e simpático bandarilheiro João Roberto, filho de um grande toureiro que um desastre roubou prematuramente as glórias da arena, e sobrinho dos eminentes artistas irmãos Robertos, que em missão paternal e de protecção lhe promoveram a sua primeira festa artística em que também tomaram parte. Os treze touros dos próprios irmãos revelaram-se muito bravos e de bela estampa agradando de sobremaneira ao público. O cavaleiro Alfredo Tinoco executou magníficas sortes de gaiola brilhando em todos os touros que lhe couberam. Alguns não gostavam das sortes de garupa por serem em tempos idos consideradas um recurso e não um propósito, a maioria pensava que a arte não era estacionária, para além disso era um dos meios de aproveitar um touro que carregasse somente pela garupa como era o caso destes animais corridos. E, por último a principal razão foi que o público gostou e, contentá-lo, era tudo. Quanto ao beneficiado, ainda muito novo na lide, foi auxiliado com eficácia pelos tios quando lidou a sós o sétimo touro, conseguindo brilhar. Os tios, juntamente com Peixinho, Minuto e Calabaça estiveram muito bem. Roberto da Fonseca passou de muleta dois touros com agrado do público. José da Costa apanhou uma ovação como só o público costumava fazer aos primeiros artistas. Roberto da Fonseca teve a condescendência de lhe ceder a sorte de gaiola no nono touro, executada com brilhantismo. Também todas as bandarilhas colocadas no mesmo touro foram bem colocadas e com luzimento. Casa cheia com direcção regular e grande satisfação do público. João Roberto da Fonseca agradeceu no *Diário Ilustrado*, a cinco de Agosto, ao amigo e empresário António da Costa Guerra, aos tios, à imprensa periódica, aos cavalleiros que o honraram com seus brindes, aos colegas, à distinta filarmónica Alunos de Minerva, aos seus amigos que o auxiliaram na passagem dos bilhetes e a todos que o estimaram e protegeram.

Dia 25 realizou-se em Lisboa, no Campo de Sant'Anna, pelas cinco horas, a festa artística de Filipe Aragon, El Minuto. O curro de treze touros, reservado desde o ano anterior, era pertença do comendador Jacinto da Costa Freire que na época passada forneceu o curro para o mesmo benefício. Este lavrador não era criador, comprava os animais a diversos lavradores e não podia garantir a qualidade dos touros. Umas vezes apresentava curros razoáveis, outras, como nesta corrida, um curro que não prestou para nada, à excepção de dois que se ajeitaram um pouco à lide. O cavaleiro Alfredo Tinoco, por obséquio ao beneficiado toureou valentemente o oitavo touro da tarde, trajando elegantemente à espanhola, montado no seu russo claro ajaezado, um touro velhaco de sentido que investia traiçoeiramente, um dos

dois razoáveis da tarde. Ainda apareceu no décimo touro que pertencia a Minuto a sós, e que para agradável surpresa do público foi lidado pelos dois a pé, tendo sido ovacionado. No que tocou a Minuto, lidou em conjunto com Calabaça, o quarto da tarde colocando belos pares de bandarilhas, tal como no que lidou com Tinoco. Foi muito ovacionado recebendo uma infinidade de brindes. O cavaleiro José Bento de Araújo trabalhou bem em todos os touros muito embora só tenha brilhado no décimo primeiro, um touro valente, difícil de lidar por ser matreiro, o melhor da tarde. Não valeu a pena mencionar o restante trabalho, pois todos fizeram o que puderam e nem mais podiam fazer, incluindo Pescadero.

No mesmo dia na vila de Estremoz, pelas cinco da tarde, na praça de touros de Santa Catarina estava anunciada uma tourada à antiga portuguesa, inauguração da época por ocasião da grande feira anual de São Tiago com dez touros puros, oriundos das vacas do falecido lavrador José Ferreira Roquette, pertencentes ao lavrador de Salvaterra, João António Fernandes. O cavaleiro escolhido foi José Maria Casimiro Monteiro o qual lidou um touro em hastes limpas e ferros curtos. Também um notável artista ginasta à porta da gaiola e de pés para o ar colocaria um par de bandarilhas no touro e daria o salto de garrocha. Os afamados e diabólicos Pinauds-Toureiros executariam um intervalo, com o touro que lhes coube, os seus surpreendentes trabalhos e o grupo dos moços de forcado era de Santarém, Riachos e Golegã. Havia um touro para os destemidos curiosos.

Entre 26 e 30 teve lugar na Vargem da Ordem, Alcácer do Sal uma esplendida tourada a que assistiram algumas famílias da vila. Os touros tinham apenas dois anos e os lidadores eram apenas curiosos ficando alguns com pequenas arranhadelas causadas pelas quedas e roçadelas pelo tojo. À noite, bailarico em casa do sr. Núncio que durou até altas horas da madrugada.

Entrando em Agosto, logo no dia 1, tivemos pelas cinco da tarde no Campo de Sant'Anna o benefício de José Bento de Araújo com treze touros do lavrador de Coruche D.M.D. Laranjo, gado em geral fraco e pequeno de corpo, alguns deles prestando-se à lide. O cavaleiro foi o beneficiado, muito aplaudido com justiça, principalmente no sétimo touro que lidou com arrojo e arte. Acompanhando-o estavam anunciados cinco cavaleiros amadores D. António de Portugal, Alfredo Marrecas ausente por motivos de doença, Joaquim Fiuza Guião, Fernando de Oliveira e D. António Siqueira (S. Martinho) que toureava pela primeira vez em Lisboa. O primeiro da tarde coube a D. António que não pode brilhar pois o animal não prestou. Fiuza Guião foi de uma coragem inextinguível, Fernando de Oliveira aproveitou quanto possível o touro que lhe coube. Finalmente, D. António Siqueira teve a sorte de lhe calhar um touro que lhe permitiu brilhar depois de um outro, o oitavo em que não pode sequer meter um ferro, porque este apesar de muito citado se recusou sempre. Quanto aos bandarilheiros brilharam Roberto da Fonseca no segundo da tarde com muleta, Peixinho num belo *quiebro*, Calabaça que esteve como se fosse novo e Minuto. De Pescadero, anunciado que estava, não houve notícias. Luiz do Rego a pedido do público e do beneficiado lidou um touro que não saiu bom, mas que aproveitou bem conseguindo brilhar. Abundaram os trapi-nhos na praça retirando-se o público, que encheu a praça, satisfeito, apesar de a

corrida não ter sido boa. Os bilhetes para a corrida estavam à venda na rua da Betesga 67 e em Alcântara na mercearia do sr. Perdigão.

Partiram de Lisboa no dia 3 de Agosto, para a Herdade da Barraca, em Vila Franca de Xira, propriedade do ganadeiro José Palha Blanco muitos cavalheiros da nossa primeira sociedade que iriam ali assistir a uma ferra de novinhos.

Dia 8, nocturna no Campo de Sant'Anna com treze touros, no geral bons, dos herdeiros do Conde d'Atalaia com o espada Joaquim Sanz Punteret como figura principal. O cavaleiro Alfredo Tinoco esteve muito bem em todos os touros que lhe couberam e formidável no oitavo. Punteret, o herói da noite, manteve os seus créditos de grande artista mostrando-se sublime com a muleta no quinto e décimo touros, arrebatando o público com as bandarilhas no sétimo que lidou a sós, executando dois belos quiebrós, e com a muleta, terminando com a sorte de morte. Pescadero, Roberto, Peixinho e Calabaça tiveram o aplauso numa casa que esteve cheia.

Para este mesmo dia 8, em Santarém, estava anunciada uma corrida de touros promovida por Augusto Calhamar Pinto e Silva com o concurso dos melhores bandarilheiros portugueses.

Entretanto, na praça de touros em Belém, decorriam touradas burlescas aos domingos, segundas, quintas e sábados.

Entre 14 e 18 de Agosto decorreram em Coruche as festas de Nossa Senhora do Castelo. Nas duas primeiras tardes de touros estavam anunciados os irmãos Robertos, havendo uma terceira corrida para curiosos, para o que estava contratado um valente grupo de forcados.

Dia 15 decorreu no Campo de Sant'Anna uma corrida de touros à antiga portuguesa, com neto azemola e forcados, em benefício do cavaleiro António Maria Monteiro com touros do Conde de Magalhães, que pela primeira vez apareceram nesta praça. A pedido de uma comissão o comendador Carlos Marques cede o touro que na corrida nocturna derrubou o cavaleiro António Maria Monteiro, dando-se quinze libras ao cavaleiro de profissão ou amador que o quiser picar. A única notícia conhecida foi de que se viu muita coisa, mas foi como se não se tivesse visto nada para não se ser desagradável.

No mesmo dia, nas Caldas da Rainha, brilhante corrida nocturna com iluminação eléctrica, com treze touros pertencentes a Faustino da Gama para o cavaleiro J. M. Casimiro Monteiro, bandarilheiros Peixinhos e F. Luiz bem como dois toureiros espanhóis e um grupo de moços de forcado de Riachos.

Dia 22 em Vila Franca de Xira corrida de doze touros, pertencentes ao lavrador António Ferreira Roquette, para os cavaleiros Joaquim Fiuza Guião, Fernando de Oliveira, Matheus Falcão Júnior e José Bento de Araújo que se apresentou vestido à espanhola, bandarilheiros Leandro Rodrigues, Ricardo da Silva, Pedro Godinho, Silvestre Calabaça, Joaquim Rodrigues Pirralha coadjuvados pelos artistas El Minuto, João Roberto, João Laureano e José dos Santos. Oito valentes rapazes de Vila Franca de Xira abrilhantaram a corrida dirigida por um distinto amador.

Em Lisboa no Campo de Sant'Anna, no mesmo dia pelas quatro horas e quarenta e cinco minutos, estava anunciada a festa artística do cavaleiro Manuel Mou-

risca Júnior, com treze touros comprados pelo beneficiado ao lavrador Emílio Infante da Câmara para os cavaleiros amadores D. José Manuel de Meneses e D. Nuno Infante da Câmara. O próprio beneficiado iria bandarilhar a cavalo um touro expressamente escolhido para este brilhante trabalho. Actuavam os principais bandarilheiros portugueses e o espanhol Vicente Mendes, El Pescadero. Previa-se a assistência de Suas Altezas o Príncipe Real e a Princesa D. Amélia ao espectáculo.

Dias de verdadeira festa foram 27 e 28 em Alcácer do Sal com muita gente de Setúbal, Torrão, Palma e Grândola a afluir a esta vila para assistir às duas corridas de touros que aqui se deram. Na primeira, com touros de José Maria dos Santos, boas estampas, corpulentos, bem armados e de muito pé, lidados pelo cavaleiro José Bento de Araújo e bandarilhados por Sancho, João Roberto, Monteiro e José da Costa. José Bento teve as honras da tarde pela maneira brilhante com que lidou o sexto, farpeando-o tanto com ferros compridos como com quatro pares de bandarilhas, muito ovacionado, chamado por fim à praça e vitoriado. Sancho esteve bem com a capa e a muleta enquanto todos os restantes artistas fizeram o que puderam. José Bento e Roberto partiram nessa noite para Lisboa por terem outros compromissos. Na segunda corrida os touros pertencentes a António Campos Valdez eram menos corpulentos, mas muito bravos. Tomaram parte como cavaleiros e amadores, para cortesias José Correia e para a lide António Lince Serra, sendo os bandarilheiros Sancho, Monteiro e José Petiz. As honras foram para Sancho que no sétimo da tarde meteu dois pares de ferros a quarteio com toda a mestria, passando de seguida à muleta simulando a sorte de mete e saca. Monteiro e Petiz lidaram com vontade sendo muito aplaudidos. As pegas foram boas. Abrilhou as duas corridas a filarmónica Alcacerense. Ao intervalo teve lugar um peditório para um pobre da vila. As corridas estiveram cheias desde as famílias mais importantes da terra e seus convidados até às gentes do Campo que adornaram a praça com o matizar das suas toilettes. A direcção das duas corridas foi confiada ao inteligente amador João Alves Branco que as dirigiu com acerto.

Anunciou-se uma corrida em Torres Novas no dia 29 de Agosto com doze touros, dos quais seis malhados, pertença de Paulino da Cunha e Silva. José Bento de Araújo foi o cavaleiro escolhido para tourear um touro a ferros curtos e a bandarilhar foram escolhidos os irmãos Robertos, J. Roberto, A. Gonçalves e El Minuto que se destinava a lidar um touro a ferros de palmo. Anunciado estava também um grupo de homens de forcado dos Riachos, Lapas e Santarém. A corrida compunha dois intervalos onde um combate entre três leões e um touro, apresentados pelo arrojado domador africano Pae Paulino pontificava.

No Cartaxo também se anunciou para este dia uma corrida de touros pertencentes aos lavradores Conde de Sobral e Emílio Infante da Câmara com o cavaleiro António Maria Monteiro, o distinto toureiro espanhol El Pescadero, alguns dos nossos mais hábeis bandarilheiros e Salau.

Dia 30 em Almada deu-se uma corrida, que todos os anos costumava dar-se por ocasião da chegada dos sete *cyrios*, com um curro de touros pertencente a Costa Freire os quais foram lidados pelo cavaleiro Bento de Araújo, onde também trabalharam os melhores bandarilheiros portugueses. O telegrama recebido pelo jornal

dava conta que o gado foi regular, o trabalho foi bom, assim como as pegas e a direcção péssima.

Iniciou-se o mês de Setembro com uma corrida nocturna, que esteve quase cheia, em Lisboa, no Campo de Sant'Anna, a qual estava agendada para o mês de Agosto no dia 26 e foi primeiramente transferida para o dia 2 em virtude do espada Guerrita e seus bandarilheiros irem tourear a Cáceres só podendo estar em Lisboa nesse dia. Acabou esta corrida por ser antecipada para o dia 1 em consequência do espada e sua quadrilha irem tourear a Aranjuez no sábado dia quatro. Sendo considerado por muitos entendedores o melhor bandarilheiro à altura, foi propositadamente o empresário António da Costa Guerra a Cáceres para fechar contrato com esta primeira figura. O curro escolhido e apartado de há muito era pertença de D. Marcos de Noronha (Vagos). Guerrita, rapaz elegante bem-parecido, mostrou que os elogios nos jornais espanhóis eram mais que justos, sendo extraordinário no trabalho de capa e muleta que demonstrou no décimo touro que lhe coube picar a sós, tendo-o enfeitado primeiro com alguns pares de bandarilhas postas com toda a perícia, mostrando ser um artista consumado nos passes de muleta e de capote. A maneira elegante como se colocava na frente do touro e o garbo como tirou quatro passes de peito valeram-lhe a maior das ovações que ultimamente tinha havido naquela praça. O sétimo touro também lhe pertenceu quebrando a espinha quando saltava à trincheira falsa sendo arrastado para dentro quase morto. O cavaleiro José Bento de Araújo picou bem, embora por vezes fosse um pouco precipitado. O outro cavaleiro Manuel Mourisca Júnior picou o primeiro touro da lide com bastante mestria não sendo tão feliz no touro que lhe coube na segunda parte. Torerito, Manene e Molina bandarilheiros da quadrilha de Guerrita trabalharam com bastante distinção. Roberto Peixinho e Minuto bandarilharam bem e com correcção. Chamada de atenção para o divertimento dos chapéus na praça, demonstração de agrado que devia ser refreada pois era altamente cansativa para os artistas e maçadora para os espectadores por dar lugar a um intervalo imenso. A direcção da corrida esteve muito longe de ser boa porque o inteligente, andando a reboque da voz do público, muitas vezes não percebeu os touros mandando-os recolher quando os artistas os estavam a aproveitar no trabalho de capote.

Dia 5 no Campo de Sant'Anna teve lugar a festa artística, benefício do bandarilheiro João Calabaça, toureiro arrojado e diligente, e de Joaquim Gaiato. Treze touros, todos puros, da afamada raça de gado bravo de A. Luiz da Veiga e, à altura, pertencentes a Manuel da Silva Victorino, os quais cumpriram. O cavaleiro José Bento de Araújo foi arrojado como sempre. O distinto cavaleiro amador D. Luiz do Rego picou um touro mantendo os seus créditos. Dos bandarilheiros portugueses só Peixinho esteve muito bem e a par de El Minuto. O novel toureiro Silvestre Calabaça, filho do beneficiado, lidou um touro mostrando disposição para o toureiro. O beneficiado fez uma brilhantíssima figura mantendo os seus créditos de bom artista. No geral, foi uma boa corrida.

Em Montemor-o-Novo, por ocasião da grande feira anual, nos dias 5 e 6 pelas quatro horas da tarde estavam anunciadas duas corridas de dez touros cada uma, das acreditadas manadas dos herdeiros do Conde de Atalaia. Tomaram parte os

cavaleiros amadores D. António de Portugal e Castro, Joaquim Fiuza Guião e Aires Saturnino assim como o insigne espada espanhol Vicente Mendes, El Pescadero e os bandarilheiros João do Rio Sancho, J. Maria da Costa, J. dos Santos, A. Gonçalves e A. Xavier Delgado. Na segunda corrida, tomou parte Filipe Aragon, El Minuto. Finalmente um grupo de homens de forcado, dos campos de Montemor, fizeram lindas e valentes pegas.

Voltando ao Campo de Sant'Anna, agora no dia 9, aconteceu uma corrida nocturna, que devia ter sido realizada a vinte e nove do mês de Agosto, de treze bons touros, oito deles para pé e pertencentes a Paulino da Cunha e Silva, descendentes da afamada raça de gado bravo de Rafael José da Cunha e os restantes, para cavalo, de extraordinária bravura pertencentes a Emílio Infante da Câmara, Carlos Marques, Jacinto Freire e Roberto & Irmão que os ofereceram, alguns célebres pela sua ferocidade como o Foguete, o Desertor e o Carvoeiro. Os cavaleiros foram António Maria Monteiro que diligenciou agradecer e José Bento de Araújo que lidou um dos touros a pé, bandarilhando e trasteando à muleta, tal como já tinha executado no dia vinte e dois de Agosto em Vila Franca, trajando o elegante costume andaluz. Terminou a fazer uma excelente pega de costas por se ver perseguido pelo touro, sendo muito ovacionado. Dos bandarilheiros portugueses Calabaça e José da Costa obtiveram aplausos assim como os espanhóis Pescadero e Minuto. Houve uma lide a ferros de palmo por Minuto e Calabaça. A praça estava iluminada com três mil luzes, cujo ensaio de iluminação ocorreu dia sete.

No domingo dia 12 de Setembro, estava anunciado um torneio tauromáquico promovido por uma comissão de aficionados em benefício de uma família desvalida na praça de touros do Campo de Sant'Anna em Lisboa. Os touros em número de treze, todos puros, eram pertencentes a D. Marcos da Silva Noronha (Vagos), iguais aos que foram corridos na última nocturna do dia um de Setembro. Reapareceu o afamado J. M. Casimiro Monteiro que estava há muito afastado desta primeira arena. Também a afamada e notável matadora de touros, que tinha obtido calorosos aplausos nas praças de Sevilha, Cádiz e Jerez, considerada em toda a Espanha a *non plus* ultra da arte e do arrojo, a sra. D. Carmen Lucena, La Garbancesa e sua quadrilha (dois bandarilheiros) marcaram presença no cartaz. Anunciados estavam também os nossos melhores bandarilheiros.

Projectava o deputado Jaime da Costa Pinto dar na praça de Almada uma tourada cuja receita seria em favor das obras da igreja desta vila convidando para o efeito o cavaleiro José Bento de Araújo a participar no evento.

Na vila da Moita do Ribatejo, por ocasião das festas em honra de Nossa Senhora da Boa Viagem, tiveram lugar duas corridas nos dias 13 e 14. Os vinte e dois touros puros apresentados eram pertença de dois lavradores de Benavente que, pela primeira vez alugaram para esta praça, sendo doze para a primeira corrida de João Vicente de Almeida e os outros dez para a corrida do dia catorze de João Sabino Fernandes. Tomaram parte nestas corridas o cavaleiro José Maria Casimiro Monteiro e os bandarilheiros Robertos, João Calabaça, José Maria da Costa e Augusto Monteiro. O gado só entrou na praça depois da chegada do comboio da manhã. Os bilhetes estiveram à venda na loja do sr. José Maria da Purificação Gaspar, na vila

da Moita. Os preços dos comboios de ida e volta (Lisboa-Setúbal) tinham preços reduzidos no valor de trezentos réis.

Organizada pelo antigo aficionado, nesta altura empresário, António da Costa Guerra, teve lugar no dia 19 em Lisboa, na praça do Campo de Sant'Anna uma corrida de doze touros bravos e de boa estampa comprados a D. Caetano de Bragança (Lafões), alguns dos quais muito saltadores que prejudicaram bastante o trabalho dos artistas. Os cavaleiros da corrida foram Manuel Mourisca Júnior e José Bento de Araújo que toureou com o costumado arranjo, mostrando o primeiro ser o cavaleiro correcto que se conhecia aproveitando os touros que lhe couberam e sabendo vencer o seu soberbo cavalo de combate que pretendia negar-se, e que diligenciou em grandes upas deitar fora da sela o cavaleiro. O distinto matador Punteret bandarilhou com arte o sétimo touro acabando por passa-lo de muleta com tanto garbo e destreza que obteve uma ovação. El Minuto e Calabaça foram muito aplaudidos. Pescadero esteve infeliz, não fazendo nada com as bandarilhas, apanhando um grande boléu por ter sido colhido em cheio no quinto touro. Estavam anunciados também Vicente Roberto e Roberto da Fonseca assim como seu sobrinho João Roberto, os quais não tivemos notícias da sua actuação. A praça apresentou a grandiosa decoração que tinha na corrida por amadores que se verificou por ocasião do casamento de Suas Altezas Reais o Príncipe D. Carlos e a Rainha D. Amélia.

Também no dia 19 estava anunciada para a praça de touros de Torres Novas uma corrida de dez vacas bravas pertencentes a Viúva Sirgado & Filhos. Noticiados estavam também o cavaleiro amador Victor Carlos Martins acompanhado por um simpático grupo de conhecidos artistas. A corrida compunha-se por dois chistosos intervalos pelo Pae Paulino & Companhia.

Para as tardes de 21 e 22 de Setembro, durante as festas do Senhor da Piedade, em Elvas preparavam-se duas corridas de touros tendo sido a praça tomada de arrendamento pelo sr. Lobão Rasquilha.

Para dia 26 anunciou-se para o Cartaxo uma corrida de touros pertencentes aos lavradores e criadores Irmãos Robertos com o cavaleiro José Bento de Araújo, e os bandarilheiros Vicente Roberto, Roberto da Fonseca, João Roberto, José dos Santos e António Augusto. Os camarotes estiveram à venda no estabelecimento do sr. Joaquim Mendonça.

Também no mesmo dia em Almada teve lugar uma corrida com doze touros de José Maria dos Santos para os cavaleiros D. António de Portugal que foi substituído por Alfredo Tinoco, Joaquim Fiuza Guião e José Gabriel Holbeche Júnior que penso ser a corrida projectada pelo deputado Jaime da Costa Pinto anunciada no periódico a 12 de Setembro. Os touros não se prestaram ao torneio tendo farpeado Tinoco o primeiro e o sétimo touro da corrida, este último a ferros curtos, tendo-os aproveitado bem. A Guião coube-lhe o terceiro e o nono procurando-os com muito sangue frio metendo alguns ferros com arte. Já Gabriel Holbeche farpeou bem o quinto e foi muito feliz no décimo primeiro. Todos os três cavaleiros foram ovacionados e brindados com pastilhas, ramos de flores e coroas com fitas de seda. Quanto aos bandarilheiros trabalharam bem João Calabaça e Sancho que

bandarilharam o segundo da tarde. O quarto coube a José da Costa e João Laureano e o sexto outra vez a João Calabaça agora a par com Augusto Monteiro. Sancho, Costa e Silvestre bandarilham o oitavo e João Laureano e Neves o décimo. Fecharam João Calabaça, Sancho e Silvestre o décimo segundo. O festejado Sol e dó da Sobreda tocou muito bem alguns trechos de música e a filarmónica Incrível Almadense executou muito bem ao intervalo uma peça de música muito aplaudida. Corrida que gerou muita celeuma empregando os progressistas de Almada todos os meios lícitos e ilícitos para que esta festa de caridade não se realizasse. Após esgotadas todas as desculpas desde a pouca solidez da praça até à pouca competência dos cavaleiros, lembraram-se de empalmar a música que estava comprometida a tocar durante o evento. Para intentá-lo vieram a Lisboa pedir um vapor que ficasse à disposição destes almadenses progressistas para irem esperar El-Rei. A ideia era desviar a música da corrida obrigando a banda a ir tocar a bordo, gorando-se as expectativas com a recusa da filarmónica Almadense. Não foram enviados polícias para a praça e exigiram do administrador que o regedor substituto presidisse à corrida. O Dr. Juzarte, administrador do concelho, para obedecer às exigências dos mandões teve de sujeitar-se ao triste papel de ver a corrida da trincheira. E para não haver dúvidas de que toda a guerra partiu destes falsos progressistas, pois os verdadeiros estavam indignados, de conveniência e com o consentimento das autoridades mandaram distribuir um manifesto insensato contra o deputado Costa Pinto.

Igualmente a 26 estava uma corrida de touros anunciada para Setúbal em benefício dos corpos da Associação Setubalense das Classes Laboriosas e da Associação dos Bombeiros Voluntários da cidade. O gado foi cedido por José Maria dos Santos a quem tanto a cidade deve. Foi cavaleiro Manuel Mourisca e bandarilheiros Minuto, Pescadero, Calabaça entre outros.

A nocturna no Campo de Sant'Anna que estava anunciada para 23 de Setembro foi transferida, por causa do mau tempo, para dia 2 de Outubro com doze touros do lavrador D. Marcos da Silva de Noronha (Vagos) iguais aos que tanto entusiasmo causaram na nocturna de um de Setembro. O campino Joaquim Estalagem, conhecido em todo o Ribatejo e criado deste notável lavrador, farpeou um touro a cavalo. Os cavaleiros foram António Monteiro e José Bento que foi substituído por Mourisca. Bandarilharam Roberto, João Roberto, João Calabaça e os espanhóis Pescadero Minuto e Silverio.

Nos dias 3 e 4 em Vila Franca, por ocasião da grande feira anual, anunciaram-se duas corridas de touros.

A 5 de Outubro anuncia-se pela última vez na praça de touros em Belém, as touradas burlescas aos domingos, segundas, quintas e sábados.

A 17 de Outubro teve lugar em Setúbal uma corrida de touros em benefício do conhecido bandarilheiro Ajú. Esta corrida deveria ter sido realizada no dia 10, mas o curro de touros puros, apartados a capricho para esta corrida, pertencentes ao lavrador J. Costa Freire, apesar de vir acompanhado de bastantes criados, tresmalhou-se na condução, impedindo a corrida de se realizar naquele dia. Foi uma boa tourada apesar de só se conseguirem trazer à praça sete touros. João Pedro

realizou um salto à vara e uma sorte de gaiola magníficos, dois touros foram farpoados a cavalo e trabalharam muito bem os bandarilheiros dos quais tomou parte Minuto. Houve intervalo de pretos (toureiros africanos) e anunciaram-se fantoches diabólicos e outros atractivos. No sexto touro teve uma chamada entusiástica o lavrador, inteiramente justa, com os touros fugidos há doze dias não seria fácil encontra-los mais bravos.

A última corrida da época no Campo de Sant'Anna aconteceu a 24 de Outubro com doze touros corpulentos e bravos de Carlos Marques para o cavaleiro Manuel Mourisca e os melhores bandarilheiros portugueses, tais como Roberto, Peixinho entre outros. Também actuou o espanhol Minuto, que se despediu nessa tarde partindo depois para Montevideu assim como o insigne espada Rafael Guerra (Guerrita) e seus destros bandarilheiros Juan Molina e Manuel Roiz (El Manene), artistas de apreço, os quais actuaram pela primeira vez na nocturna do dia um de Setembro. Só dois touros falharam, um para o cavaleiro e outro para a lide a pé. O primeiro cavaleiro tauromáquico português, à altura, esteve correcto com um touro mau e o seu cavalo russo a intimidar-se com ele, negando-se à lide. Pena foi a ignorância de alguns espectadores, castigados severamente pelo público com uma apupada que não perceberam que outro qualquer cavaleiro nas mesmas condições não fazia sequer metade do que Mourisca fez. Guerrita esteve primoroso com o capote e com a muleta alcançando uma grande ovação. Lamentando os espadas espanhóis de executarem o trabalho dos bandarilheiros, sabendo apenas quando aqui chegavam que tinham de bandarilhar e em condições muito piores que em Espanha, obrigados a fazer um trabalho forçado, desvantajoso para o artista e para o público, pedia-se que trabalhassem mais de capote e muleta e não fossem obrigados a bandarilhar. Roberto da Fonseca esteve esplêndido, Minuto, Peixinho e Rafael distinguiram-se. José da Costa colocou muito bem dois pares de ferros. Uma salva ao empresário Guerra que sobrepôs a qualquer interesse mesquinho o interesse da arte. Boa tourada com casa bem composta.

A última notícia da época dizia respeito a uma corrida em Almada, marcada para o dia 19 de Dezembro e promovida por uma comissão de ilustres almadenses, corrida essa que não chegou a realizar-se em virtude do gado se ter tresmalhado, chegando um dos touros a descer até Cacilhas. O animal próximo da cortina do cais investiu com um catraeiro, o qual lhe furtou o corpo, indo o bicho parar à água, tendo sido posteriormente laçado a muito custo e atado a uma carroça.

Agradecimentos

O autor agradece a minúcia e o detalhe manifestado na pronta ajuda de João Baptista Malta, seu primo e muito próximo, interessado e apaixonado aficionado tauromáquico.

Luís Brito da Luz

Bibliografia

Monografias

ALMEIDA, Jayme Duarte de – Enciclopédia Tauromáquica ilustrada. – Lisboa: Editorial Estampa, 1962.

ALMEIDA, Jayme Duarte de – História da Tauromaquia técnica e evolução artística do toureio. – Lisboa: Artis Lda, 1951-1953. – 2 vol.

Publicações em série

DIARIO ILLUSTRADO / Fund. Pedro Correia da Silva. – Lisboa: Impr. de Souza Neves, 1872-1911 – Publicação diária referente aos n.^{os} 4:556, 1 de Janeiro até 4:917, 31 de Dezembro de 1886.

Figura 1

Diário Ilustrado			
Data	Acontecimento	Titulos das notícias	Dias da publicação
07-02-1886	Campo de Sant'Anna	Tauromachia e Peia terra e pelo azul a tourada; Da trincheira	7 e 8-02
02-05-1886	Campo de Sant'Anna	Praca Campo Sant'Anna; Da trincheira	1 e 3-05
02-05-1886	Montenior-o-Novo	Sem titulo (1ª pagina); Noticias de M-o-N	1 e 7-05
09-05-1886	Campo de Sant'Anna	Praca Campo Sant'Anna (2 titulos); Da trincheira	7, 9 e 10-05
16-05-1886	Torres Novas	Cartaz	9-05
16-05-1886	Campo de Sant'Anna	A tourada de amarilla e Espectáculos; Da trincheira	16 e 17-05
21-05-1886	Campo de Sant'Anna	Tauromachia e Espectáculos; A corrida de ontem	18, 22-05
23-05-1886	Campo de Sant'Anna	Espectáculos; Da trincheira; A tourada de ontem	22, 24 e 25-05
27-05-1886	Campo de Sant'Anna	A tourada; Tourada; Tourada	25, 27 e 28-05
06-06-1886	Campo de Sant'Anna	Espectáculos; Praca do Campo de Sant'Anna (5 titulos); Tauromachia	27-05; 1 a 6-06
13-06-1886	Barquinha	Tourada na Barquinha; Feira e touradas; Cartaz	8, 9 e 11-06
20-06-1886	Campo de Sant'Anna	Feira e touradas; Touras em Vila Franca	9 e 15-06
24-06-1886	Almada	Alfredo Tinoco; A tourada de Tinoco (2 titulos); A tourada de ontem; Tauromachia	10, 17, 18, 21 e 24-06
24-06-1886	Almada	Tourada em Almada; Cartaz	18 e 21-06
24-06-1886	Santarém	Touras em Santarém; A tourada em Santarém	23 e 30-06
00-06-1886	Dom Benito	Touros portugueses em Espanha	26-06
27-06-1886	Campo de Sant'Anna	Tauromachia (3 titulos); Espectáculos; Cartaz; Da trincheira	24, 26 a 28-06
29-06-1886	Torres Novas	Cartaz (2 titulos)	20 e 27-06
29-06-1886	Vila Franca de Xira	Cartaz (2 titulos)	26 e 28-06
29-06-1886	Alcácer do Sal	Alcácer do Sal	30-06
02-07-1886	Tomar	Praca de touros em Tomar e cartaz; Tourada em Tomar	30-06; 4-07
04-07-1886	Campo de Sant'Anna	Da trincheira	5-07
08-07-1886	Campo de Sant'Anna	Nouturn; Tourada noturna (2 titulos) e Espectáculos; Da trincheira	5, 7 a 09-07
11-07-1886	Campo de Sant'Anna	Espectáculos; A tourada de hoje; Da trincheira	9, 11 e 12-07
11-07-1886	Santarém	A corrida em Santarém	10-07
11-07-1886	Vicente Mendez	Biografia e foto	11-07
18-07-1886	Campo de Sant'Anna	Beneficio de João Roberto e Cartaz; Beneficio de João Roberto (2 titulos); Da trincheira; Agradecimentos	16 a 19-07; 5-08
25-07-1886	Campo de Sant'Anna	Sem titulo (1ª pagina); Beneficio de Muro; Praca do Campo de Sant'Anna; Da trincheira (2 titulos)	16, 21, 25 e 26-07
25-07-1886	Estremoz	Praca de touros de Estremoz; Cartaz	21 e 23-07
26-07-1886	Alcácer do Sal	Alcácer do Sal - Tourada na Vargem da Ordem	2-08
01-08-1886	Campo de Sant'Anna	Beneficio de José Bento; Beneficio do cavaleiro José Bento (4 titulos); Da trincheira (2 titulos)	27 a 29 e 31-07; 1 a 3-08
03-08-2008	Vila Franca de Xira	Feira de novilhos na herdade da Barraca	4-08
08-08-2008	Campo de Sant'Anna	Praca Campo Sant'Anna (5 titulos); Da trincheira (2 titulos)	3 a 6, 8 a 10-08
08-08-2008	Santarém	Sem titulo (1ª pagina);	16-07
14-08-1886	Coruche	Coruche; Noticias de Coruche	17-07; 9-08

Figura 2

Data	Acontecimento	Títulos das notícias	Dias da publicação
15-08-1886	Campo de Sant'Anna	Cartaz: Da trincheira	14, 17-08
15-08-1886	Caldas da Rainha	Cartaz: Antúcio	12, 14-08
22-08-1886	Vila Franca de Xira	Cartaz	12-08
22-08-1886	Campo de Sant'Anna	Tourada de Mourisca; A tourada de Mourisca	21 e 22-08
27-08-1886	Alcácer do Sal	Alcácer do Sal	1-09
28-08-1886	Alcácer do Sal	Alcácer do Sal	1-09
29-08-1886	Torres Novas	Cartaz: Tourada em Torres Novas	17, 22-08
29-08-1886	Cartaxo	Tourada no Cartaxo	26-08
30-08-1886	Almada	Tourada em Almada; A tourada em Almada	27, 31-08
01-09-1886	Campo de Sant'Anna	Praca Campo Sant'Anna; Tourada noturna (2 títulos); A tourada de hoje; A tourada noturna	25, 26, 31-08; 1 e 3-09
05-09-1886	Campo de Sant'Anna	Praca do Campo de Sant'Anna; Benefício de Calabazas; Da trincheira	3, 5 e 6-09
05-09-1886	Montemor-o-Novo	Cartaz (2 títulos)	1-08; 5-09
06-09-1886	Montemor-o-Novo	Cartaz (2 títulos)	1-08; 5-09
09-09-1886	Campo de Sant'Anna	Grande tourada noturna; Tourada noturna (2 títulos); Tourada noturna de amanhã; A grande tourada noturna de hoje; Da trincheira	16-08, 6 a 10-9
12-09-1886	Campo de Sant'Anna	Carmen Lucena; Cartaz	9 e 10-09
13-09-1886	Moita	Touradas na vila da Moita; Cartaz; Touradas na Moita	30-08; 9-09 e 10-9
14-09-1886	Moita	Touradas na vila da Moita; Cartaz; Touradas na Moita	30-08; 9-09 e 10-9
19-09-1886	Campo de Sant'Anna	Praca Campo Sant'Anna (2 títulos); Espectáculos; A tourada do Gaietar; Da trincheira	12, 15, 16, 18 e 20-09
19-09-1886	Torres Novas	Cartaz	16-9
21-09-1886	Elvas	Sem título (1ª página)	10-8
22-09-1886	Elvas	Sem título (1ª página)	10-8
26-09-1886	Cartaxo	Cartaz (todos os títulos)	16, 19, 20, 22, 23 e 24-09
26-09-1886	Almada	Tourada; Cartaz; Grande tourada em Almada; Cartaz (2 títulos); Sem título; Cartaz; Tourada em Almada	12, 22 a 26; 29-09
26-09-1886	Setúbal	Tourada em Setúbal	22-09
02-10-1886	Campo de Sant'Anna	Praca Campo Sant'Anna; Última tourada noturna (2 títulos); Tauromaquia; Sem título; Última tourada noturna (2 títulos)	21 a 24 e 29-09; 1 e 2-10
03-10-1886	Vila Franca	Festa anual e corridas de touros em V F Xira	30-9
04-10-1886	Vila Franca	Festa anual e corridas de touros em V F Xira	30-9
17-10-1886	Setúbal	Setúbal; Tourada em Setúbal (3 notícias com o mesmo título)	7, 14, 17 e 19-10
24-10-1886	Campo de Sant'Anna	Tauromaquia; Última corrida; Última corrida; Da trincheira	15, 23, 24 e 25-10
19-12-1886	Almada	Tauromaquia; Sem título (o curro que devia...)	17 e 20-12

Estudos do Património

As Sentenças para a Ensinança e Doutrina do Príncipe D. Sebastião (1554-1555): Contributos para o seu estudo histórico-artístico

Vítor Serrão*

*à grande historiadora de arte Sylvie Deswarte-Rosa,
a quem a História da Arte portuguesa tanto deve.*

1. Fortuna crítica de um belíssimo códice quinhentista.

Em 1915, Martinho da Fonseca deu à estampa o seu catálogo do fundo de manuscritos do arquivo da Casa Cadaval, conservado no seu palácio, em Muge¹, e destacou dois códices iluminados aí existentes, os quais se distinguiam nesse acervo riquíssimo pelas belas iluminuras que apresentavam. O primeiro era o *Sucesso do Segundo Cerco de Diu*, da autoria do poeta-pintor Jerónimo Corte-Real, composto cerca de 1567, que hoje se guarda no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, e que este autor considerou ser «o melhor, artisticamente, do arquivo Cadaval»². O segundo era o códice que contém as *Sentenças para a Ensinança e Doutrina do Príncipe D. Sebastião*, escrito e iluminado em 1554-1555 e que, por aquisição da Casa de Bragança em Dezembro de 1992, passou a integrar os fundos da Biblioteca de D. Manuel II no Palácio de Vila Viçosa³.

O códice calipolense, intitulado na folha de rosto *Sentenças De Diversos Avtores Pelas Qvae Amoestão Aos Principes Como na Paz E Na Gvera Se Deve(m)*

* ARTIS-IHA-FLUL – vit.ser@letras.ulisboa.pt

¹ Martinho da FONSECA, *Catalogo Resumido da Preciosa Collecção de Manuscritos da Casa Cadaval*, separata do *Boletim da Sociedade de Bibliophilos Barbosa Machado*, III, Lisboa, 1915.

² IDEM, *op. cit.*, pp. 12 e 45-47.

³ João RUAS (introdução e organização), *Manuscritos da Biblioteca de D. Manuel II*, Caxias-Casa de Massarelos, Fundação da Casa de Bragança, 2006, pp. 48-51. O códice tem a cota BDM II Res Ms 6 Adq.

Reger Dirigidas Ao Mvito Esclarecido Principe Do(m) Sebastião Neto Do Mvi Poderoso Rei Dom João Terceiro Deste Nome Nosso Senhor e é escrito em pergaminho, com títulos em letra de capitais redondas, apresenta-se bem encadernado (em carneira vermelha, do século XVIII), com 87 fólios, quatro deles com iluminuras a página inteira, e está em ótimo estado de conservação. A dedicatória, segundo nos diz em 2006, João Ruas, então bibliotecário-arquivista da Fundação da Casa de Bragança, na «entrada» respectiva do catálogo dos manuscritos, «é em letra cursiva librária a imitar a letra de imprensa, (e) as sentenças são em letra cortesã, bem como o texto final»⁴.

Sabemos hoje quem foi o autor da compilação do códice, saído (lê-se no prólogo) «quando Nosso Senhor deu novos espíritos e nova esperança» aos portugueses depois do trauma causado pela morte do herdeiro do trono, o Príncipe D. João (1537-1554), pai do *Desejado*, que desaparece em 2 de Janeiro vítima de diabetes, sem conhecer o filho, nascido a 20 do mesmo mês e ano. O cronista Francisco de Andrada, como se sabe, narrou na *Cronica do muyto alto e muito poderoso rey destes reynos de Portugal dom João o III deste nome* (Lisboa, 1613), ainda com máximo rigor apesar do distanciamento histórico, o drama de D. João III e D. Catarina de Áustria, que viram desaparecer os seus nove filhos e viveram com especial angústia a morte do Príncipe D. João⁵...

O compilador do *códice de Vila Viçosa* (chamemos-lhe assim...) é, de facto, personalidade com identidade bem esclarecida. Depois da falhada hipótese de o identificar com o mercador e banqueiro italiano Luca Giraldi, proposta por Jorge Segurado⁶, e como provou de modo irrefutável o historiador Luís de Matos⁷, passámos a saber quem era: chamava-se André Rodrigues de Évora. Trata-se de um culto humanista-latinista que foi mercador e homem de negócios, natural da capital alentejana e, no seu tempo, figura muito prestigiada. Era o terceiro filho de Mestre Rodrigo da Veiga (1483-1543), um médico espanhol estabelecido em Évora, e foi irmão do ilustre médico e ervanário Tomás Rodrigues da Veiga, que foi professor na Universidade de Coimbra, e do mercador Simão Rodrigues de Évora, que se viria a fixar em Amsterdam⁸. Para este códice, que declaradamente se destinava a servir na educação do futuro monarca, André Rodrigues de Évora reuniu seiscentas e cinquenta e nove sentenças de autores clássicos, escolhidas entre as três mil e quatrocentas que acabara de publicar num livro de sucesso, *Primera Parte de las*

⁴ IDEM, *op. cit.*, p. 48.

⁵ Rui Manuel LOUREIRO, «Um cronista esquecido: Francisco de Andrade e as suas obras», revista *Povos e Culturas*, n.º 20, 2017, pp. 285-304.

⁶ Jorge SEGURADO, «D. Sebastião num vislumbre de ensinança», *Diário de Notícias* (Suplemento Literário) de 20 de Maio de 1982.

⁷ Luís de MATOS, «Prefácio» à edição fac-similada de *Sentenças para a Ensinança e Doutrina do Príncipe D. Sebastião*, Lisboa, Banco Pinto & Sotto Mayor, 1983.

⁸ Sobre esta família, cf., entre outros, Jacinto Leitão MANSO DE LIMA, *Famílias de Portugal*, manuscrito da BNP, FG1276, pp. 685 e 713; J. GENTIL DA SILVA, *Stratégie des Affaires à Lisbonne entre 1595 et 1607*, Paris, A. Colin, 1956, pp. 2-4 e 27; A. J. da COSTA PIMPÃO, *Escritos Diversos*, Coimbra, 1972, pp. 389-391; e Luís de MATOS, *op. cit.*, pp. 24-27.

Sentencias que hasta nuestros tiempos, para edificacion de buenos costumbres, estan por diversos autores escriptas..., saído em Lisboa em fins de 1554, por German Galhardo, e logo traduzido em Paris, em Lyon, em Veneza e em Colónia⁹.

Os autores clássicos, cujas sentenças se apresentam em latim, à esquerda, com a sua tradução em português na correspondente página direita, são Aristóteles, Plutarco, Tito Lívio, Séneca, Plínio o Antigo, Salústio, Quinto Cúrsio, Valério Máximo, Cícero, Túlio, Quintiliano, Suetónio, bem como Santo Agostinho, Santo Anselmo, Tertuliano, São Basílio, São Crisóstomo, São Gregório Magno, Cassiodoro, Isidoro, São Leão Papa e Erasmo de Roterdão, entre outros¹⁰. Todas as sentenças são dirigidas à criança-príncipe, com uma primeira parte organizada como espécie de «livro de máximas para o jovem rei», seguindo-se uma segunda parte com instruções de guerra.

2. Um códice de sentido pedagógico e áulico.

O *Códice de Vila Viçosa* (chamemos-lhe assim) foi oferecido por André Rodrigues de Évora a D. António de Ataíde, conde da Castanheira, conforme se apura pela carta final com que o livro se encerra, carta essa dirigida a esse «veedor da fazenda d'ElRey», figura influente na corte. Nessa carta fica claro que se destinava à futura educação do príncipe D. Sebastião, nascido a 20 de Janeiro de 1554, que no primeiro fólio historiado se representa deitado no seu berço, com poucos meses de vida. Como escreveu a historiadora de arte Sylvie Deswarte-Rosa, «à direita vê-se D. Sebastião dormindo no seu berço, um móvel renascença esculpido e ornado com conchas cor de nácar, poisado sobre um lajedo de mármore polícromos, tendo como pano de fundo uma enorme cortina verde, bordada a ouro, sobre a qual se vê ao alto a cruz de Cristo, as armas reais e a esfera armilar»¹¹.

O projecto de André Rodrigues seguia, assim, uma tradição clássica muito forte com acento na *Pedagogia áulica*, um género que incluiu títulos relevantes da nossa cultura humanística na viragem do século XV para o XVI. Recuando, já o assinalamos no tratado trecentista *Speculum Regum* do Bispo de Silves D. Álvaro Pais¹², mas é com o humanismo manuelino-joanino que tal tipo de literatura ligada ao

⁹ Luís de MATOS, *op. cit.*, p. 24 e segs.

¹⁰ As várias sentenças de Erasmo de Roterdão seriadas para o códice, e que se destacam no conjunto do códice pelo seu espírito de tolerância e inclusão (por exemplo: «*mais honesta, e mais nobre maneira de vingança he esquecer ha injuria*»), seriam significativamente suprimidas numa das reedições traduzidas (a de 1569) do livro *Primera Parte de las Sentencias...* (Lisboa, 1554) de André Rodrigues de Évora!

¹¹ Sylvie DESWARTE-ROSA, «Sentenças para a Ensinança e Doutrina do Príncipe D. Sebastião», in catálogo da exposição *A Pintura Maneirista em Portugal – arte no tempo de Camões*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1995, n.º 117 e pp. 426-427.

¹² Mário MARTINS, «A *Érica Estatel* de Frei Álvaro Pais, no *Speculum Regum*», *Revista Portuguesa de Filosofia*, n.º 11, fasc. 3-4, 1955, pp. 403-411.

ensino dos filhos-família melhor se exemplifica: vejam-se tratados como o *De Republica Gubernanda per Regem* de Diogo Lopes Rebelo (Paris, 1496)¹³, a *Breve Doutrina e Ensinança de Príncipes* de Frei António de Beja (Lisboa, 1525)¹⁴, o *Epodon siue iambicorum carminum libri tres* de Diogo de Teive (Lisboa, 1565), com regras para a boa educação do príncipe¹⁵ e, alguns anos mais tarde, o *Da Ensinança e Educação do Rei* de D. Jerónimo Osório (1506-1580), que foi dedicado ao mesmo D. Sebastião e que saiu dos prelos em Lisboa em 1571¹⁶.

A presença de prestigiados professores na corte portuguesa para ensino de quem se esperava viessem a assumir funções no aparelho do Poder é, por tudo isso, algo merecedor de muitos estudos e, como tal, bem conhecido. A formação cívica, prática e intelectual dos filhos da nobreza foi prioridade na escala de investimentos da Dinastia de Avis-Beja¹⁷: Nicolau Clenardo, ao chegar em 1535 a Évora, destacava o florescimento dos estudos dos príncipes, bom augúrio para a projecção do Reino português; e, entre muitos outros exemplos, a infanta D. Maria de Portugal (1538-1577), princesa de Parma e Plasência, filha de D. Isabel de Bragança e do Infante D. Duarte, quando casou com Alessandro Farnese, Duque de Parma, fazia alarde de uma esmerada educação em Artes e Letras, em Matemática (junto ao seu mestre Domingos Peres) e com conhecimentos de Astrologia, Filosofia e Língua grega¹⁸.

Em boa verdade, também os tratados de arte e de caligrafia se integram, de alguma maneira, nesse espaço de pedagogia áulica e na agenda dos professores (por vezes também artistas) que se ocupavam da formação dos filhos-família. Entre 1548, data em que o pintor-tratadista Francisco de Holanda acaba de escrever o famoso *Da Pintura Antigua* (onde põe a tónica do discurso na *scintilla divina* e no primado do *disegno*), e 1696, ano em que o escritor sebastianista Félix da Costa Meesen redige a algo retardatária *Antiguidade da Arte da Pintura* (com elogio da

¹³ Diogo Lopes Rebelo – *Do Governo da República pelo Re*, edição fac-símile das edições de Paris de fins do séc. XV, comentada por Miguel PINTO DE MENESES, Lisboa, Edições Távola Redonda, 2000; e Amílcar Mesquita AZEVEDO, «Diogo Lopes Rebelo e a *De Republica Gubernanda per Regem*», revista *Ciudad de Dios*, n.º de homenagem a Saturnino Álvarez Turienzo, n.º 217/1, Salamanca, 2004, pp. 189-209.

¹⁴ Frei António de Beja – *Breve Doutrina e Ensinança de Príncipes*, ed. fac-similada da ed. de 1525, com introdução de Mário Tavares DIAS, Lisboa, Centro de Estudos de Psicologia e de História da Filosofia e do Instituto de Alta Cultura, 1965.

¹⁵ Rui Manuel LOUREIRO, «Um cronista esquecido: Francisco de Andrade e as suas obras», *cit.*, p. 287.

¹⁶ Jerónimo Osório – *Da Ensinança e Educação do Rei*, edição da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, com introdução e anotações de A. Guimarães PINTO, Lisboa, 2015. O livro foi redigido por Osório e entre o final de 1562 e o início de 1564.

¹⁷ Sobre os modelos, práticas e representações da educação dos príncipes, cf. Ana Isabel BUESCU, *Na Corte dos Reis de Portugal. Saberes, Ritos e Memórias. Estudos sobre o Século XVI*, Lisboa, ed. Colibri, 2011, pp. 11-51.

¹⁸ Pedro Vilas Boas TAVARES, «Domingos Peres: professor de matemática da Princesa Maria de Portugal, na fundação de um beatério bracarense», *Actas do Congresso D. Maria de Portugal, Princesa de Parma (1565-1577) e o seu tempo. As relações culturais entre Portugal e Itália na segunda metade de Quinhentos*, Porto, 1999, pp. 7-28.

liberalidade e com uma memória dos antigos pintores portugueses dignos de nota)¹⁹, a nossa literatura de arte acrescentou valores estéticos ao processo educacional²⁰. Embora neste corpo de referências portuguesas mal se pressintam ardores de teorização que se comparem com idênticas situações da Europa coeva, é certo que tal literatura visava um sentido de *ensinância global* junto dos mais jovens, pelo que o recurso a *sentenças* extraídas das fontes clássicas era sempre uma forte linha metodológica de tal docência cortesã. O grande interesse do *códice de Vila Viçosa* é justamente acentuar esses princípios, pela judiciosa escolha temática de André Rodrigues de Évora, para preparar a educação de um herdeiro ao trono ainda com alguns meses de vida...

Tudo começa, como tantas outras coisas com significado duradouro, no século XV, com a introdução da tipografia, os humanistas do Norte de Itália, como intelectuais progressistas que eram, aspiram a ver impressas as suas obras com tipos desenhados com régua e compasso, correspondendo a uma harmonia assente em ‘proporções ideais’, capazes de reflectir a *dignitas*, a *liberalitas* e a *virtú* do homem do Renascimento. Assim, os primeiros tipógrafos italianos começam a usar as *belas letras romanas*, moldam os tipos de chumbo com formas derivadas de construções geométricas, seguindo padrões criados pelos calígrafos humanistas. *More Geometrico*, ‘*modo geométrico*’, foi o processo ideal para moldar as novas personalidades. Tal como a aprendizagem das *Sentenças* greco-latinas, também a Caligrafia se adequa a esse gosto pelas *proporções ideais*: desenharam-se de *more geometrico* caracteres aptos a reflectir valores como o antropocentrismo, a harmonia do mundo e as belas proporções, vistas à luz dos princípios matemático-lógicos da época.

Desenvolveu-se por isso, a par dessa renovada *Pedagogia para eleitos*, a arte da Caligrafia. Tal como os humanistas Erasmo, Juan Luís Vives e João de Barros, essa poderosa linha de *ensinância* ocupa a primeira fila do ensino. Um dos casos mais precoces é o do pintor-calígrafo Giraldo Fernandes de Prado (c. 1530-1592)²¹, que se preocupou com a educação dos filhos-família da Casa de Bragança destinados a lugares importantes no aparelho de Estado, razão de sobra para lhes fornecer bases de caligrafia harmoniosa e saberes relevantes segundo a agenda do Humanismo cristão: *Escrever bem, primeira das artes*, era o lema. O seu tratado de Caligrafia

¹⁹ George KUBLER, *The Antiquity of the Art of Painting by Felix da Costa*, New Haven, Yale University Press, 1967 (com ed. facsimilada do manuscrito da Biblioteca da Yale University).

²⁰ Cf. Vítor SERRÃO e Patrícia MONTEIRO (coords.), *Primeiros Tratados de Pintura*, vol. 12 da colecção *Obras Pioneiras da Cultura Portuguesa*, direcção de José Eduardo Franco e Carlos Fiolhais, Lisboa, Círculo de Leitores, 2019.

²¹ Vítor SERRÃO, «*Maniera*, peinture murale et calligraphie: Giraldo Fernandes de Prado (c. 1535-1592), un grand peintre, écrivain et noble enlumineur méconnu», in *Out of the Stream: new perspectives in the study of Medieval and Early Modern mural painting* (com coord. de Luís Afonso), Manchester, 2007, pp. 116-140; IDEM, *O Fresco Maneirista no Paço de Vila Viçosa, Parnaso dos Duques de Bragança (1540-1640)*, Caxias-Massarelos, Fundação da Casa de Bragança, 2008; e IDEM, «Tratados de pintura, iluminura e caligrafia portuguesa», in *Primeiros Tratados de Pintura*, vol. 12 da col. *Obras Pioneiras da Cultura Portuguesa*, cit., pp. 15-24.

de 1560, primeiro no género escrito em Portugal, terá tido como objectivo o ensino do príncipe D. João, futuro sexto Duque de Bragança (de 1563 a 1583), a seguir a D. Teodósio I, seu pai²².

A fonte pedagógica dos calígrafos renascentistas residia no testemunho dos *scriptores* e calígrafos italianos e, por exemplo, na famosa inscrição da lápide gravada na base da *Coluna de Trajano*, alegadamente da autoria de Apolodoro de Damasco, artista grego ao serviço dos romanos, a qual serviu de fonte inspiradora aos calígrafos e tipógrafos europeus do século XVI, que viam nesse padrão de letras latinas a base e a legitimação do rigor, legibilidade e beleza que se pretendia recuperar na *arte de bem escrever*. O interesse pela epigrafia da Antiguidade greco-romana, a par dos estudos das *proporções ideais* ('divinas') do corpo em Leonardo da Vinci ou Albrecht Dürer, levam à edição de tratados sobre a estética e proporções das letras versais romanas. Comum é, por isso, a inserção das letras no *quadrado*, a forma geométrica considerada mais pura.

No que intimamente se liga à educação dos príncipes, integra-se neste corpo referencial, com lugar de distinção, o manuscrito ilustrado do *Tratado de Letra Latina* (1560-1561), Cód. Plimpton Ms 297 guardado na Rare Book & Manuscript Library da Columbia University, New York, da autoria desse pedagogo-artista que foi, ademais, pintor e iluminador e que era cavaleiro da casa do sétimo Duque de Bragança D. Teodósio II (1568-1630)²³ e figura muito apreciada: uma certa fonte refere-se-lhe, significativamente, como «*mestre Giraldo de Prado homem de admiravel pincel na arte da pintura*». Giraldo Fernandes de Prado compôs esse *livro de ensinança* incorporando na dimensão nacional os saberes e métodos da *época de ouro* da arte da Caligrafia europeia, desde o *Champ Fleury* de Geoffroy Tory, saído em Paris em 1524 (livro que Francisco de Holanda possuía²⁴), aos manuais italianos de Aldo Manuzio (o *De Aeta* de Pietro Bembo, 1495, sobre a forma geométrica das letras segundo a grelha quadrada na relação 1:9, com primeiro o elogio à *letra canceleresca*, a letra humanística), de Ludovico Vicentino degli Arrighi (*La Opera*, de 1522, e *Il modo de Temperare le Penne*, de 1525), de Ugo da Carpi (o *Thesaurus de scrittori* de 1535), de Giovanbattista Palatino (autor do *Libro Nuovo d'Imparare a Scrivere Tutte Sorte Lettere antiche et moderne di tutte nationi, con nuove regole, misure et essempli*, Roma, 1540 e 1545, e do *Compendio del gran volume*, de 1566), e de Giovannantonio Andrea Tagliente (um mestre-calígrafo que criou a letra *Bembo* e escreveu *La vera arte delo Excellente scrivere de diverse varie sorti di Litere*, Veneza, 1524), e ainda, entre outros calígrafos-tratadistas, do biscaíno Juan de Yciar, o famoso e muitas vezes reeditado *Libro subtilissimo por el qual se enseña a escreuir y contar pfectamete el qual lleua el mesmo orden que*

²² Vítor SERRÃO, *O Fresco Maneirista no Paço de Vila Viçosa, Parnaso dos Duques de Bragança, 1540-1640*, Caxias-Massarelos, Fundação da Casa de Bragança, 2008, caps 3.2 e 4.2.

²³ IDEM, «Giraldo de Prado, cavaleiro-pintor de D. Teodósio II, duque de Bragança. Obras em Almada e Vila Viçosa», *Callipole*, 2004, n.º 12, pp. 247-271.

²⁴ Sylvie DESWARTE-ROSA, «Le Rameau d'Or et de Science. F. Ollandivs Apolini Dicavit», *Pegasus*, n.º 7, 2005, pp. 9-47.

lleua vn maestro con su discipulo (Zaragoza, 1546). Note-se que, na corte de Vila Viçosa, onde trabalhou, Giraldo Fernandes de Prado teve acesso a todos estas fontes, que aliás servirão mais tarde (não sem reforçadas suspeitas de plágio a partir do tratado de Giraldo...) ao autor do manual *Exemplares de Diversas Sortes de Letras tirados da Polygraphia de Manuel Baratta, escriptor português*²⁵.

É curioso lembrar, a propósito da *Arte de Escrever* de Manuel Barata, o facto de uma das edições (a de 1592, pelo impressor António Álvares, com financiamento de João de Ocanha, livreiro do Duque de Bragança²⁶), incluir um soneto dado como da autoria de Luís de Camões, com um sentido elogio aos méritos da arte da Caligrafia. Caso tenha integrado a perdida edição primeva desse manual, em 1572, seria um dos raros poemas do *vate* editados durante a vida, o que sugere relações do genial poeta com os círculos brigantinos e a sua corte literária... O soneto reza assim: «*Ditosa pena, como a mão que a guia, / Com tantas perfeições da sutil Arte, / Que quando com razão venho a louvarte, / Em teus louvores perco a fantasia. / Porém Amor, que efeitos vários cria, / De ti cantar me manda em toda parte, / Não em plectro belígero de Marte, / Mas em suave & branda melodia. / Teu nome Emmanuel, de hum noutro Pólo, / Voando se levanta, & te pregoa, / Agora que ninguém te levantava. / E porque immortal sejas; eys Apolo / Te offerece de flores a Coroa / Que já de longo tempo te guardava*».

O ambiente destas «cortes de aldeia», como a de Vila Viçosa, em que as *humaniores litterae* eram matéria de estudo – as *paragone* das artes e letras, o debate arqueológico, o bucolismo do *locus amoenus*, a ressonância das *antigualhas*, as reflexões em torno de Vitruvius e das *rovine*, a leitura de Alberti e Serlio, os Novos Mundos, as novidades cosmológicas, a matemática, os ciclos agrícolas, as citações de Hermes Trismegisto e demais autores clássicos, o estudo do *all'antico* e das *sentenças* de Erasmo (estas, a breve trecho censuradas) – toda esta temática clássica gerou um ambiente propício à recepção da tratadística italiana, castelhana, flamenga e francesa e à arte de bem ensinar, de bem pensar, de bem escrever. O códice de André Rodrigues de Évora insere-se plenamente nesse quadro de inovação que caracteriza, de um modo geral (e no caso de Vila Viçosa), a educação cortesã no século XVI²⁷.

²⁵ Ana Martínez PEREIRA, «El *Arte de escrever* de Manuel Barata en el ámbito pedagógico de la segunda mitad del siglo XVI», *Península. Revista de Estudios Ibéricos*, n.º 1, 2004, pp. 235-249.

²⁶ Maria Brak-Lamy BARJONA DE FREITAS, «Os livreiros da Lisboa quinhentista», *Revista Municipal*, ano XIII, n.º 54, 1952, pp. 5-25. João de Ocanha, livreiro de D. Teodósio II, aparece inscrito na Irmandade de Santa Catarina da Corporação de Livreiros em 1591. Manuel de Faria e Sousa, nas *Rimas Varias*, cent. II, p. 297, considera o soneto, que atribui a Camões, composto expressamente para a perdida edição de Barata em 1572.

²⁷ Cf., sobre tais ambientes humanísticos, entre outros, cf. Luís de MATOS, *A corte literária dos Duques de Bragança no Renascimento*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1956; Isabel ALMEIDA, *Doces, brandos, graves, doutos versos: para um estudo da epístola poética no século XVI*, tese de Mestrado, Faculdade de Letras de Lisboa, 1989; Sylvie DESWARTE-ROSA, *Ideias e Imagens em Portugal na época dos Descobrimentos*, Difel, Lisboa, 1992; Rita MARNOTO, *O Petrarquismo Português do Renascimento e do Maneirismo*, tese de Doutoramento, Universidade

3. As quatro iluminuras: estilemas e questões de autoria.

Se sabe com absoluta certeza quem foi o compilador do *códice de Vila Viçosa*, já as quatro iluminuras a página inteira que o ilustram têm levantado problemas de identificação. São quatro os fólios iluminados, ambos em dupla página e, como se deduz de uma leitura atenta, e já Luís de Matos o sentira²⁸, mostram discrepâncias de estilo que sugerem a intervenção de duas mãos distintas.

No princípio do *códice*, encontram-se duas iluminuras, a par: vemos, na da esquerda, uma cartela com o título da primeira parte do *códice*, muito bem iluminado com letras de oiro sobre fundo azul-roxo – SENTENCAS. DE. / DIVERSOS. AVTORES / PELAS. QVAES. AMOESTÃO. / AOS. PRINCIPES. COMO. / NA PAZ. E. NA. GVERA, SE, DEVE(m). / REGER. DIRIGIDAS. AO. / MUÍTO. ESCLARECIDO. / PRÍNCIPE. DO(m). SEBASTIÃO. / NETO. DO. MVI. PODE-ROSO. / REI. DOM. JOÃO. TERCEI / RO. DESTE. NOME. / NOSSO. SEN / HOR. Trata-se de uma belíssima moldura formada por uma *cartouche* maneirista de Antuérpia pintada em ouro e tons de verdes, com filacteras rosa.

À direita, uma outra iluminura de página inteira (fl. 1) mostra-nos, ao centro, a representação de uma criança, o recém-nado príncipe herdeiro, repousando num leito régio com sua decoração que inclui um mascarão flamengo (a lembrar as gravuras antuerpianas de Hans Vredeman de Vries e Hieronimus Cook) e um friso com vieiras, em alusão ao baptismo do príncipe e à sua boa sina. A cama, com dossel, tem por fundo uma cortina de damasco verde, encimada pela cruz de Cristo, as armas de Portugal e a esfera armilar. A emoldurar toda a cena, uma estrutura clássica com quatro anjinhos nos ângulos e um texto latino alusivo aos bons augúrios do nascimento do *Desejado*. Estas figuras de anjo mostram, no seu desenho descuidado e nas suas poses algo frustes (sobretudo os da parte inferior) francas similitudes com outros anjos que se encontram no *códice* iluminado do *Segundo Cerco de Diu* de Jerónimo Corte-Real, um cotejo a que mais adiante voltaremos...

As legendas latinas nas cartelas desta iluminura aludem ao carácter providencial do nascimento do futuro rei Dom Sebastião e à esperança num Império português que por si seria iniciado. No fólio 53, o Rei de Armas a cavalo ostentando o estandarte das Quinas, atribuído a António Fernandes, mostra significativamente a legenda “*Non deficiet sceptrum cui cecidit salutare signum*”, profecia idêntica à que no Canto XXI (fl. 207) do *Sucesso do Segundo Cerco de Diu* o poeta Corte-Real ostenta: “*Mostra-se em profecia o nascimento do invictíssimo Rei D. Sebastião. Declara-lhe algumas coisas que ainda estão por vir*”. A predestinação do *Desejado* extrai-se também, segundo Manuel J. Gandra, de uma vinheta que integra as *Memórias para a História de Portugal que compreendem o governo del Rey D. Sebastião* (tomo I, 1736) de Diogo Barbosa Machado, na qual figura a Princesa

de Coimbra, 1994; e Ana Isabel BUESCU, *Imagens do Príncipe. Discurso Normativo e representação (1525-1549)*, tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Portugal, 1994.

²⁸ Luís de MATOS, *op. cit.*, p. 25.

D. Joana, sua mãe, no momento da visão de um anjo que lhe entrega o filho ungido para altas missões...

No segundo fólio duplo iluminado que se insere a fls. 52 v.º e 53, vemos, à esquerda, uma elegante moldura clássica que integra o texto, de excelente caligrafia, INSTRVÇÃO. DE. GVERA / PERA. OS. PRÍNCÍPES. / ECAPÍTAME(n)S. QVE. HA. / VSÃO. / RESVMIDA. PERSEN / TENÇAS. DE. DIVER / SOS. AVCTORES / J.²⁹, iluminada a ouro sobre fundo vermelho, e à direita vemos um pórtico com colunas marmóreas centrando a figura de um imponente cavaleiro porta-estandarte, barbado, de capacete, com couraça e cáligas *à romana*, tendo como fundo uma minuciosa paisagem de aurora luminosa a romper no fio do horizonte, à esquerda, com casario acastelado entre um trecho de arcaria (ou aqueduto) e algumas figurinhas movendo-se em segundo plano, com campos verdes e montes roqueiros manchados de tons azul-rosado. Esta iluminura é assim descrita por Sylvie Deswarte: «(...) a imagem de um cavaleiro vestido à romana, empunhando o estandarte real (o Rei de Armas António de Holanda, segundo Jorge Segurado) sobre uma paisagem de convenção, a servir de fundo, o conjunto apresentando-se num quadro dourado, incluindo na base a sentença NON / DEFICVIET / SCEPTRVM CVI / CECIDIT / SALVATARE / SIGNUM. Este quadro, em *trompe l'oeil*, é apresentado sobre um frontispício formado por duas colunas jónicas com capitéis de bronze dourado e fustes de mármore»³⁰.

Martinho da Fonseca, em 1915, não indicou qualquer hipótese autoral para o códice, então no arquivo Cadaval. Num segundo momento, todas estas quatro iluminuras estiveram atribuídas ao famoso iluminador António de Holanda (c. 1480-1557), grande artista desta arte, nascido na Flandres (talvez em Bruges), que se radicou cedo em Portugal, tendo falecido em Lisboa cerca de 1557, e que foi pai do célebre Francisco de Holanda³¹. Tal atribuição, que se deve à proposta do arquitecto Jorge Segurado³², carece de fundamento técnico, estilístico e comparativo. Dada a inexistência de similitudes de estilo com a obra, bem conhecida, desse iluminador flamengo ao serviço de D. Manuel e de D. João III, a sugerida aproximação autoral foi liminarmente rejeitada pela História da Arte ulterior. A evidência de uma *deriva* maneirista na concepção e factura destas iluminuras remete, à evidên-

²⁹ Este sinal, que quase vale como assinatura ou marca autoral, associa um *J* maiúsculo a um coração e pode ser interpretável como uma marca de identificação do calígrafo. Será, segundo Jaelson Bitran Trindade, uma variação da chamada flor-coração, ou *folha aldina* (ou seja, inspirada em Aldo Manucci, que a usou em primeiro lugar). Cf. a propósito deste sinal tipográfico o que diz Ana Luísa PÊGO REIS, *A literatura monástica feminina no circuito editorial: Paratextos e redes*, tese de Doutoramento em Estudos Literários, Culturais e Interartísticos, Universidade do Porto, 2023, p. 273, nota 767.

³⁰ Sylvie DESWARTE-ROSA *op. cit* (1995), p. 427.

³¹ Segundo informação de João Ruas, existe na Biblioteca de D. Manuel II do Palácio de Vila Viçosa uma ainda inédita *Carta de Armas de Gaspar Gonçalves de Ribafria*, de 1541, desenhada e iluminada por António de Holanda, que a assinou.

³² Jorge SEGURADO, «D. Sebastião num vislumbre de ensinança», *Diário de Notícias* (Suplemento Literário) de 20 de Maio de 1982.

cia, para um outro gosto mais *moderno*, muito mais italianizado, dentro dos cânones da *Bella Maniera* de Roma e Florença, introduzidos na corte portuguesa com a vinda de Francisco de Holanda. Com muito maior proximidade se pronunciaram tanto Luís de Matos³³, em 1983, como Sylvie Deswarte³⁴, em 1995. Ambos estes autores reviram essa atribuição, sugerindo em alternativa o nome de António Fernandes como seu responsável.

É especialmente interessante cotejar a quarta iluminura do *códice de Vila Viçosa*, que representa o citado cavaleiro porta-estandarte, com os frontispícios (dois deles assinados por António Fernandes) dos livros da *Leitura Nova* realizados para as Séries IV e V em 1548-1552 por encomenda do historiador e humanista Damião de Góis³⁵. As afinidades de estilo são flagrantes, e permitiram a Sylvie Deswarte atribuir também ao mesmo artista, com total segurança, o missal iluminado *Sacerdotae Volumen*, de 1557-1563, que se encontra na British Library, em Londres³⁶, e cuja folha de rosto, com titulação enquadrada por par de colunas marmóreas com capitéis jónicos, é singularmente afim à iluminura do fólio 53 do *códice calipolense*! Também a paisagem fundeira desta iluminura do Cavaleiro Porta-Estandarte se repete em pelo menos dois dos frontispícios da *Leitura Nova*, mostrando a fortuna estética desses estilemas que tão bem o caracterizam: «(aí), atingiu a maturidade do seu estilo e adquiriu a sua maneira própria, reconhecível, entre todas. Esses frontispícios de 1552 devem ser a base de todo o trabalho de reconstituição da sua obra de iluminador, porque são as únicas iluminuras assinadas, absolutamente seguras, que se conhecem da sua mão. Neles, pode observar-se um gosto acentuado pela linguagem arquitectónica à antiga, utilizando num espírito puramente decorativo, sem preocupações de exactidão e de ortodoxia, com introdução de inscrições epigráficas, e o recurso a uma iconografia alegórica e mitológica, o todo numa gama de cores claras (rosa, verde, amêndoa) com decorações de efeito maneirista»³⁷.

Cotejando o fólio 53, que representa o porta-estandarte a cavalo com as armas do Reino, com o desenho e estilo de alguns frontispícios da *Leitura Nova*, ele

³³ Luís de MATOS, «Prefácio» à edição fac-similada de *Sentenças para a Ensinança e Doutrina do Príncipe D. Sebastião*, Lisboa, Banco Pinto & Sotto Mayor, 1983.

³⁴ Sylvie DESWARTE-ROSA, «Sentenças para a Ensinança e Doutrina do Príncipe D. Sebastião», in catálogo da exposição *A Pintura Maneirista em Portugal – arte no tempo de Camões*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1995, n.º 117 e pp. 426-427.

³⁵ IDEM, *Les enluminures de la Leitura Nova 1504-1552. Études sur la culture artistique au Portugal au temps de l'Humanisme*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1977, pp. 80-81, 86-87 e 217-220; IDEM, «António Fernandes», catálogo *A Pintura Maneirista em Portugal – arte no tempo de Camões*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1995, p. 467.

³⁶ IDEM, «entrada» no catálogo *A Pintura Maneirista em Portugal – arte no tempo de Camões*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1995, pp. 420-425.

³⁷ IDEM, *ibidem*, pp. 467.

aproxima-se efectivamente do estilo de António Fernandes, tanto na cabeça do presumido Rei de Armas, quer na fantasiosa paisagem fundeira. António Fernandes foi o último iluminador dos frontispícios da *Leitura Nova* (1548-1552), tendo-se encarregado da parte essencial das Séries IV e V (1548-1552). O artista, que morava em 1563 às Portas de Santa Catarina, junto a Nossa Senhora do Loreto, altura em que estava ocupado a iluminar certos livros (desaparecidos) para o Convento de Cristo em Tomar, surge de novo em 1565 como residente nas mesmas casas («*antonio fernandes, enliminador...*»)³⁸ e, em 1583, em casas na Rua do Outeiro, freguesia de Nossa Senhora dos Mártires³⁹. Era também hábil na arte da policromia, estofos e dourado, a crer no desaparecido retábulo que pintou e policromou, em 1588, para a capela de Todos os Santos na igreja do mosteiro da Santíssima Trindade, que pertencia a D. Fernando de Noronha, terceiro conde de Linhares⁴⁰.

Julgamos que a atribuição a António Fernandes deste fólio com o porta-bandeira deve ser mantida. Integra-se bem naquilo que Francisco de Holanda, ao tempo, dizia das qualidades desta arte: «*aqui ponho eu a iluminação em que eu me criei, pola obra que com pincel se faz mais delicadamente e mais suave, e divina*»⁴¹. E, mais, tem singulares afinidades com as iluminuras citadas do A.N.T.T. e da British Library de Londres, sem esquecer que, segundo Sylvie Deswarte-Rosa, mostra parecenças com o frontispício arquitectural, com bustos sobre colunata, e com paisagens fundeiras fantasistas do mesmo tipo, da iluminura da *Cédula del Emperador Carlos I para que a chancillería de Granada no pudiera conocer de causas civiles ni criminales de la ciudad de Sevilla*, datada de Valladolid, em 1549, e guardada no Archivo Municipal de Sevilha⁴². A ser de Fernandes, essa cédula pode indiciar uma actividade (se não uma formação) deste iluminador português em terras espanholas.

Há que dizer, entretanto, que a iluminura portuguesa da segunda metade do século XVI, ao contrário daquela que foi produzida nos reinados de D. Manuel e de D. João III e que justificou larga e especializada bibliografia, tem merecido muito menos atenção da parte dos estudiosos, tal como nos lembra, entre outros historiadores de arte, Delmira Espada Custódio⁴³. Tal explica não só o grande desconhecimento que ainda existe sobre António Fernandes e os demais artistas da iluminação das eras sebastica e filipina e, em especial, o caso de Jerónimo Corte-Real, não por acaso ligado, também, à produção do *Códice de Vila Viçosa*.

³⁸ Arquivo Municipal de Lisboa, *Livro do Lançamento e Serviço que a Cidade de Lisboa fez a El-Rei Nosso Senhor no Ano de 1565*, fl. 347 v.º.

³⁹ Arquivo Municipal de Lisboa, *Livro de Aforamentos de N.ª S.ª dos Mártires*, cit. por Vergílio CORREIA, *Pintores portugueses dos séculos XV e XVI*, Lisboa, 1928, pp. 18-19.

⁴⁰ A.N.T.T., *Cartório dos Jesuítas* (ou *Armário Jesuítico*), Maço 12, doc. n.º 27. Cf. também Vergílio CORREIA, *op. cit.*, pp. 18-19; e Sylvie DESWARTÉ, *Les enluminures...*, p. 219.

⁴¹ Francisco de HOLANDA, *Da Pintura Antigua* (1548), ed. de Joaquim de VASCONCELOS, Porto, 1930, cap. XXXXIII, *De todos os géneros e modos de pintar*.

⁴² Cf. catálogo *A Pintura Maneirista em Portugal – arte no tempo de Camões*, cit., pp. 467-468.

⁴³ Delmira Espada CUSTÓDIO, Helena Gonçalves PINTO e Horácio PEIXEIRO, *Compromisso da Irmandade do Bemaventurado São Roque*, Lisboa, Museu de São Roque, 2019.

4. A intervenção do poeta-pintor Jerónimo Corte-Real.

... Já as três outras iluminuras do códice em apreço, assim como toda a parte caligráfica, mostram tão pronunciadas afinidades com os estilemas do *Códice Cadaval 31* da ANTT, da autoria de Jerónimo Corte-Real, que penso que a autoria das *Sentenças para a Ensinança*... precisa de ser revista, pois se trata, nesse caso, da intervenção de um outro artista.

O poeta-pintor Corte-Real, cujos contactos com o humanista-mercador André Rodrigues de Évora ocorreram tanto na corte como na capital alentejana, será pois o calígrafo do códice e o autor de três das suas iluminuras: o frontispício e os fólios com molduras-pórticos maneiristas que abrem as duas partes das *Sentenças*. Trata-se de uma *questão de arte* ainda em aberto, mas que para cuja resolução a análise formal, estilística e comparativa permitem avançar com maior segurança.

Jerónimo Corte-Real está muito bem estudado e revalorizado sob o ponto de vista da sua produção poética – foi autor de três dos mais célebres poemas da literatura quinhentista peninsular, o *Sucesso do Segundo Cerco de Diu* (editado em Lisboa por António Gonçalves, o mesmo de *Os Lusíadas*, em 1574), a *Felicíssima Vitoria de Lepanto* (Lisboa, edição de António Ribeiro, 1578) e o *Naufragio e Lastimoso Sucesso da Perdição de Manuel de Sousa de Sepulveda & Dona Lianor de Sá*... (saído póstumo em Lisboa em 1594, edição de Simão Lopes)⁴⁴. Já não está tão bem estudado, porém, enquanto pintor, iluminador, miniaturista e calígrafo, áreas que temos vindo ultimamente a estudar de forma mais sistemática. Sabemos que foi, ainda, inspirado melómano, tendo mostrado dotes como hábil tocador de lira, um instrumento musical mormente citado e relacionado com o poder encantatório⁴⁵ e que surge explicitamente representado numa das iluminuras do *Segundo*

⁴⁴ Hélio J. S. ALVES, *Poesia – Jerónimo Corte-Real*, Coimbra, ed. Angelus Novus, 1998; IDEM, *Camões, Corte-Real e o Sistema da Epopeia Quinhentista*, Coimbra, CINEC, 2001; IDEM, «Corte-Real, a evolução da sua arte», in *Península – Revista de Estudos Ibéricos*, n.º 2, 2005, pp. 171-199; IDEM, «Teoría de la épicas en el Renacimiento portugués», in *La teoría de la épica en el siglo XVI: España, Francia, Italia y Portugal*, ed. de María José Veja Ramos y Lara Vilà, Vigo, Academia del Hispanismo, 2010, pp. 137-173; IDEM, «Corte-Real, Jerónimo», *Dicionário de Luís de Camões*, org. por Vítor Manuel de Aguiar e Silva, Lisboa, Caminho, 2011, pp. 298-303; IDEM, «Renascimento», in *O Cànone*, org. de António M. Feijó, João R. Figueiredo e Miguel Támen, Lisboa, Tinta da China, 2020, pp. 435-445; e Landeg WHITE e Hélio J. S. ALVES, *Poetas que não eram Camões*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 2018, pp. 140-193; e Aude PLAGNARD, «La Felicísima Victoria de Jerónimo Corte-Real. Lepanto en la encrucijada de España y Portugal», in *El Canto de Caliope. Recepción y canon de la época culta española*, ed. de José Lara Garrido e Raúl Diaz Rosales, Málaga, *Anejos de la Anacleto Malacitana*, n.º 87; IDEM, «Geografías Épicas nas obras de Jerónimo Corte-Real, Alonso de Ercilla e Luís de Camões», in *Veredas*, n.º 23, Santiago de Compostela, 2015, pp. 9-25.

⁴⁵ Cf. Sónia DUARTE, *O contributo da iconografia musical na pintura quinhentista portuguesa, luso-flamenga e flamenga em Portugal, para o reconhecimento das práticas musicais da época: fontes e modelos utilizados nas oficinas de pintura* (2 vols.), tese de Mestrado em Ciências Musicais – Musicologia 94 Histórica, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2012.

Cerco de Diu (Canto XV). «*Orpheo a voz lhe deu, Apollo a lyra, / Amor a branda penna, Marte a lança, / E o seu proprio pinzel a natureza*», lê-se num soneto de Diogo Bernardes (c. 1530-1594) dedicado ao seu admirado poeta Corte-Real. Também outro poeta de primeira fila, António Ferreira (1528-1569), enaltece no seu amigo poeta as vertentes complementares de pintor e de músico: «*no pincel vences natureza, & arte: / Na lyra, quantos a melhor tocáram*». Os elogios dos seus contemporâneos à versatilidade de Corte-Real constituem tema a merecer maior atenção – o poeta (qual Jacopo Tintoretto em Veneza) é tomado como um virtuoso que usa a lira, a pena e o pincel como armas de criação e deleite. Só no caso pouco conhecido do pintor-calígrafo Giraldo Fernandes de Prado, atrás referido, se encontra paralelo, ainda que num registo bem menos destacado.

A biografia de Corte-Real estava, também, contaminada de inexactidões, dando-se como ano de nascimento 1533, por exemplo, e louvando-se em cores de bravura a sua pretensa estada em missão militar no Oriente⁴⁶, ao mesmo tempo que, embora fosse apreciadíssimo no seu tempo pela nata da literatura espanhola – Lope de Vega, Quevedo, Herrera e Cervantes – foi sendo crescentemente preterido e apagado pela aura de Camões. A verdade é que, no seu tempo, a sua obra rivalizava com a do vate, e seu nome era elogiado como um dos maiores da poesia peninsular. Como tem acentuado Hélio J. S. Alves, foi o primeiro poeta ocidental a relatar em detalhe encontros históricos entre europeus e africanos da Abissínia e da África do Sul, com testemunhos sobre práticas culturais e costumes nativos do Malabar e de Goa que, conhecidos embora por via indirecta, são únicos e insubstituíveis. A sua atenção benevolente para com as mulheres (nobres, da gente comum ou escravas) e com os *outros* (mourous, turcos, indianos, etc) mostra um espírito de tolerância e inclusão que chegou a suscitar a ira e mesmo a censura de leitores da época...

O poeta-pintor nasceu, não em 1533 mas sim, em 1525 ou 1526. Tal se sabe porque, como atestou recentemente Francisco Bilou⁴⁷, o casamento de seus pais D. Manuel Corte-Real, fidalgo da casa real, e a D. Brites de Mendonça, filha do 2.º visconde de Palacios de Valduerna e dama da casa da Rainha D. Catarina, ocorreu em 1522, o que, sendo ele o terceiro filho do casal, aponta a data de nascimento para o exacto ano em que nascia o poeta Luís de Camões – portanto, está prestes a decorrer o quinto centenário do nascimento de ambos, o que no caso do Corte-Real bem merece ser também assinalado e comemorado a preceito! Em 1558, é já referido, juntamente com seu amigo poeta D. Manuel de Portugal, da Casa dos Vimioso (e um amigo de Camões), no processo que levou aos cárceres da Inquisição um alegado astrólogo, o napolitano Ciprião de Aragona, que quatro anos antes, entre

⁴⁶ A(ntónio) F(rancisco) BARATA, *Subsidios para a biografia do Poeta Jeronymo Corte-Real (comemorando a vinda de S. M. El-Rei D. Carlos a Evora em 1899)*, Évora, Ed. Ferreira & Irmão e C.ª, s/d (1899); e Henrique FREIRE, *Jeronymo Corte-Real. Novos Subsidios para a sua Biografia*, Évora, Typographia Noticias d'Evora, 1900.

⁴⁷ A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, Parte II, maço 101, n.º 125; *apud* Francisco BILOU, *Jerónimo Corte-Real e a sua Quinta de Vale de Palma, em Évora*, in *Grada* (revista on-line), n.º 175, Bada-joz, Março de 2023.

outras perigosas ousadias de «*adivinhação*», se atrevera a prever a morte do Príncipe D. João, o pai do *Desejado*, e as futuras desgraças do Reino⁴⁸... Este Aragona, um quiromante «*que lia o movimento dos planetas*» e foi, por isso, perseguido pelo Santo Ofício, era homem dos círculos de Corte-Real, que também tratou abundantemente de vaticínios e profecias astrais na sua celebrada produção literária.

Sabemos que casou em 1561 com D. Luísa da Silva, dama da Rainha D. Catarina, filha de Jorge de Vasconcelos, senhor da ilha da Berlenga e armador e provedor-mor das armadas em Lisboa, e sobrinha do poeta João Rodrigues de Sá e de Meneses. Do seu casamento não houve descendência, mas teve, entretanto, uma filha, de nome Beatriz de Vasconcelos, fruto do seu relacionamento com Isabel de Vasconcelos⁴⁹, e cujos direitos procurou sempre defender em várias demandas. No mesmo ano de 1561, ingressa na Ordem de Cristo e recebe a Comenda de São Vicente da Beira⁵⁰. Viveu entre Lisboa e Évora, entre a corte e o campo, relacionando-se com poetas como António Ferreira, Pero de Andrade Caminha e Diogo Bernardes, e com pintores como o eborense Francisco João e o castelhano Fernão Gomes, sendo caso especialmente interessante o que diz respeito ao pintor de Filipe I de Portugal e seu amigo, «*pintor de bravo talento*», de quem apadrinhou uma filha em Fevereiro de 1579⁵¹. A presença de Fernão Gomes (1548-1612) em Évora por volta de 1587, quando o projecto de primeiro retábulo da igreja do Mosteiro cartuxo da *Scala Coeli* ali o trouxe, testemunha-se num desenho guardado na Biblioteca Pública, já que essa obra, como disse e escreveu o artista, «*não se fes...*», por certo pelo facto de haver desagradado dos monges pelo arrojo formal que o estudo deixa adivinhar⁵².

Este desenho de seu amigo Fernão Gomes, e o painel de Jerónimo Corte-Real que ainda existe em Santo Antão de Évora, no altar das Almas (repintado e carecido de restauro), parecem associar-se, de algum modo, ao espírito com que o poeta compôs o *Auto dos Quatro Novíssimos do Homem*, um poema realizado nos seus últimos anos eborenses e que, por circunstâncias não esclarecidas, só viria a

⁴⁸ A.N.T.T., *Tribunal do Santo Ofício – Inquisição de Lisboa*, processo n.º 12.126 (informação inédita de Francisco Bilou).

⁴⁹ Francisco Marques de SOUSA VITERBO, *Trabalhos Náuticos dos Portugueses nos séculos XV e XVI*, Lisboa, Academia das Ciências, 1898, p. 552.

⁵⁰ M(anuel) LOPES DE ALMEIDA, «Introdução» a *Obras de Jerónimo Corte-Real*, Porto, Lello & Irmão, 1979.

⁵¹ Vítor SERRÃO, «O pintor Fernão Gomes, entre Delft e Lisboa, 1548-1612. A influência do Maneirismo neerlandês na pintura portuguesa», *Actas do Congresso 'Ao Modo da Flandres'. Disponibilidade, Inovação e Mercado da Arte (1415-1580)*, coord. de Bernardo J. García García e Fernando Grilo, Fundación Carlos de Amberes, La Palma, pp. 221-230. Em 25 de Fevereiro de 1579 e 3 de Agosto de 1581, Jerónimo Corte-Real apadrinhou Maria e Antónia, filhas de Fernão Gomes e de sua mulher Luísa de Sousa, na igreja de Santa Catarina do Monte Sinai, em Lisboa (a mesma onde se haviam casado em 15 de Abril de 1577, apadrinhados por Lorenzo de Salzedo, pintor da Rainha D. Catarina).

⁵² IDEM, «Um desenho de Fernão Gomes para o Mosteiro da Scala Coeli de Évora», *Monumentos*, n.º 10, pp. 30-37.

ver a luz dos prelos na segunda metade do século XVIII⁵³. Esse grande painel *São Miguel e as Almas do Purgatório* foi pintado cerca de 1585, quando Corte-Real era juiz da Irmandade das Almas⁵⁴, sedeadas na igreja de Santo Antão, e remete para o citado *Auto*, cuja «*meditação das penas do Purgatório*» alude naturalmente ao papel do Arcanjo como figura de referência. O poeta-pintor conhecia também o modelo compositivo da belíssima gravura de Hieronymus Wierix saída Antuérpia, 1584 e criada a partir de uma *ideia* do humanista Benito Arias Montano⁵⁵, modelo esse que seguiu com fidelidade no seu painel e que nos dá uma imagem menos escatológica e mais humanista de São Miguel. Ademais, integrou as figuras de D. Leonor de Sá e de Manuel de Sousa, personagens do seu *Sepúlveda*, poema que então ultimava, no registo sofredor das Almas do Purgatório⁵⁶!

Acresce que Cunha Rivara, que em meados do século XIX, inventariou as pinturas dos extintos conventos de Évora, assinala outro quadro considerado de Jerónimo Corte-Real, um *São Miguel Arcanjo a combater o demónio* que viu no coro baixo do Convento de Santa Clara, mas esse quadro já não chegou aos nossos dias. E não é de esquecer que, por encomenda de Corte-Real enquanto Provedor da

⁵³ Sobre este auto, cf. Jorge de SENA, «Camões e os Maneiristas» (1961), in *Trinta Anos de Camões 1948-1978*, vol. I, Lisboa, Edições 70, p. 58; Luís FARDILHA, «O Auto dos Quatro Novíssimos do Homem de Jerónimo Corte Real», in *Revista da Faculdade de Letras do Porto*, 1998, 187-204; e Hélio J. S. ALVES, «O teatro de Jerónimo Corte-Real: um auto descoberto», in *Ponto. História do Teatro em Portugal*, revista com direcção de José Camões, n.º 1, Centro de Estudos de Teatro da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2023, pp. 9-24. O manuscrito só foi editado em Lisboa, em 1768, pelo impressor Luís Ameno. Trata-se de uma produção de Corte-Real destinada ao teatro devocional, como defende o último autor citado, e que, pela sua qualidade, merece «passar a fazer parte do *corpus* histórico dos solilóquios dramáticos da literatura portuguesa».

⁵⁴ Arquivo Distrital de Évora, *Cartório Notarial*, L.º 151 de *Notas do Tabelião Álvaro Ramalho*, fls. 41-42 v.º. Inédito.

⁵⁵ Sobre a gravura de 1584, cf. Silvaine HÄNDEL, *Benito Arias Montano. Humanismo y arte en España*, Universidad de Huelva, 1999. Sobre o quadro de Corte-Real em Santo Antão, o seu modelo viria a inspirar o operoso pintor eborense José de Escovar em duas modestas versões: o fresco do mosteiro de Santa Clara de Évora (c. 1590) e a tábua do altar das Almas da igreja de Vila Nova da Baronia do Alvito (1603).

⁵⁶ O painel do altar das Almas, desde sempre elogiado (caso de Diogo Barbosa Machado e de Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, por exemplo), inclui entre as chamadas figuras evocativas de Leonor de Sá e de Manuel de Sousa de Sepúlveda, heróis do seu poema. A descrição poética de D. Leonor de Sá, heroína trágica do *Sepúlveda*, acentua a «*suma perfeição, suma beleza*» da infeliz naufraga e é comparada com as obras de Zeuxis, Praxiteles e Fídias: «...*A branca cor do rosto acompanhada / De uma cor natural honesta e pura, / E a cabeça de crespo ouro coberta, / Lembrança do mais alto céu faziam. / Praxiteles nem Fídias não lavraram / De branquíssimo mármore igual corpo; / Nem aquele, que Zeuxis entre tantas / Fermosuras deixou por mais perfeito, / Não se igualava a este, antes ficava / Abatido, e julgado em pouco preço*»... Entre os «*olhos regados pela força do desejo*» de Leonor, o «*atalho de desventuras*» e o «*Amor por galardão de tanto amar-vos*» do poema a Manuel de Sousa, reflecte-se a inquietação de um tempo de desesperanças, em que, todavia, Pintura e Poesia atingiam altos cumes e andavam de mãos dadas: «*Quem pode (sem perder-se) louvar cousa / Onde não chega humano entendimento?*», diz o Corte-Real...

Misericórdia, Francisco João pintou para um dos altares colaterais dessa igreja, em 1585-86, um interessante e ainda existente *São Miguel e as Almas*, quadro esse com detalhados fundos referenciando o cortejo dos justos, a condenação dos danados e a meditação das almas do Purgatório, ou seja, mais uma representação artística concebida, com grande probabilidade, por influência do *Auto dos Novíssimos do Homem*. A personagem bíblica do *Arcanjo São Miguel* tem, pois, uma presença bastante visível na poesia e na pintura de Corte-Real, ou na que foi realizada sob sua influência nestes seus anos derradeiros de existência⁵⁷.

Entre 1581 e 1588, Corte-Real viveu intensamente na cidade de Évora, onde, além de assumir o cargo de juiz da Irmandade das Almas do Purgatório, como se disse, em 1585, foi Provedor da Santa Casa da Misericórdia, em 1586-1587. Abunda documentação, *grosso modo* inédita, sob a sua acção à frente destas duas instituições⁵⁸. Morreria em 16 de Novembro de 1588, ou nas suas casas no Terreiro de D. Brás, junto ao mosteiro da Graça, ou na sua quinta de Vale de Palma, em Santa Maria de Machede, nos arredores da cidade.

O solar de Vale de Palma, hoje integrado na Herdade do Paço Saraiva, é um interessantíssimo paço quinhentista, merecedor de reabilitação. Apenas mereceu a Túlio Espanca uma cuidada descrição, em 1957⁵⁹, onde destacou a primitiva portada do cunhal poente, a fachada com vestígios da torre e antiga *loggia*, protegida por botaréus graníticos, bem como as salas do piso térreo com abóbadas de cruzaria de ogivas, e «*uma interessante janela de lóbulos trilobada, gótica e de reminiscências mudéjares*». Mais nos diz que «*a silhueta do paço, apesar das mutilações hodiernas e do andar superior, na quase totalidade refeito, oferece certa nobreza e imponência, visto sobretudo do lado meridional*». O corpo solarengo resistiu ao tempo, com muitas alterações (no século XVII, tempo de tutela dos Silva Tello de Meneses, senhores de Aveiras e de Vagos⁶⁰) mas mantendo tais valências artísticas.

⁵⁷ A importância do quadro do altar das Almas de Santo Antão (infelizmente repintado) é, por todas estas razões, imensa. Espera-se que, junto do Laboratório Hércules da Universidade de Évora, possa ser concretizado o seu restauro e estudo laboratorial, o que, na altura em que se aproxima a efeméride do 3.º centenário do nascimento do poeta, nascido em 1525-26, seria duplamente relevante.

⁵⁸ A documentação da Santa Casa, guardada no A.D.E., regista encomendas feita nos anos 1585-1587 ao prestigiado mestre local Francisco João, autor de dois retábulos para os altares colaterais da igreja (que chegaram até hoje, pois foram deslocados em 1713 para a Ermida de São Sebastião). O *São Miguel Arcanjo* de Francisco João de um destes altares volta a mostrar a influência ideológica do *Auto dos Novíssimos* no detalhado fundo com as almas sujeitas ao julgamento derradeiro. Quanto à Música, foi aposta inequívoca de Corte-Real como provedor: registam-se pagas a cantores, um tenor, um contrabaixo, um mestre de capela, noites musicais na igreja, além de despesas com ourives, pedreiros e outros artistas. Eis um microcosmos cultural a reconstituir à sombra do famoso poeta, que concluía então em Vale de Palma a sua obra-prima, o poema épico-trágico sobre *Sepulveda e Lianor*...

⁵⁹ Túlio ESPANCA, *Património Artístico do Concelho de Évora. Arrolamento das Freguesias Rurais*, Câmara Municipal de Évora, 1957, p. 168.

⁶⁰ São estes, segundo informações documentais fornecidas por Mafalda de Noronha Wagner, a quem agradecemos, os mesmos Tello de Menezes da Capela das Almas do Convento de São Francisco de Santarém. D. Margarida de Menezes, filha de D. João Tello de Menezes, 1.º Senhor de

Esta espécie de *locus amoenus* do Renascimento, onde Corte-Real escreveu o poema *Naufragio e Lastimoso Sucesso da Perdição de Manuel de Sousa Sepúlveda*... (que saiu póstumo em 1594 por iniciativa de seu genro António de Sousa), pertencia em 1449 a Martim Afonso de Melo, mas um o privilégio de posse de 1511 regista que era de Vasco Anes Corte-Real, membro do Conselho de D. Manuel, capitão da ilha Terceira e de S. Jorge e alcaide-mor da vila de Tavira. Em 1539, Jerónimo Corte-Real, tio homónimo do poeta, regista-o então com seu «*assento de casas, pomar e soveral*», num instrumento em que mais ficamos a saber que a herdade fazia serventia com outra «*que foi de Garcia de Resende*». Assinala-se, ademais, a presença dos mestres pedreiros Diogo Vaz e Fernão d'Eanes, quase de certeza ocupados então nas grandes obras gótico-mudéjares que então decorriam no solar⁶¹. Esse gosto mudéjar, ainda bem implantado em Évora (em São Francisco e no Espinheiro, por exemplo), atesta-se nas abóbadas de cruzaria, na decoração das mísulas e no recorte das janelas, onde já se insinuam soluções renascentistas, valências que o tempo poupou e merecem ser revalorizadas. Em 1573, apura-se que o poeta tomou posse efectiva da propriedade⁶².

Pintor de talento, a crer nos elogios dos contemporâneos, o Corte-Real foi também, como observou Aude Plagnard⁶³, um dos pioneiros na Península Ibérica, se não na Europa, a conjugar narrativas originais em verso com pinturas suas em volumes individuais manuscritos e impressos. Poemas como o *Sucesso do Segundo Cerco de Diu* e a *Espantosa, y felicissima vitoria cõcedida del cielo al señor Don Iuan d'Austria en el golfo de Lepanto*⁶⁴ foram apresentados junto de Filipe II e de D. Sebastião, para verem as publicações aprovadas, em códices manuscritos com excelentes iluminuras da sua autoria. Essas iluminuras de 1567, no caso do pri-

Aveiras (um dos cinco Governadores do Reino à morte do Cardeal-Rei D. Henrique, e contrário à candidatura de Filipe II), sucedeu na Casa de seu pai como 2.^a Senhora de Aveiras após a morte de seus quatro irmãos em Alcácer-Quibir, vindo a casar com o Regedor Diogo da Silva, 8.^o Senhor de Vagos, Regedor da Justiça da Casa da Suplicação, Alcaide-mor de Montemor-o-Velho e de Lagos. Por este casamento juntaram-se as Casas de Vagos e de Aveiras, a cujo património o Monte de Vale de Palma doravante pertenceu.

⁶¹ Francisco BILOU, *Jerónimo Corte-Real e a sua Quinta de Vale de Palma, em Évora*, in *Grada* (revista on-line), n.º 175, Badajoz, Março de 2023.

⁶² A.D.E., *Cartório Notarial de Évora, Notas do Tabelião Álvaro Ramalho*, L.º 113, fl. 106 v.º-109. Inédito.

⁶³ Aude PLAGNARD, «Épica e imagen: un análisis socio-poético de los manuscritos de Jerónimo Corte-Real (ca. 1569 y 1575)», in *Hipógrifo. Revista de literatura y cultura del Siglo de Oro*, vol. 5, n.º 2, 2017, pp. 215-239; IDEM, «La Felicísima Victoria de Jerónimo Corte-Real. Lepanto en la encrucijada de España y Portugal», in *El Canto de Calíope. Recepción y canon de la época culta española*, ed. de José Lara Garrido e Raúl Diaz Rosales, Málaga, Anejos de la Anaclea Malacitana, n.º 87; IDEM, «Geografías Épicas nas obras de Jerónimo Corte-Real, Alonso de Ercilla e Luís de Camões», in *Veredas*, n.º 23, Santiago de Compostela, 2015, pp. 9-25.

⁶⁴ O códice manuscrito deste poema (publicado em Lisboa três anos volvidos) existe na Biblioteca Nacional de Madrid, cód. 3.693, mas foi infelizmente mutilado em data incerta, pois as iluminuras foram arrancadas e o seu paradeiro actual é-nos desconhecido (Hélio ALVES, *op. cit.*, 1998, LV).

meiro, e de 1575, no caso do segundo, revelam fina qualidade de desenho, de cromatismo e, mais!, uma sábia articulação com a poesia que visa ilustrar. O mesmo sucederia com as iluminuras da *Espantosa, y felicissima vitoria...*, caso não tivessem desaparecido com a mutilação do códice, mas restam as belas capitais, bem como a caligrafia, próximas do que se conhece dos repertórios do poeta-pintor. Neste caso, as gravuras que ilustram a edição de 1578, assinadas com um monograma que presumimos seja de «*Jerónimo, pintor, filho do senhor de Mafra*», e quase de certeza inspiradas nas iluminuras desaparecidas⁶⁵, permitem constatar que também neste caso ocorreu o mesmo processo de conluir texto poético e imagiologia num único e coerente cenário narrativo já bem assinalado por Aude Plagnard no *códice Cadaval 31* do A.N.T.T.⁶⁶.

As fontes estéticas de Corte-Real remetem, longinquamente, para Giulio Clovio, o iluminador favorito de Francisco de Holanda e, sobretudo para o muito referido António Fernandes (e, talvez ainda, para Giraldo de Prado). Seguiu fontes e modelos ítalo-flamengos, como Fernandes, mas com atenção maior ao rafaelismo (veja-se, por exemplo, a iluminura do Canto III de *Sucessos do Segundo Cerco de Diu*, que toma modelo nas belas cariátides de Rafael Sanzio e sua «escola» na *Stanza della Segnatura* e na *Stanza di Heliodoro*, figuras femininas *all'antico* com idealizada *grazia* clássica, à época tomadas também pelo célebre pintor Campelo na *Adoração dos Pastores* do Museu de Torres Novas⁶⁷. Noutra iluminura do mesmo códice *Cadaval 31*, uma figura de cativa turca junto a despojos de guerra remete, como bem observou Hélio Alves, para uma figura que Ticiano pintou em 1573 numa tela enviada a Felipe II. O *aggiornamento* artístico do poeta-pintor é evidente. Essa linha de informação artística sente-se nas três iluminuras do *Códice de Vila Viçosa* que aqui estudamos. O poeta de *Sepúlveda*, que viveu uma época

⁶⁵ Sobre *D. António, Senhor de Mafra*, entendido em timbres heráldicos, seu filho «*D. Jerónimo, Pintor*», ligado à Casa de Mafra e aos Vasconcelos, Condes de Penela, e *Jerónimo Luís, gravador*, todos eles ligados ao Corte-Real, são ainda muitas as sombras de conhecimento. Será que aquele misterioso personagem se pode identificar com o Jerónimo Luís que assina o frontispício da edição de *Segundo Cerco de Diu* (Lisboa, 1574): «*Jeróni(mo) luis me f(ecit)*»? O mesmo estilo ressurgiu na portada e ilustrações da obra *Historia de la Provincia sãcta Cruz a que vulgarmête chamamos Brasil* de Pedro Magalhães Gândavo (Lisboa, 1576) onde, como bem notou Aude Plagnard, as iniciais «*j. l.*» surgem à esquerda, em baixo, na ilustração da portada, confirmando a presunção de autoria. Após Alcácer, este Jerónimo Luís não dá mais sinal de existência.

⁶⁶ Aude PLAGNARD, «Épica e imagem: un análisis socio-poético de los manuscritos de Jerónimo Corte-Real (ca. 1569 y 1575)», cit., pp. 215-239. Também em Manuel J. GANDRA, *Emblemas. Divisas Lusitânicas*, Mafra, 2023, p. 71, é observado como esse sentido dual da imagem régia se cruza, acentuando o providencialismo do príncipe fadado para grandes conquistas: uma espécie de *Novo Artur*, tal como surge nas iluminuras do Canto XXI do códice do *Segundo Cerco de Diu* (c. 1567), e aparecerá, também, no *Memorial das Proezas da Segunda Távora Redonda (1567)* de Jorge Ferreira de Vasconcelos.

⁶⁷ Veja-se a edição fac-similada de *Jerónimo Corte-Real – Sucesso do Segundo Cerco de Diu*, Lisboa, Edições Inapa, 1991, com introdução de Martim de ALBUQUERQUE, iluminura que abre o Canto III, em que o Capitão de Diu D. João Mascarenhas manda espias para saber novas do cerco que se aproximava.

especialmente conturbada no campo socio-político mas em que a liberdade de criação foi, apesar de tudo, estimulada pelas adversas circunstâncias⁶⁸, conhecia o sentido do capricho da *Bella Maniera* italiana e o requinte das cenografias e poses alteadas, que usa por vezes com exagero formal, num receituário pessoal a que aliou um convincente domínio do cromatismo solto e em mancha – aspectos, aliás, bastante emulados na sua própria poesia.

É preciso, doravante, *ver tudo em conjunto* no que a Jerónimo Corte-Real diz respeito: a pintura a óleo, as iluminuras, as *grisalhas*, a caligrafia, a prosa e a poesia lírica e épica. Urge ligar pontes e reconstituir na sombra portuguesa das censuras tridentinas o sopro de liberdades criadoras que, apesar de tudo, resistiam e faziam valer a sua originalidade.

4. Conclusões possíveis.

A presença do códice das *Sentenças para a Ensinança de D. Sebastião* no arquivo Cadaval, juntamente com o códice iluminado do *Segundo Cerco de Diu...* (dedicado a D. Sebastião), e a afirmação de Martinho da Fonseca, em 1915, de que estas eram as duas maiores preciosidades catalogadas nesse acervo, reforça o que se sabe sobre a forte relação de Jerónimo Corte-Real com a casa do *Desejado* e a hipótese avançada de ter colaborado, em 1554-1555, na factura do *códice de Vila Viçosa*. Ambos mostram afinidades intrínsecas entre si: caligrafia, molduras, cartelas, tipos de anjos, matizes de cor, formas arquitectónicas, receitas de figura e ornato.

Em 1577, por exemplo, sabemos que o poeta-pintor, estante em Lisboa, trabalhava amiúde para os círculos régios. É provável que tenha pintado nesse ano um pequeno retrato com a efigie do monarca, que seguiu para Florença aquando da malograda tentativa de casamento com Leonor de Médicis, filha do Grão-Duque da Toscana, e que está hoje no Museu dos Uffizi, ainda que a hipótese autoral careça de maiores investigações, dado o enigma que a assinatura ainda apresenta⁶⁹.

⁶⁸ Dagoberto L. MARKL, «Crítica social e submissão na produção cultural do tempo de Camões», *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, III série, n.º 86, tomo 1.º, 1980.

⁶⁹ A miniatura dos Uffizi (9 cm de diâmetro, têmpera sobre cartão), representa D. Sebastião (1554-1578) em “tondo”, com gola encanudada e belo arnês, foi pintada “ao natural” em 1577 por artista da esfera régia. Além da inscrição SEBASTIANVS I. LVSTANOR REX AETAT. SVAE. XXIII, a ostenta à direita, em baixo, o registo autoral: D. IR.º. D.M.F. A assinatura, até agora, não foi identificável por nenhum dos autores que referiram a peça (Bernardo da Gama Lobo Xavier, Annemarie Jordan, Pedro Flor, entre outros). A miniatura chegou em 1577 a Florença por mão do embaixador português de então, casado com uma irmã de Jerónimo Corte-Real, e serviu de base para o retrato de D. Sebastião, também nos Uffizi, pintado por Cristofano del Altissimo, aquando das negociações para o falhado casamento do *Desejado* com a filha do Grão-Duque. Cremos que a enigmática assinatura se possa interpretar assim: “*D(ono) Ieronimus De Me Fecit*” (“*Oferta de Dom de Jerónimo, (que) fez este retrato de minha pessoa*”). Ou seja, tratar-se-á de miniatura da autoria de Jerónimo Corte-Real? Não é de descuar, todavia, que seja trabalho de “*D. Jerónimo Pintor, filho do senhor de Mafra*”, o mesmo que passou a gravura os desenhos de Corte-Real para

Corte-Real assumiu funções de conselheiro artístico do monarca, a quem, por isso mesmo, viria a escrever um poema épico-trágico (que se julgava desaparecido e foi recém-descoberto na Biblioteca da Ajuda) sobre a malograda *Jornada de África*⁷⁰. É Alexandre Herculano quem nos informa que o monarca o encarregou de desenhar, juntamente com D. João de Mafra e quiçá com o filho deste, D. Jerónimo, o timbre das armas reais com que o *Desejado* seguiu para a trágica batalha. No documento em causa, chamado *Aspecto de Lisboa ... ao ajunctar-se e partir a armada para a jornada d'Alcacer-Quibir*⁷¹, lê-se que foi «*encomendado a Jerónimo Corte-Real e a D. João de Mafra e a outro fidalgo, que não soube o nome, que inventassem o que poria el-rei no timbre de suas armas novas, com que nesta jornada havia de sair. Accordaram que possesse abaixo das armas reaes dois piramides ao modo de columnas, e de um destes ao outro possessem umas letras que dissessem: – Amor, Fé, Amor*».

As relações do poeta-pintor com a corte sebástica foram sempre muito fortes. O rei *Desejado* estimava-o. Além de ter retratado o malogrado rei por três ocasiões, pelo menos, dedicou o último canto do poema *Sucessos do Segundo Cerco de Diu* (canto 21.º) à «*profecia do nascimento do invictissimo Rey Dõ Sebastião*» e, mais, «*declaralhe algumas cousas q. ainda estão por vir*». E, depois da tragédia de Alcácer Quibir e dos traumas da crise dinástica, com a subsequente violenta guerra civil, cujos excessos denunciou⁷², ainda escreveu o longo poema *La Lamentable perdida del rey don Sebastián y del reino de Portugal*, onde tanto lamenta o desaparecimento do rei. O facto de em 1558 aparecer citado, junto ao seu amigo poeta D. Manuel de Portugal, no processo do Santo Ofício que reprimiu um astrónomo napolitano que profetizara a morte do Príncipe D. João, quatro anos antes, e os infortúnios que se seguiriam para o Reino de Portugal, mostra mais uma vez os círculos intelectuais em que ele se movia, atento às boas sinas, aos signos e às pro-

a edição de *Diu* em 1574 (o frontispício está assinado *I.º P. M.*), e que acompanhou o rei na jornada de Alcácer Quibir, onde (diz Raczyński em 1847) teria falecido; segundo informação ainda inédita de Luís Filipe Sousa, «*Jeronimo Pintor, filho do senhor de Mafra*» lá ficou cativo, e assim surge registado em certa listagem do A.N.T.T. que será oportunamente publicada.

⁷⁰ José Miguel MARTÍNEZ TORREJÓN, «'La Lamentable perdida del rey don Sebastián y del reino de Portugal' de Jerónimo Corte-Real», in *Colóquio/Letras*, n.º 201, Maio-Agosto de 2019, pp. 73-146.

⁷¹ Alexandre HERCULANO, *Opúsculos*, vol. 6, 1873 (Lisboa, Bertrand, vol. 2, 6.ª edição, p. 106).

⁷² Numa carta de 31 de Janeiro de 1582 a Gabriel de Zayas, secretário de Filipe II, Corte-Real diz o seguinte: «*Lisboa está del todo estragada e tão destruida que se Sua Magestad con sua real presença e clemencia costumada a não favorece, vejolhe o remedio dillatado ou de todo duvidoso, porque a gente volgar esta chea de escandalo por estarem ainda correndo sangue as chagas e dores passadas, assi de mortes de maridos, molheres e meninos, como das perdas e roubos das fazendas, que se estimão (só no burgo de Lisboa) em cinco contos douro*» (Archivo General de Simancas, Estado 426, s/n.º fls. Citado por Fernando BOUZA ÁLVARES, *Portugal no Tempo dos Filipes. Política, Cultura, Representações (1580-1668)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000, p. 176.

fecias astrais, temas próprios de alguém que estivera de algum modo ligado à educação do herdeiro da Coroa.

Que estranheza haveria, face a tudo isto, que já em 1554, estando Jerónimo Corte-Real perto dos trinta anos, o humanista André Rodrigues de Évora o chamasse a fim de caligrafar o códice das *Sentenças* e de colaborar (com António Fernandes) na sua iluminação, tal como o correctíssimo desenho das letras e os estilemas de três das iluminuras indicam?

Mostra-se, ainda, a consideração de que Corte-Real gozava nos círculos oficiais sebásticos como desenhador, iluminador, heraldista, miniaturista e pintor. O ensaio que preparamos sobre este poeta do tempo de Camões e sobre o seu amigo pintor Fernão Gomes, com quem tanto se relacionou, permitirá desenhar melhor os contornos culturais de um *tempo português* que só por equívoco tem sido visto como de decadência.

Agradecimentos

O autor manifesta a sua gratidão a Hélio J. S. Alves, Jaelson Bitran Trindade, João Ruas, Mafalda Noronha Wagner, Maria José Redondo Cantera, Sónia Duarte e Sylvie Deswarte-Rosa pela leitura atenta do texto original. A António Candeias, Artur Goulart, Carlos Moura, Delmira Espada Custódio, Fernando A. Baptista Pereira, Fernando Bouza Álvares, Fernando Grilo, Francisco Bilou, Isabel Almeida, João Goulart de Bettencourt, José Alberto Gomes Machado, José Meco, Juan Gil, Luís Filipe Sousa, Manuel Branco, Manuel J. Gandra, Maurício Cunha, Paulo Lima, Ricardo Freixial, Rui Loureiro, Tânia Postiço, Tiago Salgueiro, Vanessa Henriques Antunes e Virgolino Ferreira Jorge, uma palavra pelo apoio dado a esta investigação (que está em curso) sobre o *tempo cultural* de, entre outros, Jerónimo Corte-Real e Fernão Gomes.

Um agradecimento institucional é devido, pelas facilidades de pesquisa, a Maria de Jesus Monge, a Carlos Saramago e à Fundação da Casa de Bragança, e a Jorge Janeiro e à equipa do Arquivo Distrital de Évora. A Tiago Salgueiro, Inês Borrões, Licínio Lampreia e à Câmara Municipal de Vila Viçosa, e a Ana Paula Amendoeira, Ana Borges e à Direcção Regional de Cultura do Alentejo, também se impõe uma palavra de reconhecimento pelo seu apoio.



1. Jerónimo Corte Real (atr.), frontispício iluminado do códice *Sentenças para a Ensinança do Príncipe D. Sebastião*. 1554-1555. Biblioteca de D. Manuel II do Palácio de Vila Viçosa.

***As Sentenças para a Ensinança e Doutrina do Príncipe D. Sebastião (1554-1555):
Contributos para o seu estudo histórico-artístico***



2. Jerónimo Corte-Real (atr.), fl. 1 do Livro das Sentenças para a Ensinança de D. Sebastião. 1554-1555. Vila Viçosa, Biblioteca de D. Manuel II do Palácio Ducal.



3. Jerónimo Corte-Real, fl. de abertura do *Livro das Sentenças para a Ensinança de D. Sebastião*. 1554-1555. Vila Viçosa, Biblioteca de D. Manuel II do Palácio Ducal.
4. Jerónimo Corte-Real, iluminura do Canto IV de *Sucessos do Segundo Cerco de Diu*. A.N.T.T., *Códice Cadaval* 31.



5. António Fernandes, fl. 53 do *Livro das Sentenças para a Ensinança de D. Sebastião*. 1554-1555.
Vila Viçosa, Biblioteca de D. Manuel II do Palácio Ducal.



6. Jerónimo Corte-Real (atr.), anjo, pormenor do fl. 52 v.º do *Livro das Sentenças para a Ensinança de D. Sebastião*. 1553-1554. Vila Viçosa, Biblioteca de D. Manuel II do Palácio Ducal.

7. Jerónimo Corte-Real, fôlio iluminado do poema *Segundo Cerco de Diu*, c. 1567. A.N.T.T., Códice Cadaval 31.



8. Jerónimo Corte-Real, fôlio iluminado do poema *Segundo Cerco de Diu*, c. 1567. A.N.T.T.,
Códice Cadaval 31.



9. Jerónimo Corte-Real, fôlio iluminado do poema *Segundo Cerco de Diu*, c. 1567. A.N.T.T., *Códice Cadaval* 31.



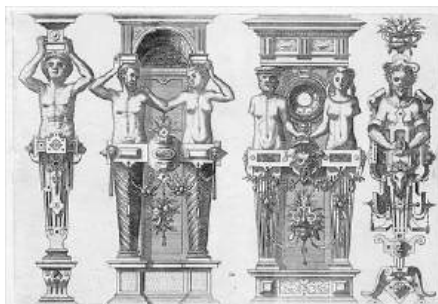
10. Jerónimo Corte-Real, *São Miguel e as Almas do Purgatório*. C.^a 1585. Évora, igreja de Santo Antão.
Altar das Almas do Purgatório.



11. *São Miguel Arcanjo*, gravura de Hieronymus Wierix, Antuérpia, 1584.

12. Frontispício do *Auto dos Quatro Novíssimos* (Lisboa, 1768).

13. José de Escovar, *São Miguel e as Almas do Purgatório*. 1603. Igreja de Vila Nova da Baronia do Alvito.



14. Cariátides, pormenor de desenho, de seguidor de Perino del Vaga, que se atribui a Campelo (col. particular).

15. Página do *Caryatidum sive Athlantidum multiformium ad quemlibet Architecturae ordinem accommodatum Cent. I*, de Hans Vredeman de Vries (Antuérpia, 1565) com gravuras de Gerard de Jode.

16. Jerónimo Corte Real, pormenor da iluminura que abre o Canto III do código *Sucessos do Segundo Cerco de Diu*, c. 1567 (Código Cadaval 31, Arquivos Nacionais / Torre do Tombo).



17. Fernão Gomes, estudo para o retábulo, não realizado, do mosteiro da Scala Coeli, cartuxa de Évora.
C.^a 1587. Biblioteca Pública de Évora.



18. Jerónimo Corte-Real, pormenor do *São Miguel e as Almas do Purgatório*, c.^a 1585, com a presumida figura de Leonor de Sá, a heroína de *Sepúlveda*. Évora, igreja de Santo Antão.

A linha férrea que não teve carris para andar: Vila Viçosa-Elvas¹

Joaquim Saial

No dia 7 de Junho de 2017, o Governo português lançava concurso público para aquisição dos primeiros materiais destinados à construção da muito ambicionada via-férrea que ligará Évora a Elvas: agulhas, cróssimas, alavancas para comando de agulhas e outros dispositivos para mudança de vias. A 30 de Abril do ano seguinte, foi a vez do concurso de empreitada do subtroço da linha de Évora entre o Alandroal e a linha do Leste, no seguimento das relativas aos subtroços Évora Norte-Freixo e Freixo-Alandroal. Como se diz em documentação das Infraestruturas de Portugal, “Este troço integrará o Corredor Internacional Sul, cuja concretização se reveste de extrema importância na ligação dos portos do Sul do País e da rede ferroviária nacional a Espanha, nomeadamente na ligação a Badajoz, potenciando e aumentando a capacidade exportadora de mercadorias do país”².

Ora este desejo de prolongamento era bem antigo, sendo que por exemplo já em 25 de Fevereiro de 1902 a questão era discutida na Câmara dos Pares, entre o general Sebastião de Sousa Dantas Baracho e o ministro das Obras Públicas, Manuel Francisco de Vargas³. Dizia Baracho que lera em vários jornais notícias que se referiam à extensão do caminho-de-ferro de Estremoz a Vila Viçosa (com que muito concordava) mas que discordava frontalmente se esse prolongamento também se viesse a estender até Elvas. E dizia porquê. É que o prolongamento além de Vila Viçosa fora muito discutido na comissão superior de guerra. A comissão da outra câmara, em 1899, também apreciara o assunto sob o ponto de vista

¹ Este texto foi escrito para a revista da Casa do Alentejo (Lisboa), mas devido a problemas relacionados com a pandemia de covid-19 não foi publicado até ao momento (Julho.2023), nem se prevê a sua saída para breve. Dado o interesse do mesmo para Vila Viçosa, surge então inédito na presente Callipole – o que não impede a publicação na revista anteriormente citada, quando tal for possível.

² Documento “Corredor Internacional Sul”.

³ Engenheiro, empresário e político (Mértola, 1849 - ?, 1921).

militar. Tinha havido diversidade de opiniões mas ele, sendo dos que mais combateram essa ampliação, encarando-a sob o ponto de vista estratégico, felicitava-se por observar que o seu juízo conseguira obter maioria. Via com prazer que o ministro nenhuma deliberação tinha tomado a tal respeito e pedia-lhe que ponderasse o assunto e não consentisse “o prolongamento da linha férrea de Vila Viçosa a Elvas, visto que seria enormemente prejudicial à defesa de Portugal [pois] o prolongamento até Elvas seria uma *linha de invasão do País*”⁴...

Na sessão da Câmara dos Deputados de 23 de Janeiro de 1912⁵, no âmbito da leitura e discussão na generalidade do projecto de lei relativo à construção e exploração dos caminhos-de-ferro do Alto Minho, ainda se falava dos troços Barreiro-Cacilhas, Seixal e Sesimbra, Linha do Sado, Mora a Ponte de Sor, *Vila Viçosa a Elvas*, Portimão a Lagos, além das linhas de Serpa ou Pias ao Pomarão e do Baixo Alentejo. E a 18 de Junho de 1913, na sessão do Senado, Abílio Baeta das Neves Barreto⁶ dizia que a Associação Comercial de Elvas pedia o estabelecimento de uma carreira de automóveis entre Elvas e Borba, para assegurar o serviço do correio visto que nunca mais se construía “como seria justo, a linha férrea destinada a unir aquelas povoações”⁷.

É pois esta uma história longa, com muitos avanços e retrocessos, que temos vindo a estudar – o que nos permitiu descobrir vasto fundo documental de que destacamos curioso caderno de seis páginas pautadas de 25 linhas que adquirimos em alfarrabista lisboeta e abaixo transcrevemos na íntegra⁸. Manuscrito e com o selo branco da Câmara Municipal de Vila Viçosa, é cópia de representação da Comissão Administrativa do Concelho dirigida em Janeiro de 1912 ao ministro do Fomento, pedindo-lhe para manter a estação de Vila Viçosa no eixo Évora-Elvas – o que acabaria por não acontecer, até hoje. A versão Évora-Elvas que neste primeiro quartel de século XXI se cria, passará, segundo parece, no concelho de Vila Viçosa mas longe da sua sede urbana, pelas freguesias rurais de Bencatel e Cilandas⁹. E a centenária estação, pelos vistos, continuará como Museu Agrícola e Etnográfico, depois de já o ter sido do mármore e de chegadas e partidas de comboios.

⁴ “Gazeta dos Caminhos de Ferro”, n.º 341, de 1 de Março de 1902, p. 14.

⁵ Ver “Diário da Câmara dos Deputados”, 39.ª sessão, deste dia, p. 10.

⁶ Médico militar (Castanheira de Pêra, Leiria, 1859 – idem, 1942).

⁷ Ver “Diário do Senado”, 132.ª sessão ordinária do 3.º período da 1.ª legislatura, desse dia, p. 3.

⁸ O documento será oferecido (em última análise, devolvido) pelo autor ao Arquivo Municipal de Vila Viçosa, no dia em que a actual revista for lançada.

⁹ Veja-se o documento da Infraestruturas de Portugal designado: “Corredor internacional Sul – Nova ligação ferroviária entre Évora Norte e Elvas/Caia – Projecto de Execução – Volume 17 – Estudo de Impacte Ambiental – Tomo 17.1 – Resumo não técnico”.

A linha férrea que não teve carris para andar: Vila Viçosa-Elvas

Página 1 do doc.¹⁰

Serviço da República

N.º 17

Em conformidade com o deliberado por esta Comissão Municipal, tenho a honra de enviar a V. Ex.^a a inclusa cópia da representação dirigida ao Exmo. Ministro do Fomento¹¹, sobre o prolongamento da linha férrea desta vila a Elvas, rogando a V. Ex.^a que proteja os interesses dos povos d'esta região, fazendo com que, para o dito prolongamento, seja aproveitado o primeiro estudo feito.

Saude e Fraternidade¹²

Vila Viçosa 22 de Janeiro de 1912

Exmº. Sr. Senador Joaquim Pedro Martins¹³

No impdto. do Presidente e Vice-Presidente da Câmara

Manuel Fernandes Branco

Página 2 do documento: em branco

Página 3 do documento

= Cópia =

Excelentissimo Senhor Ministro do Fomento – Há tempo procedeu-se ao estudo do prolongamento da linha férrea desta Vila a Elvas, passando entre esta mesma Vila e a do Alandroal, proximo da aldeia de Pardais, aproximando-se tambem da vila de Juromenha. Agora novo traçado se está estudando, mas a partir da estação de Borba directamente a Elvas. – Se cumpre a esta comissão municipal acatar as determinações dos poderes superiores, cumpre-lhe tambem zelar pelos interesses dos seus municípios e trabalhar para o engrandecimento e prosperidade do concelho, cuja administração lhe está confiada. Com o devido respeito e no cumprimento de tal dever, vem, pois, a comissão administrativa do Concelho de Vila Viçosa, em nome dos seus municípios, representar a V. Ex.^a quais as vantagens para os povos desta

¹⁰ Nesta transcrição seguiu-se a ortografia exacta do documento. Daí, a falta de alguns acentos ou aparição de outros, hoje em desuso em certas palavras, bem como discrepâncias derivadas da escrita da época.

¹¹ Tratava-se do médico José Estêvão Pais Brosselard de Vasconcelos (Olhão, 1868 - Lisboa, 1917) que exerceu o cargo no governo de João Chagas, entre 12 de Novembro de 1911 e 16 de Junho de 1912.

¹² Típica saudação republicana, em uso nestes primeiros tempos do novo regime.

¹³ Tratava-se de um alentejano, o professor de Direito (Universidade de Coimbra e de Lisboa) Joaquim Pedro Martins (Sousel, Casa Branca, 1875 - Lisboa, 1939). Foi deputado, senador e ministro da Instrução Pública e dos Negócios Estrangeiros.

região em ser aproveitado o primeiro estudo feito – A região de que fazem parte os três concelhos – Vila Viçosa, Alandroal e Redondo, é uma região essencialmente agrícola, sendo a sua principal produção cereais, legumes, azeite e lãs¹⁴, que exporta em grande quantidade, assim como correlativamente importa em grande quantidade também adubos químicos. O prolongamento da linha pelo primeiro traçado, pondo em mais fácil comunicação os referidos concelhos com os principais centros comerciais do País e com Espanha, mais facilita também a colocação dos seus produtos, acrescendo ainda a economia nos transportes, tanto na exportação como na importação, resultando de tudo isto vantagens incalculáveis, não só para a classe agrícola, mas para todas as classes e em especial para a dos jornaleiros empregados no trabalho rural, cuja melhoria de situação, tão desejada por todos, depende do aumento de lucros que a terra possa dar aos proprietários, a maior parte dos quais gasta esses lucros na conservação e desenvolvimento dos seus prédios, com proveitosos resultados para as referidas classes. – São estas, Exm^o, Sr., além de outras, que, para não ser prolixa, a comissão abaixo assinada se abstém de enumerar, as razões que obriguem a mesma comissão a dirigir respeitosamente a V. Ex.^a esta representação, confiada em que V. Ex.^a a atenderá, ordenando que, para o prolongamento da linha férrea desta vila a Elvas, seja aproveitado o primeiro estudo e que é o que mais interessa a esta região. – Saude e Fraternidade – Vila Viçosa dezoito de Janeiro de mil novecentos e dôze – A Comissão Administrativa do Concelho (assinados) Salvador L. Torrinha¹⁵ – Manuel Fernandes Branco – Augusto Cesar Paiva Monteiro¹⁶ – Francisco Antonio dos Santos – Serafim de Jesus Silveira¹⁷.

Está conforme – Vila Viçosa 22 de janeiro de 1912

O Secretário

Joaquim José Amaro¹⁸

Páginas 4, 5 e 6 do documento: em branco

¹⁴ De notar, a inexistência de referência à indústria de mármore que anos depois tomou o principal lugar nas actividades produtivas da região.

¹⁵ No início dos anos 30 do século XX estava estabelecido em Vila Viçosa, com loja de fazendas nacionais e estrangeiras. Ver MURALHA, Pedro (dir.). *Álbum Alentejano* (volume Évora), 1931.

¹⁶ Filho de Joaquim Inácio da Silva Monteiro, era natural de Vila Viçosa e tinha o curso de Farmácia pela Universidade de Coimbra. Ver PITA, João Rui. *A Escola de Farmácia de Coimbra (1802-1911)*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

¹⁷ Parente (possivelmente pai) de Serafim de Jesus Silveira Jr., natural de Vila Viçosa e licenciado em Ciências Histórico-Filosóficas, que foi Governador Civil de Setúbal de 28 de Fevereiro de 1974 a 25 de Abril do mesmo ano. Anteriormente, entre outros cargos, tinha sido presidente das Câmaras de Évora e Almada.

¹⁸ Funcionário municipal e um dos sócios iniciais da SOFAL (Sociedade Fabril Alentejana, Vila Viçosa) foi coordenador, juntamente com António Alberto Gonçalves, do “Almanach Histórico e Ilustrado de Villa Viçosa”, ed. Minerva Commercial, Évora, 1909. Ver artigo de QUINTAS, Armando, “A Fábrica e a Sociedade SOFAL de Vila Viçosa – O processo de constituição e seus intervenientes”, in Revista de Cultura “Callipole”, n.º 21, 2014. Pai de José Emídio Amaro, também funcionário municipal, jornalista e poeta, amigo de Florbela Espanca.

Serviço da República

N.º 17.

Em conformidade com a deliberação por esta Commissão municipal, tenho a honra de enviar a V.ª a inclusa cópia da representação dirigida ao Ex.º Ministro do Fomento, sobre o prolongamento da linha férrea desta Vila a Elvas, rogando a V.ª que proteja os interesses dos povos desta região, fazendo com que, para o dito prolongamento, seja aproveitados o primeiros estudos feitos.

Saude e Fraternidade

Vila Viçosa 22 de Janeiro de 1912

Ex.º m.º - Senador D. Joaquim Pedro Martins

No lugar do Pres.º e Vice-Pres.º da C.ª
M.ª J.ª Fernandes Branco

Lôpsia =

Excellentissimo Senhor Ministro do Fomento
 - Ha tempo procedeu-se ao estudo do prolonga-
 mento da linha ferrea desta Vila a Elvas, pas-
 sando entre esta mesma Vila e a do Alandro-
 al, proximo da aldeia de Sardais, a proxima-
 do-se tambem da vila de Fusovente. Agora o
 traçado se está estudando, mas a partir da
 estação de Borba directamente a Elvas. - Se
 cumpre a esta comissão municipal acatar
 as determinações dos poderes superiores, cum-
 pre-lhe tambem zelar pelos interesses dos seus
 municipes e trabalhar para o engrandeci-
 mento e prosperidade do concelho, cuja ad-
 ministração lhe está confiada. Com o devido
 respeito e no cumprimento de tal dever, ven-
 hois, a comissão administrativa do concelho
 de Vila Rica, em nome dos seus municipes,
 representar a V.ª. quais as vantagens para os
 povos desta região em ser aproveitados o pri-
 meiro estudo feito - A região de que fazem
 parte os três concelhos - Vila Rica, Alandro-
 al e Redondo, é uma região essencialmen-
 te agricola, sendo a sua principal producção
 cereais, legumes, arroz e tâo, que exportam
 em grande quantidade, assim como, correla-
 tivamente, importa em grande quantidade tam-

sem adubos químicos. O prolongamento da linha pelo primeiro traçado, provideu em mais fácil comunicação os referidos concelhos com os principais centros comerciais do País e com a Espanha, mais facilita também a colocação dos seus productos, acrescentando ainda a economia nos transportes, tanto na exportação como na importação, resultando de tudo isto vantagens incalculáveis, não só para a classe agrícola, mas para todas as classes e em especial para a dos jornalheiros empregados no trabalho rural, cuja melhoria de situação, tão desejada por todos, depende do aumento de lucros que a terra possa dar aos proprietários, a maior parte dos quais gasta esses lucros na conservação e desenvolvimento dos seus prédios, com proveitosos resultados para as referidas classes. — São estas, Ex.^{ma} Ill.^{ma}, além de outras, que, para não ser prolixa, a comissão abaixo assinada se absteve de enumerar, as razões que obrigam a mesma comissão a dirigir respectivamente a V.^ha esta representação, confiada em que V.^ha a atenderá, ordenando que, para o prolongamento da linha férrea desta vila a Elvas, seja aproveitado o primeiro estudo feito e que é o que mais interessa

a esta região. — Saúde e Fraternidade —
Vila Vicosa de roito de Janeiro de mil no-
ve cento e doze — Comissão administrativa
do Concelho (assinados) — Salvador L. Torrinha — Ma-
noel Fernandes Branco — Augusto Cerqueira-
va Alenteiro — Francisco Antonio dos Santos —
Perafim de Jesus Silveira.

Esta conforme — Vila Vicosa 22 de Jan-
ro de 1912

Secretário int.
Joaquim José Amaral

A linha férrea que não teve carris para andar: Vila Viçosa-Elvas



Vila Viçosa, Paços do Concelho.



Vila Viçosa, trecho da estação dos caminhos-de-ferro no início do século XX.

Dinheiro de emergência de Vila Viçosa

Carlos Andrade Pernas*

Resumo: Apontamentos para a organização de um catálogo das cédulas fiduciárias de Vila Viçosa, emitidas pela Câmara Municipal e pela Santa Casa da Misericórdia, no contexto da crise económica e financeira que assolou o país após a Primeira Grande Guerra. A enorme desvalorização do Escudo teve como consequência a perda do poder de aquisição, o que levou ao desaparecimento da moeda metálica em circulação. Surgiram assim as cédulas, que se destinavam à substituição das moedas de baixo valor, indispensáveis para as transações quotidianas da população.

Palavras-chave: Dinheiro de Emergência; Cédulas Fiduciárias; Papel-Moeda; Vila Viçosa.

Contexto

Os primeiros anos de existência do Escudo¹, a nova moeda da República que substituiu o Real, foram tempos de estabilidade, garantida pelo restabelecimento do equilíbrio das contas públicas, só interrompidos pela Primeira Grande Guerra, conflito que alterou significativamente o curso da história da Europa. Com a subida do nível dos preços, resultado da escassez de abastecimento de bens essenciais e da emissão de moeda fiduciária, necessária para satisfazer as despesas militares do Corpo Expedicionário, acentua-se a carência de metais pobres, como o bronze, o cobre e o níquel, desviados para fins industriais ou açambarcados pela população.

* Fundo de Numismática «Luís Pinto Garcia» – Centro de Estudos CECHAP, Vila Viçosa.

¹ Esta unidade monetária, divisível em 100 Centavos, nasceu oficialmente em 1911, logo após a implantação da República e circulou até 2001, tendo sido substituída pelo Euro. Surge como afirmação simbólica do ideal republicano, mas também para fazer face à necessidade de valorizar a moeda portuguesa, altamente depreciada naquela altura.

Em consequência, o valor intrínseco das moedas de baixo valor facial supera largamente o seu custo de produção, o que forçou a sua retirada de circulação, conduzindo a um completo desaparecimento.

A falta de trocos em moeda metálica já se fazia sentir em 1917, data em que se previa a cunhagem de novas moedas de 1, 2 e 4 Centavos, de cuproníquel e de bronze. O atraso da emissão destes novos espécimes, que vinham substituir a moeda de prata, obriga o Governo a recorrer a moedas de 50 Réis de cuproníquel, armazenadas nos cofres da Casa da Moeda desde 1907. Em agosto do mesmo ano é autorizada a emissão de cédulas de pequeno valor, títulos de papel que constituem uma espécie de dinheiro de recurso, a emitir pela Casa da Moeda (de 10 e 5 Centavos) e pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (de 5 Centavos), validadas pelo Decreto n.º 3.296², com curso legal em todo o país.

A 1 de maio de 1917 são finalmente autorizadas as moedas de 4 Centavos³, seguidas das de 1 Centavo⁴, aprovadas a 26 de outubro. Em março do ano seguinte ficariam ratificadas as de 2 Centavos⁵, cuja produção foi possível graças ao cobre existente na Casa da Moeda, cerca de 56 toneladas, quantidade que permitia a sua amoedação até agosto de 1918. Contudo, a falta de abastecimento deste metal, motivada pela guerra, acabaria por levar à interrupção da produção, situação que deu origem a uma nova autorização de moedas de ferro, com os mesmos cunhos que as anteriores, aprovadas pelo Decreto n.º 4849 de 9 de setembro de 1918⁶. Surge assim, pela primeira vez em Portugal, um espécime cunhado em ferro, não tendo sido amoedados todos os valores inicialmente previstos.



Figura 1 – Moedas de baixo valor a circular em 1919.

O ferro, dada a sua debilidade quando em contacto com o meio rico em oxigénio e fácil perda das suas características pelo processo de oxidação (a ferrugem),

² Diário do Governo de 15 de agosto de 1917, I Série – n.º 134.

³ Gravadas por Alves do Rego, autor do anverso comum aos três espécimes. O busto é de autoria de Francisco dos Santos. Entre 1917 e 1919 foram amoedados, em cuproníquel, 15.687.423 exemplares.

⁴ Entre 1917 e 1922 foram cunhadas 43.030.000 unidades em bronze.

⁵ Quantidades produzidas entre 1918 e 1921: 15.076.250 exemplares em bronze e 170.000 em ferro (cunhados em 1919 com era de 1918).

⁶ Diário do Governo n.º 212/1918, Série I de 1918-09-28.

não é habitualmente uma escolha para metal de cunhagem monetária. No entanto, em situações de crise a sua aplicação foi relativamente comum por toda a Europa. Face a várias dificuldades técnicas que comprometeram a produção, motivadas pela dureza e baixa maleabilidade deste metal, apenas foi fabricada a moeda de 2 Centavos.

Também o Banco de Portugal acorreu à necessidade de trocos, emitindo as primeiras notas de 1 Escudo, datadas de 7 de setembro de 1917, assim como notas de 50 Centavos, que circulariam juntamente com as anteriores notas do regime monárquico, agora carimbadas com a sobrecarga «República». Em dezembro de 1920 viria inclusive a ser necessário emitir no valor «Prata», com a produção de notas de 2\$50.

A persistente falta de metal forçou a interrupção total da produção de moeda, entre novembro de 1918 e fevereiro de 1919, acentuando-se a carência de trocos na segunda metade desse mesmo ano, circunstância que provocou um aumento da contestação social, registando-se protestos em todos os distritos, chegando mesmo a reear-se que viessem a acontecer alterações na ordem pública.

A subida dos preços prolongar-se-ia até 1924, com o Escudo a valer vinte e quatro vezes menos que em 1910. A quase total ausência de moeda metálica na circulação causou a proliferação de milhares de cédulas, senhas e outros títulos camarários e particulares ilegais, pagáveis à vista e ao portador, que só deixariam de circular em 1925.

Ano	Valor do Escudo de 1911	Ano	Valor do Escudo de 1911
1911	1\$00	1918	2\$96
1912	0\$99	1919	3\$38
1913	1\$02	1920	5\$86
1914	1\$01	1921	9\$18
1915	1\$13	1922	11\$10
1916	1\$38	1923	17\$43
1917	1\$64	1924	24\$25

Quadro 1 – Valor do Escudo ao longo do tempo.

Fonte: *O Escudo – A nova unidade monetária da República*.

As cédulas são, portanto, “Dinheiro de Emergência”⁷ ou “de recurso”, espécimes fracos de pequeno valor, convertíveis em metais pobres, cuja emissão fora a princípio apenas autorizada à Casa da Moeda, mas que, verificando-se a insuficiência da medida, acabaram por ser adotadas por câmaras municipais, misericórdias, hospitais, juntas de freguesia, associações comerciais, cafés, restaurantes e mercearias.

⁷ Entende-se por “Dinheiro de Emergência” (*Emergency Money*), todo e qualquer meio utilizado como substituto da moeda oficial emitida pelo órgão público, recurso utilizado normalmente em épocas de escassez de meio circulante.

rias, em resposta aos apelos da população. Registou-se assim uma surpreendente avalanche de novas cédulas⁸, não se conhecendo qualquer documento que as tivesse autorizado. Foi por isso decretada a proibição da sua circulação, a não ser as emitidas de forma oficial, ao abrigo do decreto n.º 3.296.

“Os indivíduos ou corporações que à data da publicação deste decreto tiverem em circulação cédulas, senhas ou quaisquer títulos representativos de moeda pagáveis à vista e ao portador deverão fazer cessar essa emissão e recolher todos os títulos emitidos no prazo de dez dias, sob pena de desobediência, além da apreensão dos títulos e demais responsabilidades legais” – Decreto n.º 3.296, Artigo 4.º, 15 de agosto de 1917.

Porém, a interdição não surtiria qualquer efeito. A emissão das *schedula* – um modesto retângulo de papel – proliferaria por todo o território nacional, representando uma ideia intrínseca de valor, aceite com base na confiança dada ao emissor (fidúcia), na garantia dada pela entidade que a emite e distribui.

Predestinadas a uma vida efêmera, sujeita ao desgaste típico do papel-moeda, de uso intensivo, que acarreta graves problemas de insalubridade, funcionando como veículos de contaminação, as cédulas poderiam ter desaparecido por completo, não fosse a ação dos colecionadores e de alguns poucos arquivos e museus, que por mera curiosidade se dispuseram a salvar estes objetos. Recolher, Preservar, Investigar e Divulgar, são as principais características de um colecionador benevolente, consciente da importância do seu papel como conservador deste frágil património cultural. É esse o caso de José João da Mata, autor daquele que é considerado o primeiro catálogo editado no nosso país sobre esta matéria⁹, ou de Mário Santos de Almeida, que em 1980 publica o “Catálogo Geral de Cédulas de Portugal”, onde são estudados e inventariados mais de 2.500 tipos de cédulas camarárias e particulares, do período compreendido entre 1917 e 1925 e que se mantém como referência incontornável¹⁰.

Aguarda-se, com expectativa, a publicação de novo trabalho de Mário Sampaio Ribeiro, investigador dedicado, que de alguns anos para cá tem vindo a preparar um novo *Corpus* das cédulas portuguesas, enriquecido com fotografias de todos os espécimes conhecidos, assim como dos pormenores que identificam cada uma das variantes. A ele pertencem as cédulas reproduzidas neste nosso apontamento.

⁸ O valor anual em circulação destas cédulas não oficiais, entre 1917 e 1923, foi estimado em 10 mil contos. – VALÉRIO, N. *A Moeda em Portugal 1913-1947*, Livraria Sá da Costa, Lisboa, 1984.

⁹ MATA, J. J. da. *Registo de Cédulas Monetárias emitidas por municípios do continente*, 1.ª edição, Montijo, 1956.

¹⁰ Esta obra, editada pela Sociedade Portuguesa de Numismática (Porto), foi depois acrescentada com o Aditamento de 1982 e continuada em 2012, com a publicação de “Índice de Cédulas de Portugal”, revisão que veio colmatar várias falhas e trouxe consigo uma nova numeração. Foi ainda complementada com “As cédulas e os seus catálogos – Tabela de Equivalência”, de 2017, trabalho organizado por A. Correia.

Cédulas emitidas pela Câmara Municipal de Vila Viçosa

As primeiras cédulas emitidas em Vila Viçosa, em nome da Câmara Municipal, são de aspeto rudimentar, assemelhando-se a pequenas senhas de formato quadrangular. A estampa, impressa sobre papel acartonado com cerca de 45x40 milímetros, apenas identifica a entidade emissora e o valor facial, expresso em centavos, numa composição de quatro linhas assim distribuídas: «CAMARA MUNICIPAL / DE / VILA VIÇOSA / SENHA DE 1 CENT.» ou «... SENHA DE 2 CENT.», conforme a valia, sendo estes os únicos valores conhecidos.

Apenas a segunda e terceira linhas ostentam letras do tipo serifado. Os caracteres apresentam-se em caixa alta, à exceção da última frase, destacando-se também o algarismo, maior e mais denso. A preposição «DE» está ladeada por filetes irregulares, quase ondulados, e o espaçamento entrelinhas é uniforme.

Como sistema de legitimação, certificando a boa valia das senhas, utilizou-se um selo branco com forma oval, que tem ao centro uma grande torre inscrita num escudo com timbre e paquife¹¹, circundada pela legenda «MUNICIPALIDADE DE VILLA VIÇOSA», epígrafe rematada em baixo com um ponto. Quando o carimbo se conserva em melhores condições, é possível observar que o campo do escudo exhibe esmalte heráldico de cor azul, composto por um padrão contínuo de linhas horizontais. A aplicação fez-se quase sempre na horizontal, ou em viés, provavelmente devido às suas dimensões.

TIPO 1: Letras Normais – Cartão Uniface

CAMARA MUNICIPAL



N.º	Valor	Data	Papel	Tinta	Mancha	Raridade	Referências*
1a	1 Centavo	s/d	Rosa	Preto	38x28	Rara	2503 / 4555
1b	2 Centavos	s/d	Verde	Preto	38x28	Rara	2504 / 4556

*Conforme numeração de: “Catálogo Geral de Cédulas de Portugal” / “Índice de Cédulas de Portugal”.

¹¹ Correspondendo ao antigo brasão municipal, antes da adoção do atual, aprovado em 1934.



Figura 2 – Pormenor do Selo de Validação.

As senhas aqui identificadas com o Tipo 2, embora equivalentes às primeiras, distingue-se pela fonte tipográfica utilizada na primeira linha, de caracteres serifa-dos aos quais se convencionou chamar “de Fantasia”. A dimensão da folha é de aproximadamente 55x45 milímetros, a mancha impressa é ligeiramente maior e o espaçamento foi reduzido, ocupando cerca de 2/3 da área total.

A existência de uma variante da cédula de 1 Centavo (2b), com letras de menor dimensão, sugere a produção de, pelo menos, duas encomendas desta tipologia.

TIPO 2: Letras de Fantasia – Cartão Uniface



N.º	Valor	Data	Papel	Tinta	Mancha	Letras	Raridade	Referências
2a	1 Centavo	s/d	Amarelo	Preto	47x23	47 mm	Rara	2505 / 4557
2b	1 Centavo	s/d	Amarelo	Preto	43x23	42 mm	Muito Rara	2505a / 4559
2c	2 Centavos	s/d	Verde	Preto	47x23	47 mm	Rara	2506 / 4558

Mário de Almeida considera o Tipo 3 como duvidoso, por estas não apresentarem selo de validação. Os valores faciais fogem ao padrão e o tipo de papel utilizado é de menor espessura, mais moderno e com cores diferentes das já conheci-

das. Por esse motivo ficaram registadas como “Apócrifas”. Esta classificação pode vir a ser alterada com o aparecimento de documentação que nos permita confirmar que se trata de uma emissão oficial.

TIPO 3: Apócrifas – Cartão Uniface – Algarismos diferentes – Sem Selo Branco

CAMARA MUNICIPAL



N.º	Valor	Data	Papel	Tinta	Mancha	Raridade	Referências
3a	1 Centavo	s/d	Lilás	Preto	47x23	Rara	2505b / 4560
3b	2 Centavos	s/d	Tijolo	Preto	47x23	Rara	2506a / 4561
3c	3 Centavos	s/d	Verde	Preto	47x23	Rara	2507 / 4562
3d	4 Centavos	s/d	Branco	Preto	47x23	Rara	2508 / 4563

As cédulas do Tipo 4, de formato quadrangular, foram impressas num papel de menor gramagem que as anteriores e, naturalmente, menos resistente. A composição mantém as designações, tendo os filetes da segunda linha sido substituídos por ornatos com uma espiral, aqui voltada para cima. Os algarismos do valor são mais finos e o conjunto está emoldurado por um retângulo tracejado. Em baixo surge sempre uma linha horizontal pontilhada, que aparentemente estava destinada a receber uma assinatura de validação, o que nunca deve ter acontecido, pois não se conhecem exemplares rubricados.

As cédulas do Tipo 5 são em tudo idênticas às anteriores, à exceção do ornato da segunda linha, que apresenta as espirais voltadas para baixo. Esta variante é relativamente mais escassa.

TIPO 4: Enfeites com espiral para cima – Uniface – Com Selo Branco

DE
VILA VIÇOSA



N.º	Valor	Data	Papel	Tinta	Mancha	Raridade	Referências
4a	1 Centavo	s/d	Tijolo ou Salmão	Preto	43x31	Comum	2509 / 4564
4b	2 Centavos	s/d	Verde	Preto	43x31	Comum	2510 / 4565

TIPO 5: Enfeites com espiral para baixo – Uniface – Com Selo Branco

DE
VILA VIÇOSA



N.º	Valor	Data	Papel	Tinta	Mancha	Raridade	Referências
5a	1 Centavo	s/d	Tijolo	Preto	43x31	Comum	2509a / 4566
5b	2 Centavos	s/d	Verde	Preto	43x31	Comum	2510a / 4567

Cédulas da Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa

Embora apresentem um desenho de figuração *naïf*, as cédulas da Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa são particularmente interessantes. O artista, identifi-

cado em ambas as faces com a assinatura «Vg.», adequa os motivos às gentes da terra, recorrendo a monumentos emblemáticos da vila calipolense, logrando dessa forma criar uma ligação afetiva com o portador.

Os dois valores conhecidos – 5 Centavos e 10 Centavos – apresentam na frente duas cariátides suportando uma tábula onde se inscreve o nome «MISERICORDIA VILA VIÇOSA». Na base, sobre a qual estas figuras femininas assentam, registou-se a data de emissão «NOV.bro» (à esquerda) e «MCMXXI» (à direita). Ao centro figura um pormenor da Porta dos Nós, interrompido em baixo pelo valor facial, delimitado por uma vinheta alada. Esta opção estética é deveras curiosa e pode estar relacionada com o provérbio “O dinheiro voa”, transmitindo deliberadamente uma mensagem de apelo à Poupança, ao estilo do que se fez no reinado de D. Pedro II, com a inclusão da legenda «MODERATO SPLENDEAT VSV» (brilhará pelo uso moderado), presente no reverso das moedas de cobre destinadas a circular no Brasil e territórios africanos¹². Em baixo, reforçou-se o valor da cédula por extenso dentro de uma tarja arrumada na horizontal.

No verso da cédula de 5 Centavos, surge à esquerda o Cruzeiro que hoje se encontra instalado no Campo da Restauração, em frente à Igreja da Lapa. Ao centro, um pergaminho disposto na vertical carrega a legenda “CRUZ DE VI- / LA VIÇOSA / 5 / CENTAVOS / MONUMENTO / NACIONAL”, repartida em seis linhas horizontais ligeiramente abauladas. À direita, dois simpáticos pavões¹³ rematam a área destinada a receber o carimbo de validação, que se apresenta na forma oval. A parte inferior foi rematada com um friso de arabescos.

Para a cédula com valor de 10 Centavos, o motivo escolhido foi o Pelourinho manuelino, reproduzido à esquerda. O restante campo foi enfeitado com ornatos irregulares, uma moldura com padrão e uma espécie de trama de pontos, simulando os habituais elementos de segurança das notas bancárias. Ao centro, distribuída em sete linhas, a inscrição “PELOURINHO / DE / VILA VIÇOSA / 10 / CENTAVOS / MONUMENTO / NACIONAL”. À direita surge novamente um medalhão guardado por pavões.

As variantes identificadas para um e outro valor, distinguem-se pela marca do estabelecimento tipográfico que as forneceu, a “Empresa Alentejana de Publicidade – Évora”, cujo nome surge umas vezes com a palavra «Empresa» escrita com “S” e outras com “Z”. Existe ainda uma terceira variante, que não apresenta qualquer inscrição. Esta assinatura surge sempre no verso, estampada no canto inferior esquerdo.

¹² PUPERI, G. M. *PPPP: As Primeiras Cunhagens de Cobre para o Brasil e as Colônias Portuguesas da África*, Edições Tenor e Pellizzari, São Paulo, 2022.

¹³ Um ex-libris desta vila alentejana, que habitualmente se deixa ver nos espaços junto ao Paço dos Duques de Bragança, seus muros e jardins.



Figura 3 – Variantes da marca da “Empresa Alentejana de Publicidade – Évora”.

Para validação das cédulas foram utilizados três sistemas: 1. Selo Branco, de formato oval, com o brasão da Misericórdia e a legenda «MISERICORDIA DE VILLA VIÇOSA»; 2. Carimbo, com a frase «MISERICORDIA / de / VILLA VIÇOSA» em três linhas horizontais, normalmente aplicadas obliquamente, com tinta azul ou preta; 3. Chancela M. Pombeiro, rubricada a azul.

Julgamos que este último distintivo possa referir-se a Miguel Falcão da Gama Pombeiro, presidente do Hospital e Misericórdia (1920-1928)¹⁴, funcionário público e membro da sociedade que adquiriu a célebre fábrica SOFAL¹⁵.



Selo Branco

Carimbo

Chancela

Figura 4 – Pormenor dos sistemas de validação.

¹⁴ Informação recolhida do *Annuário Commercial de Portugal 1924*, vol. 2, Lisboa, 1924.

¹⁵ QUINTAS, A. A Fábrica e a Sociedade SOFAL de Vila Viçosa – o processo de constituição e seus intervenientes, *Callipole*, n.º 21, Município de Vila Viçosa, 2014.

TIPO 1: Sem Marca da Empresa Tipográfica
Dupla Face – Selo Branco ou Carimbo ou M. Pombeiro

N.º	Valor	Data	Papel	Tinta	Mancha	Raridade	Referências
1a	5 Centavos	1921	Branco	Vermelho	92x56	Escassa	2511 / 4568
1b	10 Centavos	1921	Branco	Verde	92x56	Escassa	2512 / 4569

TIPO 2: Empresa escrito com S
Dupla Face – Selo Branco ou Carimbo ou M. Pombeiro

Empresa Alentejana de Publicidade — EVORA

N.º	Valor	Data	Papel	Tinta	Mancha	Raridade	Referências
2a	5 Centavos	1921	Branco	Vermelho	92x56	Escassa	2511a / 4570
2b	10 Centavos	1921	Branco	Verde	92x56	Escassa	2512a / 4571

TIPO 3: Empresa escrito com Z
Dupla Face – Selo Branco ou Carimbo ou M. Pombeiro

Empresa Alentejana de Publicidade — EVORA

N.º	Valor	Data	Papel	Tinta	Mancha	Raridade	Referências
3a	5 Centavos	1921	Branco	Vermelho	92x56	Escassa	2511b / 4572
3b	10 Centavos	1921	Branco	Verde	92x56	Escassa	2512b / 4573



Figura 5 – Cédulas da Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa, aprox. 105x65 mm.

Considerações Finais

As cédulas da Câmara Municipal de Vila Viçosa foram concebidas em resposta a uma grave falta de numerário, como medida temporária, de rápida implementação e circunscrita a um território limitado, com o objetivo de resolver um problema que se arrastava há demasiado tempo com graves repercussões para os munícipes. Apresentam, por isso mesmo, uma configuração despretensiosa, justificada pela natureza provisória da solução adotada. O número de variantes conhecidas sugere uma aceitação positiva desta forma de pagamento e, ao mesmo tempo, denuncia uma provável produção abundante.

Por outro lado, as cédulas da Santa Casa da Misericórdia parecem ter tido uma intenção diferente, premeditada, indo além do propósito que as criou: substituir a “moeda miúda” imprescindível para o comércio. Isto porque, a inclusão de figuras decorativas nas duas faces, mais do que um mero exercício ornamental ou de apelo a um certo orgulho do que “é nosso”, demonstra uma vontade de divulgar o património local, à semelhança de espécimes adotados em municípios limítrofes que, em alguns casos, chegam mesmo a incluir *slogans* de índole promocional¹⁶.

Podem alguns espécimes ter servido, em determinado momento, como brinde ou lembrança? Que quantidades foram produzidas e postas a circular? Como se fez a sua distribuição, para que servissem efetivamente e o que podiam pagar/comprar? Quais foram os prejuízos para a autarquia?

Estas dúvidas requerem um estudo aprofundado da documentação do Arquivo Municipal, com vista à recolha de novas informações que possam contribuir para uma visão mais concreta deste fenómeno da nossa história monetária, intimamente ligado ao desenvolvimento económico da região.

Fontes e Bibliografia

Legislação

Diário do Governo n.º 212/1918. Série I de 28 de setembro de 1918.

Diário do Governo n.º 134. I Série de 15 de agosto de 1917.

Bibliografia

ALMEIDA, Mário S. de. *Catálogo Geral de Cédulas de Portugal*. Porto: Sociedade Portuguesa de Numismática, 1980.

ALMEIDA, Mário S. de. *Índice das Cédulas de Portugal*, Porto: Fundação Dr. António Cupertino Miranda – Museu do Papel-Moeda, 2012.

BALDRICO, Joaquim. “As cédulas emitidas pela Câmara Municipal de Aldegalega 1891-1922”. Separata de *O Citadino*, Camarate: edição do autor, 2013.

¹⁶ Veja-se o caso das cédulas de Borba, nas quais se incluiu a frase «CINTRA DO ALEMTEJO».

- CORREIA, A. “As cédulas e os seus catálogos – Tabela de Equivalências”. Separata revista *MOEDA*, Lisboa: Publinummus, 2017.
- COUTO, Nuno. *Apontamentos: Escudo, volume 1: Portugal (1910-1932)*, 2012. Disponível para consulta em: www.numismatas.com
- MATA, J. J. da. *Registo de Cédulas Monetárias emitidas por municípios do continente*. 1.^a edição, Montijo, 1956.
- MENDES, João Fragoso. *O dinheiro da República: Memória do escudo*. Lisboa: Âncora Editora, 2010.
- PUPERI, Giovanni Miceli. *PPPP: As Primeiras Cunhagens de Cobre para o Brasil e as Colônias Portuguesas da África*, São Paulo: Edições Tenor e Pellizzari, 2022.
- QUINTAS, Armando. “A Fábrica e a Sociedade SOFAL de Vila Viçosa – o processo de constituição e seus intervenientes”. *Callipole*, n.º 21. Vila Viçosa: Câmara Municipal de Vila Viçosa, 2014.
- SANTOS, Hermínio. *O Papel Fiduciário em Portugal*. Porto: Fundação Dr. Cupertino de Miranda, 1995.
- TRIGUEIROS, António Miguel. *A Grande História do Escudo Português*. Lisboa: Coleções *Philae*, 2003.
- TRIGUEIROS, António Miguel. *Elementos de Notafilia*. Lisboa: Numisma, n.º 61, Numisma Leilões, 1989.
- VALÉRIO, Nuno. *A Moeda em Portugal 1913-1947*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1984.
- VALÉRIO, Nuno; MATA, Maria Eugénia. *O Escudo: A nova unidade monetária da República, Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República*. Lisboa: INCM, 2011.

A arquitetura dos mármore nos conventos paulistas. *O Convento de Nossa Senhora da Luz de Montes Claros*

Carlos Filipe* | João Pires Lopes**

Nota prévia

O presente artigo, faz parte de uma série dedicada à arquitetura dos mármore nos conventos da Congregação da Serra D'Ossa da Ordem de São Paulo Primeiro Eremita. Trata-se de um estudo alargado, com a participação da História da Arte, subsidiário do projeto Património e História da Indústria dos Mármore – PHIM.¹

O projeto PHIM foi iniciado em 2012, encontrando-se na sua terceira fase, com diversas áreas de investigação sectoriais, das quais destacamos os estudos realizados e publicados: *O apogeu do mármore no Alto Alentejo: equipamentos da arquitetura religiosa no século XVIII*²; *As rochas ornamentais na Basílica de Nossa Senhora do Rosário de Fátima (Portugal): entre o estético e o simbólico*³ e, mais recentemente, *História das empresas de mármore, granito e pedras afins – Hemagra*⁴.

Nesta segunda parte do estudo sobre os mármore e a Congregação da Serra D'Ossa, iremos analisar o Convento de Nossa Senhora da Luz de Montes Claros,

* ARTIS-IHA, FLUL | CECHAP

** UÉ | CECHAP

¹ <https://www.marmore-cechap.pt/>

² Carlos Filipe; Maria João Pereira Coutinho e Patrícia Monteiro. “O apogeu do mármore no Alto Alentejo: equipamentos da arquitetura religiosa no século XVIII”. In *Mármore 2 000 anos de História. Contributo dos mármore do Alentejo para afirmação das artes (volume III)*. Coimbra: Edições Almedina, 2022, pp. 325-382.

³ Clara Moura Soares; Rute Massano Rodrigues; Carlos Filipe e Noel Moreira. “As rochas ornamentais na Basílica de Nossa Senhora do Rosário de Fátima (Portugal): entre o estético e o simbólico”. In *BSAA arte*. Valladolid: Ed UVa Ediciones Universidad, 2022, p. 371-399. <https://revistas.uva.es/index.php/bsaaarte/article/view/6946/4982>. (consultado em 05-05-2023).

⁴ Armando Quintas; Ana Cardoso de Matos et al. *História das empresas de mármore, granito e pedras afins – Hemagra*. Évora: CIDEHUS, 2023. (estudo em progresso) <https://www.hemagra.uevora.pt/> (consultado em 08-06-2023).

da referida Ordem de São Paulo, fundado por uma comunidade eremítica instalada no termo da vila de Borba, no primeiro quartel do século XV e, extinto, como as restantes comunidades religiosas masculinas, pelo decreto do ano de 1834. Após a sua extinção, o espaço conventual ficou ao abandono, vindo a realizar-se, através da política de desamortização dos bens da igreja, a sua venda. O Pe. António Anselmo refere que “a igreja anexa foi em 1884 restaurada das suas ruínas, a expensas da proprietária sr.^a D. Maria Joanna da Silva Coelho”⁵.

O convento, reconhecido pelas suas constituições como uma das principais casas da Ordem⁶, localiza-se no campo de Montes Claros, lugar de duplo significado num terreno fértil, com abundância de água entre a Serra da Vigária e o vale ocidental que antecede a principal montanha alentejana, a Serra d’Ossa. Próximo daquela casa religiosa, ocorreu, a 17 de junho de 1665, a histórica Batalha de Montes Claros entre os exércitos português e castelhano, desconhecendo-se a existência de relatos ou fontes documentais descritivas deste acontecimento nas memórias daquele convento.

O mesmo não acontece em relação aos mármore de Montes Claros, amplamente referenciados nas diversas campanhas de obras da comunidade nos conventos da Ordem, para além de muitas outras referências a encomendas exportadas para outras importantes obras da arquitetura.

Confrontados com a falta de documentação, monografias publicadas ou estudos académicos dedicados a esta casa eremítica, tivemos que lutar com algumas dificuldades para a construção de uma memória documental. No entanto, destacamos as informações fornecidas pelo Pe. Joaquim da Rocha Espanca no seu laborioso trabalho *Memórias de Vila Viçosa*, e de Túlio Espanca, no *Inventário Artístico de Portugal*, no volume dedicado ao concelho de Borba. Não obstante, foi possível identificar alguns documentos bastante interessantes para aprofundar uma das principais reformas realizadas no Convento de Nossa Senhora da Luz, ocorrida a meio do século XVIII, conforme adiante se verificará.

Sabemos, pela parca documentação disponível, que a comunidade paulista do Convento de Montes Claros dispunha de rendimentos de várias proveniências, conforme se descreve mais à frente; desde logo, a entrega de legados pelos seus padroeiros, destacando-se entre eles os Duques de Bragança, pelo seu particular afeto e pela proximidade da residência de Vila Viçosa, a qual era complementada por uma estrada de ligação ao convento, passando pela ermida de Santo André até Vila Viçosa.

⁵ António Joaquim Anselmo. *O concelho de Borba. Topographia e História*. 2.^a ed. Câmara Municipal de Borba. Elvas: Typographia e Stereotypia Progresso, 1984, p. 42.

⁶ Francisco da Natividade. *[Livro da Regra do Bispo & Doutor da Igreja Sancto Agostinho. E das Constituiçõe[n]s da Ordem de São Paulo Primeiro Ermitão da Cõgregação da Serradossa, Emendadas, & Reformadas pello Provincial & Definidores, & Capitulares juntos no Capitulo celebrado no Convento de Santo Antão sito em Val D’Iffante o anno de 1616...]*. Lisboa: Pedro Craesbeeck, 1617, capítulo XV, fl. 70. <https://purl.pt/26890>. (consultado em 05-05-2023).

Embora, o poder político, social e cultural da Casa Ducal dos Bragança tenha sido transferido de Vila Viçosa para Lisboa, na sequência da aclamação do oitavo duque de Bragança como rei da nova dinastia de Portugal – D. João IV em 1640 – as casas monásticas não perderam o seu contributo mecenático.

Como se pode comprovar pela documentação analisada, as fontes de rendimento eram variadas e provinham do arrendamento de bens de raiz (propriedades rústicas e urbanas), foros, pitanças e rendimento de capitais de doações de famílias abastadas e de compra e venda de animais de engorda. Existem ainda indícios que este convento seria, muito provavelmente, proprietário de terrenos agrícolas onde se exploravam pedreiras de mármore, algo que justificaria os topónimos de algumas das propriedades, tais como as Herdades da Ruivina, da Talisca e do Mouro, na freguesia de São Tiago de Rio de Moinhos, no concelho de Borba ou da Herdade da Almagreira, na freguesia de Santa Catarina de Pardais, no concelho de Vila Viçosa.

É difícil assumir, nesta fase da investigação, a existência de orientações e normas para os gastos financeiros, estabelecidas pela casa principal da Ordem, através do seu Provincial, para a realização das campanhas ocorridas ao longo do século XVIII nas quais, os mármore apresentam uma significativa utilização na arquitetura e nos equipamentos funcionais do espaço litúrgico.

Procuraremos com a nossa pesquisa, evidenciar as intervenções realizadas no património artístico e arquitetónico nos diversos espaços do convento: igreja, claustro, dormitórios e espaço envolvente, como se descreverá em seguida.

Convento de Nossa Senhora da Luz de Montes Claros: fundação e seus rendimentos

Na sequência da expansão das comunidades eremíticas ligadas ao movimento da Serra D'Ossa, ocorrida no século XIV e XV, surgem, ao redor da casa-mãe, vários eremitérios. No artigo publicado na última edição desta revista, explanámos com mais rigor estas dinâmicas, contudo é importante recordar que, no início do século XV, na região de Montes Claros, surgiram duas comunidades eremíticas quase em simultâneo: a de São Pedro de Bencatel (1395-1441) e a de Montes Claros (1407-1834). Subsistiu assim, até ao século XIX, a de Montes Claros, verificando-se o abandono progressivo do eremitério de São Pedro de Bencatel, motivado pela afirmação do de Montes Claros e de Valbom⁷. Conhecemos várias doações feitas, ao longo de todo o século XV, de diversas herdades e pedaços de terra para cultivar, a estes *pobres da pobre vida*, bem como a aquisição de vários bens de raiz, que permitiram aumentar a capacidade de rendimento e de afirmação de Montes Claros, perante outras comunidades que, na segunda metade do século XV e inícios de XVI, vão desaparecendo paulatinamente. Como já verificámos no artigo anterior, foi nos

⁷ O eremitério de Valbom, no termo de Vila Viçosa, daria depois origem, no século XVII ao Convento de Nossa Senhora do Amparo, instalado no *Rocio* de Vila Viçosa.

finais do século XVI que os eremitérios da Congregação da Serra D'Ossa adotaram os seus oragos⁸, tendo o eremitério de Montes Claros elegido como sua patrona a Virgem Maria, sob o título de Nossa Senhora da Luz [Fig. 1].

Ao longo do século XVII e XVIII, a instituição de capelas no Convento de Nossa Senhora da Luz seria uma prática recorrente, aumentando, em muito, os rendimentos daquela comunidade religiosa. Destaca-se a capela instituída por descendentes da família Sande, que permitiu aos religiosos aceder aos rendimentos de uma importante herdade dividida entre os termos da vila de Borba e de Estremoz. Além das suas próprias herdades (como são exemplo a Herdade da Almagreira, na freguesia de Santa Catarina de Pardais, e a Herdade das Nogueiras e a Herdade da Ruivina, na freguesia de São Tiago de Rio de Moinhos e a Herdade da Caldeirinha, no termo de Elvas), o convento de Montes Claros, no decorrer do século XVIII, detinha também algumas propriedades arrendadas para exploração direta, como eram os casos da Herdade da Talisca e da Herdade do Monte do Mouro, esta última arrendada à Misericórdia de Borba⁹ [Fig. 2]. Outra fonte de rendimento que o convento apresentava, no século XVIII, provinham dos aforamentos de diversas azenhas, nomeadamente as da ribeira de Pardais (na Herdade da Almagreira), as da Ribeira de Borba e Alcaraviça, que pagavam foro ao Almocharifado de Vila Viçosa¹⁰ [Fig. 3], e uma em Rio de Moinhos, identificada como Azenha da Alagoa.

Estas propriedades estavam aforadas e arrendadas a particulares, contudo o Convento de Montes Claros apresentava também algumas explorações por administração direta, como é comprovado no livro de procuração do convento através do pagamento de salários aos trabalhadores: chibarreiros, cabreiros, pastores, vaqueiros, pessoal de jorna no cultivo de feijoads, ceifas, monda e trabalho de debulha na eira: *Dei ao Feijoeiro da Serca, João Lourenço, pello mez de Julho, onze tostoes*¹¹; *Dei a um homem que trabalhou dois dias nas eiras, novecentos reis*¹²; *Dei por mondarem o trigo temporão este mez, quatro mil cento e noventa*¹³. Constatamos ainda que o Convento detinha, diretamente, negócios de gado através de despesa de compra de animais para criação como é exemplo a despesa efetuada no mês de agosto de 1745: *Dei por 22 cabeças, entre cabras e xibatos, na Feira de Jeromenha*¹⁴, *doze mil e cem reis*¹⁵; ou ainda o registo de despesa do mês de dezem-

⁸ BPE-Reservados. Convento de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa, liv. 11: *No anno de 1585 em hum Capitulo geral celebrado no convento de Val do Iffante sendo provincial o padre Frey Martinho de são Paulo, E definidores os padres Frey Bras de santa Maria, frey Manoel de são Paulo, frey Symão da Cruz, E frey Rodrigo de Jesus, se mandou que todas nossas casas tivessem particulares oragos e invocações.*

⁹ BPE-Reservados. Convento de S. Paulo de Borba, liv. 9, peça 228.

¹⁰ *Idem*, peça 363.

¹¹ ADE. Convento de Nossa Senhora da Luz de Montes Claros de Borba, cx. 1, doc. 27, fl. 53.

¹² *Idem*, fl. 65v.

¹³ *Idem*, fl. 50v.

¹⁴ Na vila de Jerumenha realizava-se uma feira franca no dia 10 de agosto, dia de São Lourenço (ANTT, *Memórias paroquiais, Freguesia de Nossa Senhora da Loreto*, vol. 18, nº 48, fl. 311 a 322).

¹⁵ ADE. Convento de Nossa Senhora da Luz de Montes Claros de Borba, cx. 1, doc. 27, fl. 33v.

bro desse mesmo ano: *Dei por cento e 3 chibos, que vieram de Olivença, quarenta e seis mil e quinhentos*¹⁶. A aquisição desta quantidade de gado, nunca poderia ser justificada como despesas de alimentação, mas sim como despesas de investimento para o sustento do convento. Em junho de 1748, surge uma despesa de pagamento do salário anual aos cabreiros: *Dei aos cabreiros, por guardarem as cabras este anno que acabou no fim de Mayo de 48, dez mil trezentos e sessenta*¹⁷. Em agosto de 1750, surge uma despesa que mostra que os frades vendiam animais nas feiras da região: *Deose a hum homem que ajudou a levar os carneiros à feira do Vemieiro*¹⁸, *e trabalhou dous dias na Serca, quatro centos reis*¹⁹. Como verificamos, os rendimentos do Convento de Montes Claros eram muito diversificados: rendimentos de bens de raiz, foros, pitanças e rendimento de capitais, mas também rendimentos de exploração agrícola e pecuária.

A arquitetura setecentista do convento: campanha de obras, análise e cruzamento de fontes documentais e fotográficas

No único livro de despesas a que tivemos acesso, intitulado *Livro para a procuração do Convento de Nossa Senhora de Montes Claros*²⁰, são apresentadas e descritas as despesas efetuadas no Convento entre os anos de 1744 e 1763. Nele foram lançadas rubricas de despesas correntes (alimentação, calçado, vestuário, guisamentos), despesa com atividade agrícola (pessoal subalterno, alfaias, animais de tiro, pastagens, portagens) e despesas com obras e conservação do espaço conventual. É sobre estas últimas que nos vamos debruçar recorrendo, para isso, à análise das despesas efetuadas com obras, materiais de construção e encomendas artísticas, bem como ao cruzamento entre essas despesas e os equipamentos ainda existentes no convento, sobre os quais, foi realizado pelo CECHAP um levantamento fotográfico, no ano de 2020. Contudo, ressaltamos que a busca por mais livros de despesa do Convento de Montes Claros foi infrutífera, o que impediu alargar o trabalho de pesquisa, progredindo dessa forma com outras fontes documentais para o estudo que pretendíamos realizar sobre a campanha de obras e o uso dos mármore naquele espaço conventual no século XVIII. Porém, ultrapassámos estes hiatos na documentação através da integração de informações presentes nos materiais pétreos identificados, como é o caso do bocal com parapeito cilíndrico da cisterna do claustro, em mármore branco [Figs. 4 e 5], datado de 1742 (dois anos antes da primeira rubrica de despesa lançada no livro em causa).

¹⁶ *Idem*, fl. 37v.

¹⁷ *Idem*, fl. 42.

¹⁸ De acordo com as suas Memórias Paroquiais, a feira franca da vila do Vimieiro realizava-se durante os três primeiros dias de agosto. (ANTT. *Memórias paroquiais, Freguesia de Nossa Senhora da Encarnação*, vol. 41, nº 343, fl. 2077 a 2086).

¹⁹ ADE. *Convento de Nossa Senhora da Luz de Montes Claros de Borba*, cx. 1, doc. 27, fl. 65v.

²⁰ ADE. *Convento de Nossa Senhora da Luz de Montes Claros de Borba*, cx. 1, doc. 27.

No que diz respeito ao espaço conventual e à sua igreja sabemos que, durante o século XVII e XVIII, existiram várias campanhas de obras, sendo as mais significativas as ocorridas na transição dos séculos – nomeadamente, na construção de alvenaria de todo o corpo conventual que mutilou, por completo, o anterior eremitério quinhentista. Sabemos que em 1714, a abóbada da capela-mor já estaria completa e pintada [Fig. 6] e que da mesma data é a mísula que estaria integrada no altar do Bom Jesus de Montes Claros [Fig. 7], altar onde se encontra hoje a imagem de São Miguel Arcanjo, no corpo da igreja da parte do Evangelho. Neste altar foi fundada, em 1702, por Francisco Gonçalves Pelado, uma capela de seis missas com o rendimento de umas casas e um chão de oliveiras no lugar do Poço Bravo²¹ [Fig. 8]. Fronteiro a este altar situava-se o altar de São Miguel [Fig. 9], no qual se expõe, nos nossos dias, a imagem de Santa Margarida de Antioquia. São imagens do século XVIII, mas muito repintadas nas reformas efetuadas pela família Coelho, proprietária do edifício, na década de 80 do século XIX²². Destaca-se também o púlpito [Fig. 10 e 11], em mármore das pedreiras da região, obra de cantaria da primeira metade do século XVIII, descrito por Túlio Espanca como sendo “de base cilíndrica” e “ricamente esculpido com ornatos naturalistas e palmares, do estilo rococó de D. João V”²³. Este equipamento marmóreo será, com certeza, anterior a 1744, pois não se encontrou referência da sua aquisição no livro de despesas a que tivemos acesso. O cancelo de mármore [Fig. 12 e 13], que divide a nave do corpo da igreja, com peças “nobremente trabalhadas em bandeiras transfuradas e flores encadeados²⁴”, é obra de 1752, como se verifica na seguinte rubrica de despesa: *Deusse pella pedraria para as cancellas da Igreja, lavrar dellas, matriais que se comprarão para o lustro e mais dispezas que se fizerão com ellas: sento e sete mil novesentos e cincoenta reis*²⁵.

Os altares do falso cruzeiro, hoje dedicados a Santa Bárbara²⁶ [Fig. 14] e a Nossa Senhora da Conceição foram, no século XVIII, dedicados a São João de

²¹ BPE-Reservados. *Convento de S. Paulo de Borba*, liv. 8, fl. 517 e 518.

²² Túlio Espanca. *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Évora*. Volume IX, Lisboa: SNBA, 1978, p. 164.

²³ *Ibidem*.

²⁴ *Ibidem*.

²⁵ ADE. *Convento de Nossa Senhora da Luz de Montes Claros de Borba*, cx. 1, doc. 27, fl. 81.

²⁶ Curiosa a nota de Túlio Espanca que transcrevemos: *A escultura de Santa Bárbara pertenceu à casa professa dos jesuítas de Vila Viçosa e foi doada pela freguesia de S. Bartolomeu desta vila, em 1884, em homenagem aos profundos trabalhos de remodelação levadas a efeito no templo, pela família Coelho, sua proprietária*. (Túlio Espanca. *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Évora*. Volume IX, Lisboa: SNBA, 1978, p. 164.). O Padre Joaquim da Rocha Espanca, nas *Memórias de Vila Viçosa*, faz também referência a esta imagem e ao facto de ter sido doada à família Coelho do Convento da Luz: *Com a instalação ali [na igreja do Colégio dos Jesuítas] da freguesia de S. Bartolomeu tornou-se esta igreja um vasto e repleto santuário – e tão repleto que faltam lugares para as imagens. Tanto assim que vi metidas num armário da casa de arrecadação as estátuas de um S. Francisco Xavier e Santa Bárbara*. Acerca desta imagem, refere ainda que *Santa Bárbara também tinha bens. O prepósito Paulo dos Reis, em 1740, dá a juro de 5%, 50\$000 reis que lhe*

Deus e a São Caetano, como se comprova pelas despesas realizadas em julho de 1748 e em 1763: *Dei por fazer dois Arcos de Páo para S. João de Deos e São Caetano e assentar as portas do celeiro, quatro sentos e oitenta*²⁷; *Da franja e galão das quartinas dos nixos de São Caetano e São João de Deos, quatro mil duzentos e quinze*²⁸. Túlio Espanca também nos informa que, em 1724, a reitoria da Serra D'Ossa ordenou o douramento do seu retábulo [de São João de Deus] *de talha barroca, pela quantia de 99\$600 réis*²⁹. Os retábulos de talha dos altares da igreja conventual, provavelmente das campanhas dos finais do século XVII, estão atualmente desaparecidos, tendo sido substituídos, no século XVIII ou inícios do XIX por retábulos de estuque em estilo neoclássico. No livro de procuração dos anos 1744 a 1763, encontramos referenciadas três intervenções realizadas na capela-mor: em 1748, a construção de um trono novo e dois nichos para os padroeiros da comunidade (Nossa Senhora da Luz e São Paulo, primeiro eremita); em 1749, o douramento da capela-mor num valor total de 264\$000 réis; em 1752 a aplicação dos caixilhos e vidraças na dita capela. Em 1758, vimos referenciada a despesa com *pó de pedra para o estuque*³⁰, sem discriminar onde o mesmo seria aplicado, mas que, provavelmente, teria ficado a indicação para a posterior aplicação dessa argamassa no revestimento decorativo do convento [Fig. 15].

Nas décadas de 1740 e 1750, a sacristia da igreja conventual, sofreu grandes reformas tanto a nível estrutural como artístico. Em 1748, foram registadas quatro despesas com as referidas obras: em abril gastou-se \$920 réis em parafusos e chumbo para o portado; 12\$000 réis para a aquisição do portado de pedra e 4\$460 réis para a aquisição da sua porta de madeira. Em maio, pagou-se 56\$400 réis, ao mestre alvanéu Manuel Vicente, por fazer a escada e reformar a sacristia pondo ele todos os materiais. Em 1749, investiu-se um total de 508\$250 réis nas obras do referido espaço: no primeiro trimestre adquiriram-se as madeiras, ferragens e fechaduras para o arcaz (hoje totalmente desaparecido) e procedeu-se ao douramento e pintura do mesmo. Nos meses de abril e maio adquiriram-se o lavabo e mesa de cálices³¹ [Fig. 16], dois arcos de pedra (que se colocaram na abertura onde assentou o lavabo e o altar) [Fig. 17 e 18] e a pintura para a sacristia que representa Jesus no Horto. Em maio de 1751, ficou terminada a intervenção neste espaço com as obras de incorporação dos elementos adquiridos em 1749. Deixamos uma transcrição³² relativa a essas obras, na qual verificamos que, a par do acabamento da sacristia, decorriam outras, nomeadamente na portaria do convento.

pertenciam. Joaquim José da Rocha Espanca. *Memórias de Vila Viçosa*, vol. 23. Cadernos Culturais da Câmara Municipal de Vila Viçosa. Vila Viçosa: Gráfica Calipolense, 1984, pp. 53 e 55.

²⁷ ADE. *Convento de Nossa Senhora da Luz de Montes Claros de Borba*, cx. 1, doc. 27, fl. 43.

²⁸ *Idem*, fl. 183v.

²⁹ Túlio Espanca. *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Évora*. Volume IX, Lisboa: SNBA, 1978, pp. 164.

³⁰ ADE. *Convento de Nossa Senhora da Luz de Montes Claros de Borba*, cx. 1, doc. 27, fl. 141.

³¹ Esta mesa de cálices encontra-se hoje na sacristia da igreja paroquial de São Tiago de Rio de Moinhos, tendo sido doada pelos proprietários do Convento durante o século XIX.

³² ADE. *Convento de Nossa Senhora da Luz de Montes Claros de Borba*, cx. 1, doc. 27, fl. 74.

- Obra* Deu-se pello que fez de custo o assentar dos arcos da sancristia, altar e lavatorio, conserto do alpendre e mais obras que se fizerão de alvanaria assim da mão dos mestres como serventes, vinte e três mil e cecenta reis
Do ladrilho e meteriais que se comprarão para a obra, dous mil e quinhentos e sessenta
- Obra* Fez do custo o lavrar das pedras do altar e mulduras do coadro e materiais que comprarão para se alizarem e lustrarem as ditas pedras e de mans dos officiais, vinte e outo mil seis centos e outenta e sinco reis
- Obra* De huns vidros para as vidraças das ginellas da sancristia, dous mil e quatrocentos
- Obra* De oleo, tintas e ouro e mans de dous mestres pintores que pintarão as portas da igreja, guarda-vento, porta da portaria, engradamento das vidraças, muldura do coadro e outras cousas mais, sinco mil sete centos e vinte.

Ao mesmo tempo que se faziam reformas nos espaços da igreja e da sacristia, a clausura conventual beneficiava também de algumas intervenções. Esta campanha de obras, realizadas nas décadas de 1740 e 1750, ficou concluída por volta de 1758, pois nos inícios desse ano é lançada a rubrica *Do custo dos ornamentos e mais obras da igreja a que não chegou o dinheiro do Senhor São Bonifácio, 8\$605*³³, na qual transparece que as intervenções teriam sido realizadas com os recursos financeiros do culto de São Bonifácio³⁴ [Fig. 19 e 19a], muito patrocinado por duas irmãs da família Sande, da vila de Estremoz, e que nesse mesmo ano se teriam acertado as contas finais da empreitada.

Conforme verificámos, o Convento de Nossa Senhora da Luz de Montes Claros beneficiou de várias intervenções no decorrer do século XVIII. Além das obras da igreja e sacristia já descritas, existiram dois outros importantes núcleos de intervenção: as obras no interior da clausura e as obras no sistema hidráulico de abastecimento de água.

³³ *Idem*, fl. 137v.

³⁴ A imagem de São Bonifácio foi muito venerada durante o século XVIII, no Convento de Nossa Senhora da Luz. Conhecemos várias referências documentais e iconográficas à intensidade como se vivia este culto. A festa deste santo era financiada pela abastada família Sande, ao qual foi deixado os rendimentos da referida Herdade da Aldeia dos Sandes. Encontram-se também, no livro de registo da freguesia de São Tiago de Rio de Moinhos, dois assentos de óbito com referências directas ao culto deste santo, tido como protector contra as mordidas de cão raivoso. O primeiro diz respeito a um *mancebo*, natural de Barcarrota (Espanha), que faleceu, em 1760, *deramado ou de raiva no alpendre do Convento da Luz de Montes Claros, aonde vão para receber a bênção de São Bonifácio que costumam fazer aos mordidos de cão dannado* (ADE, Livros de Registo Paroquial, Paróquia de São Tiago de Rio de Moinhos, liv. 12, ex. 5, fl. 138). Além destes registos, existem três exemplares de ex-votos, datados de 1728, 1734 e 1741, que relatam milagres que o santo teria realizado em benefício de moradores da freguesia de Rio de Moinhos (nos lugares do Poço do Bravo e do Monte do Franco) e da vila de Estremoz.

**A arquitetura dos mármore nos Conventos paulistas.
O Convento de Nossa Senhora da Luz de Montes Claros**

Na clausura, durante as décadas de 1740, 1750 e 1760 foram realizadas algumas intervenções que passamos a identificar. Em agosto de 1747 construiu-se o *portado da cerca*³⁵, no qual se gastou 2\$580 réis. Em abril de 1748 fez-se o arco que liga o claustro à escada de acesso ao dormitório no primeiro andar [Fig. 20], o piso dos patamares, em xadrez e todos os degraus da referida escadaria nobre [Fig. 21]:

Obra Dei por fazer o arco da escada, dez mil reis

Obra Dei pello chadrez da mesma, quatro mil e oito centos reis

*Obra Dei por todos os degraus e concertar as portas da varanda, dezoito mil e quinhentos*³⁶

Em março de 1749, aparece inscrita a despesa com a construção da *portaria e de toda a pedraria para ela*³⁷ e também uma despesa de cento e cinquenta tijolos para a mesma obra. Esta divisão, cuja porta que dava para o alpendre encontra-se hoje entaipada, é uma *ampla sala [...], em planta rectangular e tecto de três tramos nervurados, de aresta viva*, como a descreve Túlio Espanca³⁸. Nesse espaço, em 1761, foram colocadas duas pedras para suportar a campainha que lá se colocou tendo o valor da intervenção ficado em 1\$000 réis (mão de obra e materiais).

As intervenções efetuadas nos diversos espaços da clausura, neste período cronológico, parecem-nos ser pontuais, revelando que as obras de fundo se devem ter realizado nas décadas anteriores ao descrito no livro das procurações. Contudo salientamos aquilo que nos parece ser mais interessante, nomeadamente, todas as encomendas (ou despesas) de elementos marmóreos como é o caso dos cachorros de mármore que se colocaram na porta do refeitório [Fig. 22], em 1755, para suportar o sino que dava o sinal da hora da refeição, como está descrito nas Constituições da Congregação da Serra D'Ossa³⁹:

Desde o dia de Páscoa até dia de Santa Cruz de setembro, farão sinal a jantar, nos dias que não forem de jejum, às nove horas, e a cear às cinco da tarde. E do dito dia de Santa Cruz até à Páscoa (nos dias que não são de jejum) farão sinal a jantar às dez horas, pouco mais ou menos, e a cear às quatro horas. [...] Tanto que os religiosos ouvirem fazer o sinal a comer, logo com diligência acudam, e nenhum ficará para a mesa segunda, tirando os que ministram na cozinha, ou em outra coisa naquela hora, necessária à comunidade.

³⁵ ADE. *Convento de Nossa Senhora da Luz de Montes Claros de Borba*, cx. 1, doc. 27, fl. 33v.

³⁶ *Idem*, fl. 40v.

³⁷ *Idem*, fl. 49.

³⁸ Túlio Espanca. *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Évora*. Volume IX, Lisboa: SNBA, 1978, p. 166.

³⁹ Fr. Francisco da Natividade. *Livro da Regra do Bispo & Doutor da Igreja Santo Agostinho E das Constituições da Ordem de São Paulo Primeiro Ermitão da Congregação da Serra D'Ossa, e mandadas, & reformadas pelo Provincial & definidores & capitulares juntos no capítulo celebrado no convento de Santo Antão sito em Vale do Infante o ano de 1616*. Lisboa: Pedro Craesbeeck, 1617, p. 10.

No refeitório, em 1761, foram também colocadas as vidraças das janelas, conforme se transcreve⁴⁰:

Obra De hum official que fez os caixilhos da vidraça do refeitório, quatro mil e quatrocentos

[...]

Obra De dezassete vidros que vierão de Lisboa para a vidraça do refeitório a secenta reis, mil e vinte

Obra Do caixão em que vieram, massas, pregos e frete, duzentos e vinte

As obras ligadas à hidráulica, a que chamamos arquitetura da água, foram também uma componente importante nas despesas efetuadas nestas décadas. Começam logo em agosto de 1747, com a compra de oito arráteis de pólvora e de doze cestos para se tirar pedra e terra do cabouco do tanque⁴¹. Em dezembro do mesmo ano, começou-se a abrir o referido cabouco apresentando-se para isso uma despesa de 19\$500 réis⁴². No ano seguinte, no mês de maio, foi contratado um vedor *que veio de Viana*, provavelmente para ajudar a encontrar o melhor veio de água de abastecimento do reservatório em construção⁴³. Nesse mesmo mês, foram adquiridos mais oito arráteis de pólvora e em junho aparece mais uma despesa de trabalhos de abertura do referido cabouco, bem como a despesa para aquisição de ferramentas utilizadas nesse processo: um escopro e uma verruma⁴⁴. Ao que parece, e por falta de inscrições de rubricas de despesa, a obra do tanque esteve parada entre 1747 e 1750, ano este, onde se volta a fazer referência a esta empreitada. Em maio desse ano, surge a seguinte despesa⁴⁵:

Obra Deose a dois cabouqueiros e três serventes que andarão em o chaboco quebrando humas pedras duas somanas e pólvora que se gastou nesta obra, três mil e seis centos

Nesse período foi também adquirida uma bica de mármore para o tanque no valor de \$480 réis⁴⁶. Em outubro, e associada a estas obras, surge a aquisição de trezentos e cinquenta ladrilhos⁴⁷, provavelmente para impermeabilizar o reservatório, e no mesmo mês mais uma despesa com um *vedor de Alpedrinha que veio ver as águas*⁴⁸. No mês seguinte surge a despesa com o salário de um cabouqueiro que trabalhou durante duas semanas nessas obras⁴⁹. Mais uma vez, no período entre

⁴⁰ ADE. *Convento de Nossa Senhora da Luz de Montes Claros de Borba*, cx. 1, doc. 27, fl. 171.

⁴¹ ADE. *Convento de Nossa Senhora da Luz de Montes Claros de Borba*, cx. 1, doc. 27, fl. 33v.

⁴² *Idem*, fl. 37.

⁴³ *Idem*, fl. 41.

⁴⁴ *Idem*, fl. 41v e 42.

⁴⁵ *Idem*, fl. 63v.

⁴⁶ ADE. *Convento de Nossa Senhora da Luz de Montes Claros de Borba*, cx. 1, doc. 27, fl. 63v.

⁴⁷ *Idem*, fl. 66v.

⁴⁸ *Ibidem*.

⁴⁹ *Idem*, fl. 67.

**A arquitetura dos mármore nos Conventos paulistas.
O Convento de Nossa Senhora da Luz de Montes Claros**

1750 e 1758, não surgem despesas associadas a esta obra, sendo que a derradeira campanha terá acontecido no primeiro trimestre de 1758. Nesse período intensificaram-se os gastos com materiais de construção e mão-de-obra associados a esta empreitada⁵⁰:

- Obra Dei para vinte seis milheiros de ladrilho e carretas, dezoito mil e oito centos*
- Obra Dei para quarenta e sinco cestos, dois mil trezentos e noventa*
- Obra Dei para cantaros seis tostois*
- Obra Dei para duas bicas, huma buxa e mais pedras que acompanhão a dita buxa, dois mil sete centos e vinte*
- Obra De mãos dos officiais e trabalhadores que trabalharão na obra do tanque the o tempo que se foi o Padre Reitor, cento e vinte e sette mil nove centos e sincoenta reis*
- Obra De mais sete moyos de areia, 1\$100*
[...]
- Obra Dei para a pedraria de pedra marmore para sima do tanque vinte e sete mil reis*
- Obra Deicho para se acabar o tanque e fazer huma parede e huns canos, e para cal, trinta e oito mil e quatro centos*

Em abril do ano de 1758, surge a última referência a gastos com a obra do tanque do convento: *Para se fazer o chafariz que está junto do tanque, cano e arquinha da agoa, e mais emendas sinco mil settecentos e vinte*⁵¹. Túlio Espanca, no seu Inventário Artístico do distrito de Évora, refere: *Do tempo dos frades é o vasto tanque das regas da horta, embora melhorado ulteriormente por muros e rebordo de mármore trabalhado, com caixa reguladora das águas, de gargalo redondo, moldurado*⁵². Este equipamento é um vasto tanque que ainda se conserva e que recebe águas da cisterna do claustro, bem como das nascentes da Serra da Vigária, e que servia para regar as culturas graníferas da cerca do convento que eram plantadas e cuidadas por trabalhadores jornaleiros, contratados pela comunidade religiosa.

Nota final

Como se pode concluir, no presente trabalho de investigação fomos limitados pelas parcas fontes documentais e pela falta de estudos monográficos e outros, dedicados ao extinto convento paulista de Nossa Senhora da Luz de Montes Claros, o que impossibilitou um conhecimento sistemático daquela comunidade. Todavia,

⁵⁰ *Idem*, fl. 137v.

⁵¹ *Idem*, fl. 138v.

⁵² Túlio Espanca. *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Évora*. Volume IX, Lisboa: SNBA, 1978, p. 166.

nem tudo foi dificultado, uma vez que, do conjunto de documentação analisada, identificou-se, o período do século XVIII, como momento de intervenção da comunidade no benefício do património de sua casa.

Lembra Vítor Serrão, sobre o conceito de *Cripto-História da Arte*, que esta *não se faz apenas só com o recurso a obras vivas*⁵³. No caso deste convento estamos perante um caso de incúria arquivística, desconhecendo-se onde poderá estar parte importante do seu arquivo, em particular, documentos de gestão da vida da comunidade, tais como os livros de registo de despesas e receitas. Mas, apesar desse facto, não podemos deixar de evidenciar, ou negligenciar, o valor do património que representa a arquitetura e os elementos artísticos deixados por aqueles religiosos na sua casa conventual. Aquele espaço tem de ser entendido à luz da sua época, no conjunto das restantes casas conventuais de São Paulo da Serra d'Ossa e no significado que elas representaram, também do ponto de vista cultural e na dinâmica das artes ali empregues.

De um modo geral, o nosso propósito, foi alcançado, pois foi possível identificar parcialmente um conjunto de encomendas no património conventual, que desconhecíamos, realizadas entre 1744 e 1763, onde se destacam os equipamentos em mármore.

Esperamos que os dados reunidos pela nossa investigação possam estimular e suportar o futuro trabalho arqueológico, em ordem à identificação e conhecimento dos vestígios materiais deixados pela comunidade paulista do Convento de Nossa Senhora da Luz, ajudando assim a ultrapassar a escassez das informações facultadas neste domínio pela documentação disponível. O nosso contributo fica aqui registado, esperançados que voltaremos a ter no futuro novos dados para o conjunto da história do património da Ordem de São Paulo da Serra d'Ossa.

Fontes e bibliografia

Fontes Manuscritas

ADE. *Convento de Nossa Senhora da Luz de Montes Claros de Borba*, cx. 1, doc. 27

ANTT. *Memórias paroquiais*, vol. 18, nº 48, fl. 311 a 322.

ANTT. *Memórias paroquiais*, vol. 41, nº 343, fl. 2077 a 2086.

ANTT. Ministério das Finanças. «Inventário de Extinção do Convento de Nossa Senhora da Luz de Montes Claros». Borba, 1834, cx. 2239.

BPE-Reservados. *Convento de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, liv. 11.

BPE-Reservados. *Convento de S. Paulo de Borba*, liv. 8.

BPE-Reservados. *Convento de S. Paulo de Borba*, liv. 9, peça 228.

BPE-Reservados. *Convento de S. Paulo de Borba*, liv. 9, peça 363.

⁵³ Vítor Serrão. *A Cripto-História da Arte. Análise de Obras de Arte Inexistentes*. Livros Horizonte. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

Fontes Impressas

- DAMASIO, Fr. Manoel de S. Caetano. *Thebaida portugueza: compendio historico da Congregação dos Monges Pobres de Jesu Christo da Serra de Ossa chamada depois de S. Paulo de I. Eremita...* 2 vols. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1793.
- NATIVIDADE, Fr. Francisco da. *[Livro da Regra do Bispo & Doutor da Igreja Sancto Agostinho. E das Constituiçõe[n]s da Ordem de São Paulo Primeiro Ermitão da Cõgregação da Serradossa, Emendadas, & Reformadas pello Provincial & Definidores, & Capitulares juntos no Capitolo calebrado no Convento de Santo Antão sito em Val D'Iffante o anno de 1616]*. Lisboa: Pedro Craesbeeck, 1617. <https://purl.pt/26890>.
- SANTA MARIA, Fr. Agostinho de. *Santuário Mariano, e Historia das Image[n]s milagrosas de Nossa Senhora, e das milagrosamente apparecidas, em graça dos Prêgadores, & dos devotos da mesma Senhora*. Tomo 6. Lisboa: Officina de Antonio Pedrozo Galrao, 1716, fl. 194-196.
- SANTO ANTÓNIO, Fr. Henrique de. *Chronica dos Eremitas da Serra de Ossa*. (2 vols.). Lisboa: Officina de Francisco da Sylva, 1745.
- SÃO BOAVENTURA, Frei Carlos. *Constituições dos Eremitas de São Paulo da Congregação da Serra d'Ossa*. Lisboa, 1707.

Bibliografia

- ALMEIDA, Fortunato de; Damião Peres. *História da Igreja em Portugal*. Nova edição. (4 vols.). Porto: Portucalense, 1967.
- ANSELMO, António Joaquim. *O concelho de Borba. Topographia e História*. 2.^a ed. Câmara Municipal de Borba. Elvas: Typographia e Stereotypia Progresso, 1984.
- ESPANCA, Joaquim José da Rocha. *Memórias de Vila Viçosa*, vol. 23. Cadernos Culturais da Câmara Municipal de Vila Viçosa. Vila Viçosa: Gráfica Calipolense, 1984, pp. 53 e 55.
- ESPANCA, Túlio. *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Évora*. Tomo IX, volume I Lisboa: SNBA, 1978.
- ESPANCA, Túlio. *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Évora*. Tomo IX, volume II Lisboa: SNBA, 1978.
- FILIFE, Carlos. *Levantamento fotográfico na Igreja do Convento de Santo António da Ordem de Sousel dos Eremitas de São Paulo da Serra d'Ossa*. Vila Viçosa: Património e História da Indústria dos Mármore, CECHAP. <https://www.marmore-cechap.pt/data/1016190/S%25C3%25A3o%2520Paulo>
- FILIFE, Carlos. *Levantamento fotográfico na Igreja e Convento de Nossa Senhora da Luz de Montes Claros da Ordem dos Eremitas de São Paulo da Serra d'Ossa*. Vila Viçosa: Património e História da Indústria dos Mármore, CECHAP, 2014. <https://www.marmore-cechap.pt/data/1016667/S%25C3%25A3o%2520Paulo>
- FILIFE, Carlos. *Levantamento fotográfico no Hotel Vila Galé Collection Elvas, extinto Convento de Nossa Senhora dos Remédios da Ordem dos Eremitas de São Paulo da Serra d'Ossa*. Vila Viçosa: Património e História da Indústria dos Mármore, CECHAP, 2023. (não publicado).

- FILIFE, Carlos; Maria João Pereira Coutinho e Patrícia Monteiro. “O apogeu do mármore no Alto Alentejo: equipamentos da arquitetura religiosa no século XVIII”. In *Mármore 2 000 anos de História. Volume III. Contributo dos Mármore do Alentejo para afirmação das Artes*. Coimbra: Edições Almedina, 2022, p. 325-382.
- FILIFE, Carlos, e João Pires Lopes. «A Arquitetura dos Mármore nos Conventos Paulistas». In *Callipole revista cultural*, Vila Viçosa: Câmara Municipal, 2022, p. 281-316.
- FONTES, João Inglês. *Da «pobre vida» à Congregação da Serra D’Ossa. Génese e institucionalização de uma experiência eremítica (1366-1510)*. Tese de doutoramento. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2012.
- PEREIRA, José Fernandes, e Paulo Pereira. *Dicionário da arte barroca em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.
- QUINTAS, Armando; Ana Cardoso de Matos *et al.*. *História das empresas de mármore, granito e pedras afins – Hemagra*. Évora: CIDEHUS, 2023 (estudo em progresso). <https://www.hemagra.uevora.pt/>
- SILVA, Jorge Henrique Pais da; Calado, Margarida. *Dicionário de Termos de Arte e Arquitectura*. Barcarena: Editorial Presença, 2005.
- SERRÃO, Vítor. *A Cripto-História da Arte. Análise de Obras de Arte Inexistentes*. Livros Horizonte. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.
- SOARES, Clara Moura; Rute Massano Rodrigues; Carlos Filipe e Noel Moreira. “As rochas ornamentais na Basílica de Nossa Senhora do Rosário de Fátima (Portugal): entre o estético e o simbólico”. In *BSAA arte*. Valladolid: Ed UVa Ediciones Universidad, 2022, p. 371-399.
- VOLZONE, Rolando. «Architecture of the Soul. Legacy of the Eremitical Congregation of São Paulo Da Serra de Ossa (Portugal)». Dissertação de Doutoramento em Arquitetura dos Territórios Metropolitanos Contemporâneos. Lisboa: ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, 2020. <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/21385>

ANEXOS



Figura 1 – Igreja do extinto Convento de Nossa Senhora da Luz de Borba.

© 2020 | CECHAP | PHIM | CF

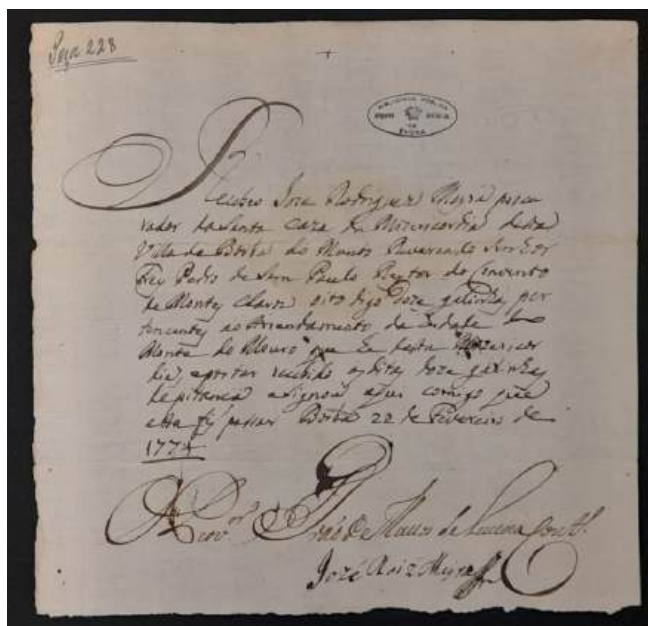


Figura 2 – Recibo do pagamento das pitanças referentes ao arrendamento da Herdade do Monte do Mouro, propriedade da Santa Casa da Misericórdia de Borba. Convento de S. Paulo de Borba. Livro n.º 9, peça 228.

© Biblioteca Pública de Évora



Figura 3 – Certidão do pagamento de quinze alqueires e meio de trigo, que o moleiro da Azenha da Ribeira de Borba, propriedade do Convento de Nossa Senhora da Luz de Montes Claros, fez ao Almoxarifado de Vila Viçosa. Convento de S. Paulo de Borba. Livro n.º 9, peça 363.



Figura 4 – Bocal da cisterna do claustro do extinto Convento de Nossa Senhora da Luz de Borba. © 2020 | CECHAP | PHIM | CF



Figura 5 – Pormenor do bocal da cisterna do claustro do extinto Convento de Nossa Senhora da Luz de Borba. © 2020 | CECHAP | PHIM | CF



Figura 6 – Pintura do tecto da capela-mor da igreja do extinto Convento de Nossa Senhora da Luz de Borba, representando a Assunção da Virgem Maria aos Céus, datada de 1714.

© 2020 | CECHAP | PHIM | CF



Figura 7 – Mísula marmórea, integrada no altar do Bom Jesus de Montes Claros e datada de 1714.

© 2020 | CECHAP | PHIM | CF

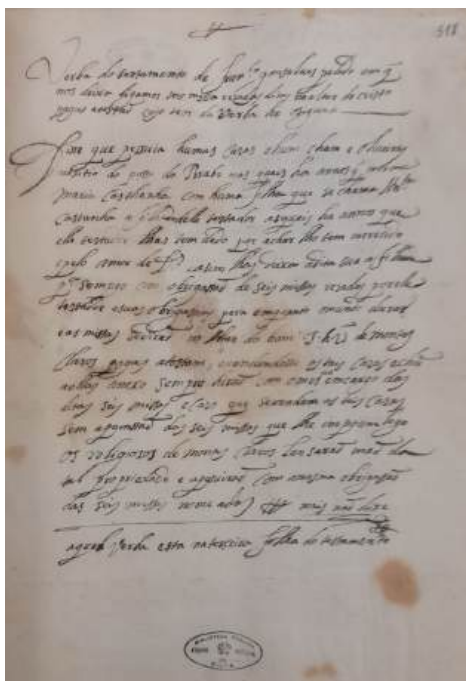


Figura 8 – Verba do testamento de Francisco Gonçalves Pelado em que deixa o rendimento de umas casas e um chão de oliveiras, no sítio do Poço Bravo, para uma capela de seis missas rezadas no altar do Bom Jesus de Montes Claros. Convento de S. Paulo de Borba, Livro n.º 8. © Biblioteca Pública de Évora

**A arquitetura dos mármore nos Conventos paulistas.
*O Convento de Nossa Senhora da Luz de Montes Claros***



Figura 9 – Altar de São Miguel, na igreja do extinto Convento de Nossa Senhora da Luz de Montes Claros. © 2020 | CECHAP | PHIM | CF



Figura 10 – Púlpito da igreja do extinto Convento de Nossa Senhora da Luz de Montes Claros. © 2020 | CECHAP | PHIM | CF



Figura 11 – Pormenor da base do púlpito da igreja do extinto Convento de Nossa Senhora da Luz de Montes Claros. © 2020 | CECHAP | PHIM | CF



Figura 12 – Grade de mármore da igreja do extinto Convento de Nossa Senhora da Luz de Montes Claros (lado do Epístola). © 2020 | CECHAP | PHIM | CF



Figura 13 – Grade de mármore da igreja do extinto Convento de Nossa Senhora da Luz de Montes Claros (lado do Evangelho). © 2020 | CECHAP | PHIM | CF

**A arquitetura dos mármore nos Conventos paulistas.
*O Convento de Nossa Senhora da Luz de Montes Claros***



Figura 14 – Altar de Santa Bárbara, na igreja do extinto Convento de Nossa Senhora da Luz de Montes Claros. © 2020 | CECHAP | PHIM | CF



Figura 15 – Capela-mor da igreja do extinto Convento de Nossa Senhora da Luz de Montes Claros. © 2020 | CECHAP | PHIM | CF



Figura 16 – Mesa de cálices da sacristia do extinto Convento de Nossa Senhora da Luz de Montes Claros, na sacristia da igreja paroquial de São Tiago de Rio de Moinhos. © 2020 | CECHAP | PHIM | CF



Figura 17 – Lavabo da sacristia do extinto Convento de Nossa Senhora da Luz de Montes Claros.
© 2020 | CECHAP | PHIM | CF

**A arquitetura dos mármore nos Conventos paulistas.
*O Convento de Nossa Senhora da Luz de Montes Claros***



Figura 18 – Altar da sacristia do extinto Convento de Nossa Senhora da Luz de Montes Claros.
© 2020 | CECHAP | PHIM | CF



Figura 19 – Imagem de São Bonifácio Mártir, na igreja paroquial de São Tiago de Rio de Moinhos.
© diocese-evora.inwebonline.net



Figura 19a – Ex-voto a São Bonifácio Mártir, na igreja paroquial de São Tiago de Rio de Moinhos, datado de 1728. © 2023 | CECHAP | PHIM | JL



Figura 20 – Arco e escadaria do claustro do extinto Convento de Nossa Senhora da Luz de Montes Claros. © 2020 | CECHAP | PHIM | CF

**A arquitetura dos mármore nos Conventos paulistas.
*O Convento de Nossa Senhora da Luz de Montes Claros***



Figura 21 – Escadaria do extinto Convento de Nossa Senhora da Luz de Montes Claros.
© 2020 | CECHAP | PHIM | CF



Figura 22 – Cachorros de mármore do sino do refeitório do extinto Convento de Nossa Senhora da Luz de Montes Claros. © 2020 | CECHAP | PHIM | CF



Figura 23 – Bica de mármore para abastecimento do tanque da cerca do extinto Convento de Nossa Senhora da Luz de Montes Claros. © 2023 | CECHAP | PHIM | JL



Figura 24 – Chafariz, arquinha e cano de derivação das águas do tanque da cerca do extinto Convento de Nossa Senhora da Luz de Montes Claros.

© 2023 | CECHAP | PHIM | JL



Figura 25 – Vista geral do tanque da cerca do extinto Convento de Nossa Senhora da Luz de Montes Claros. © 2023 | CECHAP | PHIM | JL

Luís, a Paixão pela Arquitectura

Carlos Aurélio

Luís Manuel dos Santos Paixão (1953-2019), nascido em Lisboa e cedo adoptado por Sesimbra, foi profícuo arquitecto que marcou Vila Viçosa no final do século XX com o seu labor ponderado, imaginativo e até simbólico. Inscrito na Ordem dos Arquitectos sob o n.º 1379 e pelo n.º 78 na Câmara Municipal calipolense, desenhou 12 projectos de moradias de habitação familiar entre 1985 e o ano 2000: 8 habitações de raiz, 4 urbanas e 4 no campo, 2 remodelações profundas de casas antigas e 2 projectos que, por razões várias, não chegaram a ser realizados. Em 15 anos, 12 projectos, é obra!

Mas antes da obra vamos dar volta maior.



1. Arquitectura e o lugar

O arquitecto e urbanista Charles-Edouard Jeanneret-Gris (1887-1965) tomou o pseudónimo de Le Corbusier – um corvo (*corbeau*) a voar cinzento (*gris*)!!! – para nos vir dizer algures que «a casa é uma máquina de habitar», infeliz legenda inebriada pelos tóxicos vapores de comboios, automóveis e aviões na voracidade mecânica do início do século XX. A ideia de casa ficou assim reduzida ao modelo mecânico da sua estrutura, a forma seguiu estritamente a função num funcionalismo arquitectónico que perdura, até ao ponto de não ser errado dizer que a imaginação do arquitecto minimalista de hoje, sem desprimor e tirando o decisivo sentido da proporcionalidade, quase coincide com os problemas construtivos do engenheiro. Outra importante vertente, também ela modernista e funcional tendo a máquina como modelo, foi a da Escola alemã da Bauhaus de que Mies Van Der Rohe (1886-1969), sucedendo ao fundador Walter Gropius, veio a ser expoente

máximo num racionalismo pragmático no qual a palavra beleza desapareceu para ficar reduzida ao útil. Ou melhor, só é belo o que for útil.

A máquina tornou-se então modelo de arquitectura como hoje o é a cibernética, ordenando edifícios como computadores, tal a incerta filosofia actual que concebe o corpo humano e o Cosmos dependentes do ideário algorítmico, a matemática decaída em pura quantidade. Pior, entrámos já no domínio imbecilizado da robótica e da IA – Inteligência Artificial – estranha expressão a justificar o impossível, pois nenhuma máquina pode pensar em autonomia consciente, a não ser que se queira fazer coincidir pensamento com correntes quantitativas, criando o acaso em algoritmos e por sinapses eléctricas no cérebro ou fora dele; mais, como pode haver Inteligência Artificial, se é da natureza da sublime inteligência nada ter de artifício, antes assumir o tónus angélico capaz de transcendência? O mesmo truque de linguagem na expressão verbal de “realidade virtual”: se é virtual é apenas força potencial ou potência sem acto, sem realidade existencial, mera possibilidade que não garante existência. O globalismo vai assim manipulando, altera o sentido das palavras em expressões *novilíngua*, o nosso cérebro vigiado vigia-nos em versão *big brother* de George Orwell.

Não é, pois, de estranhar que o século XX da arquitectura modernista que se veio a disseminar pelo Estilo Internacional via CIAM (Congressos Internacionais de Arquitectura Moderna) entre 1928 e a década de 60, tenha sido a antecipação do igualitarismo urbano que se replicou *ad infinitum* na arquitectura mundial. Não por acaso, as cidades antigas todas se diferenciam e as modernas todas se assemelham. Só pelos centros históricos percebemos em que cidade estamos, os acessos e arrabaldes replicam-se mutuamente. Dir-se-á que é o espírito do tempo – e é verdade! –, argumento todavia sofisticado trazido à colação como se não houvesse espírito de lugar, o *genius loci* que os antigos romanos tanto cuidavam, a ponto de antecederem a localização de uma cidade ou *villa* pelo vaticínio das vísceras animais de rebanhos em pastagens durante, pelo menos, um ano. Não há arquitectura sem lugar, é mesmo da sua natureza não ser utópica!

Fora da hecatombe estritamente globalista convém reter, entre outros, a quase excepção de dois grandes nomes da arquitectura do século XX, ambos afins ao espírito do lugar: o finlandês Alvar Aalto (1898-1976) e o norte-americano Frank Lloyd Wright (1867-1959) pertencem ao que se pode chamar estética orgânica ou organicismo em articulação naturalista, pensando a casa como organismo vivo e adaptável, utilizando em exteriores e interiores materiais próprios de cada região, promovendo a integração na natureza envolvente. Lloyd Wright desde as célebres “casas da pradaria” acentuou as linhas horizontais, desenhou suaves pendências nas coberturas prolongadas em grandes plataformas no trânsito da luz entre fora e dentro, usou janelas baixas e lineares para fruição visual da paisagem, a chaminé como centro da habitação. Como ele dizia, simbólica e literalmente, “a casa é um abrigo”, nas antípodas, portanto, da vertigem mecânica lecorbusiana.

A boa arquitectura convém chamar arte de construção dos princípios, ou seja, aquela que realiza o belo e o útil construtivos (*tektôn* > tectura) em relação com as *arquias* (*arkhê* = princípios) e, entre esses princípios há, por exemplo, o da antro-

pologia visando cosmologia, a terra olhando o céu, os quatro elementos e, claro, o espírito do lugar, assim o do tempo. Dito de modo simples, toda a boa architectura se harmoniza a um *tópos* (lugar em grego), é, pois, literalmente situada, manifesta tempo e lugar em cruzamento antropológico particular, próprio e inalienável. A architectura actual trabalha em quantidades, em áreas e preço por metro quadrado, em volumetrias e metros cúbicos, desenvolve zonas económicas, acessos e redes viárias, é globalmente exportável e não tendo o sentido especial de cada lugar, impõe espaços. Desta forma e aceleradamente a vida da *pólis* ou da *civitas* asfixia, decai a civilização. Aliás, quanto ao conceito de utilidade também a seu modo a cidade antiga nunca deixou de ser prática e funcional nos seus arruamentos urbanos, agregadora e convivencial nas suas avenidas e praças, espiritual e sacra nos templos e catedrais, tudo simplesmente orgânico e hierárquico. Entretanto, vamos matando as cidades e, nelas, a civilização de convívio humano, decaída em metrópoles ditas cosmopolitas sem cosmos nem *pólis*, qual colmeias colectivas e iguais onde não faltam os zumbidos sem fim de rodovias ininterruptas.

E a que propósito vem tudo isto sobre a architectura do Luís Paixão? Resposta simples: era disto, entre muito mais, que em incontáveis passeios por Vila Viçosa, em minha casa ou no seu Monte da Mancha por alturas de Terena, eu e ele ou com outros conversávamos tempo sem fim. E o Luís, uma e outra vez, repetia elogiando a harmonia urbana calipolense: «não percam as praças e os largos desta terra; nem sabem a riqueza que aqui têm!».

2. A Architectura portuguesa

Desde a filosofia à architectura – lamentável, como o (des)Acordo Ortográfico ao roubar o “c” de “tectura” / *tektôn* minora o étimo! – e em tudo o mais em que discorramos (Deus nos valha!), diz-nos a elite vigente e (des)governante que afinal não existimos! Não há filosofia portuguesa, não há architectura portuguesa, asseguram-nos peremptórios, haverá filosofia em Portugal, tão só architectura feita em Portugal! Uma vez mais o espírito de lugar desaparece, a nossa existência não é situável, pairamos! Não cabe aqui fundamentar tão crucial tema tantas vezes vindo a lume nas conversas com o Luís, ele que afinal convivera com Álvaro Ribeiro (1905-1981) o esquecido filósofo da ... filosofia lusa, cuja tese – *O Problema da Filosofia Portuguesa* – viera a debate nacional em 1943. Foi, aliás, em inesquecível tarde de um sábado em Sesimbra, era o Outono de 1981, que através do Luís Paixão (e do João Tavares) me foi aberta a integração no movimento da filosofia portuguesa em salutar convívio ao longo de décadas com o filósofo António Telmo, e depois com demais pensadores da portugalidade como Orlando Vitorino, Afonso Botelho, Pinharanda Gomes, António Quadros, Dalila Pereira da Costa, Brás Teixeira. Mas regressemos à volta pela architectura, ao caso, a portuguesa.

A architectura é portuguesa quando arte construtiva em busca manifesta pelo espírito do lugar, quando nela se mostra imediato algo que diz ser-nos próprio no sentido de *proprium* dado por Orlando Vitorino aplicado ao conceito de justiça: a

propriedade está nas coisas, não em quem as possui, não é uma posse, ao invés, «a propriedade faz que a coisa seja para o homem e homem para a coisa».¹ Exemplos simples, sem necessidade de explicação: é propriedade do meu cão pertencer-me, eu sou o *alguém* mais real para ele; é próprio da tília do meu quintal ser minha, ela dá-me sombra e folhas de chá, eu cuido dela. Dito isto, quem não percebe que o Manuelino, por exemplo, é de sua propriedade ser um arquitectar português e não apenas arquitectura em Portugal?

O termo que a discussão oitocentista e romântica impôs e a inércia pensante manteve é bem redutor, pois houve Manuelino antes e depois do Rei Venturoso. Primeiro, o filósofo e crítico de arte catalão Eugénio d'Ors (1881-1954) em *O Barroco*² (1944) e, depois, António Quadros em *Introdução a uma Estética Existencial*³ (1954) defendem que a arte barroca começou em Portugal precisamente no século XVI, no tempo desse indevido termo do Manuelino, caracterizada por plástica quase rude e sucedânea do nosso singelo românico, afim à natureza e ao simbolismo marítimo, movida pelo sentido de viagem, descoberta e peregrinação, imbuída de religiosidade simples e intuitiva em inspiração do Espírito Santo e, daqui, nova designação propõem: a de Barroco Atlântico. No mínimo é de admitir! Tudo isto bem antes da Contra-Reforma e do Barroco Continental do século XVII, cujo nome, diga-se, adveio precisamente pela dita rudeza apaixonada em irregularidades nada clássicas da palavra portuguesa “barroca”, rochedo escarpado ou de barroco, pérola irregular.

Seja qual for a designação, existe de facto arquitectura que nos é própria, só nós a faríamos, inspirados e contemplando este nosso *genius loci*. E isto além de acréscimos decorativos a que certas miopias a querem reduzir. Exemplos não faltam, aqui neste lugar debruçado ao Atlântico oceano, mesmo deixando de fora a enorme diversidade ultramarina, a religiosa católica, a civil e a militar: o Claustro do Mosteiro dos Jerónimos e a Igreja com três naves à mesma altura, a Igreja de Jesus em Setúbal e a da Madalena em Olivença na elegância salomónica das suas colunas torsas, a Torre de Belém em terraço a descobrir mundos, a janela do Convento de Cristo em Tomar suportada por um Gama titânico (Ah! Têm muito que se lhe diga, as janelas portuguesas!), os variados portais ditos manuelinos com os seus mainéis de passagem sob a delicadeza dos arcos contracurvados, as inúmeras igrejas barrocas no seu enredo espectacular de talha dourada, na sua decoração parietal em azulejaria ímpar, os jardins dos palácios rurais entre bosques atlânticos e aromas mediterrânicos. Mas também é bem portuguesa a arquitectura ritmada, sóbria e vetusta do Palácio da Vila ou da Quinta de Ribafria em Sintra, o casario branco e alcantilado do Convento da Arrábida, o Bom Jesus de Braga encimando o escadório sobre a simbólica dos cinco sentidos, a traça construtiva de Raul Lino em genuína linguagem da casa lusitana ou mesmo a moderna Torre do Tombo em

¹ ORLANDO VITORINO, *Refutação da Filosofia Triunfante*, Teoremas, Lisboa, 1976, p. 182.

² EUGÉNIO d'ORS, *O Barroco*, Editora Vega.

³ ANTÓNIO QUADROS, *Introdução a uma Estética Existencial*, Portugália Editora, Lisboa, 1954.

Lisboa de Arsénio Cordeiro, defendida pelas espantosas gárgulas do escultor José Aurélio, a Casa Barata Santos em Vila Viçosa de Nuno Portas. Exemplos não faltam.

Foi desta arquitectura portuguesa plena do espírito de cada tempo, também o do nosso tempo, assinalando o espírito de lugar afim à pátria portuguesa d'aquém e d'além mar que tanto falámos, não foi, Amigo Luís? E não só desta aqui nossa, mas também doutras partes, mais longe e admiráveis como a do Alhambra de Granada (que harmonia de contrários entre a muralha viril e a renda feminino dos interiores!), o simbolismo sacro das Catedrais medievais francesas talhando na pedra luz de transcendência, ou então, a escola e o legado de arquitectos modernos como Carlos Ramos e Fernando Távora ou o exemplo contemporâneo do espanhol Rafael Moneo no emblemático Museu Romano de Mérida.

Não tivemos tempo (e que pena!) para falar de outra arquitectura tão próxima à simplicidade que admiravas, meu Amigo, dessa de gente ousada que, afinal sem licenciatura académica teve a licença irrecusável da imaginação e da seriedade construtiva: é o caso do brasileiro José Zanine Caldas (1919-2001), designer e arquitecto, autodidacta baiano que se aventurou logo na adolescência a construir presépios em caixas de papelão; ou outro, sem curso universitário, que foi Carlo Scarpa (1906-78), esse instintivo veneziano capaz de combinar modos artesanais e modernidade construtiva; e ainda outros que, sem universidade mostraram audaz arquitectura: Louis Sullivan, Frank Lloyd Wright, Buckminster Fuller (o das cúpulas geodésicas), Tadao Ando (há muita mística na obra deste ex-pugilista). Trago-os aqui em sinal da tua gratidão para com o ensino inestimável do teu Pai de quem me falavas, empreiteiro de construção civil e homem atento à experiência, José dos Santos Paixão. E também o faço em desafio à universidade, tão arredia para não dizer arrogante aos processos construtivos portugueses, desde a náutica de cavername tradicional às abóbadas ancestrais, lastro onde cabe a essência da nossa esfera arquitectónica. Ou não fosse a esfera armilar o nosso símbolo por excelência e, nela, a eclíptica. Quanto ficou por falar, Luís!

E ainda, meu Amigo, lembras-te como nos encantava descrever e *considerar* (sidéreo é céu!) a entrada na interior embocadura pétrea da Igreja dos Jerónimos, e aí, a nossa respiração suspender-se sob a articulação harmoniosa das abóbadas presas por fechos que mais parecem diamantes, sustentadas por seis grossas colunas que mais parecem palmeiras?! O tecto enfuna-se transformando a pedra em tecido vaporoso como tenda dos desertos. E o Tejo ali perto o que nos diz? Traz-nos a brisa mansa do rio, nele levando à foz atlântica a Torre de Belém: uma vela a descobrir mundo! Não há arquitectura portuguesa? Caiu da Lua, esta que vemos? Era vazia aquela de que falávamos?

3. A Arquitectura de Luís Paixão em Vila Viçosa

Dado o passeio pela arquitectura deste nosso lugar que é Portugal, voltemos à singular obra arquitectónica que o Arq.º Luís Paixão legou a Vila Viçosa no curto tempo de 15 anos: 12 projectos, repetimos, é obra! É justo caracterizar a arquitectura *calipolense* de Luís Paixão como organicista e portuguesa. A isso vamos.

Em primeiro lugar importa destacar que Luís Paixão pensava a arquitectura pela causa final, ou seja, aquela que atrai o espírito, a que se apaixona pela beleza e a manifesta levando propósitos de felicidade quotidiana, vida simples e saudável a quem lhe incumbia as obras. Isto que pareceria o óbvio a motivar o mais comum arquitecto vai sendo excepção, nos dias de hoje muita arquitectura desce vaidosa ao mundo sombrio do exibicionismo do arquitecto ou à montra do estatuto social de quem encomenda.

O Luís seguia com simplicidade de serviço e aprumo ponderado a tradição construtiva que, pelo menos desde a Roma antiga de Vitruvius no seu tratado *De Architectura*, nos foi legada: o edifício deve essencialmente inscrever-se como manifestação da *firmitas* – solidez, robustez, resistência na construção de que o arco romano de volta perfeita é exemplo; da *utilitas* – a funcionalidade de que as abóbadas dão prova alargando espaço; da *venustas* – a beleza pela harmonia e proporção eurítmicas sob a égide de Vénus; e, não menos importante, do *decorum* – o que mais convém em dignidade, o decoro que rejeita o supérfluo mantendo a coerência formal.

Nas conversas prévias e nas imprevistas com os clientes, na busca de soluções dos problemas, nas convergências ante a execução da obra, no átrio da ideia e no fecho da concretização, o Luís era sempre o arquitecto atento de engenho resoluto, a imaginação plástica e ajustável capaz de propor sem impor, em resumo, um *gentleman* em cortesia e arquitectura. Para arquitectos movidos a tema de revista pelo espectáculo promocional isto parecerá pouco ou nada, para quem usufrui das casas do Arq.º Luís Paixão isto é tudo, ao lado da gratidão devida. Quem o conheceu nas 10 obras executadas em Vila Viçosa dará a estas palavras o peso da verdade que têm. O Luís, primeiro escutava, perscrutava e via e, só depois, architectava, ou seja, sujeitava a utilidade e o processo construtivo aos princípios de existência humana, visava utilidade física, mas também subtilmente propunha transcendência, sondava o ser ou a essência de quem encomendava, criava algo inalienável: cada família teria na sua casa um “ser” próprio, um rosto que também seria alma; a casa é para crescer, recriar, animar-se, nunca será coisa feita e acabada. E nisto fazia lembrar aqueles arquitectos, antigos ou não que, antes da menor ideia de projecto, iam repetidamente ao local da obra futura namorar a expectativa latente do real, sondar o espírito do lugar. A isto se afeiçoava o Luís no exemplo que fez Raúl Lino em 1908, dormindo ao relento e ao luar na península de Setúbal, antes de projectar o Solar da Comenda para o Conde Armand.

Nos projectos do Arq.º Luís Paixão em Vila Viçosa não é difícil encontrar nas plantas de rés-do-chão a importância central e cordial dada à cozinha ou à lareira, depois ao quintal – havendo a felicidade de o ter – harmonizando sempre a planta em dependência ao arco solar, protegendo ou dando sol, buscando ar e salubridade. Quantas vezes ouvi ao Luís o elogio à grande cozinha das casas portuguesas – boca de sabores e ponto de reunião da casa – em vez da sala de jantar burguesa, montra para receber visitas. Ele admirava a larga cozinha com fogão generoso e lume-de-chão travejado por robusta verga em madeira tosca ou pedra rude, como ele havia visto no Solar de S. João de Gatão, casa do Poeta Teixeira de Pascoaes. A cozinha deveria dar para o quintal ou logo a seguir à porta de entrada em boas vindas de

hospitalidade a quem chega, como se vê nos montes alentejanos, a começar no dele e da sua esposa Leonor, o da Mancha, vivido em largas permanências e muito carinho, perto de Cabeça de Carneiro, Alandroal. O Luís sabia que a casa deve ser antes de mais um abrigo no dizer de Lloyd Wright, um fogo de alimento, reunião e família e, não por acaso, os romanos tinham sempre fogo aceso em honra dos deuses familiares – Manes e Lares – e, de tal modo a língua portuguesa fez da lareira o sítio do fogo que, às casas de habitação, ainda hoje chamamos fogos.

Se no rés-do-chão surge a actividade mais física da casa – cozinha, despensa, sala de estar, lavandaria, arrumações, garagem ou, quiçá, oficina e quintal – e também a sua alma na biblioteca, pequeno oratório ou na sala de trabalhos caseiros, por norma é na planimetria do 1.º andar que os projectos “calipolenses” de Luís Paixão acomodam os quartos. Quer no rés-do-chão, quer no 1.º andar, se possível, haverá zonas de transição para o exterior para melhor acomodar a temperatura e a luz alentejanas sujeitas a grandes amplitudes: alpendres em baixo, protegidos por grossas colunas ou mesmo contrafortes adossados; *loggias* ou galerias abertas em cima, marcadas por colunas em registo dórico, quiçá com a curvatura da *entasis* grega, fazem a mesma função de passagem suavizando luz e temperatura. Nas casas do Luís há quase sempre uma ou mais janelas em sinal de destaque como um símbolo, elemento chave que é o olhar e a alma da casa, seja num alpendre mais aberto ou num ponto saliente visando a paisagem, seja até numa esquina marcando pelo mainel a visão dupla. No fundo, só na língua portuguesa a janela se associa como diminutivo a Janus bifronte, o deus da dupla passagem entre idades, ao invés do aperto defensivo de uma fresta como *fenêtre* ou *finestra*, muito menos como entrada de vento como *ventana* ou *window*. A língua também ensina a arquitectar.

Na parte superior das casas calipolenses o desenho do Luís Paixão amiúde propõe ligação visual com o exterior dada por uma galeria, uma janela destacada ou um terraço, zona de refúgio marcando horizontalidade e perspectiva alargada, deslumbramento nocturno sob céus estrelados, poderosos, cósmicos e únicos como são os do Alentejo.

Outro feliz carácter na arquitectura orgânica do Luís Paixão é o sinal material do lugar, um elemento construtivo de matéria prima que assinala como sinete indiscutível a natureza envolvente. Nas casas calipolenses há a evidência do mármore, mas significativamente tratado como diamante! Não há, nas casas do Luís levantadas em Vila Viçosa – a zona nacional mais rica em mármore – o tratamento desta pedra calcária em registo quantitativo, usada e abusada (“porque sim, aqui há muita”), como se a natureza pudesse ser maltratada no despudor rude da fartura, e tantas vezes é! Não, na ideia do Luís a pedra de Vila Viçosa é elevada à sua alta categoria de mármore cristalino capaz de iluminar, surge como requinte de escadaria, em destaque aprumado de uma coluna isolada ou assinalando um pormenor como faz o engaste de pedra preciosa num anel. Às vezes, pode ser apenas um relevo simples ou sulco gravado num lintel de porta, sugestão de um arco contracurvado em memória *manuelina*. A questão do que se chama pormenor deveria ter debate arquitectónico actual, *pormenor* decisivo, pois o funcionalismo modernista reduz ou anula o detalhe a coerência estrita, afastando a hipótese superlativa na

qual detecta excrescência. Não assim na salutar ideia do *decorum* vitruviano e, muito menos na arquitectura portuguesa a que já chamámos *barroco atlântico* em vez de *manuelino*. Às vezes, entre legislação camarária asfixiante e alinhamentos igualitários colectivos, entre limitações urbanas e exigências clientelares, sobra apenas à imaginação do arquitecto a assinatura através de um ou mais pormenores. O pormenor poderá ser a jóia da casa.



Luís Paixão e Carlos Aurélio
Monte da Mancha, 2006

Por fim a pedra de toque, se quisermos, a marca da imaginação significativa e simbólica na obra do Arq.º Luís Paixão: as abóbadas em cúpula exterior à vista, caiadas de branco, trazendo à casa uma luz zenital única. É este o corolário supremo da sua teoria em teorema arquitectónico, a sua assinatura nas casas calipolenses: uma calote branca recortada contra o azul límpido do céu, o círculo celeste incrustado na quadratura terrestre. Pode, por vezes, a cúpula ser substituída em modo alternativo mais ou menos elaborado, mas o que não falta é a luz vinda do zénite, do lugar mais alto do céu, pelo qual, este arquitectar ascende a verbo, ou seja, à transcendência e à bênção de Deus. O Luís, quem o conheceu sabe, era um homem profundamente crente, um arquitecto que nos seus projectos, estou certo, nunca deixou de sondar os caminhos humanos pelos signos divinos.

Um outro aspecto, talvez adventício aos 12 projectos calipolenses, convém aqui reter. Em 1997 e no âmbito de uma Candidatura de Independentes liderada por Eduardo Almeida sob o emblema do CDS-PP, o programa do meio ambiente e urbano dessa proposta política propôs o que então designou como *Anel Verde*: criação de uma faixa (10-12 metros de largura média) pedonal e circular em torno de toda a zona histórica de Vila Viçosa ligando, num arranjo urbanístico arborizado, as Escolas a norte, depois a Igreja da Lapa, o Campo da Restauração e o Carrascal, a Mata e o Rossio, a Esperança e o Castelo, a Avenida e o Palácio fechando, por fim, na Urbanização à Porta do Nó. Na ideia esquemática deste projecto que apresentei ao Luís surgiu, por ele, o esboço de um trajecto pedonal em desenho sinuoso na fluência de um rio e em exemplo de sinuosidade similar à da antiga Rua de Trás, dita do Dr. Gomes Jardim, dada como módulo paradigmático. O exemplo serve para dar, nesta ideia urbana de arquitectura orgânica, de como se pode fazer analogia ajustada, no caso, admirando a suavidade sinuosa da linha curva feminina tão afim ao

recorte envolvente das colinas e do perfil da paisagem de Vila Viçosa. Isto em contraponto evidente a comuns projectos rectilíneos na urbanização e arquitectura de hoje que, no dizer de um amigo meu, até parecem que desistiram de usar compasso.

Importa afirmar, o traço arquitectónico do Luís Paixão tem mão de compasso, de tal modo usou curvaturas no equilíbrio e na parcimónia das coisas belas e simples. Se Frank Lloyd Wright pensou a arquitectura como «casa de abrigo» não será desajustado afirmar que a paixão do Luís pela arquitectura foi, em sadio propósito de arquitecto, pensar cada casa como *lugar de imaginação*, vida própria e inalienável no tempo e no espaço, um existencial *proprium* susceptível de “recordar” o paraíso em maiêutica de amor e conhecimento, um casulo de luz onde é possível repousar o coração português. A saudade também pode ser sítio de oração.

O Arquitecto Luís Manuel dos Santos Paixão deixou-nos a 27 de Dezembro de 2019, dia de S. João Evangelista, mas por certo a sua obra calipolense perdura entre nós tão forte como as suas ideias de arquitectura, tão cortês como o seu carácter generoso de bom coração. Amigo Luís, Vila Viçosa deve-te muito e eu devia-te estas palavras. E, todavia, terei gosto em manter sempre esta dívida em aberto pois a amizade não prescreve. Obrigado.

Lista de projectos do Arq.º Luís Paixão em Vila Viçosa:

- A – Carlos Aurélio / Luísa, Rua Sacadura Cabral, 13-A, 1985-86
- B – João Tavares / Fátima, Rua 5 de Junho, 1990-91
- C – José Ramos. M.^a Dores / Alexandre Ramos. Paula, Estrada de Peixinhos, *casa campo*, 1991-92
- D – Luís Aurélio / Teresa, Rua Combatentes da Grande Guerra, 25 (remodelação), 1995
- E – José Roma / Clara Fonseca, 1995-96, *casa campo* (Pardais)
- F – M.^a Conceição Aurélio / Jorge Pombeiro, Rua do Sol Nascente, 1998-1999
- G – José Poeiras / M.^a Adelina, *casa campo* (Marco de Borba-saída de V. Viçosa), 1996-2000
- H – Carlos Carriço / Marina, Rua do Sol Nascente, 1997-2000
- I – Joaquim Carvalho / Helena, Rua da Aldeia de Cima, 32, (remodelação) 1997-2000
- J – José Pedro Fonseca / M.^a Antónia, *casa campo*, Monte Azenha da Palma (Pardais), 2000-2001,
- L – José Campino / Helena, *casa campo*, Monte da Misericórdia, 1991 (obra não executada)
- M – José Valentim / Dalila, Estrada de Peixinhos, *casa campo*, 2009 (obra não executada)

Entre 1985-2000, em 15 anos, 12 projectos:

- 8 habitações familiares: 4 urbanas, 4 de habitação própria no campo
- 2 remodelações de casa antiga
- 2 projectos (campo) – obra não executada

Seguem-se várias fotografias exemplificando as características da arquitectura de Luís Paixão nas obras projectadas em Vila Viçosa entre 1985-2000. Não se optou por mostrar cada casa nos seus múltiplos aspectos, desde o projecto à obra final executada, cuja extensão ultrapassaria os limites naturais deste texto. Seguindo a enunciação dessas características no presente estudo a opção recaiu precisamente, grosso modo, por alinhamento similar: I – EXTERIORES: 1) fachadas 2) janelas e portas 3) alpendres e galerias 4) colunas e pilares; II – INTERIORES: 1) cozinhas e lareiras; 2) azulejos e madeiras; III – PORMENORES SIGNIFICATIVOS; IV – LUZ ZENITAL, curvas e abóbadas. Indicam-se as casas pelas letras correspondentes aos proprietários, da esquerda para a direita, de cima para baixo.

I – EXTERIORES: 1) fachadas: casas B; B, H, A, C.



I – EXTERIORES: 2) janelas e portas: casas D, D, A, G, A, C, G, H.



Casa D: Conjunto de janelas, originalmente com quebra-luz em ripas cruzadas de madeira, hoje lamentavelmente em alumínio (assim decaí a escala do gosto).



**I – EXTERIORES: 3) alpendres e galerias: casas M (em maqueta),
G, F, F, E, E.**



Carlos Aurélio

I – EXTERIORES: 4) colunas e pilares: casas E, A, B, G, E, C.



II – INTERIORES: 1) cozinhas e lareiras: casas A, A, G, G, B, E.



II – INTERIORES: 2) azulejos e madeiras: casas E, E, A, A, A, E.



III – PORMENORES SIGNIFICATIVOS: casas B, A (entasis), A, A, D, A (arco manuelino), G, B.

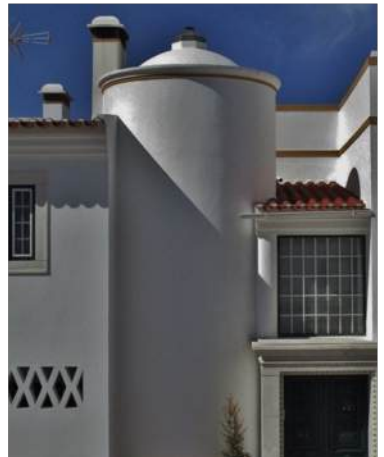


Carlos Aurélio

IV – CURVAS e LUZ ZENITAL: casas C, E, G, A.



IV – LUZ ZENITAL e ABÓBADAS: casas G, G, B, G, A, H.



Processos geológicos observados ao microscópio. Um olhar ao interior dos mármore

Luís Lopes^{1 2*} | Ruben Martins¹ | Sandro Vicente³

A dinâmica da Terra nos Mármore Alentejanos observados ao microscópio petrográfico

Advertência ao leitor: este texto é um convite a olhar os mármore como nunca os viu antes!

As rochas não são mais do que associações de minerais. Estes, por sua vez, são estruturas cristalinas, com uma composição química definida (ainda que variável entre limites bem definidos), que resultam de um arranjo espacial tridimensional dos elementos químicos, ou compostos, que os constituem. A ocorrência de um mineral, ou conjunto de minerais (a que se chama “rocha!”), em determinado lugar, deve-se a uma resposta dos elementos químicos que se organizam “estruturalmente” em função da sua disponibilidade relativa e das condições de equilíbrio em termos de pressão e de temperatura (entre outras) – em Geologia referimo-nos a um *equilíbrio termodinâmico*.

Assim, qualquer rocha, resulta de um processo que, sendo complexo, porque cada mineral representa um sistema e, quanto mais minerais estiverem presentes, mais sistemas em competição pelos elementos disponíveis, irão existir, não deixa de ser lógico e desta forma mais perceptível a todos e não apenas aos estudiosos que se dedicam ao tema. Numa analogia muito simplista, seria quase como agrupar os espectadores de um concerto pelos clubes de futebol com os quais simpatizam... até aqui haveria um conjunto que não se encaixaria em nenhum clube, seriam considerados “exóticos”, e em geologia também é assim, há elementos que por não se encaixarem nas redes cristalinas dos minerais mais comuns, vão ficando disponí-

¹ Departamento de Geociências – Universidade de Évora

² Instituto de Ciências da Terra – FCT, Évora, Portugal, *lopes@uevora.pt

³ Vicente GeoTours.

veis no sistema e a sua concentração vai aumentando até que se criam condições para formar os seus próprios minerais. Estes minerais, por norma são mais raros e por vezes adquirem importância económica e/ou científica relevante.

Quando a concentração de um determinado elemento é muito superior relativamente à sua concentração média na crosta terrestre (designada por “Clarke”), podem formar-se jazidas minerais, que são sempre ocorrências excecionais e como tal não devem, nem podem, ser ignoradas nas tomadas de decisão referentes à gestão do território.

No concelho de Vila Viçosa, a Mina da Almagreira (de ferro) e a Mina de Miguel Vacas (de cobre, por vezes identificada por Mina do Monte dos Vieiros), são dois bons exemplos. Na Mina de Miguel Vacas, entre outros, há mesmo um mineral muito raro e extremamente cobiçado por colecionadores, trata-se da libethenite (Fig. 1), um fosfato hidratado de cobre com a seguinte fórmula química: $\text{Cu}_2\text{PO}_4\text{OH}$. Quando muito, os cristais são milimétricos e apresenta sempre cor verde mais ou menos carregada (idiocromático).

No caso das rochas ígneas, os estudos experimentais realizados por Norman Bowen em 1915, levaram a uma interpretação muito clara e bem organizada do que se passa com um magma à medida que arrefece e a matéria se vai organizando em minerais que tem em comum serem silicatos, ou seja o grupo SiO_2 liga-se, com outros elementos químicos/compostos, de forma sucessivamente mais complexa à medida que o magma arrefece. Resultaram daqui as duas “Séries de Bowen”. Uma, dita contínua, onde se formam feldspatos (primeiro com cálcio e sódio e depois de potássio, ou seja plagioclases e feldspatos propriamente ditos, respectivamente), segundo uma rede cristalina que se mantém estável à medida que a composição do magma se vai alterando, o que fica patente, por exemplo, nos cristais de plagioclase zonados. Nestes, o núcleo é mais rico em cálcio (Ca) e as orlas de crescimento concêntrico vão sendo cada vez mais ricas em sódio (Na). Essa variação representa, a cada momento, o estado de equilíbrio no magma (sistema) à medida que arrefece e passa do estado líquido ao estado cristalino. A outra série, dita descontínua, preconiza o que se passa com os minerais mais comuns nas rochas ígneas e que têm na sua composição ferro (Fe) e magnésio (Mg). A passagem de um mineral ao outro implica a destruição, parcial ou total, do anterior. Não há continuidade cristalina nesta série. Primeiro formam-se olivinas, depois piroxenas, em seguida anfíbolas e finalmente a mica escura designada por biotite. É ainda interessante notar que, em cada um destes minerais, primeiro formam-se os mais ricos em Mg e no fim os que apresentam maior quantidade de Fe.

Por fim, e caso ainda haja SiO_2 disponível no sistema, forma-se quartzo e outros silicatos (e não só) de elementos químicos que, ficando de fora por não se encaixarem perfeitamente nas redes cristalinas dos minerais mais comuns, acabam por formar minerais próprios, na sua essência mais raros. Os berilos (águas marinhas e esmeraldas), a lepidolite (mica de lítio), entre muitos outros, são bons exemplos.

No caso das rochas metamórficas os processos são bem mais complexos como já tivemos ocasião de detalhar no número 28 da revista de cultura *Callipole* (Lopes, 2022).

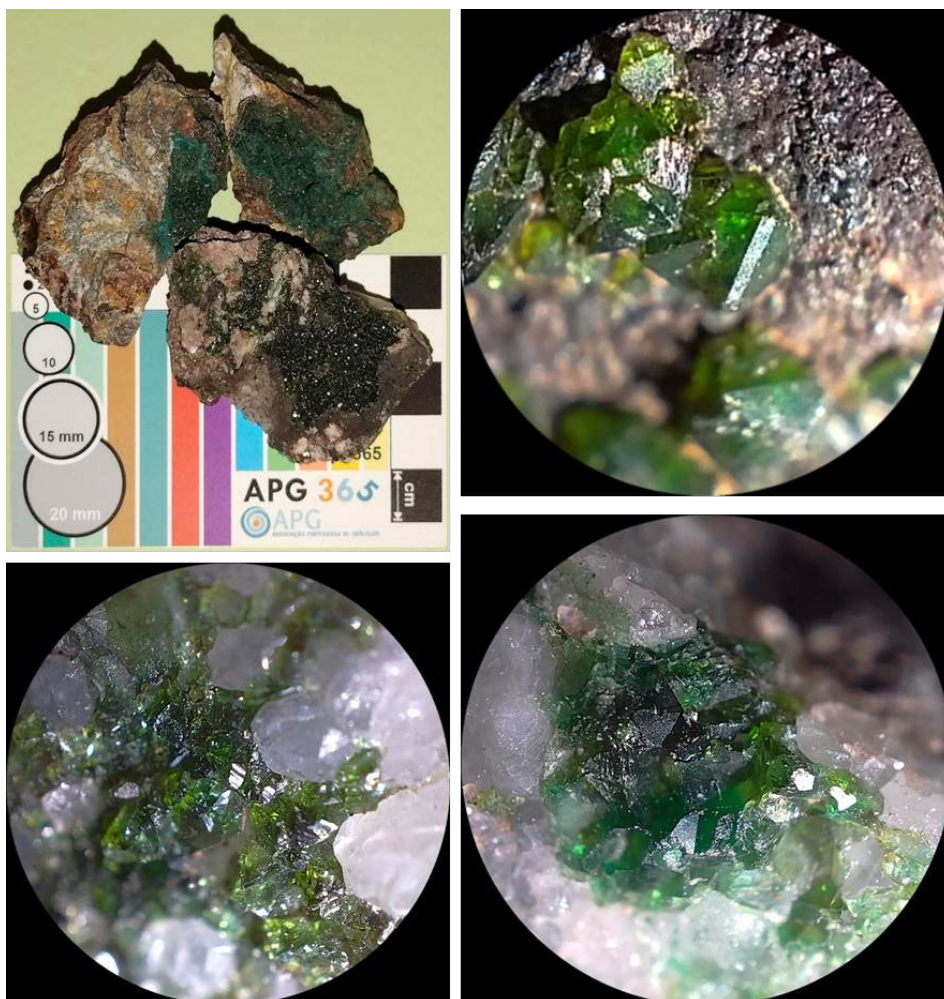


Figura 1 – Em cima à esquerda, três amostras do minério de cobre que era explorado na Mina de Miguel Vacas, constituído por pseudomalaquite, libethenite e outros minerais ricos em cobre (Cu). A mineralização ocorre ao longo de discontinuidades no encaixante essencialmente constituído por xistos (para informação mais detalhada consultar Fernandes, 2012). As restantes imagens representam cristais verdes de libethenite e quartzo. O diâmetro real destas imagens é de apenas 1 milímetro.

Assim e para simplificar a nossa análise, vamos postular que as rochas metamórficas são, de facto, sistemas naturais em equilíbrio a vários níveis: 1) reológico (comportamento variável com o tempo. Os minerais e consequentemente as rochas, sujeitas a um esforço tectónico ao longo do tempo tendem a deformar-se. À superfície e em resposta a tensões instantâneas elevadas e rápidas, partem, mas em profundidade e sujeitas a esforços constantes durante muito tempo, fluem); 2) dinâmico (este equilíbrio é uma consequência do anterior, ou seja, há deslocamentos associados aos movimentos tectónicos que se refletem a todas as escalas, formam-se texturas e padrões geométricos que permitem “ler” o sentido de fluxo da maté-

ria); 3) termodinâmico (em cada momento, as condições de pressão e temperatura condicionam os minerais presentes), e 4) químico (ou seja, a formação sequencial de minerais influencia o próprio sistema onde a concentração dos elementos e compostos químicos também se vai modificando).

Ao observar os mármoreos devemos de ter em mente que, em momento algum da sua história geológica, passaram pelo estado líquido ou sequer fluído. Todas as transformações ocorreram no estado sólido e essa percepção será, talvez, o maior desafio que contraria o senso comum – afinal o “bolo de mármore” não é assim uma analogia tão boa...

Por exemplo, a presença de anfíbolos nos mármoreos de Estremoz é extremamente rara ou inexistente, e essa informação é crucial para balizar a temperatura máxima a que estiveram sujeitos, ou seja, nunca atingiram os 400°C... De facto, por outros critérios, como por exemplo, as maclas nos cristais de calcite, que indicam temperaturas mais baixas. A análise termobarométrica pode ser feita em pequenas bolhas incluídas nos cristais de quartzo presentes no mármore (Fig. 2), esse estudo, porém, não está concluído.

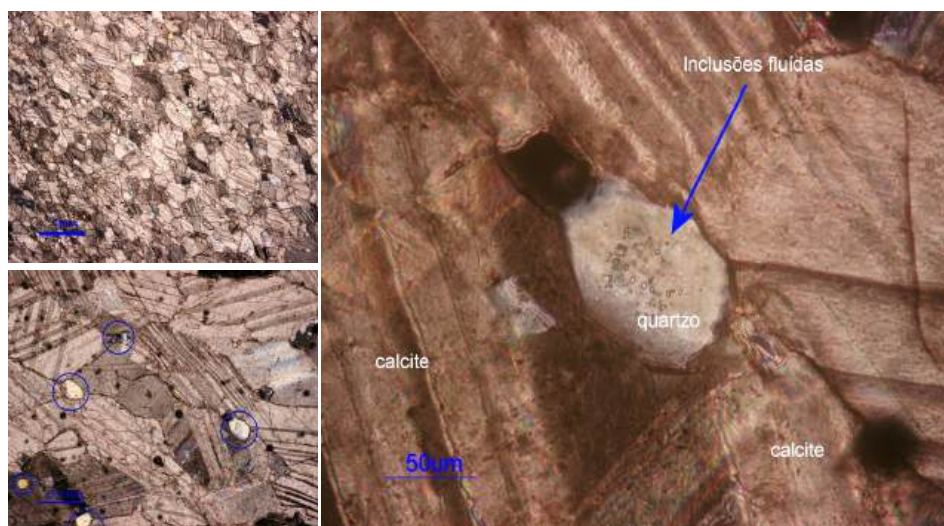


Figura 2 – Fotografias, obtidas ao microscópio petrográfico e em nicóis cruzados, a várias escalas, de lâmina delgada de Mármore Creme da Lagoa (Vila Viçosa). Observam-se pequenos cristais de quartzo que se formaram durante o processo metamórfico por migração e concentração de sílica (SiO_2) a partir da rocha original (calcário!). Encontram-se estrategicamente localizados entre os cristais de calcite que estão alinhados segundo o seu eixo maior. No interior dos cristais de quartzo encontram-se inclusões fluidas que estavam em equilíbrio térmico e barométrico quando os cristais se formaram. O seu estudo permite saber com rigor esses valores de pressão e temperatura que, naturalmente seriam as mesmas das da formação dos mármoreos. O alinhamento dos cristais de calcite é designado por “orientação cristalográfica preferencial” e forma-se na perpendicular às forças tectónicas que provocaram a deformação dos mármoreos, como se de uma autêntica xistosidade se tratasse. Na linguagem popular é conhecida por “corrume”. Esta lâmina delgada foi obtida segundo um corte perpendicular ao “corrume” e contendo o estiramento mineral que corresponde a um alinhamento dos cristais de calcite no plano da xistosidade. Nota: as lâminas delgadas obtêm-se por desgaste das rochas até uma espessura padrão de 30µ (30 micra ou 0,030 do milímetro, para o estudo das inclusões fluidas devem ser um pouco mais espessas).

Quando observados ao microscópio os mármore desvendam ainda mais mistérios e é possível relacionar as estruturas observadas a olho nu com as causas identificadas ao microscópio, esse é “mundo” que passaremos a desvendar nas próximas páginas.

Esta viagem será feita com recurso à análise das duas chapas de mármore expostas, em livro aberto, no início da exposição do Museu do Mármore “Raquel de Castro” ($38^{\circ}47'11.70''N$, $7^{\circ}25'28.28''W$).

Em primeiro lugar, na face traseira de uma das chapas de mármore atrás referidas, com recurso a uma caroteadora craniana portátil, fizemos uma amostragem em locais distintos da chapa com o objectivo de representar não só os diferentes materiais presentes como também as relações geométricas e texturais entre os diferentes minerais observados por exame macroscópico a olho nu (Fig. 3). Na chapa de mármore observa-se claramente o comportamento mecânico perfeitamente distinto entre as massas com quartzo (junto das amostras 7 e 8), o espessamento em filossilicatos nas charneiras das dobras (amostras 3, 5 e 6), o *degradé* no mármore de cor-de-rosa a branco à medida que nos afastamos dos filossilicatos (da amostra 2 para a amostra 1), entre outros aspectos menos óbvios como a relação geométrica entre pequenas discontinuidades e a sua posição relativamente às dobras que inter-setam e a “refração” das discontinuidades quando passam de uma litologia para outra. Estes aspectos podem, e devem ser explicados detalhada e pessoalmente ao visitante no museu.



Figura 3 – Chapa de mármore em exibição no Museu do Mármore de Vila Viçosa (Museu Raquel de Castro), com indicação dos locais de amostragem para a elaboração de lâminas delgadas. Por razões estéticas, as amostras foram recolhidas na parte de trás da chapa. Junto dos pontos de amostragem 5 e 6 podem-se observar dobras menores geometricamente semelhantes às definidas pela massa mais escura que contem os pontos 2, 3, 5 e 6.

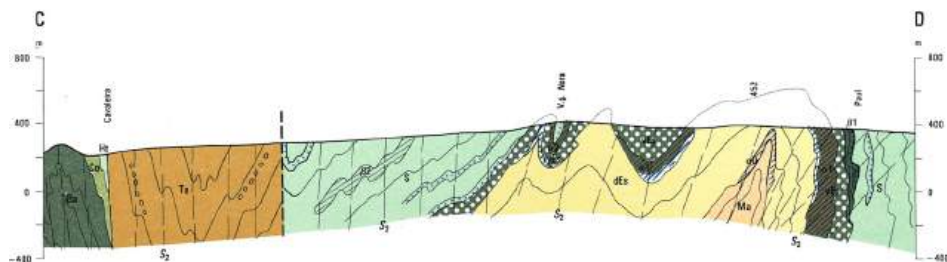


Figura 4 – Com os devidos ajustes posicionais, notar a auto-semelhança entre a chapa de mármore exposta no museu e o corte geológico do anticlinal de Estremoz, extraído da Carta Geológica de Portugal à Escala 1:50.000 Folha 36-D Redondo. Direcção Geral de Geologia e Minas, Serviços Geológicos de Portugal, 1986.

Outra nota muito importante tem a ver com o conceito de dimensão fractal aplicada aos processos geológicos (Mandelbrot, 1983; Turcotte, 1997; Jiang, 2015). Sem desenvolver mais o tema podemos dizer que, geometricamente, as estruturas e as texturas, geológicas repetem-se a diferentes escalas, desde a dimensão microscópica à escala cartográfica regional (Figs. 3 e 4).

Desta forma, as duas chapas de mármore rosa-vergado, que se encontram no início da exposição no Museu do Mármore em Vila Viçosa, são objetos fabulosos no sentido em que a partir da sua análise se pode explicar, de forma muito sucinta, os fenómenos tectónicos que, atuando à escala regional, moldaram os “Mármore de Estremoz” à medida que decorriam os tempos geológicos. Em termos de deformação dúctil, estes processos culminariam com a formação da Pangea. Mas a deformação não cessou nesse ponto e também os fenómenos de deformação mais recentes (frágeis), podem ser observados, precisamente os que têm mais importância económica por deles resultarem a fragmentação dos mármore que impede a obtenção de blocos de tamanho comerciável.

O bloco de onde foram feitas três chapas de mármore estava no parque de blocos do extinto Cevalor e, pelos padrões de então o mais certo era ter sido fragmentado para brita. De facto, logo depois de o termos identificado com potencial científico e pedagógico, desapareceu do Cevalor e só com pesquisa e alguma sorte o fomos encontrar em Rio de Moinhos, na Pedreira Marlino – Mármore Lda., pronto a ser transformado em brita. Em 2010 o bloco foi-nos cedido pela empresa e solicitámos à Granisul – Construção, Mármore e Granitos Lda., para nos cortar o bloco em chapas, o que foi feito num engenho para corte de granitos. A elevada percentagem de quartzo e consequente grau de abrasão da rocha assim o exigia, um engenho de mármore não teria conseguido fazer o trabalho com a mesma eficiência. Depois de polidas, as três chapas assim obtidas vieram para o Museu do Mármore, então ainda sito na antiga Estação de Caminho de Ferro de Vila Viçosa. Mais tarde, no fim de 2011, por ocasião da exposição “Fósseis e Rochas do Alentejo – Um Património do Tempo”, no Hotel Convento do Espinheiro, em Évora, uma das três chapas que a título de empréstimo viria a fazer parte dessa exposição, acabou por ser doada pelo Município de Vila Viçosa ao hotel e desde essa data que se

encontra em exposição nos jardins exteriores do hotel, em local de destaque e passagem quase obrigatória. As outras duas, dispostas em livro aberto, fazem hoje parte integrante do espólio do Museu Raquel de Castro.

Os provetes cilíndricos obtidos na amostragem foram impregnados em resina (Fig. 5). Dado o seu tamanho diminuto, esta opção, além de conferir resistência aos provetes, uma vez que tendo os cortes sido feitos perpendicularmente à xistosidade havia o risco de a rocha se fragmentar e impedir a realização das lâminas delgadas, permitiu fazer os cortes onde e da forma que nos pareceu mais adequada para recolhermos informações texturais e estruturais mais evidentes e precisas.

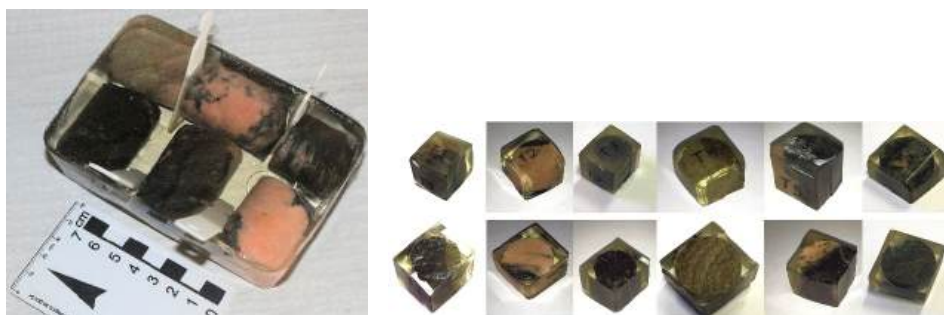


Figura 5 – Seis dos provetes cilíndricos retirados do molde onde foram impregnados com resina. Depois deste processo, cada um deles foi cortado individualmente (em baixo).

O processo seguinte consistiu na elaboração das lâminas delgadas (Fig. 6). Para tal os provetes foram colados numa lâmina de vidro e cortados o mais fino possível com uma serra de precisão. Então procedeu-se à elaboração semiautomática das lâminas com recurso ao equipamento Logitech existente nos Laboratórios do Departamento de Geociências da Universidade de Évora. O ajuste até à espessura padrão de 30 micra, ou seja 0,030 do milímetro, e polimento final, é feito por desgaste manual em lixas com diferente rugosidade, recorrendo-se, por aproximação e controlo visual, ao microscópio petrográfico.



Figura 6 – Talisca do provete número 2 após o corte com a serra de precisão e antes do desgaste na máquina de lâminas delgadas Logitech.

Nas páginas seguintes descreveremos alguns exemplos das microestruturas observadas em cada uma das nove zonas analisadas, conforme constam na figura 3, e teceremos algumas observações sobre o seu significado.

Zona 1 – Esta zona é essencialmente constituída por mármore que varia de cor branca a cor-de-rosa, à medida que nos aproximamos dos filossilicatos (Figs. 7 a 10). O mármore apresenta uma textura granoblástica mais ou menos homogénea, com contactos lineares e cristais poligonais razoavelmente bem definidos. As imagens seguintes ilustram estes aspectos. As fotografias menos coloridas representam a observação em nicóis paralelos, ou seja, são a cor real que a rocha apresenta ao microscópio petrográfico, ainda que se trate de luz polarizada. As imagens mais coloridas representam a observação em nicóis cruzados. As cores resultam da interferência da luz duplamente polarizada com a estrutura cristalina dos minerais, daqui resultam cores artificiais que estão padronizadas em função da espessura das lâminas delgadas. Na presença de minerais que cristalizam no sistema cúbico ou na ausência de estrutura cristalina (no vazio ou no vidro, por exemplo), os dois feixes de luz polarizada anulam-se e apesar de vermos a luz no microscópio, quando observamos as lâminas delgadas pela ocular observamos uma imagem negra. Os minerais são colocados numa plataforma que roda fazendo variar o ângulo de incidência da luz com os minerais na lâmina delegada e, nos minerais que cristalizam nos restantes sistemas cristalográficos, há sempre uma direcção em que os feixes de luz se anulam e aparecem escuros (dizemos que estão extintos). Esta propriedade está bem presente nas imagens seguintes. Quando todos os cristais de calcite se “extinguem” segundo uma direcção bem definida, dizemos que apresentam uma orientação cristalográfica preferencial.

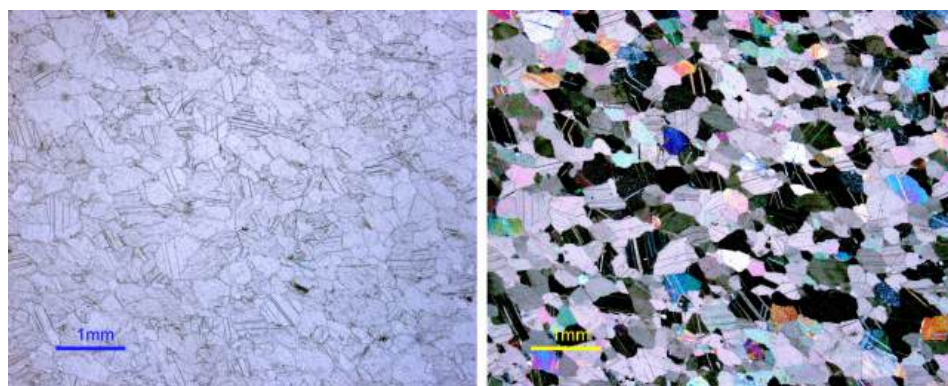


Figura 7 – Imagem em nicóis paralelos (à esquerda) e em nicóis cruzados (à direita) que seria expectável de obter na zona mais branca da chapa (de facto a figura não foi obtida na lâmina delgada executada na Zona 1, apenas optámos por a incluir por razões estéticas).

**Processos geológicos observados ao microscópio.
Um olhar ao interior dos mármore**

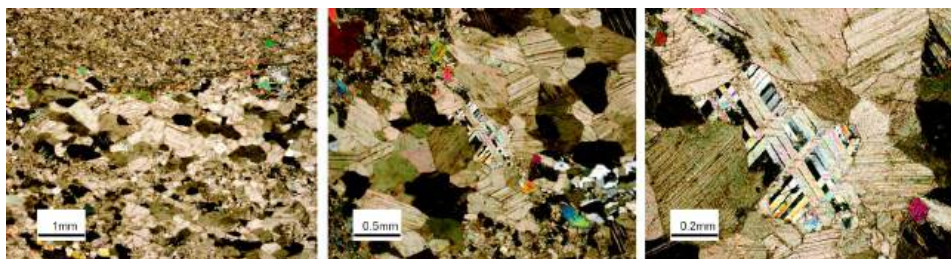


Figura 8 – Relações texturais entre diferentes minerais observados a escalas diferentes. Na imagem com maior ampliação destacam-se as maclas nos cristais de calcite. As maclas formam-se quando dois ou mais cristais de um mineral partilham a mesma rede cristalina.

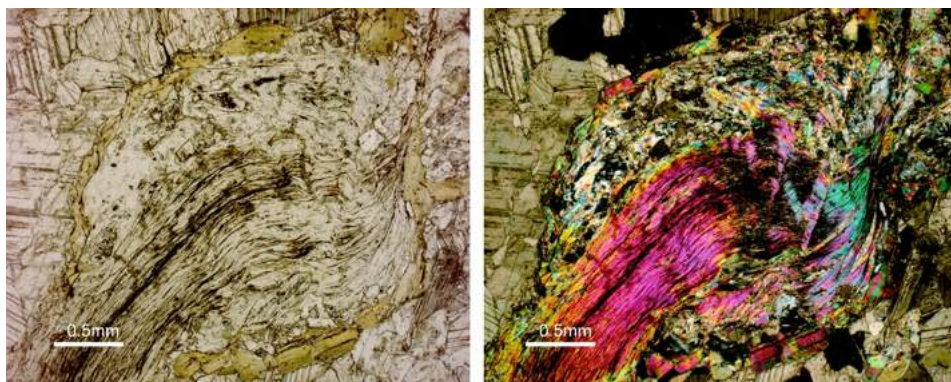


Figura 9 – Nas bandas milimétricas mais escuras ocorrem filossilicatos (silicatos em folhas) que acomodam a deformação sofrida pelos mármore que se torna clara no modo como aparecem dobrados.

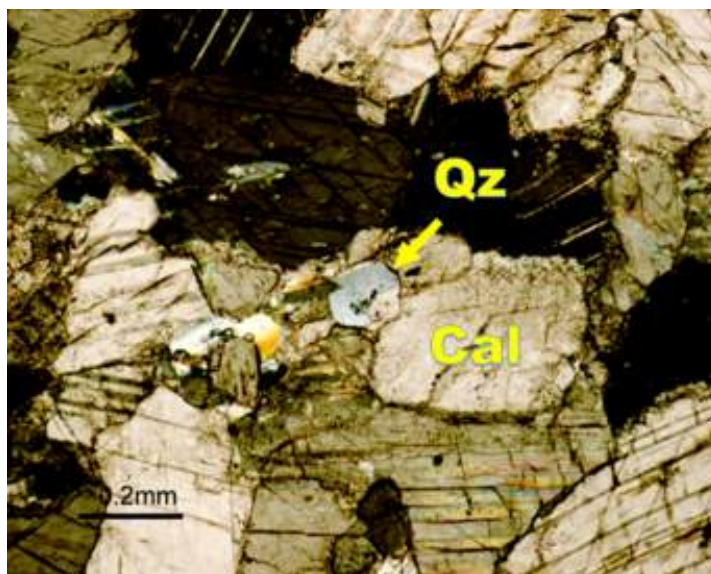


Figura 10 – Ainda nesta zona (de facto em toda a chapa), observam-se cristais de quartzo com inclusões fluidas.

Zona 2 – Nesta zona procurámos perceber o que se passa no contacto entre o mármore cor-de-rosa e os filossilicatos.

Começamos por realçar os cristais de calcite com as clivagens bem definidas (Fig. 11), ainda que o destaque seja dado aos filossilicatos (Fig. 12).

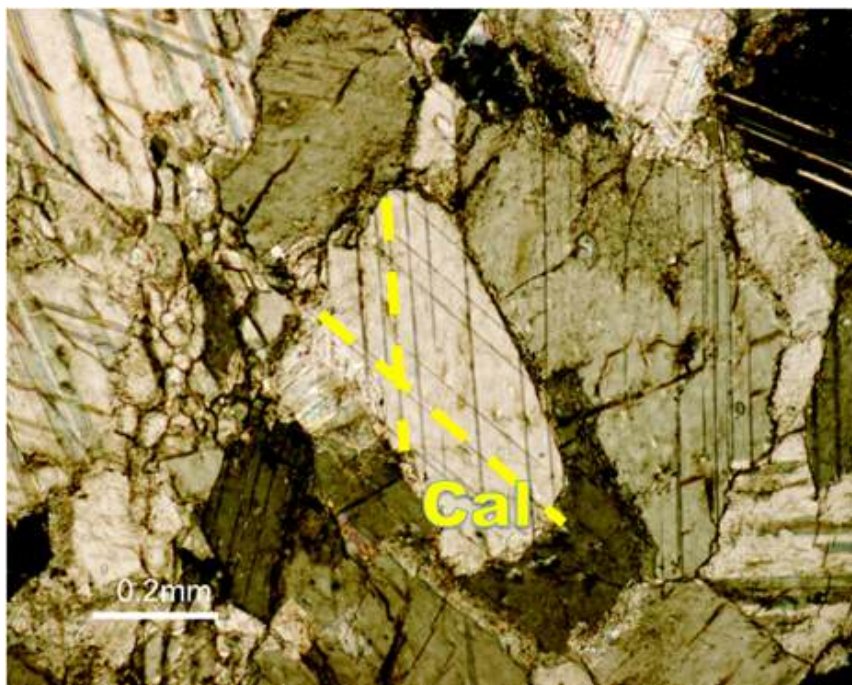


Figura 11 – Destaque para as clivagens nos cristais de calcite e contacto, ora plano ora serrilhado entre os cristais.

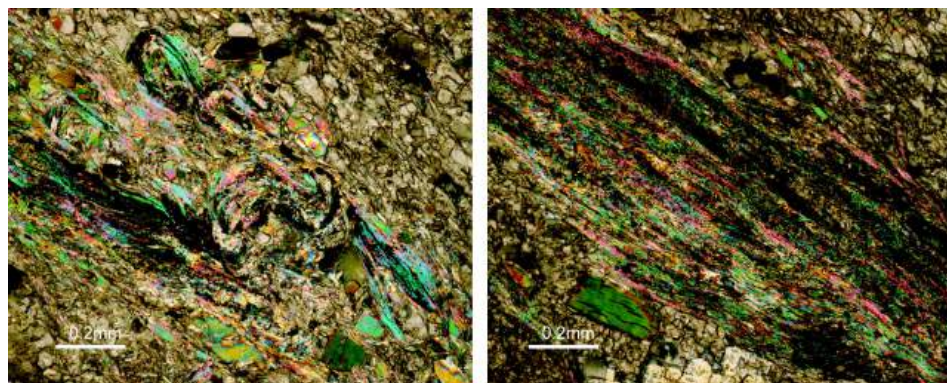


Figura 12 – Dois locais distintos da lâmina delgada da Zona 2 onde se observam os filossilicatos (essencialmente sericite, e moscovite). À direita junto à escala destaca-se um cristal de moscovite.

**Processos geológicos observados ao microscópio.
Um olhar ao interior dos mármore**

Zona 3 – Esta zona é caracterizada por filossilicatos de cor verde-escura o que se deve à presença de biotite. Alguns cristais de biotite (Fig. 13) fornecem-nos mesmo informação dinâmica sobre os processos de deformação.

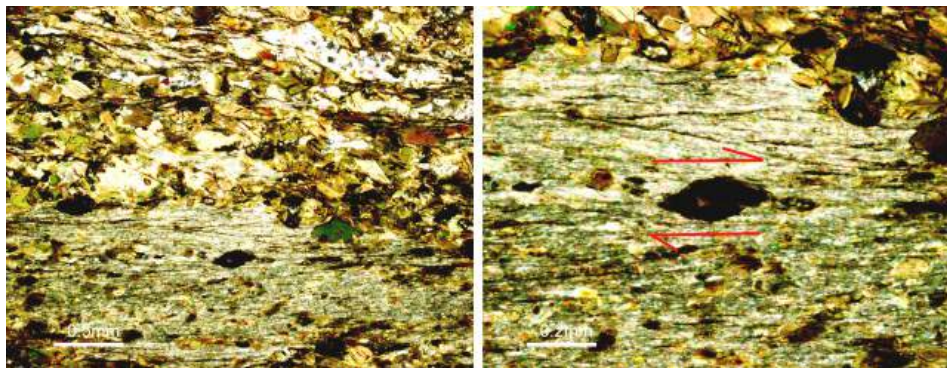


Figura 13 – Destaque para o cristal de biotite com indicação de movimento cisalhante direito.

Zona 4 – Nesta zona ocorrem filossilicatos de cor verde-clara e é caracterizado por microdobramentos generalizados (Fig. 14).

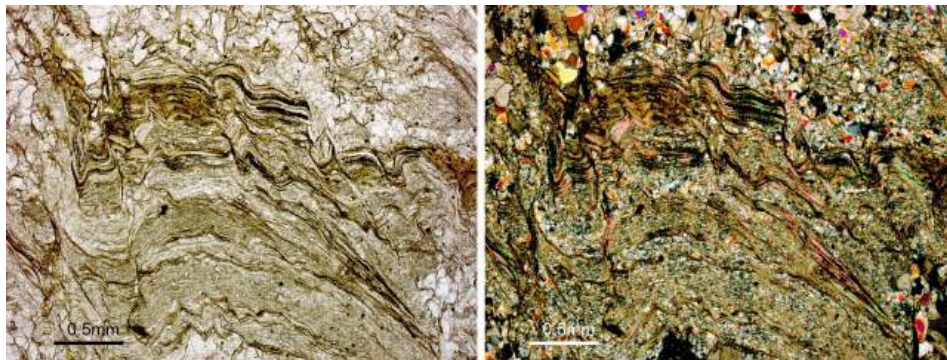


Figura 14 – Destaque para o microdobramento com comportamento distinto entre os níveis com diferentes composições. O filossilicatos cedem à deformação ao passo que os níveis mais ricos em quartzo (no canto superior da imagem) resistem e por isso as dobras não são tão evidentes.

Zona 5 – Nesta zona destacamos as dobras em filossilicatos (que inicialmente seriam vulcanitos básicos, Fig. 15 e 16).

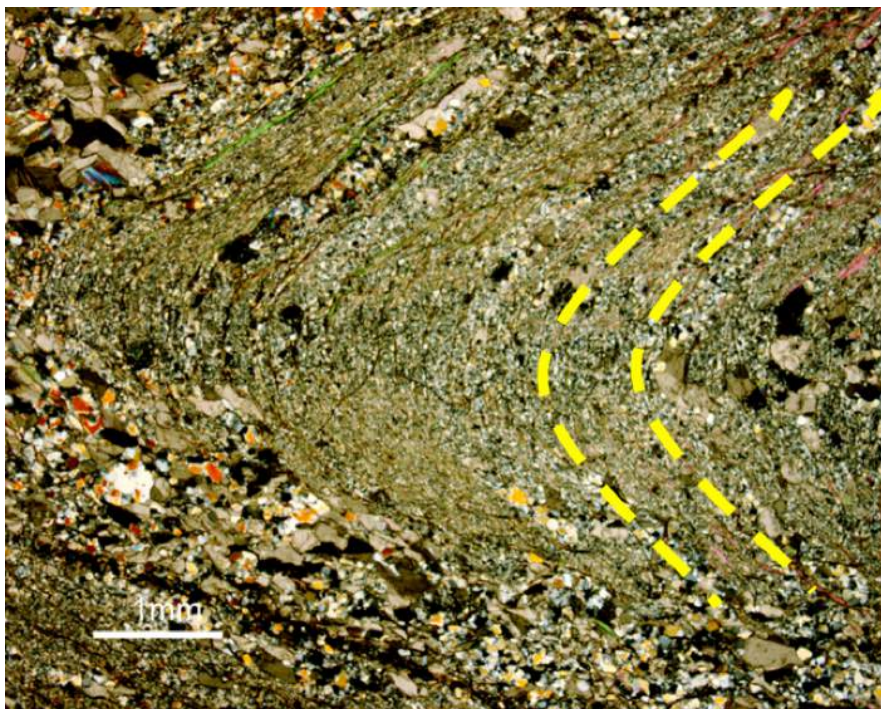


Figura 15 – Microdobras em metavulcanitos muito finos. Atente-se como o grau de curvatura das dobras varia em função dos minerais que constituem a dobra sendo mais aberta nos cristais de calcite de maiores dimensões.



Figura 16 – Composição de várias fotografias para nos dar uma ideia mais abrangente da lâmina delgada. O comprimento real da área fotografada é cerca de 1,5 centímetros.

**Processos geológicos observados ao microscópio.
Um olhar ao interior dos mármore**

Zona 6 – Nesta zona ocorrem filossilicatos de cor verde-escura. Em geral a rocha apresenta textura mais fina e o “corrume” encontra-se bem definido pelo alinhamento dos filossilicatos (Fig. 17). Também se observam contactos entre várias litologias (Fig. 18).

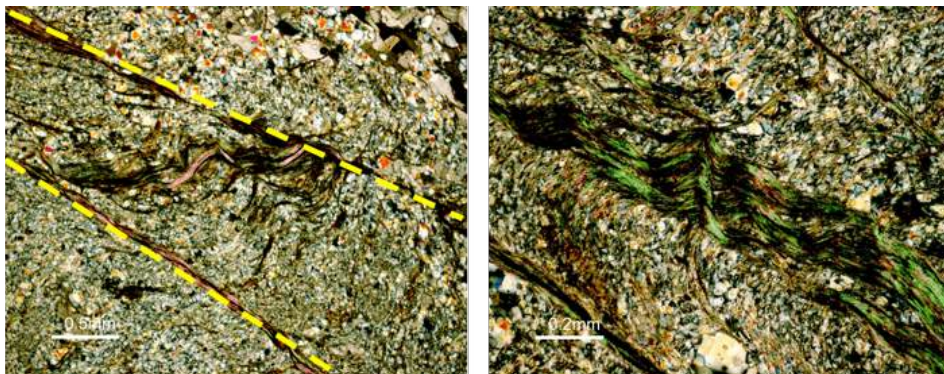


Figura 17 – Entre o alinhamento de filossilicatos que definem a orientação da xistosidade (tracejado amarelo), constatamos dobras na massa cristalina formada por calcite, quartzo, minerais opacos e moscovite e sericite. Comparando com as fotografias anteriores à mesma escala, constatamos que esta é bem mais fina o que à escala macroscópica se reflecte numa aspecto suave, algo acetinado, da rocha.

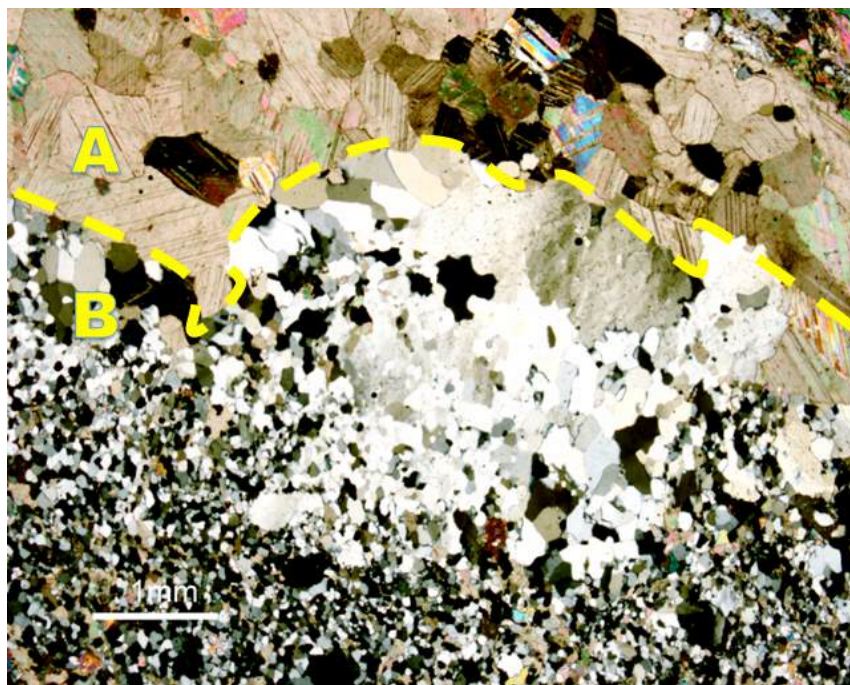


Figura 18 – Para além de dobras em filossilicatos, nesta zona observa-se o contacto entre mármore com diferentes texturas e entre mármore e zonas muito ricas em quartzo.

Zona 7 – Nesta zona observa-se a alternância entre faixas de carbonatos com diferentes tamanhos, presença abundante de quartzo e filossilicatos (Fig. 19). Os carbonatos mais finos correspondem a dolomite (ou a uma calcite muito rica em Mg), que para as mesmas condições metamórficas, de modo geral, apresenta cristais menos desenvolvidos.

Também se observam dobras onde se percebe que houve recristalização da calcite por esta apresentar cristais de hábito poligonal bem desenvolvido (Fig. 20).

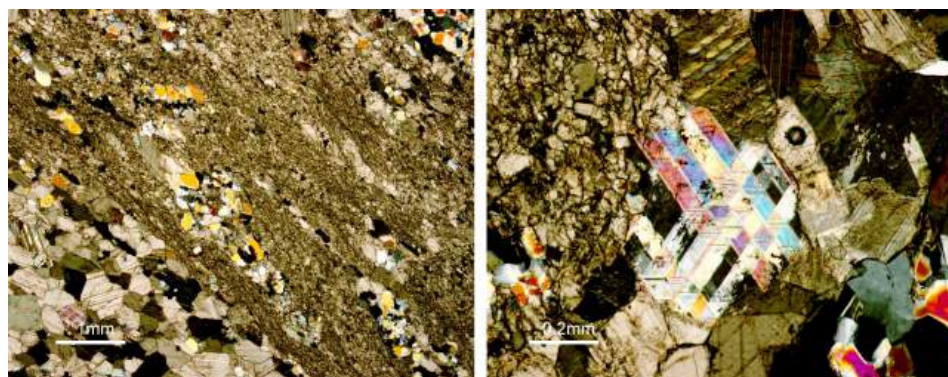


Figura 19 – Bandado constituído por calcite, dolomite e quartzo. Na imagem da direita, pormenor do contacto entre calcite e dolomite.

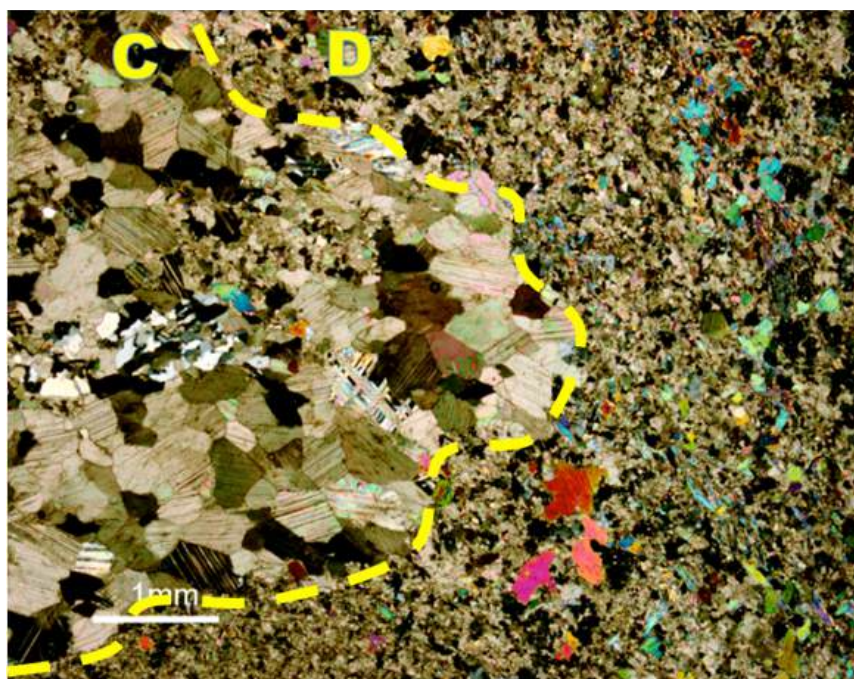


Figura 20 – Recristalização de calcite a mimetizar uma dobra.

**Processos geológicos observados ao microscópio.
Um olhar ao interior dos mármore**

Zona 8 – Neste local observam-se dobras em filossilicatos, mármore cor-de-rosa e presença de quartzo. Ao microscópio destaca-se a orientação preferencial dos minerais que definem a xistosidade (Fig. 21).

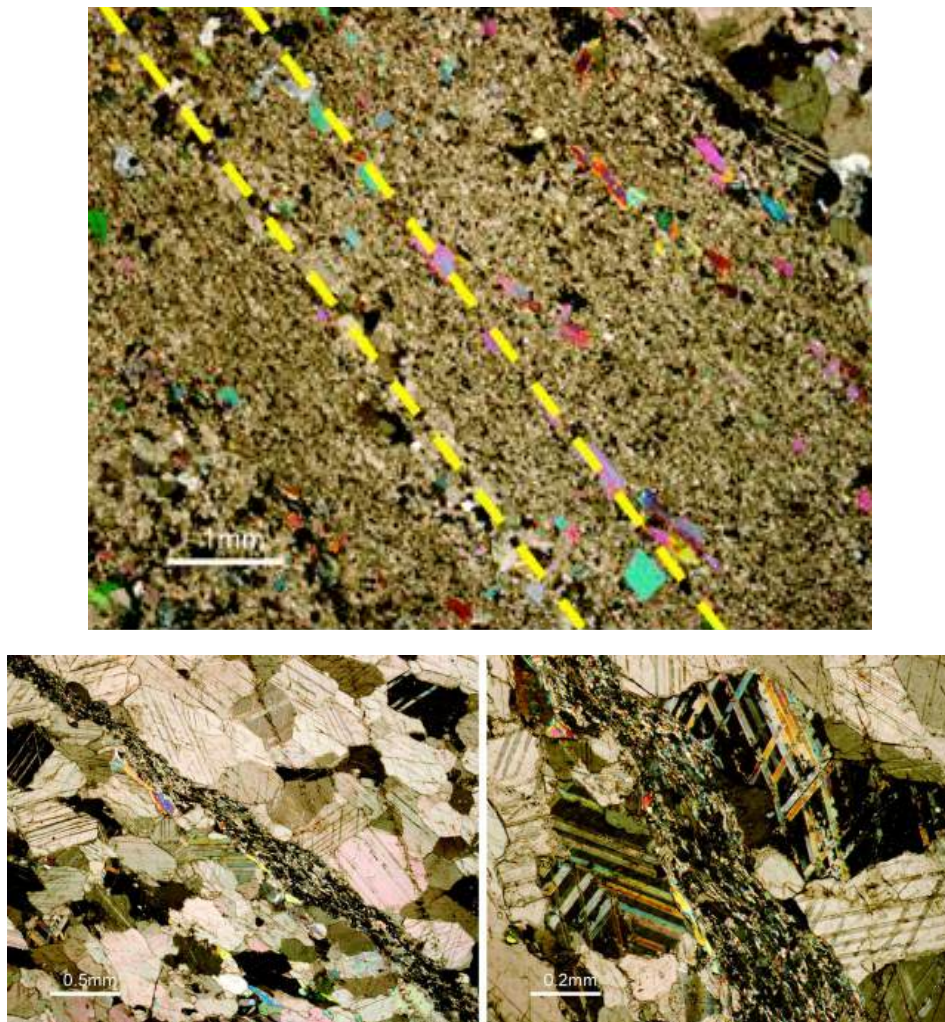


Figura 21 – Nesta zona da chapa de mármore observa-se muito bem a disposição alinhada dos cristais de filossilicatos com textura muito fina (essencialmente sericite) que contrastam com os cristais de maiores dimensões de calcite. O conjunto orientado (tracejado amarelo), define a xistosidade, ou “corrume” que, anisotropicamente caracteriza o “Mármore de Estremoz”.

Zona 9 – Nesta parte da chapa destaca-se o mármore verde-claro microcristalino que ao microscópio apresenta uma textura granoblástica onde os indícios de deformação (em nicóis paralelos) praticamente não existem (Fig. 22) mas que ainda se observam em nicóis cruzados (Fig. 23). Estão presentes cristais de quartzo com inclusões fluídas.

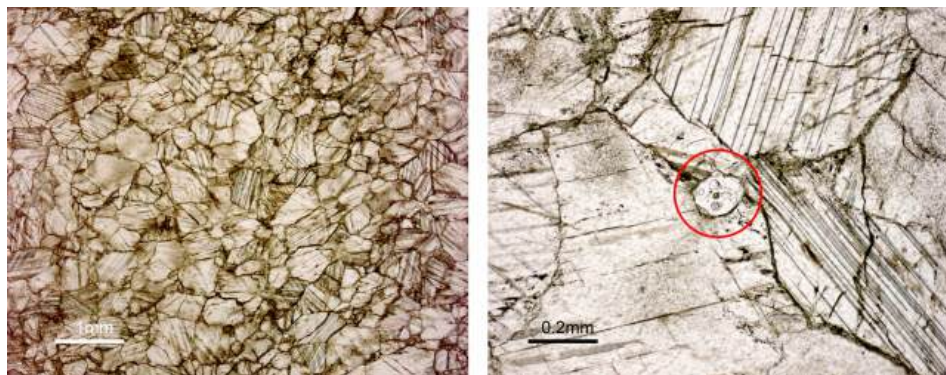


Figura 22 – Textura granoblástica dos mármore observada em nicóis paralelos.

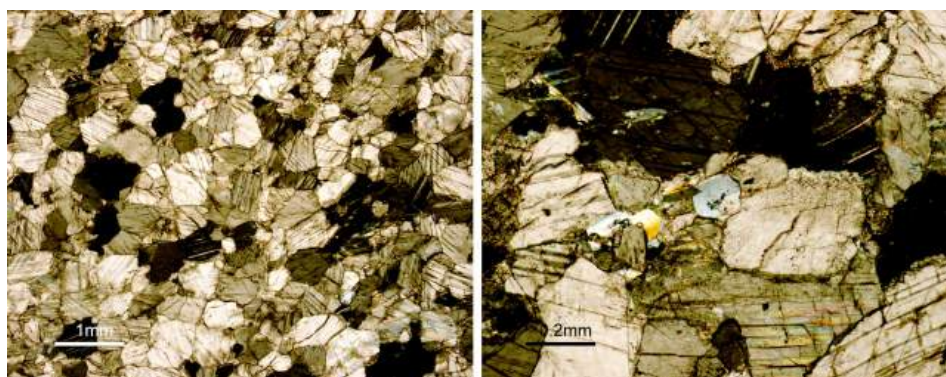


Figura 23 – Textura granoblástica dos mármore observada em nicóis cruzados. Trata-se das mesmas áreas fotografadas na figura 22. Nas imagens à direita destaca-se um cristal de quartzo com inclusões fluídas.

Apontamento final

Com este simples artigo pretendemos introduzir o leitor no estudo microscópico das rochas, ir além de uma realidade que os olhos não conseguem alcançar, mas que está omnipresente nas nossas vidas. Certamente que depois de ler o texto o leitor não continuará a olhar para as rochas de um modo geral, mas em particular para o mármore, da mesma forma e se tivermos conseguido esse efeito, teremos conseguido cumprir o propósito a que nos propusemos.

Bibliografia

- Bowen, N. L. (1915) «The later stages of the evolution of the igneous rocks», *Journal of Geology*, 23: 1-89.
- Carta Geológica de Portugal à Escala 1:50.000 Folha 36-D Redondo. Direcção Geral de Geologia e Minas, Serviços Geológicos de Portugal, 1986.
- Fernandes, Gustavo Pereira. 2012. Mineralizações de cobre da Mina de Miguel Vacas: caracterização petrográfica e geoquímica. Tese de Mestrado em Geologia Económica (Prospecção Mineral), Universidade de Lisboa, Faculdade de Ciências. <http://hdl.handle.net/10451/8205>
- Jiang, B. (2015) – The fractal nature of maps and mapping. *International Journal of Geographical Information Science*, 29(1), 159-174.
- Lopes, L. 2022. Processos Geológicos Dinâmicos: Contribuição para a sua interpretação. Callipole – Revista de Cultura n.º 28 – 2022, pp. 321-330. Vila Viçosa.
- Mandelbrot, B. B. (1983). *The Fractal Geometry of Nature*. W. H. Freeman and Company. Porto Editora – *clarke* na Infopédia [em linha]. Porto: Porto Editora. [consult. 2023-08-03 13:46:05]. Disponível em [https://www.infopedia.pt/\\$clarke](https://www.infopedia.pt/$clarke)
- Turcotte, D. L. (1997). *Fractals and Chaos in Geology and Geophysics*. Cambridge University Press.

7. Estudos sobre Florbela Espanca

O resgate a Florbela

Inês Moreira

As edições Bertrand do livro *Sonetos de Florbela Espanca* possuem o prefácio e crítica de José Régio à obra da poetisa. José Régio, assim como Jorge de Sena, foi um célere escritor português e um dos primeiros críticos literários a resgatar da anonimidade os poemas de Florbela, em pleno regime ditatorial, altura em que a sua obra foi solevantada como símbolo do movimento feminista português. Régio considera que a poesia florbeliana “nasce, vibra e alimenta-se do seu muito real caso humano”, lançando pontes para o que viria a ser a compreensão literária da poetisa no lograr dos anos 60, redimida da aura imoral imputada pelo salazarismo. No entanto, o seu ensaio crítico vem pautado por termos anacrónicos como “narcisismo, hermafroditismo, donjuanismo”, caracterizando repetidamente a poesia de Florbela como “feminina” no lugar de elaborar uma apreciação qualitativa completa da obra.

Pergunta o leitor: qual a relevância deste tema?

Pensar Florbela, a sua imagem radicada em solos prévios (e duvidosos) na sociedade atual, assim como repensar a sua obra e consequentemente crítica, não só é refletir sobre valores basilares da sociedade portuguesa que, por langor intelectual ou escassez de olho crítico, vão encontrando espaço para lograr à sombra da nossa indolência, como é também glorificar a mulher que não divergiu tanto em qualidade de obra quanto em reconhecimento de contemporâneos seus como Pessoa ou Mário de Sá-Carneiro.

Quem foi, então, Florbela Espanca?

Florbela ocupa iniludivelmente um lugar de destaque na literatura portuguesa. Poetisa de um talento soberbo, natural de Vila Viçosa, Alentejo, viveu uma vida

pouco consensual para o Portugal finissecular de Oitocentos e inícios de Novecentos. Ser filha ilegítima, os seus dois divórcios, e o fim trágico às mãos do suicídio pesaram para o seu reconhecimento injurioso, assim como para a mitificação de que foi alvo tanto a sua obra quanto a sua vida. Considerada uma precursora do movimento feminista em Portugal, conhece uma existência emocional marcada por múltiplas relações amorosas que contribuiu para a revolta contra o estatuto menor da mulher.

“Insaciabilidade, donjuanismo, voluptuosidade: são alguns dos rótulos com que se procura psicanaliticamente teorizar uma abordagem de Florbela, tão bastarda quanto Eça e Camões, tão desesperada quanto Antero, terna como Antônio Nobre, orfã como Sá-Carneiro e Fernando Pessoa. Tão representante do espírito da poesia lusitana quanto eles todos (...)”

Escreve Lucila Nogueira, poetisa, crítica e tradutora brasileira. Curiosamente, apesar de o reconhecimento primário a Florbela ter surgido com ensaios portugueses (e pela mão de um grande amigo seu, o italiano Guido Batteli), é no Brasil que se tem concentrado a maior fatia de estudiosos da sua obra, com Maria dal Farra, consagrada professora e poetisa brasileira, a ocupar um lugar de destaque entre os defensores e estudiosos da sua obra.

Segundo Régio “(...) antes de mais, Florbela nasceu mulher. (...) depois de ter nascido mulher, e mulher excecional, Florbela nasceu artista; nasceu esteta”.

No seu estudo, Régio escolhe colocar a tónica marcadamente no género, o que, numa altura em que pouco se falava da Mulher em Portugal para além do contexto doméstico e de revistas de cordel, constitui *per si* uma enorme vitória progressista. No entanto, não exclui a necessidade de aclarar percepções quando se trata de avaliar artistas, e não géneros. Pessoa e Sá Carneiro edificaram-se na história da literatura portuguesa, não pela condição enquanto homens, mas sim enquanto poetas, ecoando a ideia de Simone de Beauvoir de que “o homem é definido como ser humano e a mulher como feminina”. Na atualidade, o que Régio apelidou por “narcisismo” em Florbela passou a remeter para a temática da busca de identidade que, em conjunto com a fragmentação do sujeito, a despersonalização e a angústia do “eu”, são temas apontados igualmente na obra de Fernando Pessoa e Mário de Sá-Carneiro.

Sumarizando, o valor de Florbela enquanto mulher e artista está indubitavelmente presente na consciência coletiva do povo português, no entanto, o mesmo não acontece de forma tão clarividente relativamente ao processo de construção temporal da percepção da poetisa no imaginário português. Não sabemos ao certo de que forma juízos oblíquos e datados talharam essa mesma percepção e quais as repercussões exatas. Se a avaliação da qualidade literária ainda constitui a base das críticas literárias, até que ponto já teremos ultrapassado mecanismos de exclusão relacionados com o género?

Desde sempre, em diversas áreas, artísticas e não só, assistimos a um amplo espectro de tomadas de posição, por vezes contraditórias, por parte de mulheres

relativamente ao relevo que o género desempenha nos respetivos cargos/estatutos alcançados. Helen Chadwick, por exemplo, foi escultora, fotógrafa e artista de instalação britânica, tendo decidido a determinado momento da sua carreira parar de representar o seu corpo, afirmando que ao fazê-lo declarava o género e pretendia ser mais hábil do que isso. Também Virginia Wolf considerava que o autor devia atender à realidade sem se preocupar com reivindicações de identidade. *“A totalidade da mente deve encontrar-se recetiva e aberta se quisermos ter a sensação de que se está a comunicar em perfeita plenitude”*.

Questionar o género neste contexto pressupõe colocar em causa outros conceitos, como a arte, a autoria e o artista.

Segundo Aristóteles, ao contrário de Platão, a arte imita a natureza, mas também a completa. *“O objetivo da arte é representar não a aparência externa das coisas, mas o seu significado interior”*. O artista, insatisfeito com a realidade, com a sua vida, cria uma outra Nova vida, uma obra de arte, uma natureza renovada que encontra porto na singularidade do observador. Na poética de Aristóteles estão contidas as primeiras reflexões sobre a arte poética, constituindo a base teórica para todas as teorias sobre o fenómeno poético. Para Aristóteles *“não é ofício de poeta narrar o que realmente acontece, é sim o de representar o que poderia acontecer”*.

Para Régio, *“no narcisismo de Florbela há uma garridice que nos impressiona por muito feminina: também, às vezes, ela não se encanta consigo mesma senão para atrair o amado.”* Tal interpretação percecione a poesia pela ótica de Platão, como uma imitação da sua própria natureza – neste caso, narcísica –, e não como uma projeção de uma outra natureza, de uma outra Florbela. A sua poesia, que vibra pela qualidade e aura mística envolta na sua biografia, ganha um significado fora de si, nos ecos de individualidade de cada leitor e na sensibilidade própria de cada época.

Nos finais da década de 60, com as obras *“A Morte do Autor”* de Roland Barthes, e *“O que é um autor?”*, de Foucault, assistiu-se a uma revolução nos conceitos de autoria, significado e construção de texto. *“O autor está morto, o leitor nasce; a singularidade é desconstruída e a multiplicidade de significado e multivocalidade ganham nova importância.”* Esta perspetiva traz novas implicações para a interpretação de obras canónicas, pressupondo uma desvinculação de um “autor” propriamente dito, ou significado textual centralizado e metafísica da essencialidade, abrindo portas para um novo e múltiplo poder interpretativo.

Uma década depois, em terras lusas, a escritora Agustina Bessa-Luís redige a sua própria biografia da poetisa, descontente com as críticas existentes até então, tecendo um livro que, em consonância com a tese acima defendida, rompe com a lógica do biografismo tradicional, criando não apenas uma Florbela biografada, mas diversas, recusando congelar a imagem de Florbela sob um único ponto de vista potencialmente castrador. Agustina, compreendendo o dinamismo inerente à poesia, rejeita as apelidações “feministas” em Florbela, afirmando que *“o seu génio não é feminino, como nunca o é nos poetas. A poesia não é feminina. Ela inventa-se em frustrações da libido, em imaginações gloriosas da vontade”*. Agustina considerava igualmente que tudo o que se escreveu sobre Florbela estava

“impregnado dessa falta de profundidade e desse apego à memória mais extensiva do que profunda”.

A generalidade da análise poética faz-se por ilações, cruzando o tangível das palavras com a vida do autor, a vivência temporal dos versos e dos tempos vividos, num cenário muitas vezes alienado e idealizado pelo biógrafo ou crítico. A vontade de querer apreender a vida interior de alguém por meio de manifestações exteriores, da vida subjetiva e da superfície dos seus atos, ou dos seus poemas, corre o risco de resvalar na superficialidade. Jacques Lacan, psicanalista francês, defende que o inconsciente produz um saber que não se sabe e, justamente por isso, a escrita diz o que está muito para além da intenção de dizer.

Natália Correia, ilustre escritora e poetisa portuguesa, contestou também as tomadas de posição anteriores relativamente a Florbela, sustentando que a aceitação do *donjuanismo florbeliano* pressupunha uma incapacidade de reconhecimento da sexualidade feminina.

“Surge assim, a partir do século XIX, uma perspetiva feminina da erótica, cujo surto perturbador levará o homem a classificar erradamente de donjuanismo o que mais não é do que a revolta da mulher contra o ideal que a desfigura. Este esforço para recuperar a natureza feminina e tornar activa a sua virtualidade afrodisíaca encontrou, entre nós, o seu expoente em Florbela Espanca.”

O mito de Don Juan é considerado um dos quatro mitos edificantes do imaginário ocidental. Surge a partir do personagem Don Juan, da peça *El Burlador de Sevilla e convidado de piedra* (1630), criada por Frei Gabriel Téllez, frade religioso espanhol mais conhecido por Tirso de Molina. A peça não foge à subordinação esperada da arte perante um propósito moral religioso, cumprindo as exigências religiosas advindas da Contrarreforma Espanhola ou Reforma Católica, cuja principal função passa pela denúncia apologética cristã, mais especificamente, acusar quem se comportasse como Don Juan. No plano social, as suas ações saem impunes do sistema sociopolítico, em que reis e governantes não conseguem reprimir as suas ações, incumbindo aos céus a tarefa de punição.

O mito tem sofrido diversas metamorfoses ao longo dos séculos, tendo inclusivamente passado pelas mãos satíricas de Saramago, na obra intitulada *Don Giovanni ou O Dissoluto Absolvido*. Nesta obra, Saramago, em conjunto com o compositor Azio Corgui, procura quebrar o cimento dos velhos discursos e desencadear uma reflexão crítica sobre o mito e os seus ecos intertemporais. Na obra, a “culpa” passa a ser partilhada tanto pela sociedade em si, inculcada em hipocrisia, como pelas mulheres que, à semelhança das restantes obras de Saramago, possuem desejo e poder para escolher livremente.

Levantam-se as questões: fará sentido continuar a descrever a poesia de Florbela, figura incontornável do feminismo português, como donjuanista, ou mesmo hermafrodita e narcísica? Se a maioria dos estudiosos atuais da poetisa, que se concentram no Brasil, contestam tais posições, porque se mantém um ensaio crítico datado como prefácio a um dos seus livros à venda nas livrarias nacionais?

Não quero com isto massacrar José Régio e a sua crítica; não pretendo de forma alguma esvaziar ou evitar a história. Fazê-lo seria julgar acontecimentos passados à luz dos conhecimentos e morais vigentes. Não é José Régio que pretendo colocar em cheque. No entanto, considerando o processo de formação da identidade europeia que, à exceção dos últimos anos, se tem desenrolado gradativamente, em bloco, construindo sobre o que já está construído, torna-se impreterível interrogar até que ponto essas mesmas construções não estarão já fragilizadas pela base, partindo ou incorporando premissas falaciosas, como a desigualdade de género. Se Florbela, expoente da literatura portuguesa feita por mulheres, continua a sofrer mazelas de julgamentos arcaicos, quantas outras escritoras não terão permanecido na sombra desses mesmos julgamentos?

Questões como: O que é literatura feminina? Qual o impacto da crítica literária na sociedade? O que diz, ou deve dizer, de um povo? Ficam com o leitor, caso a curiosidade se tenha sublevado com a leitura deste ensaio.

Congresso Internacional 100 anos do livro de “*Sóror Saudade*”, de Florbela Espanca – Homenagem a Cláudia Pazos Alonso

Jonas Leite

Quando Florbela Espanca publicou, em janeiro de 1923, com a ajuda financeira de João Espanca, o *Livro de “Sóror Saudade”*, sua vida literária e pessoal já tinham ganhado contornos bastante importantes, sobretudo no âmbito da experiência: tendo estreado literariamente com o *Livro de Mágoas* (1919) e casado duas vezes, a Poetisa parecia depurar bem uma consciência poética atávica, encampada nos experimentos poéticos do caderno-manuscrito *Trocando Olhares* e agora bem definidas esteticamente. Assim, tanto o epíteto de “Sóror Saudade”, dado pelo amigo e poeta Américo Durão, que remete patentemente à ambiência conventual de Sóror Mariana Alcoforado, num paradoxo de um claustro que se abre ao amor proibido, vide as imagens poéticas de clausura e vitrais, tanto as intrínsecas relações que grande parte dos 36 sonetos que compõe esta obra estabelece com a tradição trovadoresca, sobretudo no diálogo com a natureza. Desse modo, Florbela estava construindo uma espécie de rito da saudade, de cariz eminentemente telúrico-lusitano.

100 anos depois, é justo e necessário que se comemore o feito poético de Florbela, num diapasão que permita evidenciar as amplas possibilidades dialógicas que partem ou atravessam esta obra, bem como a reflexão de um processo literário permeado por tantos meandros. Assim, nesse espírito de celebrar a efeméride, a Universidade Federal de Pernambuco juntamente com a Universidade Federal Rural de Pernambuco e a Academia Pernambucana de Letras irão promover o **Congresso Internacional 100 anos do Livro de “Sóror Saudade”, de Florbela Espanca – Homenagem a Cláudia Pazos Alonso**, que ocorrerá de 16 a 18 de agosto de 2023, em Recife, nas dependências da Universidade Federal de Pernambuco e da Academia Pernambucana de Letras. Será uma oportunidade de reunir estudiosos e aficionados por Florbela, em um momento que promoverá debates e homenagens, leituras e (re)interpretações.

Semelhante ao ocorrido em dezembro de 2019, quando vários pesquisadores da obra de Florbela Espanca se ajuntaram em Lisboa e Vila Viçosa, para comemorar

os 100 anos da publicação do primeiro livro da Poetisa e homenagear uma das maiores pesquisadoras da obra florbeliana, Maria Lúcia Dal Farra, este evento, por sua vez, prestará tributo a Cláudia Pazos Alonso, nome incontornável na crítica especializada na Autora, reconhecendo o seu legado e importante papel na consolidação daquilo que nomeamos como “estudos florbelianos”.

Desta maneira, pensamos que o evento marcará, como ocorrido em 2019, um espaço na história em torno da Escritora, dando testemunho de uma literatura extremamente viva e pulsante, demonstrando que para a Arte o tempo não é um moinho, mas uma ponte. Viva Florbela Espanca! Viva o *Livro de “Sóror Saudade”*.

Entrevista

“A Memória e a Itinerância Cultural da Revista de Cultura *Callipole*”. ENTREVISTA COM FRANCISCO ANTÓNIO RATO CHAGAS

Licínio Lampreia

Nota biográfica do Entrevistado

Francisco António Rato Chagas licenciou-se em Economia pela Universidade de Évora. Começou a sua carreira profissional na Administração Pública, em 1964. Posteriormente, desempenhou funções no Instituto Geológico e Mineiro. É como Técnico Superior que teve uma participação activa na coordenação e na gestão das áreas financeira, recursos humanos, contabilidade, conservação e segurança do edifício do Instituto Geológico e Mineiro (Alfragide), entre 1995 e 1997.

Membro efectivo na Ordem de Economistas (Colégio da Especialidade: Economia Política). Foi consultor financeiro de várias empresas, em regime de profissional liberal. Trabalhou, ainda, como formador de diversos cursos, na vertente dos conteúdos relacionados com a economia e os recursos humanos. Esteve encarregue da direcção financeira do Projecto GEIX. Foi, também, professor do Ensino Secundário, na Escola Secundária Pública Hortênsia de Castro de Vila Viçosa, leccionando as disciplinas de Economia e de Introdução à Política.

Exerceu diversos cargos autárquicos na Câmara Municipal de Vila Viçosa, entre 1998 e 2001, como: Chefe da Divisão Administrativa e Financeira; notário privado; gestor de conservação, manutenção e segurança do edifício dos Paços do Concelho; e responsável pela Divisão de Serviços Urbanos (durante a inexistência temporária de responsável técnico).

Vereador na Câmara Municipal de Vila Viçosa, entre 1990 e 1993, e entre 2009 e 2010; foi eleito novamente vereador da referida autarquia, entre 2017 e 2021. Foi, entre 2002 e 2009, Chefe de Gabinete do Gabinete de Apoio ao Presidente da Câmara Municipal de Alandroal.

Exerceu a direcção do Jornal “Há Tanta Ideia Perdida”. Foi o primeiro Director da Revista de Cultura *Callipole* (n.º 1/1993), cargo que voltou a ocupar no seu número 18 – 2010, integrando, também, o Conselho de Redacção. Tem diversos trabalhos técnicos e artigos sobre estudos económicos e estratégias de extracção e de exploração de minérios, tendo publicado a sua investigação científica em várias revistas.

Foi enaltecido com um Louvor pela forma como exerceu as suas funções na Câmara Municipal de Vila Viçosa, atribuído pelo Executivo Camarário e pela Assembleia Municipal de Vila Viçosa.

LL – Que lembrança tem da realidade cultural que antecedeu o lançamento do número 1 da Revista de Cultura *Callipole*?

FC – No ano de 1990 iniciava-se um novo período ideológico. Desde Dezembro de 1976 que o Partido Comunista liderava os destinos do Concelho de Vila Viçosa. Em meu entender diversos sectores da vida social e económica do nosso município não se encontravam nas melhores condições, nomeadamente a cultura.

Relembrando duas ou três situações: o apoio às associações culturais e desportivas decaía de tal forma que para expor o seu trabalho tiveram de o fazer fora do concelho; nos palcos de entretenimento deixaram de subir artistas locais e regionais e deram lugar aos programas espanhóis, como sendo, entre outros, grupos de bailado sevillano; a tradicional Festa dos Capuchos havia seis anos que não se realizava.

No concelho não existia qualquer órgão de informação escrito, com o desaparecimento do jornal “O CALIPOLENSE”.

Demais, a estrutura financeira da Câmara Municipal de Vila Viçosa não gozava de boa saúde. Enfim, havia necessidade de resolver graves problemas no concelho, entendidos no sentido lato do termo.

LL – Que publicações ou projectos editoriais, do género, tinha como antecedente e referência?

FC – Centro-me agora numa conversa informal com o Dr. Manuel Inácio Pestana, em que abordamos o assunto relacionado com a inexistência de uma publicação de natureza cultural, tendo em conta todos os factores existentes.

Assim se inicia o entendimento para a criação de uma publicação que deu à estampa com o nome VIÇO de Artes e Letras que é lançada no ano de 1990 pela então Divisão dos Serviços Culturais da Câmara Municipal de Vila Viçosa e que corresponde ao seu primeiro e único número.

Com a colaboração do escritor Carlos Aurélio, um dos mais destacados intérpretes deste projecto, surge, assim, em Dezembro de 1990 o VIÇO de Artes e Letras. Não lhe posso chamar revista, mas sim um documento de elevada importância de conteúdos. Conforme referiu, na altura, o vereador do pelouro da cultura

no Editorial: “Vila Viçosa foi terra mãe de escritores célebres e nos tempos que correm novos valores, ligados às letras, continuam surgindo. Pena é que a inexistência de um “local” de confronto de ideias e de projectos venha obscurecer o mérito e o valor das novas figuras. Acreditamos que a partir de agora e através do “Viço” tudo será bem diferente. Sem pretensões de colmatar essa falta, Viço pretende assumir-se como o elo que permita reunir todos os homens de letras do concelho de Vila Viçosa, ultrapassando todas as divergências extra-culturais que porventura possam existir”. Em síntese tratava-se de um projecto que permitisse reunir os que comungam a importância de estudar e divulgar os valores do património calipolense, através de vários textos que adquiriram uma multifacetada componente de valorização histórica, cultural, literária e artística, embora a sua expressão editorial se tenha esgotado logo no primeiro número. Tudo ajuíza que está aqui, no VIÇO de Artes e Letras, aquilo que poderíamos considerar a primeira tentativa de revista cultural por parte da Câmara Municipal de Vila Viçosa e os antecedentes referenciais, e até sólidos, na criação da Revista de Cultura *Callipole*, cerca de três anos mais tarde. Estava, assim, lançado o grande desafio que deu origem a uma revista de cultura que, felizmente, hoje se mantém e se designa de *Callipole*.

Levando mais longe as ilações anteriores sobre Viço, o leitor poderá no decurso da análise desta obra, reflectir sobre os objectivos desta iniciativa que veio permitir, a escritores e poetas, a divulgação de escritos que de outra forma jamais seriam do conhecimento público. E que magnífica obra ofereceram a Vila Viçosa e ao Alentejo os autores dos textos aqui publicados.

A cultura calipolense ficou, a partir de então, mais rica e acreditamos que a divulgação destes escritos permitiu enriquecer novos conhecimentos, fortalecer o contacto entre autores, permitindo o aparecimento de novos valores na área das letras. O centro nevrálgico de estudos, pelo menos no que ao património cultural local toca. Estes são os nossos propósitos.

Uma palavra de sincero agradecimento a todos os escritores e poetas que colaboraram nessa edição e que contribuíram decisivamente para que Viço criasse raízes. Os colaboradores apresentaram-nos com uma enorme concentração de temas, além duma inegável qualidade de conteúdos, que a seguir se indicam: “Na Biblioteca Municipal de Vila Viçosa”, de Manuel Inácio Pestana; “Azulejo Flamengo ou Azulejo Holandês”, de Joaquim Francisco Soeiro Torrinha; “Pornografia na “Crise do Golfo”, de Carlos Aurélio; “Memórias Taurinas”, de Manuel A. Correia Ferrão; “Escolas profissionais – Alternativa para o futuro dos jovens”, de Águeda Palmeiro; “Da pré-primária á formação profissional – Os novos rumos do futuro”, de Fernando Paixão; “Poesia”, do Poeta Ti Manuel Maurício; “Amar, Cantar Florbela”, de Alexandre Torrinha; “Loas a Santo António”, de Alexandre Torrinha; “Quanta Saudade. Colégio!...”, de Alexandre Torrinha; “Soneto (Tema Alentejo)”, de Emília Peñalba de Almeida Estaeas; “Décimas a Florbela Espanca”, do Poeta Popular Ti Manuel Maurício; “Esta palavra Verdade”, de João Jardim.

Não é, certamente, por acaso que, fruto da experiência adquirida com o apoio dos colaboradores da VIÇO de Artes e Letras, não foi difícil proceder não só à

constituição do Conselho de Redacção de *Callipole*, como também à integração de outros autores.

LL – Como começa a relação com o então Coordenador da Revista, Dr. Manuel Inácio Pestana, e com os membros do Conselho de Redacção?

FC – Tive a ocasião e o privilégio de conhecer e de privar com o Dr. Manuel Inácio Pestana. As nossas conversas sobre os mais variados assuntos fizeram-me descobrir nele um amigável interlocutor e um amigo indefesso de Vila Viçosa.

O Dr. Manuel Inácio Pestana, homem de grande estatura cultural, deu ao concelho de Vila Viçosa e aos seus municípios um suporte invejável por qualquer outro município. Soube com muita inteligência evidenciar pontos culturais do nosso concelho. De facto, sem abandonar a sua longa e brilhante actividade docente, comprometeu-se cada vez mais com a sociedade e a cultura calipolense.

A título de exemplo, citarei, de forma sucinta, os seguintes casos: foi, desde 1946, bibliotecário-arquivista do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança; foi colaborador da rádio de Vila Viçosa. Acresce que é intorneável, falar da sua vasta obra enquanto assessor cultural da Câmara Municipal de Vila Viçosa. Demais, a propósito deste labor cultural assumido pelo ilustre historiador e investigador, autor duma bibliografia muito vasta e diversificada, cabe salientar a colaboração nas “Memórias de Vila Viçosa”, do Padre Joaquim José da Rocha Espanca, editadas em 1988, sob a sua coordenação e recordar a sua acção na organização do Arquivo Histórico Municipal e da Biblioteca Geral, assim como na elaboração do Catálogo dos Livros Antigos (séculos XV a XIX), que foi publicado em 1990. Percebe-se agora que o seu trabalho mostra um veio contínuo, ao longo de cerca de vinte anos, é meritório e deixa uma marca indelével da sua actividade nesta instituição.

LL – Poderia destacar algum momento determinante do arranque inicial de *Callipole*?

FC – Desse percurso merece consideração a forma determinante dos colaboradores que apostaram na participação de uma iniciativa em que todos encararam a necessidade da existência de um documento cultural, reportando, assim, toda a potencialidade histórica do concelho de Vila Viçosa. Por isso, não seria possível falar de *Callipole*, sem mencionar os seus colaboradores.

Para já atente-se que logo no número fundacional da Revista é possível constatar a qualidade e a extensão da relação de generosos e acreditados autores, que deram uma consistente e diversificada colaboração no domínio da história, da literatura, da arquitectura, do património e das artes. O colectivo é representativo de grandes figuras da cultura, do pensamento e da vida académica e científica. Tratam-se, pois, de colaboradores consagrados, em qualquer dos casos, que começavam a alimentar os méritos da publicação e que nela confiaram o seu esforço científico e criativo.

O incessante vaivém de colaboradores, depois da publicação do primeiro volume, multiplica-se e reaparece com oscilante persistência. Não é demais insistir que doravante, a revista vai mantendo grande parte dos seus colaboradores e conquistando outros, tanto portugueses como estrangeiros.

LL – Na “Primeira Página” do número 1 de *Callipole*, publicada em 1993, Manuel Inácio Pestana escreveu que este projecto cultural “será o novo areópago das letras, das artes, da ciência e da cultura do nosso tempo, da história e da vida”. Hoje, trinta anos depois está de acordo com esta opinião?

FC – Certamente. A visão futurista do Dr. Manuel Inácio Pestana é confirmada à data de hoje quando folheamos e lemos as diversas matérias que a revista *Callipole* contém.

Nunca podemos compreender satisfatoriamente o que se passou ao longo destes 30 anos, sem entender o que a geração dos fundadores, que idealizaram e criaram a Revista, foi capaz de pensar e de agir. Por isso, a ocasião obriga a recordar a quem a impulsionou e a ajudou a chegar até aqui. O número matricial foi coordenado e secretariado por Manuel Inácio Pestana, seu principal mentor, em colaboração com Joaquim Torrinha, enquanto que no Conselho de Redacção, a par do nome do próprio coordenador da publicação e de Joaquim Torrinha, figuram os de Joaquim Saial, João Tavares e Olívio Caeiro.

Quanto ao texto de Manuel Inácio Pestana, inserido na “Primeira Página” do número 1 de *Callipole*, o que inaugurou uma tarefa editorial com 30 anos, as suas palavras apontam logo num primeiro patamar para um prenúncio claro e inequívoco de que se inaugurava uma nova era do panorama nacional das Revistas de Cultura. Sobraram-lhe motivos que o decorrer dos tempos veio a confirmar. Eu acrescento, porém, que era, também, o prefácio profético que continha já os genes do espírito que enformava semelhante projecto editorial que, aliás, continua a fazer caminho e a manter a periodicidade desejada.

Percebe-se agora que mais do que apresentar um programa editorial, o texto que abre o primeiro volume da Revista *Callipole*, anuncia-se como uma matriz geral, que possa ser flexível e que possa renovar-se e adaptar-se continuamente a uma sociedade em metamorfose e em que os contextos culturais se encontram em constante mutação.

LL – Um trabalho árduo? Como primeiro director de *Callipole*, que marcas deixou esta edição no seu percurso?

FC – Por mim não considero um trabalho árduo, quando é executado e defendido pelas nossas próprias ideias. Sempre defendi as minhas ideias, mesmo que não aceites unanimemente. Assim, costuma dizer-se: desde que tenhamos a nossa consciência tranquila.

Sempre aceitei a discussão e só assim se pode avançar com os projectos. Além disso estavam reunidas todas as condições com a presença de homens e mulheres de letras para que o projecto tivesse viabilidade.

De qualquer modo, importa nesta perscrutação não esquecer que o ano da criação da Revista de Cultura *Callipole* constituiu um momento de concertação de sinergias, de cooperação e, também, de influências recíprocas que nos ajudaram a levar a bom porto esta iniciativa. Convém recordar, que em torno deste projecto editorial coligaram-se boas vontades e entusiasmos do coordenador, do director, de membros do Conselho de Redacção, de colaboradores e de muitas outras pessoas que tornaram este labor muito mais fácil. Na verdade, qualquer projecto resulta de um labor colectivo que se nutre de pessoas e de instituições, com a Câmara Municipal de Vila Viçosa à cabeça, que são as que lhe dão vida e as mantêm.

LL – Que mudou/evoluiu neste processo para que a Revista pudesse aparecer sob tão renovada forma, que é também uma superação?

FC – É dentro de um paradigma de mudanças que as coisas evoluem. Julgo ter acontecido e virá a acontecer para que a revista *Callipole* se torne um documento cada vez mais ligado aos princípios que enformam o seu estatuto editorial e ao que dela esperam os seus leitores.

Se hoje olharmos para trás, é claro que a Revista evidenciou capacidade de inovação e de modernização, abrindo caminho a sucessivos movimentos e progressos. Sabemos que criar uma revista é um labor custoso. Continuar, renovar e evoluir é outro, bem diferente e, certamente, também exigente. Mas, a verdade é que um e outro, desde sempre estiveram de mãos dadas e que os seus continuadores foram conscientes da necessidade de adaptar e modernizar alguns aspectos, num saudável e obviamente necessário processo renovador.

Sabe-se que, por vezes, é necessário abrir uma nova via que faça possível uma trajectória mais inovadora, perspectivada à luz de problemáticas actuais e de novas condições de existência, pela simples necessidade de dar conta dos tempos que correm e das expectativas imediatas da actualidade. Neste contexto, também *Callipole* cresceu sob o influxo de uma adaptação a novas condições de existência, mantendo, no entanto, nesse reactualizado leito, a sua matriz fundacional.

LL – Que significa *Callipole*, que trouxe à história e à cultura local e nacional?

FC – O que particulariza a Revista *Callipole* é que a quantidade e variedade de trabalhos que reúne nos seus números, pelo refinamento científico com que foram levados a cabo por investigadores e especialistas, de diferentes áreas do saber, constituem um contributo muito enriquecedor para conhecer uma grande parte da história local, pois poucas foram as valências do património cultural da *vila ducal* que não foram objecto de análises e de abordagens rigorosas e sustentadas. Por

isso, abrir a Revista, significa iniciar um interessantíssimo itinerário que nos leva constantemente a Vila Viçosa e que nos traça um percurso pelas suas memórias, escritas por muitos calipolenses e forâneos. Enfim, aqui escreveu-se grande parte da história local.

Acresce que a publicação alcança um grande número de leitores e que os seus conteúdos suscitam uma indiscutível repercussão no seio da comunidade cultural, literária e científica, local, nacional e, até, internacional, e que tem uma grande capacidade de incrementar o número de vocações científicas e o estímulo aos escritores mais jovens. A isto há que juntar a importância que esta enorme base documental tem para historiadores, investigadores, académicos, estudiosos e, de um modo geral, para todos aqueles que se interessam por estas problemáticas. Com efeito, o potencial dos seus conteúdos, que se encontra à livre disposição pública, e que todos podem ler, vai certamente permitir a pessoas e instituições consultar informação cientificamente organizada, mas também possibilitar o futuro aprofundamento e a revisão geral de conhecimentos históricos e científicos, assim como alimentar muitos estudos, consultas e trabalhos de investigação.

LL – Tem cumprido, de algum modo, aquilo que já ouvi muitas vezes considerar *Callipole* um projecto editorial de qualidade e rigor. Quer explicar-me porquê?

FC – As anotações que deixei antes, embora dispersas e apressadas, terão sido suficientes para calibrar bem a qualidade e rigor do projecto *Callipole*, desde o seu primeiro número. Com efeito, nele é muito evidente e relevante, desde o princípio, a qualidade científica dos seus conteúdos e o rigor das suas análises, sendo, aliás, publicamente reconhecidas. Tratam-se de factores que se interligam quando se trata de avaliar a relevância dos pergaminhos da revista calipolense, e que são, por si só, o bastante para justificar o seu prestígio e o impacto que a referida publicação tem, que já excedeu os limites da nossa região.

Ora, o testemunho de vários especialistas, as palavras elogiosas da imprensa especializada e, mormente, o número de vezes que é citada, atestam bem o apreço em que é tida a Revista e a qualidade e o rigor dos seus conteúdos.

LL – A Revista tem trinta anos de vida e a sua qualidade é bastante reconhecida. O que falta para aumentar o seu conhecimento e ajudar a uma vasta divulgação ?

FC – Como acontece em qualquer projecto desta natureza, subsistem aspectos que importam consolidar e aperfeiçoar, como é por exemplo o caso do seu conhecimento e divulgação, onde julgo existir um constrangimento e uma falta de investimento, sendo por isso de reforçar esta importante vertente.

Estamos convictos de que é importante que a única revista de cultura da nossa terra, e uma das poucas do aro alentejano, chegue a livrarias, universidades, institutos politécnicos, existentes a nível nacional, museus, bibliotecas, públicas e uni-

versitárias, arquivos, feiras do livro, exposições, instituições e associações locais, assim como aos grandes palcos literários e aos principais circuitos comerciais.

A Câmara Municipal de Vila Viçosa tutela um enorme acervo de publicações, que conjuntamente com as publicações dos autores por ela apoiados, somam um conjunto de obras que recheava uma mostra de grande qualidade e diversidade em qualquer feira do livro.

Também seria de continuar a apostar na via digital, com a sua divulgação através dos diversos meios hoje disponíveis, aumentando, deste modo, a visibilidade e a difusão da revista.

Na sequência da explanação do que atrás se disse, podemos inferir que é conveniente ampliar a sua divulgação e distribuição, o que significa também exercer de forma mais eficiente a função para a qual foi criada.

LL – Com a sua experiência e conhecimento sobre a fase de arranque e, até, posterior da publicação, do seu ponto de vista, como deve equacionar-se o futuro da Revista?

FC – De igual modo que contamos sempre com o património dos seus méritos e dos seus créditos, sempre poderemos cuidar de *Callipole* e de pensar o melhor rumo para o futuro, de molde a afrontar os reptos com segurança. Nada deve impedir de continuar o necessário processo de modernização e de introduzir alterações estruturais e programáticas, assim como de renovar o esforço empreendedor, para afirmar a sua sustentabilidade e continuidade. Por isso, é importante não esquecer o que ainda precisa de mudança e o que é possível adaptar e aperfeiçoar para prosseguir roteiros que se coadunem com o espírito do tempo em que vivemos, como é o caso dos conteúdos, entre outros. Na verdade não poderei concordar com algumas matérias que foram tratadas ao longo da vida da revista *Callipole*. Estou obviamente a referir-me a matérias demasiado técnicas e pesadas no seu conteúdo, sendo, nalguns casos de difícil abordagem do leitor. Parece-me que os diversos temas abordados devem ter a capacidade de conquistar o leitor, para que, frase após frase, crie expectativa.

Por outro lado, a revista não se pode fechar em si própria, devendo manter e reforçar canais de colaboração com distintos sectores associados a esta temática. Tomando como conteúdos referenciais o enorme manancial histórico do concelho de Vila Viçosa, ela deve sair para mais além, e incluir novas narrativas e interpretações, nos distintos sectores da cultura, o que periodicamente tem acontecido.

Há um tema que a revista tem abordado muito ao de leve, quase não se notando. Aí entram matérias respeitantes à história da economia do concelho de Vila Viçosa. Aqui lanço a réplica para que se aborde esta problemática, porque, efectivamente existe matéria de interesse.

**“A Memória e a Itinerância Cultural da Revista de Cultura *Callipole*”
ENTREVISTA COM FRANCISCO ANTÓNIO RATO CHAGAS**



ANO I

Nº 1

DEZEMBRO 1990

Edição da Divisão dos Serviços Culturais da Câmara Municipal de Vila Viçosa

EDITORIAL

Vila Viçosa foi terra mãe de escritores célebres e nos tempos que correm novos valores, ligados às Letras, continuam surgindo. Pena é que a inexistência de um "local" de confronto de ideias e de projectos venha obscurecer o mérito e o valor das novas figuras. Acreditamos que a partir de agora e através do "Viço" tudo será bem diferente. Sem pretensões de colmatar essa falta, "Viço" pretende assumir-se como elo que permita reunir todos os homens de letras do concelho de Vila Viçosa, ultrapassando todas as divergências extra-cultural que porventura possam existir. O leitor poderá, no decorrer da análise desta obra, reflectir sobre os objectivos desta iniciativa que veio permitir, a escritores e poetas, a divulgação de escritos que de outra forma jamais seriam do conhecimento público. E que magnífica obra ofereceram a Vila Viçosa e ao Alentejo os autores dos textos aqui publicados.

A cultura calipolense fica, a partir de hoje, mais rica e acreditamos que a divulgação destes escritos permitirá enriquecer novos conhecimentos, fortalecer o contacto entre autores, permitindo o aparecimento de novos valores na área das letras. Estes são os nossos propósitos.

Uma palavra de sincero agradecimento a todos os escritores e poetas que colaboraram nesta edição e que contribuíram decisivamente para que o "Viço" criasse raízes.

O nosso muito Obrigado.

O VEREADOR DO PELOURO

SUMÁRIO

	Pág.
. NA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE VILA VIÇOSA Manuel Inácio Pestana	3
. AZULEJO FLAMENGO OU AZULEJO HOLANDEZ?*	7
Joaquim Francisco Soeiro Torrinha	
. PORNOGRAFIA NA "CRISE DO GOLFO"	19
Carlos Aurélio	
. MEMÓRIAS TAURINAS	22
Manuel A. Correia Ferrão	
. ESCOLAS PROFISSIONAIS - ALTERNATIVA PARA O FUTURO DOS JOVENS	24
Agueda Palmeiro	
. DA PRÉ-PRIMÁRIA À FORMAÇÃO PROFISSIONAL - OS NOVOS RUMOS DO FUTURO	26
Dr. Fernando Paisão	
. POESIA	27
Poeta Ti Manuel Maurício	
. AMAR, CANTAR FLORBELA...	28
Dr. Alexandre Torrinha	
. LOAS A SANTO ANTÓNIO	31
. QUANTA SAUDADE, COLÓQUIO!...	31
Dr. Alexandre Torrinha	
. SONETO (TEMA ALENTEJO)	32
D. Estílis Peñalba de Almeida Esteves	
. DÉCINAS A FLORBELA ESPANHA	33
Poeta Popular Ti Manuel Maurício	
. ESTA PALAVRA VERDADE	34
João Jardim	
. ACTIVIDADES CULTURAIS DA D.S.C. DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VIÇOSA - JAN/SET. 1990	35
. DELIBERAÇÕES EM EVIDÊNCIA-JAN/SET 1990 DA D.S.C. DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VIÇOSA	39
. TRANSPORTES CONCEDIDOS ÀS ASSOCIAÇÕES DESPORTIVAS E CULTURAIS E OUTRAS ENTIDADES	41
. INQUÉRITOS CULTURAIS E DESPORTIVOS ÀS FREGUESIAS RURAIS	41



Primeira página do n.º 1 da publicação VIÇO de Artes e Letras (1990).
Fonte: Câmara Municipal de Vila Viçosa (Exemplar gentilmente cedido pelo Prof. Carlos Aurélio)

Recensão Crítica

“As Festas de Casamento do Infante D. Duarte e D. Isabel de Bragança”, da autoria de Andreia Fontenete Louro, 14.º Volume da Colecção Livros de Muitas Cousas da Fundação da Casa de Bragança

Ana Isabel Buescu

A obra intitulada *As Festas de Casamento do Infante D. Duarte e D. Isabel de Bragança* é publicada no âmbito de uma colecção, patrocinada pela Fundação da Casa de Bragança, com coordenação da Dr.^a Maria de Jesus Monge, de estudos sobre a história e o património da Casa de Bragança, lançada em 2015, e que, com um notável ritmo de publicação, alcança agora o seu 14.º título.

Iniciativa de mérito e coerência científica, esta colecção, que tomou para título os míticos *Livros de Muitas Cousas* que integravam a Livraria ducal ao tempo de D. Teodósio I, contou, desde o seu primeiro número, sobre o *Códice 702 – um Cartulário de D. Jaime de Bragança*, estudado por Marta Páscoa, com contributos de especialistas visando aprofundar e sistematizar o conhecimento de múltiplos aspectos das dinâmicas históricas, culturais e artísticas da Casa de Bragança ao longo dos séculos: das biografias do 4.º duque, D. Jaime (Marta Páscoa) e de Maria da Glória, futura D. Maria II (Cláudia Witte), ao património edificado (Miguel Soromenho), ao Museu-Biblioteca (Maria de Jesus Monge), à música (Rui de Castilho Luna), à produção artística e pictórica (Susana Varela Flor e Pedro Flor, Joaquim Oliveira Caetano). Está, pois, em boa companhia o estudo de Andreia Fontenete Louro sobre as festas de casamento que, no ano de 1537, renovaram o vínculo da Casa de Bragança à Casa Real Portuguesa.

Conheço a Mestre Andreia Fontenete Louro desde os anos em que foi minha aluna na Licenciatura de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL, e depois no Mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos. O seu interesse pelas dinâmicas e cerimoniais no âmbito da sociedade de corte no século XVI conduziu-a ao tema da aliança entre a Casa de Bragança e a Casa Real, através do casamento de D. Isabel, filha do duque D. Jaime e irmã do D. Teodósio I, com o infante D. Duarte, filho do rei D. Manuel.

Episódio naturalmente conhecido e evocado pela crónica e marginalmente ou *ad hoc* pela historiografia, apesar de sempre ter sido percebido como um dos acon-

tecimentos cerimoniais públicos mais importantes da 1ª metade do século XVI, este acontecimento nunca fora objecto de um estudo específico e autónomo. Andreia Louro soube contudo avaliar, como refere na sua Introdução, “o potencial de investigação deste objecto de estudo” (p. 13): ou seja, fazer convergir numa investigação orgânica e coerente os abundantes testemunhos, esparsos e de diferente natureza documental, sobre as festas de casamento de D. Isabel com D. Duarte, e com eles reconstituir, em múltiplas dimensões, aquele acontecimento único ocorrido em Vila Viçosa em 1537. Desta investigação resultou a dissertação, submetida e aprovada com brilhantismo em provas públicas com o título de *Um casamento aristocrático em 1537. Festas, ostentação e poder em Vila Viçosa*, e que está na base do livro agora publicado.

O livro que temos agora entre mãos, em algumas zonas compactado e naturalmente depurado de todo um aparato necessário à apreciação por um Júri académico, evidencia a solidez metodológica e o rigor de uma investigação ancorada, como dissemos, num conjunto importante de fontes documentais, entre relatos, descrições muitas delas inéditas e/ou pouco exploradas, bem como abundantes fontes narrativas, relativas e constelares ao matrimónio de D. Isabel de Bragança com o filho mais novo de D. Manuel; beneficiou, ainda, dos contributos de tantos estudiosos como – apenas a título de exemplo – Luís de Matos, Mafalda Soares da Cunha, José Teixeira, Vitor Serrão, Susana Flor, Pedro Flor, ou, mais recentemente, dos importantes resultados do Projecto multidisciplinar dirigido por Jessica Hallet sobre o património da Casa de Bragança no século XVI, reunidos na obra *De Todas as partes do Mundo*, publicada em 2 volumes em 2018.

Sendo que as festas ocorridas em Vila Viçosa e a sua reconstituição são o objecto central deste estudo, elas não são dissociáveis da compreensão e dos contornos de todo um longo e complexo processo negocial que culminou nesta boda. Assim, o livro desenvolve-se em dois tempos, um de mais longa e outro de mais curta duração; um, preambular, privilegiando um fio condutor diacrónico, necessário à compreensão dos acontecimentos que levaram ao casamento, o outro construindo um olhar abrangente, diverso e síncrono de um evento único, denso e situado num tempo, o mês de Abril de 1537 e num espaço – o paço ducal de Vila Viçosa.

Desta forma, num primeiro momento, a Autora contempla, para lá de uma breve – e possível – biografia dos nubentes, o contexto histórico e a dimensão política deste enlace, num processo difícil e que se revelou moroso, evitado de ambiguidades e de dilações por parte de D. João III, com avanços e recuos, levando em certos momentos o duque D. Jaime ao desencanto e até ao desespero. O capítulo 1, aliás, exprime no seu título esse arrastar das negociações: “Dois noivos a casar, seis anos a negociar”. D. Jaime já não testemunharia a conclusão das negociações que culminaram nesta aliança régia da sua Casa, pois morreu em 1532. Seria o seu filho e sucessor, D. Teodósio I, a tomar em mãos e a concluir, com fausto, magnificência e glória para a sua Casa, a aliança com a Casa Real portuguesa.

É, pois, este segundo e culminante momento, coeso no tempo e no espaço – 23 a 29 de Abril de 1537, Vila Viçosa – o núcleo central deste livro. Como escreve

Andreia Louro, o duque D. Teodósio “compreendeu desde cedo que as celebrações do casamento da sua irmã com o irmão de D. João III seria uma ocasião única e fundamental para a demonstração pública, tanto a nível nacional como internacional, do brilhantismo, ostentação, poder e riqueza da Casa de Bragança” (p. 17). Estas celebrações, acrescentamos, comportariam ainda uma notação velada e críptica de emulação com a Casa real, que o humanista André de Resende evocava na sua *Vida do Infante D. Duarte*: “as festas foram tais, que um poderoso rei as não pudera fazer mais magníficas e soberbas” (p. 17).

Não nos alongaremos no significado antropológico e simbólico da festa. Presente em todas as épocas, tempos e civilizações, a festa, na multiplicidade das suas materializações, no complexo jogo dos seus muitos significados é, verdadeiramente, uma expressão perene de todas as sociedades humanas. Assim, em muitos aspectos o estudo da festa pelo historiador, como sucede neste livro, cruza-se com outras disciplinas e campos de estudo, como a antropologia, a etnologia, a sociologia, a simbólica, a história da arte; mas a especificidade da abordagem do historiador, incorporando aqueles outros olhares e conceitos, radica, precisamente, no estudo da festa enquanto acontecimento com uma espessura temporal que o inscreve num ponto preciso do devir, e situado numa espacialidade também ela singular que o tornam único e irrepetível.

É esse, precisamente, o caso destas festas de casamento, estudadas de forma sistemática e poliédrica neste livro: longe de terem como “única finalidade a diversão e o entretenimento” (p. 13), como sublinha a Autora, ou de serem a mera ostentação de riqueza e aparato sem significado relevante, e portanto sem substância específica enquanto objecto historiográfico, 1537 em Vila Viçosa deve ser entendido como um momento ritual da relação entre *poder* e *cerimonial*, de que D. Teodósio tinha a nítida e exacta percepção, com um intuito de reputação e de afirmação de poder, opulência e prestígio da Casa de Bragança.

Efectivamente, a importância política, simbólica e cerimonial deste enlace explica o investimento, esforço financeiro e o comprometimento total do novo duque e da sua Casa na organização destas festas, que a Autora sumariza, e que desenvolve ao longo do seu estudo: “[...] D. Teodósio mandou construir uma nova ala no Paço Ducal, repleta de novos elementos arquitectónicos, que seguiam os princípios renascentistas [...]. Encomendou incontáveis produtos, das mais variadas tipologias, tanto no Reino, como no estrangeiro. Garantiu que tanto ele, como a sua família e criadagem, exibiriam as melhores roupas, com os melhores cortes e os melhores tecidos. Ordenou a criação e a engorda de gado, e certificou-se do abastecimento de todos os géneros alimentares que seriam necessários. Em suma, idealizou [...] todo um cenário propício à encenação e teatralização do poder ducal brigantino [...]” (p. 17).

Depois de longos e dispendiosos preparativos, cujos montantes não foi possível averiguar na sua totalidade (p. 46), mas que significaram um esforço financeiro imenso, chegavam finalmente os dias de festa em Vila Viçosa, minuciosamente estudadas nos 5 capítulos centrais deste livro tendo por base o *corpus* documental

carreado, coadjuvado por estudos específicos sobre as várias e muito diferenciadas temáticas analisadas.

O capítulo 2, com o título “Cousas de folgar: cerimónias e entretenimentos aristocráticos” articula dois planos de análise: um de componente essencialmente narrativa, em que a chegada de D. João III, proveniente de Évora, onde a corte régia permanecia desde 1531, dos infantes, grandes senhores e respectivas comitivas e o seu recebimento pelo duque D. Teodósio ocupam um primeiro plano. O monarca foi recebido pelo duque em Borba, acompanhado pelos seus irmãos D. Constantino e D. Jaime, pelo comendador-mor da Ordem de Cristo D. Afonso de Lencastre e por uma comitiva de fidalgos e cavaleiros da sua casa; segundo um dos relatos coevos, estariam presentes cerca de 600 pessoas a cavalo, além de muita gente a pé e muito povo. Os relatos permitem seguir de perto o itinerário que os conduziu ao paço, bem como descrever todo o conjunto de cerimónias no seu interior, culminando com as cerimónias de casamento e restantes celebrações rituais.

Mas outra dimensão está presente em permanência acompanhando e articulando-se com todos estes momentos cerimoniais, quer nos espaços abertos, de que usufruía o povo anónimo que enchia as ruas, proporcionando um sentimento de participação e de alegria, “elemento agregador e unificador de participação colectiva” (p. 45), cortando as rotinas do seu quotidiano, numa exibição feérica de luz, cor e som: o troar da artilharia no encontro entre ambas as comitivas, a música alta assinalando momentos específicos, danças populares, corridas de touros, justas e canas, o fogo-de-artifício, a iluminação nocturna; quer no interior de um paço renovado e opulento, espaço reservado ao rei e infantes, à família ducal, nobres e altas figuras eclesiásticas, onde se desenrolaram as cerimónias litúrgicas do matrimónio, serões, música e banquetes, que a Autora examina de forma minuciosa e visual.

Protagonismo central têm naturalmente os espaços, em particular o paço ducal, espaço nevrálgico de todas estas celebrações, que recebeu uma importante campanha de renovação, visando o seu engrandecimento e sumptuosidade, matéria de que se ocupa o capítulo 3, intitulado “Honradas e sumptuosas casa: a renovação do Paço Ducal”. Devedora de muitos estudos sobre o paço e o conjunto edificado, para este aspecto específico a Autora deu particular atenção aos elementos de natureza artística e iconográfica que surgem no *corpus* documental sobre o paço e o terreiro na sua relação directa com as festas de casamento (p. 48).

No capítulo 4 é ainda o paço ducal o grande protagonista, mas desta vez na descrição e na utência dos seus espaços interiores, a identificação e a distribuição dos aposentos, a descrição possível dos recheios, objectos de aparato, móveis e têxteis, articulando o definitivo e o efêmero, a profusão e riqueza de tapeçarias e guarda-portas, o protagonismo central da *sala grande*, o uso das cores heráldicas do Rei – púrpura e vermelho – a exibição de insígnias e símbolos da Casa de Bragança.

O conjunto de fontes coevas estudadas permite, ainda, trazer dados importantes sobre outras duas componentes nucleares dos rituais aristocráticos e da representação do poder, que, cada um a seu modo, enfatizam a riqueza e abundância no âmago do funcionamento de uma sociedade de corte: o vestuário e a mesa. Num capítulo particularmente desafiante em virtude dos poucos estudos em Portugal

sobre esta temática, intitulado “Ricamente vestidos e ataviados: O Vestuário”, a Autora procede à por vezes difícil identificação das peças de vestuário, analisa as cores dos têxteis e a sua simbólica, os acessórios e as jóias usadas, sublinhando a sua dimensão enquanto reflexo das hierarquias sociais.

Ensaçando uma minuciosa análise comparativa dos testemunhos escritos disponíveis sobre o vestuário nestes dias de festa, fica bem patente como “numa sociedade tão fortemente hierarquizada, o vestuário, verdadeiro instrumento de competição social – servindo, mais do que qualquer outro objecto para identificar, categorizar, projectar e representar – espelhava a opulência e a riqueza de uma Casa” (p. 92).

O capítulo final, “Muitas infindas Iguarias: a mesa” ocupa-se da comensalidade, essa outra dimensão social e simbólica indissociável de qualquer festa e celebração de todas as sociedades humanas desde os tempos mais remotos. Numa sociedade de tantas carências alimentares e em que o espectro da fome irrompia pendularmente, o principal factor social de distinção era a evidência da abundância e da fartura na mesa dos mais poderosos. Nos banquetes em Vila Viçosa, desfilaram múltiplas iguarias, em que as carnes, como sucedia desde a época medieval nas mesas mais abastadas, tiveram um protagonismo absoluto, na sua extraordinária diversidade – vaca, vitela, porco, perdizes, coelho, cabrito, pato, galinhas e capões, codorniz e pavões – servidas, como as frutas, os vinhos e os doces, obedecendo a uma teatralização na apresentação dos manjares, a um rigoroso protocolo cerimonial e ao uso e exibição, no tradicional aparador de vários andares, das mais ricas baixelas de prata e peças de aparato.

Concluindo, os resultados desta investigação, de que aqui só pudemos fazer uma sumária apresentação, agora acessíveis em livro na Colecção “Livros de Muitas Cousas”, permitem acrescentar, de forma rigorosa e substantiva, o que sabíamos sobre este acontecimento político e cerimonial da mais alta importância para a Casa de Bragança no século XVI, patrocinado pelo duque, “principal senhor destes reynos” (Catarina de Áustria); autonomizando-o enquanto objecto de estudo, mas, em simultâneo, integrando-o nos dispositivos e mecanismos de afirmação do poder e da magnificência da Casa, este livro tem ainda a virtude de permanecer, como sublinha a Autora na sua Conclusão, uma obra em aberto, aguardando outros potenciais contributos para uma mais ampla compreensão e aprofundamento do conhecimento destas festas, na sua dimensão material e simbólica, bem como do funcionamento da sociedade de corte em Portugal no século XVI, comuns à casa real e às grandes casas senhoriais, com destaque inquestionável para a Casa de Bragança.

Homenagens

**Discurso de S. Exa. O Almirante CEMGFA.
Cerimónia de Imposição da Medalha de Honra do
Município de Vila Viçosa ao Chefe do Estado-Maior-
-General das Forças Armadas – 6 de Fevereiro de 2023**

Almirante António da Silva Ribeiro

**Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vila Viçosa,
Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores,**

**Ilustres convidados,
Minhas senhoras e meus senhores,**

Quero começar por saudar todos os que se juntaram a esta cerimónia, simples, mas de grande significado, interpretando a vossa presença como manifestação de respeito, apreço, consideração e amizade para com as Forças Armadas e o seu Chefe do Estado-Maior-General.

A vossa presença confere a esta cerimónia uma distinção e dignidade acrescidas. É uma honra contar com a presença de Vossas Excelências.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vila Viçosa,

Vila Viçosa é, por direito próprio e pela mão das suas gentes, o epicentro sóbrio e discreto, embora extraordinariamente eficaz, do Portugal Militar, ao longo da nossa História. Neste contexto, as múltiplas valências e raízes arqueológicas, etnográficas, históricas, literárias, antropológicas, hierofânicas e memoriais, complementam e enriquecem a paisagem urbana, contribuindo para o desenvolvimento de um centro político, intelectual e humanista em articulação com o meio rural envolvente, que torna esta cativante vila uma das mais belas do Alentejo.

Em Vila Viçosa, este foi o legado que temos vindo a exaltar, confiantes e seguros de que a alma e o sentir português se mantêm vivos e merecedores do seu passado.

É neste enquadramento, que muito me honra Vossa Excelência com esta condecoração, que hoje recebo com muito orgulho.

Interpreto-a como um tributo a todos os marinheiros, soldados e aviadores, num reconhecimento público pelo trabalho que os militares realizam, diariamente, ao serviço de Portugal e dos Portugueses.

Considero-a, igualmente, um sinal de grande confiança, consideração e respeito pela Instituição Militar.

Enquanto Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas pugnei sempre por um forte espírito de serviço público e pela conformação permanente com os interesses de Portugal, que traduzem a necessidade do País dispor de umas Forças Armadas relevantes, prontas e credíveis, próximas dos cidadãos e abertas à sociedade, assegurando a coesão e o sentido de serviço da Instituição Militar em todas as parcelas do território nacional.

Foi com estes ideais bem presentes sintetizados no lema que me guiou em toda a carreira: “Servir a Nação e Honrar a Pátria”, que, ao longo do meu mandato, procurei fortalecer a relação mútua de confiança com a sociedade que servimos através do desenvolvimento de inúmeras atividades de índole militar, cultural e religiosa que, também aqui em Vila Viçosa, tiveram autarcas com quem interagimos, a quem muito agradeço, e a todos os nossos concidadãos, a quem estamos reconhecidos, por nos terem sempre apoiado e tornado possível a atuação dos nossos militares.

Termino, reiterando o agradecimento ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, pelo apoio e atenção que sempre nos dedicou, e a todos os calipolenses pela forma calorosa como sempre nos receberam, com a certeza de que os nossos militares tudo continuarão a fazer para que, como sempre, se cumpra Portugal, garantindo a indispensável e insubstituível missão das Forças Armadas onde houve um português.